Volume 08 | Número 15 | Janeiro - Junho 2019

MONÇÕES

Revista de Relações Internacionais da UFGD



Teoria das Relações Internacionais no Brasil

UFGD editora

MONÇÕES
Revista de Relações Internacionais da UFGD
ISSN 2316-8323

EXPEDIENTE V. 8, N. 15 – jan./jun., 2019

Editores:

Professor Bruno Boti Bernardi (UFGD)
Professora Déborah Silva do Monte (UFGD)
Professor Matheus de Carvalho Hernandez (UFGD)

Equipe Monções:

Gracia Sang A Yang Lee
Isabele da Silva Souza
Vinícius Gonçalves da Silva Borges

Capa: Gracia Sang A Yang Lee e João Nackle Urt
Diagramação e Edição da Capa: Gracia Sang A Yang Lee
Logomarca: Gracia Sang A Yang Lee e Thales Pimenta

Conselho Editorial:

O corpo do Conselho é composto por docentes da Faculdade de Direito e Relações Internacionais da Universidade Federal da Grande Dourados. Sua função é auxiliar nas tarefas administrativas do periódico e contribuir para a formulação de sua linha editorial.

Dr. Alfa Oumar Diallo (UFGD)
Me. Alisson Henrique do Prado Farinelli (UFGD)
Dr. Antonio José Guimarães Brito (UFGD)
Dr. Bruno Boti Bernardi (UFGD)
Dr. Cesar Augusto Silva da Silva (UFGD)
Dr. Douglas Policarpo (UFGD)
Dr. Henrique Sartori de Almeida Prado (UFGD)
Dr. Hermes Moreira Junior (UFGD)
Dr. João Nackle Urt (UFGD)
Dra. Lisandra Pereira Lamoso (UFGD)
Dr. Márcio Augusto Scherma (UFGD)
Dr. Mario Teixeira de Sá Junior (UFGD)
Dr. Matheus de Carvalho Hernandez (UFGD)
Dra. Simone Becker (UFGD)
Me. Tchella Fernandes Maso (UFGD)
Dr. Tomaz Espósito Neto (UFGD)

Conselho Consultivo:

O Conselho Consultivo é formado por pesquisadores/docentes de reconhecida produção científica em Relações Internacionais e áreas afins. Tem por função contribuir e avaliar as propostas para a revista.

Dr. André Luis Reis da Silva (UFRGS)
Dr. Antonio Carlos Lessa (UNB)
Dr. Bruno Ayllón Pino (IUDC/ UCM)
Dr. Carlos Eduardo Vidigal (UNB)
Dr. Carlos Roberto Sanchez Milani (IESP-UERJ)
Dr. Carlos Roberto Pio da Costa Filho (UNB)
Dr. Carlos Eduardo Riberi Lobo (UNIFAI)
Dra. Cristina Soreanu Pecequilo (UNIFESP)
Dr. Jaime Cesar Coelho (UFSC)
Dr. Luiz Eduardo Simões de Souza (UFAL)
Dr. Marcos Cordeiro Pires (UNESP/Marília)
Dr. Shiguenoli Miyamoto (UNICAMP)
Dra. Tânia Maria Pechir Gomes Manzur (UNB)
Dra. Katiuscia Moreno Galhera (UNICAMP/PENN STATE)

Diagramação e Editoração:
Isabele da Silva Souza
Vinícius Gonçalves da Silva Borges

A revisão e o conteúdo dos artigos são de total responsabilidade dos autores e autoras e não expressam a opinião do Conselho Editorial.

É autorizada a reprodução do conteúdo publicado, desde que não se altere o referido conteúdo e seja citada a fonte.

ISSN: 2316-8323
Contato:
Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD

Universidade Federal da Grande Dourados
Faculdade de Direito e Relações Internacionais - Curso de Relações Internacionais
Rua Quintino Bocaiúva, 2100 - Jardim da Figueira - CEP 79.824-140 - Dourados/MS. Telefone: (67) 3410-2467 / 3410-2460
E-Mail: revistamoncoes@ufgd.edu.br

MONÇÕES
Revista de Relações Internacionais da UFGD
ISSN 2316-8323

A teorização em Relações Internacionais no Brasil *importa*?

JOÃO NACKLE URT
Professor da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD).
Contato: joaourt@gmail.com

LARA MARTIM RODRIGUES SELIS
Professora do Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Contato: laramrselis@gmail.com

VICTOR COUTINHO LAGE
Professor do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos (IHAC) da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da UFBA. Coordenador da Área de Concentração em Relações Internacionais do IHAC/UFBA. Vice coordenador da Área Temática de Teoria das Relações Internacionais da Associação Brasileira de Relações Internacionais (ABRI).
Contato: victorclage@gmail.com

Teoria, Prática

Ao longo do processo de formulação desse Dossiê, fomos inúmeras vezes convocados por uma pergunta: "mas, afinal, teoria importa?" Talvez, a você que nos lê, possa soar estranho abrirmos essa publicação interrogando por aquilo que a justifica. Ou ainda, você poderia questionar se, em um contexto de tantos ataques à ciência, em especial às ciências ditas sociais e humanas, seria profícuo problematizar a importância mesma da teorização. No entanto, de mãos dadas a pensadoras(es) como Paulo Freire e bell hooks, aderimos à relevância desse exercício que nasce mais como potência crítica do que dúvida cética. Como um e outra nos ensinam, antes das respostas, é preciso deslocar as estruturas que subscrevem nossas perguntas.

Sob esse horizonte, vale ainda pontuar que não se trata de uma pergunta banal, ainda que bastante comum. Como sabemos, para pesquisadoras(es) da área de Teoria das Relações Internacionais no Brasil, a interrogação sobre a validade de

seus estudos está bastante presente, explícita ou implicitamente, em grande parte dos diálogos acadêmicos. Por isso, encaramos o engajamento produtivo com a questão "teoria importa?" enquanto tarefa imprescindível nessa introdução. Para tanto, propomos aqui uma reflexão sobre aquilo que habita as entrelinhas dessa indagação, ou seja, suas "condições de possibilidade". Afinal, por que se faz necessário provar o valor da teoria? Quais são, e quem define, os critérios de autorização do conhecimento? Ou ainda, no limite, o que é teoria?

De início, gostaríamos de chamar atenção para a pressuposição de que teoria e prática se opõem. Ao nosso ver, tal conjectura está na base do raciocínio que autoriza as linhas do conhecimento acadêmico. É ela também a responsável pela leitura que insiste em determinar a prioridade de uma dimensão sobre a outra, demarcando uma espécie de identidade essencialista para teoria e para prática. Vale pontuar, contudo, o risco implicado nesse imaginário que opera pela "distinção". Dele, deriva um método de validação dependente da lógica dicotômica ("um ou outro"), cuja estrutura revela-se tragicamente excludente. Portanto, ao que defendemos aqui, um engajamento produtivo com essa questão envolveria, antes de tudo, a problematização da própria dicotomia que encerra a diferença como terreno (ou como alvo) de políticas de identificação. Afinal, é com suporte dessa lógica, que nosso vocabulário acadêmico justifica o valor da teoria e da prática, a depender dos graus em que podemos reconhecer, ou distinguir, uma na/da outra. Para alguns, quanto mais abstrata, mais teórica; para outros, quanto mais material, mais aplicada. Mas afinal, a quem serve essa separação? A quem interessa o essencialismo que dita o que é teoria e o que é prática?

Para responder a tais questões, convocamos mais uma vez a reflexão de hooks, que nos aponta para as estruturas de poder que subscrevem nossos padrões científicos. Na visão dessa autora, a reprodução da "brecha entre a teoria e a prática" tem servido "para perpetuar o elitismo de classe" (HOOKS, 2013, 90). Ou seja, de um lado, tal separação permite que um grupo arrogue para si a prerrogativa da abstração (tomada supostamente como "identidade teórica"). Com isso, uma elite acadêmica perpetuaria as condições de desvalorização dos trabalhos que não se submetam a tais critérios - e que, por isso, são "considerados não teóricos — ou não suficientemente teóricos" (HOOKS, 2013, 88). Por outro lado, a autora também chama atenção para o perigo da própria crítica, elaborada por uma parte dos grupos

subalternizados, e que opta por um descarte da teoria como campo de disputa, arrogando para si, em antítese, a prerrogativa da materialidade. Eis a fórmula para nossa tragédia binária, em que, às subjetividades hegemônicas, caberia o direito ao abstrato, enquanto que, aos grupos subalternizados, ficaria o dever da reivindicação a um suposto vínculo ao material.

Inevitavelmente, tal polaridade será responsável pelo papel de objeto de estudo impelido aos grupos subalternizados por certos marcadores de discriminação, o que culmina na baixa ou nula presença destes enquanto grupos considerados produtores do conhecimento. Nesse sentido, como anunciamos no início da introdução, gostaríamos de propor a possibilidade de um destino menos trágico aos nossos esforços teórico-práticos ou prático-teóricos. Por isso, nosso convite dispõe o desafio de pensar a diferença como condição de não-identidade. No lugar da lógica da identificação (ou isso/ou aquilo), propomos uma imaginação capaz de supor a impossibilidade mesma do reconhecimento (nem isso, nem aquilo). O fazer teórico, nessa perspectiva, não se edificaria, e tampouco se validaria, por uma essência distinta e/ou oposta à prática. Ambos caminham conectados, autorizando e reconstruindo um ao outro.

Talvez, num movimento de ironia criativa[1], caminhemos para o desmonte da própria pergunta que balizou nossa reflexão até aqui; afinal, se não há linha rígida nos contornos entre teoria e prática, qual o sentido de questionarmos a relevância de uma ou outra? Talvez, em adição, nossa tarefa seja antes acolher o desafio da própria linha, ou melhor, o desafio de *habitar a fronteira*. Sob esse horizonte, a proposta deste Dossiê surge do objetivo de recolocar a teoria como parte desse movimento, quer como foco do interesse geral, quer como alvo de um debate público mais amplo. Expandir a teoria (e a teorização) para públicos e territórios diversos significa ampliar também aquelas(es) capazes de acessá-la e/ou produzi-la; ou ainda, reinventar as estruturas capazes de autorizá-la. Uma rede de poder institucional, social, cultural e político é mobilizada quando encaramos e reivindicamos o desafio proposto pela produção de conhecimento. Nossos esforços, enquanto pessoas engajadas nesse campo, devem caminhar para a democratização

[1] Seguimos, aqui, Oswald de Andrade, para quem a aplicação de estratégias estilísticas, como a ironia ou o paradoxo, pode deslocar as hierarquias da imaginação moderna, em especial, seus binarismos — tal qual, o prático e o abstrato.

dessa teorização - justamente porque nela reside a força transformadora do pensamento.

Dessa forma, nossa motivação responde também à posição marginal que as pesquisas brasileiras assumem dentro da geopolítica que envolve as Relações Internacionais (RI) enquanto disciplina global. Ou seja, uma vez estrangeiros ao norte-global, como ocupar-para-transformar o campo intelectual? Com essa questão, este Dossiê se apresenta como uma oportunidade para refletirmos sobre como o conhecimento em Relações Internacionais, reconhecidamente enviesado pela apropriação intelectual da área pelos Estados Unidos, se apresenta no Brasil, uma chance de indagar se é possível pensar as RI diferentemente e, assim, reivindicar uma produção brasileira de teoria das Relações Internacionais[2].

Seria possível teorizar em RI *no Brasil* em diálogo com nomes como Josué de Castro, Darcy Ribeiro, Paulo Freire, Lélia Gonzalez, Florestan Fernandes, Guerreiro Ramos, Abdias do Nascimento, Milton Santos, Sueli Carneiro, Davi Kopenawa, Ailton Krenak, entre tantas outras vozes? Esses diálogos ajudariam a construir uma teoria das RI *a partir do Brasil,* para além dos esforços já empreendidos no país até o momento? Poderia advir daí uma contribuição do chamado Sul Global às Teorias de RI, ao lado da Teoria da Dependência, que muitos ainda consideram a única teoria proveniente da América Latina a ter importância nas RI?

Que equilíbrio se observa entre os ditames da agenda cosmopolita/global e as origens locais dessas teorias? Podemos as(os) brasileiras(os) falar senão através de uma nova cultura global (Spivak, 2003, p. 618)? Podemos fazer teoria das RI senão através da incorporação de um padrão globalcêntrico (Dirlik, 2005) por certas elites intelectuais, suficientemente educadas nos modos e linguagens da academia forjada no Norte — auto-atribuída a condição de cosmopolita e global?

Além do mais, se, como nos ensinou Cox (1981, p. 128) nos já longínquos anos 1980, toda teoria é feita para alguém e para algum propósito: para quem e para quais propósitos são feitas as teorizações em RI no Brasil? Portanto, quem é esse vago conhecido chamado Brasil? Que espaço-tempo é esse de onde falamos? Que se sabe, que se ensina, que se aprende de Brasil nos cursos de Relações

[2] Esse parágrafo se refere à trilogia organizada por Arlene Tickner, Ole Waever e David Blaney e às expressões que esses trabalhos põem em destaque: *International Relations Scholarship Around the World* (TICKNER; WAEVER, 2009), *Thinking International Relations Differently* (TICKNER; BLANEY, 2012) e *Claiming the International* (TICKNER; BLANEY, 2013).

Internacionais no País? Sobre quais opressões, sobre quais cadáveres, sobre quais escombros pisam nossos pés? Ao mesmo tempo, não sendo só de cadáveres esta história, a partir de quais modalidades de resistência e contraconduta, de quais espectros de uma democracia por vir podemos teorizar as RI no Brasil? E que pode isso implicar para o pensamento que se manifesta a partir de nossas subjetividades?

Ao fim, todas essas questões retornam à primeira, que abriu esta seção. Por meio dela, percebemos que afirmar o valor da teoria para o Brasil, desde suas perspectivas plurais, condiz com outra assertiva, talvez mais urgente, e que nos conta sobre o poder da educação como prática de vocalização e nomeação social. Como sugeriu hooks, a produção teórica aponta um território intelectual que precisa ser ocupado, democratizado, reinventado — jamais abandonado. A construção coletiva de ideias exige coragem de fala, aprendizado de escuta e ruptura de silêncios. Nesse sentido, a teorização é espaço de nomeação, onde inclusive a dor pode ser nomeada e escoada (HOOKS, 2013). Quando isso acontece, a fresta entre teoria e prática se refaz, ou se abre diferentemente. Um processo que implicaria, nos termos de Spivak (1999), uma transformação epistemológica profunda, sem a qual uma "ética do encontro" com a diferença não seria possível. Por isso, entendemos este Dossiê como um convite enraizado em seu tempo, o qual ecoa a demanda por valorização do trabalho intelectual, de onde a produção teórica emerge como uma prática social transformadora e aliada aos campos de ensino e extensão, em suas múltiplas direções.

Os textos publicados neste Dossiê trazem à tona considerável diversidade. De partida, nota-se uma ampla variedade na interação de perspectivas teóricas distintas com debates e/ou com conceitos fundamentais – ou mesmo tidos como fundacionais – no campo de Relações Internacionais (RI). Nesse aspecto, o Dossiê traz: os estudos de governamentalidade e sua relação com o conceito de governança global (ver Veloso); a teoria dos papéis (ou *role theory*) na Análise de Política Externa (APE) (ver Silva e Labriola); a abordagem psicanalítica de Jacques Lacan para o estudo da construção de ameaças no âmbito da segurança internacional (ver Ventura e Pedroso); aportes das teorias gramscianas, feministas, foucaultianas e pós-coloniais para uma interpretação crítica das intervenções humanitárias (ver Borba de Sá); uma leitura pós-colonial do conceito de “estado-falido” (ver Toledo); o debate teórico marxista sobre a “internacionalização do

Estado" (ver Garcia); o recurso a teorias do imperialismo para o entendimento da hegemonia dos Estados Unidos na ordem internacional contemporânea (ver Mendonça, Cicero e Amaral); a contribuição do feminismo pós-colonial para o estudo da relação entre violência, gênero e refúgio (ver Minvielle); a interpelação que o feminismo não-ocidental traz para o pensamento das/nas fronteiras entre "Oriente" e "Ocidente" (ver Jessica Oliveira); a potencialidade dos estudos pós-coloniais, decoloniais e da sociologia histórica para uma reinterpretação da importância do escravismo atlântico na construção do "internacional" no século XIX (ver Bezerra, Salgado e Yamato); e a problematização de conceitos como "anarquia" e "estado de natureza" a partir do "Sul" (ver Fernández; e Santos Filho).

O Dossiê também contribui para uma reflexão sobre as configurações da própria academia de Relações Internacionais no Brasil. Nessa linha, a teorização nesse campo é discutida com foco, por exemplo, em teses de doutorado apresentadas em certos programas de pós-graduação do país (ver Decol e Silva); ou ainda, por meio de uma comparação de corte geracional entre as configurações acadêmicas brasileira e indiana (ver Muñoz e Spode). Além disso, vale destacar o modo como a produção de conhecimento em RI no Brasil é colocada diante de questões fundamentais de raça e racismo (Jesus; e Ananda Oliveira).

Além dos temas discutidos e perspectivas teóricas mobilizadas em cada texto (aos quais voltaremos abaixo), gostaríamos de apontar dois outros aspectos do Dossiê. O primeiro diz respeito à diversidade do perfil acadêmico das(os) autoras(es), no que se refere à titulação e à experiência profissional. A(O) leitora(leitor) terá acesso a textos de mestrandas(os), doutorandas(os) e professoras(es). No caso das(os) últimas(os), trata-se de nomes em diferentes momentos da carreira profissional, indo de docentes em início de carreira até aquelas(es) já estabelecidas(os) e com vasta produção bibliográfica, além de significativa contribuição – nas múltiplas esferas de ensino, pesquisa, extensão, orientação de graduação e pós-graduação e, o que nem sempre é notado, em tarefas administrativas e institucionais – na construção do campo de RI no Brasil nas últimas décadas. Alguns desses nomes, inclusive, foram professoras(es), em diferentes circunstâncias, da própria equipe organizadora do Dossiê, tornando-o, também nesse sentido, possível. Esse perfil diverso e as muitas pesquisas e

agendas de pesquisa apresentadas no Dossiê sinalizam a vitalidade da teorização no campo de RI, assim como sua potencialidade para ulteriores desdobramentos.

O segundo aspecto a ser apontado se liga à filiação institucional e à localização regional das(os) autoras(es). O campo de RI se mostra ainda bastante concentrado regionalmente. Mesmo assim, os textos do Dossiê trazem pesquisas e agendas de pesquisa, já concluídas e em curso, conduzidas em quase todas as regiões do país (à exceção, infelizmente, da região norte), em vários estados, tais como Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Mato Grosso do Sul, Bahia, além do Distrito Federal. Uma análise mais minuciosa desse segundo aspecto precisaria levar em conta, sem dúvida, não apenas a filiação institucional atual de pesquisadoras(es), mas também sua trajetória de formação. Nesse caso, a concentração se mostraria ainda mais evidente, dado que a diversificação regional dos cursos de pós-graduação no Brasil, em especial dos de RI, é recente.[3] Ainda assim, parece significativo notar que quase a totalidade das(os) autoras(es) teve sua formação acadêmica majoritariamente no país. Um contraste dessa formação com aquela pela qual passaram gerações anteriores de docentes que atuavam ou ainda atuam no campo de RI muito provavelmente indicaria um crescimento da proporção de titulação em universidades nacionais, assim como da titulação no próprio campo de RI em contraste com campos afins (como Ciência Política, Economia, História, Direito).

A consideração desses dois últimos aspectos do Dossiê não permite, é certo, uma generalização para todo o campo de RI no Brasil. Seriam necessárias pesquisas quantitativas e qualitativas para se verificar a pertinência do que eles parecem indicar. Em adição a isso – e o que nos é mais importante –, não se pode confundir a identificação do fortalecimento desse campo no país com o desejo por

[3] Dos 140 cursos de graduação em Relações Internacionais em atividade, 55,7% estão situados na região Sudeste, 21,4%, na região Sul, 10% na região Centro-Oeste (5,7% apenas no Distrito Federal), 7,8% no Nordeste e 5% no Norte. Do ponto de vista do número de vagas, a concentração é ainda maior: 61,6% no Sudeste, 18,5% no Sul, 9,3% no Centro-Oeste, 6% no Nordeste e 4,6% no Norte (E-MEC, 2020). O cenário é semelhante nas pós-graduações (PLATAFORMA SUCUPIRA, 2020). Dos 14 cursos identificados especificamente como Programas de Mestrado em Relações Internacionais (ou Ciência Política e Relações Internacionais), 50% estão sediados na região Sudeste. Dos 8 doutorados, 62,5% estão no Sudeste. As PUCs e as públicas contribuem para levar a pós-graduação ao Sul e ao Nordeste. No Centro-Oeste, a UnB segue sendo a única a oferecer essa formação. No restante do Centro-Oeste e no Norte, nenhum programa de pós-graduação *stricto sensu* foi fundado. No Nordeste, neste ano (2020) foi aprovado, em análise de mérito da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), o primeiro doutorado, na Universidade Federal da Bahia, cujo início das atividades aguarda homologação do Ministério da Educação.

especialização e consolidação de fronteiras disciplinares e disciplinarizantes. Aliás, voltando aos textos do Dossiê, parece-nos que boa parte deles vai em outra direção. Se, por um lado, há inestimáveis contribuições para o fortalecimento da teorização no campo de RI no Brasil, o que inclui sua problematização por cortes de raça, classe, gênero e outros marcadores de discriminação; por outro lado, a maioria dos textos contribui para esse fortalecimento através da interação com outros campos do conhecimento, com outras trajetórias de pensamento, inclusive com a produção de conhecimento fora do ambiente acadêmico, explorando ou indicando a potencialidade que reside no atravessamento de fronteiras disciplinares e disciplinarizantes, e não no seu reforço.

Antes de nos aproximarmos do que é discutido por cada texto, gostaríamos de enfatizar algo que vem movendo a iniciativa coletiva que tornou possível o Dossiê. Um dos traços constitutivos da divisão global do trabalho intelectual é a hierarquização entre “centros”, concebidos como produtores de teoria, e “periferias”, concebidas como consumidoras de teoria e/ou fornecedoras de matéria-prima (material empírico, por exemplo) a ser teorizada nos “centros”. Essa hierarquização é amiúde internalizada no próprio ambiente acadêmico “periférico”. Uma das implicações disso é a ausência ou a subexploração de debates com o que é produzido nesse ambiente. Não se trata aqui apenas de chamarmos a atenção para a importância da política da citação. Ou melhor, trata-se de defendermos a importância de uma política da citação que não opere na reprodução da lógica produtivista e/ou da mútua garantia de privilégios acadêmicos e profissionais, mas que faça parte de movimentos de contestação dos marcadores de discriminação na produção de conhecimento. Talvez possamos falar em uma política decolonial da citação na produção de conhecimento, que conteste ininterruptamente os termos pelos quais se define quem é capaz de teorizar e a quem se atribui a condição de ser pensante. Não está em jogo nisso a defesa do insulamento acadêmico ou da recusa ao que não é “brasileiro”, o que seria o lado oposto da dicotomia que move a importação de teorias ditada pela divisão global do trabalho intelectual. Essa política decolonial requer a problematização dessa dicotomia, o que passa, entre outras coisas, por uma interação crítica com a produção de conhecimento teórico no Brasil. Não por complacência, mas por sua qualidade e por sua inestimável contribuição à teorização de RI no país, como evidenciam os textos deste Dossiê. Vamos a eles.

Breve panorama dos textos do Dossiê

Vitor Veloso mapeia os muitos usos do conceito de "governança global", largamente mobilizado e influente no campo de RI desde a década de 1990. Identificando nesse conceito uma ineficácia interpretativa, Veloso apresenta o debate, de inspiração foucaultiana e de já longa trajetória em diversos campos de conhecimento (incluindo em RI), promovido pelos estudos de "governamentalidade". Estes, argumenta, propiciam uma "analítica do poder" que problematiza a relação entre soberania, autoridade e legitimidade; ao contrário de desconsiderar, com isso, a importância do estado, o conceito de "governamentalidade" se mostraria mais adequado para a apreensão das transformações das racionalidades de governo que atravessam o estado e outros sujeitos da política.

Irma Oliveira e Silva e Pedro Labriola se dedicam a apresentar a contribuição da teoria dos papéis (*role theory*) para a Análise da Política Externa (APE). Ligada originalmente à psicologia social, à antropologia e à sociologia, essa teoria propõe que os papeis, entendidos como padrões de comportamento de agentes, se relacionam com estruturas sociais e expectativas de outros agentes no processo de interação. Dialogando com outras abordagens do campo de RI, o artigo argumenta que as especificidades da teoria dos papéis contribuem para o entendimento da relação agente-estrutura e, mais precisamente, da relação entre dimensões sistêmicas e domésticas que são convencionalmente o foco, respectivamente, de certas teorias de política internacional e de certas abordagens de APE.

Também voltado a interpretar a prática estatal, porém a partir de um arcabouço conceitual bastante diferente, está o texto de Leonardo Ventura e Rafael Pedroso. Nos últimos anos, um dos lugares de maior inovação teórica no campo de RI vem da interação com a psicanálise, que já vem gerando excelentes trabalhos no Brasil (por exemplo, Selis, 2019; Sandrin, 2020). Ventura e Pedroso mobilizam a tríade sujeito-desejo-fantasia, de extração lacaniana, juntamente com os conceitos de biopolítica e necropolítica, para a interpretação da violência estatal nas Filipinas. Da leitura do texto, pode-se depreender como a interação entre Psicanálise e Relações Internacionais tem considerável potencialidade não apenas para os

estudos em segurança internacional, mas também para teorizações sobre diversos outros aspectos da coexistência política.

A área de segurança internacional também é abordada por Miguel Borba de Sá. A partir de seu estudo sobre a Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti (Minustah), o autor identifica, tanto em parte substancial do debate acadêmico no Brasil quanto em manifestações de autoridades estatais e organizações não-governamentais, uma "frequente postura favorável ao 'jeito brasileiro'" de atuar em operações de paz. Além disso, o texto afirma haver uma quase completa ausência no debate acadêmico brasileiro de uma teorização radical sobre intervenções humanitárias. Trazendo aportes teóricos gramsciano, foucaultiano, pós-colonial e feminista, o texto busca fomentar essa teorização, o que, segundo o autor, requer interrogar "o intervencionismo humanitário para além dos limites aos quais os paradigmas da Paz Híbrida ou da Paz Adaptativa tentam circunscrevê-lo".

O texto de Aureo Toledo interroga os fundamentos da categoria de "estado falido" tal como articulada nos documentos de política externa dos Estados Unidos durante o governo de George W. Bush (2001-2008). Toledo mostra como essa categorização está ancorada na perspectiva teórico-metodológica do "Novo Institucionalismo". Recorrendo a reflexões de expoentes dos estudos "pós-coloniais", o texto argumenta que essa perspectiva institucionalista, ao desconsiderar a dimensão internacional do problema diagnosticado e contribuir, dessa forma, para a legitimação de "intervenções reformistas" com o objetivo de modificar a situação política de "países considerados fracos", atualiza o "Discurso Colonial". Nas palavras de Toledo: "se a intervenção no Discurso Colonial era justificada pela tentativa de se educar os 'povos degenerados', no discurso sobre o fracasso estatal a intervenção seria explicada e incentivada com base na existência de 'instituições degeneradas'".[4]

A interpretação do marxismo como teoria das Relações Internacionais e a ênfase em seu aporte para a análise da atuação dos Estados Unidos na economia política capitalista são as duas principais contribuições do texto de Ana Garcia. A autora, com uma produção bibliográfica de extrema relevância para o debate marxista no campo (ver, por exemplo, Garcia, 2010; Bugiato, Garcia e Ramos, 2017; e Garcia e Bugiato, 2019), se dedica neste artigo a uma apresentação didática de

[4] Cabe notar que Aureo Toledo (por exemplo, Toledo e Facchini, 2017) e Miguel Borba de Sá (2019) vêm propiciando contribuições importantes nos últimos anos para o debate sobre os conceitos de "paz" nos estudos internacionais.

linhas gerais dessa abordagem e de sua rearticulação posterior por Antonio Gramsci, Nicos Poulantzas, Robert Cox, Sam Gindin e Leo Panitch. Os três últimos são mobilizados por Garcia para uma discussão sobre a ideia de "internacionalização do estado" e sua importância para o entendimento do imperialismo e da hegemonia nas reconfigurações da economia política capitalista nas últimas décadas, assim como da atuação dos Estados Unidos nesse período.

A importância das teorias do imperialismo para a análise do engajamento dos Estados Unidos na política internacional ganha outro contorno por parte de Felipe Mendonça, Pedro Cicero e Marisa Amaral. Depois de uma revisão da contribuição das vertentes clássicas dessas teorias para a análise da política internacional, o artigo traz uma fundamental discussão sobre a relação entre imperialismo e racismo na inserção internacional do Estados Unidos e na discussão teórica predominante no país. A leitura do texto não poderia ser mais importante para quem se interessa por um caminho interpretativo que busque entender os elos e tensões entre a teorização acadêmica no campo de RI e as relações de poder no sistema internacional. A agenda de pesquisa delineada pelo texto ao final tem enorme potencialidade, podendo até mesmo abrir frestas para se entender como esses elos e tensões ressoam e são reconfigurados em outros lugares do mundo, inclusive no Brasil.[5]

A partir de cruzamentos de abordagens feministas e pós-coloniais, Nicole Minvielle chega a um "feminismo pós-colonial" que, atento à interseccionalidade de raça, gênero, classe e outros marcadores da discriminação, lança luz sobre a multidimensionalidade da violência na dinâmica de mulheres refugiadas no "Sul Global". Faz parte dessa dinâmica, como diz a autora, o modo como instrumentos internacionais (como convenções e declarações) mobilizados para lidar com o refúgio não são condizentes com a heterogeneidade das experiências das mulheres de várias partes do mundo que estão nessa condição. Destaca Minvielle, ainda, que o "Ocidente" constrói "uma identidade única da mulher muçulmana oprimida"; e que, nos campos de refugiados, "constrói-se a imagem da mulher 'subdesenvolvida', como vítima de sua própria cultura e que precisa ser resgatada de culturas bárbaras e subdesenvolvidas".

[5] Como se pode perceber, os textos de Aureo Toledo, de Ana Garcia e de Felipe Mendonça, Pedro Cicero e Marisa Amaral, se colocados em debate, também trazem interpretações distintas sobre o papel do Estados Unidos na política internacional nas últimas décadas.

A construção homogeneizante ou "monolítica" de mulheres do Oriente Médio é igualmente problematizada por Jessica de Oliveira. Nesse caso, porém, isso é feito por meio de uma fascinante interação com a escritora e ativista feminista Fatema Mernissi. De acordo com Oliveira, Mernissi nos ajuda a "desmantelar macronarrativas orientalistas" sobre pessoas muçulmanas; "tornar tais indivíduos e sociedades visíveis através de referenciais menos violentos"; "destacar a zona de contato sempre viva entre culturas"; e "ilustrar como tradição e herança culturais, em vez de fixas no tempo e em territórios bem demarcados, podem ser compreendidas como a soma de memórias e fantasias persistentes que viajam através do tempo, do espaço e das mentes". A sofisticada interpretação que Oliveira nos oferece não para aí. Ela também mostra que a complexidade das questões que marcam as intervenções de Mernissi nos coloca sempre diante de possibilidades, mas também de limites no exercício crítico que caminha nas fronteiras, transgredindo-as, assim como as respeitando.[6]

Se Felipe Mendonça, Pedro Cicero e Marisa Amaral avançam um questionamento fundamental sobre a relação entre racismo e teorização em Relações Internacionais, Nicole Minvielle e Jessica de Oliveira enfatizam outros marcadores de discriminação igualmente relevantes. Os próximos textos do Dossiê, por sua vez, nos conduzem a outros aspectos da produção teórica em RI no Brasil.

Jocieli Decol e Igor da Silva, ao fazerem um mapeamento dos programas de de doutorado em Relações Internacionais no Brasil, evidenciam uma considerável desigualdade regional. O foco do texto, no entanto, está na análise da teorização presente nas teses em RI produzidas na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e em Estudos Estratégicos na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). O estudo mostra que há pluralidade teórica nessas teses, mas que o diálogo com "teorias do Sul" ainda é minoritário, mesmo nos trabalhos que discutem "teorias pós-positivistas/reflexivistas".

A configuração acadêmica brasileira, especialmente a chamada "Escola de Brasília", recebe uma leitura por outro ângulo no texto de Luciano Muñoz e Raphael Spode. Ambos têm feito estudos no campo de RI interagindo criticamente com o pensamento da política externa brasileira (ver, por exemplo, Muñoz, 2016a, 2016b, 2019; e Spode, 2017). Nesse texto, por meio de um esforço comparativo da

[6] Estas e outras questões foram trabalhadas também em Oliveira (2019).

produção acadêmica brasileira com a indiana no campo de RI, Munõz e Spode defendem a necessidade de aprofundamento do diálogo entre "construções teóricas contra-hegemônicas ocidentais – tais como as correntes do pós-positivismo em Relações Internacionais – e o conhecimento subalternizado do Sul Global". No que concerne ao Brasil, trata-se, para eles, de promover três movimentos (que o próprio artigo, vale notar, exercita de maneira muito produtiva): trazer ao campo de RI aportes de "autores brasileiros clássicos" de variadas áreas do conhecimento; colocar em contato, em "*via de mão dupla*" (grifo no original), esses aportes com teorias do campo; e "refletir acerca da *problematização de dicotomias* tais como centro/periferia, tradicional/moderno e interno/externo" (grifo no original). Tem-se aqui, sem dúvida, uma das mais promissoras agendas de pesquisa para a teorização em RI.

Ananda Oliveira se dedica à problematização da questão racial na produção de conhecimento na modernidade. Segundo ela, o "projeto de conhecimento científico da modernidade objetificou os corpos negros, negando sua capacidade de autoridade e de busca pelo saber, produzindo conhecimentos que não atendem aos interesses e demandas de povos negros, reduzindo seu ser a um corpo biológico, irracional, animalizado". O campo de RI, inclusive no Brasil, é parte desse projeto. Recorrendo a nomes centrais para o pensamento sobre relações raciais, em particular Abdias do Nascimento e Lélia Gonzalez, o artigo nos ajuda a entender alguns aspectos que marcam a produção de conhecimento em RI no país. A reprodução de estruturas racistas no pensamento no campo de RI não somente se liga a uma perda de diversidade de saberes, mas também "pode limitar a compreensão do internacional, assim como constranger as possibilidades de estudo de sujeitas e sujeitos negros".

As relações raciais na produção acadêmica de RI no Brasil também são abordadas por Blenda Santos de Jesus. Depois de interagir com parte da já considerável produção estrangeira sobre a questão racial na teorização em RI, assim como com nomes fundamentais para essa discussão em outros campos de conhecimento, inclusive no Brasil, o artigo se dedica a refletir sobre o silenciamento ainda marcante no campo acerca "da contribuição e da representação do negro". A tarefa que o texto nos coloca é a seguinte: "pensar o espaço social e simbólico do negro", diz Jesus, "demanda uma mudança no conjunto de mecanismos teóricos e

metodológicos das RI, e das ciências, de modo geral, e o esforço e dedicação dos pesquisadores que se propõem a investigar a internacionalização de conceitos e práticas raciais no Brasil, especialmente, a partir de autoras e autores negros".

Os textos de Ananda Oliveira e Blenda Santos de Jesus trazem reflexões tão urgentes quanto complexas sobre marcadores de discriminação racializados na atribuição daquilo que se considera como conhecimento legítimo na "modernidade" e, mais especificamente, no campo de RI. Essas reflexões nos incitam a repensar a reprodução do racismo na teorização de RI e mostram que a problematização do tema vem gerando agendas de pesquisa fascinantes e que nos possibilitam levar adiante modalidades antirracistas de pensamento e de (re)construção de mundos.

Se os quatro textos acima nos aproximam criticamente da produção teórica em RI no Brasil, os três próximos textos do Dossiê nos conduzem a uma problematização da relação entre a teorização em RI e os marcadores de discriminação constitutivos da modernidade.

O artigo de Gustavo Bezerra, Pedro Salgado e Roberto Yamato materializa um esforço sistemático de reflexão sobre a ordem política moderna (ver, por exemplo, Herz e Yamato, 2018; Yamato, 2019; Salgado, 2019).[7] Por meio de uma interpretação crítica da Escola Inglesa, os autores argumentam que há um silenciamento do campo de RI sobre a escravização atlântica, que seria, para eles, uma "instituição fundamental" do que se concebe como "sociedade internacional". O diálogo que o texto conduz com a sociologia histórica e com estudos "pós-coloniais" e "decoloniais" não somente problematiza concepções largamente sedimentadas em certas teorizações das RI, como também a relação entre modernidade e escravização. A agenda de pesquisa aberta pelo texto pode fortalecer debates que atravessam diferentes campos de conhecimento e diversas configurações históricas, culturais, sociais, políticas.

Por outra via, também é a modernidade que é problematizada por Marta Fernández, que tem feito intervenções incontornáveis no debate pós-colonial e decolonial no campo de RI no Brasil nos últimos anos (ver, por exemplo, Fernández,

[7] Gustavo Bezerra vem desenvolvendo importante pesquisa de doutorado sobre história do Atlântico e escravidão no século XIX, interagindo com discussões em história e teoria das Relações Internacionais.

2014; e Fernández e Esteves, 2017).8 A autora discute a cumplicidade das Relações Internacionais com o "projeto colonial" e argumenta que os conceitos de "estado de natureza", "contrato social" e "estado moderno" – "os principais mitos e categorias" das Relações Internacionais – "participam do processo extremamente violento de desqualificação da diferença e de opressão das minorias étnico-raciais que operam fora da gramática da modernidade". Sendo constitutivo da modernidade, esse processo também marca as "disciplinas" a ela atreladas, incluindo as Relações Internacionais. Por isso, Fernández propõe uma interpretação que provincialize e racialize teorias como o "neorrealismo" e o "liberalismo". Dando um passo adiante, o artigo recorre à filosofia ubuntu como forma de reimaginação do mundo "a partir de outros mundos".

Onofre dos Santos Filho, um dos nomes mais importantes na construção do campo de RI no Brasil, conduz uma instigante e precisa releitura de pensadores canonizados na teoria política moderna, Thomas Hobbes e John Locke. Essa releitura busca entender a construção da "ordem político-espacial" através do modo como ela articula certas concepções de "estado de natureza", "anarquia" e "contrato social". Através dessa articulação, produz-se, conforme Santos Filho, uma "clivagem entre Norte e Sul" que "não mais diz respeito a fiéis e infiéis, mas se faz entre sociedades contratuais e não contratuais, entre aqueles civilizados e não civilizados". Ao consolidar a noção de "internacional" como algo similar ao "estado de natureza", em que predomina a "anarquia", a teorização das Relações Internacionais reifica a forma "moderna-ocidental" do estado e, ao fazê-lo, reifica "o próprio sistema de estados e o ordenamento desigual a que a sua expansão pela superfície terrestre também deu origem".

Além dos textos inéditos apresentados até aqui, o Dossiê também traz a tradução de um artigo de Cristina Rojas.9 Rojas identifica tensões entre, de um lado, "lógicas coloniais da modernidade capitalista" – e suas divisões natureza/cultura, modernos/não-modernos e avançados/atrasados – e, de outro, pensamentos que "fraturam a episteme e a ontologia modernas". Explorando a noção de "pluriverso" a

[8] Fernández também é editora, juntamente com D. Nabers, C. Pan e D. B. MacDonald, da série de livros *Global Political Sociology*, publicada pela Palgrave Macmillan. Ver: https://www.palgrave.com/gp/ series/15803. Último acesso em 25 de março de 2020.

[9] A tradução foi possível pelo apoio que recebemos desde o início por parte de Rojas e, principalmente, pelo trabalho minucioso de Paulo Chamon, ele próprio alguém que propiciou recentemente uma valiosa reflexão sobre o conceito de "tempo" na teorização em RI (Chamon, 2018). A revisão técnica da tradução foi feita por João Nackle Urt.

partir de perspectivas da “ontologia política”, o artigo coloca nosso pensamento diante da existência de muitos mundos. A abertura ético-política a formas alternativas de ser e conhecer, entendidas como “diferença radical”, perturba a familiaridade do mundo moderno e pode, com isso, fomentar projetos alternativos e coletivos de solidariedade.

Os textos de Marta Fernández, Onofre dos Santos Filho e Cristina Rojas instigam tanto pelos seus muitos pontos de contato, como também pela complexa discussão que podem gerar em uma leitura comparativa. Não sendo aqui o espaço para avançar nessa direção, queremos apenas destacar um aspecto, encaminhando-nos para a conclusão desta introdução. Fernández recupera a filosofia ubuntu como uma concepção “alternativa de mundo, antitética ao projeto moderno/colonial”. Rojas, por sua vez, convoca a uma política pluriversal que perturbe e frature as lógicas da modernidade. Já Santos Filho afirma que, “mesmo que possamos produzir teorias genuinamente do Sul”, não se pode deixar de lado que “integramos um sistema de pensamento que deve se abrir ao entendimento e reconhecimento de outros saberes, mas que não opera nos mesmos termos desses outros saberes”. Assim sendo, segue Santos Filho, “[n]osso lugar de discurso é o da ciência ocidental e o que podemos fazer é subvertê-la no sentido de recorrer às suas categorias, mas lendo-as em um registro diferente daquele que convencionalmente é feito a partir do Norte. Em outras palavras, à maneira das etnias que aqui existiam quando dos Descobrimentos, empregá-las a serviço de regras, costumes ou convicções estranhas ao seu aparato interpretativo e às relações de poder que engendram e sustentam a estruturação desigual do sistema ou da sociedade internacional” (grifo no original). Fernandéz, Rojas e Santos Filho nos instigam a levar o pensamento ao limite, a operar no limite, explorando as possibilidades e impossibilidades da transgressão na relação com a alteridade, sem deixar que reconhecer o(s) lugar(es) de onde nós partimos. E quem seria este “nós”? E qual seria este lugar?

O Dossiê se encerra com uma entrevista feita com João Pontes Nogueira. Além de importante contribuição bibliográfica para a teorização em RI no Brasil (ver, por exemplo, Nogueira e Messari 2005; Huysmans e Nogueira, 2012, 2016; Nogueira, 2003), Nogueira participou de momentos fundantes na institucionalização do campo no país e vem fomentando há anos a discussão de perspectivas pós-

estruturalistas, pós-coloniais, decoloniais, entre outras, no ensino e na pesquisa aqui desenvolvidos. A entrevista está dividida em duas partes: a primeira, de escopo mais amplo, aborda a relação do campo das Relações Internacionais com a universidade e o debate público; a segunda se foca na teorização em RI pensada a partir do Brasil. Entre os muitos pontos trazidos nas respostas, destacamos dois, antes de concluirmos a introdução – ou melhor, abrirmos o Dossiê.

Primeiro. Nogueira afirma: "se, de fato, os obstáculos estruturais à produção de teoria na periferia ainda perduram, é importante dizer que o contexto vem mudando gradualmente". Essa mudança pode ser percebida em vários locais: na participação de pesquisadoras(es) do "Sul" em eventos internacionais, na crescente publicação de textos em periódicos estrangeiros de ponta e na maior possibilidade de construção de redes transnacionais de pesquisa. Somando-se a isso, poderíamos mencionar o adensamento, ainda que subexplorado e sempre padecendo da falta de recursos, de redes formais e informais entre instituições e/ou pesquisadoras(es) brasileiras(os). Além disso, destacamos um segundo ponto. Nogueira identifica, como "uma das tendências mais encorajantes do campo hoje no Brasil", aquilo que chama de "impulso vigoroso no sentido da incorporação estudos teóricos de gênero e raça na produção acadêmica de RI". Ainda em suas palavras, "existe uma energia criativa entre os jovens pesquisadores de RI que promete coisas interessantes no campo teórico". Poderíamos dizer que este Dossiê parece indicar que essa energia criativa já é mais do que apenas uma promessa...

Em suma, esperamos que a diversidade temática e teórica dos textos do Dossiê, assim como do perfil acadêmico, da filiação institucional e da localização regional de dos nomes nele presentes, contribua para um fortalecimento da teorização em RI no Brasil que se combine com um intenso atravessamento de fronteiras pelos mais variados campos de conhecimento. Ademais, é um propósito do Dossiê incentivar que essa combinação seja explorada também através da intensificação da interação com o que é produzido no âmbito da teorização em RI no próprio país. Mais precisamente, trata-se de um duplo desafio. Por um lado, a problematização da divisão global do trabalho intelectual requer o reconhecimento e a contestação da reprodução de "centros" e "periferias" no próprio âmbito acadêmico brasileiro. Por outro lado, é crucial o aprofundamento de debates com a produção teórica no Brasil, sem prejuízo da contínua interação com o que é produzido em

outros locais – nesse caso, preferencialmente com a diversificação desses locais, para além dos Estados Unidos, do Canadá e de um pequeno grupo países europeus.

Esse duplo desafio nos incita a responder a uma pergunta assim formulada por Onofre dos Santos Filho em seu artigo: “como pensar um mundo assim ordenado a partir do nosso lugar no mundo?”. Para as múltiplas respostas possíveis, não resta dúvida de que a teorização em Relações Internacionais no Brasil importa. E que importe cada vez mais, cada vez melhor.

Por fim, mas não menos *importante*, cabe ressaltar a natureza coletiva da iniciativa que culminou com a realização deste Dossiê. Sua formulação teve início há pelo menos três anos e ganhou materialidade na proposta acolhida pela revista Monções, que aqui referimos na pessoa da equipe editorial - Bruno Bernardi, Déborah Monte e Matheus Hernandez. Mais de trinta trabalhos foram submetidos, o que demandou o esforço analítico de aproximadamente sessenta pareceristas, que buscamos entre professoras(es) e autoras(es) de Teoria das RI de universidades sediadas em todas as regiões do País, e que trabalharam voluntariamente num intenso processo de avaliação, edição e revisão. A todas essas pessoas, que tornaram possível esta publicação, agradecemos imensamente.

Referências

BORBA DE SÁ, M. *"Haitianismo": colonialidade e biopoder no discurso político brasileiro*. Tese de doutorado em Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2019.

BUGIATO, Caio; GARCIA, Ana Saggioro; e RAMOS, Leonardo. Posfácio: marxismo e Relações Internacionais: um breve balanço. *Estudos Internacionais*, vol. 5, n. 3, p.126-134, 2017.

CHAMON, Paulo. Turning temporal: on discourse of time in IR. *Millennium* 46(3), 2018, p. 396-420.

COX, Robert W. Social Forces, States and World Orders: Beyond International Relations Theory. *Millennium* 10 (2), 1981, p. 126–155.

DIRLIK, Arif. The end of colonialism? The Colonial Modern in the Making of Global Modernity. *Boundary 2*, Duke University Press, v. 32, n. 1, 2005, p. 1-31.

E-MEC. Cadastro e-MEC: Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior. Consulta Avançada. Disponível em: <https://emec.mec.gov.br/emec/nova#avancada>. Acesso em: 25/3/2020.

FERNÁNDEZ, Marta. O Cosmopolitismo Kantiano: Universalizando o Universalismo. *Contexto Internacional*, v.36 n.2, p. 417-456, 2014.

FERNÁNDEZ, Marta e ESTEVES, P. L. M. L. Silencing Colonialism: Foucault and the International. In: BONDITTI, Philippe; BIGO, Didier; GROS, Frédéric (orgs.). *Foucault and the Modern International. Silences and Legacies for the Study of World Order*. 1ed.Londres: Palgrave, 2017.

GARCIA, Ana Saggioro. Hegemonia e imperialismo: caracterizações da ordem mundial capitalista após a Segunda Guerra Mundial. *Contexto Internacional*, vol. 32, n.1, p.155-177, 2010.

GARCIA, Ana e BUGIATO, Caio. Repensando o estado o imperialismo nas Relações Internacionais: as contribuições teóricas De Leo Panitch. *Revista de Estudos Internacionais (REI*), vol. 10, n. 2, p.3-18, 2019.

HERZ, Mônica e YAMATO, Roberto Vilchez. As Transformações das Regras Internacionais sobre Violência na Ordem Mundial Contemporânea. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 61, n. 1, p. 3 a 45, 2018.

HOOKS, Bell. Ensinando a transgredir: a Educação como prática de liberdade. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo. 2013. Editora Martins Fontes, 2013.

HUYSMANS, Jef e NOGUEIRA, João Pontes. International Political Sociology: opening spaces, stretching lines. *International Political Sociology*, vol. 6, n. 1, p. 1-3, 2012.

_____. Ten years of IPS: fracturing IR. *International Political Sociology*, vol. 10, p. 299-319, 2016.

MUÑOZ, Luciano da Rosa. A renovação de credenciais no Brasil: indicações para uma análise à luz da governamentalidade. *Monções: revista de Relações Internacionais da UFGD,* vol. 6, n. 10, jul/dez, p.269-295, 2016a.

_____. O conceito de autonomia em Puig e Jaguaribe: uma análise comparativa intertextual. *Carta Internacional*, v. 11, p. 200-221, 2016b.

_____. Intelectuais, militares, diplomatas: uma genealogia da autonomia no Brasil (1946-1974). Tese de doutorado apresentada no Instuto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

NOGUEIRA, João Pontes. Ética e violência na Teoria das Relações Internacionais: uma reflexão a partir do 11 de setembro. *Contexto Internacional*, vol. 25, n. 1, jan./jun., p. 81-102, 2003.

NOGUEIRA, João Pontes e MESSARI, Nizar. *Teoria das Relações Internacionais: correntes e debates*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

OLIVEIRA, Jessica da Silva C. *Postcolonial Maghreb and the Limits of IR*. London: Palgrave Macmillan, 2019.

PLATAFORMA SUCUPIRA. Cursos avaliados e reconhecidos. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/programa/quantitativos/quantitativoBuscaAvancada.xhtml>. Acesso em: 24/3/2020.

SALGADO, Pedro. Agency and geopolitics: Brazilian formal independence and the problem of Eurocentrism in international historical sociology. *Cambridge Review of International Affairs*, Publicado online em 22 de julho de 2019.

SANDRIN, Paula. Symptomatic enjoyment: a postcolonial and psychoanalytic interpretation of Turkey's relations with the European Union. *Journal of International Relations and Development*, Publicado Online em 22 fevereiro de 2020.

SELIS, Lara Martim Rodrigues. *At the edge of language: rereading subalternity through misrecognition and sinthome*. Tese de doutorado apresentada no Instituto de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

SPIVAK, Gayatri C. *A Critique of Postcolonial Reason: Towards a History of the Vanishing Present.* Harvard UP, 1999.

_____. A conversation with Gayatri Chakravorty Spivak: politics and the imagination, interview by Jenny Sharpe, *Signs: Journal of Women in Culture and Society*, 28(2): 609-24, 2003.

SPODE, Raphael. An Inquiry into the Moral and Religious Dimensions of International Politics: the Thought and Contribution of Rui Barbosa. *Contexto Internacional*, vol. 39, n. 1, Jan/Abr, p. 53-73, 2017.

TICKNER, Arlene B.; BLANEY, David (eds.) *Thinking International Relations Differently*. London and New York: Routledge, 2012.

_____. *Claiming the International*. London and New York: Routledge, 2013.

TICKNER, Arlene B.; WAEVER, Ole (eds.) *International Relations Scholarship Around the World*. London and New York: Routledge, 2009.

TOLEDO, Aureo e FACCHINI, Julia. Da transformação de conflitos à paz híbrida: uma análise das ideias de Paul Lederach e Roger Mac Ginty. *Revista Brasileira de Estudos de Defesa*, vol. 4, n. 2, p.153-174, jul./dez., 2017

YAMATO, Roberto Vilchez. Beyond the line: Carl Schmitt and the constitutive outsider of the international. *Politics*, 39(2), 218–232, 2019.

MONÇÕES
Revista de Relações Internacionais da UFGD
ISSN 2316-8323

ENTREVISTA COM JOÃO PONTES NOGUEIRA

ENTREVISTADORAS:

JOÃO NACKLE URT
Professor da Universidade Federal da Grande Dourados

LARA MARTIM RODRIGUES SELIS
Professora do Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade de Uberlândia (UFU)

VICTOR COUTINHO LAGE
Professor do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos (IHAC) da Universidade Federal da Bahia (UFBA)

João Pontes Nogueira possui graduação em Economia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1984), mestrado em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio, 1994) e doutorado em Relações Internacionais pela University of Denver (1998). Desenvolveu sua pesquisa de Pós-Doutorado na Universidade de Victoria (UVIC), Canadá, onde atou com professor visitante. É professor adjunto do Instituto de Relações Internacionais (IRI) da PUC-Rio desde 2000. Foi secretário executivo e diretor da Associação Brasileira de Relações Internacionais (ABRI, 2005-2009), da qual foi um dos fundadores. Atua, principalmente, nos seguintes temas: teoria das relações internacionais, sociologia política internacional, desigualdade na política mundial, humanitarismo, e o lugar das cidades na política mundial. Foi diretor do IRI/PUC-Rio entre 2008 e 2012 e supervisor-geral do Centro de Estudos dos Países BRICS (BRICS Policy Center) durante o mesmo período. Foi editor-chefe, com Jef Huysmans, da revista International Political Sociology (IPS), da International Studies Association (ISA), de 2012 a 2016, e é membro do conselho editorial de diversas revistas nacionais e internacionais.

Nota introdutória das entrevistadoras: A entrevista abaixo, realizada por e-mail, está dividida em duas partes. Na primeira, de escopo mais amplo, discute-se a relação do campo das Relações Internacionais com a universidade e o debate público. Já na segunda parte, focamos nossas perguntas na teorização do campo pensada a partir do Brasil.

O campo das Relações Internacionais, a universidade e o debate público

Pergunta: Quando se pensa no ambiente universitário nas últimas décadas, podemos identificar ao menos quatro transformações em curso: um processo de inserção no ambiente universitário de regras e métricas características do funcionamento do mercado (por exemplo, o produtivismo e a competitividade); um fortalecimento da concepção de que a universidade é um momento de preparação e de transição para o "mercado de trabalho"; um ímpeto anti-intelectual que busca deslegitimar o lugar social e epistêmico da universidade; e uma crescente presença de grupos historicamente marginalizados das instituições de ensino superior que têm pressionado por mudanças no ambiente universitário. Neste contexto, qual a sua visão sobre como devem se dar: (i) a tríade ensino-pesquisa-extensão; e (ii) a relação entre as universidades e os âmbitos "profissionais" ligados ao campo das Relações Internacionais (diplomacia, comércio exterior, organismos internacionais, etc.)?

Resposta: A relação entre universidade e sociedade é, sem dúvida, um bom lugar para pensar o campo das RIs no Brasil hoje. Em termos mais gerais, a universidade sempre expressa contradições entre as condições em que a atividade acadêmica está inserida e o tipo de conhecimento e aprendizado que produzimos. É comum pensar esta relação em termos de esferas separadas, como se a universidade fosse insulada do 'mundo real' para o qual ela prepara as gerações mais jovens. Também tendemos a pensá-la como um espaço autônomo a partir do qual podemos pensar com relativa liberdade, escapando do processo de mercantilização da cultura que caracteriza o capitalismo contemporâneo.

As linhas que delimitam estes espaços são, na verdade, bastante opacas. Os diferentes saberes sobre, digamos, a saúde, os direitos, ou o internacional, circulam em múltiplos lugares e são articulados pelos diferentes atores. Creio que, para entendermos como a racionalidade de mercado adquiriu grande centralidade na definição de currículos e processos de ensino e pesquisa, precisaríamos olhar para as trajetórias dos saberes e aprendizados que foram cristalizados em certos ambientes institucionais. Por exemplo, no caso dos critérios de avaliação de programas e projetos de pesquisa, a universidade brasileira internalizou modelos orientados para a medição de resultados e impactos concebidos pela corrente managerialista (da escola de New Public Management) muito dominante no ambiente universitário britânico e promovido por grande número de agências de desenvolvimento (como o Banco Mundial e a OECD). Hoje adotamos rankings, fatores de impacto, relevância social, e muitos outros indicadores de produtividade típicos do novo maganagerialismo, como parâmetros para avaliar a qualidade do ensino e da pesquisa. Se olharmos para as recentes mudanças nos critérios da avaliação de programas de pós-graduação, podemos identificar essa tendência com clareza.

Em parte, este processo resulta das estratégias de internacionalização da universidade brasileira, que respondia à necessidade de criar redes de colaboração com pesquisadores de outros países depois de um longo período de isolamento da academia brasileira durante o regime militar. O mesmo processo, contudo, criou as condições para que as métricas de desempenho fossem gradualmente assimiladas, seja através de condicionantes técnicos inseridos em linhas e editais de financiamento, seja a partir da adoção de 'boas práticas' de avaliação introduzidas por acordos de cooperação e mecanismos de ranqueamento. Na medida em que estes dispositivos de controle e gerenciamento da educação foram sendo disseminados, a interface com o mercado alcançou um patamar mais intenso na medida em que universidade e empresas passaram a compartilhar uma linguagem sobre produtividade, desempenho e resultados. Estas tendências parecem ter estimulado, por exemplo, a criação de mestrados profissionais voltados para políticas públicas, comércio, defesa, o que, em princípio, poderia ser considerado um desenvolvimento positivo do campo. Temo, contudo, que expressem um movimento no sentido de definir as Relações Internacionais como um

conhecimento profissionalizante e, em consequência, inibir a consolidação dos programas de pós-graduação acadêmicos, onde deveria se concentrar a produção intelectual da área.

Esta lógica de mercado parece estar pressionando os cursos de graduação a redefinir suas grades com base no imperativo da profissionalização, da produção de capital humano, principal mote da racionalidade neoliberal imposta à educação superior. Creio que deveríamos resistir a este processo e continuar a construir o campo das RI no Brasil como um lugar de reflexão e pensamento crítico sobre as transformações da política mundial e suas articulações com as mutações da formação social brasileira. Isto não quer dizer que não devamos nos preocupar com o futuro profissional dos estudantes de Relações Internacionais, mas sim que sua inserção no mercado de trabalho deve ser orientada por um saber capaz de pensar e entender os múltiplos fenômenos produzidos em espaços transnacionais. Em outras palavras, não deveríamos deixar o mercado definir o que é o internacional, isso seria relegar a área no Brasil a um lugar subordinado e irrelevante.

Finalmente, respondendo à última parte da pergunta, as Relações Internacionais foram, de fato, por muito tempo associadas a certas práticas estatais, em especial a diplomacia. Este vínculo claramente perdeu sua importância já que a disciplina já não é tão definida pelo seu estado-centrismo. Em outras palavras, a divisão entre uma esfera nacional e o espaço internacional por fronteiras territoriais do estado já não é capaz de definir o objeto de estudo da área. Eu entendo que muitos resistem a abrir mão da relativa clareza que essa divisão confere a nosso fazer acadêmico e à prática profissional. Recentemente, fiz uma palestra na qual defendia que a teoria de RI não poderia mais se contentar com reivindicar um saber específico sobre relações entre estados em um ambiente anárquico. A reação foi de perplexidade e mesmo de certa insatisfação. Meu argumento, por outro lado, é que, ao entender que o internacional atravessa uma multiplicidade de dimensões da vida social, nosso horizonte de investigação, bem como nossas competências para agir no mundo, se ampliam. Neste sentido, a diplomacia se torna um universo pequeno e muito menos relevante para os estudos internacionais e não deveria considerada como a opção natural de carreira do estudante de RI. Quanto

ao comércio internacional, francamente, tenho dificuldade em imaginar o que essa atividade tem a ver com nossa disciplina.

Pergunta: Ainda considerando as transformações no ambiente universitário apontadas acima, como você enxerga o lugar do campo de RI na discussão acadêmica e no debate público no Brasil? Que contribuição singular, se alguma, o campo teria para o entendimento das transformações sociais e políticas no país hoje?

Resposta: Há, sem dúvida, enormes desafios à participação da universidade no debate público atual no Brasil, em particular talvez para as ciências sociais. Creio que exista a dificuldade adicional de entender quais são os contornos deste debate público que, no momento, não parecem estar muito claros. O campo das RI cresceu muito nos últimos anos, é muito diverso e confesso não ter uma imagem muito precisa de como ele se estrutura hoje. Talvez tenha melhores condições para falar do processo de consolidação da área no país e sua trajetória, mas deixo isto para a pergunta seguinte. Por outro lado, um pouco na linha da resposta anterior, eu diria que, na minha modesta opinião, as Relações Internacionais, enquanto campo de saber, são um lugar privilegiado para pensar os problemas do país hoje. Evitando uma resposta por demais extensa, destaco dois pontos. O primeiro diz respeito às possibilidades de pensar criticamente. Se, como defendi antes, o problema do internacional se apresenta principalmente nos limiares, nos limites, nas fronteiras que dividem e constituem espaços políticos, campos sociais, modos de representação, ordens soberanas, discriminações, a problematização das práticas que definem tais limites oferece possibilidades de criticar as relações de poder que estão em processo de reconfiguração hoje. Por exemplo, a forma como se está repensando a integração do ecossistema amazônico às cadeias produtivas globais do agronegócio e do extrativismo redefine, de forma potencialmente extrema, a relação entre território e direitos, antes baseada na possível sustentabilidade do desenvolvimento em sua articulação com os modos de vida dos povos indígenas da região. Trata-se de um processo que coloca em questão a forma como a cidadania funciona como dispositivo de governo de populações sujeitas a certas hierarquias de valorização da vida.

O segundo ponto diz respeito às possibilidades que os estudos em relações internacionais oferecem para entendermos a complexidade das transformações em curso, como as novas práticas de produção de insegurança; os padrões mais radicais de exclusão social; a precarização do trabalho; a difusão de tecnologias de vigilância e controle; a multiplicação das formas de desigualdade e de estratificação social. Todos estes processos se caracterizam por conexões com circuitos transnacionais de produção de conhecimento; redes de especialistas; dispositivos de governança e monitoramento de políticas públicas; esquemas de classificação e ranqueamento; etc. que atravessam fronteiras entre público e privado e entre local e global. Esta configuração transversal dos saberes e problemas de pesquisa que hoje caracterizam a área é o que a torna tão singular em um universo onde a delimitação mais rigorosa dos espaços sociais e analíticos (entre nacional e internacional, por exemplo) dificulta nossa compreensão do mundo contemporâneo.

Pergunta: Toda narrativa sobre um campo de conhecimento é, em certa medida, política, apontando e promovendo possibilidades, ao mesmo tempo em que marginaliza temas considerados de menor importância. Partindo desse pressuposto, como você narraria a formação e consolidação do campo de Relações Internacionais no Brasil? Como tal trajetória resulta em potencialidades no campo hoje e quais importantes contribuições foram marginalizadas?

Resposta: A área de Relações Internacionais no Brasil se forma no contexto da transição democrática, ou seja, a partir dos anos 80, quando os primeiros programas de graduação e pós-graduação se organizam. O regime militar via com desconfiança o estudo da política internacional nas universidades. Neste sentido, a formação do campo é fortemente marcada pelo clima de efervescência intelectual na sociedade brasileira em geral, e na acadêmica em particular, que se segue à Anistia e ao retorno de importantes intelectuais do exílio. É claro que certas burocracias do estado como o Itamaraty e a Escola Superior de Guerra se encarregavam de refletir e pensar estrategicamente a política externa e o posicionamento do país no sistema internacional da Guerra Fria. Contudo, o desafio de repensar o país em suas relações internacionais no período

democrático produziu um distanciamento salutar da área em relação àquelas instituições, conferindo maior autonomia a seu processo de institucionalização bem como a sua agenda de pesquisa. Esta, na verdade, coincide em grande parte com o movimento de abertura, priorizando as questões da transição democrática, de um desenvolvimento menos dependente e do combate às desigualdades gritantes do capitalismo na América Latina. Em outras palavras, a evolução da área, principalmente nas décadas de 80 e 90, acompanhou as transformações na sociedade brasileira, na região e no sistema internacional, refletindo em particular sobre os problemas relacionados à nova 'inserção internacional' do Brasil democrático na nova ordem mundial. O estudo das peculiaridades das transições democráticas na América Latina estimulou a reflexão sobre a integração regional e modelos de reforma do Estado, por exemplo. O debate sobre um novo modelo de desenvolvimento influenciou o estudo de instituições e regimes e a maneira como foi incorporada a questão da globalização na pauta de economia política internacional e na pesquisa sobre movimentos sociais globais.

Como sabemos, o impacto da internacionalização dos processos de mudança no país impulsionou o crescimento exponencial dos programas de graduação em Relações Internacionais que, ao final do milênio, chegavam a mais de cem. O ritmo na pós-graduação foi mais lento, mas nem por isso menos significativo. A questão de fundo que se colocava, creio, era a de pensar a especificidade da contribuição da área para a pesquisa dos processos de transformação em curso. Em que medida as Relações Internacionais eram capazes de produzir conhecimento que fosse mais do que complementar (ou mesmo derivado) das demais ciências sociais? Esta questão se arrasta até, pelo menos, o momento da fundação da Associação Brasileira de Relações Internacionais (ABRI), em 2005, e se estende pelos anos seguintes quando, por exemplo, finalmente se reconhece a existência da área em comitês científicos da CAPES e do CNPq. Apesar do evidente dinamismo do campo, muitos ainda o viam como uma esfera interdisciplinar e um tanto periférica no universo acadêmico brasileiro.

Os obstáculos na esfera político-institucional introduziram contradições que ainda hoje afetam a área. Por um lado, o ethos crítico que marcou a emergência dos estudos internacionais na era da abertura inspirou uma geração de pesquisadores interessados em novas perspectivas na disciplina que permitissem entender a complexidade das

transformações na política mundial. Para estes era preciso afastar-se do cânone tradicional das Relações Internacionais e explorar as contribuições da virada crítica, desde a desconstrução da imaginação soberana, da articulação espaço-temporal da comunidade política moderna, seu nacionalismo metodológico e a violência epistêmica do positivismo. Evidentemente, esta postura implicava na rejeição de uma concepção do internacional enquanto estado de natureza onde a política se reduz a competição e sobrevivência. Ou seja, uma rejeição à concepção clássica que fundamentava a especificidade do campo vis-à-vis as demais ciências sociais. Ora, para muitos, esta opção ia de encontro tanto ao imperativo de consolidação da área enquanto campo delimitado de saber, quanto às exigências de uma institucionalização bastante contestada. Mais ainda, para um conjunto importante de acadêmicos, a agenda fundamental era a da autonomia da política externa, da inserção soberana do Brasil na globalização e da centralidade do Estado na direção do novo modelo de desenvolvimento. Esta orientação combinava uma problemática já clássica nas ciências sociais - a da superação do caráter dependente e periférico da formação social brasileira - com perspectivas mais convencionais como o realismo e o institucionalismo, que privilegiavam o estado como ator central em um ambiente anárquico dominado pela lógica dos ganhos relativos.

Esta caracterização é um tanto simplificadora, mas ilustra de forma aproximada tendências que continuaram a conviver no processo de consolidação da área no passado recente. Elas se manifestam, por exemplo, na diversidade dos diferentes programas de pós-graduação e na capacidade de grupos de pesquisadores, principalmente os mais jovens, de inovarem a agenda de pesquisa e a produção teórica no sentido de ampliar a capacidade do campo em intervir em temas cruciais da política contemporânea mundial, como as novas formas de hierarquização no sistema internacional, o papel de dispositivos de governança global na reprodução de modos de dominação, a persistência de um ethos eurocêntrico, patriarcal e indiferente ao racismo como elemento constitutivo do estado moderno, para citar apenas algumas questões. O lado institucional da disciplina, contudo, vem privilegiando temas da agenda de pesquisa mais próximos à definição dominante do que são as relações internacionais, como a segurança, a multipolaridade do sistema, o lugar das potências emergentes, a reforma das instituições

multilaterais, políticas de defesa e o futuro do regionalismo. Todos temas relevantes, é claro, para as políticas de estado, mas muito pouco abertos a processos e conflitos que cada vez mais combinam público e privado, local e global, ou simplesmente a transversalidade das relações transnacionais que não cabem no imaginário soberano. Neste sentido, a institucionalização tem apresentado uma certa defasagem em relação à linhagem crítica originária do campo, bem como em relação ao dinamismo de muitos programas e redes de pesquisadores. É sintomático, por exemplo, que até hoje a ABRI não tenha uma área temática de gênero e relações internacionais. Este seria um exemplo bem explícito de marginalização de uma vertente de estudos internacionais absolutamente central para todo o pensamento crítico na disciplina há décadas. Trata-se de uma situação realmente inaceitável. Mas se esta, digamos, normalização da esfera institucional da área aponta para o risco de um certo esvaziamento resultante da rigidez de sua concepção, por outro lado sua renovação é sempre uma perspectiva possível considerando o grande dinamismo do campo como um todo.

Pergunta: São recorrentes em vários campos do conhecimento os apontamentos referentes à pouca interação entre a produção de conhecimento no Brasil e o que se produz nos outros países da América Latina e nos países do continente africano. Esses apontamentos parecem ainda mais pertinentes para a teorização em Relações Internacionais. Na sua visão, que aspectos nos ajudam a compreender esse quadro? Quais os pontos de contato mais promissores para o aprofundamento dessa interação?

Resposta: Há numerosas razões para o insulamento da produção intelectual brasileira em relação à América Latina e à África. Seria difícil abordar, com justiça, as diferentes explicações para este fenômeno, não incomum em países continentais, mesmo os pós-coloniais como a China e a Índia. Restringindo minha resposta apenas à teorização em RI eu destacaria dois aspectos. Primeiramente, como sabemos, a linhagem intelectual da disciplina é predominantemente anglo-saxã e sua formação enquanto 'ciência', essencialmente norte-americana. Não é preciso nos alongarmos neste ponto, já bastante

repetido desde a publicação do famoso artigo de Stanley Hoffmann.[1] Esta constatação, contudo, nos permite entender porque a introdução das Relações Internacionais como disciplina no Brasil, como aliás em tantos outros países, passou por um período de socialização do cânone dominante entre os pesquisadores locais. O controle e disseminação dos clássicos é uma condição indispensável para reivindicar um lugar na distribuição dos saberes convencionais organizados no sistema de ensino superior. Quando começamos a discutir o currículo mínimo de RI para as graduações que se multiplicavam no Brasil, procuramos forçar a introdução de matérias de teoria de RI que dessem conta da literatura de referência produzida na Inglaterra e nos Estados Unidos. Sem isso, não seria possível institucionalizar a área.

Por outro lado, como notei acima, este esforço de socialização do arquivo teórico das Relações Internacionais estava atravessado por tensões. Para muitos de nossa geração, a teoria de RI não só expressava uma geopolítica da produção do saber hierarquizada, mas principalmente gerava uma representação da política mundial que reproduzia formas de dominação existentes. Para um país periférico como o Brasil, o cânone simplesmente não servia. Mais ainda, ao nos voltarmos para a produção brasileira em RI – por exemplo, no trabalho de Helio Jaguaribe[2] ou de Araújo Castro[3] – percebíamos que a incorporação do aparato conceitual das teorias convencionais limitava nossa capacidade de crítica da estrutura desigual do sistema internacional. Ou, no caso do pensamento latino-americano, o exemplo do realismo periférico de Carlos Escudé[4] oferecia uma escolha entre o alinhamento e uma busca de autonomia a custos inaceitáveis. Era, portanto, preciso engajar-nos em uma 'dupla crítica', quer seja dos paradigmas dominantes da disciplina anglo-saxã e, também, das formulações periféricas que os traduziam e adaptavam para pensar as relações internacionais do terceiro mundo

[1] Trata-se do artigo: HOFFMANN, Stanley. "An American Social Science: International Relations". **Daedalus**, vol.106, n.3, p.41-60, 1977 (Nota das Entrevistadoras).
[2] Helio Jaguaribe (1923-2018), pensador de vasta obra escrita e de intensa participação no debate público no país, dedicou grande parte dela à reflexão sobre nacionalismo, desenvolvimento e relações internacionais (Nota das Entrevistadoras).
[3] João Augusto de Araújo Castro (1919-1975) foi diplomata, ocupando, entre outros, o cargo de ministro das Relações Exteriores entre 1963 e 1964, durante o governo de João Goulart (Nota das Entrevistadoras).
[4] Carlos Escudé (1948-) é um pensador argentino conhecido por sua teoria do "realismo periférico", a qual se tornou influente na formulação da política externa do governo de Carlos Menem, presidente da Argentina entre 1989 e 1999 (Nota das Entrevistadoras).

nos termos da política de poder ou da mitigação de assimetrias via reformas do sistema multilateral e, eventualmente, da integração regional.

Neste contexto, o engajamento com o movimento crítico na disciplina, então em seu ápice, oferecia justamente elementos para uma crítica ao poder do mainstream norte-americano bem como aos fundamentos epistemológicos que o reproduziam. Daí a influência da teoria crítica de matriz marxiana, bem como do pós-estruturalismo, em um conjunto jovens pesquisadores brasileiros interessados em pensar a teoria de RI a partir da periferia. O desafio, é claro, era como articular um pensamento crítico situado que não reproduzisse, simplesmente, os termos do quarto debate.[5] O enfrentamento das limitações das teorias críticas para a condição periférica acabaria por nos empurrar na direção dos pensamentos pós-colonial e decolonial. Este foi o movimento mais promissor para abrir nossa reflexão sobre o internacional para os saberes produzidos na periferia, seja na América Latina, na Ásia e na África. Não se trata de um movimento simples, pois sua articulação em termos de uma teoria de RI esbarra na forma como as relações internacionais são concebidas em primeiro lugar. Mas este é um outro debate.

O segundo comentário que gostaria de fazer em resposta à pergunta quer apenas relativizar um pouco o insulamento intelectual brasileiro a que me referi no início, fazendo referência ao que disse antes sobre as linhagens intelectuais da área no Brasil, enraizadas na virada dos anos 80. Ora, naquele momento há uma enorme efervescência intelectual no Brasil que, por um lado, se abria a vertentes intelectuais que vinham de fora e tinham sido censuradas e, por outro, recuperava o pensamento social brasileiro, a escola cepalina, a teoria da dependência para repensar a questão nacional e sua articulação com as mudanças internacionais. A teorização sobre a questão democrática na América Latina após o período autoritário é extremamente original. É pena que não

[5] Por “quarto debate”, entenda-se o quarto debate teórico que, por certa perspectiva, marca a evolução das Relações Internacionais enquanto “disciplina”. Nessa perspectiva, o “primeiro debate” teria ocorrido entre “realistas” e “idealistas” no entreguerras; o “segundo debate”, entre “tradicionalistas” e “behavioristas” (ou “cientificistas”) principalmente nos anos 60; o terceiro debate”, nos anos 1970, seria “interparadigmático”, marcado por correntes teóricas como “liberalismo”, “realismo” e “marxismo”; já o “quarto debate” contraporia “positivistas” a “pós-positivistas”, incluindo entre os últimos uma ampla variedade de correntes teóricas, conhecidas amiúde pelos rótulos de “pós-estruturalismo”, “teoria crítica”, “construtivismo”, “feminismo”, entre outras. A historiografia das Relações Internacionais centrada nesses chamados “grandes debates” vem sendo problematizada nas últimas décadas, algo retomado na resposta à próxima questão (Nota das Entrevistadoras).

tenha sido mais apreciada nas relações internacionais que, infelizmente, ainda insistem em importar as tolices da teoria da paz democrática na pesquisa sobre segurança humana. Da mesma forma, o trabalho seminal de Carlos Nelson Coutinho, como por exemplo seu histórico ensaio sobre a 'Democracia como valor universal', foi pouco assimilado nos estudos gramscianos de relações internacionais no Brasil.[6] Talvez devamos recuperar aquele momento de interação intensa, pelo menos entre intelectuais latino-americanos, para identificar os circuitos através dos quais as convergências produziram contribuições originais. O crescimento da Clacso é um exemplo muito significativo do quanto o pensamento latinomericano é hoje parte integral do debate teórico nas ciências sociais. Da mesma forma, a rede de estudos decoloniais (conhecida como grupo de pesquisas modernidade/colonialidade) se consolidou como um polo de pensamento original e singular sobre a experiência da modernidade na história do continente. Estas redes têm tido impacto crescente na pesquisa em relações internacionais que podem ser verificados em trabalhos apresentados em conferências e em dissertações e teses defendidas. O fato, contudo, é que não existem redes de colaboração em pesquisa e intercambio intelectual semelhantes em nosso campo. Trata-se de um desafio que precisamos enfrentar.

Teorização em Relações Internacionais a partir do Brasil

Pergunta: Um aspecto comum entre muitos países é o da pouca valorização de reflexões teóricas, especialmente quando estas não se apresentam com alguma preocupação empírica explícita. Ao longo da sua trajetória, fica notório seu envolvimento no fortalecimento da discussão teórica no Brasil, tanto como pesquisador e professor quanto como diretor de instituto e editor de periódico. Tendo em vista esta experiência e

[6] Carlos Nelson Coutinho (1943-2012) foi responsável pela edição brasileira dos **Cadernos do Cárcere**, de Antonio Gramsci (publicada pela editora Civilização Brasileira), tendo sido também um de seus mais importantes intérpretes. O livro **A Democracia como Valor Universal***:* notas sobre a questão democrática no Brasil (publicado pela primeira vez em 1979 na revista Encontros com a Civilização Brasileira e, no ano seguinte, pela Editora Ciências Humanas) teve grande impacto nos debates sobre a relação entre democracia e socialismo (Nota das Entrevistadoras).

contribuição, como você vem pensando o ensino de teorização e a produção teórica em RI no Brasil?

Resposta: Quando voltei ao Brasil depois de concluir o doutorado defendendo uma tese teórica, logo percebi que para avançar na carreira teria que investir em um tema de pesquisa com corte mais empírico. Muitos colegas mais experientes me avisaram que não conseguiria financiamentos com projetos de cunho teórico. Creio que, naquela época, o final dos anos 90, havia uma percepção sobre o que eram as relações internacionais que enfatizava problemas relacionados a política externa, reforma do Estado, estratégias de desenvolvimento, institucionalização de regimes, entre outras questões bastante prementes da conjuntura política nacional e internacional. Esta era uma posição defendida, por exemplo, entre os colegas que vinham da ciência política. Isto não quer dizer que o debate teórico fosse secundário, ao contrário, mas ele ocorria principalmente na teoria social, na teoria política e na economia política, não tanto nas relações internacionais propriamente ditas. Muitos acreditavam que fazer teoria em RI era um luxo a que não podíamos nos permitir, que era coisa de país desenvolvido. Nossa tarefa era pensar os problemas da democratização e do desenvolvimento brasileiros. Este, aliás, continua a ser o traço marcante da disciplina no país hoje, apesar de tanta gente dizer que somos definidos por saberes importados, eurocêntricos, etc.

Ora, estas narrativas desconhecem ou ignoram a força com que a cultura acadêmica e o pensamento brasileiros determinaram e continuam determinando nossas agendas de pesquisa e autorizando o que podemos ou não fazer em termos de teoria. O esforço do qual participei nos anos seguintes foi, portanto, o de internacionalizar as RI no Brasil através, inicialmente, do debate teórico, internalizando a contribuição da teoria crítica, do construtivismo e do pós-estruturalismo no enfrentamento do estatismo, do nacionalismo metodológico e do logocentrismo dos paradigmas dominantes. Acreditávamos que este movimento era fundamental para a 'dupla crítica' a que me referi acima, ou seja, ao atrelamento das RI no país a epistemologias estatistas e modernizantes que inibiam o potencial crítico dos estudos internacionais. Foi neste contexto que procuramos trazer para o Brasil figuras de ponta como R.B.J. Walker, Mike Shapiro, Nicholas Onuf, Jens Bartelson, Naeem Inayatullah, Didier Bigo, Siba Grovougui,

entre outros,[7] como estratégia para interferir nos rumos do debate brasileiro, colocando a questão teórica como central para pensar o internacional a partir do Brasil. Na época a formulação era a de como fazer 'teoria na periferia', sendo o uso do termo periferia um significante um tanto quanto vazio e por isso mesmo capaz de fraturar os conceitos soberanistas em torno dos quais giravam as discussões sobre autonomia, inserção internacional, democratização das estruturas de governança global, multipolaridade etc. Creio que esse movimento teve algum impacto nos rumos da área ainda que com claros altos e baixos. Minha impressão é que a geração de pesquisadores mais jovens tem assumido a liderança na proposição de novas agendas teóricas críticas, como evidencia a organização deste número especial de Monções.

Do ponto de vista institucional o projeto mais importante com o qual colaborei foi a construção do Instituto de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (IRI/PUC-Rio) como um centro de pensamento crítico em RI no Brasil. Mais recentemente, a edição da revista *International Political Sociology* (IPS), em parceria com meu colega Jef Huysmans[8], sem dúvida marcou e continua orientando minha atividade acadêmica nos últimos anos. A IPS retoma a linhagem intelectual da virada crítica dos anos 80 e 90 e propõe uma agenda de pesquisa informada pela sociologia crítica e pelo pós-estruturalismo que olha para processos e práticas situados nos limites do internacional moderno. Como uma abordagem que explora os limiares, as fronteiras e as práticas que delimitam espaços políticos, a sociologia política internacional desloca os lugares epistêmicos a partir dos quais pensamos a política mundial, desestabilizando as topologias que constituem a separação entre nacional e internacional, local e global, universal e particular. Uma das consequências desta perspectiva é olhar para os interstícios, para as práticas quotidianas, para o situacional, tentando evitar leituras da fragmentação e descentralização do poder a partir de macro narrativas sobre o caráter global, eurocêntrico ou patriarcal do sistema internacional. Ao

[7] Tais pensadores se destacaram nas últimas décadas por articularem diferentes perspectivas teóricas em interação com o campo de Relações Internacionais. Com diferentes frequências e intensidades, todos eles já ministraram ou ainda ministram cursos no Brasil, principalmente no Instituto de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (IRI/PUC-Rio) (Nota das Entrevistadoras).
[8] Jef Huysmans é professor da School of Politics and International Relations da Queen Mary, University of London (Nota das Entrevistadoras).

deslocar as narrativas totalizantes sobre o internacional e ao problematizar as práticas soberanas que o delimitam e o constituem, abre-se um leque de problemas antes estranhos à disciplina. Estudos de cidadania, policiamento, violência urbana eram todos circunscritos à esfera do doméstico e não considerados próprios de pesquisas de RI. A sociologia política internacional questiona essas divisões e trabalha na transversalidade das formas de poder e processos de subjetivação que reestruturam o político e o social hoje.

Meus interesses teóricos estão muito ligados a este olhar sobre o internacional, orientados pela tentativa, justamente, de trazer a teoria para o centro do debate, em particular na recuperação e reformulação de suas linhas críticas. Entre os problemas que levantamos está o debate sobre a relação entre macro e micro, de teoria e prática, do potencial crítico das práticas contemporâneas de resistência, a obsolescência da questão da ordem mundial, a relevância do conceito de estrutura, para mencionar alguns dos conceitos que considero importantes para revitalizar a teoria crítica de RI. No que diz respeito ao ensino de teoria eu mencionaria, principalmente, o afastamento do modelo tradicional estruturado em torno das correntes teóricas, dos grandes debates e das 'viradas'. Se durante muito tempo estes foram dispositivos didáticos úteis para a socialização de alunos na disciplina, hoje já não refletem a diversidade da produção teórica e a riqueza da agenda de pesquisa dos estudos internacionais. Principalmente precisamos superar o já esgotado esquema de debates entre realismo e liberalismo, que nada explica e em nada ajuda a entender a política mundial contemporânea.

Pergunta: Convencionou-se chamar de "divisão global do trabalho intelectual" a condição na qual pesquisadoras(es) do Norte produzem Teoria de teor universal e com alcance global, enquanto pesquisadoras(es) periféricas(os) produzem material empírico e interpretações locais a partir de perspectivas particulares. Como pesquisadoras(es) em condições consideradas periféricas poderiam e deveriam se posicionar diante disso?

Resposta: A produção teórica tem primazia na estruturação do campo das Relações Internacionais; trata-se de um capital simbólico determinante, em contraste com outras disciplinas onde, por exemplo, a experimentação situa os acadêmicos no centro do

campo. Por isso, nos Estados Unidos a disciplina gira em torno de programas de pesquisa constituídos por grupos de pesquisadores alinhados com determinado paradigma. A divisão internacional do trabalho teórico da disciplina reflete em grande parte esta concentração de poder na academia norte-americana e o papel que ela desempenhou na institucionalização das RI no pós-guerra. Os pesquisadores em países periféricos ocupam um lugar marginal na geografia da produção do saber em RI tanto em razão de como se estrutura o campo mundialmente como em função de seu lugar subordinado na hierarquia civilizacional do internacional moderno. Os estudos de área são, como sabemos, uma invenção norte-americana que produz este tipo de violência epistêmica onde, por exemplo, a América Latina é o objeto de um saber superior situado nos centros hegemônicos e o pesquisador latino-americano é o informante da fenomenologia sempre estranha desses lugares distantes e atrasados. Não há dúvida que este imaginário persiste nas representações dos acadêmicos da área em países centrais, até mesmo entre aqueles considerados críticos ou progressistas. Em outras palavras, se você quer fazer teoria, é difícil ser levado a sério nos centros acadêmicos do Norte e nas revistas científicas de ponta.

O problema se acentua, porém, quando esta racionalidade se reproduz localmente, como comentei acima. Ou seja, a própria academia do 'Sul' muitas vezes aceita a divisão do trabalho e relega o trabalho teórico a um lugar secundário. Esta atitude era muito presente há vinte anos, mas creio que ainda perdura, por exemplo, na área aqui no Brasil, onde a produção teórica continua muito reduzida e pouco valorizada. Ou, alternativamente, o trabalho conceitual é orientado por problemas surgidos nos estudos de política externa ou de segurança, conferindo-lhes mais relevância e aproximando-os de agendas de pesquisa associadas aos desafios das Relações Internacionais do Brasil e aos debates dentro da comunidade acadêmica do país. Em outras palavras, a forma com que pesquisadores locais muitas vezes lidam com as barreiras à entrada nas esferas acadêmicas internacionais é abster-se de publicar, ou mesmo submeter, artigos em periódicos estrangeiros.

Finalmente, se, de fato, os obstáculos estruturais à produção de teoria na periferia ainda perduram, é importante dizer que o contexto vem mudando gradualmente. Por exemplo, há uma presença importante e um peso mais significativo de pesquisadores do

Sul nas diferentes seções da International Studies Association (ISA) que se refletem em mudanças claras nos programas das conferências anuais, na organização mais frequente de conferências em países do Sul e na adoção de políticas de abertura e inclusão nos periódicos científicos da Associação. Podemos encontrar tendências semelhantes em revistas de ponta na Europa também, como a Review of International Studies e a Millennium, entre outras. Estes espaços refletem o impacto da expansão da área globalmente e também a influência, por exemplo, das teorias pós-coloniais nas Relações Internacionais, cujo trabalho de 'provincialização' do mundo anglo-saxão foi sendo progressivamente assimilado entre os grupos de pesquisadores mais críticos do campo. Neste sentido, creio que o trabalho a ser feito por pesquisadores em países como o Brasil é explorar tais aberturas, resistir ao insulamento em suas próprias comunidades nacionais e engajar-se no cada vez mais diverso debate teórico ocorrendo em redes muito mais dispersas, diversificadas e descentralizadas que caracterizam a área hoje no mundo. Não quero soar excessivamente otimista, minha intenção é mais propriamente a de contestar a resignação que muitas vezes atinge colegas e estudantes quando consideram seu engajamento em publicações e conferências internacionais. Acredito que a área tenha mudado muito nos últimos vinte anos, tem-se fragmentado em muitos centros distintos, longe da hegemonia norte-americana. É possível que as condições sejam, portanto, favoráveis à formação de redes transnacionais de pesquisa muito mais inclusivas. É claro que este potencial exige que levemos a sério o investimento no trabalho teórico aqui no Brasil como elemento estratégico da transformação das RI em um lugar de criação de pensamento crítico e alternativo à imagem dogmática do internacional que ainda prevalece na disciplina.

Pergunta: Uma parte cada vez mais relevante de teorizações no campo de RI, em particular a partir dos anos 2000, chama a atenção para a necessidade de pensarmos não apenas o conceito de classe, mas também de conduzirmos estudos teóricos sobre raça, etnia, sexualidade e gênero. Como essas agendas impactam ou deveriam impactar configuração dos estudos das RI no Brasil?

Resposta: Uma das tendências mais encorajantes do campo hoje no Brasil tem sido o impulso vigoroso no sentido da incorporação estudos teóricos de gênero e raça na produção acadêmica de RI. Como tantas coisas em nossa área, trata-se de uma correção tardia, especialmente no que diz respeito às teorias feministas, cujo papel foi fundamental no momento crítico dos anos 80 e 90. Desde então já tínhamos contato com textos importantes, como a crítica de J. Ann Tickner[9] aos princípios do realismo de Morgenthau, onde a racionalidade que desvenda o interesse nacional ao estadista (um homem naturalmente) é fundamentalmente masculina. Uma das críticas mais rigorosas ao positivismo também foi articulada por Tickner em sua análise dos pressupostos masculinizados dos modelos de ciência ocidentais, tão importantes para a construção dos paradigmas dominantes da disciplina. É, neste sentido, curioso e problemático que, depois de um investimento considerável na difusão do pensamento crítico em RI, somente agora os estudos de gênero tenham ganhado corpo no país. Não vejo como avançar na renovação da área de RI sem a participação do pensamento e movimento feministas, cuja organização e visibilidade cresceram enormemente nos últimos anos. A agenda de RI no Brasil ainda é dominada pela centralidade do estado como ator, objeto principal de políticas de segurança e defesa e horizonte normativo para uma suposta contra-hegemonia liderada por potencias emergentes. Daí a sedução das pautas do humanitarismo militarizado, no desenvolvimentismo gigantista e soberanista, hoje capturadas pelo autoritarismo misógino. O feminismo permite uma crítica a estas concepções estreitas e uma abertura para as questões da desigualdade e das hierarquias naturalizadas pelo imaginário internacional moderno.

Os estudos de raça e racismo tem uma trajetória um pouco diferente. Sua ausência nas RI do Brasil quase coincide com os silêncios na disciplina internacionalmente. A coletânea organizada por Robbie Shilliam sobre o tema foi publicada apenas em 2015; o livro de John Hobson sobre racismo científico e eurocentrismo nas Relações Internacionais sai em 2012.[10] É claro que muito antes disso as teorias pós-coloniais e

[9] J. Ann Tickner é professora da American University e é uma das principais teóricas feminista no campo de Relações Internacionais (Nota das Entrevistadoras).

[10] Trata-se, respectivamente, dos seguintes livros: ANIEVAS, Alexander; MANCHANDA, Nivi; e SHILLIAM, Robbie (eds.). **Race and Racism in International Relations**: Confronting the Colour Global Line **(**Londres e Nova York: Routledge, 2015); e HOBSON, John M. **The Eurocentric Conception of World Politics:**

decoloniais já colocavam a raça como elemento central da razão e do poder coloniais - creio que é dispensável citar a larga bibliografia a respeito. Mas, apesar da já consolidada influência destas teorias na produção acadêmica de relações internacionais, somente agora encontramos uma problematização do racismo como modo de dominação constitutivo do internacional moderno. No Brasil, já encontramos jovens pesquisadores explorando o pensamento afro-diaspórico brasileiro, o legado do quilombismo como imaginários excluídos da reflexão sobre a formação social do país e sua inserção no sistema internacional enquanto estado pós-colonial escravista. Há um enorme potencial crítico no desenvolvimento deste tipo de teorização que, espero, interferirá decisivamente nos rumos da área no Brasil.

Pergunta: Para encerrar, que indicações você daria para um estudante de Relações Internacionais que, hoje, gostaria de iniciar uma trajetória de formação em teorização? Por onde começar? Onde buscar e produzir recursos intelectuais, materiais e institucionais? Que desafios esperar e como se preparar para eles?

Resposta: Em primeiro lugar, eu diria que este é um momento propício para interessar-se em teoria internacional, tanto pelas condições paradoxalmente favoráveis existentes na área hoje, quanto em função da fluidez dos eventos que atravessamos hoje no Brasil. Como mencionei, existe uma energia criativa entre os jovens pesquisadores de RI que promete coisas interessantes no campo teórico. Quanto ao contexto mais geral do país e do mundo, eu lembraria o que dizia Gilles Deleuze, que é nos momentos de decepção e cansaço que o pensamento luta para transformar-se, para ser outro, para deixar o dogmatismo e recomeçar algo novo. Este é o momento da crítica. Não fazemos teoria para entender o mundo, fazemos teoria, ou melhor, criamos conceitos para conseguirmos pensar. Em segundo lugar, eu diria que pensar teoricamente não exige muitos recursos, apenas a disposição de engajar, de forma aberta e até mesmo vulnerável, com autores que desafiam nossos dogmas, nossas opiniões, nossas representações familiares do

Western International Theory, 1760-2010 (Nova York: Cambridge University Press, 2012) (Nota das Entrevistadoras).

mundo. Isto significa ler, é claro, os clássicos da teoria política e social, mas principalmente ler amplamente, sem descartar aqueles com quem não concordamos e sem nos rendermos ao presentismo e às modas que tanto contaminam nossos debates acelerados pelas mídias virtuais e pela competitividade da mercantilização acadêmica. Finalmente, eu diria que um desafio importante é pensar coletivamente, criar redes de trabalho e pesquisa conjuntas, ultrapassar fronteiras disciplinares, territoriais, epistemológicas. As relações internacionais falam sobre conexões e sobre a diferença. O desafio da teoria hoje é afirmar este ethos democrático.

MONÇÕES
Revista de Relações Internacionais da UFGD
ISSN 2316-8323

OS LIMITES DA GOVERNANÇA GLOBAL: A GOVERNAMENTALIDADE COMO ALTERNATIVA ANALÍTICA

VITOR FURTADO JERÔNIMO VELOSO
Doutorando em Relações Internacionais pelo Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas (Unesp, Unicamp, Puc-SP).

RESUMO: No presente artigo, busco demonstrar as possíveis contribuições que o conceito de "governamentalidade" pode trazer para a área de Relações Internacionais, especificamente, na discussão sobre governança. Para tanto, faço um mapeamento da utilização do conceito de governança global na área, suas diferentes utilizações, e como ele se insere na literatura. Posteriormente, traço algumas críticas ao termo, seja por sua amplitude conceitual, que supostamente causou seu "esvaziamento", ou por sua capacidade de explicar as mudanças ocorridas na política internacional em diferentes momentos históricos. Sendo assim, apesar de sua importante contribuição conceitual e como agenda de pesquisa, a governança global encontrou certos limites em explicar as diferentes interações entre os atores públicos e privados. Pautado nisso, trago algumas contribuições dos estudos da governamentalidade para as Relações Internacionais, e sobre as possibilidades de pesquisa e questionamento que eles podem trazer. Sendo assim, o objetivo do presente artigo é trazer um pouco mais do debate "governança *versus* governamentalidade" tão pouco abordado e discutido no Brasil. Portanto, viso fomentar o interesse por pesquisas utilizando tal referencial teórico pensando a "governamentalidade" não como uma forma de "superar" a governança, mas como uma lente analítica alternativa para a esfera internacional.

PALAVRAS-CHAVE: governança global; governamentalidade; debate.

THE LIMITS OF GLOBAL GOVERNANCE: GOVERNMENTALITY AS AN ANALYTICAL ALTERNATIVE

ABSTRACT: In this present article, I seek to demonstrate the possible contributions that the concept of "governmentality" can bring to the International Relations area, specifically, in the discussion about governance. To this end, I map the use of the concept of global governance in the area, its different uses and how it fits in the literature. Subsequently, I draw some criticism of the term, either because of its conceptual breadth, which supposedly caused its "emptying", or for its ability to explain the changes in international politics at different historical times. Thus, despite its important conceptual contribution and research agenda, global governance has found certain limits in explaining the different interactions between public and private actors. Based on this, I bring some important contributions of governmentality studies to International Relations, and about the possibilities of research and questioning that they can bring. The aim of this article is to bring a little more of the debate "governance versus governmentality" so little approached and discussed in Brazil. Therefore, I aim to foster interest in research using such a theoretical framework, thinking of "governmentality" not as a way of "overcoming" governance, but as an alternative analytical lens for the international sphere.

KEYWORDS: global governance; governmentality; debate.

1. Introdução

Na literatura de Relações Internacionais (RI), a governança passou a ser um termo central na tentativa de explicar a organização da política mundial e, principalmente, as mudanças na relação entre atores públicos e privados. Associado ao contexto de fim da Guerra Fria e, consequentemente, atrelado ao conceito de globalização, o termo "governança" ganhou notoriedade nos anos 90. As contribuições de Rosenau e Czempiel (1992), assim como a criação do periódico *Global Governance,* em 1995, foram essenciais para dar início ao que se tornaria uma verdadeira agenda de pesquisa nas análises de política internacional. Embora tal agenda tenha se expandido durante esse período, as preocupações com a questão da governança e globalização tem raízes ainda mais profundas.

Como é comum no surgimento de novos termos que adquirem popularidade em diferentes áreas, não existe uma definição clara e concisa sobre o que é a governança (BIERMANN; SIEBENHÜNER; SCHREYÖGG, 2009). O termo adquiriu diferentes significados e interpretações dependendo da maneira como é utilizado (BÖRZEL; RISSE, 2005; DINGWERTH; PATTBERG, 2006). As "governanças", como colocou Eagleton-Pierce (2014), se multiplicaram e podem ser encontradas em todos os tipos de configurações e fóruns institucionais, permeando comunidades políticas e agendas de pesquisa acadêmica. Ainda segundo ele, as principais derivações do conceito são a "governança global" e a "*good governance*".

A polissemia do conceito, somado a seu uso indiscriminado e pouco definido, possibilitou o surgimento de críticas acerca de um "esvaziamento" da governança (DINGWERTH; PATTBERG, 2006). Talvez, a principal delas foi a crítica feita por Larry Finkelstein (1995). Focando sua crítica na "governança global", o autor afirmou que o termo foi aplicado a uma variedade de questões internacionais e de forma, no mínimo, desordenada e confusa. Neste sentido, foi tão incisivo que ao afirmar que o conceito foi aplicado a quase todas as questões internacionais, ele "pareceria ser praticamente qualquer coisa" (FINKELSTEIN, 1995, p. 368, trad. Nossa). Apesar de concordarem com o "esvaziamento" do termo, Dingwerth e Pattberg (2006) sustentam sua utilidade para identificar e descrever as mudanças na política mundial evidenciando novas ferramentas para compreender as transformações a nível transnacional, diferenciando-se das abordagens mais tradicionais. Portanto, para

desenvolver teorias mais coerentes da governança global, seria necessário um esclarecimento conceitual por parte dos autores que a utilizam.

Diferente das críticas que sustentam a necessidade de um maior rigor na definição do termo governança e, mais especificamente, da governança global, diferentes autores se preocuparam em questionar sua capacidade explicativa. Alguns deles, de inspiração foucaultiana, advogaram em favor da utilização do conceito de "governamentalidade" cunhado pelo filósofo francês. É nesse ponto que o artigo se insere. Em consonância com as críticas feitas por tais autores, o presente trabalho tem como intuito apresentar a contribuição da ótica da governamentalidade para a análise da política internacional. Compreendendo que o conceito de governança global não somente possui uma "promiscuidade" conceitual, como também, não consegue captar as diferentes formas com que a sociedade civil passou a atuar na esfera internacional, faço um mapeamento das análises feitas através da ótica da governamentalidade. Por fim, aponto como tal interpretação pode ser uma alternativa diferente e produtiva para se analisar as mudanças na atuação da sociedade civil na política internacional.

Posto isso, o presente artigo contribui com tal literatura ao apontar como a ótica da governamentalidade vem contribuindo, e pode contribuir ainda mais, para analisar as transformações na política internacional. Para tanto, o trabalho é divido em três seções. Na primeira, reviso os conceitos de governança global e suas utilizações nas diferentes áreas dentro das Relações Internacionais. Já na segunda seção, trato das críticas feitas ao termo e suas limitações. De outro modo, trato da inserção da ótica da governamentalidade como alternativa ao conceito de governança nas Relações Internacionais, quais suas contribuições para o campo de estudo, e que tipo de abordagens foram feitas até o momento. Por fim, na última seção concluo comentando como os estudos sobre a governamentalidade podem ser importantes para ampliar as fronteiras de análise dentro da disciplina de Relações Internacionais.

2. As 'Governanças": definindo a governança global

A multiplicidade de interpretações que o termo ‘governança’ adquiriu nas diferentes áreas do conhecimento, dentre elas, a de Relações Internacionais, é suscintamente traduzida pelo que Eagleton-Pierce (2014) chamou de ‘governanças”. Segundo o autor, nas últimas décadas o conceito foi repensado e implantado em diversas áreas e instituições e, por vezes, utilizado por atores que possuem fins diferentes e contraditórios. Assim, a expressão ganhou o *status* de referência para explicar as mudanças no contexto internacional. Dito isso, nesta seção farei uma revisão das diversas conceituações que o termo ‘governança global’ adquiriu nas últimas décadas. Portanto, o objetivo é apresentar as diferentes formas e interpretações que o conceito assume, qual objeto tenta analisar, e em qual linha de pesquisa está inserido.

Desde os anos 90, a preocupação com as mudanças globais é uma das principais características do campo das Relações Internacionais (HEWSON; SINCLAIR, 1999). O fim da Guerra Fria e os questionamentos sobre a natureza e as implicações da globalização impulsionaram a formação e o crescimento de uma verdadeira agenda de pesquisa da governança global. Para Finkelstein (1995), o conceito era demasiado amplo e complexo, sendo difícil utilizá-lo como ferramenta analítica. Seria necessário determinar um significado mais preciso do termo. Oposto a tal interpretação, Hewson e Sinclair (1999) defenderam que uma noção mais abrangente sobre a mudança global seria essencial. Sendo assim, os diferentes usos do conceito de governança global teriam o potencial de iluminar um aspecto da mudança que continua ocorrendo na política mundial.

Compreendendo que a governança global não foi um fenômeno novo da década de 1990, mas uma realidade histórica, Weiss e Wilkinson (2014) afirmam que para entendermos como o poder e autoridade são exercidos pelos atores através de diferentes mecanismos, precisamos analisar as mudanças ocorridas nas formas de governança nos diferentes contextos históricos. Sendo assim, para ser uma ferramenta analítica legítima, ela precisaria explicar a mudança não apenas no pós-Guerra Fria, mas em outros momentos e circunstâncias históricas.

No entanto, é preciso reconhecer que, de modos distintos, diversos autores tentaram compreender as formas de organização dos atores públicos e privados dentro do cenário internacional (HEWSON; SINCLAIR, 1999; LAKE, 1999). Uma primeira tentativa de monitorar tais mudanças podem ser notada nas abordagens

sobre a globalização econômica que se concentram em analisar uma inclinação dos Estados para o mercado (THOMPSON; HIRST, 1996; KAHLER, 2013; OHMAE, 1990; ROSENAU, 1995b). Uma segunda manifestação que objetiva compreender as mudanças no cenário internacional pode ser encontrada na literatura sobre regimes internacionais (KEOHANE 1984; KRASNER, 1983; RUGGIE,1982). Já a terceira vertente da literatura foca nas consequências das mudanças contemporâneas nas capacidades das organizações internacionais para enfrentar os problemas mundiais (BUCHANAN; KEOHANE, 2006; KEOHANE, 1988; WEISS, 2000).

Focados em compreender a ascensão de forças políticas que moldam a forma da governança global, alguns autores se empenharam em analisar o crescimento da participação e autoridade dos atores privados no cenário global (CUTLER; HAUFLER; PORTER, 1999; HALL; BIERSTEKER, 2002; KECK; SIKKINK 1998; LEVY; PRAKASH, 2003; HELD; MCGREW, 2002). Outros focaram no poder crescente das elites transnacionais na economia política global e na hegemonia (COX, 1987; GILL, 1994; GRAZ, 2003; OVERBEEK, 2005; VAN DER PIJL, 1998). Por outro lado, algumas abordagens também analisaram o crescimento da participação civil na política internacional através da emergência da 'sociedade civil global' (GORDENKER; 1995; LIPSCHUTZ, 1992; LIPSCHUTZ; MAYER, 1996; SCHOLTE, 2002).

Além dessas, existem ainda diferentes abordagens em relação à governança global, entre elas: abordagens sobre comunidades epistêmicas (HAAS, 1992); interdependência e transnacionalismo (KEOHANE; NYE, 1972; 1977); direito internacional (ABBOTT; SNIDAL, 2000); redes de políticas públicas (REINICKE; DENG, 2000); governança ambiental (BIERMANN; PATTBERG, 2012; YOUNG, 1994); padrões e normas internacionais (FINNEMORE; SIKKINK, 1998; MURPHY; YATES, 2009); migrações (BETTS, 2011); agricultura e alimentação (CLAPP; FUCHS, 2009); segurança (DUFFIELD, 2014); questões humanitárias (BENEDETTI; WASHBURN, 1999); regionalismo (TELÒ, 2013; THAKUR; WEISS; WILKINSON, 2014); feminismo e gênero (HAFNER-BURTON; POLLACK, 2002); internet (DREZNER, 2004); direitos humanos (MERRY; CONLEY, 2011); entre outros. Ademais, para além das RI, podemos encontrar as raízes teóricas do conceito de governança em diversas outras áreas, como economia, estudos organizacionais, estudos de desenvolvimento, ciência política, administração pública e teóricos da

inspiração foucaultiana (STOKER, 1998). Sendo assim, a literatura sobre governança é um tanto quanto eclética e relativamente desconexa (JESSOP, 1995).

A *Commission on Global Governance* (1995, p.1, trad. Nossa) definiu governança global como "a soma das muitas formas pelas quais indivíduos e instituições, públicos e privados, gerenciam seus assuntos comuns". Analisando o modo como as organizações não governamentais influenciam ou redefinem a governança global, Weiss e Gordenker (1996) a definem como um conjunto de esforços para responder às questões políticas que vão além das capacidades dos estados de abordar individualmente. Já Young (1994) define governança como "estabelecimento e funcionamento de instituições sociais capazes de resolver conflitos, facilitando a cooperação ou, mais genericamente, atenuando a ação coletiva e problemas em um mundo de atores interdependentes" (YOUNG, 1994, p.15, trad. Nossa).

Bastante consolidada na literatura a respeito da área é a contribuição de James Rosenau (1992), em trazer à tona o tema da governança global para o debate na Relações Internacionais. De partida, o autor diferencia 'governança' de 'governo' argumentando que não são sinônimos como outros autores tratam. Segundo ele, ambos se referem a um comportamento orientado por objetivos, intencional. O que os diferencia é que o governo é apoiado por uma autoridade formal que assegura a implementação de políticas devidamente constituídas. Já a governança, apoia-se em objetivos compartilhados que podem (ou não) advir de autoridade formal (ROSENAU, 1992). Portanto, ela se manifesta como algo mais abrangente englobando instituições governamentais, mecanismos informais e não governamentais. Logo, é possível falar do que Rosenau chamou "governança sem governo" - mecanismos reguladores em um dado setor que funciona efetivamente, mesmo não sendo dotados de autoridade formal.

Nesse sentido, sugerindo que a governança é eficaz por não se basear em uma aceitação majoritária, Rosenau atrela a noção de governança à de ordem. Portanto, o conceito de 'governança sem governo' seria frutífero para o estudo da política mundial, na medida em que a autoridade centralizada está ausente, e exista um mínimo de ordem na política mundial. Dada uma ordem que carece de uma autoridade centralizada com a capacidade de impor decisões em escala global, conclui-se que uma tarefa primordial de investigação é a de examinar até que ponto

as funções normalmente associadas à governança são executadas na política mundial sem as instituições de governo. Assim, governança e ordem seria duas faces da mesma moeda, não podendo haver governança sem ordem, nem ordem sem governança (ROSENAU, 1992).

Em seu texto, Rosenau não utiliza precisamente a expressão "governança global", porém, quando menciona uma certa 'ordem que carece de uma autoridade centralizada com capacidade de impor decisões em escala global' (ROSENAU, 1992, p.7, trad. Nossa), seria, em termos gerais, o conceito de governança global (BIERSTEKER, 2010). Por fim, ele tratou de diferenciar a governança e o conceito de regimes internacionais, bastante influente no início dos anos 90. O autor reconheceu que assim como a governança, os regimes são concebidos como arranjos que sustentam e regulam as atividades a nível internacional. Do mesmo modo, eles também partem do pressuposto que atores governamentais e não-governamentais concordam que a cooperação em busca de objetivos compartilhados justifica a aceitação dos princípios, normas, regras e procedimentos que diferenciam e dão coerência a seus regimes.

Criticando a definição proposta por Rosenau, Biersteker (2010) argumentou que ela seria demasiado ampla e teria relativamente pouco a dizer sobre quem ou o que toma as decisões, ou precisamente como o *enforcement* ocorre. Com o intuito de estreitar o conceito, Dingwerth e Pattberg (2006) distinguiram dois usos gerais para ele: como um conjunto de fenômenos observáveis; e como um programa político. O primeiro, chamado por eles de "uso analítico", tenta captar a realidade atual (percebida e/ou construída) da política mundial - ex. Rosenau (1992). O uso desse novo termo pode ser entendido como uma resposta às falhas das teorias existentes nas relações internacionais para dar conta das transformações empíricas. Assim, a governança global é compreendida como "um dispositivo heurístico para capturar e descrever a transformação confusa e aparentemente sempre acelerada do sistema internacional", afastando-se das abordagens mais tradições de RI (DINGWERTH; PATTBERG, 2006).

Já o segundo, o "uso normativo", é frequentemente usado para denotar um programa político específico. Assim, o termo expressa uma perspectiva normativa sobre como instituições políticas devem reagir à reduzida capacidade de direção dos sistemas políticos nacionais ou a uma perspectiva crítica que se refere à governança

global como um discurso – ex. o conceito de governança global cunhado pela *Commission on Global Governance* (1995). No que se refere à versão mais crítica, aponta-se que a governança global não é um termo livre de valores, mas sim, um conceito altamente politizado no meio de um embate discursivo sobre 'quem decide o que para quem'. Portanto, é um termo que não é uma resposta às falhas do Estado no processo de globalização, e sim, um discurso hegemônico para disfarçar os efeitos negativos do desenvolvimento econômico neoliberal em escala global (DINGWERTH; PATTBERG, 2006).

Analisando a ascensão dos atores privados na governança global, Falkner (2003) afirmou que a governança emergiu de um contexto de interação institucionalizada e de natureza mais permanente. Os atores não somente se baseiam em um comprometimento com as normas estabelecidas pautadas em seus interesses, mas, também, ajustam seu comportamento a partir do reconhecimento da legitimidade do sistema de governança (FALKNER, 2003). O autor apontou que a noção convencional de governança ainda permanece centrada no Estado. Apesar de reconhecer o aumento da participação dos atores privados na governança global, efetivamente, ela ainda depende da autoridade do Estado no estabelecimento e implementação de regimes internacionais.

Portanto, o surgimento da governança privada representa um desafio para os entendimentos estabelecidos da relação entre Estados e atores privados. Isso vai ao encontro da interpretação de Rosenau (1992) de que a política internacional agora é caracterizada como multicêntrica, não mais centrada no Estado. Apesar disso, os Estados são importantes para a sustentação dos sistemas de governança através do reconhecimento. Ou seja, seria equivocado falar em "declínio do Estado" como algumas interpretações sugerem. O que ocorre são diferentes formas de interação entre os diferentes Estados e a governança do setor privado. Portanto, a nova agenda da governança global seria definida por um intrincado elo público-privado em que autoridades públicas e privadas trabalham em conjunto para redefinir os parâmetros da formulação de políticas globais.

Por fim, Biermann, Siebenhüner e Schreyögg (2009) definem o termo governança global como políticas mundiais não mais confinadas aos Estados, mas caracterizadas por uma participação maior de atores que não-estatais, como redes de especialistas, corporações multinacionais, organizações intergovernamentais,

etc. Por outro lado, ela também é caracterizada pelo surgimento de novas formas de instituições, sendo a política frequentemente organizada em redes e em novas formas de cooperação público-privada negociadas entre estados e entidades não-estatais. Sendo assim, a governança global é marcada por uma crescente segmentação de diferentes camadas e grupos de implementação de regras, fragmentada verticalmente entre camadas de autoridade supranacionais, internacionais, nacionais e subnacionais e horizontalmente entre diferentes sistemas paralelos de criação de regras mantidos por diferentes grupos de atores. Ou seja, emerge uma governança global "multi-ator" e fragmentada em "multicamadas" com autoridade difusa. As linhas de autoridade se confundem, os níveis de governança mudam e se multiplicam, e diferentes atores se interagem por poder e influência.

Portanto, após essa sintética exposição sobre algumas interpretações do conceito de governança global, podemos notar que um conceito geral e definitivo está longe de ser sedimentado. O que parece ser consenso, tanto para os acadêmicos de Relações Internacionais, quanto das diversas áreas correlatas pelas quais o termo é utilizado, é que governança difere de governo. Em segundo lugar, parece haver certo consenso de que a governança global trouxe à tona a crescente participação de atores não estatais na esfera política internacional. De outro modo, a questão da autoridade a nível transnacional parece estar cada vez mais difusa, e a influência de diferentes atores públicos e/ou privados, sendo um dos fatores causais mais importantes nesse sentido.

Por fim, minha intenção foi expor um pouco da heterogeneidade dos sentidos dados ao termo governança global nas diferentes linhas de pesquisa e áreas às quais ele é aplicado. De outro modo, tentei demonstrar que existem autores que veem essa volatilidade do conceito algo positivo e produtivo, como necessário para se explicar as mudanças ocorridas nas relações internacionais contemporâneas. No entanto, existem aqueles que apontam para a necessidade de se definir o termo de forma mais parcimoniosa e precisa, adequado ao tipo de análise que será feita. Já uma “terceira” linha de autores criticam a eficácia da governança global em explicar os fenômenos mais diversos aos quais o termo se propõe a explicar. Alguns teóricos de inspiração foucaultiana fazem parte desta crítica, apontando a necessidade de um termo que consiga absorver a questão do poder, que segundo eles, falta nas análises da governança global. Será a partir desta última vertente, mais

especificamente, de autores que utilizam o arcabouço analítico foucaultiano, que seguirei na próxima seção.

3. As limitações da Governança Global: o debate sobre governamentalidade

Paralelamente à discussão sobre governança, estudos da governamentalidade já vinham aumentando em outras áreas das ciências sociais, como a sociologia e educação, desde os anos 90. Posteriormente, tal perspectiva, agora como plano de ação o "internacional/global", expandiu para a área de Relações Internacionais (DE LARRINAGA; DOUCET, 2010; METHMANN, 2011). Assim, os teóricos das RI têm descoberto a importância da governamentalidade (PROZOROV, 2004). Para o campo, isso significa um foco nas diferentes instituições, procedimentos, análises e reflexões que visam a população tentando moldar a conduta das pessoas. Assim, diversos estudiosos procuraram compreender a política mundial a partir de tal perspectiva (DEATH, 2013; LIPSCHUTZ, 2005; LIPSCHUTZ; ROWE, 2005; MERLINGEN, 2006; NEUMANN; SENDING, 2010; ROSENOW, 2009; SENDING; NEUMANN, 2006; WALTERS; HAAHR, 2005). A governamentalidade tornou-se então um conceito central dentro de vasta gama de estudos sobre poder, ordem, subjetividade e resistência (LARNER; WALTERS, 2004).

Latham (1999) apontou que até então, diferentemente do poder, a governança não havia sido um termo central de contestação nas ciências sociais e nem na ciência política. O termo possuía um significado que, segundo o autor, era basicamente dado. Para ele, os estudos de Michel Foucault sobre a governamentalidade foram importantes para despertar as críticas ao conceito. Portanto, nesta seção tentarei sistematizar as contribuições feitas pelos estudos da governamentalidade para o debate da governança global dentro das Relações Internacionais, apontando possíveis pontos de diálogo, dissenso, e algumas aplicações de tal lente analítica na área. Para tanto, limito a exposição a áreas temáticas em que os estudos de governamentalidade têm um significado particular para os estudos de política internacional.

3.1. O que é governamentalidade

Demonstrando estranheza que diversos estudos políticos tenham negligenciado a governamentalidade em suas investigações, Walters e Haahr (2005) apontam que tais estudos conectam as teorias de poder e subjetividade de Foucault mais diretamente às questões do Estado e da política do que qualquer uma de suas outras investigações. Portanto, seria importante investigar quais *insights* e instrumental analítico a governamentalidade poderia oferecer aos estudos da política e das Relações internacionais (SENDING; NEUMANN, 2010). No entanto, uma pergunta importante surge: o que é a governamentalidade[1]?.

O conceito de governamentalidade foi elaborado por Michel Foucault em um curso ministrado nos anos 1978-79 no *Collège de France* (publicadas postumamente). Ele representa uma abordagem não convencional aos problemas de governar. Para o filósofo francês, governar não se restringe ao governo político do estado. Governar requer considerar uma totalidade de instituições e práticas pelas quais as pessoas são governadas, da administração à educação (FOUCAULT, 1997, p. 118). Durante suas reflexões houveram mudanças em seus interesses e focos de pesquisa, principalmente, em relação à questão do poder. Logo, sua concepção de governamentalidade surge como uma resposta às mudanças em sua analítica do poder. Foucault passou a questionar as abordagens tradicionais sobre o poder que o tratam como um tipo de direito, posse, ou capacidade de influenciar os indivíduos. Além disso, entende-se que o poder emana de um centro – ex. Estado – e sua análise se pauta em entender e explicar como ele se estende verticalmente a outros segmentos sociais (PEREIRA; RAMOS; SANTOS FILHO, 2011). Como aponta Foucault, “o poder não se dá, não se troca nem se retoma, mas se exerce, só existe em ação (...)” (FOUCAULT, 1986, p. 175).

Portanto, se o poder só pode existir em exercício, não faz sentido ele advir de uma instituição, ou indivíduo (ex. governo e Estado). Nesse sentido, o poder é sempre relacional, estendendo-se através das relações sociais pelas diferentes formações discursivas produzindo conhecimento e verdades, e a partir destas,

[1] Não é meu objetivo aqui trazer toda a trajetória de Foucault até a cunhagem do termo. Muito menos pretendo fazer uma análise pormenorizada sobre as especificidades do conceito. Para tanto, já existe uma vasta literatura de intérpretes que abordam meticulosamente sobre o assunto (DEAN, 1999; MILLER; ROSE, 2008; LEMKE, 2015).

continuando sua disseminação. De forma clara, Pereira, Ramos e Santos Filho (2011) resumem a relação entre a poder e governamentalidade:

> "A analítica do poder em Foucault é um esforço para capturar o poder em exercício e em sua capilaridade social, nas diferentes técnicas, estratégias, táticas e tecnologias de sua manifestação, sempre evitando reduzi-lo à repressão, à violência, a supressão de algo na forma de sanções ou coerção. Assim, ao voltar-se com a ideia de governamentalidade para o Estado, ele o faz não por percebê-lo como centro irradiador de poder, mas por considerá-lo uma das suas diferentes manifestações, que convive com múltiplas outras formas existentes em uma determinada sociedade. Isto porque o Estado, apesar do fascínio ou do horror que presentemente desperta, não foi sempre supervalorizado como hoje, nem sempre lhe foi atribuída a centralidade política que atualmente desfruta" (PEREIRA; RAMOS; SANTOS FILHO, 2011, p.22).

Portanto, a formulação de governamentalidade proposta por Foucault teve como objetivo específico analisar as mudanças no início do estado moderno como uma função das mudanças nas práticas do governo (GORDON, 1991). Ou seja, a governamentalidade referindo-se a uma filosofia de governo iniciada em um determinado período histórico (do século XVI ao XVIII), que culminou em uma reorientação radical na racionalidade e na prática da política ocidental. Em primeiro lugar, assumiu-se a população, e não o Estado, como objeto do governo e da economia política. Desse modo, a função do governo moderno passou a ser ordenar as relações econômicas e políticas do social para melhorar o bem-estar geral da população, ao invés de garantir a integridade de um território.

Aqui, o conceito de "racionalidade política" é fundamental. Ela é compreendida como um tipo particular de discurso. Ela representa um discurso que delimita em detalhes práticos um campo de governança - os assuntos, objetos e práticas a serem governados - e estabelece os meios apropriados pelos quais a governança deve ser realizada (MERLINGEN, 2010)[2]. Sendo assim, as racionalidades políticas produzem suas próprias problematizações[3] definindo as

[2] Como aponta Merlingen (2010), diferente de outras análises de discurso em estudos políticos que se concentram em pronunciamentos públicos de atores governamentais, a teoria da governamentalidade se concentra nos discursos encontrados em documentos de políticas técnicas que tratam da governança de maneira programática.

[3] Uma problematização não é um resumo neutro de uma situação atual, nem um resultado funcional necessário de um sistema social ou questão de política. Pelo contrário, é uma construção contingente moldada por suas condições ideacionais de emergência.

ameaças e os desafios à boa governança e os efeitos adversos que podem ser esperados de quaisquer falhas ou deficiências.

Porém, de que modo essas racionalidades políticas são implementadas? Como elas penetram no tecido social? O conceito de “tecnologia política” refere-se às práticas e dispositivos através dos quais as racionalidades políticas são operacionalizadas e implementadas em programas e atividades de governança reais. Tecnologias políticas, nesse sentido, não se circunscrevem apenas a dispositivos físicos como relatórios, mas também, inclui tecnologias discursivas que visam (re) constituir identidades sociais, interesses e relações. Por meio de seu foco em tecnologias políticas, a teoria da governamentalidade destaca a dimensão material das práticas discursivas, incluindo operações técnicas através das quais a realidade é formada. Além disso, torna práticas e dispositivos aparentemente inócuos reconhecíveis como veículos de poder que moldam a governança e frequentemente atingem o tecido social (MERLINGEN, 2010).

Sendo assim, segundo a ótica da ‘governamentalidade’ existem diferentes e múltiplos processos que governam a conduta dos indivíduos, não sendo necessárias intervenções diretas por parte do governo. Tais processos são permeados e agrupados por uma 'mentalidade', uma racionalidade específica que se baseiam em teorias, filosofias, cálculos ou valores que são produtos sociais e culturais e são (re) produzidos nos processos de governar (DEAN, 2010). É nesse sentido que o famoso complexo “poder-saber” idealizado por Foucault aparece de modo latente. O saber (conhecimento) nesse sentido, faz parte do uso do poder, e este, por sua vez, produz conhecimento. Portanto, a governamentalidade aponta para o modo como os discursos estão entrelaçados com um campo de práticas que aparentemente diferentes e desconexas (METHMANN, 2011). Ou seja, ajuda a esclarecer as várias maneiras pelas quais o poder é exercido "à distância" além dos limites estreitos das políticas estatais (MILLER; ROSE, 2008).

Premissas reificadas como a de mercado, Estado e população são, de acordo com a interpretação da governamentalidade, são produtos de tecnologias de governo diferentes que vão do liberalismo clássico ao neoliberalismo (NADESAN, 2008). Não existe uma pressuposição de sua existência a priori. Sendo assim, autoridades diferentes, em períodos históricos diferentes, empregaram estratégias diversas delineando tais noções de mercado, Estado e população como esferas

distintas. Logo, tais noções reificadas, e que amplamente fazem parte do vocabulário das RI são, para os teóricos da governamentalidade, instrumentos e efeitos de estratégias políticas, e que foram importantes para se definir dicotomias importantes como o externo/interno e o Estado/sociedade civil. Portanto, a governamentalidade lida com os aparatos estatais, mas sua análise política vai além deles, não terminando em uma determinada instituição (NADESAN, 2008). Sendo assim, uma análise pautada na ótica da governamentalidade precisa identificar alguns elementos básicos, entre eles: as diferenças formas de pensamento, suas condições de formação, os conhecimentos por eles gerados, assim como as práticas de governo a eles associadas (GORDON, 1991 apud PEREIRA; RAMOS; SANTOS FILHO, 2011).

3.2. Governamentalidade x Governança: um breve comparativo nas RI

Apesar de apontar a governamentalidade como uma "alternativa" analítica, minha intenção não é a de promover qualquer tipo julgamento valorativo entre as duas abordagens. Por alternativa, compreendo uma forma diferente de examinar um fenômeno, podendo ela contribuir para a reflexão de outras formas de análise. Em grande parte, concordo com a afirmação de Höppner e Nagl (2007) de que governança e governamentalidade não devem permanecer independentes ou contraditórias, e sim, que elas podem ser combinadas de modo a se tornar mais produtivas. Segundo os autores, alguns pontos fortes característicos da abordagem da governamentalidade podem ser de grande valia para o entendimento da governança e do governar para além do Estado. Portanto, nesta seção tentarei sistematizar a contribuição da governamentalidade para as Relações Internacionais alguns dos possíveis pontos de diálogo, dissenso, e algumas aplicações dessa lente analítica na área.

Para Merlingen (2011), as teorias da governança e da governamentalidade se sobrepõem. Entre alguns pontos de consenso nestas abordagens estão: ambas se preocupam em analisar os problemas de governo da política global, ou seja, são uma certa forma de reação aos diferentes elementos dessa crise (AMOS, 2010; BEVIR, 2011). Com os desafios impostos pela globalização e pela desregulamentação neoliberal, que culminaram em mudança políticas, econômicas e sociais, novos desafios surgiram para os governos. Modelos clássicos de governo

e governabilidade, principalmente nos países ocidentais, vem perdendo sua aplicabilidade prática e, consequentemente, vem sofrendo questionamentos teóricos (HÖPPNER; NAGL, 2007).

Portanto, ambas convergem em torno de uma questão central comum: as problemáticas de dirigir, regular, governar, conduzir etc. na sociedade moderna - com relação a indivíduos, organizações, sistemas, estado e sociedade em geral. Utilizando-se dos dois conceitos, Amos (2010) analisou a relação entre o Estado e o sistema educacional. Seu intuito foi demonstrar que os ambos podem ser utilizados, e até combinados, como ferramentas analíticas para analisar as transformações atuais. Sendo assim, ele pontua que apesar de suas diferenças, ambas as perspectivas podem ser mescladas para discutir as implicações para a educação comparada.

Outro ponto que me parece comum é a intenção explícita de transcender os limites das teorias de governo centradas no Estado. Ambas abordagens se preocupam em abrir a caixa preta do Estado, dando maior atenção para a difusão do poder e da ação política. Para isso, exploram a porosidade que existe na fronteira entre Estado e sociedade civil. De outro modo, eles revelam os diversos atores, agências e discursos que constroem, mantêm e transformam a governança, e que vão além das funções estatais (BEVIR, 2011). Ambas enfatizam formas de regras caracterizadas como não hierárquicas, cooperação público-privada, papel das normas e formas de cooperação em rede de vários níveis. Além disso, a força das duas abordagens é fornecer um vocabulário descritivo para mapear novos atores, relações e práticas de segurança emergentes.

Entendendo que a teoria da governamentalidade seria uma ferramenta para estudar a governança em rede para além do estado, Merlingen (2011) à aplicou na governança interna e externa da Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD) das sociedades pós-conflito. Tais casos demonstraram os tipos de perguntas de pesquisa, preocupações analíticas, argumentos, evidências empíricas e métodos que a pesquisa de governamentalidade exige, e os tipos de descobertas que ela pode gerar. Sendo assim, conclui identificando deficiências da teoria que seriam motivo de preocupação para alguns pesquisadores da PCSD. Ele se baseou na teoria da governamentalidade para elaborar uma agenda de pesquisa que se preocupasse principalmente com a dinâmica e o funcionamento da governança

interna e externa da PCSD, e não com a PCSD como local e contribuinte para os processos de securitização.

Apesar de alguns pontos de sinergia, as duas chaves analíticas possuem focos e análises diferentes. Primeiramente, no que tange ao objeto de análise, a governança concentra-se na interação dinâmica entre estruturas e processos, instituições e atores, regras e sua aplicação. Sua intenção é capturar as complexidades dos arranjos institucionais e informais entre atores públicos e privados na tentativa de regular questões coletivas da política internacional (HÖPPNER; NAGL, 2007). Sendo assim, a análise da governança está mais preocupada com as questões técnicas, os instrumentos e modos, procedimentos e atores, com suas constelações e formas de cooperação. A partir disso, produz *insights* sobre a mudança de papéis e o significado dos estados soberanos no governo de assuntos globais ou transnacionais, além de teorizar sobre as formas de mudança e institucionalização da autoridade política (SENDING; NEUMANN, 2006). Esse movimento analítico possibilita analisar mudanças de modos de governar hierárquicos e baseados em soberania para modos de governar mais horizontais e baseados em rede. O uso do termo governança, em vez de governo, carrega conotações de descentralização, refletindo a incorporação de vários atores diferentes, afastando-se de uma compreensão hierárquica do governo e permitindo a identificação da governança como um processo multinível e multijurisdicional (INNES; STEELE, 2012). Ou seja, o governo deve ser estudado como um processo, não como uma instituição.

Na abordagem da governamentalidade, o Estado não é objeto do seu interesse, mas sim, a análise das técnicas de governança que o Estado é composto. Portanto, se propõe a identificar e descrever as conexões entre as tecnologias de governo, apontando diferentes técnicas que governam, mas não se baseia na soberania ou força, e sim, na intrincada rede de relações de poder presente (HÖPPNER; NAGL, 2007). Por outro lado, analisa historicamente como os problemas e tecnologias de governança são formulados e abordados. Apesar de também serem reduzidamente consideradas na literatura sobre governança, a governamentalidade fornece descrições extensas de técnicas discursivas que criam sujeitos, práticas de verdade e normalização, e processos de exclusão e inclusão discursiva (HÖPPNER; NAGL, 2007). Ou seja, oferece uma descrição muito mais

detalhada das possibilidades de governar através do discurso. Portanto, ao invés de olhar para as instituições de governança, a governamentalidade se concentra nas táticas que os atores globais empregam para alcançar a auto governança no nível dos governados.

Baseando-se nessa perspectiva, Prakash se baseia tenta explicar o papel da ciência para a legitimidade e o exercício do poder colonial na Índia, enquanto mostra como as elites nacionalistas conseguiram sequestrar esses discursos científicos e usá-los para seus próprios fins (PRAKASH, 1999a). Já Scott interpreta o surgimento de novas estratégias governamentais na segunda metade do século XIX no sistema jurídico e escolar como uma tentativa de reestruturação consciente dos campos de ação sociais e individuais, com o objetivo de moldar a diligência, o comprometimento e a motivação dos assuntos coloniais (SCOTT, 1995). Ambas abordagens utilizam da governamentalidade para demonstrar como os sujeitos são criados e moldados pelas técnicas de governo.

Em segundo lugar, entre os pesquisadores que se utilizam da perspectiva foucaultiana, uma das principais críticas feitas às análises da governança (global) relaciona-se à necessidade de uma discussão mais substancial sobre à questão do poder, tema bastante caro às RI, assim como ao arcabouço teórico foucaultiano (HÖPPNER; NAGL, 2007). Grande parte da solidez da ótica da governamentalidade está em se debruçar criticamente sobre as relações de poder. Diferente do debate normativamente carregado sobre governança, estudos pautados na governamentalidade levam em consideração o caráter horizontal, relacional e não hierárquico dessas relações.

Apesar de Czempiel (1992, p.50) ter afirmado que “os governos exercitam a regra, a governança usa o poder”, o conceito de governança global ainda permaneceu alheio à questão do poder. Muito tempo depois da expansão dos estudos sobre governança, Adler; Bernstein (2005) e Barnett; Duvall (2005) ainda colocaram a relação “governança e poder” como um problema das análises de governança global. Trazendo a importância do que eles chamaram de “poder produtivo”[4], ambos autores fizeram referência à contribuição de Foucault com o

[4] Poder produtivo "é a constituição de todos os sujeitos sociais com vários poderes sociais por meio de sistemas de conhecimento e práticas discursivas de amplo alcance geral e geral". "(...) O poder produtivo diz respeito ao discurso, aos processos sociais e aos sistemas de conhecimento através

intuito de reformular o conceito de governança a partir da re-tematização de sua dimensão "política". Eles argumentam que o conceito de poder pode ser entendido em sentido disposicional, uma vez que "ordena" e "controla" sujeitos sociais, ou seja, em um sentido "produtivo", dado que define "a ordem das coisas" semanticamente, através do "discurso" (ADLER; BERNSTEIN, 2005, p. 294).

As análises da governança (global) não promovem uma discussão substancial sobre o poder, tema caro às RI como ao arcabouço teórico foucaultiano. Nesse ponto, as abordagens se divergem de modo evidente. Apesar de ambas evidenciarem a ascensão de diferentes atores não estatais, a abordagem da governança global, parte do pressuposto de que o poder emana do Estado. O que ocorre é uma transferência de poder do Estado para os atores não estatais, de modo que a política internacional, analisando a questão do poder, ainda seria pautada num jogo de soma zero. Divergente dessa interpretação, a governamentalidade repensa o entendimento convencional do poder nas RI. Aqui, o poder entendido como relacional. Ao invés de emanar verticalmente do Estado para os demais atores “abaixo” dele, o poder opera em um nível horizontal estabelecendo relações entre os indivíduos e os fins desejados. Ele cria, portanto, um ambiente de auto governança pelo qual aos indivíduos são dadas escolhas, e cabe a eles tomarem suas decisões. Desse modo, a governamentalidade gerencia a condutas dos indivíduos, sendo que, no nível global, os governados podem ser entendidos como indivíduos, estados, agências, organizações internacionais e transnacionais, autoridades privadas e assim por diante. O que diferencia essa conduta gerenciada e de um poder disciplinar (de imposição) é que a primeira está relacionada com o fornecimento de condições e oportunidades que dão liberdade à decisão do comportamento político. Nesse caso, o que o “disciplina” não é a ameaça de uma punição, e sim, o risco potencial de fazer uma escolha equivocada.

Estudos de governança global focam na diferença do poder relativo entre os Estados e os atores não estatais, e apontam para uma autoridade política cada vez mais institucionalizada em esferas não controladas pelos estados (SENDING; NEUMANN, 2006). Os autores questionam tais pressupostos concentrando-se nos processos sociopolíticos da governança e buscando identificar sua racionalidade como práticas de governo. Através da ótica da governamentalidade, eles tratam o

dos quais o significado é produzido, fixo, vivido, experimentado e transformado" (BARNETT; DUVALL, 2005, p.20, trad. nossa).

papel dos atores não estatais na governança global como expressão de uma lógica de governo pelo qual a sociedade civil é redefinida a partir de um objeto passivo de governo para ser atuada em uma entidade que é ao mesmo tempo um objeto e um sujeito do governo (SENDING; NEUMANN, 2006).

Desafiando um dos principais pressupostos dos estudos de governança global, de que o Estado perdeu poder para atores não estatais e a autoridade política é cada vez mais institucionalizada em esferas não controladas pelos Estados, Sending e Neumann (2006) utilizam da noção de governamentalidade procurando identificar a racionalidade como práticas de governo político. Sendo assim, o papel de atores não estatais na formação e execução de funções de governança global não é um exemplo de transferência de poder do estado para atores não estatais, mas antes uma expressão de uma lógica ou racionalidade de governo em mudança pela qual a sociedade civil é redefinida a partir de um objeto passivo de governo para ser atuada em uma entidade que é ao mesmo tempo um objeto e um sujeito do governo. Para tanto, eles abordam dois estudos de caso: a campanha internacional para proibir minas terrestres e a política populacional internacional. Os casos mostram que a sociedade civil é cada vez mais definida como um campo povoado por sujeitos políticos cuja autonomia, experiência e capacidade de canalizar responsavelmente a formação da vontade política se tornaram cruciais para as tarefas de governo. Identificamos uma racionalidade governamental em que o poder político opera através da sociedade civil e não na sociedade. O governo é realizado através de assuntos autônomos, não em objetos passivos.

Em outro texto, Sending e Neumann (2010) apontam que papel das Organizações Internacionais (OI's) ou das Organizações não governamentais na configuração e execução das funções de governança global não é um exemplo de transferência de poder do Estado para atores não estatais. Por outro lado, seria a expressão de uma lógica ou racionalidade de mudança do governo (definida como um tipo de poder) pela qual a sociedade civil é redefinida a partir de um objeto passivo de governo a ser atuado e em uma entidade que é ao mesmo tempo um objeto e um assunto de governo. Da mesma forma, essa racionalidade de governo atribui às OI's uma posição central, não apenas devido aos objetivos liberais que

costumam adiantar, mas também, por causa da escala global de seu modo de governar (SENDING; NEUMANN, 2010).

Por último, juntamente com a questão do poder, está atrelada a noção de autoridade política e a ascensão de novos atores não estatais na esfera internacional. Dentro da abordagem da governança, alguns autores veem a importância e autoridade do Estado em governar diminuindo, outros preferem falar de uma alteração em seu papel. O objetivo desse debate era permitir uma melhor compreensão de governar onde o Estado não é o único ator relevante. Ele permaneceu, no entanto, um dos atores importantes e presença em todas as principais discussões. Para os casos empíricos em questão, isso foi amplamente problemático, porque o estado se mostrou um fenômeno empírico persistente. No entanto, existem limites para a aplicabilidade dessa suposição. Enquanto o Estado, teoricamente, está presente em quase todos os lugares, sua presença empírica em grandes partes do mundo é fragmentária, na melhor das hipóteses. A autoridade política é cada vez mais desalojada do estado soberano e na direção das redes de políticas transnacionais e das "esferas de autoridade" funcionalmente específicas, onde o Estado desempenha um papel estratégico, mas não necessariamente dominante. Portanto, os estudos de governança global perpetuam a mesma estrutura analítica que pretendem transcender como suas principais descobertas. O poder dos atores não estatais e a difusão da autoridade política do Estado para outros atores são parasitas de uma estrutura analítica ligada à tríade entre soberania, autoridade e legitimidade.

Nas análises da governamentalidade, a ascensão da sociedade civil e a crescente importância dos atores não-governamentais, em vez de sinalizar o fim do governo pelo Estado ou uma redução na sua autoridade, representam uma nova racionalidade do governo, oferecendo maneiras mais sofisticadas de incorporar resistência e legitimar o governo. A Sociedade Civil Global, por exemplo, canaliza muitos dos desafios da política global e permite regras relativamente ordenadas em muitas áreas. No entanto, essas funções não estão apenas ou principalmente atuando como restrições do poder, mas são amplamente produtivas no sentido de que produzem novas formas de ação, política e novos espaços de luta política (LIPSCHUTZ, 2005), dando um caráter produtivo à governamentalidade.

Methmann (2011) argumenta que as tentativas de tornar a mudança climática algo governável é um exemplo perfeito de uma governamentalidade genuinamente global, pois é construída em um espaço de problemas globais. Trabalhando com a "governamentalidade do carbono", ele aponta que ela não afeta apenas a política internacional, mas também pode gerir a conduta dos sujeitos em vários níveis espaciais e políticos através desde o "orçamento de carbono" pessoais e o "coletor nacional" até os mercados transnacionais de carbono.

Outra força da perspectiva da governamentalidade sobre as técnicas de governo reside no tratamento da resistência. Como O'Malley salienta, a resistência a programas governamentais não pode ser reduzida a um mero obstáculo à sua implementação bem-sucedida que força a reformulação desses programas. A concepção produtiva de poder desenvolvida por Foucault nos permite entender as lutas sociais como parte integrante e constitutiva do próprio processo de governança. Ele descreve isso com relação à incorporação de estruturas de auto governança indígena em programas governamentais australianos que levam a uma forma sutil, aparentemente voluntária e descentralizada de 'governança à distância' dessas comunidades aborígines (O'MALLEY, 1996). Essa perspectiva também nos impede de desenvolver uma interpretação aparentemente racional e coerente dos programas governamentais, porque inclui as contradições e ambivalências enquanto aponta para possíveis pontos de partida para intervenções políticas críticas.

4. Considerações Finais

Como apontei durante a exposição, tanto o conceito de governança global, quanto o de governamentalidade, são úteis para analisar e compreender as mudanças que ocorreram no cenário internacional com o processo de globalização. Alguns autores apontam que ambas abordagens têm como intuito fazer frente às crises de governo e a incapacidade do Estado em gerir todos os problemas derivados das mudanças econômicas, políticas e sociais que ocorreram nas últimas décadas. Portanto, trazer à tona a ascensão dos atores não estatais, assim como, entender como eles ganharam novos papeis e funções, é uma característica fundamental das teorias apresentadas no campo das Relações Internacionais.

A pretensão em dar mais atenção aos atores não estatais, representa uma tentativa de descentralizar as análises no Estado como o único, ou o principal, ator relevante. No entanto, os estudos da governança global não conseguiram, de fato, quebrar esse vínculo com as abordagens tradicionais. Apesar de demonstrarem a importância dos atores não estatais, e principalmente, da sociedade civil, os teóricos da governança ainda continuaram fortemente arraigados à tríade "soberania, autoridade e legitimidade". Portanto suas concepções de poder e autoridade ainda respondem aos pressupostos positivistas e tradicionais da disciplina.

Meu argumento é que, o conceito de governamentalidade, tem valor e potencial para contribuir com o campo das Relações Internacionais de algumas maneiras. O valor acrescentado da teoria da governamentalidade nos estudos internacionalistas é expresso na sua capacidade de desconstruir e questionar aquilo que é "tomado como garantido". O "discurso" sobre governança é parte integrante de seu próprio "funcionamento", e não um meio de legitimação "externa" à racionalidade do governo, operando em uma determinada configuração de poder (DEAN, 2010). Tal análise desvela o domínio político de seu caráter evidente, normal ou natural, que é essencial para o seu funcionamento" (MERLINGEN, 2006, p.188, trad. Nossa). Neste contexto, há uma outra oportunidade para aplicar a abordagem de governamentalidade à governança global, realizando uma análise crítica que aborda a despolitização da política global de acordo com o paradigma de "governança sem governo", revelando seu caráter "político" (PROZOROV, 2004).

Outra contribuição importante é que os estudos sobre governamentalidade partem de uma noção de poder que se diferencia, e muito, da acepção utilizada nas teorias tradicionais de Relações Internacionais. A "mecânica do poder", utilizando a expressão de Foucault, trata do poder como posse de recursos e/ou capacidades. De outro modo, é um poder negativo, que remete ao controle, sujeição. Ou seja, um poder verticalizado, que se exerce de cima para baixo. De modo distinto, a governamentalidade tem suas raízes em uma noção de poder diferente. A "analítica do poder" trata do poder como uma rede produtiva que permeia a sociedade produzindo discursos e conhecimento, é um poder positivo. Ele não se irradia de um centro até os níveis inferiores como em uma hierarquia. Ao contrário, ele é abstraído das capilaridades, das formas terminais, deslocando-se por toda sociedade de maneira plural, heterogenia e não hierárquica. Ou seja, o poder é fluido, relacional,

produtivo, construindo e controlando os sujeitos, mas sem se concentrar nem emanar de um centro. É distinto da ideia de dominação/sujeição, pressuposta na ideia de poder como algo que se detém.

Interpretando o poder de tal modo, a abordagem da governamentalidade permite que se possa quebrar a tríade mencionada anteriormente. O Estado deixa de ser o detentor, o centro que emana e que controla o poder. O que os teóricos da governança global chamam de “transferência de poder do Estado para atores não estatais”, ou o “fim do governo pelo Estado” é, na verdade, a expressão de uma lógica ou racionalidade variável do governo (um tipo de poder) pela qual a sociedade civil é redefinida a partir de um objeto passivo do governo para ser atuada sobre uma entidade que é um objeto e um sujeito do governo. Sendo assim, oferece maneiras mais sofisticadas de incorporar resistência e legitimar o governo.

Ao entender que o poder não é exercido por uma instituição ou Estado, e sim, algo que flui pela sociedade, que ao mesmo tempo que controla também produz novas práticas e interações, a análise da governamentalidade quebra com a imagem do Estado monolítico, uma “caixa preta”. Portanto, traz outra visão sobre questão da soberania e do poder, pilares da disciplina de Relações Internacionais.

Em relação à questão do poder e autoridade nas Relações Internacionais, temos duas contribuições importantes por parte da ótica da governamentalidade. Uma primeira diz respeito ao deslocamento do Estado como um centro de onde emana-se o poder. Ao entender que o poder não é exercido por uma instituição ou Estado, e sim, algo que flui pela sociedade, que ao mesmo tempo que controla também produz novas práticas e interações, a análise da governamentalidade quebra com a imagem do Estado monolítico, uma “caixa preta”. Consequentemente, e essa é uma segunda contribuição, desconstrói-se o poder como algo que se detém, seja capacidades e/ou recursos, algo caríssimo às abordagens mais tradicionais das RI.

Obviamente, e me parece importante ressaltar, a aplicação do conceito de governança suscitou diversas críticas. Alguns autores apontaram preocupações relativas à aplicabilidade do conceito de governamentalidade ao âmbito internacional (CHANDLER, 2009; JOSEPH, 2009, 2010; SELBY, 2007). Apesar de já haver uma literatura que se propõe a responder a tais questionamentos (NEWMANN; SENDING, 2007; VRASTI, 2013), chamo atenção e concordo com o argumento de

Pereira; Ramos; Santos Filho (2011). Segundo os autores, para que se possa utilizar o conceito de governamentalidade nas RI, é necessário que se defina claramente conceito, o objeto e os modos de utilizá-lo, para que não se incorra no que ele colocou como "consenso ortodoxo", que pauta as teorias mais tradicionais de Relações Internacionais.

Por fim, não foi meu intuito aqui tentar fazer do conceito de "governamentalidade" a solução para as limitações do conceito de governança global, e até mesmo, das análises de Relações Internacionais. O que tentei demonstrar é que os estudos da governamentalidade, apesar de recentes na disciplina, estão sendo férteis na área. Além de estabelecer uma crítica a postulados e conceitos reificados das RI, tais estudos também nos impulsionam a tentar compreender um pouco melhor os discursos subjacentes em diversos temas que consideramos como dados. Além de abrir novas agendas de pesquisa, estudos da governamentalidade podem servir como interlocutores, críticos, importantes para o crescimento da pesquisa em torno da política internacional. Mais importante ainda, tal discussão já tomou corpo em diversos lugares e instituições. Porém, no Brasil, ainda existe uma certa resistência em relação à utilização do conceito e de um debate sobre as perspectivas e ganhos analíticos que podemos ter. Portanto, o artigo teve como objetivo central tentar trazer um pouco dessa "nova perspectiva" para o debate brasileiro e incentivar as pesquisas e o debate acerca de diferentes formas de se interpretar as mudanças ocorridas na política internacional atualmente.

Referências

ABBOTT, Kenneth. W.; SNIDAL, Duncan. Hard and soft law in international governance**.** *International organization*, v. 54, n. 3, p. 421-456, 2000.

ADLER, Emanuel; BERNSTEIN, Steven. Knowledge in power: the epistemic construction of global governance. In: BARNETT, Michael. N.; DUVALL, Raymond. *Power in global governance*, Cambridge: Cambridge University Press, p. 294, 2005.

BARNETT, Michael. N.; DUVALL, Raymond. *Power in global governance*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

BENEDETTI, Fanny; WASHBURN, John L. Drafting the International Criminal Court treaty: Two years to Rome and an afterword on the Rome diplomatic conference. *Global Governance*, v. 5, p. 1, 1999.

BETTS, Alexander (Ed.). *Global migration governance*. Oxford University Press, 2011.

BEVIR, Mark. Governance and governmentality after neoliberalism. *Policy & Politics*, v. 39, n. 4, p. 457-471, 2011.

BIERMANN, Frank; SIEBENHÜNER, Bernd; SCHREYÖGG, Anna. Global environmental governance and international organizations: Setting the stage. In: BIERMANN, Frank; SIEBENHÜNER, Bernd; SCHREYÖGG, Anna. *International Organizations in Global Environmental Governance*. Routledge, p. 15-30, 2009.

BIERMANN, Frank; PATTBERG, Phillip H. (Ed.). *Global environmental governance reconsidered*. MIT Press, 2012.

BIERSTEKER, Thomas. J. Global governance. In CAVELTY, Myriam. D; MAUER, Victor. *The Routledge handbook of security studies.* London: Routledge, p. 439-452, 2010.

BÖRZEL, Tanja A.; RISSE, Thomas. Public-private partnerships: Effective and legitimate tools of international governance. In GRANDE, Edgar; PAULY, Louis W. (Ed.). *Complex sovereignty*: Reconstructing political authority in the twenty first century. Toronto: University of Toronto Press, p. 195-216, 2005.

BUCHANAN, Allen; KEOHANE, Robert O. The legitimacy of global governance institutions. *Ethics & international affairs*, v. 20, n. 4, p. 405-437, 2006.

CHANDLER, David. Critiquing liberal cosmopolitanism? The limits of the biopolitical approach. *International Political Sociology*, v. 3, n. 1, p. 53-70, 2009.

CLAPP, Jennifer; FUCHS, Doris. Agrifood corporations, global governance, and sustainability: a framework for analysis. *Corporate power in global agrifood governance*, p. 1-26, 2009.

COMMISSION ON GLOBAL GOVERNANCE. *Our Global Neighbourhood,* New York: Oxford University Press, 1995.

COX, Robert. W. *Production, power, and world order*: Social forces in the making of history. Columbia University Press, 1987.

CUTLER, A. Claire.; HAUFLER, Virginia; PORTER, Tony. (Ed.). *Private authority and international affairs*. Suny Press, 1999.

CZEMPIEL, Ernst. Governance and democratization. In: ROSENAU, James N.; CZEMPIEL, Ernst. (Ed.) *Governance without government*: Order and change in world politics, p. 250-71, 1992.

DEAN, Mitchell. *Governmentality*: Power and rule in modern society. London: Sage Publications, 1999.

DEAN, Mitchell; HINDESS, Barry. (Ed.). *Governing Australia*: Studies in contemporary rationalities of government. Cambridge University Press, 1998.

DEATH, Carl. Governmentality at the limits of the international: African politics and Foucauldian theory. *Review of International Studies*, v. 39, n. 3, p. 763-787, 2013.

DE LARRINAGA, Miguel; DOUCET, Marc G. (Ed.). *Security and global governmentality*: Political Science Quarterly globalization, governance and the state. Routledge, 2010.

DILLON, Michael; REID, Julian. Global liberal governance: Biopolitics, security and war. *Millennium*, v. 30, n. 1, p. 41-66, 2001.

DINGWERTH, Klaus; PATTBERG, Phillip. Global governance as a perspective on world politics. *Global Governance*, v. 12, p. 185, 2006.

DREZNER, Daniel W. The global governance of the Internet: Bringing the state back in. *Political Science Quarterly*, v. 119, n. 3, p. 477-498, 2004.

DUFFIELD, Mark. *Global governance and the new wars*: The merging of development and security. Zed Books Ltd., 2014.

EAGLETON-PIERCE, Matthew. The concept of governance in the spirit of capitalism. *Critical Policy Studies*, v. 8, n. 1, p. 5-21, 2014.

FALKNER, Robert. Private environmental governance and international relations: exploring the links. *Global environmental politics*, v. 3, n. 2, p. 72-87, 2003.

FINNEMORE, Martha; SIKKINK, Kathryn. International norm dynamics and political change. *International Organization*, v. 52, n. 4, p. 887-917, 1998.

FINKELSTEIN, Larry S. What is global governance. *Global governance*, v. 1, p. 367, 1995.

FOUCAULT, Michel. Genealogia e Poder. In: MACHADO, Roberto. (org.) *Microfísica do Poder*. 6ª edição. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1986.

FOUGNER, Tore. Corporate power in world politics: the case of the world economic forum. *The Journal of International Trade and Diplomacy*, v. 2, n. 2, p. 97-134, 2008.

FRASER, Nancy. From discipline to flexibilization? Rereading Foucault in the shadow of globalization. *Constellations*, v. 10, n. 2, p. 160-171, 2003.

GILL, Stephen. Structural Change and Global Political Economy: Globalizing Elites and the Emerging World Order. SAKAMOTO, Y (Ed.). In *Global Transformation*: Challenges to the State System. Tokyo: United Nations University Press, 1994.

GOLDMAN, Michael. *Imperial Nature*: The World Bank and Struggles for Social Justice
in the Age of Globalization, New Haven, CT and London: Yale University Press, 2005.

GORDENKER, Leon. Pluralising global governance: analytical approaches and dimensions. *Third world quarterly*, v. 16, n. 3, p. 357-388, 1995.

GORDON, Collin. Governmental rationality: An introduction. In Burchell, G.; Gordon, C.; Miller, P. *The Foucault effect*: Studies in governmentality, p. 1-51, 1991.

GRAZ, Jean. C. How powerful are transnational elite clubs? The social myth of the World Economic Forum. *New Political Economy*, v. 8, n. 3, p. 321-340, 2003.

HAAS, Peter. M. Introduction: epistemic communities and international policy coordination*. International organization*, v. 46, n. 1, p. 1-35, 1992.

HAAS, Peter. M. Social constructivism and the evolution of multilateral environmental governance. In: PRAKASH, A.; HART, J. A. *Globalization and governance*. London: Routledge, p. 103-134, 1999.

HAFNER-BURTON, Emilie; POLLACK, Mark A. Mainstreaming gender in global governance. *European Journal of International Relations*, v. 8, n. 3, p. 339-373, 2002.

HALL, Robert. B.; BIERSTEKER, Thomas. J. (Ed.). *The emergence of private authority in global governance*. Cambridge University Press, 2002.

HELD, David; MCGREW, Anthony. Introduction. In HELD, David; MCGREW, Anthony. (Ed), *Governing Globalisation*, Cambridge, Polity Press, p. 1-21, 2002.

HEWSON, Martin; SINCLAIR, Timothy. J. (Ed.). *Approaches to global governance theory*. Suny Press, 1999.

JESSOP, Bob. The regulation approach, governance and post-Fordism: alternative perspectives on economic and political change?. *Economy and society*, v. 24, n. 3, p. 307-333, 1995.

JOSEPH, Jonathan. Governmentality of what? Populations, states and international organisations. *Global Society*, v. 23, n. 4, p. 413-427, 2009.

JOSEPH, Jonathan. What can governmentality do for IR?. *International Political Sociology*, v. 4, n. 2, p. 202-205, 2010.

KAHLER, M. Rising powers and global governance: negotiating change in a resilient status quo. *International Affairs*, v. 89, n. 3, p. 711-729, 2013.

KECK, Margaret. E.; SIKKINK, Kathryn. Transnational advocacy networks in international politics: Introduction. In KECK, Margaret E.; SIKKINK, Kathryn. *Activists Beyond Borders*: Advocacy networks in international politics. p. 1-38, 1998.

KEOHANE, Robert. O.; NYE, Joseph. S. *Transnational relations and world politics*. Harvard University Press, 1972.

KEOHANE, Robert. O.; NYE, Joseph. S. *Power and interdependence*. Boston: Little, Brown ,1977.

KEOHANE, Robert. O. *After hegemony*. Princeton: Princeton University Press, 1984.

KEOHANE, Robert. O. International institutions: Two approaches. *International studies quarterly*, v. 32, n. 4, p. 379-396, 1988.

KOENIG-ARCHIBUGI, Mathias. Mapping global governance. HELD, David; MCGREW, Anthony. *Governing globalization*: power, authority and global governance, p. 46-69, 2002.

KRASNER, Stephen. D. (Ed.). *International regimes*. Cornell University Press, 1983.

LAKE, David. A. Global Governance: a relational contracting approach. Globalization and governance. In: PRAKASH, Aseem; HART, Jeffrey. A. *Globalization and governance*. London: Routledge, p. 31-54, 1999.

LARNER, Wendy; WALTERS, Willian. Introduction: Global governmentality: governing international spaces. In LARNER, Wendy; WALTERS, Willian. (Ed). *Global governmentality*: Governing international spaces. Routledge, p. 1-21, 2004.

LATHAM, Robert. Politics in a floating world: toward a critique of global governance. In HEWSON, Martin; SINCLAIR, Timothy. J. (Ed.). *Approaches to global governance theory*. Suny Press, p. 23-53, 1999.

LEMKE, Thomas. *Foucault, governmentality, and critique*. London: Routledge, 2015.

LEVY, David. L.; PRAKASH, Aseem. Bargains old and new: Multinational corporations in global governance. *Business and Politics*, v. 5, n. 2, p. 131-150, 2003.

LIPSCHUTZ, Ronnie D. Reconstructing world politics: the emergence of global civil society. *Millennium,* v. 21, n. 3, p. 389-420, 1992.

LIPSCHUTZ, Ronnie D; MAYER, Judith. *Global civil society and global environmental governance*: The politics of nature from place to planet. Suny Press, 1996.

LIPSCHUTZ, Ronnie D. Global civil society and global governmentality: or, the search for politics and the state amidst the capillaries of social power. In: BARNETT, Michael N.; DUVALL, Raymond. *Power in global governance*, Cambridge: Cambridge University Press, p. 229-248, 2005.

LIPSCHUTZ, Ronnie D.; ROWE, James K. *Globalization, governmentality and global politics: regulation for the rest of us?.* Psychology Press, 2005.

MERLINGEN, Michel. Governmentality: Towards a Foucauldian framework for the study of IGOs. *Cooperation and Conflict*, v. 38, n. 4, p. 361-384, 2003.

MERLINGEN Michel. Foucault and world Politics: promises and challenges of extending governmentality theory to the European and beyond. *Millennium*, v. 35, n. 1, p. 181-196, 2006.

MERRY, Sally E.; CONLEY, John M. Measuring the world: Indicators, human rights, and global governance. *Current Anthropology*, v. 52, n. S3, p. 83-95, 2011.

METHMANN, Chris. The sky is the limit: Global warming as global governmentality. *European Journal of International Relations*, v. 19, n. 1, p. 69-91, 2011.

MILLER, Peter; ROSE, Nikolas. *Governing the present*: Administering economic, social and personal life. Polity, 2008.

MURPHY, Craig. N.; YATES, Joanne. *The International Organization for Standardization (ISO):* global governance through voluntary consensus. Routledge, 2009.

NEUMANN, Iver B.; SENDING, Ole J. *Governing the global polity*: Practice, mentality, rationality. University of Michigan Press, 2010.

OHMAE, Kenichi. *The borderless world*: Power and strategy in the interlinked economy. London: Harper Collins, 1990.

O'MALLEY, Pat. Indigenous governance. *International Journal of Human Resource Management*, v. 25, n. 3, p. 310-326, 1996.

OVERBEEK, Henk. Global governance, class, hegemony. Contending Perspectives on Global Governance. *Coherence and Contestation*, v. 39, 2005.

PARK, Susan. Socialization, the World Bank group and global environmental governance. In: BIERMANN, Frank; SIEBENHÜNER, Bernd; SCHREYÖGG, Anna (Ed.). *International Organizations in Global Environmental Governance*. Routledge, p. 91-110, 2009.

PEREIRA, Chyara Sales; RAMOS, Leonardo César Souza; SANTOS FILHO, Onofre dos. *Governança global, governamentalidade e uma nova visão acerca da relação entre explicação e compreensão nas Relações Internacionais*. In: 3° ENCONTRO NACIONAL ABRI 2011, 3, 2011, São Paulo.

PRAKASH, Gyan. Another Reason. *Science and the Imagination of Modern India. Princeton*, NJ: Princeton University Press, 1999.

PROZOROV, Sergei. Three theses on 'governance' and the political. *Journal of International Relations and Development*, v. 7, n. 3, p. 267-293, 2004.

REINICKE, Wolfgang H.; DENG, Francis. *Critical choices*: The United Nations, networks, and the future of global governance. IDRC, Ottawa, 2000.

RHODES, Roderick A. W. The new governance: governing without government. *Political studies*, v. 44, n. 4, p. 652-667, 1996.

ROSENAU, James. N.; CZEMPIEL, Ernst. (Ed.). *Governance without government:* order and change in world politics. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

ROSENAU, James. N. "Governance in the Twenty-First Century". In WEISS, Thomas. G. *Global Governance*: A Review of Multilateralism and International Organizations, 1995.

ROSENOW, Doerthe. Decentring global power: The merits of a Foucauldian approach to international relations*. Global Society*, v. 23, n. 4, p. 497-517, 2009.

RUGGIE, John. G. International regimes, transactions, and change: embedded liberalism in the postwar economic order. *International organization*, v. 36, n. 2, p. 379-415, 1982.

SANDHOLTZ, Wayne. Globalization and the Evolution of Rules. In: PRAKASH, Aseem; HART, Jeffrey A. *Globalization and governance*. London: Routledge, p. 77-102, 1999.

SCHIAVO, Lidia L. Governance, Civil Society, Governmentality. The 'Foucauldian Moment' in the Globalization Debate: Theoretical Perspectives. *International Journal of Humanities and Social Science*, v. 4, n. 13, p. 1-17, 2014.

SCHOLTE, Jan. A. Civil society and democracy in global governance. *Global Governance*, v. 8, n. 3, p. 281-304, 2002.

SCOTT, David. Colonial governmentality*. Anthropologies of modernity*: Foucault, governmentality, and life politics, p. 23-49, 2005.

SELBY, Jan. Engaging Foucault: Discourse, liberal governance and the limits of Foucauldian IR. *International Relations*, v. 21, n. 3, p. 324-345, 2007.

SENDING, Ole J.; NEUMANN, Iver. B. Governance to governmentality: Analyzing NGOs, states, and power. *International studies quarterly*, v. 50, n. 3, p. 651-672, 2006.

TELÒ, Mario (Ed.). *European Union and new regionalism*: regional actors and global governance in a post-hegemonic era. Ashgate Publishing, Ltd., 2013.

THOMPSON, Grahame; HIRST, Paul. *Globalization in question*: the international economy and the possibilities of governance. Polity Press, 1999.

VAN DER PIJL, Kees. *Transnational classes and international relations*. London: Routledge, 1998.

VRASTI, Wanda. Universal but not truly 'global': governmentality, economic liberalism, and the international. *Review of International Studies*, v. 39, n. 1, p. 49-69, 2013.

WALTERS, Willian; HAAHR, Jens. H. Governmentality and political studies. *European Political Science*, v. 4, n. 3, p. 288-300, 2005.

WEISS, Thomas. G. Governance, good governance and global governance: conceptual and actual challenges. *Third world quarterly*, v. 21, n. 5, p. 795-814, 2000.

WEISS, Thomas. G.; GORDENKER, Leon. (Ed). *NGOs, the UN, and global governance*. Lynne Rienner, 1996.

WEISS, Thomas. G.; WILKINSON, Rorden. Global governance to the rescue: Saving international relations?. *Global Governance*, p. 19-36, 2014.

YOUNG, Oran R. *International governance*: protecting the environment in a stateless society. Cornell University Press, 1994.

ZANOTTI, Laura. Governmentalizing the post–Cold War international regime: The UN debate on democratization and good governance. *Alternatives*, v. 30, n. 4, p. 461-487, 2005.

MONÇÕES
Revista de Relações Internacionais da UFGD
ISSN 2316-8323

ROLE THEORY COMO TERCEIRA VIA NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

IRMA DUTRA GOMES DE OLIVEIRA E SILVA
Mestranda em Relações Internacionais (IRI-USP)

PEDRO LABRIOLA
Mestrando em Relações Internacionais (IRI-USP)

RESUMO: O presente trabalho convida a uma reflexão sobre a Role Theory (RT) e seu desenvolvimento nas Relações Internacionais por meio de uma revisão de literatura dos trabalhos publicados nas últimas décadas. Busca analisar o encontro dos dois subcampos da área: o subcampo de Política Internacional (PI) e o de Análise de Política Externa (APE) vislumbrado por meio da RT. Compreender o processo de mudança da postura dos Estados em diferentes temáticas exige a ponderação de fatores estruturais, institucionais e identitários do sistema internacional e do ambiente doméstico, e a RT parece ser capaz de unir os diferentes níveis de análise de forma satisfatória. A junção entre teorias das RI e APE pela RT só é possível devido a particularidades dessa teoria, por isso compreender como a RT dialoga com cada um desses campos é relevante. Assim, o artigo trata das origens da RT nas ciências humanas e nas RI, alguns dos diálogos dessa teoria com as demais, sua relação com a APE, além dos seus principais conceitos. Também serão explorados brevemente exemplos de trabalhos que utilizam a RT para o estudo da política externa brasileira. Outro motivo para a apresentação do histórico e do arcabouço conceitual vem da necessidade de unificar conceitos expostos em manuais e artigos recentes da RT, cuja reflexão pode ser útil para análises futuras que desejem utilizar a RT como modelo teórico. Ênfase maior é conferida a dois conceitos: National Role Conceptions (NRC) e Domestic Role Contestation (DRC). O conceito de NRC pode ser definido como a percepção dos policymakers sobre a posição de suas nações no sistema internacional e são, ao menos em tese, visões domesticamente compartilhadas sobre qual deve ser o role assumido pelo próprio Estado no sistema internacional; são a base da Role Theory nas RI.

PALAVRAS-CHAVE: Role Theory; National Role Conception; Domestic Role Contestation.

ROLE THEORY AS A THIRD WAY IN INTERNATIONAL RELATIONS

ABSTRACT: This paper reflects on Role Theory (RT) and its development in International Relations through a literature review of works published in recent decades. It seeks to analyze the combination of the International Politics (IP) and Foreign Policy Analysis (FPA) as envisioned through RT. Understanding the process of changing state behavior in different areas requires the consideration of structural, institutional and identity factors of the international system and the domestic environment, and RT seems to be able to unite the different levels of analysis adequately. The confluence of IR and FPA theories through RT is only possible due to particularities of this theory, so understanding how RT dialogues with each of these fields is relevant. Thus, this article will discuss the origins of RT in the humanities and IR, some of its dialogues with other theories, its relationship with the FPA, and its main concepts. RT literature on Brazilian foreign policy will be explored briefly. Another reason for discussing RT's history and conceptual framework comes from the need to unify concepts exposed in recent RT manuals and articles, which may be useful for future analyses that intend to use RT as a

theoretical model. Greater emphasis is given to two concepts: National Role Conception (NRC) and Domestic Role Contestation (DRC). NRC can be defined as policymakers' perceptions of their nations' position in the international system and are, at least in theory, domestically shared views of what the state's role in the international system should be; they are the basis of Role Theory in IR.

KEYWORDS: Role Theory; National Role Conception; Domestic Role Contestation.

Introdução

Ainda que possua pouco espaço no debate teórico das Relações Internacionais e seja pouco mencionada em manuais da disciplina, a Role Theory tem ganhado importância como abordagem para compreender o comportamento de Estados no sistema internacional (HARNISCH e FRIEDRICHS, 2017)[1]. A teoria, que possui origens na psicologia social, sociologia e antropologia, introduz o conceito de *role* (papel) como fator explicativo das interações entre Estados, propondo tratá-los como atores em um contexto social. Ao propor que os papeis, ou padrões de comportamento dos agentes, estejam relacionados a estruturas sociais e expectativas de seus pares, mas não são determinados por elas, a abordagem propõe uma relação interativa e equilibrada entre agente e estrutura na política internacional. Além disso, ao permitir o exame das origens das *national role conceptions* e do *role enacting* dos agentes, a Role Theory propõe também ser uma ponte entre a Análise de Política Externa e teorias de Política Internacional (HARNISCH e FRIEDRICHS, 2017).

Dessa forma, o presente artigo apresenta uma breve reflexão sobre a Role Theory e seu desenvolvimento nas Relações Internacionais, buscando analisar os encontros dos dois subcampos da área: o subcampo de Política Internacional e o de Análise de Política Externa (APE) por meio da RT, já que a Role Theory apresenta como particularidade a possibilidade de unir os níveis de análise das teorias de RI e da APE. Isso ocorre devido ao modelo previsto por esta teoria em que a interação de fatores domésticos e sistêmicos é usada para explicar a definição dos *roles* assumidos pelos atores. Assim, o presente trabalho tratará das origens da RT nas ciências humanas e nas RI, alguns dos diálogos dessa teoria com as demais, sua

[1]Este artigo é fruto de pesquisas desenvolvidas pelos autores no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade de São Paulo sob a orientação do Prof. Dr. Feliciano de Sá Guimarães, cuja contribuição para o estudo da Role Theory no Brasil é fundamental.

relação com a APE, além de seus principais conceitos, para que seja possível no final apontar as principais contribuições da RT para estudos de APE no Brasil, incluindo a vinculação entre ambos níveis de análise. Para isso, daremos ênfase ao conceito de Domestic Role Contestation (DRC), que abarca o embate entre as diferentes ideias que os membros das elites nacionais têm sobre os Roles de seus Estados e é central para a conexão entre RT e APE.

O que é a Role Theory?

A Role Theory surgiu entre o final dos anos 1920 e o início dos 1930 em áreas das ciências humanas tais como psicologia social, antropologia e sociologia. Essa transversalidade conceitual, que se tornou marca da RT, ocorreu devido à riqueza explicativa trazida pelas reflexões sobre *role*, status, performance, expectativa e identidade para a compreensão dos comportamentos tanto de indivíduos quanto dos grupos (BIDDLE, 1979).

A Role Theory introduz o conceito de *role* (papel) como fator explicativo das interações entre Estados, propondo tratá-los como atores em um contexto social. O conceito de papel, quando aplicado às Relações Internacionais, refere-se ao comportamento associado a uma determinada concepção a respeito da posição e função de um ator na sociedade internacional. (HOLSTI, 1970, p. 239). A definição deste papel não seria uma via de mão única, mas ocorreria através da interação entre os atores, entre a concepção que têm de si e das expectativas projetadas por outros atores e derivada de seu status no sistema, seja este global ou regional. Esta teoria propõe que a maioria das atitudes tomadas pelos países seja coerente com o papel assumido por eles, o que abre espaço para eventuais inconsistências. Cabe destacar que um país pode vir a desempenhar múltiplos papeis conforme seu grau de atividade no sistema internacional ou em subsistemas em que participa e que, por vezes estes podem ser contraditórios.

Apesar de o conceito de *role* ser usado de diferentes formas cotidianamente, no campo das ciências humanas ele é, no que diz respeito às ideias e sentidos, aquilo que os indivíduos têm durante seu relacionamento com os outros (HARNISCH, FRANK & MAULL, 2012). Essa teoria busca compreender como as percepções sobre si mesmos trazida pelos indivíduos, as interações pelas quais eles passam, e

a forma como se comportam são influenciam-se mutuamente. Assim como correntes construtivistas das Relações Internacionais, a Role Theory vai além de fatores materiais para explicar o comportamento dos países no sistema internacional e enfatiza a co-constituição entre agentes e estrutura. É possível argumentar que está inserida no paradigma construtivista (WEHNER & THIES, 2014, p. 418), sendo que a principal diferença se encontra entre os conceitos de papel e identidade, centrais para as respectivas teorias. A relação entre construtivismo e Role Theory será mais bem explorada ao longo desse artigo, contudo desde já cabe destacar que o construtivismo permitiu à RT dialogar mais com as teorias de política internacional e ainda assim realizar debates dentro da Análise de Política Externa

Como a Role Theory foi incorporada ao debate das Relações Internacionais?

Thies (2009) e Breuning (2011) apontam que a Role Theory foi trazida à literatura de política externa pelo artigo “National Role Conceptions in the Study of Foreign Policy”, de K. J. Holsti (1970). À época, a Role Theory estava sendo desenvolvida havia cerca de quatro décadas na sociologia, psicologia social e antropologia. (THIES, 2009). Nas Relações Internacionais a RT possui algumas particularidades, pois surge dialogando tanto com a Análise de Política Externa quanto com as Teorias de Política Internacional, subcampos de estudos cuja conexão teórica é por vezes difícil e polêmica (WALKER, 2011). Os dois subcampos analisam o Estado, mas enquanto o primeiro procura explicar o comportamento estatal observando o funcionamento do sistema internacional, o segundo dá maior enfoque à maneira em que Estados atuam na esfera internacional por meio das ações de seus agentes autorizados (TAYFUR, 1994, p. 115-117).

Por ambos os campos lidarem em grande parte com os mesmos fenômenos das Relações Internacionais é comum que compartilhem conceitos e ideias (TAYFUR, 1994), mas sempre a partir de distintas unidades de análise. Apesar de existirem diversos pontos de aproximação, há também uma lacuna nas análises entre os dois subcampos e esse brecha não é facilmente resolvida por métodos e teorias na forma como são usualmente abordados nas RI (WALKER, 2011, p.7).

A RT surge em seu artigo inaugural nas RI tendo em seu título o termo *política externa*, o que indicaria uma aproximação do conceito da RT à APE, porém

diversas pesquisas com Role Theory utilizam conceitos das teorias das RI. Não por acaso, pesquisadores da RT advogam que ela pode contribuir para preencher parte das lacunas entre os dois subcampos das RI (WALKER 2011, BREUNING 2011, THIES 2013, CANTIR e KAARBO 2016).

Naquele primeiro momento da aplicação da Role Theory para as relações internacionais, Holsti e posteriormente outros acadêmicos buscaram identificar padrões de comportamento em meio à Guerra Fria, analisando discursos e outras falas de policymakers de diversos países entre 1965-67. Seus estudos indicam que grande parte dos países reivindicava papeis não relacionados ao conflito bipolar, enquanto outros assumiram um maior ativismo como aliados ou satélites das duas grandes potências do período (HARNISCH, 2011).

Holsti (1970) afirma ter realizado apenas a introdução formal da RT nas Relações Internacionais, ressaltando que boa parte das teorias das RI já afirmavam que os Estados assumiam certos *roles*. Ao descrever as posições estatais em determinadas situações, como por exemplo as posturas de agressor, defensor e mediador, alguns autores de certa forma já indicavam que os Estados assumiam *roles*. Outras teorias ao se referirem a países, neutros, aliados e satélites também indicavam *roles* estatais (HOLSTI, 1970). Ao debater, por exemplo, a balança de poder, os teóricos criaram nomenclaturas para os papeis assumidos pelos Estados de maior relevância, deixando de lado, no entanto, as diversas interações entre os Estados menores bem como entre os países de uma determinada região e outras configurações de relações interestatais.

Por existir há vários anos no âmbito da RI, a Role Theory as suas definições conceituais variavam consideravelmente. Segundo Nabers (2011), na Sociologia a Role Theory possuía ao menos cinco abordagens teóricas relevantes:

> o estruturalismo – que afirma que os roles são posições socialmente constituídas por normas e que geram, por esse motivo, expectativas de determinados comportamentos, o ponto de vista funcional que acredita que os roles são parte de um sistema bem estabelecido e que esse sistema, cujos atores se influenciam mutuamente, compartilha por expectativas normativas que prescrevem e proíbem certos tipos de comportamento. Há ainda o interacionismo simbólico, que detém à atenção na reprodução, performance, e escolha dos roles pelos agentes durante o processo de interação. Já na Role Theory organizacional, os Roles são associados a posições sociais fixas e facilmente identificáveis, uma vez que foram planejadas e são

> hierarquicamente observáveis, por fim, existe a Role Theory cognitiva, que dá maior atenção para a relação entre Role Expectation e o comportamento (NABERS, 2011, p.75 – tradução com adaptações feita pelos autores)

É importante manter em mente também que a RT já estava bem estabelecida em outras áreas do conhecimento e apresentava interpretações distintas sobre o funcionamento dos Roles antes mesmo de ser introduzida nas RI em 1970 (NABERS, 2011). Além disso, no âmbito das teorias de RI a década de setenta ainda apresentava debates entre neorrealistas e neoliberais (TICKNER, 2001).

Por esse motivo, a Role Theory apresentou inicialmente elementos que eram apenas tangenciados pelas teorias mainstream das RI na época. É também por essa razão que posteriormente pesquisadores como Breuning (2011) passam a enquadrá-la na esfera construtivista, apesar de o construtivismo ter se estabelecido nas Relações Internacionais apenas na década de noventa. A mesma autora aponta que uma corrente de autores principalmente norte-americanos que trabalharam a Role Theory em sua primeira fase, privilegiou uma interpretação estrutural do conceito de papel, o que pode estar relacionado a um enfoque materialista dos fatores que levam um país a conceber seu papel no sistema. Com isso, teriam perdido de vista um ponto forte da Role Theory: o de mostrar que "não apenas a estrutura delimita percepções e comportamentos, mas que a agência envolve visão, interpretação e comportamentos que têm o potencial de transformar estruturas" (BREUNING, 2011, p. 18).

Contudo, Holsti já havia proposto que o comportamento de Estado está relacionado primariamente com "as *role conceptions* dos *policymakers*, demandas domésticas e eventos e tendências do ambiente externo" (HOLSTI, 1970, p. 243), além de apontar que percepções, valores e atitudes dos tomadores de decisão são importantes para a análise de política externa. Para Breuning, isso mostra que Holsti adotou uma postura que pode ser considerada construtivista muito antes que esta abordagem fizesse parte do debate teórico das Relações Internacionais.

Para além da mudança no nível de análise, Holsti realizou outras adaptações da RT para as RI. Primeiramente selecionou os seguintes conceitos para analisar o comportamento estatal à luz da Role Theory: *Role Performance; Role Conceptions; Alter prescription* e a *position*. Em seguida esses conceitos foram, assim, alterados: *Role Performance* modificou-se para *Foreign Policy Perfomance*; a *Role*

Conceptions tornou-se a *Policymakers' National Role Conceptions*; *Position* tornou-se o National *Status*; já o *Alter's Prescripition*, por sua vez, mudou para *Alter's Role Prescription*. Esses conceitos serão pormenorizados mais a frente, por ora, busca-se pontuar que Holsti, ao olhar os Estados, trouxe debates relevantes de outros ramos das ciências humanas para as RI. É interessante, contudo, observar que a nomenclatura apresentada pelo autor não é uniformemente seguida por todos os pesquisadores de Role Theory nas RI. Walker (1987), Aggestam (1999, 2006), Nabers (2011), por exemplo, utilizam outras terminologias presentes no debate das Role Theory nas demais áreas das ciências sociais. Assim, as *role conceptions* podem ser compostas por influência de ego, *role expectations* e *alter*, e a role performance pode ser traduzida como o *role foreign policy behavior* (NABERS, 2011, p. 78).

O contexto contemporâneo das teorias da RI torna a Role Theory ainda mais relevante, porque a reflexão conceitual apresentada por Holsti ganha nova roupagem. Dos quatro conceitos básicos de Holsti (performance, *conceptions*, *alter* e status) o mais estudado são as NRCs. Autores como Walker (1987), Wish (1980), Aggestam (1999) trabalhavam considerando a multiplicidade das NRCs de um Estado em determinada posição na estrutura e como esses Roles eram exercidos por eles. A abordagem estruturalista utilizada em RT considera que os papeis são posições sociais constituídas pelas normas da sociedade e que essas geram expectativas de um comportamento apropriado (NABERS, 2011). Por exemplo, quando Thies (2013) aponta que os Estados almejam determinadas posições no quadro de poder internacional, ele indica que a estrutura determina o status almejados pelos Estados e que estes ao atingi-lo se comportarão de determinada maneira.

Conforme salientado anteriormente, a abordagem estruturalista da Role Theory passou a predominar nos Estudos da RT, o que a afastou ainda mais da APE, que por sua vez se aprofundava em debates mais particulares (BREUNING e THIES, 2012). Ainda que válidas, pesquisas estruturais deixam de lado aspectos importantes apresentados por Holsti, como a influência dos ambientes interno e externo para o desenvolvimento das *role conceptions* e a variedade de fatores que contribuem para a formação dos *roles* (BREUNING, 2011; NABERS, 2011; HOLSTI, 1970). Porém, afirmar que houve nas pesquisas iniciais uma predominância de abordagens estruturalistas não significa dizer que as pesquisas de RT se

restringiram a essas concepções teóricas estruturais. Na realidade, essa teoria relacionou-se a diversas outras abordagens das Relações Internacionais. Ademais, os debates recentes das teorias de RI trouxeram novas possibilidades de reflexão para a RT.

Role Theory e as demais teorias de Relações Internacionais

As Teorias de Relações Internacionais, via de regra, se concentram no comportamento dos Estados como atores que atuam no cenário internacional, e nas ações estatais que, por sua vez, são condicionadas e construídas por variáveis do sistema internacional (WALKER, 2011). Cada uma das teorias das RI busca analisar um determinado grupo de elementos sob um prisma específico com o objetivo de compreender o funcionamento do sistema internacional. As inovações acerca da capacidade de o Estado definir um *role* para si mesmo e das iterações contribuírem para moldar esse role tornam essa teoria facilmente adaptável a outras reflexões teóricas sobre Relações Internacionais. Abaixo seguem algumas das interações entre a RT e as principais Teorias das RI.

Conforme foi dito na sessão anterior, a Role Theory em um primeiro momento dialogava com o neorrealismo de Waltz (1979). Autores como Walker analisavam as *national role conceptions* de forma quase estática (BREUNING, 1995). O uso do neorrealismo por pesquisadores de Role Theory é relevante ainda hoje. Cameron Thies, por exemplo, utiliza em seu livro "The United States, Israel, and the Search for International Order" ideias estruturais apresentadas por Stephen Waltz. Thies (2013) utiliza o conceito de socialização, trazido pelo neorrealismo para as Relações Internacionais para compreender a iteração interestatal pela Role Theory. Segundo esse autor, por meio da teoria da socialização, é possível observar que a maior parte dos Estados busca modificar seus status por meio do desenvolvimento de diferentes *roles*. Thies afirma que os países procuram ascender no quadro de poder por meio da mudança na sua posição no quadro dos "*master status*"[2]. O autor afirma que a formação de quem terá cada status decorre dos processos de socialização e

[2]O sistema internacional, segundo Thies, possui quatro "master *status*": *novice states*, *small member states*, *major states* e *great power*s e os estados muitas vezes buscam, por meio de suas iterações, modificar ou consolidar seu Status na arena internacional.

competição observado no âmbito estrutural do sistema internacional. Além disso, afirma Thies, se os estados elegem *roles* que não estejam de acordo com *status quo* do sistema, a chance de terem esse *roles* rejeitados por seus pares é muito grande. Por outro lado, a contribuição da Role Theory para a teoria de Waltz pode ser observada pelos estudos que visam compreender a relação entre agente e estrutura.

O neoinstitucionalismo também se relaciona com a Role Theory nas RI. Aggestam (2006) aponta que a maioria dos pesquisadores em RT acredita que as instituições são capazes de influenciar profundamente os *roles* dos Estados. Ainda segundo a autora, esses estudos consideram que as instituições podem modelar os *roles* dos Estados uma vez que elas criariam um mecanismo de formação e constrangimento identitário para os Estados. O neoinstitucionalismo pode ser observado de forma mais clara nas análises de ciência política que unem essas duas teorias.

O diálogo da RT com o construtivismo, como mencionado anteriormente, é amplo. O arcabouço construtivista expandiu as reflexões dos pesquisadores da RT não apenas pelo fato de Wendt ter incluído o debate identitário no nível sistêmico das RI, mas também por permitir aos teóricos da Role Theory olhar ainda mais para a dimensão doméstica, pouco explorada pelo construtivismo (BREUNING, 2011). Além disso, reflexões interessantes sobre as diferenças, semelhanças e interações entre os conceitos de *role* e identidade tornam o construtivismo um agregador para a RT (NABERS, 2011). Por esse motivo, autores como Breuning consideram que a Role Theory pode ser incluída no espectro construtivista, uma vez que ambas as teorias privilegiam a identidade estatal.

Como uma abordagem teórica que enfatiza o debate agente-estrutura e privilegia fatores imateriais, é surpreendente que autores construtivistas façam pouca referência à literatura da Role Theory. Conceitos como identidade, autopercepção, normas e cultura estão próximos ao vocabulário da Role Theory. Ambas as abordagens veem a estrutura como constituída por entendimentos coletivos e destacam a importância da percepção da realidade material, a interpretação dos policymakers, em detrimento as características materiais de outros atores em sua essência.

Segundo Thies, o principal trabalho de Alexander Wendt (1999), a Teoria Social das Relações Internacionais, “aproveita consideravelmente da Role Theory, em particular a Identity Theory, que é uma mescla do interacionismo simbólico com

a Role Theory estrutural" (THIES, 2009, p. 22). As três culturas de anarquia mencionadas por Wendt, por exemplo, correspondem a três papeis que podem ser assumidos por países: inimigo, rival e amigo. A predominância de um desses papeis resultaria em sistemas internacionais hobbesianos, lockeanos e kantianos, respectivamente, em um mecanismo compatível com a Role Theory. Embora possa ser dito que há uma afinidade natural entre o construtivismo e a Role Theory, assim como Wendt, poucos acadêmicos utilizaram explicitamente seu aparato conceitual (THIES & BREUNING, 2012).

A Role Theory é empregada quase exclusivamente por autores dentro da Análise de Política Externa, e a separação e distinção teórica entre esta disciplina e a de Relações Internacionais são alvo de conhecida polêmica (KAARBO, 2015). Embora fortemente relacionados, construtivismo e Role Theory divergem na medida em que o *role* embute um componente ativo, enquanto a identidade como proposta por autores construtivistas é criticada por carecer de propriedades de agência (WEHNER & THIES, 2014, p. 418). Nesse sentido, o *role* pode operar como uma conexão conceitual entre a identidade e o comportamento das unidades nas relações internacionais (BREUNING, 2011, p. 16). Outro ponto importante que distingue ambas as abordagens é a ênfase do construtivismo sobre o nível sistêmico de análise, ainda que o impacto de normas e ideias tenham origem em “processos no nível da unidade” (BREUNING, 2011, p. 26).

Além das teorias clássicas das Relações Internacionais, os pesquisadores que utilizam Role Theory têm debatido questões relacionadas aos *roles* por meio de diferentes abordagens teóricas (CANTIR & KARBOO, 2016), inclusive pós-positivistas. Recentemente também pesquisas baseadas na RT começaram a considerar como distintos agentes domésticos possuem diferentes concepções sobre qual deveria ser o *national role* de seus países (BREUNING, 2011; CANTIR & KAARBO, 2016; WEHNER & THIES, 2014). Entre os trabalhos com abordagens teóricas mais novas pode-se citar: Harald Müller (2011), que discute o papel da ação comunicativa de Habermas com a Role Theory, e Harnisch (2011), que debate a Role Theory à luz do interacionismo de George Mead.

Análise de Política Externa e Role Theory

O texto apresentado por Holsti na década de setenta apresenta em seu título uma inclinação dessa teoria à APE[3]. Hudson (2005) e Tayfur (1994), corroborando a conexão da Role Theory à APE, enquadram-na dentro da Análise de Política Externa. A interposição entre Role Theory e outras teorias, que foi debatida na sessão anterior, é notada nos trabalhos Harnisch (2011) e Breuning (2011)[4].

Se as teorias das RI se dedicam a questões estruturais para compreender as ações dos Estados, a Análise de Política Externa observa principalmente atores domésticos responsáveis ou relacionados à tomada de decisão (HUDSON, 2005). Os trabalhos na subárea da APE tradicionalmente dividem-se entre aquelas que adotam como os Estados "como atores", cujo comportamento em política externa está basicamente associado a fatores do sistema internacional e aqueles que a exploram o Estado como "indivíduos" cujas decisões sobre política externa são tomadas com base em fatores domésticos como grupos ou até mesmo indivíduos (WALKER, 2011, p. 7).

A APE passou a destacar a relevância dos atores domésticos para formação do comportamento estatal em política externa desde a década de 1950 (SALOMÓN & PINHEIRO, 2013). Utilizando abordagens próprias, essa disciplina analisa, por exemplo, o papel das lideranças, de corpos burocráticos e da opinião pública na formação do posicionamento estatal em matéria de política externa.

Além das interações com as outras teorias, quais as particularidades da Role Theory?

A Role Theory certamente dialoga com as demais teorias de Relações Internacionais, mas possui também um arcabouço teórico que lhe é próprio, com uma gama de conceitos particulares. Quando Holsti (1970) inaugurou a abordagem da Role Theory nas Relações Internacionais, propôs, como dito anteriormente, modificações na nomenclatura e nos conceitos de outras áreas das ciências humanas. Nesta seção, cada um desses conceitos será apresentado, com especial

[3]O título do artigo é "*National Role Conceptions in the Study of Foreign Policy*"
[4]No livro da editora Routledge, intitulado "*Role Theory in International Relations Approaches and Analyses*" (2011) diversos autores debatem qual é a posição da Role Theory em relação às demais teorias de Relações Internacionais.

atenção para a *national role conception*, o conceito mais explorado pelos pesquisadores que utilizam a RT.

Visto que a ideia de que indivíduos representam papeis no dia a dia não é nova e é vastamente explorada pelas ciências sociais, o amplo uso do termo *role* levou Holsti (1970) a buscar definir melhor qual seria o tipo de Role que adaptaria a Role Theory às Relações Internacionais. Para tanto, utilizou os seguintes conceitos com o intuito de melhor descrever a dinâmica dos *roles* na política externa: *(1) Foreign Policy Perfomance, (2) Policymakers' National Role Conceptions, (3) National Status,* e *(4) Alter's Role Prescription.* O autor apresentou o seguinte diagrama para elucidar a dinâmica entre as partes que compõe o Role:

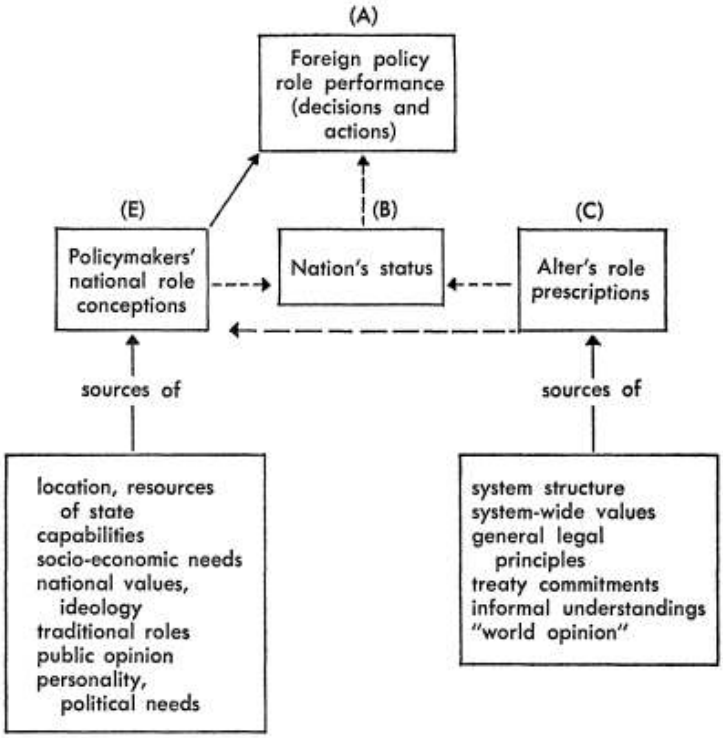


Figura 1: diagrama apresentado por Holsti (1970)

Para oferecer compreensão adequada do conceito da Role Theory nas RI, o autor definiu cada termo; a seguir são apresentados alguns deles:

> There seems to be consensus that the term Role (Role performance) refers to behavior (decisions and actions) and can be kept analytically distinct from role prescriptions, which are the norms and expectations cultures, societies, institutions, or groups attach to particular positions. […] Role theory thus emphasizes the interaction between the role prescription of the alter and the role performance of the occupant of a position (ego) […] Role prescriptions of the alter may become

> parameters while attention is shifted to the "ego's" own conception of his position and functions, and the behavior appropriate to them- what we shall call a role conception (HOLSTI, 1970, p. 239, grifo nosso).

Observa-se no texto de Holsti que a especificação não foi apenas semântica, uma vez que o âmbito social em que vivem os indivíduos não possui as mesmas características das observadas na esfera internacional. Segundo o autor, no campo social é fácil observar, por exemplo, o *alter* (representado por crenças, valores, regras, leis, expectativas dos outros indivíduos), porém na esfera internacional isso não é tão claro, uma vez que poder coercitivo supra estatal é inexistente, as tradições e valores não são coesos e as crenças são as mais diversas possíveis (HOLSTI, 1970, p. 242-244). Abaixo seguem, em subitens dessa sessão, cada um dos conceitos do diagrama apresentado.

Foreign Policy Performance

Também referida como *role performance,* pode ser compreendida como o padrão comportamental, no sentido de ações e decisões dos Estados em matéria de política externa (HOLSTI, 1970; AGGESTAM, 2006). Há, como mostra o diagrama, uma relação direta entre *role performance* e *national role conception* dos *policymakers*, porém nem todos os autores concordam que exista uma ligação tão direta entre NRC e *Role Performance*.

National Status

O *National Status* para Holsti pode ser compreendido como uma forma de estratificação dos Estados no sistema internacional. Ao denominar um país como uma “potência média”, por exemplo, explicita-se um status, contudo essa denominação não define especificamente o que é e como deve agir uma “potência média” (HOLSTI, 1970, p. 242). Em outras áreas das ciências humanas que aplicam a Role Theory, o *national status* é chamado de p*osition* e essa diferença é muito relevante. Segundo Holsti, isso acontece porque as *positions* referem-se a grupos de funções bem delimitadas de cada *role*. As definições podem inclusive, no mundo social, constarem em lei. Na arena internacional, todavia, a definição do status de cada país não é tão bem delineada (HOLSTI, 1970, p.242).

Alter Role Prescriptions

O papel de *alter,* também chamado de *role prescription* na construção do *role performance,* assim como o *national status*, é diferente no sistema internacional e no mundo social. Na esfera social, denominar quem são os outros é algo mais claro, pois é ponto pacífico que expectativas derivadas de tradições, costumes, leis e instituições sociais, entre outros fatores são elementos que fazem parte de *alter* (HOLSTI, 1970).

No sistema internacional, devido à própria natureza, a influência de *alter* na *role performance*, segundo Holsti, pode ser esmaecida. Porém, estudos posteriores como os de Nabers (2011) e Aggestam reforçam a importância do *alter* para a formação NRC, uma vez que a dinâmica de percepção mútua entre os Estados contribui fortemente para a consolidação das NRC propostas por eles para o sistema internacional. Dessa forma, se os outros países (*alter*) rechaçam determinada NRC, o país proponente é compelido a modificá-la.

National Role Conception

NRCs podem ser definidos como as percepções dos *policymakers* sobre a posição de suas nações no sistema internacional (WISH, 1980, p.533) e são, ao menos em tese, visões domesticamente compartilhadas sobre qual deve ser o *role* assumido pelo próprio Estado no sistema internacional (KROTZ, 2002; BRUMMER e THIES, 2015). Segundo Holsti (1970), devido aos fatores que relativizam a importância das questões externas do sistema internacional no *alter*, no status e na *role performance*, as NRCs passam a ser muito mais relevantes[5]. O autor busca então analisar quais são algumas dessas NRC e o faz por meio da análise de discursos de *policymakers*.

Holsti (1970) afirma que o estudo cuidadoso dos pronunciamentos de *policymakers* de alto nível hierárquico de um governo pode contribuir para a

[5] Segundo Holsti (1970) os fatores externos ao Estado não possuem poder de polícia, não são capazes de criar regras vinculantes. Por esse motivo, diferentemente da influência dos fatores externos à Role Theory dos indivíduos e grupos aplicados nos casos da sociologia e da psicologia não podem valer para a RT aplicada aos Estados.

definição da NRC de um país. Uma das questões mais interessantes da Role Theory é a relevância dada para o discurso como um marcador para a identificação de *roles* e para a definição das NRCs. O meio no qual se observam as diferentes NRCs é justamente o discursivo (NABERS, 2011). Como as NRCs são formadas por fatores domésticos e externos (HOLSTI, 1970), a identidade nacional e a herança cultural certamente podem contribuir para sua formação (BREUNING, 2011). Depois de ter analisado diversas falas de *policymakers*, Holsti observa que nem todo discurso evidencia alguma NRC e que discursos diferentes podem apresentar NRCs distintas, ainda que usualmente exista predominância de uma delas em um dado tema (HOLSTI, 1970).

Conhecer a NRC predominante de um país sobre um tema específico, mesmo que essa NRC seja clara e consistente em termos temporais, pode indicar, na maior parte das vezes, uma forte tendência a um determinado comportamento na arena internacional. Krotz afirma que as NRCs podem ser muito úteis para prever o que os atores não querem ou não considerarão possível (KROTZ, 2002, p.9). Aggestam (2006), por sua vez, discorda ligeiramente de Krotz sobre as NRCs e a ideia de previsibilidade, afirmando que, ainda que o analista as conheça, isso não é suficiente para prever qual será o comportamento dos Estados. Um Estado pode apresentar mais de uma NRC e estas estão sujeitas à mudanças.

Independentemente de ser preditiva ou não, a Role Theory pode oferecer importantes reflexões sobre a estrutura do sistema internacional e da dinâmica interna na construção da NRC de um país. No aspecto sistêmico, essa teoria pode contribuir para a observação, através da mudança das NRC, de modificação nas relações entre os Estados (WISH, 1980). Na esfera doméstica, a Role Theory pode contribuir para o esclarecimento de quais seriam os agentes domésticos, com diferentes percepções do cenário Internacional, capazes de elaborar e contestar os NRCs de seus países (CANTIR & KARBOO, 2016).

Fontes que contribuem para a formação das NRCs

Segundo Holsti (1970) as fontes que formam a NRC podem vir do âmbito externo, quando se originam no Alter, ou do ambiente doméstico, quando se originam do contexto interno ao Estado. No que diz respeito a fatores externos podem ser incluídos entre eles: a estrutura internacional, as organizações com as

quais os Estados se vinculam as práticas reiteradas e outros fatores relevantes do cenário internacional. Enquanto isso, no ambiente doméstico, estão os fatores geográficos, os recursos naturais, a capacidade econômica, sistemas de governo, a tradição e a opinião pública.

Analisando mais atentamente os fatores domésticos observamos que Holsti (1970) classifica esses fatores entre estáticos e dinâmicos. Os fatores geográficos, os recursos naturais, a capacidade econômica e sistemas de governo foram considerados por Holsti como estáticos, uma vez que raramente se alterariam. Apesar do apontamento feito pelo autor, pode-se notar em diversos países do mundo sistemas de governo e capacidade econômica têm se modificado profunda e rapidamente. Cabe, portanto, uma reflexão sobre a importância de se atualizar e ponderar individualmente as propostas teóricas dos autores clássicos da RT.

Já entre as fontes dinâmicas, apontadas por Holsti (1970), observam-se a tradição e a opinião pública, elementos que são compartilhados por diferentes atores domésticos. Seria raro, contudo, o consenso doméstico em matéria de política externa (CANTIR & KAARBO, 2016). Essa pluralidade de opinião no plano doméstico indica que existe uma amplitude no estudo das NRC maior do que a apresentada por Holsti (1970).

Agentes que contribuem para a formação das NRCs

Definir quais são os agentes domésticos responsáveis pela formação das NRC não é consensual entre os pesquisadores que usam a Role Theory. Enquanto para Holsti e Wish as NRCs são baseadas nas percepções dos *policymakers*, para Cantir, Karboo, Breuning, Thies e Brummer existem mais atores envolvidos na formação das NRCs do que apenas o ocupantes de altos cargos governamentais.

Segundo Brummer e Thies (2015), a escolha de Holsti e de grande parte dos pesquisadores que utilizavam a Role Theory em analisar os discursos dos *policymakers* do mais alto nível hierárquico ocorreu naquele momento devido ao fato de que a maioria das análises de APE eram feitas com base no comportamento de líderes. Com esse enfoque, autores como Holsti (1970), Wish (1980) e Walker (1987) deixaram de considerar outros importantes atores domésticos que podem ter influenciado e até mesmo modulado os debates que formaram as NRCs, algo que a APE já faz há tempos (SALOMÓN & PINHEIRO, 2013).

Dentre os agentes internos capazes de influenciar as NRC encontram-se os policymakers, os partidos políticos, as agências burocráticas, a opinião pública, os indivíduos das elites, as organizações da sociedade civil etc. A relevância de incluir nas análises de NRC mais agentes além dos *policymakers* da elite seria uma maior precisão analítica dos trabalhos que envolvam a formação e a mudança nas NRCs.

Diferentes grupos possuem diferentes interesses em matéria de política externa e o processo de formação das NRC não é alheio a essas diferenças (BRUMMER & THIES, 2015). Além disso, afirmam os autores, muitos dos estudos que utilizam o conceito de NRC assumem que os líderes selecionariam os *roles* que estariam de acordo com as opiniões majoritárias da sociedade em que vivem (BRUMMER & THIES, 2015, p. 275). Cantir e Kaarbo, por sua vez, afirmam que a suposição de que os agentes da elite governamental tendem a pensar de forma semelhante baseia-se no fato de que esses estudos analisam discursos, na maioria das vezes, de membros da alta cúpula do executivo que estão agrupados por possuir afinidades políticas (CANTIR & KARBOO, 2016).

Mudanças na NRCs

As pesquisas discursivas que incluíram outros agentes domésticos passaram a observar alterações nas NRCs[6]. Holsti afirma que há certa constância nas NRCs dos Estados e as falas dos *policymakers* levariam a essa conclusão. O autor, entretanto, deixa claro desde a apresentação desse conceito, que as NRC são múltiplas e dinâmicas (HOLSTI, 1970, p.254). Múltiplas, pois um mesmo Estado pode possuir diferentes *national conceptions* simultaneamente; dinâmicas porque, segundo o autor, podem mudar devido tanto a transformações nas relações entre os países, quanto por alterações de fatores domésticos não estáticos. Mais uma vez, o discurso contém indicações das mudanças nas NRCs.

O dinamismo da NRCs não significa, porém, efemeridade. A maior parte dos estudos considera um período razoável de tempo (como um mandato governamental) para verificar a existência de uma NRC. Nos estudos de falas

[6]Trabalhos como os apresentados no *livro "The European Union's Roles in International Politics Concepts and analysis"* (2006) editado por Ole Elgström e Michael Smith, e mais recentemente no livro de Cantir e Karboo "*Domestic Role Contestation, Foreign Policy, and International Relations*" (2016) mostram a dinâmica entre os diferentes atores não estatais, por meio dos discursos, e as mudanças nas NRCs.

realizadas durante um dado período, os pesquisadores procuram observar a existência de padrões. Breuning (1992), por exemplo, buscou correlações entre os discursos do legislativo e do executivo em três países (Países baixos, Bélgica, e Reino Unido) para verificar quais eram os NRCs sobre ajuda internacional em cada um deles. A autora os estudou no período de 1976-1991 e observou que com passar dos anos, os discursos e comportamentos dos Estados modificaram-se. Dessa forma, observou a autora, houve espaço para distintos *roles* e NRCs, que variaram ao longo do tempo, de acordo com condições internas e externas de cada país.

Mudar a NRC não costuma ser um processo fácil, e segundo Aggestam (2006), essa dificuldade se deve a dois principais motivos: primeiro porque se as NRCs mudarem frequentemente podem comprometer a ideia de consistência buscada pelos *policymakers*; além disso, por haver uma relação dialética entre NRCs e identidades nacionais, quanto mais importante for um *role*, maiores as chances de ele estar enraizado na identidade nacional e mais difícil será modificá-lo (AGGESTAM, 2006, p.93). Nabers, por sua vez, afirma que refletir sobre mudanças em um *role* significa pensar sobre estruturas intersubjetivas que dão significados aos *roles* (NABERS, 2011, p. 82).

Isto posto, quando ocorrem, as mudanças tendem a ser processos difíceis e conflitivos. Segundo Brummer e Thies (2015), os *role conflicts* nas NRCs podem ser de dois tipos: *interrole* ou *intrarole*. Os conflitos *interrole* ocorrem quando um ator ocupa dois ou mais roles incompatíveis ao mesmo tempo, enquanto os *intrarole* ocorrem quando existem expectativas distintas de diferentes agentes a respeito de um único *role* (BRUMMER & THIES, 2015, p. 279).

Existiriam três formas de resolver os conflitos: a) o ator se comunica com os demais, que alteram suas expectativas; b) o ator pode rever sua posição, modificando a própria NRC; c) o ator pode, temporariamente, modificar seu comportamento de acordo com as expectativas dos outros atores (HALL, 1972 apud NABERS, 2011).

Esses pesquisadores, via de regra, referem-se às mudanças nas NRC cuja causa ocorre por um processo que evolve atores externos (*alter*), no sentido sistêmico. Não analisam, todavia, a importância de agentes domésticos que contribuem para a formação desses roles e também para sua mudança. Outra corrente de pesquisadores, encabeçada por Cantir e Kaarbo, apresenta uma nova tipologia de conflito relativa aos conflitos nessa área, a *domestic role contestation*

(DRC). Diferentemente do *role conflict*, a DRC destrincha o ego em diferentes atores domésticos que disputam como o Estado deve se comportar em uma determinada questão de política externa (CANTIR & KARBOO, 2016, p.6).

Domestic Role Contestation

Em seu trabalho sobre a evolução de roles relacionados à ajuda internacional, Breuning analisou o parlamento belga e observou mudanças conforme alternavam-se os partidos no poder (BREUNING, 1995). Apesar disso, a diferença de postura não era capaz de alterar o consenso legislativo sobre ajuda internacional (BREUNING, 1995). A autora concluiu que houve apenas um pequeno impacto das opiniões diferentes do parlamento no caso específico observado, mas sugeriu que esse aparente consenso deveria ser mais bem estudado – e de fato tem sido. Quando os pesquisadores passaram a questionar a aparente unicidade das elites, outras questões começaram a serem observadas.

Como dito anteriormente, a APE levava em conta a multiplicidade de atores domésticos que influenciavam política externa de um país há muito tempo. O subcampo demonstrou que as preferências e percepções desses autores são fundamentais para compreender a Política Externa de um país (CANTIR & KAARBO, 2016, p.8). A literatura que estuda as NRC, contudo, ainda começa a se aprofundar no processo de contestação dos *roles* e relativamente poucos estudos de caso analisam profundamente as NRCs sob essa lente.

Cristian Cantir e Juliet Kaarbo são autores de um dos primeiros artigos dedicados à Domestic Role Contestation, “Contested roles and domestic politics: reflections on role theory in foreign policy analysis and IR theory” (2012), em que exploram o nexo teórico entre Relações Internacionais (RI) e Análise de Política Externa (APE) proporcionado pela Role Theory. Nesse paper, Cantir e Kaarbo afirmam que certos pontos fracos da Role Theory podem ser remediados pela APE e vice-versa (CANTIR & KAARBO, 2012, p. 6). Especificamente, referem-se à necessidade de “desempacotar” os papeis nacionais, deixando de assumir que são

compartilhados por diferentes atores estatais e pela sociedade civil[7]. Quanto à APE, os autores sustentam que esta se beneficiaria da discussão conceitual a respeito de ideias e identidades presente na literatura de Role Theory, ganhando uma nova forma de interpretar conflitos domésticos baseada em construções culturais intersubjetivas (CANTIR & KAARBO, 2012, p. 17).

A literatura de APE aponta para uma relação complexa e não automática entre a opinião pública e a tomada de decisão de líderes em temas de política externa (CANTIR & KAARBO, 2012, p. 11). De todo o modo, diferentemente do assumido por correntes das RI que privilegiam a estrutura em seus modelos, cada vez mais tende-se a identificar que as elites não estão isoladas das massas e estão sujeitas a disputas que podem ser traduzidas em termos culturais (CANTIR & KAARBO, 2012, p. 12). Em outras palavras, afirmam que as concepções nacionais sobre o papel dos países estão sujeitas a contestação, sendo menos estáveis do que comumente assumido por autores da Role Theory.

Cantir e Kaarbo propõem dividir a contestação em dois tipos principais: a horizontal, que se dá entre atores governamentais, e a vertical, que ocorre entre atores estatais e a sociedade civil, ou entre “elites” e “massas”. Seguindo avenidas de pesquisa abertas pela APE, essa contestação horizontal baseada em papeis ou orientações gerais de política externa se daria de maneira institucionalizada ou informal dentro de corpos legislativos, entre os poderes legislativo e executivo, entre diferentes órgãos burocráticos do poder executivo e mesmo em pequenos grupos de assessoramento à tomada de decisão (CANTIR & KAARBO, 2012, p. 12). Conforme a flutuação habitual do poder de diferentes grupos dentro das elites políticas, diferentes papeis ganhariam proeminência ou perderiam expressão.

Cantir e Kaarbo sugerem inclusive que papeis podem ser conscientemente manipulados por líderes para fins políticos e pessoais (CANTIR & KAARBO, 2012, p. 18). Este processo, segundo os autores, ressalta como pressões normativas vindas do ambiente internacional (estruturais) passam por um filtro interpretativo, sendo recebidas de maneira não uniforme no ambiente doméstico (agentes). Dessa forma, constituiriam uma interessante avenida de pesquisa que ressalta a fluidez da relação agente-estrutura com um impacto variável, condicional e não impositivo das

[7]Cantir e Kaarbo sugerem que, por vezes, *role constestations* são ignoradas por sobre razões metodológicas (CANTIR & KAARBO, 2012, p.9-10)

pressões estruturais sobre os agentes decisórios (CANTIR & KAARBO, 2012, p. 19). Nesse modelo conceitual, a capacidade de agência dos atores domésticos é preservada e há espaço para disputas domésticas entre diferentes coalizões domésticas com suas respectivas agendas e visões normativas a respeito do papel indicado pelo sistema internacional a seu país e a reação adequada.

Outro exemplo da literatura sobre a *Domestic Role Contestation* é encontrado no artigo "Role Theory, narratives, and interpretation: the domestic contestation of roles", em que Wehner e Thies (2014) propõem uma abordagem interpretativa centrada em discursos para observar o processo de concepção do papel nacional. Utilizam como casos em perspectiva comparada a adesão de México e Chile ao fórum Cooperação Econômica Ásia-Pacífico e as mudanças associadas ao papel de ambos os países.

No trabalho, Wehner e Thies buscam dialogar com três críticas à Role Theory que seriam fundamentais para seu desenvolvimento em meio a seu redescobrimento por acadêmicos das RI. A primeira delas repercute o alerta de Cantir e Kaarbo (2012) contra a assunção de que papeis são compartilhados uniformemente no ambiente doméstico, ignorando possíveis contestações domésticas. A segunda, relacionada à primeira, observa a predominância de fatores estruturais e materiais na determinação de *national role conceptions*, deixando de lado fatores agenciais (WEHNER & THIES, 2014, p. 412). A terceira crítica, por sua vez, refere-se à pobreza metodológica da Role Theory, contrastando com sua riqueza conceitual. Faltam, segundo os autores, métodos sistemáticos de estudar as *national role conceptions*, de coletar evidências e de analisá-las. Por enquanto, a maioria das obras que adotam a Role Theory costumam utilizar o *process tracing*, a análise de conteúdo e a análise histórica como métodos para verificarem as NRC (WEHNER & THIES, 2014, p. 412).

A mencionada abordagem interpretativa (análise narrativa) por eles sugerida pretende oferecer uma resposta a esta terceira crítica, com o alerta de que deve ser precedida por "uma sólida descrição histórica do fenômeno a ser recriado e contextualizado" (WEHNER & THIES, 2014, p. 421), que por sua vez depende da qualidade do material a ser coletado.

Após aplicar esse método nos casos escolhidos, Wehner e Thies relatam que em ambos os países, mudanças estruturais na economia global precipitaram o processo de "reconsideração de crenças, tradições e NRCs associadas de chilenos

e mexicanos" (WEHNER & THIES, 2014, p. 432), reforçando o argumento de que a resposta a pressões sistêmicas não é necessariamente automática e dando peso equilibrado à agência e à estrutura.

Ainda outra contribuição encontra-se em "The Contested Selection of National Role Conceptions" em que Brummer e Thies (2015) adotam a mesma postura para explorar a disputa política interna na República Federal da Alemanha após a II Guerra Mundial em torno ao papel principal a ser adotado pelo país. Esta disputa pela seleção de um papel nacional foi considerada concluída em 1955, com a entrada da RFA na OTAN, que significou a adoção do papel de aliado fiel aos EUA, já previsto no trabalho inicial de Holsti (1970).

Partindo de dinâmicas previstas pela literatura de APE, o modelo desenvolvido pelos autores explorou a dinâmica competitiva horizontal intra-elite seja em debates no parlamento, dentro de coalizões partidárias representadas em gabinetes ministeriais e disputas burocráticas (BRUMMER & THIES, 2015, p. 277). Brummer e Thies consideraram que atores da sociedade civil teriam suas preferências representadas indiretamente pelo processo eleitoral, sendo que os atores governamentais detêm o poder decisório. Concluiu-se que a principal fonte de contestação do papel nacional alemão no período estudado encontrou-se no processo político doméstico, partindo de partidos de oposição no parlamento e, em dados momentos, dentro da coalizão de governo.

Possivelmente a maior contribuição à literatura sobre a formação dos papeis nacionais até então é o volume "Domestic Role Contestation, Foreign Policy, and International Relations", editado por Cantir e Kaarbo (2016). A obra contém nove estudos de caso sobre disputas domésticas em torno de papeis nacionais em democracias avançadas, além de dois capítulos com foco teórico sobre a contestação de papeis. O ponto de partida do trabalho é a constatação de que, conforme apontado anteriormente por Cantir e Kaarbo (2012), a despeito da animadora promessa analítica da Role Theory, autores que a utilizam frequentemente partem do pressuposto de que papeis desempenhados por países analisados são socialmente compartilhados, havendo consenso doméstico a seu respeito. Diante disso, os organizadores sublinham que o processo político doméstico e a contestação interna a respeito de papeis assumidos pelos estados não apenas devem ser problematizados, mas abrem uma fértil avenida de pesquisa conjunta para a Role Theory e a Análise de Política Externa. Para os casos de

disputa doméstica abordados nos diferentes capítulos da obra, são retomados e verificados os conceitos de contestação horizontal e vertical desenvolvidos por Cantir e Kaarbo (2012).

O capítulo final “Agents in Structures: Insights from Cases of Internal Role Contestation”, escrito pelos organizadores, avalia as conclusões do conjunto de artigos e seu impacto sobre os modelos teóricos de *Domestic Role Contestation* em particular e a Role Theory como um todo. De início, destacam que nos diferentes casos abordados, verificou-se que o desacordo vertical a respeito de papeis é frequente, tendo impactos variados sobre o processo de formulação levado a cabo pelas elites a depender principalmente da relevância do tema no debate público (CANTIR & KAARBO, 2016, p. 177).

Há casos em que o processo de escolha de papeis se dá sem maior participação do público. Cantir e Kaarbo afirmam, contudo, que a abstenção do público é relativamente rara, sendo mais frequente o consenso vertical, quando há participação consonante do público com relação à política adotada. Eleições são tidas como o momento em que o público mais influencia o processo, referendando ou rejeitando papeis desempenhados por governos ao manter ou substituir os grupos em cargos decisórios (CANTIR & KAARBO, 2016, p.177). O público pode ainda tomar partido em uma disputa horizontal, ou seja, entre distintos grupos governamentais, contribuindo para que um *role conception* ou *role enactment* seja mantido ou alterado.

Para futuros estudos, segundo os autores, caberia investigar exatamente “sob quais condições a opinião pública constrange ou afeta o processo de contestação de papeis” (CANTIR & KAARBO, 2016, p.177). É sugerido que, em muitos países, enquanto o público traça as linhas gerais do que é considerado desejável ou aceitável, grupos de elite com poder institucional no processo de formulação de política externa e mesmo indivíduos de destaque atuam dentro destas linhas e podem eventualmente vir a transgredi-las (CANTIR & KAARBO, 2016, p.177).

Os autores avaliam que os casos apresentados foram igualmente representativos em termos de contestação horizontal. Em todos eles, há divergências, por vezes intensas, a respeito de papeis a serem desempenhados, evidenciadas “em parlamentos, entre grupos governantes e opositores, dentro de partidos e mesmo dentro de gabinetes” (CANTIR & KAARBO, 2016, p. 177). Uma tendência a ser destacada, segundo os mesmos, é a de que o processo de

contestação de papeis frequentemente é resolvido com a ação de membros do executivo que fazem valer suas preferências. Assim, o desdobramento do processo de contestação depende dos recursos políticos e institucionais que o poder executivo dispõe para resolver o conflito em seu favor, como apoio legislativo e o consenso interno ao poder executivo com relação ao papel escolhido (CANTIR & KAARBO, 2016, p. 177). Cantir e Kaarbo referem-se a uma "dominância do executivo" no processo de contestação de papeis, o que vai ao encontro de expectativas tradicionais vindas da literatura de política externa e relações internacionais.

Mesmo sob condições favoráveis ao poder executivo, um constrangimento importante para mudanças de papel sugerido pelos autores encontra-se na constituição. É possível que, assim como a opinião pública, a lei fundamental e outras normas legais venham a definir os limites dentro dos quais o executivo pode definir os papeis a serem desempenhados, o que pode explicar porque mudanças profundas nos role sets de diferentes países são raras (CANTIR & KAARBO, 2016, p. 180).

Outros insights interessantes identificados neste capítulo incluem: a necessidade de investigar a influência de atores externos (*alter*) e de eventos sistêmicos sobre processo de contestação e desempenho de papeis; a presença de manifestações de ego, e portanto, role conceptions sub e supranacionais, como nos caso da Escócia e União Europeia, respectivamente (CANTIR & KAARBO, 2016, p. 184); as consequências da Role Theory para estudos ideacionais da motivação de elites governamentais, sendo mais culturalmente profundas que apenas a sobrevivência política (CANTIR & KAARBO, 2016, p. 186-187); as consequências teóricas mais amplas da saliência agencial e da insuficiência explicativa de abordagens estruturais para dar conta da mudança ou escolha de papeis identificada explicita ou implicitamente nos casos estudados; e a importância de indivíduos para processos de contestação doméstica de papeis, amplamente estudada pela APE.

Aplicações da Role Theory para o estudo da política externa brasileira

Ainda que relativamente pouco numeroso, existe um conjunto de trabalhos que utilizam a RT e tratam da política externa brasileira ou mencionam o país ao explorar as relações regionais na América do Sul. Um caso interessante de utilização da Role Theory para o estudo da política externa brasileira é o livro "Brazil's Africa Strategy: role conception and the drive for international status", de Christina Stolte (2015).

Na obra, Stolte sustenta que o engajamento brasileiro com o continente africano se baseou mais em motivos políticos que econômicos, sendo um pilar da estratégia de afirmação do Brasil como potência emergente e merecedor de uma voz entre os principais países (2015, p. 149). A relação com o continente adquiriu grande importância simbólica durante o governo Lula da Silva e isto correspondeu a investimentos significativos em termos de abertura de postos diplomáticos, cooperação para o desenvolvimento e participações em operações de paz. Segundo a autora, estes teriam como objetivo demonstrar o comprometimento do Brasil com questões globais ao assumir responsabilidades fora de sua esfera regional num momento em que uma presença na África se tornou um marcador para potências emergentes aspirantes ao status de potência global (STOLTE, 2015, p. 160).

A estratégia é condizente com traços da auto concepção sobre o papel do Brasil, como a imagem de potência pacífica com forte tradição diplomática e uma persistente expectativa de grandeza relacionada ao tamanho do país e outros fatores materiais. A análise de Stolte ressalta como, além de questões tradicionais da literatura de relações internacionais, fatores simbólicos e psicológicos como prestígio, status e reconhecimento podem enriquecer discussões sobre este e outros fenômenos relacionados à política externa de países emergentes.

Outro item da literatura de Role Theory que trata do Brasil, desta vez em perspectiva regional, é o artigo "Role Expectations As Foreign Policy: South American Secondary Powers' Expectations of Brazil As A Regional Power", de Leslie Wehner (2015). No trabalho, Wehner investiga como Argentina, Chile e Venezuela se posicionam com relação à liderança regional do Brasil e as pretensões deste por um maior protagonismo no âmbito global. Para tal, o autor leva em conta o aspecto relacional do conceito de papel, isto é, que um *role* precisa não apenas ser desempenhado, mas também aceito por outros atores e por uma audiência mais ampla. Trata-se, portanto, de uma investigação focada no papel de *alter* previsto

pela Role Theory e a importância de suas expectativas para a trajetória de países em ascensão regional e global (WEHNER, 2015, p.435).

A pesquisa de Wehner levou a uma série de conclusões, entre as quais a de que as três potências secundárias têm a liderança regional brasileira como um fato estabelecido e que este reconhecimento é acompanhado de expectativas de papeis auxiliares tais como líder, mediador, administrador de crises e coordenador (WEHNER, 2015, p.451). Cientes da hegemonia material brasileira, estes países buscavam condicionar o exercício da liderança regional por meio de instituições tais como a Unasul, o que condiz com o discurso brasileiro de pretender-se uma liderança consensual (WEHNER, 2015, p.452). Outro ponto interessante levantado por Wehner é o de que o reconhecimento da liderança regional brasileira não está correlacionado ao reconhecimento de seu papel de líder global, como evidenciado pelo apoio de Chile e Venezuela à pretensão por um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU enquanto a Argentina manifestou-se contra a ambição (WEHNER, 2015, p.452). O autor acrescenta que essas potências secundárias percebem que o desempenho do papel de líder global exigiria o reconhecimento de lideranças globais como os EUA e outros membros permanentes do Conselho (WEHNER, 2015, p.453).

Outro *paper* de Wehner, "Inter-Role Conflict, Role Strain and Role Play in Chile's Relationship with Brazil" utiliza a Role Theory para tentar explicar o que o autor percebe como um "padrão de ceticismo e por vezes indiferença" do Chile com relação à liderança do Brasil na América do Sul. Segundo Wehner, o reconhecimento chileno do papel regional brasileiro é seletivo, já que muitas de suas prioridades de política externa encontram-se fora da região: seu papel mais saliente, o de "Global Trader", está mais vinculado a expectativas dos EUA e demais polos econômicos globais, e os líderes chilenos priorizam esta orientação ao conciliar prioridades extrarregionais às expectativas sul-americanas (WEHNER, 2016, p.74).

Outro trabalho que qualifica a liderança regional exercida pelo Brasil é o artigo de Guimarães e Maitino (2017) a respeito do *altercasting* promovido pela Bolívia em 2006 na esteira de sua súbita nacionalização de hidrocarbonetos. Na ocasião, o Brasil se viu constrangido pelo sucesso da caracterização da postura brasileira na região como "imperial" pelo governo boliviano, e eventualmente cedeu na disputa ao negociar termos amigáveis para a compensação pela expropriação de ativos da Petrobras. Segundo os autores, o episódio resultou em uma socialização do Brasil

como *regional paymaster*, o país que arca com os custos da liderança regional, provocando um abandono da postura de líder natural, porém hesitante. O artigo explora uma interessante via pela qual um país menor pode contestar um líder regional, forçando-o a rever seu papel apesar de uma clara assimetria de poder material.

Conclusão

A Role Theory vem se desenvolvendo desde a década de 1970 nas Relações Internacionais, mas não se posicionou claramente em nenhum dos subcampos da área, possivelmente devido à própria amplitude e pluralidade conceitual. Se no início de seu desenvolvimento os trabalhos voltavam-se para análise da escolha do posicionamento internacional dos policymakers, com a expansão dos debates no campo teórico da Política Internacional as pesquisas que utilizavam RT sofisticaram-se e passaram a se posicionar como uma abordagem intermediária entre PI e APE.

Os debates sobre a posição da RT entre as Teorias, APE ou entre as duas são extensos e devem persistir no futuro. A Role Theory parece ser capaz de dialogar tanto com questões sistêmicas, considerando aspectos das teorias das RI, quanto com questões domésticas, considerando o papel dos atores envolvidos na tomada de decisão. Essa posição de "terceira via" é defendida por Walker (2011) e reforçada por Cantir e Kaarbo, que sugerem que as expectativas estruturais podem ser combinadas à Role Theory para melhor compreender o comportamento de Estados em política externa, acenando novamente à promessa de que a Role Theory pode atuar como ponte teórica entre abordagens estruturais e agenciais (CANTIR & KAARBO, 2016, p. 186).

Os trabalhos mais recentes envolvendo a RT parecem compreender a relação entre os dois níveis de análise, e sugerem uma avenida de pesquisa para os próximos anos. Certamente, considerar que a RT pode responder à maioria das questões da RI poderia seria um equívoco. Contudo, certamente pode contribuir com novas interpretações em casos para os quais respostas de PI e APE isoladamente pareçam insuficientes, inclusive, como visto, para o estudo da política externa brasileira. Dessa forma, acredita-se que a Role Theory se firmará cada vez mais como uma teoria agregadora, abarcando uma dimensão identitária e social das

relações internacionais e debatendo a complexidade das interações entre atores internacionais e a domésticos.

Referências Bibliográficas

AGGESTAM, L. (1999) “Role Conceptions and the Politics of Identity in Foreign Policy,” ARENA Working Paper 1999: 8.

AGGESTAM, L. “Role Theory and European Foreign Policy: A Framework of Analysis,” in Elgström, O. and Smith, M. (eds.) The European Union’s Roles in International Politics, London: Routledge. 2006

BIDDLE, J. Bruce. Role Theory: Expectations. Identities and Behaviors, Academic Press, New York 1979.

BREUNING, Marijke. National role conceptions and foreign assistance policy behavior toward a cognitive model, Tese (Doutorado em ciência politica), Ohio, Ohio State University, 1992.

BREUNING, Marijke. (1995) “Words and Deeds: Foreign Assistance Rhetoric and Policy Behavior in the Netherlands, Belgium and the United Kingdom,” Political Studies Quarterly, 39: 235–54.

BREUNING, Marijke. “Role Theory Research in International Relations: State of the Art and Blind Spots,” in S. Harnisch, C. Frank, and H. W. Maull (eds.) Role Theory in International Relations: Approaches and Analyses, London: Routledge, 16–35, 2011

BRUMMER, K. and C. G. Thies “The Contested Selection of National Role Conceptions,” Foreign Policy Analysis 11(3): 273–293. 2015

CANTIR, Cristian; KAARBO, Juliet (Ed.). Domestic Role Contestation, Foreign Policy, and International Relations. Routledge, 2016.

_____. Contested roles and domestic politics: reflections on role theory in foreign policy analysis and IR theory. Foreign Policy Analysis, v. 8, n. 1, p. 5-24, 2012.

GUIMARÃES, Feliciano de Sá; MAITINO, Martin Egon. Socializing Brazil into Regional Leadership: The 2006 Bolivian Gas Crisis and the Role of Small Powers in Promoting Master Roles Transitions. Foreign Policy Analysis, 2017.

HARNISCH, S. “Role Theory: Operationalization of Key Concepts,” in Harnisch, S., C. Frank, and H. W. Maull (eds.) Role Theory in International Relations: Approaches and Analyses, London: Routledge, 7–15, 2011

HARNISCH, S. “Conceptualizing in the Minefield: Role Theory and Foreign Policy Learning,” Foreign Policy Analysis 8(1): 47–69. 2012

HARNISCH, S. and Friedrichs, G. 2017. Alliances Rebalanced? The Social Meaning of the U.S. Pivot and Allies’ Responses in Northeast Asia. Korean Journal of International Studies, 15(1): 1- 39.

HOLSTI, K. “National Role Conceptions in the Study of Foreign Policy,” International Studies Quarterly, 14(3): 233–309, 1970

HUDSON, V.M. “Foreign Policy Analysis: Actor Specific Theory and the Ground of International Relations”, Foreign Policy Analysis 1(1),1-30, 2005

KAARBO, Juliet. A foreign policy analysis perspective on the domestic politics turn in IR theory. International Studies Review, v. 17, n. 2, p. 189-216, 2015.

KROTZ, U. “National Role Conceptions and Foreign Policies: France and Germany Compared,” Program for the Study of Germany and Europe Working Paper, 02:1, Cambridge, MA: Harvard University. 2002

NABERS, D. “Identity and Role Change in International Politics,” in Harnisch, S., C. Frank, and H. W. Maull (eds.) Role Theory in International Relations: Approaches and Analyses, London: Routledge, 74–92, 2011

STOLTE, Christina. Brazil’s Africa strategy: role conception and the drive for international status. New York City: Palgrave Macmillan, 2015.

TAYFUR, M. F, Main approaches to the study of foreign policy: A review. METU Studies in Development, 21(1), 113-114, 1994

TICKNER, J. A. Gendering World Politics: Issues and Approaches in the Post-Cold War Era (International Relations Series) New York: Columbia University Press, 2001.

THIES, Cameron G, Role Theory and Foreign Policy Analysis. In The International Studies Association Compendium Project, 2009

_____ The United States, Israel, and the Search for International Order: Socializing States (Role Theory and International Relations); London: Routledge, 2013

WALKER, S. G., A. Malici, and M. Schafer (eds.) Rethinking Foreign Policy Analysis, New York: Routledge, 2011

WALKER, S. G.1987. Role Theory and the Origins of Foreign Policy, In New Directions in the Study of Foreign Policy. Edited by Charles F. Hermann, Charles W. Kegley, and James N. Rosenau. 269-284. London: Harper Collins.

WEHNER, L. E., & THIES, C. Role theory, narratives, and interpretation: The domestic contestation of roles. International Studies Review, 16(3), 411-436, 2014

WEHNER, Leslie E. Role expectations as foreign policy: South American secondary powers' expectations of Brazil as a regional power. Foreign Policy Analysis, v. 11, n. 4, p. 435-455, 2015.

_____. Inter-Role Conflict, Role Strain and Role Play in Chile's Relationship with Brazil. Bulletin of Latin American Research, v. 35, n. 1, p. 64-77, 2016.

WISH, Naomi Bailin. "Foreign Policy Makers and Their National Role Conceptions." International Studies Quarterly 24, no. 4, 1980

SALOMÓN, Mónica, PINHEIRO, Leticia. Análise de Política Externa Brasileira: trajetória, desafios e possibilidades de um campo de estudos. Revs. Bras. Polít. Inter, Brasília, v. 56 n. 1, p.40-59, 2013

MONÇÕES
Revista de Relações Internacionais da UFGD
ISSN 2316-8323

PERSEGUIR O INATINGÍVEL: REPENSANDO A CONSTRUÇÃO DE AMEAÇAS A PARTIR DE UMA PERSPECTIVA LACANIANA*

LEONARDO MENDONÇA VENTURA
Mestrando em Relações Internacionais - IRI/Puc-Rio
E-mail: venturalm@outlook.com

RAFAEL MOSCARDI PEDROSO
Mestrando em Relações Internacionais – IRI/Puc-Rio
E-mail: rmoscardipedroso@gmail.com

RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo analisar as relações entre o conceito lacaniano de fantasia e a construção de ameaças. A ideia central do artigo é pensar como determinadas fantasias de segurança servem para sustentar a efetivação do que aqui se entende como a narco-necropolítica filipina. Entendemos o conceito de fantasia como uma narrativa imbuída de desejo através da qual os sujeitos fazem sentido do mundo. Dessa forma, argumentamos que, no campo da segurança, a fantasia é um mecanismo de produção de realidade que mobiliza um desejo inatingível por segurança e tanto promete uma solução simplificada das contradições, quanto acaba legitimando a classificação de outros como ameaças e o emprego de violência e de dispositivos de necropolítica por parte do Estado contra esses corpos. O trabalho surge motivado pelos esforços teóricos em teoria psicanalítica dentro de Relações Internacionais, além de dialogar com autores de outras disciplinas que utilizam esse instrumental de análise. Esperamos que esse artigo consiga desafiar alguns conceitos pré-estabelecidos em teoria de Relações Internacionais, especificamente em estudos de segurança, e demonstrar a importância da fantasia enquanto categoria de análise interessante para a compreensão da política internacional.

PALAVRAS-CHAVE: fantasia; desejo; ameaça.

PURSUING THE UNATTAINABLE: RETHINKING THREAT CONSTRUCTIONS FROM A LACANIAN PERSPECTIVE

ABSTRACT: This present work has as objective to analyze the relations between the lacanian concept of fantasy and the construction of threats. The central idea is to think how some fantasies of security sustain the effectivity of what we understand as the Philippine narco-necropolitics. We understand the concept of fantasy as a narrative imbued with desire through which the subjects make sense of the world. This way, we argue that, in the field of security, fantasy is a mechanism for the production of reality that mobilizes an unattainable desire for security and promises not only a simplified solution of contradictions but also ends up legitimizing the classification of others as threats and the deployment of violence and necropolitics by the State against those bodies. This work is motivated by the theoretical efforts in psychoanalytical theory inside International Relations, also engaging with authors from other backgrounds that realize similar analysis with these same concepts. We hope that this article challenges some established concepts in International Relations theory,

* O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. Gostaríamos, igualmente, de agradecer o trabalho do(a)s revisore(a)s, sua leitura cautelosa e suas contribuições para nossa pesquisa.

specifically in security studies, and show the importance of fantasy as an interesting category of analysis for understanding international politics.

KEYWORDS: fantasy; desire; threat.

1. Introdução

Durante as “midterm elections” do presente ano, os Filipinos decidiram por aumentar a base de apoio do presidente Rodrigo Duterte no senado (AL JAZEERA, 2019). Agora, das 24 cadeiras existentes, 4 são ocupadas pela oposição e 20 por senadores alinhados ao bloco no poder (SANTOS, 2019). Entre aqueles que engordam a base de apoio de Duterte no senado encontra-se, por exemplo, Ronald de la Rosa – antigo chefe da polícia nacional filipina cuja candidatura teve como fio condutor a promessa de legalização da pena de morte para traficantes de drogas ilícitas (CALIWAN, 2019). Exatos três anos após o início do mandato de Duterte, tais eleições funcionam, grosso modo, como um mecanismo de medição do grau de aprovação que a população filipina faz do presente governo, sendo possível depreender a enorme popularidade da qual dispõem o governo, suas práticas e seus discursos vis-à-vis a população. Em especial, o resultado das eleições é uma importante ferramenta de análise da opinião dos filipinos frente uma das principais bandeiras e políticas levadas a cabo pela administração vigente: o projeto “Double Barrel”.

Iniciada por Rodrigo Duterte quando de sua eleição, o projeto “Double Barrel” ou a nova política de drogas filipina já resultou em mais de vinte e sete mil assassinatos extrajudiciais de supostos traficantes e usuários de drogas ilícitas, de acordo com a Comissão de Direitos Humanos do país (MARU, 2018). Tal número nos aponta para o engendramento do que, aqui, consideramos como uma narco-necropolítica. Para nós, se é correto que a necropolítica é a política de morte que tem origem na colônia (MBEMBE, 2018; PELBART, 2018), a narco-necropolítica é a política de drogas que recolhe e atualiza o imaginário racista colonial e cuja lógica não é outra senão a da maior “destruição material [possível] de corpos humanos” (MBEMBE, 2018, p. 10).

Na esteira de Achille Mbembe, partimos do pressuposto de que “a expressão máxima da soberania reside, em grande medida, no poder e na capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer” (MBEMBE, 2018, p. 5). Aqui, a soberania não é vista como um duplo movimento de “autoinstituição” e “autolimitação” por meio do qual um conjunto de sujeitos livres, iguais e racionais, “capazes de autoconhecimento, autoconsciência e autorrepresentação”, “fixa em si os próprios limites para si mesmo”; tampouco pensamos a política como o “exercício da razão na esfera pública” (MBEMBE, 2018, p. 9-10). Ao contrário, o elevado número de mortos e o caráter agressivo dos discursos de Duterte sobre os usuários e traficantes de drogas ilícitas representam não uma ruptura ou negação do processo político “normal”, mas, sim, “o nomos do espaço político em que ainda vivemos” (MBEMBE, 2018, p. 11).

Diferentes organizações que trabalham pela defesa dos Direitos Humanos no mundo, por sua vez, criticam o modus operandi com o qual essa política é exercida, acusando o governo de promover uma série de crimes contra a humanidade ao não respeitar procedimentos legais de julgamento e condenação dos acusados (THE WASHINGTON POST, 2019). Por outro lado, conforme supracitado, o resultado das eleições para o Senado nas Filipinas nos dá a sensação de que parte da população endossa a efetivação da política de drogas como uma política de morte, pois vê a si mesma representada nas práticas discursivas beligerantes que constroem os “usuários/traficantes” como figuras espectrais desprovidas de estatuto político e como principal obstáculo no caminho da realização daquilo que a sociedade filipina encara ser seu “destino manifesto” - tornar-se desenvolvida.

O presente trabalho emerge, pois, enquanto uma tentativa de compreender o teatro de operações que se encontra por trás dos corpos atirados ao chão nas ruas das cidades filipinas. Mais especificamente, estamos interessados em analisar as dinâmicas que tornam possível legitimar o dispêndio absoluto do negativo – o poder de morte – contra um conjunto específico de corpos – os usuários/traficantes de drogas ilícitas. Nesse sentido, no presente trabalho a nossa pergunta principal é: quais as dinâmicas que permitem, nas Filipinas de hoje, a encenação de uma narco-necropolítica?

Entendemos que o avanço da administração Duterte por sobre esses corpos e sua consequente transformação em vida descartável, vida indigna de ser vivida e,

por isso, vida matável, está intimamente conectado com um certo entendimento sobre o que é segurança, quais práticas e discursos de segurança são interessantes pensar e sobre quais são os atores relevantes nessa mobilização. Com isso em mente, para a construção desta análise e melhor exploração dos mecanismos através dos quais a narco-necropolítica é legitimada, gostaríamos, em primeiro lugar, de nos distanciar de uma concepção tradicional de segurança que tem como referenciais únicos os atores ditos tradicionais nas Relações Internacionais (o Estado e as forças armadas); concepção essa na qual a segurança é sempre correlata à guerra e à ameaça de sobrevivência do Estado no internacional (KRAUSE, WILLIAMS, 1996, 2018). Ao contrário, nos alinhamos a um modo crítico de pensar a (in)segurança que enxerga nela "uma forma de gestão da vida e de suas condições estruturais e sociais" (BIGO, 2008, p. 123) que leva como sua contraparte intencional a produção da morte.

Ademais, acreditamos que, para o esforço que aqui desenvolvemos, é interessante pensar (in)segurança como um conceito dialógico, intersubjetivo (BIGO, 2008: BUZAN, WAEVER, DE WILDE, 1998). Uma vez que a efetividade e o fazer funcionar de um certo discurso de guerra mediante uma "ameaça existencial" está condicionado, imperativamente, à sua aceitação por uma audiência específica (que nunca é dada antes mas aparece, necessariamente, através do próprio discurso de guerra), o emprego de "medidas emergenciais" para o tratamento da questão em jogo, para a distribuição do poder de morte, depende da circulação de narrativas que respaldem sua efetuação.

Da mesma forma, julgamos ser preciso trabalhar a (in)segurança também a partir das táticas micropolíticas e da circulação de saberes dos profissionais de segurança (BIGO, 2008), de modo que possamos compreender como a securitização não se resume ao ato performativo do estabelecimento da fronteira da emergência porque engloba, igualmente, toda uma série de microprocessos perpetrados no dia a dia dos agentes de segurança (sejam eles estatais, como, por exemplo, a polícia filipina, ou não estatais como é o caso dos esquadrões de morte). Em outras palavras, a securitização possui dimensões distintas, mas complementares. Ainda, gostaríamos de enfatizar que a segurança não é um bem público que ambiciona incluir a todos, mas, sim, uma prática discursiva que delimita

zonas de segurança que existem justamente às custas da criação de zonas de insegurança (BIGO, 2008).

No presente trabalho, tentamos compreender o que se encontra por trás das narrativas que colocam o outro como ameaça e, principalmente, o que faz com que práticas como, por exemplo, o assassinato generalizado de supostos usuários/traficantes de drogas ilícitas, sejam não apenas aceitáveis, mas, também, objeto de desejo de uma dada população. Recorremos ao conceito de fantasia de Jacques Lacan e outras lógicas próprias da Psicanálise para construir nossa análise. Ao tentamos explicar o processo de formação de sujeitos e os meios através dos quais esses sujeitos se atrelam a determinados discursos, nosso objetivo é analisar as interseções entre fantasia, sujeito, desejo e (in)segurança de maneira que possamos fornecer uma diferente explicação dos motivos que levam a população filipina a apoiar e demandar o emprego de tecnologias necropolíticas para a "gestão das multitudes" (MBEMBE, 2018).

Inspirados em trabalhos como os de Jenny Edkins (1999), Andreja Zevnik (2016), Ty Solomon (2016), Jakub Eberle (2019) e Moran Mandelbaum (2016), um dos nossos esforços é reconhecer a fantasia – no sentido psicanalítico do termo – como uma ferramenta de análise relevante na política internacional. Tais autores, no seu movimento transdisciplinar de interseção entre Relações Internacionais e Psicanálise (lacaniana), nos auxiliam na tarefa de entender os aspectos de constituição do sujeito em relação a determinadas fantasias e sua aderência a certos discursos políticos. Ao inserir a noção de "fantasia lacaniana" enquanto categoria possível para se (re)pensar a (in)segurança, defendemos a abertura de uma "zona de troca" entre as disciplinas de Relações Internacionais e a Psicanálise, de modo que, do câmbio de debates, conceitos e estratégias, possam nascer novas perspectivas para enxergar nossas próprias áreas de pesquisa. (EBERLE, 2019).

Para tanto, o trabalho será divido em três seções diferentes. Na primeira seção, centraremos nosso foco em traçar um mapa conceitual da tríade sujeito-desejo-fantasia conforme pensada pela tradição lacaniana, com o intuito de compreender os conceitos e suas interseções. Na segunda seção, analisaremos a maneira através da qual a tríade citada nos oferece um aparato interessante para pensar o tecido sócio-político e as dinâmicas de segurança que o permeiam. Nela, voltaremos nossos esforços para tentar compreender como a fantasia, enquanto

instrumento através do qual os sujeitos se inserem no mundo e dele fazem sentido, está conectada com questões de gerenciamento da (in)segurança. Na terceira e última seção, tentaremos ilustrar o trabalho feito nas duas seções anteriores a partir de uma breve análise do atual contexto das Filipinas para, assim, fornecer uma nova interpretação sobre como fantasia e (in)segurança estão conectadas com as formas de legitimação da violência do Estado.

Finalmente, gostaríamos de deixar claro as diferentes possibilidades que um arcabouço conceitual psicanalítico pode proporcionar para o entendimento de fenômenos e processos sócio-políticos mundiais. Inserir a fantasia enquanto categoria de análise em Relações Internacionais captura, de modo frutífero, a integração entre sujeito e desejo e contribui para que pensemos como a própria ideia de segurança atua nos moldes de um significante vazio por sobre o qual se projetam diversas expectativas políticas. Mais do que isso, inserir a fantasia como categoria de análise em Relações Internacionais, e empregá-la para pensar a guerra às drogas, é um esforço que tenta contribuir para um diálogo já estabelecido entre as literaturas de Psicanálise e Relações Internacionais à medida que posiciona o sujeito fragmentado da Psicanálise como um locus importante de reflexões sobre política que se abrem para além da ficção do sujeito racional moderno. Trata-se, portanto, de um trabalho que não se propõe a esgotar o assunto abordado, mas que, ao contrário, serve ao encontro entre esses aportes teóricos e à possibilidade de abertura por mais pesquisas que nos auxiliem na tarefa de borrar as fronteiras entre Relações Internacionais e Psicanálise, em especial no Brasil.

2. Situando sujeito-fantasia-desejo: Um breve mapa conceitual

2.1. Sujeito lacaniano: entre separação e alienação

O sujeito lacaniano é definido por uma falha em se reconhecer como imagina e uma recorrência ao simbólico (à linguagem) para se definir e existir, sendo um "sujeito-do-significante". A subjetividade é marcada por essa fragmentação que "aparece como condição ontológica do sujeito como ela é" sendo o sujeito da psicanálise lacaniana, portanto, "O sujeito descentralizado, estruturado justamente por essa fragmentação" (GLYNOS, STAVRAKAKIS, 2008, p. 260). A "fase do

espelho" ilustra essa fragmentação do sujeito Lacaniano e metaforiza o momento da primeira identificação ao se olhar em um espelho. Trata-se de uma das mais antigas contribuições de Lacan e foi baseada em experimentos de etologia e psicologia infantil na época. A cena da fase do espelho descreve o surgimento da fantasia na vida do sujeito, sendo a fantasia a intersecção entre o simbólico e o imaginário (LAPLANCHE, PONTALIS, 1973, p. 754). De maneira bastante simplificada, a cena do espelho é uma cena na qual a criança encara um espelho quando próxima de uma figura de autoridade, geralmente a mãe ou o pai.

Antes desse evento generativo da subjetividade, o sujeito vive o mundo apenas sob a sua perspectiva, como num jogo em primeira pessoa no qual ele só consegue imaginar a si mesmo através da forma como experimenta o que lhe é exterior. É importante notar que essa forma de existir é não simbolizável, ela não se manifesta como memória, mas suposto resíduo, uma experiência que é suposta, mas inacessível ao sujeito. O indivíduo experimenta sensações através de seu corpo, porém não tem a ideia sobre a forma desse corpo como um todo, apenas sobre o que vê e sente de maneira fragmentada (LACAN, 1987).

O sujeito lacaniano é definido por dois processos: alienação e separação. A alienação surge através do primeiro olhar da criança com a imagem como um todo, diferindo da anterior fragmentação experimentada. Quando o infante olha para sua imagem, ele vê algo essencialmente diferente de sua experiência corpórea diária. Tal experiência inaugura um descompasso inicial, uma vez que esse corpo com o qual se identifica nunca é cem por cento enquadrado na experiência anterior. Dessa forma, ele se identifica com essa imagem precariamente, tendo a experiência de si enquanto um corpo uno. Essa operação é análoga à ligação de uma comparação metafórica entre o corpo imaginado e o corpo no espelho; as partes do corpo são condensadas em uma imagem que implica a substituição de uma pela outra, de um corpo fragmentado pelo refletido no espelho (DOLAR, 1998, p. 19-25; LACAN, 1987, p. 96-104). Esse processo deixa sempre um resíduo de distorção, de não reconhecimento dentro daquela imagem.

A alienação é correspondente à função do imaginário. A entrada no imaginário, em termos subjetivos, se refere à construção do sujeito enquanto um ego, sua delimitação através da imagem e, em termos intersubjetivos, a importância da imagem nessas relações, que pode suscitar diferentes afetos no sujeito, de

atração a ódio. A própria percepção imagética de outro sujeito como semelhante e, ao mesmo tempo, diferente de mim é fruto do caráter externo e precário da nossa identificação com nossa imago no espelho (LAPLANCHE, PONTALIS, 1973, p. 637).

A experiência de fragmentação delimita o ego enquanto uma entidade una ao invés da simbiose da criança acoplada à mãe. Tal evento fornece o pano de fundo para a segunda parte: a separação. Separação é a descoberta do Outro (no evento do espelho, a figura que geralmente está presente é a mãe frequentemente grafada como m(O)ther) sendo aquele que atribui a imagem a você, mediando sua identificação e do qual você se vê separado, ainda que semelhante. Essa separação da mãe rompe com um relacionamento de simbiose e inaugura o sujeito enquanto tal, tendo em vista que o sujeito perde o tipo de relacionamento que tinha com a mãe e ganha um nome e uma linhagem (BERLANT, 2014a, p. 86; LACAN, 1998; STAVRAKAKIS, 1999).

A entrada no Simbólico se refere à iniciação do sujeito na linguagem que é um mecanismo marcadamente pré-existente a ele. De fato, Lacan se inspira no conceito de Levi-Strauss de ordem cultural para descrever o simbólico em suas descrições sobre a cultura como sendo um conjunto de cadeias de significantes, uma estrutura social que precede o sujeito, mas que o define. Seguindo Levi-Strauss, para Lacan a linguagem é da ordem de uma estrutura social primordial necessária para a inteligibilidade de todas as outras e que é definida pela sua incompletude, pela impossibilidade de uma simbolização perfeita (LACAN, 1988, p. 29; LAPLANCHE, PONTALIS, 1973, p. 1299).

Lacan nos direciona para o que ele vislumbra ser uma nova relacionalidade: se antes o relacionamento mãe e filho era um relacionamento dual, a entrada no simbólico inaugura uma estrutura triangular nas relações, que serão sempre mediadas pela ordem simbólica na figura do Outro. Vale notar que esse Outro, com O maiúsculo, é diferente do outro da alteridade simples referente ao imaginário e compreende uma alteridade mais radical (LACAN, 1988).

O Outro para Lacan é a ordem simbólica da maneira como é particularizada para cada sujeito, podendo se referir a uma outra pessoa desde que a outra pessoa ocupe tal função para o sujeito em questão. Ter o Outro incluso nas relações atesta, justamente, o condicionamento do desejo pelo olhar externo sempre em relação à

estrutura simbólica, seja esse olhar transgressivo ou complacente com ela (LAPLANCHE, PONTALIS, 1973, p. 129).

Sendo assim, “O estágio do espelho é a fase na qual o indivíduo conhece sua totalidade e ao mesmo tempo se faz consciente sobre a fragmentação no centro de sua subjetividade”. (MANDELBAUM 2016, p. 4). A subjetividade é antes de tudo um ato de sujeição através do qual o indivíduo, ao se sujeitar ao simbólico, ganha a possibilidade de reconstruir a si mesmo ao se ligar a diversas possibilidades de significantes disponíveis. Como resíduo do processo de entrada no simbólico, resta uma falta fundamental que se inscreve enquanto um traço daquele prazer excessivo que se supõe ter havido antes de se entrar no mundo da linguagem, chamado de *jouissance*. Aqui há um ponto importante: não só se constrói fantasias para ocultar a perda dessa unicidade pré-linguagem, mas essa própria ideia de que havia algo é uma fantasia, pois nunca se pode ter certeza de que esse prazer realmente existiu (GLYNOS, STAVRAKAKIS, 2008; STAVRAKAKIS, 1999).

Para Lacan, a fantasia se situa na dobra entre simbólico e imaginário. De acordo com ele tal conceito funciona como uma maneira de ir contra o que ele diagnostica como um foco excessivo apenas no imaginário na psicanálise de sua época. A leitura inaugurada por Lacan sobre a fantasia, que a lê como que permeada pelo simbólico e pelo imaginário dá a possibilidade de interpretá-la como um fenômeno social que só pode ser “a história da linguagem e das instituições (...) e da memória” (LACAN, 1998, p. 278, p. 436).

A falta acima exposta é trabalhada em Lacan nos moldes de uma condição ontológica do sujeito que nos leva a dois pontos importantes: de um lado, a dependência da entrada no simbólico e de um Outro para a formação da subjetividade e, de outro, a impossibilidade de uma formação identitária permanente, o que motiva o sujeito a tentar preenchê-la buscando certos objetos de desejo e se acoplando a determinados significantes. Assim, o sujeito Lacaniano é definido pelo não-essencialismo, pela dependência sócio-simbólica e por sua relação com uma “falta” ontológica que tenta encobrir (GLYNOS, STAVRAKAKIS, 2008; STAVRAKAKIS, 1999).

O sujeito constrói-se socio-politicamente, portanto, em torno da falta, movimentando-se na tentativa de se acoplar a diferentes significantes que o permitam preenchê-la temporariamente, sendo esses “preenchimentos” sempre

contingentes e instáveis (STAVRAKAKIS, 1999). O sujeito lacaniano, pois, dança uma “dialética negativa da fixação parcial” (GLYNOS, STAVRAKAKIS, 2008, p. 261). Nela, o ritmo é ditado pela própria falta ontológica, seus passos se movem de lugar em lugar, tal como seu desejo se move de objeto em objeto (na busca de objetos no qual ele projeta a possibilidade impossível de eliminar tal falta).

A história desse sujeito em relação passa a ser a história de seu desejo e por quais objetos ele se desloca. Em outras palavras, “Subjetividade no trabalho de Lacan, assim, é ligada não apenas à falta, mas também às nossas tentativas de eliminar essa falta que, apesar de tudo, continua ressurgindo” (GLYNOS, STAVRAKAKIS, 2008, 261).

Para um sujeito como esse, a própria vida social passa a ser uma busca impossível por esse senso de fechamento e completude que são impossíveis, que acaba passando inevitavelmente pela busca de vários objetos e, ao mesmo tempo, pela impossibilidade de uma resolução nesse sentido. Devemos interrogar, assim, como os movimentos do desejo do sujeito lacaniano nos ajudam a entender sua condição.

2.2. Fantasia, a promessa de gozo, o desejo e a política

Na tradição lacaniana, “A fantasia nos fornece a chave de entendimento para compreender as várias maneiras às quais tentamos continuamente erradicar essa separação, essa falta e a ausência de um significado estável e inteligível pra vida” (MANDELBAUM, 2016, p. 3-4). Em face de um sujeito fragmentado e alienado de si, a fantasia surge enquanto um mecanismo através do qual os indivíduos inconscientemente lidam com a falta, atrelando-se a certos significantes difusos no social, transformando o desamparo em identidade de modo a suportar a realidade da vida social. Sendo assim, ela é um “tipo de narrativa imbuída de desejo através do qual os sujeitos constroem sua realidade social” (EBERLE, 2019, p. 1). É por meio dela que os indivíduos buscam objetos com uma promessa de gozo parcial, e closure, preenchimento dessa falta, têm seus desejos deslocados em direção a algum objeto específico. Segundo Stavrakakis (1999) p. 46, a fantasia é sempre uma relação:

> entre o sujeito fragmentado, o sujeito faltante e uma promessa de eliminação dessa falta ou uma compensação por ela, algo que consiga neutralizá-la estruturalmente. Se a condição humana é marcada pela busca por um gozo perdido/impossível, a fantasia nos oferece a promessa de um encontro com essa jouissance perdida, encontro que é fantasiado enquanto cobrindo a falta no Outro, e, por consequência, cobrindo a falta no sujeito.

De uma certa forma, é um movimento duplo: a fantasia de um lado oculta a encruzilhada original da fase do espelho (manifesta nos movimentos de alienação e separação) e projeta, em um passado imaginário fantasmático, um período fundamentalmente melhor e menos contraditório, repleto de uma *jouissance* perdida. Vale notar que, apesar da cena de uma fantasia primordial na inauguração da subjetividade, na existência social estamos diariamente submetidos a várias e distintas fantasias às quais temos apegos diferentes, i.e., nos acoplamos a diferentes significantes e objetos na tentativa de "preencher" nossa falta ontológica (STAVRAKAKIS, 1999).

É importante notar dois pontos cruciais na articulação da tríade fantasia-desejo-objeto. Primeiramente, a fantasia, enquanto "processo através do qual sujeitos (atores sociais) se relacionam com a realidade e reproduzem estruturas sociais" (EBERLE, 2019, 3), nos dá as coordenadas do desejo, disciplinando-nos sobre quais objetos desejar, nos deslocando de objeto em objeto e condicionando a nossa experiência na teia sócio-política. Essa escolha objetal não é neutra e aleatória, mas carregada pela influência da história e das relações de poder que circulam no social (STAVRAKAKIS, 1999).

Em segundo lugar, projeta-se nesses objetos desejados uma possibilidade de prazer excessivo, acima definida como *jouissance*. A *jouissance* é caracterizada como a possibilidade de um gozo excessivo derivada da obtenção de um objeto do qual, contudo, nunca se dispõe. O gozo dos sujeitos será sempre parcial e nunca alcançará a projeção imaginária, fazendo com que o sujeito continue em busca de outros objetos na tentativa de manter, com quantias módicas de prazer, sua estabilidade. Em outras palavras, a história de um sujeito é a história de como o seu desejo se move de objeto em objeto tentando, por um lado, apaziguar essa contradição e, por outro, produzir efeitos concretos na vida e existência sócio-política do sujeito (STAVRAKAKIS, 1999; BERLANT, 2014a; BERLANT, 2014b).

A *jouissance* é, pois, figura importante no processo de construção e articulação de fantasias pois é a partir dela ou, melhor, na expectativa de sua realização, que vemos surgir os fantasmas. No desejo, o objeto "a" são os objetos que carregam a possibilidade deplenitude desejada. Apesar de nunca serem atingidos, os objetos "a" gerenciam os desejos e circulam entre as narrativas que conectam o social. Por isso esses objetos são chamados metonímicos pois são desejados enquanto uma parte de um certo "todo" ditado pela fantasia, estando sempre presentes nos cálculos do desejo influenciando a forma com a qual lidamos com e produzimos o social (STAVRAKAKIS, 1999).

Sendo assim, identificar uma fantasia na vida política passa pelo reconhecimento de certas características. Uma estrutura de um cenário ideal que consiga ocultar contradições, eliminar antagonismos de maneira simplificada (a conspiração judaica na fantasia nazista, por exemplo); objetos aos quais se permite desejar e que prometem o atingimento desse ideal (a ideia de que há um objeto que possa trazer a condição de segurança como, por exemplo, uma arma ou uma forma de policiamento); uma promessa de resolução de contradições e/ou estabilização da própria identidade (ao afirmar um outro como culpado reificamos quem somos, voltamos para a relação amigo/inimigo) (EBERLE, 2019; ZIZEK apud PROUDFOOT, 2017).

A fantasia, assim, nos apresenta um caminho para o gozo-*jouissance* colocando-a no outro, condicionando o gozo ao olhar do outro seja quando nos comportamos de maneira a agradá-lo, quando nos fazemos de objeto dele ou, ainda, quando acreditamos que ele roubou de nós a nossa capacidade de gozar – o "roubo de *jouissance*". Essa ideia de roubo de *jouissance* é vista em ação quando pensamos em fantasias racistas que conseguem imaginar imigrantes como aqueles que roubam nossos empregos e, ao mesmo tempo, aqueles que não trabalham e são preguiçosos. Como Janus[1] que consegue existir com suas duas faces, a contradição na fantasia consegue coexistir facilmente (LACAN, 2016; ZIZEK, 1997).

A última peça para a compreensão da fantasia é aquilo que Zizek chamou de transgressão inerente. De acordo com Zizek, "Para ser operativa, uma fantasia deve

[1]O mito de Jano pertence à mitologia romana. Jano (ou Janus), divindade ligada às transformações e mudanças, era representado com duas faces, uma jovem simbolizando o futuro e uma velha representando o passado. As duas faces de Jano, olhando para direções opostas, significam a dualidade inerente a todas as coisas, seu dualismo relativo.

permanecer implícita, mantendo certa distância da textura simbólica explicita sustentada por ela, funcionando como sua transgressão inerente" (ZIZEK, 1997, p. 24). A transgressão é o "suplemento obsceno" da fantasia no sentido em que, para o autor, o próprio edifício ao se estabelecer não só permite a transgressão de sua própria retórica, mas como o próprio poder se sustenta através da continuidade dessa transgressão. (ZIZEK, 1997).

Se tomarmos o exemplo da soberania estatal, a sua própria implantação, paradoxalmente, tanto aparece como uma solução a um cenário de violência ao mesmo tempo que é permeada tanto por um uso sistemático da violência quanto pela própria ocultação da violência em que essa fundação implica. Ironicamente uma das maneiras de minar uma fantasia seria não subvertendo-a propositalmente – já que esse desvio algumas vezes é esperado e facilmente manejado – mas se identificando excessivamente com ela, exercendo a sua atividade excessivamente a ponto de expor a própria transgressão que funda a ordem, levando-a às últimas consequências (ZIZEK, 1997).

Dentro do caso filipino, a preocupação é menos em entender o que a fantasia esconde sobre os usuários de drogas – já que é óbvio que ela não corresponde à realidade da toxicomania – e mais compreender o que essa fantasia como tal permite que opere. No caso, a própria narco-necropolítica enquanto uma trivialidade do sistema que só tem seu horror evidenciado pela maneira escrachada e chocante que o discurso de Duterte legitima a política de morte.

Em uma coletiva de imprensa em 2016, Duterte fez a equivalência entre o papel de Hitler na Alemanha no extermínio dos judeus e o seu papel no extermínio dos usuários de drogas pela operação que instaurou no país. Isso já evidencia o lugar discursivo do usuário de droga em suas práticas: o lugar daquele que deve ser extirpado, exterminado, o não-lugar (HOLMES, 2016).

Talvez o que torne o caso filipino chocante não seja, necessariamente, o emprego de violência contra a população de supostos usuários/traficantes de drogas ilícitas, nem o descaso para com essa população. Esse cenário é visualizado em vários países e é a norma em diversas partes do mundo (como no Brasil, por exemplo). Mais impactante do que isso é o fato de Duterte se identificar excessivamente com a capacidade soberana de traçar linhas de morte, levando-a às últimas consequências e causando, nesse sentido, grande espanto não por realizar

um extermínio maior e mais cruel do que qualquer outro, mas por não se importar o suficiente em não expor sua dimensão de violação, quebrando um certo acordo tácito em manter um cinismo que nega a dimensão violenta e inerente à soberania (ZIZEK, 1997).

Nessa discussão, cabe o exemplo mobilizado por Zizek acerca dos arquivos que demonstravam a existência de tortura em Guantánamo: não era como se eles expusessem algo do qual as pessoas não desconfiassem ou que elas, subterraneamente, não conhecessem; o problema, em verdade, era trazer, para o topo debate público, um tema - a existência de tortura em Guantánamo – em face do qual as pessoas estavam confortáveis demais em ignorar. Mutatis Mutandis, o ponto não é a excepcional atrocidade de Duterte, mas, sim, que ele expõe a própria violência da atividade soberana de traçar zonas de (in)segurança e se utiliza delas como ganho de capital político, expondo a própria contradição desta lógica. É navegando por esse excesso que se abre um espaço interessante de questionamento dessas práticas (ZIZEK, 1997; CONDE, 2018).

Uma pergunta fundamental que não deve ser esquecida: por que fantasia e política? É no campo político que encontramos discursos que prometem aos cidadãos certos cenários: a boa vida, a sociedade justa e desenvolvida, a possibilidade de segurança. Não seriam esses cenários imaginários uma fantasia pura que nos condiciona a agir e a desejar certas coisas na esperança de alcançar um futuro imaginário, ordeiro, sem contradições? Ou, ainda, não seriam as presenças fantasmagóricas, elas próprias, o sustentáculo de vários projetos políticos como quando, por exemplo, nos defrontamos com a narrativa de um passado glorioso, interrompido por um inimigo que toma de nós nossa glória e nos leva a um presente miserável (a evocação quase mítica do Reino de Salomão e Davi pelo nacionalismo judaico, por exemplo) (GLYNOS; STAVRAKAKIS, 2008).

É importante notar que a disciplina de Relações Internacionais coloca a soberania como o significante sob o qual a política se faz e se concretiza, como o ideal regulador do que entendemos como subjetividade moderna, e como modelo de ação política. É ela o significante-mestre para a disciplina e para a vida política (BIGO; WALKER, 2007; EDKINS, 1999; WALKER, 2002). A soberania é o que possibilita o surgimento da lei, da justiça e de ideias de progresso e permite também

delimitar o limite de uma sociedade, construir uma política no sentido de gestão das populações (WALKER, 1993).

Como em Walker (2002, p. 12), a soberania é frequentemente associada a uma capacidade de autodeterminação e ao mesmo tempo a uma capacidade de autorizar ou desautorizar e, portanto, uma posição de distribuição de decretos e julgamentos. Outrossim, a soberania funciona, em última instância, como uma ambição universalizada e reguladora da vida política, na qual o alcance de liberdade só pode ser efetivado em relação a esse significante, seja esperando pela sua realização plena ou rejeitando-o veementemente. A soberania, portanto, se torna modelo de ação regulador do horizonte político (WALKER, 2006, p. 62).

Tomada como reguladora, ela é relacionada a um decisionismo derivado do privilégio real que, se tomado como a regra de ação política, acaba gerando um modelo de subjetividade e agência que não concorda em nada com o mencionado acima sobre a tríade sujeito-desejo-fantasia que reforça questões inconscientes que escapam por fora dessa capacidade de decidir enquanto ato racional (BERLANT, 2013, p. 94).

A soberania se firma enquanto uma fantasia no sentido em que é uma "posição aspiracional de performatividade e auto-legitimação pessoal e institucional" (BERLANT 2013, p. 97). Isso não é uma afirmação sobre a irrelevância da soberania no campo político. Ao contrário, sua relevância perene é explicada justamente por ser um estado mais aspiracional do que objetivo. A soberania é enxergada como uma fantasia que provê a superfície sobre a qual regula-se a política e em cima da qual os desejos de autodeterminação, prosperidade, felicidade e realização são regulados.

O que está em questão na escolha das Filipinas como o caso ilustrativo, portanto, é justamente que Duterte se identifica excessivamente com essa fantasia soberana de agência e de direito de exercer uma necropolítica no seu uso explícito. Isso se refere ao que Zizek (1997) fala sobre a superidentificação como algo que perturba o horizonte fantasmático. De acordo com ele, se alguém se mostrar excessivamente tomado pela injunção do modelo de ação fantasmático, tal identificação demonstra a arbitrariedade da fantasia em si. No caso de Duterte, ele corporifica um modelo de agência soberana que reitera para a população a

soberania de seu próprio país enquanto matéria de gozo, que, entretanto, expõe, no mesmo movimento, a própria arbitrariedade desse imaginário.

Outra pergunta persiste: se essas narrativas nos oferecem uma identificação momentânea, por que os sujeitos continuam acreditando nelas quando esse futuro idealizado não se realiza? Se voltarmos ao desejo e sua dinâmica de fluidez entre objetos, nos deparamos com um paradoxo importante: ao mesmo tempo que nunca nos reencontramos com a *jouissance* primordial que acreditamos ter perdido após a entrada no simbólico, recebemos uma *jouissance* módica quando atingimos certo objeto, e é a possibilidade de continuar recebendo essa *jouissance módica* que dá conta de nos manter agindo como se acreditássemos na promessa simplificadora da fantasia, ainda que, no fundo, "racionalmente" saibamos que ela não é real (GLYNOS, STAVRAKAKIS, 2008).

Ao mesmo tempo que essas narrativas parecem imediatamente dispensáveis, a maneira como a fantasia apazígua as contradições pode ser bastante rudimentar. Para exemplifica isso, basta que lembremos do imigrante que é representado como o vagabundo que não trabalha e se apropria de benefícios sociais e como aquele que se sujeita a todo tipo de trabalho excessivo e rouba o emprego dos cidadãos (EBERLE, 2019).

Vale notar: não é suficiente desvendar o real por trás da fantasia, desfazendo uma certa ilusão, mas precisamente o oposto, i.e., encontrar o que há de real na própria construção dessa fantasia que vivemos – o que a fantasia esconde é, também, criado no processo de ocultação. Face a uma conspiração (maçônica, judaica, marxista cultural etc.) devemos menos buscar os indícios de que ela não é real do que entender o que ela tenta, desesperadamente, esconder mesmo com todas suas contradições: precisamente, a contingência e o horror de um mundo (ZIZEK, 1997, p. 41).

Recapitulando, o trajeto percorrido por fantasia, desejo e subjetividade nos mostra que a fantasia se insere em uma zona interessante. Não é nem puramente objetiva, pois condiciona a maneira como os sujeitos veem o mundo, como, tampouco, é completamente subjetiva, pois irredutível à consciência individual. A fantasia, em última instância, sustenta o que chamamos de realidade e é a lente pela qual nos relacionamos com o mundo (STAVRAKAKIS, 1999, p. 35).

Sendo “objetivamente-subjetiva”, a fantasia tem um papel fundamental pois, longe de ser algo ilusório a ser dissipado, molda por si só a maneira como percebemos e agimos por sobre a realidade, legitimando, nesse caminho, certas políticas em detrimento de outras. Ainda, ao mesmo tempo que a fantasia legitima muito do que acontece em nossa prática política trivial, investigar a fantasia e atravessá-la abre possibilidade para uma nova relação com as subjetividades e, portanto, para um novo horizonte do político (EDKINS, 1999).

3. (In)segurança, fantasia e necropolítica

Cabe, agora, nos direcionarmos para pensar as imbricações entre fantasia, (in)segurança e violência de modo que sejamos capazes de desvelar, mais à frente, algumas das narrativas que atravessam e legitimam a narco-necropolítica filipina. Nesse sentido, ao tomarmos como ponto de partida os conceitos lacanianos abordados, vemos surgir uma “zona de contato” entre Relações Internacionais e Psicanálise que abre caminho para que possamos (re)pensar a (in)segurança no internacional.

A segurança, ao operar enquanto uma narrativa fantasiosa através da qual os indivíduos buscam suprir uma “falta ontológica”, se mantém como uma “possibilidade-impossível”, uma figura fantasmática que “continuamente tenta se materializar ao mesmo tempo que inclui seu próprio fracasso” (MANDELBAUM, 2016, p. 2). É na fantasia de segurança do eu (segurança ontológica) e do nós (segurança pública) que objetos de desejo são gerenciados e os obstáculos delineados. Securitizar, assim, para além de ser um movimento de saída do político e estabelecimento de um estado de emergência em um determinado assunto – a inversão do aforismo de Clausewitz – (BUZAN, DE WILDE, WAEVER, 1998), é a incessante produção e alteração de objetos de desejo e a subsequente alocação da culpa. É ali, entre o gozo na captura do objeto de desejo e o fracasso em alcançá-lo, que a culpa é alocada e ocorre a transferência do tratamento da questão para um nível acima do político, um nível securitizado.

Enquanto fantasia, a segurança é uma história, uma narrativa dentro da qual a falta ontológica do sujeito é racionalizada e atribuída à ausência de um “objeto”

empírico específico em direção ao qual se desenha um curso de ação e cuja recaptura promete o gozo da identidade completa – "uma busca sem fim pela superação da falta e da contingência da vida social, oferecendo um futuro-preechimento" (MANDELBAUM, 2016). A recaptura desse objeto passa, diretamente, pelo estabelecimento de obstáculos e barreiras a sua realização, sendo a figura do Outro de especial importância para a análise que aqui se desenrola. Na fantasia de segurança nacional, por exemplo, o Outro é aquele culpado pelo caos e pela desordem supostos vis-à-vis um passado de glória nacional – o caso do discurso contra os refugiados na Europa de hoje, por exemplo ou o papel do judeu na fantasia nazista (GLYNOS, STAVRAKAKIS, 2008).

Se nos atentarmos para a inversão na interpretação de Foucault de Hobbes do aforismo Clausewitziano, colocando a política como continuação da guerra por outros meios, podemos observar a relação entre soberania e guerra sob um ângulo diferente. A política enquanto continuação da guerra nos coloca nos termos em que o relacionamento social principal é de antagonismo e inimizade. O relacionamento de guerra, portanto, não é mobilizado como uma forma de oposição à soberania, mas enquanto preservação: a condição de possibilidade para a superação do Estado de natureza é a implantação de um regime de poder/verdade que é, por definição, arbitrário e que apaga essa arbitrariedade de sua origem, baseando sua universalidade na conversão de diferença em alteridade, substituindo a guerra contra todos do "estado de natureza" por um regime de segurança (SPIEKER, 2011, p. 191-194).

Ao traçar sua análise sobre o desenvolvimento do biopoder[2], Michel Foucault nos alertava sobre a entrada do desejo no interior dos cálculos explícitos das técnicas de poder (FOUCAULT, 2008). De acordo com ele, o desejo, para além de diversas outras tecnologias e mecanismos que se agrupam em dispositivos disciplinares e securitários, é parte central na gestão das populações, uma vez que é através dele, do "jogo do desejo", da sua modulação, do direcionamento de seu

[2] De acordo com Foucault, o biopoder é um tipo de poder característico às sociedades modernas e que aparece como que acoplado ao poder soberano a partir de meados do século XVII e início do século XVIII. Diferentemente do poder soberano, o biopoder se ocupa de permitir a vida mais do que produzir a morte. Ao contrário da máxima "fazer morrer, deixar viver" que marca o poder soberano, a entrada do biológico nos cálculos de poder é dada através de um "fazer viver, deixar morrer" do qual se encarregam tecnologias disciplinares – anátomo-política do corpo – e biopolíticas – voltadas para aquilo que o autor chamou de homem-população (FOUCAULT, 2008, 2010).

fluxo, do seu disciplinamento, que é possível produzir um certo "interesse coletivo", a vontade nacional. Enquanto narrativa imbuída de desejo, a fantasia[3] de segurança permanece como uma figura espectral ou fantasmagórica construída a partir da circulação, por entre os sujeitos de um determinado Estado, de desejos (coletivos) por certos objetos. Essa canalização dos desejos abre espaço para a securitização daquilo que se busca alcançar e para a tomada da vida pelo poder.

De maneira similar, a fantasia também se faz presente no necropoder de Achille Mbembe. Ao tomar o caso da ocupação colonial contemporânea da Palestina enquanto exemplo paradigmático de necropoder, Mbembe aponta a forma como "violência e soberania" estão inextricavelmente implicadas na construção e difusão de narrativas (fantasiosas). De acordo com o autor, por exemplo, "O Estado colonial tira sua pretensão fundamental de soberania e legitimidade da autoridade de seu próprio relato da história e da identidade", apoiando-se, para isso, em todo um conjunto de saberes como "história, geografia, cartografia, arqueologia" a fim de sustentar e "naturalizar" sua identidade (MBEMBE, 2018, p. 42). Nesses espaços, a identidade nacional é imaginada e gerenciada, necessariamente, enquanto a "identidade contra o Outro" (MBEMBE, 2018, p. 42).

Em uma determinada sociedade, essas narrativas podem estar construídas de diferentes formas sendo o gozo, por sua vez, atribuído a objetos de desejo distintos – como, por exemplo, o desenvolvimento ou a identidade nacional – previstos mediante a superação de obstáculos específicos – como a pobreza ou o imigrante. Conforme já apresentado, a captura do objeto de gozo nunca é bem-sucedida restando aos sujeitos, animados por essas figuras fantasmagóricas que continuam a moldar o social, satisfazerem-se com o gozo módico ao mesmo tempo em que atualizam não só os objetos de desejo como, igualmente, os obstáculos à sua captura.

Movida pelo desejo de segurança, a fantasia cumpre, aqui, uma função específica: seja através da sua promessa de planificação ou da solução final (e simplista) das controvérsias, ela é aquilo que, como plataforma de sustentação de

[3] Apesar de Foucault não falar abertamente ou empregar de maneira direta a concepção lacaniana de fantasia em suas obras e ter utilizando, ao contrário, o conceito de "regimes de verdades", observamos ser possível traçar um paralelismo entre as ideias de ambos os autores, Lacan e Foucault, de modo a continuar nosso exercício de experimentação e de construção de zonas interdisciplinares de contato (EBERLE, 2019).

outros mecanismos como o racismo, vai estabelecer um estado de sítio permanente e legitimar a violência do Estado no cotidiano, o fazer valer do velho direito soberano de espada em uma linguagem mais foucaultiana, ou, a partir do dicionário de Mbembe, a necropolítica como política de Estado. Em outras palavras, o que queremos dizer aqui é: a fantasia que emoldura a história como uma paisagem simplificada com seus antagonismos é, também, o que permite a aplicação do poder de morte tanto no biopoder foucaultiano (por meio da estatização do biológico e da interpretação da diferença através da lente da raça, o racismo de Estado) quanto no necropoder de Mbembe (onde a identidade nacional é pensada enquanto a identidade contra o Outro)[4].

Nessas fantasias, os indivíduos, motivados pelo desejo de segurança e defrontados tanto com a possibilidade de uma segurança ontológica (a identidade moderna, a identidade nacional), quanto com a promessa de uma vida boa, pujante e duradoura possíveis a partir da superação daquilo que os privam de alcançá-la, justificam e tornam aceitáveis o emprego de métodos, sejam eles quais for, para alcançar seu objeto de desejo. É isso que está no centro do entrelaçamento simbiótico entre a política e a guerra. É isso que faz da política a guerra. Na promessa da resolução, a securitização de uma questão é precisamente o que permite que contra ela sejam empregadas quaisquer soluções por mais violentas que sejam (WALKER, 1997). A mobilização da metáfora da guerra permite que quaisquer transgressões sejam feitas para que a "ameaça maior" - que não está definida a priori pois é sempre contingente no tempo e no espaço, estando seu enquadramento dependente de fatores específicos e das relações de poder que atravessam a construção da ideia de ameaça em questão - seja erradicada (BRASILINO, 2018).

Dessa forma, mais do que meio de fazer sentido do mundo e nele se inserir, a fantasia de segurança é um mecanismo que influi nos dispositivos de controle e gestão das populações e multitudes, sejam eles disciplinares, de segurança ou

[4] Para Foucault, só é possível expôr à morte no biopoder através aplicação do "racismo de Estado" ou, em outras palavras, da interpretação da diferença a partir de uma lente racial, onde a morte do outro aumenta exponencialmente a possibilidade da vida daqueles que se diz proteger – o perigo é da ordem do biológico (FOUCAULT, 2010). No necropoder de Mbembe, por outro lado, o poder de morte não está submetido a qualquer regra e já não se limita ao fardo da raça, mas encontra-se alinhado a um "devir-negro" do mundo, onde o lote de sofrimento antes reservados às pessoas pretas é, agora, expandido a toda uma multitude de indivíduos e corpos (MBEMBE, 2018; PELBART, 2018).

necropolíticos. Em outras palavras, as fantasias de segurança vão oferecer as narrativas de legitimação das ferramentas de gerenciamento da (in)segurança e do controle (e destruição) dos corpos.

É ali, no seio do cruzamento entre as múltiplas narrativas fantasiosas, beatificadas ou transgressivas (a face de Jano), que a simbiose entre fantasia e (in)segurança se faz mais perceptível. A fantasia de segurança, dessa forma, com sua sociedade sob efeito de tranquilizantes, ordeira e desenvolvida funciona como um mecanismo por meio do qual vida é gerenciada e a morte distribuída.

4. Um olhar sobre as Filipinas

As Filipinas apareceram, recentemente, no radar internacional após a eleição de Rodrigo Duterte à presidência do país. Conhecido como “justiceiro” no território nacional – fama adquirida após o período em que ocupou o posto de prefeito da cidade de Davao –, Duterte ganhou notoriedade e simpatia dos filipinos ao explorar, de maneira beligerante, pautas de grande clamor popular. Em especial, o populismo violento de Duterte tomou como seu inimigo número um a questão da comercialização e do uso de drogas tornadas ilícitas dando início, conforme anteriormente colocado, a uma nova política de drogas.

Na presente seção, o nosso objetivo é olhar para a narco-necropolítica filipina de modo que possamos dar a ver as fantasias e os desejos que a endossam. Se o necropoder mobiliza uma dinâmica particular de fantasia, cabe perguntar: quais as principais narrativas que estruturam o caso filipino? Quais desejos elas endossam? O que justifica a grande aderência a essa narrativa?

Antes, faz-se necessário um rápido deslocamento. Conforme vimos, para os lacanianos o sujeito fraturado é parte constituinte da política moderna, pois é a partir dele que é possível mobilizar as fantasias do Estado-nação, do estado de natureza, da necessidade de segurança. Igualmente, se é o Estado, hoje, princípio ordenador do espaço político mundial, o sujeito lacaniano aparece como que espraiado, não está preso a um ou outro lugar, é condição estruturante do que entendemos por Sistema Internacional. Se os sujeitos fraturados existem em todos os lugares, se eles são parte constituinte de toda a política moderna, se é a partir de um sujeito fraturado que podemos mobilizar a fantasia do Estado-nação e da segurança, por

que focar nossa análise no caso das Filipinas? A escolha das Filipinas para ilustrar nossa argumentação não é aleatória. O que faz com que o quadro filipino seja mais interessante de ser analisado a partir do repertório conceitual ao qual recorremos é, precisamente, a proporção do caso, a dramaticidade que o enreda e a dinamicidade dos agenciamentos que são traçados entre os atores que costuram aquela teia social.

De maneira geral, a cena que visualizamos no caso filipino é a seguinte: De um lado, encontra-se o Estado enfraquecido de sua potencialidade e desvirtuado de seus propósitos pelo narco-Estado; do outro, estão os adictos/traficantes, figuras espectrais desmoralizadas, promíscuas e ruins – o outro – que impedem, imperativamente, que a nação prospere; e, finalmente, ali, cercados entre um "Estado falido" e aqueles que o usurparam, encontram-se os bons e inocentes cidadãos mergulhados em um cotidiano violento e inseguro resultante do problema das drogas.

Para a análise que estamos tentando realizar, a principal narrativa que encontramos no caso filipino é a de uma sociedade sitiada e ameaçada pelo fantasma do narco-Estado – a fantasia da insegurança. Nela, os cidadãos encontram-se encurralados pela promiscuidade da comercialização e do uso de drogas ilícitas, que já não se inscreve somente nos corpos daqueles moralmente "fracos", como, fundamentalmente, contamina toda a esfera da vida pública e transforma o Estado em um maquinário esquizofrênico onde, paralelamente à lei, está uma organização virulenta pautada pela narco-economia – *laissez-faire* do tráfico de drogas. Segundo esse discurso, o Estado-nação funcionaria como um hospedeiro e o narco-Estado ocuparia a posição de um parasita que se beneficia dele causando-lhe complicações e prejuízos. Contudo, tal como em uma relação de coadaptação, os danos investidos ao hospedeiro pelo parasita não podem ser suficientes para provocar a morte do primeiro, uma vez que a sobrevivência do segundo depende da sobrevivência do primeiro.

Nessa fantasia, o narco-Estado é o principal obstáculo que a sociedade filipina encontra no caminho para a realização daquilo que seus cidadãos mais desejam: uma vida boa, segura e desenvolvida. Esse desejo, contudo, ganha uma nova dimensão no nosso caso. Uma vez que o "atraso", o "subdesenvolvimento" encontra-se ligado ao que, no presente, resta de um passado colonial, o narco-

Estado – para alguns, o “Estado falido” – é, assim, uma lembrança aos filipinos de seu passado colonial; i.e., é uma rememoração da racionalidade racista do projeto colonial que marcava os corpos dos “selvagens” como incapacitados, geneticamente, de construir sua própria história. Aqui, combater o narco-Estado se torna uma luta anticolonial, uma luta pela identidade filipina.

Um olhar mais atento para a relação entre Estado-nação e narco-Estado nos aponta que essa dicotomia entre duas entidades estanques não captura a maior complexidade que envolve o relacionamento entre ambos os agentes (ou seriam fantasias?). Da mesma forma que o narco-Estado se beneficia e depende do Estado-nação para se manter, o próprio Estado-nação depende da existência de um narco-Estado, e de todos os inimigos espectrais construídos em torno dele, para justificar o emprego e o uso da violência a fim de realizar a sua própria preservação e a razão de Estado. Queremos dizer com isso que as fronteiras entre Estado-nação e narco-Estado não são muito bem delineadas, que elas são mais fluidas e que estão, a todo momento, sendo redesenhadas e disputadas de modo que, em alguns instantes, é impossível separar narco-Estado de Estado-nação como, por exemplo, nos mostra o filho de Rodrigo Duterte, Paolo Duterte, ao ser acusado de estar envolvido em uma grande operação de tráfico internacional de drogas ilícitas (BBC, 2017). Em um caso como esse, em que o próprio ator estatal está aliado àquilo que diz ser seu inimigo, onde está a fronteira que distingue Estado-nação e narco-Estado?

Nesse sentido, o narco-Estado não é apenas um parasita para o Estado-nação, tampouco é apenas seu duplo, a outra face de Jano. Enquanto uma fantasia maior que organiza as sociedades modernas, o Estado está para além das duas faces de Jano, pois possui uma multiplicidade de faces, de fantasias distintas que se agenciam em lugares específicos e que informam e costuram a comunidade política em uma teia fantasiosa composta de arranjos muito mais complexos do que as explicações rápidas e binárias que são circuladas para capturar nossos desejos.

Tão importante quanto a narrativa supracitada é o papel desempenhado por Rodrigo Duterte. Aproveitando-se de uma imagem construída ao longo do seu período enquanto prefeito em Davao, o grande mérito de Rodrigo Duterte foi canalizar em si mesmo um desejo que, apesar de latente, já circulava por entre o social e, a partir, dele lançar mão de um projeto político que toma a (in)segurança

como uma de suas principais ferramentas de gestão. Desde as eleições em 2016, Duterte ficou marcado por ser um candidato anti-stablishment e linha dura em função de suas declarações pouco convencionais que exemplificam o caráter transgressivo da fantasia: declarou que os homicídios extrajudiciais seriam seu "único pecado" (MORALES, 2018); afirmou ter matado um outro homem a facadas aos 16 anos e culpou os centros de reabilitação por crises nacionais de escassez de alimentos (INQUIRER, 2018); xingou o ex-presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, e uma representante da ONU de "filhos de uma prostituta" (ESTADO, 2016; ESTADO 2018); e, até mesmo, admitiu ter participado, pessoalmente, dos homicídios extrajudiciais de supostos traficantes/usuários de drogas (EL PAÍS, 2016). Não apesar disso, mas, exatamente por isso, o presidente ganha grande parte de seu capital político ao apresentar-se enquanto o único capaz de levar adiante o projeto de engrandecimento e desenvolvimento nacional.

Para além do "justiceiro" – o cavaleiro da justiça –, identificamos outras duas fantasias que Duterte, quando elevado ao posto de presidente, passa a simbolizar. São elas: o pai e o enviado divino. Enquanto "pai", Duterte é aquele que governa com punho de ferro pois ama a nação e por ela está disposto a realizar um grande sacrifício; aquele cuja forma de governar não se dá através de "subsídios sociais (concebidos enquanto uma deformação materna do Estado), e sim pela imposição da lei, da disciplina" (BUTLER, 2015, p. 170). Ao seu lado, na narrativa do enviado divino, as ações de Duterte encontram-se sob a égide de um propósito maior – ele é o próprio mensageiro dos céus que desce à Terra para fazer desaparecer o mal e permitir que a sociedade e o Estado filipinos sigam no caminho da verdade divina. Tanto a figura espectral da sociedade desenvolvida quanto as do pai e do enviado por Deus têm uma relação importante com a figura do soberano e com a forma da Lei como encenada na bio/necropolítica.

As três fantasias podem se entrecruzar e acontecer ao mesmo tempo. Da mesma forma, elas podem ocorrer em separado e em momentos específicos. Mais importante, contudo, é que, ao concatenar em si as figuras do pai, do justiceiro e do enviado divino, Duterte simboliza o soberano por excelência, aquele que, em termos schmittianos, habita o reino da anomia e tem a capacidade de decidir sobre a exceção, ou, na esteira de Mbembe, que tem a capacidade de ditar quem vive e quem morre. Ao evocar o fantasma do narco-Estado e mobilizar a narrativa do

Estado-nação, Duterte foi capaz de mobilizar a fantasia da “boa vida” e influenciar o desejo dos indivíduos, condicionando esse objetivo a medidas duras de enfrentamento aos usuários de drogas e a um discurso sobre ordem. Aqui, fica a evidente a relação fantasia-política, uma vez que, nessa sobreposição, segurança não se resume à segurança ontológica, representada pelo resgate da identidade filipina enquanto aquilo que permite um certo grau de ancoragem, de estabilidade, de segurança para a coletividade em questão. Conforme estamos tentando desenhar, essa relação fantasia-política fica clara na mobilização da metáfora da guerra contra os usuários/traficantes de droga, por exemplo (BRASILINO, 2018)

Tão importante quanto as narrativas que atravessam a figura de Duterte para pensar a legitimação da narco-necropolítica filipina são as fantasias a respeito daquilo que se definiu como o Outro – no caso, o adicto e o traficante. O usuário de drogas é posicionado no imaginário sócio-político tanto como aquele que goza de um prazer (roubado) “perverso” e transgressor, quanto como uma subjetividade quase infecciosa, motivando o emprego da metáfora da guerra contra esse sujeito.

É frequente que o usuário de drogas seja retratado como alguém que abraça a pulsão de morte, se fazendo como um objeto de seu vício e sendo capaz de qualquer coisa para se drogar compulsivamente, oposto a uma ética de comedimento e de retidão enxergada na figura de um cidadão comum, por exemplo. Igualmente, o traficante é visto como o sujeito que age contra sua própria população, despossuído de um sentimento de pertencimento à coletividade e que trabalha para a piora das condições de vida. Nesse sentido, ambos o usuário e o traficante de drogas são aqueles contra os quais é possível fazer o dispêndio absoluto do negativo, uma vez que são construídos enquanto figuras moralmente e biologicamente inferiores contra quem a única saída é a eliminação material do espaço da comunidade política da qual se fala.

Olhar sobre o caso Filipino nos permite analisar como a construção e a difusão de fantasias estão inextricavelmente ligadas com questões de (in)segurança. Em especial, a guerra às drogas promovida pela administração Duterte é um caso paradigmático para pensar como a categoria lacaniana de fantasia atravessa dimensões da distribuição da violência na teia social, evidenciando como elas constroem categorias de sujeitos e legitimam a necropolítica.

5. Conclusão

O argumento que desenvolvemos no texto passou primeiramente por um caminho da psicanálise Lacaniana e a intersecção entre desejo-fantasia-sujeito, o que implica no político em compreender precisamente como certas narrativas são veiculadas e acabam moldando a maneira como os sujeitos se relacionam com a realidade e o horizonte no qual eles veem o que podem desejar e como agir coletivamente.

Longe de ser algo inofensivo, defendemos que a fantasia fornece para a necropolítica um substrato que simplifica a história amigo/inimigo e mobiliza uma série de significantes, em especial uma visão ambivalente do usuário de drogas tanto enquanto indivíduo que é um gasto de recursos quanto como alguém que goza de um prazer transgressor e proibido enquanto todos os outros se engajam em atividades produtivas enquanto cidadãos de bem.

No caso da biopolítica e sua relação com a fantasia, apesar de a última ser uma realidade da condição do sujeito, é justamente o sujeito em condição de maior vulnerabilidade que acaba sendo alvo de diversas tecnologias de controle e extermínio como as exemplificadas no texto, o que reflete as relações de poder/saber que circulam no social. Analisar a imbricação entre biopolítica e fantasia propicia que ao olharmos para a fantasia consigamos ver como essa narrativa ilustra e nos permite entender muito mais sobre tecnologias de governo que atuam materialmente.

O caso filipino é uma boa ilustração pois exacerba várias relações dentre as quais valem ser destacadas: o caráter de mobilidade da fantasia, a transgressão inerente e uma relação muito particular e violenta no que se refere aos usuários/traficantes que são definidos como o próprio inimigo e sustentados enquanto o corpo estranho que invade o social. A superidentificação[5] de Duterte

[5] Por superidentificação aqui entendemos que Duterte acaba levando às últimas consequências o papel do soberano, expondo o núcleo violento da soberania que é bastante real, mas geralmente oculto por uma série de códigos discursivos. Para mais discussões sobre como levar uma fantasia às suas últimas consequências pode ser uma maneira de expor suas contradições, ver ZIZEK (1997) em sua discussão sobre transgressão inerente.

com o próprio papel de soberano, levando-o ao seu excesso, deixa evidente o próprio núcleo violento da soberania enquanto o traçado das linhas de morte.

Desta forma, o conceito de fantasia se apresenta como um aporte conceitual valioso que nos permite repensar questões de segurança e também questões mais amplas de vida política pois consegue inserir a questão do desejo e do gozo dentro da maneira como estudamos a política. Ela ainda permite reinserir dentro da conversa uma concepção não essencialista de sujeito (decentralizado e fragmentado) que mantém uma relação constante com o desejo, nos permitindo tanto questionar como certas soluções ("objetos") colocadas são apenas fatores paliativos como perceber o próprio papel da fantasia enquanto provedora de um horizonte de desejo para o sujeito. Em última instância, interrogar a vida política através desses conceitos permite realocar a centralidade do gozo e do caráter libidinal da identificação e ação política, permitindo tanto uma visão do inconsciente enquanto fundamental para entender agências fora do modelo comum que mimetiza a soberania no nível individual quanto também para permitir entender dinâmicas de apegos que vão para além do princípio do prazer e que inscrevem o inconsciente e o fantasmático como altamente político e definidor da maneira como experienciamos o mundo diariamente (ZIZEK, 1997).

Referências Bibliográficas

AL JAZEERA. Philippines: President Duterte's allies dominate Senate race. 2019. Disponível em: https://www.aljazeera.com/news/2019/05/philippines-president-duterte-allies-dominate-senate-race-190522061325987.html. Último acesso em: 22 de agosto de 2019.

ASPINWALL, N. Duterte Turns Death Squads on Political Activists. Foreign Policy. 2019. Disponível em: https://foreignpolicy.com/2019/06/10/duterte-turns-death-squads-on-political-activists/. Último acesso em: 22 de agosto de 2019.

BBC, Philippine President Duterte Son denies drug involvement. Disponível em < https://www.bbc.com/news/world-asia-41189557> Acesso em 24 de janeiro de 2020

BERLANT, L. Desire. In: STIMPSON, C. R. (Org); HERDT, G. (Org). Critical terms for the study of gender. University of Chicago Press, 2014.

BERLANT, L. Love. In: STIMPSON, C. R. (Org); HERDT, G. (Org). Critical terms for the study of gender. University of Chicago Press, 2014.

BERLANT, L. “Cruel Optimism” Duke University Press, New York, United States, 2013

BIGO, Didier. International Political Sociology In: WILLIAMS, Paul D. (Org.) “Security Studies: An Introduction”, Routledge, New York, 2008

BIGO, D. WALKER, R.B.J “Political Sociology and the problem of the International”, Millennium: Journal of International Studies, Vol.35 No.3, pp. 725-739, 2007.

BUTLER, J. Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 2009, 2015.

BUTLER, J. A vida psíquica do poder: teorias da sujeição. São Paulo, Autêntica, 2017.

BUZAN, B.; WAEVER, O.; DE WILDE, J. Security: a new framework for analysis. Boulder: Lynne Rienner, 1998

CALIWAN, C. L. Firing squad for drug traffickers: Senator-elect Bato. Phillipines News Agency. 2019. Disponível em: https://www.pna.gov.ph/articles/1073367. Último acesso em: 22 de Agosto de 2019.

DOLAR, M. “Cogito as the subject of the unconscious” In Cogito and the unconscious ed. Slavoj Zizek, Duke University Press, London, 1998.

DW. Duterte plans anti-communist 'death squad' in Philippines. 2018. Disponível em: https://www.dw.com/en/duterte-plans-anti-communist-death-squad-in-philippines/a-46484215. Último acesso em: 22 de agosto de 2019.

EBERLE, J. Narrative, desire, ontological security, transgression: fantasy as a factor in international politics. Journal of International Relations and Development, v. 22, n. 1, p. 243-268, 2019.

EDKINS, J. Poststructuralism & international relations: Bringing the political back in. Londres, Lynne Rienner Publishers, 1999.

FOUCAULT, M. Segurança, território, população. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, M. Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 2010.

GLYNOS, J.; STAVRAKAKIS, Y. Lacan and political subjectivity: Fantasy and enjoyment in psychoanalysis and political theory. Subjectivity, v. 24, n. 1, p. 256-274, 2008.

INQUIRER, Duterte Jokes: Rice shortage fault of drug addicts in rehab centers. The Inquirer. 27 de setembro de 2018. Disponível em <https://newsinfo.inquirer.net/1037041/duterte-jokes-rice-shortage-fault-of-drug-addicts-in-re hab-centers>

KRAUSE, K.; Michael, C. W. Broadening the Agenda of Security Studies: Politics and Methods. Mershon International Studies Review. Vol. 40 (1996); pp. 229-254.

KRAUSE, K.; Michael, C. W. Security and 'Security Studies: Conceptual Evolution and Historical Transformation. In GHECIU, A.; WILLIAM, C. W. (Orgs.) The Oxford Handbook of International Security. Oxford: Oxford University Press, 2018; pp. 14-28.

LACAN, J. "Escritos" "Escritos", Campo Freudiano no Brasil, Zahar, Rio de Janeiro, Brasil, 1998

LACAN, J. The Seminar. Book II. The Ego in Freud's Theory and in the Technique of Psychoanalysis, 1954-55. Trans. Sylvana Tomaselli. New York: Nortion; Cambridge: Cambridge Unviersity Press, 1988

LAPLANCHE J.; PONTALIS, J. B. The Language of Psychoanalysis, Polestar Wheatons, Reino Unido, 1973

MANDELBAUM, M. M. State, nation, society: The congruency fantasy and in/security of the body-national/social. Critical Studies on Security, v. 4, n. 2, p. 187-201, 2016.

MARU, D. CHR chief: Drug war deaths could be as high as 27,000. CBS. 2018. Disponível em: https://news.abs-cbn.com/focus/12/05/18/chr-chief-drug-war-deaths-could-be-as-high-as-27000. Último acesso em: 22 de agosto de 2019.

MBEMBE, A. Políticas da inimizade. Lisboa, Antígona, 2017.

MBEMBE, A. Necropolítica: Biopoder, soberania, estado de exceção. Rio de Janeiro: n-1 edições, 2018.

MORALES, N.J. Philippines Rodrigo Duterte appears to admit to extrajudicial killings saying they're his 'only sin'. REUTERS. 28 de setembro de 2018. Disponível em <https://globalnews.ca/news/4496223/duterte-extrajudicial-killings-only-sin/> Acesso em: 2 de outubro

O ESTADO DE SÃO PAULO, Presidente filipino diz que matou uma pessoa a facadas quando tinha 16 anos O Estado de São Paulo. 10 de novembro 2017. Disponível em <https://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,presidente-filipino-diz-que-matou-uma-pe ssoa-a-facadas-quando-era-adolescente,70002079379> Acesso em: 1 de outubro

O ESTADO DE SÃO PAULO, Assim é Rodrigo Duterte, o presidente filipino que chamou Obama de 'filho da puta. O Estado de São Paulo. 7 de setembro de 2016. Disponível em 35 <https://brasil.elpais.com/brasil/2016/09/06/internacional/1473146836_639450.html> Acesso em: 1 de outubro

O ESTADO DE SÃO PAULO. Rei dos insultos, Duterte chama oficial da ONU de 'filho de uma prostituta O Estado de São Paulo. 5 de abril de 2018. Disponível em

<https://br.sputniknews.com/asia_oceania/2018040510917488-duterte-onu-filho-prostituta/> Acesso em: 1 de outubro

SANTOS, V. O. The Philippines Just Became More Authoritarian, Thanks to the People. The New York Times. 2019. Disponível em: https://www.nytimes.com/2019/05/24/opinion/philippines-duterte-election-senate.html. Último acesso em: 22 de agosto de 2019.

SOLOMON, T. Psychoanalytic Theory and Textual Interpretation. In: Interpretation in Political Theory. San Diego, Routledge, 2016. p. 219-242.

STAVRAKAKIS, Y. Lacan and the political (Thinking the political). San Diego, Routledge, 1999.

THE WASHINGTON POST. The U.N. must seek out the truth on Duterte's death squads. 2019. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/opinions/global-opinions/the-un-must-seek-out-the-truth-on-dutertes-death-squads/2019/06/13/ee211a42-8d2f-11e9-b08e-cfd89bd36d4e_story.html?utm_term=.43ae302f260e> Acesso em: 22 de agosto de 2019.

THE WORLD BANK. Philippines to Sustain Strong Growth amidst Local and Global Uncertainties. 2019. Disponível em:<https://www.worldbank.org/en/news/press-release/2019/04/01/philippines-to-sustain-strong-growth-amidst-local-and-global-uncertainties> Acesso em: 22 de agosto de 201

WALKER, R.B.J. "Inside/outside: International Relations as Political Theory" Cambridge, Cambridge University Press, 1993

WALKER, R.B.J "International Inequality", International Studies Association, Blackwell Publishing, Oxford and Malden, United Kingdom and United States, 2002

WALKER, R.B.J "The double outside of the modern international", Ephemera, 6(1): 56-69, 2006

ZEVNIK, A. Lacan, Deleuze and world politics: Rethinking the ontology of the political subject. San Diego, Routledge, 2016.

ŽIŽEK, S. Fantasy as a political category: A Lacanian approach in Journal for Psychoanalysis of Culture and Society 1, pp. 77-85. 1996.

ŽIŽEK, S. The plague of fantasies. Nova York, Verso, 1997.

MONÇÕES
Revista de Relações Internacionais da UFGD
ISSN 2316-8323

INTERVENÇÕES HUMANITÁRIAS E TEORIA CRÍTICA NO BRASIL: INIBIÇÕES E ALTERNATIVAS RADICAIS AO PARADIGMA DA PAZ LIBERAL

MIGUEL BORBA DE SÁ[1]
Professor Doutor da Universidade Federal de Santa Catarina

RESUMO: A baixa penetração no Brasil de teorias críticas ao intervencionismo humanitário reflete-se na escassez de trabalhos acadêmicos capazes de questionar frontalmente a Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti (Minustah). Este artigo busca suprir parcialmente estas lacunas mediante a apresentação de ferramentas teóricas disponíveis alhures, em paralelo às observações feitas durante trabalho de campo no Haiti. O objetivo é romper as inibições quanto às objeções radicais à chamada Paz Liberal de modo a abrir caminho para uma teorização crítica brasileira que possa ir além daquela já disponível no mundo acadêmico anglo-saxão.

PALAVRAS-CHAVE: intervenções humanitárias; Minustah; Teoria Crítica.

HUMANITARIAN INTERVENTION AND CRITICAL THEORY IN BRAZIL: INHIBITIONS AND RADICAL ALTERNATIVES TO THE LIBERAL PEACE PARADIGM

ABSTRACT: The low penetration in Brazil of critical theories regarding humanitarian interventionism reflects itself in the scarcity of academic works able to put into question the United Nations Mission for the Stabilization of Haiti (Minustah). This article aims at filling part of those gaps by presenting a range of theoretical tools available elsewhere, in parallel to observations made during field-work done in Haiti. The objective is to overcome the inhibitions that radical objections to the so-called Liberal Peace currently face so as to open a path for a Brazilian critical theorizing that might go beyond the ones already available at the Anglo-Saxon academic world.

KEYWORDS: Humanitarian interventions; Minustah; Critical Theory.

1. Introdução

A teorização crítica em Relações Internacionais (RI) no âmbito acadêmico brasileiro vem crescendo consideravelmente nos últimos anos, em concomitância à proliferação de departamentos e institutos de pesquisa centrados no estudo da política internacional neste país. No entanto, naquilo que se refere às chamadas

[1]Professor Substituto no Departamento de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina e membro do Laboratório Interdisciplinar de Estudos em Relações Internacionais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

intervenções humanitárias, chama a atenção a baixa quantidade de trabalhos críticos dedicados ao tema. Com efeito, é difícil encontrar artigos ou livros que atendam a dois critérios elementares das *Teorias Críticas*, conforme a conhecida formulação feita por Robert Cox (1981): que ousem (i) fazer uma abordagem sem concessões aos paradigmas e estruturas de poder dominantes, tanto do ponto de vista teórico, quanto normativo; e que (ii), como consequência, evitem ser *Teorias de Resolução de Problemas*, ou seja, aquelas que abordam aspectos parciais de uma dada totalidade no sentido de aperfeiçoá-la sem, contudo, engajar-se num processo de transformação (ou rejeição) radical do *status quo*, que termina, assim, reforçado (HEATHERSHAW, 2008, p.602).[2]

Esta inibição na teorização crítica reflete-se no tipo de abordagem acadêmica disponível sobre a *Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti* (Minustah). Apesar de estarem surgindo reportagens com denúncias sobre a conduta das tropas lideradas pelo Brasil durante toda a missão (2004-2017), faltam instrumentos teóricos capazes de guiar este escrutínio mais apurado que ora se inicia.[3] Diante deste quadro, o presente artigo pretende contribuir para supressão destas lacunas de duas formas. Em primeiro lugar, apresentando ao público brasileiro uma série de abordagens feitas a partir de *Teorias Críticas* ao intervencionismo humanitário, considerado a pedra angular do regime de governança global que os críticos classificam como o "projeto da Paz Liberal" (PUGH, 2005, p. 23). Em segundo lugar, permeando tais abordagens com as poucas reflexões baseadas em *Teorias Críticas* feitas sobre a última intervenção multilateral no Haiti, além de trazer exemplos, dados e relatos que as respaldem. Tais informações foram colhidas em trabalho de campo realizado pelo autor deste artigo no último ano da Missão, mas sem qualquer vínculo com a mesma, beneficiando-se apenas da acolhida proporcionada por movimentos sociais naquele país.[4]

[2]Por outro lado, objeções de caráter realista e neorrealista às intervenções humanitárias obtiveram maior espaço, geralmente apontando a seletividade de tais operações e sua serventia a algum interesse nacional, i.e., egoísta, de fundo. Para um bom apanhado da crítica realista sobre o tema, ver Mason e Wheeler (1996).

[3]Não surpreende, portanto, que este renovado interesse tenha fecundado mais por vias jornalísticas do que propriamente acadêmicas, até o momento. Ver, por exemplo, reportagem da Revista Piauí, de agosto de 2019: https://piaui.folha.uol.com.br/materia/terra-desolada/ (Acessado em Agosto de 2019).

[4]Desde 2010, quando ingressou na Rede Jubileu Sul Américas, o autor deste artigo fez parte de campanhas pela retirada das tropas estrangeiras do Haiti, promovendo atividades direcionadas a

Antes de iniciar esta apreciação da literatura crítica à Paz Liberal cotejada com elementos da intervenção no Haiti, é preciso situar brevemente, na seção seguinte, o discurso hegemônico sobre a atuação brasileira nesta operação, assim como o tipo de crítica moderada que tem sido feita ao paradigma dominante, a fim de melhor diferenciá-lo das abordagens feitas a partir de *Teorias Críticas*, que serão abordadas em seguida. Em outras palavras, separar as *Teorias de Resolução de Problemas* sobre as intervenções humanitárias das teorizações de matriz gramsciana, foucaultiana, pós-colonial ou feminista que buscam desafiar frontalmente a agenda intervencionista. O objetivo final não é, naturalmente, fazer a exegese de uma ou outra forma de teorização crítica em particular. Menos ainda sugerir que se deva simplesmente importar aquilo que já vem sendo produzido alhures, como se isto bastasse para suprir a carência de produção teórica brasileira sobre o tema em questão. Pelo contrário, a ideia é justamente partir daquilo que já existe, mas que não é suficiente, posto que proveniente do mundo acadêmico anglo-americano, em direção a uma teorização crítica que vá mais além do que aquela atualmente disponível por lá. Em outras palavras, como será apontado na conclusão, desenvolver abordagens críticas à Paz Liberal a partir de saberes que só podem ser construídos desde a experiência histórica e intelectual brasileira, em particular, ou latino-americana, em geral. O aprofundamento desta postura contra-hegemônica excede o escopo deste artigo, que se contentará em indicar seu exequibilidade teórica e prática.

2. *Brazilian way of peacekeeping* e as Teorias de Resolução de Problemas

Não apenas na academia brasileira, mas também em declarações, documentos e entrevistas de autoridades estatais, além das organizações não-governamentais (ONGs) que trabalharam junto com as forças militares de

impactar a opinião pública e os governos envolvidos na intervenção. Este vínculo político proporcionou uma recepção amistosa por parte de movimentos sociais haitianos (assim como da Brigada Dessalines, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST), que ofereceram hospedagem solidária e uma série de contatos com lideranças sociais e intelectuais haitianas. Em especial, registra-se o apoio recebido pela Plataforma Haitiana de Advocacia por um Desenvolvimento Alternativo (PAPDA). Em visita ao Campo Delta da Minustah para realização de entrevistas, o *force commander* brasileiro Ajax Porto Pinheiro convidou o autor a se hospedar na base militar, o que foi declinado. As despesas da passagem foram cobertas pela PUC-Rio.

pacificação, é frequente uma postura favorável ao "jeito brasileiro" (ou "modelo brasileiro") de praticar operações de paz (ABDENUR E CALL, 2017; BRAGA, 2017; CARVALHO, 2017; CLAUHS, 2013; KENKEL, 2011, p. 28-30; VIEIRA NETO, 2017). Tal literatura sustenta que "traços culturais" em comum transformam-se em "capacidades" aumentadas, que garantem maior eficácia para "estabilizar" locais como o Haiti: a pacificação brasileira seria "mais humana, progressista e responsável" (KALIL E NAPOLEÃO, 2015, p. 90; 109). Os militares do Brasil teriam uma "relação de confiança e contato direto com a população local", mostrando "humildade", sem "intimidação", estimulando o "contato com lideranças comunitárias civis da região" e "promovendo também atividades esportivas e culturais" (SOUZA NETO, 2012, p. 250-252). Defende-se, ademais, que o "*soft power* brasileiro" é resultado da "proximidade cultural e da identificação que muitas vezes ocorre entre o povo haitiano e os 'capacetes azuis' brasileiros", levando a uma maior eficiência "ao utilizar-se da influência cultural para assegurar o cumprimento das metas da MINUSTAH" (VIANA, 2009, p. 32-34; KAWAGUTI, 2006). Há quem defenda que o soldado brasileiro "é criativo e bem-humorado", capaz de desempenhar um "exercício de diplomacia cultural: ele reforça laços de camaradagem, ele reafirma um *soft power* sem pretensões impositivas, ele facilita o diálogo e a compreensão" (CARVALHO, 2017, p. 48). Todos convergem no sentido de concluir que "sem sombra de dúvida, **o Brasil no Haiti é um caso de sucesso**" (MENDONÇA, 2017, p. 65 – negritos no original).

Argumenta-se, ademais, que a participação do Brasil ajuda a aperfeiçoar as intervenções da Paz Liberal, na medida em que sua presença contrabalançaria a dominação das potências ocidentais, desenvolveria conhecimentos novos para a segurança internacional (como os princípios de *Responsabilidade Ao Proteger* e da *Não-Indiferença*), além de reforçar o elo entre segurança e desenvolvimento (ABDENUR E CALL, 2017; CEZNE E HAMMAN, 2016; KENKEL, 2011; LULA DA SILVA, 2014; NASSER, 2012). Neste sentido, "as características e as representações simbólicas da presença brasileira se traduziriam por um comportamento mais ameno", fundamental para "o êxito da missão" (VALLER FILHO, 2007, p. 171). E tal combinação entre uso moderado da força, foco no desenvolvimento econômico e exportação de políticas sociais bem-sucedidas

domesticamente fariam do “modelo brasileiro de pacificação” algo replicável para além do caso do Haiti (KENKEL, 2011, p. 28-30).

Ainda nesta linha, houve quem defendesse o papel do Brasil na Minustah como exemplo das benesses de um novo modelo de “ingerência solidária” (SEITENFUS, 2006, p.7), “diplomacia solidária” (LULA DA SILVA, 2014) ou “cooperação sustentável” entre países do sul global (HIRST, 2012, p. 20). A missão teria sido um exemplo de como o Brasil utiliza a cooperação técnica como instrumento de solidariedade (VALLER FILHO, 2007) e seria indicativa dos “avanços” vinculados à “presença latino-americana na qual se destacava o Brasil”, marcada pela “diferenciação” frente aos demais atores da Comunidade Internacional presentes no Haiti (HIRST, 2012, p. 20-23). De fato, tornou-se um lugar comum afirmar que “o envolvimento brasileiro merece destaque por adotar uma postura diferente” (SOUZA NETO, 2012, p. 259). Chegou-se ao ponto de propor que o chamado “*Brazilian way of peacekeeping”* (MENDONÇA, 2017, p. 61) se constituiria em um novo paradigma, podendo ser chamado até mesmo de “*Pax Brasiliensis*” devido a sua singularidade e capacidade de colocar a “solidariedade” e o “humanismo” como interesses nacionais da política externa brasileira (NASSER, 2012, p. 213).

Foi frequente o uso de argumentos raciais para embasar tais discursos sobre o êxito brasileiro na Minustah. A diplomacia ressaltou “afinidades de natureza cultural e étnica” entre Brasil e Haiti (AMORIM, 2006, p. 2) e a intelectualidade militar enfatizou a “descendência africana do Haiti, com a consequente origem comum escravocrata do povo haitiano e do soldado brasileiro” (MENDONÇA, 2017, p. 61), chegando ao ponto de defender que a “formação multiétnica” dos militares do Brasil facilitava a “liderança brasileira em missões de paz” (CLAUHS, 2013, p. 99). Houve, por fim, quem sustentasse a existência de uma maior adaptabilidade psíquica e biológica dos combatentes brasileiros, cujos organismos produziriam maiores quantidades de “hormônio antiestresse” durante a intervenção, devido à “familiaridade com situações de pobreza e miséria, semelhantes à realidade brasileira” (SOUZA NETO, 2012, p. 255).

Frente a este arsenal de manifestações autocongratulatórias, foi tarefa difícil encontrar ouvidos receptivos para vozes dissonantes. Uma causa adicional para esta dificuldade, que também é seu efeito, como sugerido na introdução, foi a baixa

penetração de *Teorias Críticas* à Paz Liberal no universo acadêmico de Relações Internacionais no Brasil. Quando muito, repetiu-se entre nós o conhecido movimento circular de domesticação da crítica percebido por John Heatehrshaw (2008) ao analisar a trajetória intelectual de autores como Roland Paris (2000; 2010), quem, em menos de uma década, passou de pioneiro na teorização crítica sobre o intervencionismo ocidental a ferrenho defensor da manutenção deste mesmo paradigma. A famosa guinada teórico-normativa de Paris (2010) destinada a "salvar" a construção liberal da paz de "hipercríticas", em sua visão exageradas, é paradigmática deste duplo-movimento de estimular e conter os limites da crítica sem, contudo, abdicar das práticas intervencionistas em momento algum: "não existe alternativa realista a *alguma forma* liberal de estratégia de construção da paz" (PARIS, 2010, p. 338-340 – itálicos no original).

Esta dinâmica segue presente desde então, produzindo sucessivas rodadas de (auto)críticas moderadas e reformulações das doutrinas e protocolos de intervenção, sempre em busca de aperfeiçoamento operacional e – isto é crucial – jamais abrindo a possibilidade de um questionamento das práticas intervencionistas como um todo. Na década atual, o conceito de *Paz Híbrida* (MAC GINTY, 2011; MITCHELL E RICHMOND, 2012) desempenhou este papel, apresentando-se como um substituto à Paz Liberal e simultaneamente como uma forma de prosseguir com as missões (ANAM, 2015; GOMES, 2013). Exemplarmente, após alguns anos, seus próprios proponentes mais destacados passaram a criticar os usos que estavam sendo feitos, apontando a tentativa de construir ordens políticas híbridas como uma "falácia" (MAC GINTY E RICHMOND, 2015, p.1). Desnecessário dizer que seguiram defendendo a necessidade de intervenções, agora novamente aperfeiçoadas pela distinção entre "hibridismo negativo" e "hibridismo positivo" na relação entre o local e o internacional (2015, p. 15). A mais recente rodada destas *Teorias de Resolução de Problemas* voltadas para o intervencionismo humanitário começa a girar em torno do conceito de *Paz Adaptativa* (CONING, 2018), candidato a substituir a Paz Híbrida a fim de que se continue a repaginar a Paz Liberal indefinidamente, sem jamais abandonar suas características centrais, sejam as teórico-normativas ou as de cunho bélico. Um passo a mais na chamada "virada local" (FACHINI E TOLEDO, 2017, p. 155), que não promete mudanças significativas neste repetitivo e limitado ciclo.

Foi neste limite político e metodológico que a teorização brasileira sobre o tema esbarrou, sem que se pudesse avançar decididamente em nenhuma crítica mais radical (no sentido de ir à raiz dos problemas). Por exemplo, Toledo e Facchini (2017), fazem uma apreciação sutilmente favorável à Paz Híbrida e que, portanto, não ousa romper com este paradigma, ainda que não o defendam incondicionalmente. Sobre o caso do Brasil no Haiti, Blanco e Guerra (2017) ilustram perfeitamente a limitação das críticas ao intervencionismo. Apesar de considerarem que a Minustah reproduz a postura de "missão civilizatória" típica do colonialismo europeu, os autores concluem seu texto clamando por uma maior democratização da missão, mas não pelo seu encerramento. A solução poderia ser encontrada *dentro* do intervencionismo, mediante pequenos ajustes operacionais, como a inclusão de atores da sociedade civil haitiana no processo decisório. Desta forma, com as devidas correções, este modelo poderia seguir em uso, até para operações futuras, caso supere-se "o paradigma civilizatório" da Paz Liberal (2017, p. 272)

Mais emblemática ainda é a apreciação de Moreno et. al (2012), que afirmam realizar uma abordagem "pós-colonial" da Minustah - uma reivindicação comum nos estudos da Paz Híbrida, mesmo que seja para defender a presença das forças de ocupação. Segundo esta análise (que conta entre seus autores com um militar que trabalhou no setor de inteligência logo no início da Missão)[5], os brasileiros teriam "mostrado um engajamento alternativo com a diferença", um "comportamento conciliatório" e "maneiras inovadoras" de lidar com os dilemas enfrentados (2012, p. 383-384). Tal atitude teria sido possível pelo "estabelecimento de relações mais empáticas", uma vez que, "ao trazer para campo memórias compartilhadas de sofrimento", os militares brasileiros seriam capazes de "reconhecer seus Outros (pós-coloniais) internos": esta "ambiguidade" do lugar de fala brasileiro sobre o Haiti produziria um hibridismo capaz até de "desestabilizar o imaginário civilizacional reproduzido pelo modelo da paz liberal" (2012, p. 388).

Percebe-se, assim, como tais abordagens se encaixam naquilo que pode ser entendido como *Teorias de Resolução de Problemas*. Ao contrário dos questionamentos que veremos a seguir, elas insistem em relançar as práticas intervencionistas sob justificativa humanitária, mesmo que seja preciso depurá-las

[5]Para uma autodescrição de sua participação na Minustah, como membro do Estado-Maior do general Augusto Heleno Ribeiro, ver Braga (2017).

de algum elemento específico a fim de recuperar a legitimidade de uma Paz Liberal constantemente repaginada. Afastam-se de forma decisiva, portanto, do tipo de leitura feito pelas chamadas *Teorias Críticas*: aquelas que não estão interessadas em resolver um aspecto particular de uma dada questão, mas revelar as relações de poder envolvidas e contribuir para superá-las como um todo (COX, 1981).[6] Tendo em vista que o objetivo maior deste artigo não é fazer um escrutínio das análises disponíveis, mas, especialmente, dar a conhecer opções críticas ainda pouco disseminadas na academia brasileira, optou-se por evitar uma discussão mais ampla acerca das limitações das abordagens existentes a fim de preservar espaço para a apresentação das ferramentas analíticas de diferentes Teorias Críticas. O desequilíbrio, portanto, é proposital e visa, sobretudo, apresentar a literatura menos conhecida no Brasil sem distorcê-la ou estigmatizá-la como "hipercrítica", proporcionando aos leitores um contato com tais abordagens que não as desqualifique previamente e, assim, evidencie seu potencial analítico e normativo.[7]

3. Economia-Política da Paz Liberal: a crítica gramsciana

Michael Pugh é um dos autores considerados hipercríticos por Paris (2010), devido a seu engajamento sistemático na tarefa de evidenciar os elos entre o capitalismo global e o projeto da paz liberal. Em *The political economy of peacebuilding* (2005), ele argumenta que o intervencionismo "tem sido uma resposta à lógica do capitalismo industrial e pós-industrial" (2005, p.23) e que, portanto, nada haveria de altruísta neste tipo de humanitarismo. Pelo contrário, "o projeto liberal não apenas ignora os problemas socioeconômicos confrontados por sociedades rasgadas pela guerra", mas na realidade "agrava a vulnerabilidade de setores da população à pobreza" (2005, p.25). Além de não escutar a população local para

[6]Cox (1981) não é o único, muito menos o primeiro, a fazer uso do conceito de *Teoria Crítica* da forma como o empregamos aqui. Sua utilização deve-se a seu impacto na teorização de Relações Internacionais, mas ele próprio é tributário da discussão frankfurtiniana de Max Horkheimer (2002), que opõe "teorias críticas" às "teorias tradicionais" (2002, p.188-243). Para uma abordagem decolonial sobre teoria crítica, ver Santiago Castro-Gómez (2005, p.184).

[7]Por esta razão, as citações diretas foram traduzidas para o português pelo autor no intuito de facilitar sua compreensão pelo público brasileiro. Para uma revisão mais aprofundada da bibliografia que consideramos como Teorias de Resolução de Problemas frente ao tema em tela, sugerimos a leitura dos capítulos 2 e 5 da tese de doutorado deste autor, disponível em (Acesso em janeiro de 2020): https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/37787/37787.PDF

definir os projetos de reconstrução, a presença internacional também estimularia a criação de mercados-paralelos que tornam mais difícil o acesso a bens de subsistência. No Haiti, por exemplo, criou-se um mercado altamente inflacionado para o consumo de água mineral potável após a introdução da epidemia de cólera pelos próprios soldados da ONU. Mas a maior parte da população não possuía recursos para comprar água engarrafada e continuava exposta aos riscos de contaminação devido ao preço elevado que somente os estrangeiros conseguiam arcar. Houve ganhos financeiros para quem se envolveu neste comércio, mas o custo em termos de saúde pública foi ainda mais elevado (CHERY, 2017).[8]

Pugh (2005) argumenta que as intervenções fazem parte de "uma ortodoxia agressivamente promovida" durante os anos 1990, centrada na abertura de mercados e privatizações em larga escala, às expensas de bens e espaços públicos (2005, p.23-24). Até mesmo os empréstimos concedidos para reconstrução seriam questionáveis, pois muitos vão com cláusulas que obrigam a compra de produtos e equipamentos nos países que fornecem o financiamento, impedindo o desenvolvimento da economia local. Sua conclusão é que a Paz Liberal está destinada a garantir a expansão da "ideologia da globalização" e do modelo de "democracia de mercado" para regiões previamente renitentes em aplicar os "imperativos mercadológicos" (2005, p.33). Para ele, sem uma superação da "agenda liberal", é de se esperar que "subjugação, em vez de emancipação, continue a ser injetada na economia-política do *peacebuilding*" (2005, p. 38).

Argumento similar emana da abordagem de Ian Taylor. Em *Liberal Peace, Liberal Imperialism: a gramscian critique* (2010), ele reforça as conclusões de Pugh (2005) ao salientar que as sociedades em pós-conflito são alvos oportunos para a imposição de terapias de choque neoliberais, conforme já notado por Naomi Klein em seu famoso *Doutrina de Choque: a ascensão do capitalismo de desastre* (2007). Sua agenda principal, portanto, seria a facilitação de reformas em direção ao livre-mercado e à adoção de uma concepção liberal de democracia. Em situações de calamidade, segundo esta lógica, é mais difícil para movimentos sociais, sindicatos e

[8]Estimativas da própria ONU calculam 10 mil vítimas fatais decorrentes da epidemia de cólera, além de mais de 800 mil infectados (em uma população inferior a 10 milhões de habitantes). Movimentos sociais haitianos estimam os números em 30 mil e dois milhões, respectivamente. Para as cifras oficiais completas, ver reportagem recente do jornal *The Guardian*, disponível em (acesso em janeiro de 2020): https://www.theguardian.com/world/2019/oct/01/haiti-cholera-2010-un-us-supreme-court

partidos de esquerda resistirem ao poder daquilo que Taylor (2010) identifica como uma “elite transnacional”, cuja visão particular de mundo, “o neoliberalismo”, é hegemonicamente apresentada como de interesse universal (2010, p.155-156). Para que isto funcione, vozes dissidentes também precisam ser silenciadas em paralelo ao bombardeamento constante de mensagens favoráveis à Paz Liberal.

O ponto central da Paz Liberal, segundo esta linha de raciocínio, seria “construir o arcabouço institucional” capaz de permitir ao setor privado “operar sua mágica em sociedades no pós-conflito” (2010, p.159). Além da análise teórica e normativa, Taylor (2010) ancora sua argumentação em alguns documentos da própria ONU. O ex-secretário geral Kofi Annan, por exemplo, perante o Fórum Econômico de Davos, em 1997, afirmava que “o capitalismo de mercado não possui nenhum grande rival ideológico” e que o elo entre as Nações Unidas e o setor privado seria “vitalmente importante”, clamando, por esta razão, pelo “reforço” da parceria entre a ONU, os governos nacionais e a “comunidade corporativa internacional”.[9] Taylor (2010), portanto, tem poucas dificuldades em demonstrar seu argumento, uma vez os próprios agentes à cabeça da Paz Liberal fazem o nexo entre neoliberalismo e humanitarismo interventor: sem o protagonismo do “setor privado ao redor do mundo”, segundo Kofi Annan (1997), “a paz continuará frágil e a justiça social será um sonho distante” (citado por Taylor, p.158).

Novamente, o caso haitiano é paradigmático desta agenda político-normativa. O coordenador da *Plataforma Haitiana de Advocacia para um Desenvolvimento Alternativo* (PAPDA), Camille Chalmers, economista da Universidade do Estado do Haiti, resume a implementação da Paz Liberal em seu país em linhas congruentes com a crítica gramsciana. Para ele, as missões da ONU serviram para “instalar o neoliberalismo” e reforçar o controle estrangeiro sobre a ilha caribenha:

> Depois do terremoto, as tropas internacionais se aproveitaram da situação para tomar o controle estratégico de espaços econômicos. Pretendem fazê-lo com a mineração e querem introduzir sistemas de agroexportação e também zonas francas. Tudo isso para transformar o sistema econômico haitiano e utilizar a presença das tropas da ONU, a Minustah,

[9]Citações traduzidas livremente do discurso de Kofi Annan (1997), cuja íntegra pode ser lida em: https://www.un.org/press/en/1997/19970131.sgsm6153.html (Acessado em agosto de 2019).

> que usaram o pretexto da crise política para instalarem-se no país (CHALMERS, 2016, s/p).[10]

A Minustah interferiu diretamente no resultado de eleições presidenciais no Haiti (SEITENFUS, 2016), além de sustentar no poder alguns personagens como Michel Martelly, cantor haitiano que vivia nos Estados Unidos e, posteriormente, Jovenel Möise, rico empresário exportador de bananas. Em suas gestões, avançou-se em privatizações e na financeirização da economia nacional. O despojo de terras de camponeses em benefício do agronegócio e projetos extrativistas minerais foi intenso, ensejando a constituição de um movimento contra a mineração a céu aberto no país. Comunidades foram deslocadas para criação de *resorts* e praias exclusivas para turistas a bordo de cruzeiros de luxo. Além disto, a forte repressão aos sindicatos que lutam por melhores condições laborais nas zonas industriais do país (em sua maioria, linhas de montagem *maquilladoras* e do setor têxtil) facilita que as multinacionais lá instaladas continuem pagando os salários mais baixos do hemisfério, uma vez que o direito de greve não é assegurado na prática.[11]

4. Biopolítica e governamentalidade: a objeção foucaultiana à Paz Liberal

Há um importante número de pesquisadores em RI seguindo o legado de Michel Foucault e sua crítica filosófica aos modos de exercício de poder. Para esta corrente, o neoliberalismo e a Paz Liberal devem ser entendidos, sobretudo, como dispositivos de controle sobre indivíduos e populações. Mark Duffield, por exemplo, é um autor atento às práticas discursivas das intervenções humanitárias do pós-Guerra Fria. Seu olhar crítico sobre conceitos como *segurança humana* – central para as narrativas intervencionistas contemporâneas – é crescentemente informado

[10]Ver a entrevista completa com o economista em: http://www.resumenlatinoamericano.org/2016/09/30/entrevista-a-camille-chalmers-en-haiti-sufrimos-una-agresion-muy-violenta-del-imperialismo/ (Acessado em agosto de 2019).

[11]Informações transmitidas em entrevista realizada pelo autor com Camille Chalmers em fevereiro de 2017. Tais relatos foram corroborados em entrevistas realizadas no mesmo mês com lideranças de movimentos sociais haitianos, como o *Kolektif Jistis Min*, além de sindicalistas ligados ao movimento político *Batay Ouvriye*. Para mais, conferir entrevista publicada em português com um de seus membros, disponível em (acesso em janeiro de 2020): https://mst.org.br/2007/03/12/militante-haitiano-denuncia-militarizacao-do-haiti/

por leituras foucaultianas sobre o tema, o que lhe permite tratá-lo como "uma tecnologia de governança internacional" (2005, p.3). Isto porque haveria um giro nos objetos-referentes dos discursos na era das chamadas novas guerras: da segurança do Estado para a das pessoas; daí a noção de segurança humana. No entanto, este movimento não deveria ser celebrado como progressista ou emancipatório, uma vez que constrói discursivamente sujeitos "não-seguros", os quais, por sua vez, precisariam da intervenção externa para que sua vida coletiva seja garantida, melhorada ou tornada resiliente frente aos imprevistos e às inseguranças do mundo chamado de subdesenvolvido (DUFFIELD, 2007, p.216).

Esta prática discursiva seria uma das expressões do conhecido nexo entre *desenvolvimento* e *segurança*, que permite às grandes potências e instituições internacionais o exercício de um poder disciplinar sobre os indivíduos e de tipo biopolítico sobre as populações do Sul global. Tal constatação advém do reconhecimento de que as narrativas que alardeiam um constante estado de emergência na *segurança humana* exigem, como contraparte, intervenções humanitárias permanentes. Uma guerra sem fim (*Unending Wars*, 2007) em nome das pessoas e modos de vida que são apresentados como estando sempre em situação de risco, fragilidade e necessitados de melhorias nas áreas econômica, educacional, de saúde ou gestão pública (DUFFIELD, 2007; NOGUEIRA, 2014).

É por isto que ele questiona se, ao fim, tais mecanismos não estariam sinalizando o advento de uma "tirania biopolítica global" (2005, p. 17). Uma forma de poder atrelada a um "racismo codificado", que está na base daquilo que Duffield identifica como "paradoxo original" do liberalismo: uma filosofia política que fala em nome da liberdade, do povo e seus direitos para a cidadania doméstica, ao passo que sempre esteve disposta a aceitar formas "não-liberais" de dominação no exterior (2007, p. 225-227). A radicalidade da crítica foucaultiana à Paz Liberal também pode ser vista na apreciação de autores com Nehal Bhuta. Em *Against State-Building* (2008) ele situa as atuais práticas na mesma genealogia dos modos de pensamento político dos reformistas liberais do Império Britânico do século XIX e também das Teorias da Modernização do século XX. Junto com os discursos sobre *boa governança* e *transição democrática* do Novo Institucionalismo da ciência política norte-americana, tais narrativas compartilham da aspiração comum de realizar uma "engenharia de sujeitos humanos", que precisam ser tornados "objetos de

conhecimento, medição, calibragem" e, assim, passíveis de serem "refeitos em nome do *telos* da ordem normativa consagrada" (2008, p.518).

Para Bhuta (2008), estamos diante de "tecnologias de intervenção política" que revelam "uma ideologia da tutela" (2008, p. 258-259). Tais discursos tendem a criar "técnicas de pensamento" que homogeneízam o espaço político e social de sociedades não-ocidentais, gerando "objetos-artefatos de saber" que precisam ser melhorados por uma intervenção externa que lhes traga maior racionalidade (entendida como universal e emanada do ocidente). A afinidade entre tais técnicas residiria, segundo sua análise, em sua epistemologia comum, contida no "movimento conceitual" de reduzir as diferentes realidades locais a "variáveis", "fatores", "tipos" ou mesmo "culturas" (2008, p.532). Esta operação epistêmica criaria as condições de possibilidade para intervenções.[12]

Outra contribuição importante advém dos trabalhos de John Heathershaw, que busca captar a "forma de governamentalidade" das operações de construção da paz, nas quais marcadores éticos, espaciais e temporais oscilam significativamente, mas terminam por constituir um "modo híbrido de governança hegemônica de caráter liberal-conservador-humanitário" (2008, p. 621). Assim como Duffield (2007), ele acredita que a intenção seja promover intervenções internacionais sem limites, uma vez que são lançadas a partir de uma "ordem mundial virtual" (HEATHERWHAW, 2008, p.599). Isto o faz concluir que a construção liberal da paz é "imperial", pois tenta reabilitar um grau de intervencionismo "ausente desde o declínio do colonialismo após a Segunda Guerra Mundial" (2008, p.621). No entanto, segundo Heathershaw (2008), poucos "*peacebuilders*" veriam a si próprios como representantes do braço armado de um poder imperial. O problema, ao contrário, seria que a maioria possui um autêntico fervor "evangélico" e genuinamente "internacionalista" na sua devoção ao trabalho humanitário-interventor, mesmo que isso termine por reproduzir a fronteira entre *Eu* e o *Outro* durante a tarefa de transformar os *Outros* naquilo que *Nós* (no ocidente) imaginamos ser (2008, p.603).

[12]Isto o leva a concluir que: "[e]stes modos de pensamento político não são apenas meras ideias ou representações que podem ser corrigidas ou ajustadas. São modos políticos de ser, que são codificados, operacionalizados e disseminados por uma variedade de circuitos: financeiros, acadêmicos, não-governamentais. Eles são, em outras palavras, a quintessência de formas de poder/saber, no sentido foucaultiano, que ativamente concebe, formata e disciplina subjetividades políticas na criação de novos modos e ordens" (Bhuta, 2008, p.521).

Existe grande variedade na bibliografia de inspiração foucaultiana sobre *Governamentalidade Global*, conforme notado por Wendy Larner e William Walters (2009). Há autores que vêm propondo usos inovadores para este instrumental teórico, como é o caso de Costas Constantinou e Sam Opondo (2016), que refletem sobre o fenômeno da fusão entre diplomacia, defesa e desenvolvimento ("3Ds") em territórios considerados desgovernados. Tais aparatos, fusionados, representariam "uma mudança ontológica da biopolítica para a biodiplomacia" (2016, p.308). No mesmo espírito, Michael Dillon e Julian Reid (2009) propuseram o conceito de *biohumanitarismo* ao salientar que o papel das agências de ajuda humanitária é considerado como parte integral do próprio esforço militar nas intervenções contemporâneas. Todos, ao fim, recorrem à clássica definição de Foucault sobre o nascimento da biopolítica.[13] Não é difícil, por este motivo, ver a conexão que tais autores estabelecem da biopolítica com a Paz Liberal, já que se trata de um regime discursivo que constrói suas intervenções mediante o poder de *fazer a vida viver* (DILLON E REID, 2009).

Embora esta vertente da crítica à Paz Liberal seja uma das mais volumosas hoje em dia, ainda existem poucos trabalhos dedicados ao caso haitiano. Por exemplo, Maíra Siman Gomes (2016) propôs uma análise da Minustah baseada em teorias pós-estruturalistas de política externa. Sua conclusão é que a entrada do Brasil na Missão teria servido principalmente para estabilizar uma determinada concepção de identidade nacional brasileira – dominante, porém instável - que estaria fragilizada em função de eventos domésticos no início dos anos 2000.

Não é difícil, no entanto, imaginar como a intervenção promovida pela Minustah possa seguir sendo analisada mediante ferramentas de inspiração pós-estruturalista, em geral, ou foucaultiana, em particular. A ênfase colocada nos discursos oficiais brasileiros sobre projetos de desenvolvimento local remete diretamente às argumentações de Duffield (2005, 2007) sobre o nexo entre desenvolvimento e segurança. Da mesma forma, a insistência no papel desempenhado pelo Batalhão de Engenharia brasileiro no Haiti alude ao papel *biohumanitário* descrito por Dillon e Reid (2009), que "é exemplificado pela sua contribuição na reconstrução de infraestrutura no bojo das intervenções e conquistas

[13]"Pode-se dizer que o velho direito de causar a morte ou deixar viver foi substituído por um poder de causar a vida ou devolver à morte" (Foucault, 1988, p.129).

liberais" (2009, p. 153). Até mesmo a intelectualidade militar pode servir de objeto para questionamentos desta natureza, uma vez que, dentre suas formulações autoelogiosas sobre o desempenho brasileiro no Haiti, encontra-se o trabalho de Barros et. al. (2013) sobre a medicina veterinária naquele país, que é justamente o exemplo dado por Constantinou e Opondo (2016) de *biodiplomacia* em espaços tidos como "desgovernados" (2016, p. 307).

5. Pensamento pós-colonial: é possível descolonizar a Paz Liberal?

Como visto, a conexão entre as atuais intervenções humanitárias e as antigas práticas dos impérios ultramarinos europeus é notada por uma série de autores críticos (e até mesmo por defensores da Paz Liberal contemporânea).[14] Afinal, "não é coincidência que boa parte das atividades de *peacebuilding* tenha como alvo as sociedades pós-coloniais" (JABRI, 2016, p.154). Não surpreende, portanto, que representantes do chamado *pensamento pós-colonial* (MBEMBE, 2008) tenham se debruçado sobre o tema em questão. Ainda que retenham importantes nuanças entre si, tais abordagens em geral enfatizam a necessidade de se olhar para a Paz Liberal a partir do ponto de vista daqueles que sofrem as intervenções. Este "reposicionamento da mirada analítica" (SABARATNAM, 2013, p. 271) seria fundamental para capturar adequadamente o poder de "forças estruturais", tanto discursivas quanto materiais, que constituem esta problemática: o "legado colonial e seu impacto continuado no presente"; e a "estrutura desigual da economia política global" (JABRI, 2016, p.154).

De acordo com Vivienne Jabri, a "multidão de práticas" englobadas sob a rubrica de *peacebuilding* contribui decisivamente para a constituição daquilo que chamamos de "o internacional" nos dias de hoje, como um local distinto onde a política pode ocorrer: por isto, é importante nomeá-lo de "internacional pós-colonial" (2015, p.8-9). Esta dimensão possui uma "racionalidade policialesca" que entende as ameaças à paz como resultantes da falta de governo em "estados falidos", os

[14]A admissão pública de Michael Ignatieff é emblemática: "A reconstrução de nações [*nation-building*] é o tipo de imperialismo que você tem em uma Era de Direitos Humanos, uma época em que as grandes potências acreditam, simultaneamente, no direito de pequenas nações a governarem a si próprias e no seu próprio direito de mandar no mundo" (2002, s/p.).

quais precisariam das intervenções para redesenhar suas estruturas e construir uma nova arquitetura social segundo um "script" cujos autores são estrangeiros, ainda que sua implementação também dependa de atores locais (2015, p.10-11; 2016, p.159). Esta seria a agenda política de construção liberal da paz. Ela ressalta, ademais, que o "projeto de *peacebuilding*" envolve uma aspiração "pedagógica", uma vez que o treinamento das populações locais é tido como central para a construção de capacidades para o autogoverno (2015, p.14). Além de "arrogante", esta "racionalidade colonial" impediria que os resultados esperados fossem obtidos, uma vez que identifica as fontes do conflito unicamente nesta suposta incapacidade local e não como resultantes de disputas políticas reais existentes em qualquer sociedade, incluindo as pós-coloniais (2016, p.163). O "paradoxo do *peacebuilding*" residiria nesta despolitização aguda, que mina as chances de uma autoridade política legítima ser construída, levando à "quebra da solidariedade social e da relação direta entre cidadão e estado" (2016, p.163). Tal "desentendimento dos conflitos subjacentes" leva à adoção de "práticas mal direcionadas" fadadas ao fracasso, além de "desempoderar as comunidades locais mesmo que reivindique-se estar incluindo e empoderando-as" (2016, p.159).

No plano econômico, a Paz Liberal representaria uma "nova fase [das teorias] da modernização", que culpa as ex-colônias por seu próprio *atraso*, ao passo que ignora "o legado colonial de espoliações" (2016, p. 159; 163). Ao direcionar todo o "maquinário institucional do *peacebuilding*" em função da correção daquilo que é visto como disfuncional nas sociedades-alvo, fica-se cada vez mais distante de qualquer sucesso em promover uma "paz pós-colonial" (2016, p.165): para tanto, seria necessário ir muito além da agenda gerencial no "microcosmo" das missões em direção a uma análise profunda das estruturas jurídico, política e econômica "do internacional como uma localização distinta da política" (2015, p.16).

Outra crítica contundente pode ser encontrada nos trabalhos de Meera Sabaratnam, que se baseia mais em teorias decoloniais latino-americanas do que no pensamento pós-colonial em voga no mundo acadêmico anglo-saxão. Seu foco é revelar (e enfrentar) a *colonialidade do poder* (QUIJANO, 2005) envolvida nas operações da Paz Liberal e também alertar para a reminiscência de *avatares de eurocentrismo* em algumas críticas ao intervencionismo (SABARATNAM, 2013). Em seu estudo sobre a intervenção em Moçambique, ela identifica quatro "fatores

estruturais" que têm suas "raízes na colonialidade": a necessidade de protagonismo dos interventores; a descartabilidade da energia e tempo das pessoas que participam dos projetos e programas implementados, que geralmente não produzem efeito real algum; o senso de direito ao privilégio (*entitlement*) racializado demonstrado pelos agentes estrangeiros; e, por fim, a dependência financeira que os governos locais desenvolvem em relação aos chamados doadores internacionais (SABARATNAM, 2017, p.142). Tais fatores produzem "um padrão disseminado e persistente de alienação entre os alvos da intervenção" que, segundo ela, entendem muito bem o "hiato entre aquilo que as intervenções prometem e o que elas de fato proporcionam (2017, p.135).

Ela chama atenção para o fato de que os "protocolos e práticas" humanitárias reinscrevem a *diferença colonial* (MIGNOLO, 2003), isto é, a noção naturalizada de uma "humanidade bifurcada" entre aqueles que praticam e os que sofrem as intervenções: soaria absurda a ideia de levar uma delegação de especialistas africanos para oferecer assistência e ensinar, por exemplo, aos funcionários públicos britânicos como fazer seu trabalho e, ainda por cima, recebendo um salário muito superior para prestar tal consultoria. Tal experimento mental mostra os limites do "universalismo" de uma "modernidade" que "em suas coordenadas históricas e epistêmicas não pode ser separada de sua colonialidade", uma vez que "não se baseia em relações morais e científicas de *equivalência*, mas em relações geoculturais de diferença colonial" (SABARATNAM, 2017, p. 136-137 – itálicos no original).

Após analisar as "dinâmicas de intervenção" a partir desta "matriz colonial de poder global" (2017, p.136; 142), Sabaratnam reflete sobre as chances de *descolonizar as intervenções*, problemática expressa já no título de seu livro. Apesar de cética quanto a esta possibilidade, ela sugere que, caso fosse possível, isto envolveria "abandonar suas premissas intelectuais centrais, seus modos de operação e suas estruturas políticas" (2017, p.142). Contudo, mesmo que uma "ampla transformação estrutural seja, em última instância, necessária", alguns gestos iniciais poderiam ser tomados desde já: o reconhecimento da responsabilidade histórica que troque a noção de "ajuda humanitária" pela de "reparação da ferida colonial"; uma contabilização dos "custos de oportunidade" de cada suposto "beneficiário" que participa de oficinas de formação ou projetos-piloto;

o financiamento de projetos decididos autonomamente pelas autoridades estatais "locais"; e, principalmente uma "ética de responsabilidade pós-colonial" que leve em conta as espoliações em curso e faça "os governos e públicos ocidentais pararem de reclamar para si uma autoridade moral", já que muito "roubo" e "corrupção" acontecem em áreas sob sua supervisão e controle (2017, p. 142-144).

No caso do Haiti ocupado, esta postura colonial é denunciada pela antropóloga haitiano-americana Gina Athena Ulysse, que entende sua tarefa como a de uma "acadêmica periferizada engajada no projeto de descolonizar a antropologia" (2015, xxxiii). Publicado em edição trilingue que inclui o *kreyòl* haitiano, seu trabalho opera uma brutal inversão da mirada analítica, focando nas práticas e discursos daqueles que dizem estar ajudando seu país, especialmente quando provenientes de homens, brancos e abastados ("*white-savior industrial complex*") cujo protagonismo apagaria a própria presença política dos haitianos (2015, p.xxvi). Inspirada, dentre outros, em autores como Aimé Césaire, ela apresenta uma firme atitude anticolonial, denunciando a Minustah como uma *ocupação humanitária* de seu país-natal, termo que toma emprestado de Gregory Fox (2008). Tal ocupação não é apenas militar, sendo também cultural e epistêmica, que traz o racismo como "código" que decifra as "complexas tensões entre classe, cor e linguagem" (2015, p.57) visíveis nos tropos que mobilizam a religiosidade vodu mediante estereótipos de exotismo misterioso ou nas insistentes identificações do Haiti como "o país mais pobre do hemisfério" (2015, p.55). Tal pobreza raramente vem acompanhada de sua origem colonial, como se fosse um fenômeno endógeno e crônico haitiano. Ecoando os alertas de Jabri (2015, 2016) e Sabaratnam (2017) sobre "ajuda" humanitária, ela questiona o destino dos recursos financeiros enviados ao país, que raramente chegavam ao Estado haitiano, ficando retidos por atores não-governamentais estrangeiros na "república das ONGs" (2015, p.57).[15]

O sociólogo haitiano Franck Seguy também critica esse papel das ONGs em seu país. Em *Humanitarismo e Questão Racial no Haiti* (2015), ele traz uma série de casos da época em que o país esteve sob a Minustah em que os melhores cargos foram sempre reservados para pessoal vindo de fora do país, cujos salários são muito superiores aos destinados para a mão-de-obra local: "ninguém dentre os arautos do Humanitarismo sente vergonha em construir dois mundos lado a lado.

[15]Estima-se que mais de 10 mil ONGs estrangeiras operem no Haiti (Seitenfus, 2016, p.319-320).

Para eles o fausto pomposo; enquanto a abjeta miséria fica para os desabrigados haitianos" (2015, p. 146). Sua denúncia daquilo que nomeia como *Internacional Comunitária* vai mais além, pois seu intento seria a total *recolonização do Haiti* (2014), conforme o título de sua tese de doutorado.

Lançando mão de uma abordagem decolonial, ele entende as intervenções exteriores como partes do "projeto da modernidade", motivo pelo qual o clamor por modernização seria parte do problema e não das soluções (2014, p.179). Valendo-se das análises de Walter Mignolo, "para quem não se pode ser moderno sem ser colonial", Seguy (2014) reconhece o Haiti nesta "lógica da colonialidade" afirmando que "foi junto com a colonização e a escravidão que a modernidade chegou no Haiti (2014, p.224). Ao questionar os "fundamentos ontológicos da modernidade" (2014, p.221), sua análise crítica frontalmente o imaginário modernizante de autores como Hegel, Weber e Habermas, muito difundidos em seu país. Tais proposições invertem o frequente discurso que apregoa a existência de um caos hobbesiano no Haiti, o qual somente poderia ser resolvido via a instauração de uma ordem estatal moderna. De modo contra intuitivo e decolonial, Seguy (2014) sugere que "o Estado moderno é um sucesso no Haiti" e que "ele era imprescindível para o processo de recolonização do país depois da proclamação da independência" (2014, p. 190).

Portanto, seria preciso, segundo o autor, realizar uma "recusa da epistemologia da modernidade", pois "a retórica da modernidade trabalha mediante a imposição da salvação" (2014, p.236), propiciando, assim, as condições discursivas de possibilidade para quem se propõe a salvar ou *consertar* o Haiti.[16] Seguy (2014) se insurge contra "a dificuldade desses intelectuais moderno-coloniais-racistas [de] admitirem que possa existir na face da terra outras perspectivas que não sejam pensadas e concebidas dentro da ontologia colonial moderna racista" (2014, p.242).

Há inúmeros exemplos que envolvem o Brasil neste regime humanitário criticado pelos autores pós e decoloniais. A constante racialização do discurso perpassa obras jornalísticas e pronunciamentos oficiais, nos quais o Haiti é identificado como *A república negra,* conforme indicado pelo livro de Lucas Kawaguti (2006) contendo *histórias de um repórter sobre as tropas brasileiras no Haiti*. O ex-

[16]Um estudo da universidade da própria ONU, coordenado por Heine e Thompson (2011), sintomaticamente leva o título de *Fixing Haiti*, confirmando a tese de Seguy (2014).

chanceler Celso Amorim, por sua vez, sempre destacava “afinidades de natureza étnica e cultural” para justificar “um maior envolvimento” (leia-se, intervenção) brasileira no Haiti (2006, s/p), expediente reproduzido no consulado brasileiro em Porto-Príncipe, onde o vice-cônsul enfatizou uma “irmandade africana” entre as nações, pouco antes de afirmar que os haitianos e africanos tem uma “eterna vontade de serem mimados pelo colonizador” (entrevista ao autor, fevereiro de 2017).

A racialização, portanto, vem acompanhada de uma paternalista “taxonomia do afeto” ou “economia emocional” (GROVOGUI, 2006, p.34) baseada em uma linearidade evolutiva que concebe o *Outro* como infantil, “anterior” e “inferior” (QUIJANO, 2005, p.238), e também foi evocada pelo policial brasileiro da Minustah entrevistado por este autor no *Campo Delta*, que repetiu cinco vezes em menos de uma hora que “os haitianos não estavam preparados para andar com as próprias pernas”. A infantilização, portanto, é um dispositivo da racionalidade eurocêntrica e fica patente em narrativas que concebem o Haiti como um local que segue “necessitado de alguma tutela [c]omo ocorre em outras ex-colônias europeias da América”, conforme afirmado em artigo pelo coronel Mendonça, ex-integrante da Minustah (2017, p. 64).

O ápice desta postura colonial-racista encontrada durante o trabalho de campo dava-se quando o microfone era desligado, permitindo, por exemplo, que um Major gaúcho à serviço da Minustah advertisse ao autor deste artigo que não utilizasse transporte público na capital haitiana: “Vais entrar num *tap-tap* [micro-ônibus] cheio de pretos fedorentos?”. O mesmo oficial afirmava com ares de sabedoria: “o problema aqui é cultural, isso nunca vai mudar”. Surpreendentemente, tal discurso foi reproduzido *ipsis litteris* no consulado brasileiro, onde o diplomata entrevistado (mesmo com o gravador ligado) não se acanhava em afirmar que o pior defeito local seriam os hábitos da “cultura haitiana”, como “pedir dinheiro para quem você não conhece”.

6. A crítica feminista da militarização humanitária

As abordagens feministas de Relações Internacionais sempre destacaram as construções de gênero feitas pelos discursos de segurança internacional como um modo de dar legitimidade a ações armadas no exterior. Autoras como Ann Tickner defendem que os “mitos de proteção” de mulheres e crianças terminam por criar as condições de possibilidade para intervenções estrangeiras (2002, p. 284). Apesar disto, é notório (e contraditório) o fato de que, nos dias de hoje, são justamente estas as categorias de pessoas as mais afetadas pela militarização levada a cabo pelas intervenções.

Os “conceitos tradicionais de masculinidade e feminilidade socialmente construídos” (2002, p.286) reforçam tais mitos. Isto vale tanto para ações abertamente descritas como guerras, mas também para aquelas que se encaixam no âmbito das operações de pacificação militarizadas. Afinal, é justamente sob a égide do paradigma da Paz Liberal que a doutrina da *Responsabilidade de Proteger* atinge seu paroxismo, levando consigo ao ápice destes mitos de proteção, como afirma Tarja Väyrynen em seu trabalho *Gender and Peacebuilding* (2010). As análises feministas dão especial atenção à figura do herói masculino, que é construído como um guerreiro justo, cuja função é salvar mulheres e crianças de um inimigo homem, em geral racializado como não-branco (TICKNER, 2002, p. 284). A crítica feminista, deste modo, muitas vezes se une ao tipo de objeção feita em termos pós-coloniais, devido à interseccionalidade das opressões.

Kimberly Hutchings (2011) ataca diretamente estas narrativas que se baseiam na construção de três personagens: a vítima, o herói e o vilão. Seu foco de análise reside nas “premissas sobre autoridade moral e agência necessárias para a ética humanitária” que se baseiam sobre “discriminações de gênero” (2011, p. 28). Por isto, é preciso entender bem o papel daquilo que é transmitido como “humano” no “humanitarismo”, pois não se trata sobremaneira de um conceito inocente ou mesmo inequivocamente unitário (2011, p.34). Ela percebe que o humanitarismo é inerentemente relacional, o que significa que requer um critério para distinguir entre os seres humanos que ajudam e aqueles que são ajudados: distinções radicais entre razão e emoção; autonomia e vulnerabilidade; controle e anarquia; salvadores e vítimas. Tais dicotomias são baseadas em - ao mesmo tempo em que reforçam - construções hegemônicas de gênero, uma vez que, de um lado, temos os “totalmente humanos” (conhecedores, capazes, adultos) e, de outro, os

"residualmente humanos" (ignorantes, incapazes, infantis), ou seja, as representações arquetípicas do masculino e do feminino (2011, p. 30), como herói e vítima, respectivamente - que contrastam com o puramente "desumano", o vilão. Tais discriminações de gênero contidas no "enredo moral do humanitarismo" servem para esconder as reais causas e complexidades envolvidas em cada "emergência humanitária" mediante o emprego de "ficções políticas" carregadas de gênero que constituem o "conto de fadas humanitário" tradicional (2011, p.40-41). Despolitiza-se a situação, silencia-se sobre suas origens e termina-se sempre com a mesma *necessidade* de intervir, diante da narrativa apresentada, segundo a qual os homens precisam salvar as mulheres.

Cyntia Enloe, por sua vez, questiona essa invisibilidade das mulheres enquanto sujeitos nas narrativas sobre política internacional. Em seu famoso livro *Bananas, Beaches and Bases*, ela chama atenção para as estruturas sociais no entorno de bases militares ao redor do planeta, onde invariavelmente ocorrem "relações sexuais militarizadas" na forma de prostituição e sequestro de mulheres que vivem ou são deliberadamente transladadas para o seu entorno (2014, p.156). Além disto, os casos de assédio sexual e estupros são a regra, não a exceção, em tais ambientes, tanto para mulheres de fora das bases, quanto para as próprias militares que trabalham nas forças armadas. Em ambos os casos, a subnotificação impede uma real estimativa da amplitude do fenômeno, uma vez que nem mesmo as mulheres que fazem parte das tropas ocupantes sentem-se seguras para denunciar seus colegas de farda. Ela relata o caso de uma sargento do exército norte-americano que foi estuprada por um superior enquanto servia no Afeganistão, em 2007. Com medo de ser repreendida caso o denunciasse, ela buscou ajuda do capelão da base, que lhe disse, em troca, que "o estupro havia sido a vontade de Deus" e aconselhou-a a frequentar a igreja (2014, p.155).

Esta "política sexual" que acompanha as bases militares muitas vezes não é tratada como assunto de política internacional, o que requer uma ótica feminista para que seja corretamente apreendida (2014, p.169): a rigor, tratá-la como um "escândalo" é uma das formas de apresentar a questão como se fosse a exceção em vez da norma, uma vez que "escândalo" denota algo pouco usual quando, na realidade, trata-se de algo comum e normalizado (2014, p.157; 173). A não-problematização pela disciplina de Relações Internacionais de práticas que

permanecem invisíveis sustentará sua perpetuação pelo tempo em que se continue crendo que são questões apenas de nível pessoal. Daí sua conhecida constatação de que “o pessoal é internacional” e “o internacional é pessoal” (2014, p. 343).

No Haiti ocupado pelas tropas da Minustah, esta situação foi amplamente registrada por reportagens, livros e ONGs, sendo admitida até mesmo pela própria ONU (que possui um histórico de ‘escândalos’ neste sentido também em outras missões, como no Congo ou Serra Leoa).[17] Em 2007, um batalhão inteiro de soldados do Siri Lanka chegou a ser repatriado sumariamente, pois seus 108 membros fizeram da base em que estavam instalados um local onde eram exploradas sexualmente várias mulheres haitianas, incluindo menores de idade.[18] O comandante do batalhão era responsável por gerir esta rede de prostituição e abusos, realizada muitas vezes em troca de comida.

Esta prática, conforme alertado por Enloe (2014), é rotineira e, por mais que tenha sido negada por autoridades brasileiras, também envolveu militares provenientes deste país no Haiti ocupado.[19] O livro de Igor Patrick (2017) relata casos a partir de entrevistas feitas com mulheres haitianas que sofreram esta violência, dentre elas uma que chegou a buscar ajuda na embaixada brasileira em Porto Príncipe, após o registro de sua denúncia ter sido negado pela Minustah. Mas o embaixador também se recusou a recebê-la, pois “estaria indiretamente validando a sua denúncia” (2017, p. 115), ilustrando novamente as engrenagens da subnotificação retratada por Enloe (2014): “Diga a ela que procure um advogado ou uma ONG”, afirmara o diplomata (Patrick, 2017, p. 116).

As ONGs feministas haitianas, de fato, estão repletas de denúncias desta natureza, pois terminaram sendo um dos poucos locais de acolhida para as mulheres estupradas pelos militares da Minustah. Durante o trabalho de campo no Haiti, o autor deste artigo teve a oportunidade de entrevistar a diretora da maior ONG feminista do país, a *Solidariedade entre Mulheres Haitianas* (SOFA). Ela

[17]Para uma reportagem especial da Agência *Associated Press* sobre os esquemas de abuso e exploração sexual pelas tropas da ONU, conferir: https://www.apnews.com/e6ebc331460345c5abd4f57d77f535c1 (Acessado em agosto de 2019).
[18]Cf., a respeito, reportagem da época em: http://g1.globo.com/Noticias/Mundo/0,,MUL167598-5602,00-SRI+LANKA+RETIRARA+SOLDADOS+DO+HAITI+POR+TEREM+RELACOES+COM+PROSTITUTAS.html (Acessado em agosto de 2019).
[19]Ver reportagem do jornal *Estado de S. Paulo* com depoimento das vítimas em: https://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,soldados-brasileiros-sao-acusados-de-abusos-sexuais-no-haiti-diz-agencia-de-noticias,70001741751 (Acesso em Janeiro de 2020).

confirmou que sua entidade recebeu inúmeros casos de violência sexual cometidos por soldados da ONU, incluindo brasileiros. Por sua vez, um oficial brasileiro dentro do *Campo Delta* da Minustah, em Porto Príncipe, fez ecoar os alertas de Enloe (2014) ao informar (sem que houvesse sido perguntado) o preço do sexo com haitianas que viviam no entorno da base militar: "com cinco dólares você come qualquer uma aqui". Além de demonstrar que seu comentário explicitamente indicava a relação entre exploração sexual e pobreza no âmbito de missões humanitárias, também é preciso lembrar que a ONU considera, em suas diretrizes, que qualquer contato desta natureza é considerado estupro (mesmo que aparentemente tenha sido consensual), justamente pelas disparidades de poder e riqueza entre as partes envolvidas.[20]

Mas não foi apenas no âmbito estritamente militar ou de funcionários civis da Missão que este tipo de situação aconteceu. Como acontece em toda intervenção, as forças multilaterais são acompanhadas de uma série de organizações sem fins lucrativos ou religiosas, que acabam sendo parte da lógica humanitária em seu conjunto. Por exemplo, a ONG britânica OXFAM recentemente admitiu que seu diretor no Haiti se envolveu em uma rede de prostituição após o terremoto de 2010. O governo haitiano chegou a cancelar a autorização para que esta entidade permanecesse em seu país.[21] Por outro lado, missionários evangélicos já protagonizaram diversos casos em que orfanatos foram transformados em locais de abuso sexual e venda de menores haitianos e haitianas.[22]

Por tais motivos, autoras como Spike Peterson insistem que na disciplina de RI deva-se "levar a sério as questões de gênero" (1992, p.11-15), o que naturalmente inclui o subcampo de estudos de segurança internacional e, dentro

[20] Inúmeras questões permanecem sem resposta nestes casos. Por exemplo, quem é o responsável legal a ser processado nesta situação: o indivíduo, o país de origem ou a própria ONU? Quem pagará as despesas, como pensão alimentícia, das crianças que por ventura nasçam desta situação? De modo geral, o ônus recai exclusivamente sobre as mulheres haitianas, sem qualquer reparação material, assistência psicológica ou jurídica de parte daqueles envolvidos nas violências sexuais. Mais uma reportagem denunciando o tema surgiu recentemente, nas páginas do *New York Times*, que afirma: "mais de 200 mulheres relatam ter tido filhos com soldados do Brasil, Uruguai e outros países". Disponível em (acesso em janeiro de 2020): https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/12/forcas-de-paz-da-onu-no-haiti-teriam-deixado-centenas-de-filhos.shtml

[21] Cf., a respeito, reportagem do jornal *The Guardian* em (Acessado em agosto de 2019): https://www.theguardian.com/world/2018/jun/14/haiti-shuts-down-oxfam-gb-over-prostitution-scandal

[22] Cf., a respeito, reportagem da *Fox News*, em (Acessado em agosto de 2019): https://www.foxnews.com/us/haiti-missionary-sentenced-to-23-years-for-child-sex-abuse.

dele, o tema das intervenções humanitárias da Paz Liberal. Isto não implica, para muitas autoras, necessariamente afirmar que os homens são mais belicosos, ao passo que as mulheres seriam mais pacíficas, tema que divide as feministas até hoje. Ao contrário, como afirma Mary Burguieres (1990), trata-se desmontar o imaginário que sustenta o patriarcado e o militarismo em vez de reforçá-los ao se sugerir que a guerra seria masculina e a paz feminina. Afinal, as operações de paz, como visto acima, seguem apresentando os mesmos sintomas que as operações de guerra, uma vez que são decorrentes do mesmo regime discursivo e da formação misógina de todo e qualquer soldado ao redor do mundo, sempre treinado para provar sua "hombridade" militar e evitar qualquer comportamento tido como, fraco, medroso ou, simplesmente, "feminino" (TICKNER, 2002, p. 284; SEGAL, 1987, p. 187).

7. Conclusão

Este apanhado de abordagens sobre a Paz Liberal a partir de instrumentos de *Teoria Crítica* não exaure as opções disponíveis, sendo apenas uma visão panorâmica destinada a assinalar a existência e afirmar a possibilidade de se interrogar o intervencionismo humanitário para além dos limites aos quais os paradigmas da Paz Híbrida ou da Paz Adaptativa tentam circunscrevê-lo. Esta modalidade de crítica mais radical – "hipercrítica", para Paris (2010, p. 338), ou "critica estrutural", para Gomes (2013, p. 55) – não vê tanta diferença entre operações de guerra ou de paz, quando feitas sob justificativa humanitária para as intervenções militarizadas. Por isso, ações como a invasão do Afeganistão (2001), a Guerra do Iraque (2003) ou contra a Sérvia (1998) são apreciadas pela semelhança que carregam com as operações de paz em Serra Leoa (1999), Haiti (2004) ou Congo (2010), no sentido de que tanto a guerra declarada como a paz militarizada fariam parte de um mesmo regime de governança internacional. Da mesma forma e pela mesma razão, as *Teorias Críticas* não enfatizam a distinção entre os tipos de operação de paz, buscando entender os tradicionais conceitos de *peacemaking*, *peacekeeping*, *peacebuilding*, *nation-building*, *state-building* como variações sobre um mesmo tema de fundo, ou seja, o projeto da Paz Liberal.

Beneficiando-se da trilha analítica aberta pela teorização crítica, mas sem limitar-se ao que já existe, começam a surgir no Brasil (e demais latitudes ao Sul) trabalhos e práticas internacionais com potencial de enriquecer o questionamento do regime intervencionista ainda em voga. Concomitante ao recente interesse em verificar "o que o Brasil deixou pra trás no Haiti" (VICTOR, 2019), começa a despontar na academia brasileira uma teorização inovadora sobre o intervencionismo da Paz Liberal. Além de Seguy (2014; 2015), outro exemplo desta incipiente postura pode ser visto na sugestão de tratar a "Minustah como Haitianismo" (BORBA DE SÁ, 2019, p.218). Segundo esta proposta, a singularidade da atuação brasileira no Haiti insere-se numa genealogia que remonta ao processo de construção do Estado no século XIX, quando tecnologias de controle sócio-racial foram colocadas em prática para garantir o "sucesso" de um regime que garantiu a manutenção da escravidão por mais tempo que nenhum outro no hemisfério (2019, p. 254-255). Pesquisando fontes documentais como jornais, pronunciamentos parlamentares e registros policiais, percebe-se a criação de um regime de práticas discursivas em torno do Haitianismo (conceito que existiu somente no Brasil escravista imperial), que combinava técnicas de governo militarizadas com gestos aparentemente inclusivos dos grupos subalternizados, constituindo-se em um dispositivo passível de ser reativado em outras situações, como durante a intervenção da ONU no Haiti (2019, p. 154-158).

Existe, portanto, um terreno fértil sobre o qual a emergente teorização crítica brasileira sobre o intervencionismo humanitário começa a ser cultivado. E não apenas no Brasil, mas em toda parte onde já não se admite mais cair na armadilha retórico-normativa que os defensores do regime atual sempre preparam para sustentar *ad aeternum* as mesmas práticas: perguntar se em casos de emergência humanitária imediata, em que vidas possam ser salvas, não seria melhor endossar o intervencionismo e relegar todas as objeções a um segundo plano de preocupações. Esta pergunta, que já carrega em si uma resposta, foi sintetizada por um expoente da vertente *solidarista* da Escola Inglesa, Nicholas Wheeler (2002), e também foi endossada por Gomes (2013, p.72), que terminam, assim, chegando à mesma

conclusão dos falcões humanitários, como Samantha Power,[23] para quem jamais podemos ser *espectadores do genocídio* (2001).

No entanto, um reposicionamento da mirada analítica (SABARATNAM, 2013) nos ensina a fazer outras perguntas antes dessa, em particular questionar (i) como esta situação pôde chegar a ser o que é no momento, (ii) quem são os responsáveis, dentro e fora do país-alvo e (iii) se aqueles que contribuíram para o atual estado de coisas podem ser os mesmos que irão proporcionar verdadeiras soluções. Em suma, o que todas as *Teorias Críticas* sugerem é que precisamos repolitizar o debate sobre Relações Internacionais antes de tudo, uma vez que "toda teoria é para alguém e para algum propósito" (Cox, 1981, p. 128). Perguntas, em geral, são tão pouco inocentes quanto as respostas dadas de antemão, como lembra Joana Henriques em seu estudo sobre *Racismo em Português* (2017, p.12).

Esta postura é de grande serventia para analisar o caso do Haiti sob ocupação militarizada multilateral. Além de descolonizar o imaginário, permite que se note a existência de práticas concretas já em curso na América Latina e CARIBE, fazendo o *des-cobrimento* daquilo que foi *encoberto* pelo olhar eurocêntrico (DUSSEL, 2005). Há uma forma de ajuda humanitária, por exemplo, que não se inscreve no regime intervencionista. Venezuela e Cuba não mandaram um soldado sequer para o Haiti, recusando-se a participar de uma força militar eminentemente latino-americana, como a que foi Minustah. Mas a indiferença não foi a única alternativa ao intervencionismo. Tais países, enviaram, respectivamente, vastas quantidades de petróleo, via o convênio *Petrocaribe* (para o Estado haitiano, não para ONGs) desde 2005, assim como médicos e professores, demonstrando que o humanitarismo militarizado e interventor não é a única opção quando se trata de situações de crise em que a vida humana está em jogo (FAO, 2015). Tal modalidade de atuação foi especialmente salutar no caso do Haiti, onde não havia uma guerra civil em curso, mas que foi enquadrado mesmo assim no regime bélico-discursivo da Paz Liberal. Práticas não intervencionistas (e não militarizadas) como estas escapam ao regime de governança mundial hegemônico, mas podem ser *des-cobertas* e analisadas em trabalhos futuros pela teorização brasileira de RI caso superemos decisivamente as inibições atuais.

[23]O termo foi cunhado pela própria autora-diplomata. Cf., a respeito, reportagem em: https://www.economist.com/democracy-in-america/2008/12/01/humanitarian-hawks (Acessado em agosto de 2019).

Referências bibliográficas

ABDENUR, A.; CALL, C. A "Brazilian way"? Brazil's approach to peacebuilding. *Order from Chaos – Foreign Policy in a Troubled World*. Brookings Institute. Geoeconomics and global issues. Paper 5, February, 2017.

AMORIM, C. Discurso do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, na sessão de abertura da Reunião Internacional de Alto Nível sobre o Haiti. Brasília: *Ministério das Relações Exteriores*, 23 de Maio de 2006.

ANAM, S. Peacebuilding: the Shift towards a Hybrid Peace Approach. *Global & Strategis*, vol. 9, n. 1, p.37-48, 2015.

BARROS, R. et. al. A Medicina Veterinária Militar Brasileira em Operações de Paz: Experiências Colhidas na Missão da Organização das Nações Unidas para Estabilização do HAITI. *Coleção Meira Mattos: revista das Ciências Militares – ECEME*, vol. 7, n. 29, pp.121-129, Maio/Agosto, 2013.

BHUTA, N. Against State-Building. *Constellations*, vol. 15, n. 4, p. 517-542, 2008.

BLANCO, R.; GUERRA, L. A Minustah como uma missão civilizadora: uma análise crítica da política internacional para estabilização do Haiti. *Revista de Estudos Internacionais*, vol. 8, n. 3, p. 259-275, 2017.

BORBA DE SÁ, M. *"Haitianismo": colonialidade e biopoder no discurso político brasileiro*. Tese de doutorado em Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2019.

BORBA DE SÁ, M.; SAID, M.; WANSETTO, R. Militarização Tipo Exportação: o perigo da Indústria Humanitária brasileira**.** *Le Monde Diplomatique*, 04/05/2017.

BRAGA, C. Os desafios iniciais da participação das Forças Armadas Brasileiras na MINUSTAH. In: HAMANN, E.; TEIXEIRA, C. (Orgs.). *A participação do Brasil na MINUSTAH (2004-2017):* percepções, lições e práticas relevantes para futuras missões. Edição especial – coletânea de artigos. Rio de Janeiro: Igarapé/CCOPAB, 2017.

BURGUIERES, M. Feminist Approaches to Peace: Another Step for Peace Studies, *Millennium: Journal of International Studies,* vol. 19, n,1,p.1-18,1990.

CARPENTER, C. Feminism, Nationalism and Globalism: Representations of Bosnian "War Babies" in the Western Print Media. In: SOJBERG, L.; VIA, S. (eds.). *Gender, War and Militarism*: feminist perspectives. Santa Barbara: Praeger, 2010.

CARVALHO, V. A música brasileira na MINUSTAH: a arte do soldado como diplomacia. In: HAMANN, E.; TEIXEIRA, C. (Orgs.). *A participação do Brasil na MINUSTAH (2004-2017)*: percepções, lições e práticas relevantes para futuras missões. Edição especial – coletânea de artigos. Rio de Janeiro: Igarapé/CCOPAB, 2017.

CASTRO-GÓMEZ, S. Ciências sociais, violência epistêmica e a "invenção do outro". In: LANDER, E. (Org.). *A colonialidade do saber*: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

CHERY, D. "Water for Profit: Neocolonialism as Cannibalism". *Dancing with our Gods*, 22/05/2017.

CLAUHS, A. Os Impactos da Formação Multiétnica na Liderança Militar Brasileira em Missões de Paz. *Coleção Meira Mattos: revista das Ciências Militares – ECEME*, vol. 7, n. 29, pp.99-111, Maio/Agosto, 2013.

CONING, C. Adaptive Peacebuilding. *International Affairs*, Vol. 94, n.2, p.301–317, 2018.

CONSTANTINOU, C.; OPONDO, S. Engaging the 'ungoverned': The merging of diplomacy, defence and development. *Cooperation and Conflict*, vol. 51, n.3, p.307-324, 2016.

COX, R. Social Forces, States and World Orders: Beyond International Relations Theory. *Millennium - Journal of International Studies*, vol.10, n.2, p.126-155, 1981.

DILLON, M.; REID, J. *The Liberal Way of War*: killing to make life live. London/New York: Routledge, 2009.

DUFFIELD, M. Development, Security and Unending War: Governing the World of Peoples. Malden: Polity Press, 2007

_____ . Human Security: Linking Development and Security in an Age of Terror. In: New Interfaces between Security and Development (panel). Bonn: 11th General Conference of the EADI, 21-24 September, 2005.

DUSSEL, E. Europa, modernidade e eurocentrismo. In: LANDER, E.(Org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

ENLOE, C. Bananas, Beaches and Bases: making feminist sense of international politics. Berkley: University of California Press, 2014.

FACCHINI, J.; TOLEDO, A. Da transformação de conflitos à paz híbrida: uma análise das ideias de Paul Lederach e Roger Mac Ginty. Revista Brasileira de Estudos de Defesa, vol. 4, n. 2, p.153-174, jul./dez., 2017.

FAO – Food and Agricultural Organization of the United Nations. "Petrocaribe: 10 years of struggle against hunger and poverty". Special Publication, [S./L.: s./n.], 2015.

FOUCAULT, M. História da sexualidade I: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1988.

FOX, G. Humanitarian Occupation. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

GOMES, A. Da Paz Liberal à Virada Local: Avaliando a Literatura Crítica sobre Peacebuilding. Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD. Dourados, vol. 2, n.3, p.46-76, jul./dez., 2013.

GOMES, M. Analysing interventionism beyond conventional foreign policy rationales: the engagement of Brazil in the United Nations Stabilization Mission in Haiti (MINUSTAH), Cambridge Review of International Affairs, published online, 2016.

GROVOGUI, S. Beyond Eurocentrism and anarchy: memories of International order and institutions. New York: Palgrave Macmillan US, 2006.

HAMANN, E.; CEZNE, E. Brazilian Peacekeeping: Challenges and Potentials in Turbulent Landscapes at Home and Internationally. PRIO Policy Brief, n.22, 2016.

HEATHERSHAW, J. Unpacking the Liberal Peace: The Dividing and Merging of Peacebuilding Discourses. Millennium: Journal of International Studies. Vol. 36, .n 3, p. 597-622, 2008.

HEINE, J.; THOMPSON, A. Fixing Haiti: MINUSTAH and beyond. Tokyo/New York/Paris: United Nations University Press, 2011.

HENRIQUES, J. Racismo em português: O lado esquecido do colonialismo. 1 ed. Rio de Janeiro: Tinta da China, 2017.

HIRST, M. Aspectos conceituais e práticos da atuação do Brasil em cooperação sul-sul: os casos de Haiti, Bolívia e Guiné Bissau. Texto para Discussão, n.1687. Rio de Janeiro: IPEA, Janeiro de 2012.

HORKHEIMER, M. Critical Theory: Selected Essays. New York: Continuum International Publishing Group, 2002.

HUTCHINGS, K. Gendered Humanitarianism: reconsidering the ethics of war. In: Sylvester, C. (ed.). Experiencing War. London/New York: Routledge, 2011.

IGNATIEFF, M. Nation-Building Lite. New York Times, July 28th, 2002.

JABRI, V. Peacebuilding, the local and the international: a colonial or a postcolonial rationality?. Peacebuilding, vol.1, n.1, p.3-16, 2013.

_____ . Post-colonialism: a post-colonial approach to peacebuilding. In: RICHMOND, O. et al. (orgs.). The Palgrave Handbook of Disciplinary and Regional Approaches to Peacebuilding. London: Palgrave-Macmillan, 2016.

KALIL, M.; NAPOLEÃO, T. Stabilization as securitization of Peacebuilding? The experience of Brazil and MINUSTAH in Haiti. Brasiliana – Journal of Brazilian Studies, vol. 3, n. 2, p.87-112, March, 2015.

KAWAGUTI, L. A República Negra: Histórias de um repórter sobre as tropas brasileiras no Haiti. Rio de Janeiro: Ed. Globo, 2006.

KENKEL, K. Interests, Identity and Brazilian Peacekeeping Policy. Perspective of the World Review, vol. 3, n.2, p.9-36, 2011.

KLEIN, N. The Shock Doctrine: the rise of disaster capitalism. London: Penguin Books, 2007.

LARNER, W.; WALTERS, W. Global Governmentality: Governing international spaces. London and New York: Routledge, 2004.

LULA DA SILVA, L. I. Não vamos nos esquecer do Haiti. El País, Opinião-Tribuna, 25/02/2014.

MAC GINTY, R. International Peacebuilding and Local Resistance: hybrid forms of peace. London: Palgrave Macmillan, 2011.

MAC GINTY, R.; RICHMOND, O. The fallacy of constructing hybrid political orders: a reappraisal of the hybrid turn in peacebuilding. International Peacekeeping, vol. 23, n. 2, p.1-21, 2015.

MASON, A.; WHEELER, N. Realist objections to humanitarian intervention. In: BARRY, H. Ethical dimensions of global change. London: Palgrave-Macmillan, 1996.

MBEMBE, A. What is post-colonial thinking? Eurozine, 09/01/2008.

MENDONÇA, M. Brasil no Haiti, um caso de sucesso: uma análise da missão brasileira no Haiti. In: HAMANN, E.; TEIXEIRA, C. (Orgs.). A participação do Brasil na MINUSTAH (2004-2017): percepções, lições e práticas relevantes para futuras missões. Edição especial – coletânea de artigos. Rio de Janeiro: Igarapé/CCOPAB, 2017.

MITCHELL, A.; RICHMOND, O. Hybrid forms of peace: from everyday agency to post-liberalism. London: Palgrave Macmillan, 2012.

MIGNOLO, W. Histórias locais/Projetos Globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

MORENO, M.; Braga, C.; Gomes, M. Trapped Between Many Worlds: A Post-colonial Perspective on the UN Mission in Haiti (MINUSTAH). International Peacekeeping, vol. 19, n. 3, p. 377-392, 2012.

NASSER, F. Projeção de Poder e Solidariedade na Estratégia Diplomática de Participação Brasileira em Operações de Paz da Organização das Nações Unidas. In: KENKEL, K.; MORAES, R. (Orgs.). O Brasil e as operações de paz em um mundo globalizado: entre a tradição e a inovação. Brasília: IPEA, 2012.

NOGUEIRA, J. From Failed States to Fragile cities: Redefining spaces of humanitarian practice. Third World Quarterly, vol. 38, n. 7, p. 1437-1453, February, 2017.

PARIS, R. Broadening the Study of Peace Operations. International Studies Review, vol. 2, n. 3, p. 27-44, Autumn, 2000.

_____ . Saving Liberal Peacebuilding. Review of International Studies. vol. 36, n. 2, p. 337-365, April, 2010.

PATRICK, I. Aquilo que resta de nós: um pedido de socorro de haitianas estupradas por soldados da ONU. Belo Horizonte: Editora Páginas, 2017.

PETERSON, S. (ed.). Gendered states: feminist (re)visions of international relations theory. Boulder: Lynne Rienner, 1992.

POWER, S. Bystanders to genocide: Why the United States Let the Rwandan Tragedy Happen. Atlantic Monthly, published online, September 2001.

PUGH, M. The political economy of peacebuilding: a critical theory perspective. International Journal of Peace Studies, vol. 10, n. 2,p.23-42, Autumn/Winter, 2005.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (Org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

SABARATNAM, M. Avatars of Eurocentrism in the critique of the liberal peace. Security Dialogue, vol. 44, n. 3, p. 259-278, 2013.

_____ . Decolonising intervention: international state-building in Mozambique. London/New York: Rowman & Littlefield, 2017.

SEGAL, L. Is the future female? Troubled thoughts on contemporary feminism. London: Virago, 1987.

SEGUY, F. A catástrofe de janeiro de 2010, a "Internacional Comunitária" e a recolonização do Haiti. Campinas, 2014, 398p. Tese de Doutorado – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Orientador: Ricardo Antunes.

_____ . Humanitarismo e questão racial no Haiti. Lutas Sociais, vol.19 n.34, p.143-157, jan./jun. 2015.

SEITENFUS, R. Elementos para uma diplomacia solidária: a crise haitiana e os desafios da ordem internacional contemporânea. Carta Internacional, vol. 1, n.1, p.5-12, Março, 2006.

_____ . Reconstruir Haití: entre la esperanza y el tridente imperial. Santo Domingo: CLACSO/Fundación Juan Bosch, 2016.

SOUZA NETO, D. O Brasil, o Haiti e a MINUSTAH. In: KENKEL, K.; MORAES, R. (Orgs.). O Brasil e as operações de paz em um mundo globalizado: entre a tradição e a inovação. Brasília: IPEA, 2012.

TAYLOR, I. Liberal Peace, Liberal Imperialism: a Gramscian critique. In: RICHMOND, O. (Org.). Palgrave advances in peacebuilding: critical developments and approaches. London: Palgrave Macmillan, 2010.

TICKNER, A. Feminist perspectives on International Relations. In: CARLSNAES, S. et. al. (eds). Handbook of International Relations. London: Sage, 2002.

ULYSSE, G. Why Haiti Needs New Narratives: A Post-Quake Chronicle. Trilingual Edition. Middletown, Connecticut: Wesleyan University Press, 2015.

VALLER FILHO, W. O Brasil e a Crise Haitiana: a cooperação técnica como instrumento de solidariedade e de ação diplomática. Brasília: FUNAG, 2007.

VÄRYNEN, T. Gender and Peacebuilding. In: RICHMOND, O. (ed.). Palgrave advances in peacebuilding: critical developments and approaches. London: Palgrave Macmillan, 2010.

VIANA, S. A Minustah e a participação brasileira. Revista Senso Comum, n.1, Dossiê Temático, p.22-37, 2009.

VICTOR, F. Terra Desolada: o que o Brasil deixou pra trás no Haiti. Revista Piauí, ed. 155, ago/2019.

WHEELER, N. Saving Strangers: Human Intervention in International Society. New York: OUP, 2002.

MONÇÕES
Revista de Relações Internacionais da UFGD
ISSN 2316-8323

"ESTADOS FALIDOS" ENQUANTO DISCURSO COLONIAL[1]

AUREO TOLEDO

Doutor em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (2012) e professor de Relações Internacionais no Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia. E-mail para contato: aureotoledo@ufu.br

RESUMO: O artigo analisa a categoria "estado falido" conforme apresentada nos documentos de política externa dos EUA durante o governo George W. Bush (2001-2009) com o objetivo de compreender como tal situação foi concebida como um evento de natureza essencialmente doméstica. A hipótese que orienta o trabalho é que mediante premissas do Institucionalismo da Escolha Racional, o dito fracasso estatal pode ser compreendido como decorrente de problemas eminentemente institucionais, sendo julgado à luz do desenvolvimento político e econômico ocidental. Como resultado, temos uma narrativa semelhante à ideia de Discurso Colonial, tal como desenvolvida por Edward Said e Homi Bhabha, que constrói o colonizado como população degenerada cujos problemas se originam de questões raciais e que justificam a conquista e o estabelecimento de sistemas administrativos para controle.

PALAVRAS-CHAVE: estados falidos, política externa dos EUA, discurso colonial.

'FAILED STATES' AS COLONIAL DISCOURSE

ABSTRACT: The article analyses the category of 'failed states' as presented in U.S foreign policy documents produced during George W. Bush's administration (2001-2008) with the purpose of understanding how it was possible to conceive this situation as an event of domestic nature. The hypothesis is that through assumptions based upon rational choice institutionalism, the so-called state failure can be understood as resulting mainly from institutional problems, being judged in light of a Western model of economic and political development. It is an account similar to the idea of Colonial Discourse, as developed by Edward Said and Homi Bhabha, which describes the colonized as a degenerated population whose problems emerge from racial issues that justify conquest and the establishment of administrative systems of control.

KEYWORDS: failed states; U.S foreign policy; colonial discourse

[1] Agradeço aos pareceristas de Monções pelos generosos comentários e importantes apontamentos, os quais contribuíram para o aprimoramento do texto. Como de praxe, eventuais imprecisões e/ou equívocos são de minha exclusiva responsabilidade.

1. Introdução

Visto retrospectivamente, são inequívocos os impactos que a discussão e prática política relativa ao que se convencionou chamar fracasso estatal provocaram nas Relações Internacionais[2]. Decerto que a questão não provocou alterações substanciais no sistema internacional, tampouco na distribuição de capacidades entre os atores internacionais. Todavia, após os atentados terroristas de 11 de setembro de 2001, a constatação de que países outrora relegados poderiam causar danos consideráveis às potências internacionais provocaram inflexões em diretrizes de políticas externas de países e redirecionamentos nas agendas de organismos internacionais.

A existência de guerras civis e de países cujos problemas domésticos afetam o sistema internacional não é novidade alguma na área de Relações Internacionais[3]. Entretanto, se durante a Guerra Fria (1947-1989) tais temas foram ora eclipsados pelos embates estratégico-militares entre EUA e a então URSS, ora compreendidos em boa medida como derivações das disputas entre as superpotências, apenas após o término da bipolaridade é que tais discussões encontraram maior espaço para discussão na agenda internacional. Nessa nova conjuntura, o desengajamento das potências internacionais era parte necessária, mas não condição suficiente, para a compreensão das causas dos principais problemas pelos quais passavam os países do Terceiro Mundo, o que, portanto, levou analistas conhecidos (JACKSON, 1990; KAPLAN, 1994) a apontar a necessidade de investigarmos as origens domésticas das guerras civis e da fragilidade dos estados.

É dentro desse contexto que temos a aparição da categoria analítica Estado Falido e correlatos[4]. Comumente, sua origem é atribuída à ideia de Quase-Estado (*Quasi-State*), de Jackson e Rosberg (1982), posteriormente desenvolvido e aprofundado no livro de Jackson (1990) e que procura compreender um aparente paradoxo sobre os estados pós-coloniais, especialmente os africanos: a despeito

[2] Quando grafado com iniciais maiúsculas, Relações Internacionais faz referência ao campo do conhecimento; quando em minúsculas, relações internacionais exprime seu objeto de estudo.
[3] A guisa de ilustração, desde a obra de Gurr (1970) até o estudo de Kalyvas (2006) tivemos um debate importante sobre a natureza das guerras civis, avaliando, sobretudo, o que levaria um indivíduo a se engajar no combate. Trata-se de uma literatura riquíssima, mas que por motivos de espaço e de recorte do objeto não será aqui abordada.
[4] No decorrer do artigo utilizarei de forma intercambiável as expressões fracasso estatal e falência estatal, Estado Falido e Estado fracassado pois, em boa medida, a literatura sobre o tema os trata de forma similar. Para revisões sobre esta literatura, sugiro Monteiro (2006).

das guerras civis e da pouca projeção de poder sobre seus territórios, condições que outrora teriam levado à dissolução da autoridade política, nenhum país do continente foi dividido ou deixou de existir. Em suma, que condições estariam garantindo a existência de tais países?

A resposta: tratam-se de *Quase-Estados*, isto é, entidades que gozam dos direitos do que o autor chamou de *soberania negativa*, especialmente a não intervenção de terceiros em assuntos domésticos, mas carecem de *soberania positiva*, isto é, os atributos materiais (recursos econômicos e coercitivos) e ideológicos próprios para proverem bens públicos para seus cidadãos. Assim, as causas para o problema em questão poderiam ser encontradas na intersecção entre normas internacionais que garantem a não intervenção de terceiros, e a trajetória histórica dos países africanos pós-descolonização, o que resultaria em pouca ou nenhuma organicidade entre Estado e sociedade.

Todavia, a primeira encarnação própria da categoria "estado falido" na literatura de Relações Internacionais deve-se ao artigo de Helman e Ratner (1993). No trabalho em tela, "estado falido" surge enquanto categoria com o fito de descrever a situação dos países que passam por conflitos civis, privações econômicas e colapsos governamentais e que não teriam mais condições de se sustentarem enquanto entidades soberanas. Com base na situação de países tão distintos quanto Haiti, a ex-Iugoslávia, Somália, entre outros, os autores destacaram o impacto negativo, sobretudo aquele derivado de seu aspecto humanitário, que tal situação acarretaria para o sistema internacional e a necessidade de desenvolvimento de mecanismos institucionais específicos, como novas formas de tutela, para evitar que problemas geograficamente localizados se espalhassem[5].

Após relativo hiato, a segunda encarnação do conceito emergiria devido ao impacto dos atentados terroristas de 11 de setembro de 2001. Se até então os termos do debate destacavam o impacto regional e a dimensão humanitária do dito

[5] Na esteira do artigo de Helman e Ratner, outros trabalhos procuravam destacar a capacidade analítica da categoria em questão. Jean-Germain Gros (1996), por exemplo, a despeito de apontar as eventuais qualidades do artigo supracitado, questionava o argumento dos autores, alegando que não seria possível colocar lado a lado países tão distintos como Bósnia, Libéria e Somália pelo simples fato de terem tido suas estruturas governamentais destruídas e se as mesmas seriam passíveis de comparação. Contudo, o autor não desconsiderou o termo como irrelevante, pelo contrário, ampliou a conceituação a partir do acréscimo de novas categorias, como Estado Fantasma, Estado Anêmico e Estado Abortado. Por outro lado, a coletânea organizada por Zartman (1995) foi produzida com o intuito de prover maior rigor científico à discussão e mediante estudos de caso de países africanos procurava apontar as principais causas do problema e possíveis caminho para a solução.

fracasso estatal, agora teríamos uma comprovação empírica de que ameaças significativas partiriam do interior dos estados, teriam capacidade para ultrapassar suas respectivas regiões e eventualmente afetar as grandes potências, conduzindo a discussão e prática política internacional para o campo da segurança. Segundo Fukuyama (2005, p. 124):

> Os ataques de 11 de setembro chamaram a atenção para um tipo diferente de problema. O falido estado do Afeganistão estava tão fraco que foi sequestrado por um participante não estatal, a organização terrorista Al Qaida, e serve de base para operações terroristas globais. Os ataques mostraram as maneiras pelas quais a violência havia se democratizado: a possibilidade de combinar o islamismo radical com armas de destruição em massa (ADM) de repente passou a implicar que eventos ocorrendo em partes do mundo distantes e caóticas podiam ser intensamente importantes para os Estados Unidos e outros países ricos e poderosos. As formas tradicionais de intimidação ou contenção não funcionam contra esse tipo de agente não estatal, e assim as questões de segurança exigem buscas dentro de estados e mudanças em seus regimes para evitar o surgimento de futuras ameaças.

Decorrente deste enfoque securitário, uma parte significativa dos estudos sobre "estados falidos" procurou definir, sistematizar e mensurar o fracasso estatal para que ele pudesse ser revertido e antecipado. Os resultados foram na sua maioria caracterizações de cunho institucionalista, que, no caso em questão, procuravam apontar como determinadas variáveis domésticas, ou mesmo a ausência delas, eram decisivas para a eclosão do problema.

Partindo da premissa que existiria uma série de funções específicas que todo estado idealmente deveria cumprir, as pesquisas se tornaram uma seara ímpar para a recepção de aportes da política comparada e econometria, o que abriu espaço para formalização e utilização de metodologias quantitativas para análise, especialmente a construção de índices de fracasso estatal[6]. Logo, a partir de uma amostra grande países, o objetivo seria encontrar a conjunção de variáveis que melhor explicaria o fenômeno em tela, habilitando, em tese, os analistas a antecipá-lo e eventualmente até revertê-lo.

[6] Para maiores detalhes sobre a construção econométrica do Failed States Index, o mais conhecido dos índices sobre "estados falidos", sugiro Mata e Ziaja (2009).

Dessa leva de estudos, o diagnóstico mais comum é que estados fracassam porque não conseguem prover bens públicos para sua população e não o fazem ou porque suas lideranças são relutantes em provê-los, ou porque não possuem as instituições adequadas para tanto (CARMENT, 2003; FOREIGN POLICY, 2005; ROTBERG, 2004). Assim, no caso da primeira alternativa, a solução seria pressão internacional e, em última instância, mudança de regime, isto é, intervenção externa para a substituição da liderança que se nega a atender as demandas da população. No segundo caso, quando o problema é funcionamento institucional inadequado, a resposta deveria ser pautada pela ajuda externa para recuperar, ou mesmo criar, instituições consideradas essenciais.

Esta forma de abordagem acaba por tratar os estados como *like-units*, entidades com sistemas políticos relativamente uniformes e que buscam padrões de desenvolvimento comum. Decorre que, ao menos implicitamente, está embutida na discussão um viés comparativo - e eurocêntrico - com o que seria considerado o tipo ideal de estado e quais as condições domésticas para se alcançar o sucesso. Como diria Hill (2005), ao invés de procurar compreender detidamente os problemas sociopolíticos de um estado, em última instância categorias como “estado falido” apenas salientam que estados africanos, por exemplo, são diferentes daqueles do dito Primeiro Mundo. Por conseguinte, estados são identificados como falidos não pelo que são, e sim pelo que eles não são e deveriam ser.

Vemos assim que o modelo de comparação acaba sendo sempre o estado liberal-democrático, supostamente encontrado no mundo anglo-saxão e que acaba por pautar a criação de índices de fragilidade estatal. Sobre isso em especial, há de se destacar o problema apontada por Rocha de Siqueira (2014), quando afirma que a categorização da fragilidade estatal mediante indicadores é em si mesma uma construção política sobre como compreender uma dita realidade objetiva, e não um exercício imparcial de coleta de dados e formalização de modelos.

Academicamente, a discussão provocou debates consideráveis, especialmente entre analistas e *policymakers* que defendem uma relação de causalidade entre “estados falidos” e os principais problemas de segurança internacional contemporânea, sobretudo o terrorismo, e aqueles que questionam tal nexo (HEHIR, 2007; PIAZZA, 2006). No âmbito da formulação de políticas, esta dita relação de causalidade informou a ação de países e organismos internacionais, que

passaram a despender cada vez mais ajuda internacional, ou mesmo justificar intervenções militares, com base em alegações de que determinadas contextos poderiam resultar em fracasso estatal. À guisa de exemplificação, a ONU, em relatórios como aquele intitulado *A More Secure World* (2004), e agências do governo estadunidense e britânico, como a USAID e o DFID, passaram a enfatizar cada vez mais a importância de instituições liberais como catalisadores para a paz e a importância do reforço institucional como solução para situações de dita fragilidade estatal.

Com isso, o propósito deste artigo é contribuir para a discussão sobre "estados falidos" analisando as consequências de uma abordagem exclusivamente institucionalista para o tratamento do tema. Com este propósito, cremos ser possível alcançar dois objetivos principais. Primeiramente, ao interrogar os fundamentos da caracterização dada aos "estados falidos", é possível tensionar as práticas políticas direcionadas a tais países, sobretudo políticas como reconstrução de estados. Em segundo lugar, e de forma mais ampla, o desenvolvimento da hipótese questiona não só a aplicação do Institucionalismo da Escolha Racional como orientação para a produção do conhecimento sobre "estados falidos", como também a própria utilidade analítica deste último.

A hipótese que orienta o trabalho é que o fracasso estatal é visto como fenômeno de natureza eminentemente doméstica na medida em que a orientação epistemológica que norteia a produção do conhecimento sobre o assunto é o Institucionalismo da Escolha Racional. Contudo, no tratamento dispensado aos "estados falidos", uma abordagem como esta acaba por, no mínimo implicitamente, julgar o desempenho de países ditos falidos a partir da experiência de desenvolvimento político e econômico ocidental. O resultado em boa medida assemelha-se ao que Said e Bhabha chamam de Discurso Colonial, isto é, aquele que constrói o colonizado como população degenerada cujos problemas se originam de questões raciais e que justificam a conquista e o estabelecimento de sistemas administrativos para controle.

Com o intuito de delimitar o objeto para análise, duas considerações pesaram. Primeiro, a discussão sobre "estados falidos" intersecta tanto a academia quanto o mundo político. Segundo, esta discussão teve grande peso no debate político estadunidense após os atentados de 11 de setembro. Logo, optei por analisar a

concepção de fracasso estatal conforme apresentada nos documentos de política externa estadunidense durante o governo George W. Bush (2001-2008), especialmente aquela oriunda do relatório da USAID (2005) sobre a questão, assim como o trabalho de Goldstone et al (2004), base teórico-metodológica para os documentos do governo.

Assim sendo, divido o trabalho em três momentos, excetuando-se esta longa (mas necessária) introdução. Na seção seguinte apresentamos as especificidades do debate sobre "estados falidos" nos EUA e como ele foi apresentado nos documentos que informaram a ação política do país. Posteriormente, aponto como a abordagem institucional seria uma versão atualizada do Discurso Colonial para então tecer as considerações finais.

2. A Política Externa dos EUA para "estados falidos"

Se há uma ameaça que "estados falidos" apresentaram para a defesa da integridade territorial estadunidense, esta é oriunda do potencial nexo entre fracasso estatal e a operação de grupos terroristas que poderiam atacar os EUA. Conforme afirmações do ex-presidente George W. Bush logo após os atentados (BUSH, 2002, p. 13):

> A ameaça mais grave à liberdade jaz na encruzilhada entre o radicalismo e a tecnologia. Quando o desenvolvimento de armas químicas, biológicas e nucleares se encontra com a tecnologia para construção de mísseis balísticos até mesmo estados fracos e pequenos grupos podem conseguir uma enorme capacidade para atacar grandes nações[7].

Uma das principais características que o trecho acima nos traz é relativa à natureza das ameaças as quais os EUA têm pela frente. Nota-se que não apenas grandes potências podem infligir perigos substanciais ao país, mas a utilização equivocada de desenvolvimentos tecnológicos pode redundar em problemas de segurança internacional significativos para todo o sistema internacional. Depreende-se novamente a lógica comparativa com casos ditos de sucesso: há atores que

[7] Todas as traduções do inglês para o português são de minha inteira responsabilidade e para uso exclusivo neste artigo.

fazem uso adequado de tais armamentos, enquanto outros os utilizam de forma inapropriada, com o propósito de atacar.

Quem são os estados nesse momento designados fracos e por que eles são uma ameaça? A partir das Estratégias de Segurança Nacional dos EUA (BUSH, 2002; 2006) é possível encontrarmos duas designações. De um lado, teríamos aqueles conhecidos como "estados párias" (*rogue states*), cujo comportamento pouco amistoso *vis-à-vis* os EUA desde meados da década de 1980 já era sinal de preocupação para o país. Conforme caracterização atribuída, tais países:

> Brutalizam sua própria população e desperdiçam seus recursos naturais para usufruto próprio de suas lideranças;
> Demonstram nenhuma consideração para com o direito internacional, ameaçam vizinhos e violam tratados internacionais dos quais são signatários;
> Estão determinados em adquirir armas de destruição em massa, juntamente com outras tecnologias militares, para serem usadas como formas de ameaça ou ofensivamente para atingir propósitos agressivos;
> Patrocinam terrorismo ao redor do planeta;
> Rejeitam os mais básicos valores humanos, assim como odeiam os EUA e tudo que ele representa (BUSH, 2002, p. 13).

Temos assim uma caracterização comportamental como traço definidor dos "estados párias", na medida em que apresentam uma conduta desviante no cenário mundial e de forma deliberada apoiam grupos terroristas e buscam adquirir armas de destruição em massa. Não à toa, a principal forma de definição gramatical desses países é a atribuição de verbos que salientam a capacidade de praticar ações intencionais e sempre perigosas.

A outra categoria de estado fraco seria o que aqui designo "estados falidos". Os excertos abaixo ilustram a natureza desse perigo:

> Os eventos de 11 de setembro de 2001 nos ensinaram que estados fracos, como o Afeganistão, podem se tornar uma ameaça tão grande aos nossos interesses nacionais como as potências de outrora. Pobreza não transforma os pobres em terroristas e assassinos. Contudo, pobreza, instituições fracas e corrupção podem deixar estados fracos vulneráveis às redes terroristas e cartéis de drogas que operam dentro de suas fronteiras (BUSH, 2002, p. ii)

> Seja por ignorância, incapacidade ou mesmo como objetivo explícito, países ao redor do mundo ainda oferecem santuários – tanto físico (por exemplo, esconderijos e campos de treinamento) quanto virtuais

> (comunicações confiáveis, redes financeiras, entre outros) que os terroristas precisam para planejar, organizar, treinar e conduzir suas operações. Uma vez inseridos em ambientes seguros para operação, a organização começa a se solidificar e expandir-se (BUSH, 2003, p. 06).

A partir dos trechos, é possível afirmar que temos uma caracterização que se centra em traços intrínsecos de tais países: enquanto os "estados párias" são caracterizados a partir de comportamentos desviantes e irracionais, os "estados falidos" são definidos mediante a ausência de determinados atributos domésticos considerados essenciais. Grosso modo, a tentativa de associação apresentada jaz no argumento de que determinadas condições subjacentes aos "estados falidos", como mau funcionamento institucional, corrupção, conflitos étnicos e/ou religiosos, dentre outras, impediriam que o governo atendesse as demandas da população, criando, portanto, um contexto propício para que organizações terroristas conseguissem arregimentar voluntários e apoio logístico para suas operações.

Tais caracterizações sobre a natureza dos estados fracos nos levam a duas direções possíveis para resolução do problema. Se, de um lado, a causa das ameaças aos EUA é personificada na figura de um governo desviante ou liderança quase que irracional, abre-se a possibilidade para o uso da força como forma de solução para o problema dos párias, desde pressão diplomática até, como *última ratio*, intervenções militares para mudança de regime.

De outro lado, se o problema é o mau funcionamento institucional, que, no mínimo, não impõe constrangimentos ao desenvolvimento de práticas como violações de direitos humanos, corrupção, entre tantas outras, abre-se a possibilidade de reversão do processo a partir de políticas de *capacity-building* por meio não de intervenções militares, mas sim de práticas de reconstrução de estados. Estas consistem em ações relacionadas ao fortalecimento do estado de direito, reforma do setor de segurança, incentivo à instalação e desenvolvimento de uma economia orientada ao mercado, dentre outros pontos.

Trocando em miúdos, se os "estados párias" são um problema político para os EUA, os "estados falidos" tornam-se um problema técnico, pois não possuem os atributos que todo governo idealmente deveria ter. Logo, não é nada trivial que o principal documento sobre o tema produzido pelo governo estadunidense seja um relatório da USAID (2005), embasado em um trabalho científico realizado por um

grupo de analistas (GOLDSTONE et al, 2004)[8]. Como ponto de partida, o relatório da USAID (2005) reproduz em boa medida as premissas apresentadas anteriormente:

> Estados fracos tendem a serem os vetores de forças desestabilizadoras, manifestando o lado sombrio da globalização e apresentando-se como um grande desafio para a segurança nacional. O fenômeno dos estados fracos ou falidos não é novo, mas a necessidade de se resolver tal fraqueza é mais urgente do que nunca. (...) A estratégia [do governo dos EUA] reconhece que a raiz da ameaça à segurança nacional dos EUA e da comunidade internacional como um todo é a falta de desenvolvimento, que não pode ser resolvida apenas por meios militares e diplomáticos. Em países que carecem de capacidade, ou mesmo vontade, para proporcionarem os serviços mais básicos e proteção, não podemos optar por deixá-los de lado (USAID, 2005, p. v)

Nesse documento é importante iniciarmos a análise a partir de quais seriam os determinantes do fracasso, e por quais variáveis poderíamos representá-los. Assim temos a seguinte definição:

> Pesquisas indicam que a instabilidade associada a estados frágeis é produto de governança pouco efetiva e ilegítima. Efetividade refere-se à capacidade do governo em trabalhar com a sociedade e assegurar a provisão de ordem e bens e serviços públicos. Legitimidade refere-se à percepção por parte de importantes segmentos da sociedade de que o governo está exercendo o poder estatal de maneira razoavelmente justa e em conformidade com os interesses da nação como um todo. Quando efetividade e legitimidade são fracas, conflito e fracasso estatal são os resultados mais prováveis (USAID, 2005, p. 03).

[8] Convém aqui registrar dois pontos. Primeiramente, os documentos de política externa estadunidense não são as únicas fontes para tentativa de definição da categoria “estado falido”. Por exemplo, existem 4 propostas que não necessariamente ranqueiam países, mas que ao menos definem do que se trata o fracasso estatal (Call, 2010; Rice e Patrick, 2008; Gravingholt et al, 2015; e Stewart e Brown, 2009), e 5 índices cujas propostas miram explicitamente o ranqueamento de países vis-à-vis fracasso estatal (Carment e Samy, 2012; World Bank, 2011; Fund for Peace, 2019; Rice e Patrick, 2008; e Marshal e Goldstone, 2007). Há inclusive sobreposições entre estes quadros analíticos, com alguns definindo e ranqueando ao mesmo tempo. Disso decorre o segundo ponto. A discussão sobre fracasso estatal não foi apenas uma especificidade estadunidense. Ainda que o país tenha tido grande peso na delimitação da agenda, instituições internacionais como Banco Mundial (World Bank, 2011) e agências de outros países como o DFID britânico (Stewart e Brown, 2009) envidaram esforços para criar seus índices. Ademais, entidades da sociedade civil como think tanks como o Fund for Peace, que produz o atual Fragile States Index (anteriormente Failed States Index), também se engajaram no debate. Nota-se assim toda uma controvérsia envolvendo não apenas estados, mas também organismos internacionais e atores da sociedade civil. Para uma discussão e análise das propostas supracitadas, ver Ferreira (2016).

É possível verificar que efetividade e legitimidade são questões chave para se compreender a razão de estados fracassarem. Todavia, o relatório da USAID faz tal assertiva remetendo o/a leitor/a para outro trabalho, isto é, existem pesquisas anteriores sobre as causas do fracasso estatal e que já apontavam a importância da efetividade e legitimidade para a compreensão do fenômeno. Haveria então um quadro analítico previamente construído que justifica esta definição da agência sobre o problema.

A pesquisa em questão foi desenvolvida por Jack Goldstone, da *George Mason University* e uma equipe de pesquisadores do *Center for Institutional Reform and Informal Sector*, organismo baseado na *University of Maryland*. Em especial, o relatório da USAID sob análise faz referência ao trabalho de 2004, intitulado *Strategy Framework for the Assessment and Treatment of Fragile States*, cujo principal objetivo é proporcionar ideias sobre como se compreender o fracasso de países e de que forma a ação da agência pode ser mais efetiva.

Os autores anunciam sua filiação teórica e metodológica para a questão quando destacam que as principais instituições cujo declínio pode culminar na fragilidade dos estados são aquelas relativas à manutenção da ordem constitucional e das regras do jogo; e que tais instituições devem ser compreendidas como padrões de comportamento que impõem incentivos para que estes mesmos comportamentos se perpetuem ao longo do tempo, ainda que estes mesmos comportamentos possam gerar consequências consideradas negativas. Ademais, segundo Goldstone et al (2004), a inovação da abordagem proposta pelo grupo, e que poderia nortear as ações da USAID, adviria de 4 insights:

> 1. A força ou fragilidade dos estados é causada primariamente pelas instituições basilares do país. As instituições identificadas pelos autores são aquelas relativas às dimensões política, social, econômica e de segurança.
> 2. A qualidade da capacidade do país depende da efetividade e legitimidade de cada dimensão. Os autores acreditam que a preocupação dos doadores internacionais com a efetividade do Estado - orçamento equilibrado, treinamento dos membros do judiciário, entre outras tarefas -, mas a reticência em se lidar com a questão da legitimidade do Estado - a percepção por parte de parcelas significativas da população de que o governo age em nome de um interesse nacional, por assim dizer - explicam as dificuldades para se solucionar o fracasso estatal.

> 3. Reconhecer e tratar o Estado como um sistema orgânico. Para tanto, é necessário, primeiramente, verificar qual o principal problema institucional em cada país, causado pelo descompasso entre condições políticas internas e as instituições e intervenções estatais por meio das quais o governo procura alcançar seus objetivos. A resolução desse problema envolve a criação de instituições e de acordos políticos que perpassem as dimensões políticas, econômicas, sociais e de segurança do Estado.
> 4. De forma complementar à terceira ideia, o último insight diz que fortalecer as quatro dimensões com vistas a aumentar a efetividade e a capacidade dos países terá efeito limitado se realizado de forma independente, ou seja, as mudanças devem ser realizadas tendo em mente o fortalecimento da ordem constitucional do Estado, cuja meta é tomar decisões e resolver os conflitos de forma pacífica e regrada. Para tanto é necessário (a) regularizar, internalizar e criar procedimentos para a resolução dos conflitos domésticos que surgem de interesses divergentes de grupos dentro da sociedade; e (b) aumentar a percepção da sociedade de que suas interações com o Estado ocorrem em "terreno neutro". Aqui, o terreno neutro seria o espaço social no qual as demandas sociais são postas e questões políticas e status sociais não tem peso nas decisões - as pessoas e as demandas são julgadas pelo mérito.

Ademais, Goldstone et al (2004) argumentam que os estados podem fracassar em dois sentidos. No *sentido funcional*, o governo perde a capacidade de manter o monopólio do uso da violência legítima dentro de grandes parcelas do território. O *sentido normativo* faz referência a situações em que países deixam de prover aquelas tarefas que são consideradas essenciais, tais como assegurar o cumprimento das leis, proteger minorias, assegurar as condições para crescimento econômico, garantir os serviços básicos, lidar com catástrofes naturais, dentro outros. Com base nessas ideias, Goldstone et al (2004) identificam três tipos de estados: os que estariam fracassando (*failing*), os falidos (*failed*) e, por fim, aqueles em recuperação (*recovering*).

Os critérios para delimitação da tipologia baseiam-se em que sintomas os países apresentam e estariam fazendo com que eles desenvolvessem um comportamento disfuncional. Nos países em processo de fracasso seria comum encontrarmos o aumento dos conflitos entre grupos (étnicos ou religiosos), predação estatal, guerrilhas, colapso democrático ou crises políticas oriundas do fim de regimes autoritários. Pela análise dos autores, naqueles países já considerados falidos, o fracasso teria ocorrido ou sido incrementado devido principalmente a guerras.

Assim, para identificarmos “estados falidos” deveríamos compreender como intervenções externas, soluções negociadas, vitória de uma das partes, rebeldes contidos pelo governo ou guerras civis contribuíram para a manutenção do fracasso. Todavia, os autores alertam que não se trata de verificar apenas se os estados em tela apresentam os sinais descritos; é importante verificar de forma mais precisa como a efetividade e a legitimidade são afetadas pelos problemas institucionais e como as mesmas podem ser restauradas. Sumarizando, Goldstone et al (2004, p. xi) argumentam que:

> O princípio mais geral obtido das análises é que países frágeis são aqueles nos quais a efetividade e a legitimidade das instituições que proporcionam capacidade ao Estado (políticas, econômicas, sociais e de segurança) quando analisadas em conjunto, não possibilitam o desenvolvimento da habilidade necessária para se lidar com os conflitos internos e, em última instância, com a propensão ao uso da violência pelas partes, não criando o terreno neutro para a resolução das disputas. Um desequilíbrio entre o poder político e os objetivos entre os grupos contendores - um hiato de governança, se for o caso - é na maioria das vezes o cerne da fragilidade.

É retomando parte desses argumentos que a USAID desenvolve sua estratégia para identificar e atuar em “estados falidos”. Para tanto, uma vez coligidas as dimensões e instituições fundamentais para a explicação do fenômeno, o próximo passo a ser executado é reunir os dados necessários para que o analista possa identificar os países mais fragilizados, definir quais medidas devem ser tomadas e, por fim, mensurar o sucesso ou fracasso das ações tomadas. O que temos no documento é apenas a indicação de que dados buscar para apreendermos a fragilidade, conforme nos mostra o quadro abaixo:

Table 1. Analyzing Governance in Fragile States: The Fragility Framework

	Effectiveness	Legitimacy
Security	Military and police services that secure borders and limit crime	Military and police services that are provided reasonably, equitably, and without major violation of human rights
Political	Political institutions and processes that adequately ensure response to citizen needs	Political processes, norms, and leaders that are acceptable to the citizenry
Economic	Economic and financial institutions and infrastructure that support economic growth (including jobs), adapt to economic change, and manage natural resources	Economic institutions, financial services, and income-generating opportunities that are widely accessible and reasonably transparent, particularly related to access to and governance of natural resources
Social	Provision of basic services that generally meet demand, including that of vulnerable and minority groups, is assured	Tolerance of diverse customs, cultures, and beliefs

Note. The illustrations of effectiveness and legitimacy are indicative and will be refined based on pilot testing in the field.

Fonte: extraído de USAID (2005, p. 4)

A partir dos dados destacados seria possível apresentar as categorias analíticas a serem utilizadas pela agência para uma melhor compreensão do problema. Assim teríamos:

> (…) é mais importante compreender qual a amplitude e quão rápido um país está caminhando em direção à ou contra a estabilidade do que categorizá-lo como falido ou não. Logo, a estratégia distingue estados frágeis que são vulneráveis daqueles já em crise.
> USAID utiliza vulnerável para se referir àqueles estados incapazes ou relutantes em assegurar de forma adequada a provisão de segurança e serviços básicos para porções significativas de sua população e aonde a legitimidade do governo está em questão. Inclui países que estariam fracassando ou se recuperando de crises.
> USAID utiliza em crise para se referir àqueles estados nos quais o governo central não exerce controle efetivo sobre seu território ou é incapaz ou relutante para assegurar a provisão dos serviços vitais para partes significativas do seu território, aonde a legitimidade do governo é fraca ou inexistente e no qual o conflito violento é uma realidade ou um grande risco (USAID, 2005, p. 1, negrito no original).

Quando procuramos respostas para o que enseja as perdas de efetividade e legitimidade, o documento nos apresenta seis possíveis causas, que chamam de *caminhos para o fracasso* (*common pathways to failure*): colapso democrático; transições ou reformas em estados autoritários; corrupção chancelada pelo governo; rebeliões regionais ou guerrilhas; conflito étnico ou genocídio; e, por fim, colapso econômico, com destaque para hiperinflação. Não queda claro, contudo, qual a

relação estabelecida pelo relatório, ou seja, se seria uma associação entre um ou mais dos componentes dos *caminhos para o fracasso* com a inabilidade e/ou relutância das lideranças que leva ao fracasso; ou se a inabilidade e/ou relutância dos governos causaria algum dos os caminhos para o fracasso, e estes culminariam numa situação de Estado Falido.

Ainda que fora do escopo temporal e analítico do artigo, cabem breves apontamentos relativos aos desenvolvimentos posteriores do debate sobre "estados falidos" na política externa dos EUA pós-George W. Bush. Para isso, há de se destacar que todo o debate sobre fracasso estatal deflagrado após os atentados de 11 de setembro de 2001 foi alvo de um sem-número de críticas, culminando inclusive em reformulações da discussão[9]. No caso dos EUA, destaco dois pontos.

Durante o governo do democrata Barack Obama (2009-2017), a fragilidade estatal ainda é apresentada como problema de segurança internacional, tal como descrita na estratégia de segurança nacional estadunidense publicada em 2010 (OBAMA, 2010). Todavia, conforme aponta O'Hanlon (2012), o peso político da ideia de "estados falidos" e de reconstruir estados foi menor do que aquele experimentado durante os anos Bush, sobretudo tendo-se em mente as dificuldades de estabilização de Afeganistão e Iraque.

Tal tendência em alguma medida aprofunda-se na administração Trump (2017-presente), algo esperado se levarmos em consideração que durante sua primeira campanha presidencial o então candidato afirmara que não manteria os EUA em guerras sem fim (DREAZEN, 2017), ainda que após quase todo seu primeiro mandato, na verdade, tenha expandido a presença militar estadunidense alhures, conforme nos mostram MacDonald e Parent (2019).

Sintomático disso, é que diferentemente das estratégias de segurança nacional de Bush e de Obama, o termo *state fragility* aparece apenas uma vez na estratégia de segurança nacional de Trump, e não associado a temas de segurança internacional (TRUMP, 2017, p. 40). O foco principal de problemas de segurança internacional recai mais sobre ditadores que teriam interesse em adquirir armas de destruição em massa, o que pode ser compreendido como um retorno à ideia de "estados párias".

[9] Para uma revisão das perspectivas críticas à categoria "estado falido", ver Gomes (2011). O próprio Failed States Index, talvez o índice mais famoso sobre o assunto, mudou sua nomenclatura para Fragile States Index em 2014 tendo em vista todas as críticas que a categoria "estado falido" recebeu.

3. Instituições e o Discurso Colonial

O desenvolvimento do argumento do trabalho demanda agora dois movimentos principais. Primeiramente, apresento o que considero ser o Discurso Colonial para, em seguida, discutir porque a narrativa sobre "estados falidos" seria uma versão atualizada do mesmo.

Quando digo Discurso Colonial me refiro às ideias desenvolvidas sobretudo por Said (1979) e Bhabha (2007), quando afirmam que este seria um aparato apoiado simultaneamente no reconhecimento e repúdio de diferenças raciais, culturais e históricas. A função estratégica do Discurso Colonial, segundo Bhabha (2007), seria a criação de um espaço para o que o autor chama de "povos sujeitos" - aquelas populações subjetificadas a partir do Discurso Colonial - mediante criação de conhecimentos que a partir dos quais se exerce vigilância e controle. Precisando o argumento:

> [O discurso colonial] busca legitimação para suas estratégicas através da produção de conhecimentos do colonizador e do colonizado que são estereotipados, mas avaliados antiteticamente. O objetivo do discurso colonial é apresentar o colonizado como uma população de tipos degenerados com base na origem racial de modo a justificar a conquista e estabelecer sistemas de administração e instrução. Apesar do jogo de poder no interior do discurso colonial e das posicionalidades deslizantes de seus sujeitos (por exemplo, efeitos de classe, gênero, ideologia, formações sociais diferentes, sistemas diversos de colonização, e assim por diante), estou me referindo a uma forma de governamentalidade que, ao delimitar uma "nação sujeita", apropria, dirige e domina suas várias esferas de atividade. Portanto, apesar do "jogo" no sistema colonial que é crucial para seu exercício de poder, o discurso colonial produz o colonizado como uma realidade social que é ao mesmo tempo um "outro" e ainda assim inteiramente apreensível e visível (Bhabha, 2007, p. 111).

Ademais, lembrando as lições de Said (1979, p.81), não haveria necessidade de procurarmos uma correspondência entre a linguagem utilizada correntemente para se descrever o Oriente e a própria realidade empírica, *não porque a linguagem seja imprecisa, mas porque ela não está nem sequer tentando ser precisa*. Sob a

perspectiva de Said, a proposta do Discurso Colonial seria caracterizar o Oriente como aquela entidade estrangeira e, simultaneamente, incorporá-la ao imaginário europeu. Assim sendo, consoante Said (1979, p. 81):

> Todas elas [as caracterizações do Oriente] são declarativas e autoevidentes; o tempo verbal que elas usam é o eterno intemporal; passam uma impressão de repetição e força; são sempre simétricas, e, contudo, diametralmente inferiores, a um equivalente europeu, que algumas vezes é especificado, outras não. Para todas essas funções, é com frequência suficiente usar a simples cópula é. Desse modo, Maomé é um impostor, na frase canonizada na Bibliothèque de D`Herbelot e de certo modo dramatizada por Dante. Nenhum embasamento é preciso; as provas necessárias para condenar Maomé estão contidas no é. A frase não se qualifica, nem parece ser preciso dizer que Maomé foi um impostor, nem considerar por um momento sequer que pode não ser necessário repetir a afirmação. Mas esta é repetida, ele é um impostor e cada vez que se diz isso ele fica um pouco mais impostor, e o autor da afirmação adquire um pouco mais de autoridade por ter declarado isso[10].

Argumento ainda que o Discurso Colonial acaba por realizar algo que Johannes Fabian (1983) havia identificado na Antropologia dos séculos XVIII e XIX e que designa como negação da coetaneidade (*denial of coevalness*): a persistente e sistemática tendência de localizar o referente da Antropologia num tempo distinto daquele no qual o produtor do discurso antropológico está inserido. Selvagem, tradicional, primitivo não seriam, portanto, as essências de outras pessoas e povos, mas categorias analíticas criadas mediante uma visão ocidental sobre tempo e história e que acabaram sendo naturalizadas na disciplina em tela. A diferença qualitativa entre o europeu e o selvagem é inscrita segundo marcadores temporais, pois o zênite da evolução está agora na história ocidental, restando ao primitivo aprender com e emular o dito civilizado.

Nota-se, portanto, que o tempo histórico se transforma em uma maneira para se medir a distância social, cultural, econômica e/ou política que se assume existir entre o Ocidente e o Oriente. Isto cria as condições para avaliações que mais

[10] Apesar de reconhecer a importância do trabalho de Said, Bhabha apresenta uma crítica importante ao argumento do autor: em Said há sempre a sugestão de que o discurso e o poder colonial são de propriedade exclusiva do colonizador, culminando na visão de que seria possível identificar uma intencionalidade e uma unidirecionalidade. Todavia, segundo Bhabha (2007, p. 113), *é difícil conceber o processo de subjetificação como localizado no interior do orientalismo ou do discurso colonial para o sujeito dominado, sem que o dominador esteja também estrategicamente colocado nesse interior*.

salientam a lacuna que outros países possuiriam em relação ao Ocidente, em detrimento de análises sociopolíticas que fujam do caráter comparativo, ainda que por vezes implícito, entre um dito Primeiro Mundo desenvolvido e um Terceiro Mundo atrasado.

Por que considero a representação do fracasso estatal como uma versão atualizada do Discurso Colonial? Conforme já dito, o ponto central das análises dos EUA sobre a fragilidade estatal centra-se no caráter das instituições dos países. Não obstante, a identificação de uma cadeia de causalidade clara é dificultada visto que os documentos não se preocupam em dar a devida atenção ao começo do processo, tomando a situação doméstica dos "estados falidos" como algo dado em sua análise. Mesmo o relatório de Goldstone et al (2004, p.v), apesar de argumentar em favor de se analisar o estado como um sistema orgânico, nos dá *a priori* o que pode ser a principal causa do problema: o descompasso entre as condições políticas domésticas e as instituições e as intervenções do governo para alcançar seus objetivos, isto é, os objetivos das lideranças dos países em contraposição ao seu apoio e recursos domésticos.

Inobstante se possa dizer que se trata de uma questão de recorte para a análise, o fato é que, segundo o argumento aqui desenvolvido, o recorte escolhido é problemático, porquanto cria as condições para que as situações dos países possam ser entendidas como simplesmente incapacidades ou relutâncias domésticas em se adequar a determinadas instituições que seriam consideradas o ápice do desenvolvimento político e econômico. Como as instituições de tais estados se tornaram fracas ao longo do tempo, que choques internos ou externos as moldaram ou quais seriam as condições socioeconômicas que levaram a corrente situação são pontos subexplorados na maioria das análises.

Que recorte e orientações teóricas são estas, então, que criam as condições para uma versão atual do Discurso Colonial? Trata-se de uma análise ancorada no Novo Institucionalismo, corrente de estudo que comunga da ideia de que instituições – entendidas como um conjunto de regras formais e informais seguidas consciente ou inconscientemente por mais de uma pessoa e que nortearam o comportamento das mesmas – afetam o comportamento dos indivíduos uma vez que proporcionam incentivos ou impõem constrangimentos para que busquem seus objetivos.

Em especial, a corrente conhecida como Institucionalismo da Escolha Racional[11] argumenta que as instituições podem ser entendidas como regras do jogo político, associadas na maioria das vezes à estrutura material dos cenários e aos interesses dos atores. Com relação à maneira como as instituições moldam o comportamento dos atores, o Institucionalismo da Escolha Racional assevera que instituições moldam a ação na medida em que oferecem oportunidades e impõem restrições, postulando que o peso teórico das instituições se origina de seu efeito mediador sobre os cálculos dos atores, partindo do pressuposto de que as preferências desses últimos são exógenas às instituições e às interações. Por fim, tendo em mente a questão da origem e mudança institucional, é bastante reconhecido que os institucionalistas da escolha racional estão predispostos a centrar suas atenções nas funções que as instituições em análise cumprem e nas conveniências que propiciam, principalmente pelo fato de que a permanência das instituições depende das vantagens que oferecem.

Conforme Hall e Taylor (2003), a origem das instituições é, na maioria das vezes, explicada pelos efeitos de sua existência, isto é, surgiram pois, em determinado momento, proveram aos atores vantagens a serem utilizadas em seus cálculos estratégicos. Ademais, uma simplificação teórica dessa linha muitas vezes culmina numa origem voluntarista das instituições, ou seja, sua criação seria um processo quase contratual assinado entre atores relativamente iguais e independentes. Consequência lógica do argumento é a ideia de que a mudança institucional pode ocorrer na medida em que as instituições apresentem um caráter disfuncional ou subótimo, fazendo com que os atores iniciem a transformação.

Logo, a caracterização dos “estados falidos” traz consigo ecos desse Discurso Colonial. Isso porque a avaliação institucional seria hoje o quadro analítico para se julgar e legitimar intervenções reformistas, as quais objetivariam cambiar a situação política dos países considerados fracos (BHUTA, 2008) a partir de uma análise que privilegia o doméstico como fonte dos problemas, porém desconsidera a influência que o internacional tem na origem dos mesmos.

Assim, no Discurso Colonial há o reconhecimento da diferença ao mesmo tempo em que ele a nega, argumentando que o selvagem seria distinto, mas poderia

[11] Existem ainda duas outras correntes do Novo Institucionalismo: o Institucionalismo Histórico e o Institucionalismo Sociológico. Para uma boa apresentação de todas essas correntes e suas aplicações na Ciência Política, sugere-se Immergut (1998) e Hall e Taylor (2003).

ser preparado para viver em civilização. De forma análoga, no discurso sobre fracasso estatal as diferenças são reconhecidas enquanto variações institucionais entre os países, mas, ao mesmo tempo, a variação encontrada nos “estados falidos” é considerada inferior porquanto acaba por produzir comportamentos coletivos considerados inadequados, os quais estariam levando os países em tela ao colapso.

Nos termos ora propostos, se a intervenção no Discurso Colonial era justificada pela tentativa de se educar os “povos degenerados”, no discurso sobre o fracasso estatal a intervenção seria explicada e incentivada com base na existência de “instituições degeneradas”. Por conseguinte, se no Discurso Colonial a diferença era articulada entre raças e etnias, agora os contrastes e variações são, por exemplo, entre indicadores econômicos (como expectativa de vida e taxas de analfabetismo que representariam o mau funcionamento institucional dos países), ou mesmo a presença ou ausência de regras institucionais democráticas que incentivariam a resolução das tensões sociais via urnas e não mais via armas.

A lógica subjacente é de que, por exemplo, os países do Terceiro Mundo são pobres porque neles as regras institucionais definem um conjunto de recompensas para a atividade política e econômica que não encoraja a atividade produtiva. Se instituições diferentes produzem resultados distintos, poderíamos assim inserir novas instituições em condições históricas distintas e esperar que funcionem de forma similar em que funcionaram em seus contextos originais, punindo comportamentos desviantes e premiando bons desempenhos.

Em alguma medida, o argumento avançado pelos relatórios do governo estadunidense apresenta a realidade institucional dos “estados falidos” como problemática. De forma análoga às ideias de Said, a realidade institucional desses países **é** assim, evitando questionamentos como **“por que se tornaram assim?”**.

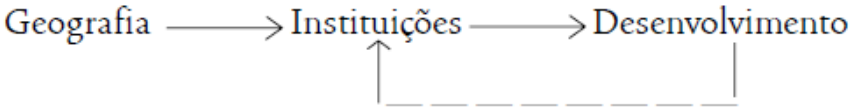
Este quadro apresenta os caminhos para o fracasso como autônomos, não sendo fomentados por sujeitos históricos concretos ou apresentando pouco ou nenhuma correlação com as condições socioeconômicas em que o país se encontra inserido. É como se instituições não fossem fomentadas e criadas por seres humanos envolvidos em disputas políticas marcadas por disparidades de poder, e que tais instituições são muitas vezes cristalizações de um status quo em que determinados grupos impuseram sua vontade aos demais e tal relação se mantém no tempo. Além disso, se nos atentarmos para o fato apontado por Przeworski

(2005) de que o Novo Institucionalismo em geral comunga de dois pontos comuns - instituições fazem a diferença e são endógenas -, o discurso se torna mais colonial ainda.

Conforme Przeworski (2005), a ideia de que instituições são endógenas é muito cara aos autores neoinstitucionalistas. O raciocínio parte do pressuposto de que novos arranjos institucionais não se estabelecerão a menos que os benefícios privados de sua criação possam ultrapassar os prováveis custos dessa transformação. Tal ideia é consubstanciada na afirmação de North (1990, p. vii), quando o autor afirma que a história importa não porque podemos aprender com ela, mas sim porque o presente e o futuro estão conectados ao passado pela continuidade das instituições da sociedade. Contudo, conforme Przeworski (2005), o questionamento embaraçoso que se segue é se a endogeneidade for suficientemente forte as instituições perdem sua eficácia causal própria. O autor ilustra o argumento a partir de um exemplo que muitas vezes é utilizado para descrever as situações dos “estados falidos”:

> Imaginemos que somente aquelas instituições que geram determinados resultados - digamos, aquelas que perpetuam o poder dos poderosos - são viáveis sob as condições dadas. Então as instituições não têm um papel autônomo: as condições moldam as instituições e as instituições apenas transmitem os efeitos causais dessas condições (PRZEWORSKI, 2005, p. 60).

O problema que Przeworski (2005) aponta nas análises neoinstitucionalistas sobre desenvolvimento econômico - boas instituições tendem a produzir bons comportamentos que promovem o desenvolvimento dos países - é o fato de que apesar de serem descritas como autônomas, as instituições dependem da dita endogeneidade que pode, na teoria e na prática, questionar o potencial heurístico da análise institucional. A figura abaixo procura ilustrar a causalidade proposta pelas análises neoinstitucionalistas:



Extraído de Przeworski (2005, p. 72)

As condições estruturais invariantes - a geografia, por exemplo - determinaram as instituições iniciais, as quais promoveram padrões e ritmos de desenvolvimento que no futuro poderiam reconfigurar a evolução institucional dos países. Para o nosso objeto de estudo, a situação é ainda mais delicada, na medida em que se os caminhos institucionais são determinados pelas escolhas iniciais, poderíamos inferir que as condições iniciais nos ditos “estados falidos” teriam criado aquelas instituições consideradas problemáticas. Contudo, sem maiores explicações sobre as ditas condições iniciais, o máximo que temos são as afirmações sobre as inabilidades, incapacidades ou relutâncias das lideranças em reformarem o arcabouço institucional dos governos.

A contínua e constante repetição da descrição do fracasso estatal enquanto problemas institucionais domésticos, reforçada pelos pressupostos teóricos neoinstitucionalistas que embasam o argumento dos documentos analisados, redundaria numa caracterização devastadora outorgada aos “estados falidos”: condições iniciais ruins geraram instituições ruins que se perpetuaram ao longo do tempo. Em suma, a história desses países pelo prisma institucional é problemática e inferior àquela que se desenvolveu no Ocidente. Podemos até afirmar que os países hoje considerados fracassados ao longo do tempo progrediram e desenvolveram suas instituições. Contudo, as condições iniciais encontradas impediram o desenvolvimento das instituições mais adequadas, desembocando no atual quadro.

Se levarmos o argumento ao limite, uma vez que as condições iniciais são também piores nos “estados falidos” e criaram instituições que produzem consequências que possibilitariam a preservação da situação corrente, não haveria alternativa a não ser a engenharia institucional vinda de fora, a qual poderia romper com o *status quo* instalado, criando outras instituições que, enfim, fomentariam o desenvolvimento político e econômico.

Por fim, um questionamento também importante pode ser posto: qual seria o papel dos EUA frente a descrição até o momento apresentada?

Frente aos ditos “estados falidos”, a tarefa seria auxiliá-los na aquisição das competências consideradas necessárias para poderem executar as tarefas tidas como básicas de qualquer governo. Ao avaliar a fragilidade estatal enquanto um problema técnico, visto que a solução seria a troca das peças institucionais dos países em tela, o discurso indicaria quais instituições deveriam preencher os

"estados falidos" e que tarefas deveriam ser executadas para que esta transposição institucional fosse bem-sucedida. Nesse sentido, o trecho abaixo é emblemático das tarefas norte-americanas face o quadro traçado:

> Alguns países estão comprometidos com a tarefa de combater o terrorismo, porém carecem da capacidade para cumprir suas responsabilidades de Estados soberanos. Alguns governos, por exemplo, carecem do arcabouço legal e das capacidades técnicas necessárias para combater a lavagem de dinheiro. Outros, não possuem as capacidades militares, de inteligência e de imposição do estado de direito para afirmar efetivo controle sobre o território. Depois do 11 de setembro redobramos nossos esforços para desenvolver programas que os ajudem a angariar as capacidades necessárias para combater o terrorismo mediante meios variáveis, incluindo legislação eficiente, assistência técnica, novas formas de inteligência e treinamento militar e civil (Bush, 2003, p. 20).

A partir do diagnóstico apresentado, enquanto no âmbito discursivo teríamos a representação de um problema de natureza técnica, essencialmente de origem doméstica e que demandaria ajuda externa com o fito de resolvê-lo, no âmbito político teríamos, em última instância, a construção da legitimação para intervenções militares. Agora a estratégia não seria o combate assertivo, como necessário para a contenção dos "estados párias", e tampouco intervenções militares, mas sim reconstruções de estados, cujo intuito seria capacitar o país a cumprir as funções que todo governo, ao menos em tese, deveria realizar.

4. Considerações Finais

Um dos pontos destacados no início do trabalho é o fato de que a discussão teórica-metodológica sobre "estados falidos" informou a ação política do governo estadunidense. Com isso em mente, o argumento aqui desenvolvido potencialmente intervém tanto no debate acadêmico quanto no debate político, uma vez que ao interrogarmos o diagnóstico apresentado sobre o problema do dito fracasso estatal, por consequência lógica, é possível igualmente interrogar a capacidade analítica do termo "estado falido", assim como destacar os eventuais dificuldades que análises institucionais trazem para a compreensão de países considerados marginais no sistema internacional.

Ainda que se possa argumentar que a discussão sobre “estados falidos” foi episódica, oriunda sobretudo da ênfase dada pelo governo George W. Bush a uma dita relação de causalidade entre fracasso estatal e terrorismo, ela pode ser considerada mais uma amostra da ausência de categorias próprias para a compreensão da situação de países fracos ou considerados à margem no sistema internacional. O viés comparativo implícito do conceito “estado falido” não seria exclusivo do termo em tela, mas sim sintoma da recorrência em tratar países fracos como unidades desviantes e inacabadas, que deveriam emular padrões de desenvolvimento econômico e político do Ocidente. Não à toa, nosso imaginário acadêmico e político é povoado por expressões como Primeiro e Terceiro Mundo, países desenvolvidos e subdesenvolvidos, falidos e párias, dentre tantos outros. E, em boa medida, uma orientação institucionalista tal como a aqui criticada reforça esta situação.

Com isso, pode-se dizer que a categoria “estado falido” paga o preço pelo recorte adotado para análise. O enfoque institucionalista, ao procurar avaliar como variáveis domésticas impactam o comportamento internacional dos países e assim destacar a precedência destas para a emergência do problema, trata como dado questões como, por exemplo, as interações desses Estados dentro do sistema internacional de Estados e mesmo a natureza da inserção econômica dos mesmos no capitalismo global. Em última instância, a abordagem sob escrutínio reforça as fronteiras entre doméstico e internacional para temas em que, inescapavelmente, essa distinção é no mínimo cinzenta e pouco produtiva de ser mantida.

Podemos derivar disso um importante ponto de discussão que, a despeito de não poder ser devidamente explorado aqui dado questões de espaço e escopo do texto, merece ao menos ser lançado[12], com o desejo que incite discussões futuras. Uma das conclusões do argumento é que a categoria “estados falidos” reforça a fronteira entre o doméstico e o internacional, criando condições para que este termo possa ser interpretado como uma atualização do Discurso Colonial. Todavia, há de se destacar que o Discurso Colonial, tal como apresentado por Said e Bhabha neste texto, mas explorado por outros autores da tradição pós-colonial, não se limita a uma discussão entre o interno e o externo. Talvez um de seus principais fundamentos

[12] Agradeço aos editores do dossiê pelo apontamento de instigante insight.

esteja relacionado com o problema da produção de hierarquias, e como foram reproduzidas no sistema internacional[13].

Logo, a superação do Discurso Colonial não necessariamente será alcançada apenas mediante uma contestação da fronteira doméstico-internacional. Pelo contrário, se nos ativermos apenas a isso, podemos nos restringir a uma discussão sobre a interferência de determinadas potências em outros países, porém sem colocarmos em questão as condições que possibilitam o ato de interferir em si. Por isso, um necessário passo futuro é justamente uma investigação sobre como categorias como "estados falidos" e correlatas são produto e meios de reprodução de hierarquias ancoradas em questões de desigualdade e diferença.

Referências

BHABHA, Homi. *O Local da Cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

BHUTA, Nehal. Against State-Building. *Constellations*, vol. 15, n. 4, p. 517-542, 2008.

BLANCO, Ramon; DELGADO, Ana Carolina Teixeira. Problematising the ultimate other of modernity: the crystallization of coloniality in international politics. *Contexto Internacional*, vol. 41, n. 3, p. 599-619, 2019.

BUSH, George W. *National Strategy for Combating Terrorism*. White House: Washington D.C, 2003.

BUSH, George W. *The National Security Strategy of the United States of America*. White House: Washington D.C, 2002.

BUSH, George W. *The National Security Strategy of the United States of America*. The White House: Washington D.C, 2006.

CALL, Charles T. Beyond the 'Failed State': Toward Conceptual Alternatives. *European Journal of International Relations* vol. 17, no. 2, p. 303–326, 2010.

CARMENT, David. Assessing State Failure: Implications for theory and policy. *Third World Quarterly*, vol. 24, n. 3, p. 407-427, 2003.

CARMENT, David; SAMY, Yiagadeesen. *Assessing State Fragility: A Country Indicators for Foreign Policy Report*. Ottawa: Carleton University, 2012.

DREAZEN, Yochi. *Candidate Trump promised to stay out of foreign wars. President Trump is escalating them*. Disponível em:

[13] Sobre essa discussão, ver Blanco e Delgado (2019).

<https://www.vox.com/world/2017/8/25/16185936/trump-america-first-afghanistan-war-troops-iraq-generals> Acessado em 16 de janeiro de 2020.

FABIAN, Johannes. *Time and the Other: how Anthropology makes its Subject*. New York: Columbia University Press, 1983.

FERREIRA, Ines. Measuring state fragility: a review of the theoretical groundings of existing approaches. *Third World Quarterly*, vol. 38, n. 6, p. 1291-1309, 2017.

FOREIGN POLICY. *The Failed States Index*. Washington D.C: Washington Post. Newsweek Interactive, 2005.

FUKUYAMA, Francis. *Construção de Estados: governo e organização mundial no século XXI*. Rio de Janeiro: Rocco, 2005.

FUND FOR PEACE. The Fragile States Index Data. Disponível em: <http://fsi.fundforpeace.org/> Acessado em 16 de janeiro de 2020.

GOLDSTONE, Jack; HAUGHTON, Jonathan; SOLTAN, Karol; ZINNES, Clifford. *Strategy Framework for the Assessment and Treatment of Fragile States*. Washington: PPC IDEAS, 2004.

GOMES, Aureo de Toledo. Questionando o fracasso estatal: um balance da literatura crítica. *BIB*, n. 71, p. 69-94, 2011.

GRÄVINGHOLT, Jorn; ZIAJA, Sebastian; KREIBAUM, Merle. Disaggregating State Fragility: A Method to Establish a Multidimensional Empirical Typology. *Third World Quarterly* vol. 36, no. 7, p. 1281–1298, 2015.

GROS, Jean-Germain. Toward a Taxonomy of Failed States in the New World Order: Decaying Somalia, Liberia, Rwanda and Haiti. Third *World Quarterly*, vol. 17, n. 3, p. 455-471, 1996.

GURR, Ted. *Why Men Rebel*. New York: Paradigm Publishers, 1970.

HALL, Peter, TAYLOR, Rosemary. As três versões do Neo-Institucionalismo. *Lua Nova*, n. 58, p.p. 193-223, 2003.

HEHIR, Aidan. The Myth of the Failed State and the War on Terror: a challenge to conventional wisdom. *Journal of Intervention and Peacebuilding*, vol.1, n. 3, p. 307-333, 2007.

HELMAN, Gerald; RATNER, Steven. Saving Failed States. *Foreign Policy*, n. 89, p. 3-18, 1993.

HILL, Jonathan. Beyond the Other? A postcolonial critique of the failed state thesis. African Identities, vol. 3, n. 2, p. 139-154, 2005.

IMMERGUT, Ellen. The theoretical core of the New Institutionalism. *Politics and Society*, vol. 26, n. 1, p. 5-34, 1998.

JACKSON, Robert. *Quasi-States: Sovereignty, International Relations and the Third World*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

JACKSON, Robert; ROSENBERG, Carl. Why Africa's Weak State persist: the empirical and the juridical in Statehood. *World Politics*, vol. 35, n. 1, p.p. 1-24, 1982.

KALYVAS, Sthathis. *The Logic of Violence in Civil Wars*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

KAPLAN, Robert. The Coming Anarchy. *The Atlantic Monthly*, February, 1994.

MACDONALD, Paul; PARENT, Joseph. Trump didn't shrink U.S. military commitments abroad – he expanded them. Disponível em:< https://www.foreignaffairs.com/articles/2019-12-03/trump-didnt-shrink-us-military-commitments-abroad-he-expanded-them> Acessado em 16 de janeiro de 2020.

MARSHALL, Monty; GOLDSTONE, Jack. Global Report on Conflict, Governance and State Fragility 2007." *Foreign Policy Bulletin vol.*17, no. 1, p. 3–21, 2007.

MATA, Javier Fabra; ZIAJA, Sebastian. *User's Guide on Measuring Fragility*. Bonn: German Development Institute, 2009.

MONTEIRO, Leandro. *O Conceito de Estado Fracassado nas Relações Internacionais: Origens, Definições e Implicações Teóricas*. São Paulo. Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais. Programa San Tiago Dantas de Relações Internacionais UNESP/UNICAMP/PUC-SP, 2006.

NORTH, Douglass. *Institutions, Institutional Change and Economic Performance*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

O'HANLON, Michael. Obama's weak and failing states agenda. *The Washington Quarterly*, vol. 35, n. 4, p. 67-80.

OBAMA, Barack. *The National Security Strategy of the United States of America*. White House: Washington D.C, 2010.

ONU. *A more secure world: our shared responsibility*. New York: United Nations, 2004

PIAZZA, James. Rooted in Poverty? Terrorism, Poor Economic Development and Social Cleavages. *Terrorism and Political Violence*, vol. 18, p. 159-177, 2006.

PRZEWORSKI, Adam. A última instância: as instituições são a causa primordial do desenvolvimento econômico?. *Novos Estudos*, n. 72, p. 59-77, 2005.

RICE, Susan; PATRICK, Stewart. *Index of State Weakness in the Developing World*. Washington, DC: Foreign Policy, and Brookings Global Economy and Development, 2008.

ROCHA DE SIQUEIRA, Isabel. Measuring and managing 'state fragility': the production of statistics by the World Bank, Timor Leste and the g7+. *Third World Quarterly*, vol. 35, n. 2, p. 268-283, 2014.

ROTBERG, Robert. The Failure and Collapse of Nation States: Breakdown, Prevention, and Repair". In: ROTBERG, Robert (org.). *When States Fail: Causes and consequences*. New Jersey: Princeton University Press, 2004, p. 1-49.

SAID, Edward. *Orientalismo: o Oriente como Invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1979.

STEWART, Frances; BROWN, Graham. Fragile States. CRISE Working Paper No. 51. Disponível em: http://economics.ouls.ox.ac.uk/13009/1/workingpaper51.pdf Acessado em 16 de janeiro de 2020.

TRUMP, Donald. *The National Security Strategy of the United States of America*. White House: Washington D.C, 2017.

USAID. *Fragile States Strategy*. Bureau for Policy and Program Coordination, USAID: Washington D.C, 2005.

WORLD BANK. *CPIA 2011 Criteria*. Washington, DC: World Bank, 2011.

ZARTMAN, I. William (org.). *Collapsed States: the Disintegration and Restoration of Legitimate Authority*. Colorado: Lynne Rienner, 1995.

MONÇÕES
Revista de Relações Internacionais da UFGD
ISSN 2316-8323

O DEBATE ACERCA DO ESTADO E SUA 'INTERNACIONALIZAÇÃO': CONTRIBUIÇÕES DA TEORIA CRÍTICA E DO MARXISMO PARA AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

ANA SAGGIORO GARCIA
Professora Adjunta em Relações Internacionais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e coordenadora do Laboratório Interdisciplinar de Estudos em Relações Internacionais (LIERI)

RESUMO: O artigo objetiva apresentar o marxismo como teoria das Relações Internacionais. Para isso, trazemos algumas das premissas básicas e aspectos metodológicos relevantes da leitura de Marx. Logo, fazemos um breve balanço do amplo debate sobre a natureza do Estado e as relações de classes. Para isso, nos baseamos em dois expoentes clássicos do marxismo no século XX, Antonio Gramsci e Nicos Poulantzas. Por fim, procuramos apresentar os reflexos da metodologia marxiana e do debate sobre a relação entre Estado e classes sociais, e Estado e sociedade civil, para as formulações teóricas das Relações Internacionais, trazendo as ideias centrais de dois de seus expoentes, Robert W. Cox e Leo Panitch. Estes autores trabalham os conceitos de hegemonia, império e a ideia de 'internacionalização do Estado', que consideramos uma categoria original da teoria crítica e marxista para as Relações Internacionais. Espera-se poder contribuir com agendas de pesquisa inovadoras e críticas nas Relações Internacionais, que possam dar conta da conjuntura internacional cada vez mais complexa que hoje vivemos.

PALAVRAS-CHAVE: Marxismo; metodologia; teoria do Estado; imperialismo; hegemonia.

THE DEBATE ON THE STATE AND ITS 'INTERNATIONALIZATION': CONTRIBUTIONS OF CRITICAL THEORY AND MARXISM TO INTERNATIONAL RELATIONS

ABSTRACT: The article aims at presenting Marxism as a theory of International Relations. For this purpose, we discuss some of the basic premises and relevant methodological aspects of Marx's reading. Then, we make a brief assessment of the wide debate on the nature of the State and class relations. For this, we are based on two classic exponents of Marxism in the 20th century, Antonio Gramsci and Nicos Poulantzas. Finally, we seek to present the reflections of the Marxian methodology and the debate on the relationship between the State and social classes, and the State and civil society, for the theoretical formulations of International Relations, bringing the central ideas of two of its exponents, Robert W. Cox and Leo Panitch. These authors work on the concepts of hegemony, empire and the idea of 'internationalization of the State', which we consider to be an original category of critical and Marxist theory in International Relations. We aim to contribute to innovative and critical research agendas for International Relations, which can account for the increasingly complex international situation that we are experiencing today.

KEYWORDS: Marxism; methodology; State theory; imperialism; hegemony.

1. Introdução

Na Ciência Política e nas Relações Internacionais, as formulações acerca da origem, natureza e das funções do Estado-nação moveram amplos debates teóricos. Muitas vezes confundido com "governo" e materializado nos organismos burocráticos e administrativos, o Estado ganhou o status de "sujeito", ator dotado de direito e racionalidade. Nas teorias clássicas, o Estado emergiria de um contrato social (abstrato e ahistórico), que implantaria ordem em meio ao estado de natureza, barbárie e violência. A ordem, hierarquicamente organizada, faria dos indivíduos cidadãos, e a sociedade tornar-se-ia civil (MENDONÇA, 2014). Para fora do Estado, no entanto, a guerra e a violência permaneceriam uma ameaça constante.

As teorias realistas e liberais das Relações Internacionais (RI) têm como base esta leitura contratualista. O princípio da anarquia guiaria a vida internacional, uma vez que os Estados não abrem mão de sua soberania. Os dois lados do duo anarquia/soberania são, assim, indissociáveis. Para a chave realista, os Estados são os atores mais relevantes no sistema, sendo eles "unidades" fechadas e coesas, que perseguem seu "interesse nacional". Como os Estados convivem em um sistema anárquico, eles precisariam acumular poder uns frente aos outros para sobreviver. A natureza dos Estados e do sistema torna-se, necessariamente, competitiva e conflituosa. Por sua vez, para a chave liberal, apesar da anarquia, os Estados cooperariam uns com os outros. Sendo atores racionais e egoístas, eles calculariam o custo-benefício da cooperação para maximizar seus ganhos. De acordo com a leitura liberal, os Estados estão em relação de interdependência entre si e interagem com atores não-estatais (empresas, indivíduos, organismos internacionais), que compõem tal interdependência complexa. Em ambas leituras teóricas, Estado e sociedade são duas esferas separadas, sendo o Estado tratado como "sujeito" dotado de autoridade própria, traduzida na soberania.

Em outra frente do mesmo debate, o campo teórico marxista se debruçou, ao longo do século XX, sobre a discussão acerca de como se organizam e configuram as relações entre Estado e sociedade, particularmente aqueles segmentos da sociedade ligados às forças do capital, ou a burguesia. Popularizou-se, dentro deste campo, a ideia de que o Estado seria um instrumento da burguesia, isto é, um espaço utilizado pela burguesia para realizar seus interesses. Assim, de "sujeito" o

Estado passaria a ser tratado como "objeto". No entanto, alguns pensadores, contrapondo-se a esta ideia, elaboraram importantes e aprofundadas reflexões sobre a natureza capitalista do Estado, sua relação com a sociedade civil e as diferentes classes sociais. Esses debates se refletiram em diferentes análises sobre dois fenômenos centrais para as Relações Internacionais, o imperialismo e a hegemonia na ordem mundial.

Este artigo tem dois objetivos. Primeiro, almejamos introduzir o marxismo como teoria das Relações Internacionais através, de um lado, da apresentação de algumas premissas básicas e aspectos metodológicos relevantes da leitura de Marx, de outro, de um breve balanço (ainda que sucinto e parcial) do amplo debate sobre o Estado e as relações de classes a partir de dois expoentes clássicos do marxismo no século XX, Antonio Gramsci e Nicos Poulantzas. Segundo, objetivamos apresentar os reflexos da metodologia marxiana e do debate sobre Estado/sociedade/classes para as formulações teóricas das Relações Internacionais, trazendo as ideias centrais de dois de seus expoentes - Robert W. Cox e Leo Panitch – que trabalham, particularmente, os conceitos de hegemonia, império e a ideia de 'internacionalização do Estado', que surge como categoria original da teoria crítica e marxista nas RI. Esperamos, assim, poder contribuir com agendas de pesquisa inovadoras e críticas nas Relações Internacionais, que possam dar conta da conjuntura internacional cada vez mais complexa que hoje vivemos. Nos tempos atuais, circulam, no senso comum popular (dentro e fora do Brasil), ideias confusas e, muitas vezes, incoerentes sobre Antonio Gramsci e uma determinada leitura do que seria "gramscianismo" e "marxismo". Torna-se pertinente, portanto, resgatar os autores aqui apresentados e estimular estudiosos das RI a se debruçarem sobre suas ricas reflexões

2. Alguns aspectos relevantes da metodologia marxiana

A reflexão marxista foi (e ainda é) rejeitada por muitos como teoria relevante para a compreensão do sistema internacional. Ela diria respeito às estruturas internas dos Estados (produção, trabalho, luta de classes) e não consideraria o "internacional" como uma dinâmica distinta. Entretanto, como bem apontou

Fernandes (1998), a disciplina das Relações Internacionais tem como base a separação artificial entre política e economia (superada parcialmente a partir dos anos 1970 com as primeiras cadeiras em economia política internacional) e faz uso de métodos que retalham o conhecimento em compartimentos estanques. Contrariamente, o marxismo é herdeiro da filosofia alemã e "prefere conceber as realidades sociais como totalidades historicamente produzidas" (FERNANDES 1998, p. 221). Assim, apesar de não ter uma análise distintiva do internacional, Marx captou a ruptura que constitui o mundo moderno: a expansão global do comércio e o caráter cosmopolita da nova classe que surgia (a burguesia), concomitante à unificação política e econômica do território nacional no continente europeu, resultando em Estados nacionais que substituíram o poder feudal fragmentado. A tensa relação entre o global e o nacional, típica do período da "globalização", já estava expressa no pequeno panfleto Manifesto do Partido Comunista, de 1848.

Dialeticamente, portanto, a modernidade capitalista, na leitura de Marx e Engels, implicou a libertação dos trabalhadores da condição de servos, tornando-os "livres" para vender sua força de trabalho no mercado, ao passo que, ao retirar deles os meios para produzir para sua própria subsistência, os torna "escravos modernos" do trabalho fabril (MARX & ENGELS 1996[1848]). O processo de expropriação dos camponeses das terras na Inglaterra ocorreu concomitante à colonização e à conquista nas Américas, África e Ásia, dois elementos centrais do que Marx (1990[1867]) chamou de "acumulação primitiva": a escravidão velada dos trabalhadores assalariados na Europa precisava, como seu pedestal, da escravidão sem véus no Novo Mundo (Ibid., p. 925). Assim, numa leitura dialética do processo histórico de transição do feudalismo para o capitalismo, a saída do período medieval para a "idade das luzes", das novas descobertas, da ciência e da razão foi acompanhada da violência, da expulsão dos camponeses e dos cercamentos das terras (história escrita a "ferro e fogo", como aponta Marx), do sequestro de crianças, da pilhagem, extermínio e escravidão de populações não brancas fora da Europa, bem como da natureza opressiva e desumana da exploração fabril.

Ao mesmo tempo, este processo não é fatalista e linear, mas dialético: o capitalismo, ao centralizar os meios de produção nas mãos de poucos e socializar o trabalho no espaço fabril, criava as condições de seu próprio aniquilamento. Os trabalhadores sob as mesmas condições de opressão poderiam se organizar e lutar

contra os opressores. Para Marx, “os expropriadores serão expropriados” (Ibid., p. 929).

Esses são pequenos fragmentos e exemplos da obra de Marx, nos quais podemos evidenciar um dos pontos fundamentais de sua metodologia, que é a abordagem dialética da história e dos processos sociais. Marx buscou identificar os elementos que iniciaram e impulsionaram a transição do feudalismo para o capitalismo para, logo, identificar aqueles elementos dentro do próprio capitalismo que seriam embriões para sistemas futuros. ‘Expropriar os expropriadores’ não significa, para Marx, voltar à propriedade privada individual, mas sim para a propriedade individual baseada no próprio trabalho, produzindo em cooperação com a posse comum de terras e meios de produção (Ibid.). Portanto, a realidade social é dinâmica, e as contradições são inerentes aos fenômenos sociais.

Aproximando-nos das Relações Internacionais, Cox (1981) vai nos lembrar que o (neo)realismo também enxerga o mundo e os processos sociais como conflitosos, no entanto, para essa corrente, o conflito é um padrão regular e repetitivo de comportamento (do homem, dos Estados, do sistema). Nesse sentido, apesar de usar elementos da história para sua teoria, o realismo deixa de ser histórico, pois passa a buscar essências e padrões de repetição. Na leitura de Cox, para o (neo)realismo “o futuro será sempre como passado” (COX 1981, p. 131). Para o marxismo, ao contrário, os conflitos, e em especial o conflito entre classes sociais, são fontes não de regularidades, mas de mudanças históricas. Com isso, preocupação volta-se à identificação de elementos históricos que apontem para tais mudanças. De acordo com Cox (1981), a teoria é crítica no sentido de que se coloca fora da ordem social (e mundial) prevalecente e se pergunta como aquela ordem surgiu e como pode ser transformada. Em outras palavras, ela não toma as relações sociais e instituições como dadas, mas as questiona, preocupando-se com suas origens e suas transformações.

Outro fundamento importante da metodologia em Marx é a crítica ao individualismo metodológico. Pensadores liberais dos séculos XVIII e XIX, principalmente Adam Smith e David Ricardo, concebiam sistemas econômicos a partir da racionalidade do produtor individual: o açougueiro, padeiro, sapateiro ou caçador buscariam maximizar seus ganhos individuais e, ao trocar com outros que operam sob mesma lógica, maximizariam o bem-estar de toda a sociedade. Para

esses pensadores, o todo é a soma das partes. Produtores são pensados como tipos ideais, indivíduos isolados, que aparecem em ambiente natural. Para esses liberais clássicos, os indivíduos são ponto de partida, e não de chegada, de um processo histórico. Assim, o indivíduo e a natureza humana são abstratos, sujeitos à formulação de leis gerais e abstraídas da sociedade e da história. Para Marx, ao contrário, os seres humanos só podem individualizar-se em sociedade: o indivíduo é produto histórico da dissolução das sociedades feudais para a sociedade burguesa. Quanto mais voltamos na história, vemos que o indivíduo produz em (e é dependente de) um todo maior. Em outras palavras, indivíduos produzem em sociedade, e a produção é socialmente determinada (Marx 2011[1857], p. 39-43).

Partindo desta reflexão, podemos pensar que os Estados-nacionais só poderiam ser concebidos como unidades coesas, que operam sob a lógica egoísta de maximização de poder no sistema internacional (como no pensamento realista), sob certas determinações históricas, materiais, sociais e ideacionais, em um determinado tempo. A interação com outros Estados, organizações, empresas ou grupos sociais faz com que busquem agir para maximizar seu interesse nacional que, por sua vez, poderá se transformar com as interações e mudanças sociais onde se encontram.

Isso nos leva a um terceiro pressuposto metodológico relevante do marxismo, que é a análise da totalidade dos processos sociais. Em seus Grundrisse, Marx (2011[1857]) explica a totalidade entre produção, distribuição, troca e consumo. As relações sociais que se dão na esfera da produção (relação entre apropriadores e os que, de fato, produzem) são o centro de sua análise. No entanto, para Marx, a produção produz também o consumo, criando o material deste, determinando o modo de consumo, e produzindo a necessidade de determinados produtos. Por sua vez, o consumo produz a produção, estimulando e criando a necessidade de uma nova produção. Um indivíduo que participa da produção como trabalhador assalariado participa também sob a forma salário dos resultados da produção, como consumidor. Já a distribuição se articula e também determina a produção, uma vez que, antes da distribuição dos produtos finais da produção, são distribuídos os instrumentos da produção, bem como são distribuídos os indivíduos nos diferentes tipos de produção. Por fim, a troca e a circulação aparecem em todos os momentos e estão contidas na produção, seja pela troca de produtos, seja pela troca de

atividades, capacidades e na própria divisão de trabalho. Conclui-se que produção, distribuição, troca e consumo "constituem as articulações de uma totalidade", são diferenciações dentro de uma unidade. São, portanto, um todo orgânico (Ibid., p. 46-53).

Assim, Marx nos instiga a pensar os processos sociais nas suas relações com demais processos, observando a totalidade e a inter-relação entre os fenômenos. Muitas abordagens teóricas buscam isolar problemas particulares em áreas especializadas de atividades. Com isso, os fenômenos sociais (e a forma de acesso a eles) são fragmentados entre diferentes esferas (economia, direito, comércio, etc.). Contrariamente, as análises baseadas em Marx e as teorias críticas nas RI se dirigem ao complexo social e político como um todo e não como partes separadas.

Um último elemento importante para a compreensão das análises marxistas é a metodologia materialista da história, ou o materialismo histórico. Ela significa que o modo de produção é determinante para a vida em sociedade. O desenvolvimento das forças produtivas e das atividades econômicas são o centro de mudanças históricas e operam através da luta de classes sobre a distribuição do produto social. Em Marx (2011[1857]), qualquer abstração tem que corresponder ao processo real, ou seja, a elaboração de conceitos e leis abstratas tem que corresponder ao processo social e econômico real. A análise materialista histórica precisa partir do concreto, do real, mesmo que este aparente ser um conjunto de representações caóticas, para então poder traçar abstrações, simplificações, conceitos e teorias gerais. Porém, a partir das abstrações, conceitos e teorias gerais, é necessário retornar ao concreto, ao particular, mas este já não é um conjunto de representações caóticas, mas uma rica totalidade com múltiplas determinações. Para Marx, a economia política clássica seguiu somente o primeiro caminho, do concreto ao abstrato, sem retornar ao concreto (Ibid, p. 54-58).

Nesta metodologia materialista da história, as formas superiores são a chave para entender as formações anteriores. A economia burguesa fornece a chave para economias antigas: "A anatomia do ser humano é uma chave para entender a anatomia do macaco (…) os indícios de formas superiores nas espécies de animais inferiores só podem ser compreendidos quando a própria forma superior é conhecida" (Ibid. p. 58). A sociedade burguesa é a mais complexa e desenvolvida organização histórica da produção. Suas categorias expressam suas condições e a

compreensão de sua organização permite compreender formas de sociedade passadas. Assim, na sociedade burguesa estão contidas formas de organização social e produtiva precedentes. Para Marx, a moderna sociedade burguesa é dada "tanto na realidade como na cabeça" (Ibid., p. 59).

Trazendo essas reflexões para as Relações Internacionais, Cox (1981) discorre sobre como o materialismo histórico pode corrigir as falhas do neorrealismo, ao trazer a leitura dialética da história real, sendo este o potencial para formas alternativas de desenvolvimento, que surgem da confrontação de forças sociais opostas numa situação histórica concreta. O materialismo histórico adiciona uma dimensão vertical à dimensão horizontal de poder entre Estados rivais, focando no imperialismo e nas relações de dominação e subordinação na economia mundial de metrópoles sobre colônias. Ele também expande a perspectiva realista através de sua preocupação com a relação entre Estado e sociedade civil. Com base em Gramsci, conforme veremos no próximo tópico, Cox estabelece a relação recíproca entre estrutura (relações econômicas) e superestrutura (esfera ético-política), o que permite considerar o complexo Estado-sociedade como entidades constituintes da ordem mundial. Por fim, o materialismo histórico foca no processo produtivo como elemento fundamental para formas históricas particulares do complexo Estado/sociedade, nos convidando a examinar as conexões entre poder na produção, no Estado e nas relações internacionais (COX 1981, p. 133-135).

3. Estado, sua relação com a sociedade civil e sua natureza de classe

Tendo em vista o exposto acima, traremos alguns elementos das reflexões de Antonio Gramsci sobre a relação entre Estado e sociedade civil. Gramsci foi um militante do partido comunista italiano nos anos 1920 que ficou destacado e popularizado pela elaboração do conceito de hegemonia sintetizada como "consenso e coerção". As reflexões de Gramsci, no entanto, têm como ponto de partida um questionamento específico num período histórico concreto: como explicar a vitória do fascismo na Itália? A complexidade e o refinamento de sua teoria advêm da perspectiva de uma derrota (os inimigos estavam no poder) e de uma reflexão sobre as táticas e estratégias do inimigo, com a finalidade de derrotá-lo.

O conceito de hegemonia de Gramsci refere-se a sua concepção sobre o Estado. Este não é "sujeito" (racional, autoritário e separado do mercado e da sociedade), nem é "objeto" (simples instrumento das classes dominantes para realização de seus interesses particulares). O Estado deve ser compreendido na sua forma ampliada, composto pela sociedade política e pela sociedade civil. A hegemonia se forma com a supremacia de determinado grupo ou classe social e sua liderança moral e intelectual em uma sociedade. Esse grupo exerce liderança antes de chegar ao governo; na verdade, esta é uma das condições para que o grupo chegue lá. Nesse momento, ele se torna dominante e, mesmo depois de se afirmar no poder, não pode deixar de liderar (Gramsci 2008, p. 57-58). Para Gramsci, "dominar" não é igual a "liderar": este requer certas concessões aos grupos subordinados, para que eles "concedam" (mesmo que indiretamente) e se tornem parte do projeto de dominação de dado grupo.

Nesse sentido, a hegemonia das classes dominantes (do seu modo de produção e organização da sociedade) é construída ativamente na esfera da sociedade civil. Para isso, é necessário partir do senso comum[1], mas de maneira a guiá-lo no sentido coerente com o programa hegemônico, criando um consenso em torno deste. Enquanto o senso comum para Gramsci é amplo e fragmentado, o consenso é construído e produzido pelas instituições da sociedade civil (associações, escolas, igrejas etc.), de forma coerente com a ideologia do grupo que busca exercer liderança. Assim, a hegemonia só pode ser mantida através da liderança ideológica permanente, penetrando e se consolidando no imaginário popular das massas[2].

Ao mesmo tempo, para se tornar efetivamente universal, a construção de uma ordem hegemônica pressupõe, também, levar em consideração os interesses e tendências dos grupos sobre os quais a hegemonia deve ser exercida. De acordo com Gramsci, é necessária a formação de certo "equilíbrio compromissado", que significa que o grupo dominante terá que superar seus interesses econômico-

[1] Gramsci definiu o senso comum como a coleção de ideias e opiniões fragmentadas, acríticas, incoerentes, que estariam ligadas ao folclore, mitos populares, crenças religiosas, etc. É a concepção popular tradicional de mundo. Oposto a ele estaria o "bom senso", o pensamento crítico, coerente e consciente, que une pensamento e ação de forma direcionada (Ibid, p. p. 326-28; 419-20.)

[2] Segundo um dos principais intérpretes de Gramsci, Joseph Buttigieg, as classes dominantes reforçam e disseminam um determinado modo de pensar, uma determinada ideologia (*forma mentis*), estabelecendo um sistema de governo que incorpora esta *forma mentis* e a traduz em ordem, como se fosse sua própria ordem (BUTTIGIEG 1995, p. 12-13).

corporativos e incorporar os interesses de outros grupos subordinados. Para Gramsci, este momento é considerado "estritamente político", que confere unicidade dos fins econômicos e políticos com os morais e intelectuais, colocando as questões em torno das quais fervem as lutas num plano universal, e não mais corporativo, e criando, assim, a hegemonia de um grupo social fundamental (dominante) sobre grupos subordinados. Nas palavras do autor,

> O Estado é certamente concebido como organismo próprio de um grupo, destinado a criar as condições favoráveis à expansão máxima desse grupo, mas este desenvolvimento e esta expansão são concebidos e apresentados como *força motriz de uma expansão universal*, de um desenvolvimento de todas as energias "nacionais", isto é, o grupo dominante é coordenado concretamente com os interesses gerais dos grupos subordinados e a vida estatal é concebida como uma contínua formação e superação de equilíbrios instáveis (no âmbito da lei) entre os interesses do grupo fundamental e os interesses dos grupos subordinados, equilíbrios em que os interesses do grupo dominante prevalecem, mas até um determinado ponto, ou seja, não até o estreito interesse econômico-corporativo (GRAMSCI 2007, p. 42, ênfase nossa)

Consequentemente, a hegemonia da classe dominante é institucionalizada no Estado, mas formada e sustentada no seio da sociedade civil. Este é o sentido do 'Estado ampliado'. Quando a classe dominante perde o consenso na sociedade – ou seja, não mais sustenta o "equilibro compromissado" -, ela não exerce liderança, mas dominação, precisando, para isso, utilizar força coerciva, o que significa que as massas se desligaram de suas ideologias tradicionais. Para Gramsci, isso ocorreu logo após a (primeira) Guerra Mundial, quando se abriram brechas nos aparatos hegemônicos em todos os lados, e o exercício da hegemonia tornou-se difícil e aleatório (GRAMSCI 2008, p. 80).

A ideologia liberal buscou separar o Estado da sociedade civil, afirmando que a atividade econômica pertence à segunda e que o Estado não deve intervir na sua regulamentação. Mas, "dado que sociedade civil e Estado se identificam na realidade dos fatos", então, segundo Gramsci, "deve-se estabelecer que liberalismo é uma 'regulamentação' estatal, introduzida e mantida por via legislativa e coercitiva" (GRAMSCI 2007. p. 47). O liberalismo apresenta, assim, uma contradição inerente:

o mercado tem que ser imposto por lei, acarretando sempre elementos de coerção, como retaliação, condicionalidades e ameaças.

Hegemonia e sociedade civil são, portanto, dois conceitos interdependentes e devem ser pensados de forma conjunta: o sucesso em adquirir e manter controle do Estado moderno depende do trabalho realizado pelo grupo dominante na sociedade civil antes de sua ascensão ao poder e da capacidade deste em estender sua influência sobre crescentes segmentos da sociedade (BUTTIGIEG 1995, p 3;27).

Como romper com a hegemonia? De acordo com Gramsci, uma crise econômica não gera automaticamente transformações históricas, mas deixa o terreno favorável para a disputa de ideias, para disseminar certos modos de pensamento, modos de colocar e resolver questões, que envolvem o desenvolvimento de toda a vida nacional. A ruptura do equilíbrio de forças não ocorre de maneira mecânica, mas em conflitos que vão além do econômicos, relacionados a prestígio, sentimentos de poder e autonomia (GRAMSCI 2008, p. 184). Para Gramsci, a "filosofia da práxis" tem que ser uma crítica ao senso comum, mas baseando-se inicialmente nele mesmo, demonstrando suas contradições para, a partir disso, renovar e tornar críticas as atividades já existentes. A transformação do senso comum significa, portanto, romper com a naturalização de relações de poder, opressão e hierarquia econômico-social.

A estratégia para isso está na chamada "guerra de posições", a transformação na esfera das instituições da sociedade civil, que organizam o consenso. Para Gramsci estas instituições são como "trincheiras da guerra moderna" do sistema de dominação estabelecido, de modo que a tomada de poder do Estado pode não significar imediatamente uma transformação do sistema, visto que, por trás dele, as classes dominantes armaram aparatos de sustentação ideológica e institucional de seu poder. É necessário reconhecer o terreno e identificar os elementos de "trincheiras e fortalezas" estabelecidos dentro e fora das instituições do Estado propriamente dito, para poder combatê-las. Para Gramsci, vencer a guerra de posição no terreno político é decisivo (Ibid., p. 238-9).

Partindo do legado de Antonio Gramsci, outro pensador marxista que se debruçou sobre o debate sobre natureza do Estado capitalista e suas relações de classe foi Nicos Poulantzas. Escrevendo algumas décadas depois de Gramsci, nos anos 1970, o militante grego exilado na França e membro do partido comunista

francês, elaborou uma profunda reflexão sobre a relação entre o Estado e as classes sociais, desenvolvendo uma teoria não do Estado em abstrato, mas do Estado capitalista. Poulantzas (2000) argumenta contra uma visão "instrumentalista" do Estado, como se houvesse uma "utilização do Estado por uma classe": o Estado como instrumento do mercado ou um Estado "capturado" pelos agentes econômicos.

Para o autor, há uma natureza de classe no Estado capitalista, cuja principal característica é a separação peculiar entre o espaço do político e o espaço da economia no modo de produção (POULANTZAS 2000, p. 12-13). No capitalismo, a autonomia específica do espaço político é exatamente a forma pela qual está presente a dimensão política na constituição e reprodução das relações de produção, uma vez que essas relações, as formas de controle, a alocação do trabalho, a distribuição de recursos etc. são deslocadas para a esfera "privada", obscurecendo a face política da economia e se tornando um eficiente mecanismo de defesa para o capital (Ibid, p. 17).

Para Poulantzas, o Estado exibe uma estrutura material peculiar - a "materialidade institucional do Estado" - composta por aparatos e instituições jurídicas, políticas e ideológicas. Nela está inscrita a dominação política de classe, que sempre se transforma de acordo com as lutas sociais. Poulantzas dá centralidade ontológica à totalidade das lutas sociais (econômicas, políticas e ideológicas, e que englobam as questões de gênero, raças, ideologias, atravessadas pelas lutas de classe), que se materializam, de forma condensada, nos aparatos jurídico, político e ideológico do Estado (Ibid, p. 14; 38-45).

A natureza do Estado capitalista não é, portanto, estática; ao contrário, é dinâmica. Ele não é monolítico, nem é redutível à relação entre membros de grupos que constituem seu aparato. É um campo estratégico de relações, um espaço de condensação material da relação entre forças sociais e frações de classes. A elaboração e implementação de políticas de Estado devem ser vistas, de acordo com Poulantzas, como resultado das contradições de classes inscritas na própria estrutura do Estado. Ele é, cada vez mais, "constituído-dividido" por contradições de classes (Ibid, p. 132).

A análise de Poulantzas baseia-se no conceito gramsciano do Estado ampliado e no processo de construção da hegemonia. Uma das reflexões mais sofisticadas, e o principal argumento contra uma simples visão instrumentalista do

Estado, é seu papel-chave como organizador dos diferentes interesses particulares das frações da classe dominante. O Estado capitalista representa e estrutura os interesses políticos de longo prazo, organizando uma unidade conflituosa entre os diferentes interesses particulares dentro do bloco no poder. Ele é capaz de unificar o bloco no poder na medida em que mantém uma relativa autonomia frente às várias frações de classe com seus interesses, de modo a conseguir avançar os interesses capitalistas como um todo. Essa autonomia é constitutiva do Estado capitalista, refletindo a separação entre a materialidade institucional do Estado e as relações de produção (Ibid. p. 127).

O processo de "unificar-organizar" os interesses contraditórios do bloco no poder depende também do papel do Estado em relação às classes dominadas. Segundo Poulantzas, os aparatos do Estado unificam o bloco através da "permanente desorganização das classes dominadas, polarizando-as frente ao bloco no poder, e circunscrevendo suas próprias organizações políticas" (Ibid.p. 140, tradução livre). A organização dos interesses burgueses e a desorganização das camadas subalternas são funções concomitantes e interdependentes, que só podem ser realizadas, de forma eficiente, pelo Estado capitalista. Ele adota medidas materiais de importância significativa para as massas populares. Compromissos materiais são indispensáveis para manter o consenso em torno dos interesses de longo prazo do bloco hegemônico. Baseado em Gramsci, Poulantzas afirma que o Estado age dentro de um "equilíbrio instável" de compromissos entre classes dominantes e dominadas. Ele é a condensação material de uma relação (Ibid., 140-145).

Podemos afirmar que a análise de Poulantzas reforça o ponto fundamental de Gramsci sobre o papel do Estado na formação da hegemonia da classe ou bloco dominante: a universalização do particular. Com esta leitura, podemos contestar a ideia de uma suposta coesão entre “burguesia nacional” e trabalhadores diante das pressões do mercado internacional, ou em nome de um “desenvolvimento nacional”. Podemos, também, contestar a noção de um mercado “avesso” ao Estado, bem como a ideia de fragilização do papel do Estado frente à diversidade de outros atores (empresariais, não-governamentais) que, gradualmente, assumiriam funções públicas na sociedade, particularmente com as transformações sociais impulsionadas no período neoliberal. Ao contrário, o papel fundamental do Estado

capitalista segue sendo o de organizar os interesses das diferentes frações (internas e externas) das classes dominantes frente às classes dominadas, de modo a garantir a acumulação e a reprodução do capital, e avançar o projeto hegemônico.

Trouxemos até aqui alguns dos elementos fundamentais da metodologia marxiana, que nos apoiam na análise da totalidade dos fenômenos sociais e internacionais desde uma perspectiva materialista e não-linear (dialética) da história. Logo apresentamos algumas das ideias centrais do pensamento de Antonio Gramsci sobre o Estado ampliado e o papel da sociedade civil para a construção da hegemonia. Em seguida, trouxemos as contribuições de Nicos Poulantzas sobre a natureza capitalista do Estado e sua função em organizar os interesses conflitantes de frações das classes sociais dominantes. Todo este debate nos move para a compreensão da internacionalização do Estado (e da produção), elemento basilar para fenômenos internacionais da hegemonia e do imperialismo, que serão apresentados através dos teóricos do campo crítico e marxista das Relações Internacionais, Robert W. Cox e Leo Panitch.

4. A 'internacionalização do Estado' e seus efeitos para a compreensão dos fenômenos da hegemonia e do imperialismo

Escrevendo dez anos depois de Poulantzas, Robert W. Cox pode analisar os processos resultantes da crise da década de 1970 sobre os Estados na sua relação com o mercado mundial. A obra em que Cox melhor trabalha a ideia de 'internacionalização do Estado' é o livro *Power, Production, World* Order, de 1987. Seu ponto de partida é o processo de produção com suas relações sociais, que estão relacionadas com o Estado de forma dinâmica (COX 1987, p. 4)[3]. As diferentes formas de produção (e as relações sociais por elas geradas) tornam-se as

[3] Cox (1987) traz doze formas de relações sociais de produção, que podem ser identificadas no final do século XX: relações de subsistência, camponês-dono da terra, mercado de trabalho primitivo, trabalho doméstico, trabalho autônomo, mercado de trabalho empresarial, bipartismo, corporativismo empresarial, tripartismo, corporativismo estatal, produção comunal e planificação central. Segundo Cox, essas categorias não seriam "sacrossantas", mas cobririam boa parte do mundo do trabalho (Ibid., p. 32). Cox havia passado muitos anos trabalhando na Organização Mundial do Trabalho, antes de ingressar na carreira acadêmica, o que, certamente, o influenciou nessa formulação.

bases para o poder do Estado e para a ordem mundial[4]. A produção ocorre através de relações de poder, que podem se transformar em novos recursos de poder, provendo a base material para o Estado (poder financeiro, militar, ideológico, administrativo, etc.). Ao mesmo tempo, as estruturas de produção foram criadas, estimuladas e sustentadas sempre pelo Estado (Ibid., p. 5). O Estado fornece a estrutura legal-institucional para as práticas econômicas da classe dominante, criando as bases para as relações sociais de produção, que condicionam seu desenvolvimento (Ibid., p. 148-9). Podemos considerar, assim, que o Estado e as relações sociais de produção condicionam-se mutuamente.

Cox trabalha com a ideia de "formas de Estados", que são produto de duas configurações de forças: a configuração de classes sociais no bloco histórico e a permissividade da ordem mundial[5]. Formas de Estado interagem, pois, com forças sociais de produção e ordens mundiais. Se, de um lado, a relação interna entre Estado e produção é formada pela configuração de forças sociais que compõem um bloco histórico, por outro, o Estado e as relações sociais de produção são constrangidos pelas pressões da ordem mundial, expressas na forma militar e financeira, e nas ligações entre as burguesias internas e externas. Assim, os Estados desempenham um papel intermediário, mas autônomo, entre a estrutura global das forças sociais e suas configurações locais e nacionais. Segundo Cox, o surgimento de novas formas de Estado e as mudanças na ordem mundial estão associadas e se reforçam mutuamente (Ibid., p. 107-8).

No período da "pax americana", após a Segunda Guerra Mundial, o setor financeiro internacional tornou-se o principal regulador da organização política e produtiva de uma economia hegemônica, dando início a um novo padrão de relação entre Estados, produção e ordem mundial. Nesse período, Cox diferencia entre duas formas de Estado: o "Estado neoliberal", prioritariamente os Estados europeus, como França e Itália, que tinham uma economia aberta com um sistema de bem-

[4] Cox (1981) trabalha com a noção de estruturas históricas compostas por instituições, ideias e capacidades materiais, que se transformam de acordo com as diferentes conjunturas históricas. Essas estruturas, por sua vez, determinam formas específicas de Estados, forças sociais e ordens mundiais, que estão inter-relacionadas de forma dinâmica, não havendo a prevalência de uma sobre outra.

[5] Por exemplo, o Estado liberal emergiu numa ordem mundial liberal moderna no final do século XIX, o Estado de bem-estar nacionalista e o Estado fascista corporativista emergiram na era de imperialismos rivais no início do século XX. Ver Ibid., capítulos 5 e 6.

estar, e o "Estado neo-mercantilista desenvolvimentista", em que figurariam alguns países de industrialização tardia do chamado "Terceiro Mundo"[6].

O Estado neoliberal se caracterizou pela participação em uma economia de mercado aberta, ajustando e adaptando sua economia interna de modo a facilitar o crescimento da economia mundial. Ele próprio se torna um ator econômico, atuando diretamente no processo de acumulação e, também, como um mediador entre mercado global e grupos domésticos. Além disso, essa forma de Estado, em um primeiro momento, procurou proteger grupos vulneráveis das pressões de mercado. A estrutura de sua economia é segmentada e o "Estado neoliberal mediava entre grandes grupos oligopolistas do mercado mundial, que ditam as prioridades políticas, e pequenos grupos domésticos, que coexistem em competição com aqueles" (Ibid., p. 219-20, tradução nossa).

O que Cox chamou de *internacionalização* do Estado neoliberal foi o processo de reestruturação das hierarquias internas, relacionado à sua função de ajustar a economia nacional às demandas do mercado mundial, de forma a dar maior peso e importância às agências ligadas a ele (como ministérios da economia, comércio exterior, tesouro nacional, agências de privatização etc.), enquanto outras, ligadas ao trabalho e sua reprodução (trabalho, habitação, saúde), tornavam-se subordinadas àquelas (Ibid., p. 228-9).

Desse modo, Cox destaca dois processos centrais do período da "pax americana": a internacionalização/fragmentação da produção e a internacionalização do Estado. A primeira significou a criação de uma economia mundial de produção, dentro de uma economia internacional de comércio já existente. A tecnologia e o conhecimento tornaram-se fontes de poder, concentradas em poucas corporações multinacionais e nos países centrais. As diferenças nos custos de trabalho foram

[6] A forma de Estado neo-mercantilista desenvolvimentista se caracterizou pelo controle dos instrumentos necessários para moldar a economia (mercantilismo) e pelo uso de determinados instrumentos para o crescimento e mudanças estruturais (desenvolvimentista). Objetivos neo-mercantilistas incluíram, em certos momentos, o controle da entrada de capital estrangeiro na extração de recursos e a nacionalização de setores estratégicos. Ao mesmo tempo, esses Estados buscaram aumentar o poder de barganha frente aos capitais estrangeiros sem romper com a dependência econômica externa. Essa forma de Estado, na medida em que intervinha na economia, criava também vantagens ao capital estrangeiro. O Estado neo-mercantilista desenvolvimentista tem como uma de suas principais características o poder coercivo e, com ele, o exercício do controle sobre as organizações de trabalhadores (em muitos casos, incorporando-as ao Estado, criando instituições corporativas) e o uso de mecanismos e aparelhos de repressão para manter a "paz social" e a ordem política interna, protegendo o investimento estrangeiro e cumprindo com os serviços da dívida. Assim, o sistema econômico permanecia ligado à acumulação capitalista no mercado mundial (Ibid, p. 228ff).

mantidas fragmentadas, aumentando as disparidades das condições de trabalho. Os fluxos de crédito e financiamento das instituições financeiras internacionais foram usados, em muitos casos, para direcionar a produção e a exportação nos países em desenvolvimento (Ibid., p. 244-6).

Por sua vez, o processo de internacionalização do Estado inicia-se a partir da forma de Estado neoliberal, disseminando-se de maneira intensa a partir da crise da década de 1970. Essa internacionalização baseia-se em três elementos: a formação de um consenso com relação às necessidades e exigências da economia mundial; a participação hierarquicamente estruturada pelas classes dominantes nos EUA, na Europa e no Japão nessa formação do consenso internacional; o ajuste das estruturas internas dos Estados, de modo a melhor internalizar as pressões externas sobre economias nacionais. Nesse processo, a *accountability* se move de estruturas domésticas para a noção de "obrigações internacionais" (Ibid., p. 254).

Segundo Cox, o governo estadunidense e as agências internacionais vinculadas a ele buscavam manter o consenso através de barganhas com fragmentos da burocracia de outros Estados. No nível mais alto dos países ricos, a formação do consenso se dava na interação entre as agências centrais dos Estados e as instituições internacionais. Esse processo teria ocorrido na forma de uma "osmose ideológica" entre governos e agências, onde o consenso neoliberal era implantado sem haver necessidade de imposições legais (Ibid., p. 261-2). Já no chamado “Terceiro Mundo” (o autor escrevia no final da década de 1980), os elementos do consenso internacional eram impostos como condições de financiamento da dívida, conformando um regime rígido levado a cabo pelas instituições de Bretton Woods. As classes dominantes locais desempenharam o papel de "recrutas ideológicos" na internalização dessas normas. Políticas de desenvolvimento foram condicionadas pelas negociações de dívida e empréstimos das instituições internacionais, sendo conduzidas dentro de uma estrutura de complementação da produção para acumulação em nível mundial (Ibid., p. 260-4).

Cox observa que, do pós-guerra até a crise de 1970, o Estado neoliberal atuava como um "escudo amortecedor" de pressões do mercado internacional, acomodando-as junto às forças sociais internas; a partir de 1974, entretanto, com os desdobramentos da crise, o acirramento das contradições e aprofundamento das

relações capitalistas, ele se torna uma "corrente de transmissão" das demandas do mercado internacional, adaptando-as no plano doméstico.

Observamos que, tanto para Poulantzas quanto para Cox, há uma importante distinção subjacente entre natureza do Estado, formas de Estado e função do Estado. Nesse processo de internacionalização do Estado, notamos que a distinção de Cox entre o Estado neoliberal e o neo-mercantilista desenvolvimentista gradualmente se dilui. Ambas as formas de Estado se tornam cada vez mais liberalizadas.

Cox não analisa as diferentes maneiras em que as duas formas de Estado se transformam nesse processo, resultando em estruturas mais peculiares da relação Estado e classes dominantes. Por exemplo, para Van der Pijl (1997), a emergência de um Estado "hiperliberal" (modelo Thatcher/Reagan) de base filosófica em Locke, no final do século XX, é uma forma de Estado ainda mais afinada com as forças de mercado do que a forma de Estado neoliberal apontada por Cox. Do lado oposto, Arrighi (2008) analisa a China como uma "economia de mercado não capitalista", uma vez que, para esse autor, o Estado chinês não estaria subordinado aos interesses da classe capitalista[7]. Esses desenvolvimentos peculiares não puderam ser capturados por Cox na década de 1980[8].

Leo Panitch irá traçar uma crítica à análise de Cox sobre a internacionalização do Estado[9]. Ambos conviveram no departamento de Ciência Política da York University, em Toronto, berço da escola neogramsciana das Relações Internacionais, e mantiveram uma relação respeitosa e amigável, apesar de algumas diferenças teóricas. Panitch afirma que, enquanto o processo de internacionalização do Estado para Cox é determinado “de fora para dentro”, para Poulantzas, as transformações do Estado decorrem das formações contraditórias

[7] Nas palavras de Arrighi (2008, p. 338), "pode-se acrescentar quantos capitalistas se queira à economia de mercado; se o Estado não estiver subordinado ao interesse de classe deste, a economia de mercado continua não capitalista".

[8] Realizamos em 2009 uma entrevista com Robert W. Cox, onde buscamos esclarecer junto a ele sua leitura sobre a abordagem gramsciana nas RI, bem como sua visão sobre a conjuntura internacional no contexto da crise econômico global (deflagrada em 2008), o contexto latino-americano de governos ‘progressitas’, e outros temas. Cf. GARCIA, A. S.; SÁ, M. B. ‘Overcoming the blockage’: an interview with Robert W. Cox. *Estudos Internacionais*, vol. 1, nr. 2, jul-dez 2013, pp. 303-318.

[9] Notamos que outros autores (tais como Stephen Gill, William Robinson, Adam Morton, entre outros) trabalharam a partir da leitura gramsciana sobre temas internacionais, como a relação entre Estados e classes capitalistas globais, instituições internacionais e governança, revolução passiva e periferia, etc. Neste trabalho, nos ateremos às distintas visões entre Panitch e Cox sobre a internacionalização do Estado, posto que nos revelam algumas diferenças entre a teoria crítica (neo)gramsciana e o marxismo.

internas, ou seja, dos conflitos entre frações da burguesia e demandas de trabalhadores (Panitch 1994, p. 69). O autor critica a análise de Cox sobre as mudanças de hierarquia no aparato estatal - com maior poder das burocracias ligadas às finanças e ao comércio internacional, subordinando outras ligadas aos setores sociais - de modo a melhor atender às pressões do mercado internacional. Segundo Panitch, não há uma simples mudança de hierarquia, mas sim uma transformação na essência das próprias agências ligadas ao trabalho e aos setores sociais, reestruturando-as à lógica de acumulação do capital (por exemplo, a privatização e a financeirização dos planos de pensão) (Ibid., p. 72).

Seguindo o amplo legado deixado por Poulantzas, Panitch e Gindin (2005) buscaram avançar a teorização sobre o Estado capitalista para a compreensão da globalização e do imperialismo nos dias atuais, apresentando três dimensões. A primeira diz respeito à relação com o processo produtivo, e reforça a ideia de que o Estado se torna um ator na própria acumulação de capital. Segundo os autores, a separação entre o político e o econômico no capitalismo possibilitou que o Estado fosse distanciado da organização da produção. Ao mesmo tempo, ele manteve sua função jurídica, regulatória e de provedor da infraestrutura (de modo que o processo produtivo possa ocorrer), além de policiar as relações capital-trabalho e agir como emprestador de última instância. De acordo com os autores, o papel do Estado capitalista não é meramente reativo: ele desenvolveu mecanismos sofisticados de promoção e orquestração da acumulação capitalista. Assim, a autonomia relativa do Estado é uma característica tensionada. Segundo os autores, ele precisa ter capacidade de agir em nome do sistema como um todo, ao passo que sua dependência da acumulação para sua própria legitimação e reprodução deixa essa mesma capacidade limitada (PANITCH & GINDIN, 2005, p. 1-2).

A segunda dimensão é a forma de dominação política. A separação entre o Estado e sociedade no capitalismo envolve um distanciamento constitucional da dominação política de uma estrutura de classe. O estabelecimento do estado de direito como estrutura política liberal para os detentores de propriedade, bem como o estabelecimento (ou imposição, por meio de intervenções militares) da democracia liberal como forma-modelo para Estados capitalistas no pós-guerra, são alguns aspectos e exemplos disso. Com isso, reforça-se a noção do Estado como espaço de ‘universalização de interesses particulares’.

Por fim, a terceira dimensão diz respeito à forma nacional e territorial do Estado capitalista, com o aprofundamento das ligações econômicas em um território particular. Ela significa uma expansão cada vez mais universal da forma de Estado capitalista: o imperialismo significou a extensão espacial da lei do valor e das relações capitalistas, em um processo em que o Estado territorial e sua forma democrático-liberal foram universalizados e inscritos nas instituições internacionais e no direito internacional em meados do século XX. Porém, esse processo teve lugar sob a forma de um 'imperialismo informal', na medida em que não implicou a ocupação de territórios pela potência imperialista, mas sim um processo em que Estados-nacionais tomaram para si a responsabilidade de criar condições políticas e jurídicas para a acumulação de capital (seja ele de origem interna ou externa), com isso avançando o capitalismo por todo o mundo (Ibid., p. 2-3).

Em suma, os Estados nacionais são parte integral da construção global do capitalismo: eles estabeleceram e administraram a estrutura jurídica dentro da qual a propriedade privada, a competição e os contratos podem operar; são atores centrais nas sucessivas tentativas de contenção de crises, operando como emprestadores de última instância; desenvolveram uma variedade de meios para promover e orquestrar a acumulação capitalista, criando e desenvolvendo diferentes instituições com conhecimentos específicos. Baseando-se em Poulantzas, Panitch e Gindin (2012) afirmam que tudo isto deve ser compreendido em termos da "autonomia relativa" do Estado capitalista: sem estar desconectado da classe capitalista, ele tem as capacidades autônomas de agir em nome do sistema como um todo (PANITCH & GINDIN, 2012, p. 3-4).

Todas essas funções são particularmente exercidas pelo Estado norte-americano. Ele foi o único capaz – por razões relacionadas às suas capacidades institucionais e sua estrutura de classe – a relançar o capitalismo global depois das Guerras Mundiais e da Grande Depressão. Durante o contínuo processo de apoio à exportação de capital e à expansão de suas multinacionais, o Estado norte-americano assumiu a crescente responsabilidade de criação das condições políticas e jurídicas para a extensão e a reprodução do capitalismo de forma internacional. Ele impôs as condições para acumulação de capital não somente no seu ambiente doméstico, mas também em outros países. Isso gerou tensões – e sinergias – nos EUA entre o papel do Estado frente sua própria sociedade e a crescente

responsabilidade internacional de facilitar a acumulação de capital no mundo (Ibid., p. 5-8).

Com isso, a 'internacionalização do Estado' é constitutiva da formação do império informal norte-americano no século XX. Para Panitch e Gindin (2012), essa internacionalização implica a interação entre forças sociais domésticas e o capital estrangeiro, fazendo com que os Estados nacionais apoiem e encorajem capitalistas a exercerem atividades para além das suas fronteiras, e assumam cada vez mais responsabilidades na reprodução global do capitalismo. Desta maneira, a internacionalização do Estado capitalista significou a responsabilidade de promover a acumulação de capital de forma a contribuir com a administração da ordem capitalista internacional gerenciada pelos EUA. O Estado norte-americano não ditou isso a outros Estados: ele colocou os parâmetros dentro dos quais os outros Estados determinavam seu curso de ação (Ibid., p. 8).

Com isso, observamos que tanto para Robert W. Cox quando para Leo Panitch e Sam Gindin, o processo de internacionalização do Estado é parte fundamental do período de poder mundial com base nos EUA: a hegemonia americana, ou "pax americana' para Cox e, de forma distinta, o império informal americano para Panitch e Gindin.

Baseado em Gramsci, Cox define hegemonia no plano mundial como uma dominação de forma particular, em que um Estado dominante cria uma ordem baseada, ideologicamente, em ampla medida de consentimento. Esta ordem funciona de acordo com princípios gerais que, de fato, asseguram a contínua supremacia do Estado líder, e classes sociais dominantes, oferecendo, ao mesmo tempo, alguma medida de satisfação aos menos poderosos (COX, 1987, p. 7). Desse modo, para se tornar hegemônico, um Estado precisa fundar ou proteger uma ordem que seja universal em sua concepção, não baseada na exploração direta de outros, mas que outros Estados (submetidos à sua hegemonia) a sintam, em parte, compatível com seus próprios interesses (COX, 1993, p. 61).

Segundo Cox, no período do Pós-Guerra, a construção da hegemonia estadunidense se deu por meio de organizações internacionais em um sistema multilateral. Assim como para Gramsci, em uma sociedade hegemônica, o conflito social não é eliminado, mas regulado e institucionalizado. A institucionalização do conflito dentro da potência dominante torna-se a base para essa institucionalização

também no plano global. Cox considera que organizações internacionais foram os principais mecanismos de universalização de normas e valores particulares da potência hegemônica. As regras são incorporadas de modo a facilitar a expansão de ordens mundiais hegemônicas, legitimando, ideologicamente, as normas dessa ordem. Ao mesmo tempo, as organizações são, elas mesmas, produto da hegemonia do Estado dominante, e são capazes de facilitar a cooptação de elites dos países periféricos e absorver ideias contra hegemônicas. Dessa forma, organizações internacionais promovem a expansão de forças econômicas e sociais dominantes, ao passo que permitem ajustes para incorporar interesses subordinados a um "custo mínimo" (Ibid. p. 62).

Nesse sentido, notamos que a hegemonia no âmbito mundial é um projeto da classe dominante em um determinado Estado dominante, transbordando para além deste Estado e construindo globalmente um consenso em torno do seu projeto hegemônico. Dessa forma, é necessário considerar o papel das classes e forças sociais na construção da hegemonia mundial e da contra-hegemonia, e questionar em que medida a hegemonia internacional pode ser desafiada por países nos quais as classes dominantes estão comprometidas com o próprio projeto hegemônico.

Para Leo Panitch e Sam Gindin (2004), a análise não deve ser sobre a hegemonia, mas sim o "império informal norte-americano", que é a construção do poder global estadunidense sem necessariamente estender sua soberania ou ocupar territorialmente outros Estados como estratégia prioritária. Mais importante foi a capacidade do Estado norte-americano de inserção estrutural em antigos rivais e coordenação com outros Estados líderes capitalistas. Com isso, foi possível garantir, no período pós Segunda Guerra, a reconstrução de outros Estados independentes enquanto Estados *capitalistas***,** ou seja, que sustentem a acumulação de capital e protejam a propriedade privada (e não somente a propriedade do Estado imperial) dentro de seus territórios.

Para Panitch e Gindin, redes imperiais e ligações institucionais, antes relacionadas à relação Norte-Sul (impérios formais e colônias), começaram a ser construídas entre os EUA e os principais países capitalistas, em especial na Europa, no período após a Segunda Guerra Mundial. Assim, o império informal se caracteriza pela capacidade dos EUA de penetrar e coordenar os outros Estados líderes capitalistas. O dinamismo do capitalismo americano e o seu apelo mundial,

combinado a uma linguagem universalista da ideologia de democracia liberal, apoiaram na capacidade do império informal de ir além dos impérios anteriores[10]. Ao construir as corporações multinacionais modernas, com investimento externo direto em produção e serviços, o império informal norte-americano provou-se capaz, mais que outros, de penetrar em outras formações sociais, mesmo nas economias mais desenvolvidas.

Nesse sentido, Panitch e Gindin procuram desfazer outro senso comum dentro do marxismo (clássico e contemporâneo), bem como do realismo nas Relações Internacionais, que é expectativa de um ressurgimento da rivalidade inter-imperialista, ou de potências revisionistas. Em sua visão, essas análises falhavam em enxergar a profundidade da incorporação de outros Estados capitalistas avançados no novo império americano (PANITCH E GINDIN, 2012, p. 10). A integração da Europa ao império informal se acelerou com seus sucessivos acordos de integração regional. Segundo os autores, a integração europeia seguiu a liberalização financeira e a pressão das associações empresariais, tanto europeias quanto norte-americanas. Esta integração também se expressa na emulação de empresas e bancos europeus às práticas americanas, acentuando as ligações entre finanças e indústrias. Bancos e empresas estadunidenses jogaram um papel central em fusões e aquisições na Europa, impulsionando a integração e encorajando o desenvolvimento de um mercado comum europeu. Evidentemente esta não foi uma via de mão única, com os fluxos crescentes de investimento e comércio também da Europa para os EUA (PANITCH E GINDIN, 2012, p. 196). Por sua vez, a ascensão do Japão também se deu dentro das variadas formas de integração ao capitalismo global dirigido pelos EUA. De acordo com os autores, a crise financeira dos anos 1970 impulsionou a integração financeira do Japão aos circuitos globais. Empresas japonesas aumentaram seu investimento em setores manufatureiros, aumentando a produtividade e a taxa de exploração de trabalhadores. Os bancos passaram por um

[10] Impérios informais são formados pela penetração econômica e cultural nos outros Estados, sustentada pela coordenação política e militar com governos independentes. Para os autores, o principal fator que determinou a mudança na extensão de impérios formais, após 1880, foi a inabilidade da Inglaterra em incorporar as potências [10] Impérios informais são formados pela penetração econômica e cultural nos outros Estados, sustentada pela Impérios informais são formados pela penetração econômica e cultural nos outros Estados, sustentada pela coordenação política e militar com governos independentes. Para os autores, o principal fator que determinou a mudança na extensão de impérios formais, após 1880, foi a inabilidade da Inglaterra em incorporar as potências capitalistas emergentes, Alemanha, EUA e Japão, no seu "imperialismo de livre-comércio" (PANITCH E GINDIN 2004, p. 8).

rápido processo de internacionalização e compraram ativamente títulos no exterior, especialmente títulos do Tesouro estadunidense. Isso aumentou a dependência do Japão do próprio mercado financeiro estadunidense. Nos anos 1980, os EUA eram o principal mercado importador de produtos japoneses, como carros, pressionando o próprio setor automobilístico nos EUA à demissão massiva de trabalhadores. Porém, na década de 1990 o Japão já vivia as piores contradições associadas à realização do capitalismo global dentro do G7, e não se discutia mais a eventual substituição dos EUA como potência hegemônica (Ibid., p. 203).

É nesse mesmo sentido que Panitch analisa a ascensão das atuais potências emergentes, em especial a China. Elas emergiriam integradas ao império informal norte-americano, e não em contestação a ele. Isso não significa que a competição econômica entre diferentes centros de acumulação seja totalmente nula, porém ela é atenuada diante da construção de um capitalismo global nos moldes já descritos acima: através de redes internacionais de produção e comércio integradas, da centralidade do dólar e dos títulos do Tesouro americano para os fluxos financeiros (e produtivos) globais, bem como a construção da infraestrutura institucional, jurídica e econômica de outros Estado nacionais de acordo com as determinações do Estado estadunidense, garantindo que o capital (estrangeiro ou doméstico) possa acumular sem restrições.

Segundo Panitch, a ascensão de grandes economias do "Sul global", que se acelerou com as crises financeiras, em particular a de 2008, fez aumentar ainda mais as responsabilidades 'imperiais' dos EUA (PANITCH, 2014). A criação do G20, como iniciativa do Tesouro americano no decorrer da crise nos Tigres Asiáticos nos anos 1990, evidenciou a necessidade (e habilidade) do Estado norte-americano de conter os danos e administrar as saídas das crises de forma integrada às demais economias. Para o autor, nem a China, nem a Rússia, jamais mostraram capacidade e interesse em assumir amplas responsabilidades na administração do capitalismo global, uma vez que isso requereria uma liberalização ainda maior de suas economias (Ibid., p. 98).

A financeirização global impulsionada pelos EUA envolveu uma nova divisão global do trabalho, com a transferência de parte da manufatura (hierarquicamente dividida) para países em desenvolvimento. O crescimento econômico da China e de outros países do Leste Asiático se deve fundamentalmente a essa expansão da

manufatura mundial, cujos atores centrais ainda são as corporações transnacionais estadunidenses. De acordo com Panitch e Gindin (2012), essa rede integrada de produção depende do mercado consumidor dos EUA (cujo crescimento e manutenção dependem, por sua vez, do endividamento das famílias), além do fluxo de investimentos emitidos pelos EUA através da expansão de suas empresas e dos fluxos recebidos de outros países para o mercado americano. Esses últimos criaram sistematicamente desafios à balança comercial e de pagamentos dos EUA, tensionando a capacidade do Estado americano de sustentar o capitalismo global e administrar as pressões domésticas (PANITCH E GINDIN, 2012, p. 283)[11], que se expressa hoje de forma mais aguda com a chamada 'guerra comercial e tecnológica' impulsionada pela administração Trump.

Os autores sustentam que a ascensão da China é impulsionada pela entrada expressiva das grandes empresas estrangeiras e das principais estadunidenses em setores que são fonte de conhecimento e tecnologia, instalando-se em zonas econômicas especiais (PANITCH E GINDIN, 2013, p. 149-150). Assim, o capital estrangeiro migrou para a China por razões que vão além de baixos salários e infraestrutura: é especialmente a confiança que esse capital tem no Estado chinês enquanto protetor e garantidor de seus investimentos (Ibid.).

Evidencia-se, assim, a centralidade do Estado-nação, em particular o Estado norte-americano, para a construção e manutenção do capitalismo global, bem como a extensão da "internacionalização do Estado", com características peculiares dos EUA, nas cadeias globais de produção. Nesse sentido, a análise de Panitch e Gindin nos fornece uma ferramenta para analisar a ascensão de potenciais rivais, como a China, bem como as medidas (tensas e contraditórias) dos EUA para responder às pressões internas de sua sociedade (como a demanda por empregos manufatureiros) frente às suas crescentes responsabilidades internacionais. Com base nas análises de Robert Cox sobre hegemonia e de Leo Pantich sobre imperialismo, podemos concluir que estes conceitos não podem ser aplicados de forma mecânica, como se fossem estáticos. Eles precisam ser confrontados com a realidade concreta, que é dinâmica. O capitalismo se transforma e, com ele, os

[11] Um exemplo ilustrativo dessa rede integrada de produção e finanças está na multinacional Apple, que transferiu a maior parte de sua manufatura para a China, porém vende seus produtos com preços baseados no mercado de consumo americano. Assim, absorve altíssimas taxas de lucro mediante a exploração da força de trabalho na China, ao passo que gera um déficit comercial para os EUA (PANITCH E GINDIN, 2012, p. 291).

conceitos de hegemonia e imperialismo se renovam na atual fase da mundialização capitalista.

5. Reflexões finais

Este artigo buscou apresentar o marxismo como teoria das Relações Internacionais através do debate acerca do Estado e sua internacionalização. Reconstituímos uma discussão original de teóricos críticos e marxistas nas Relações Internacionais, que é a noção de internacionalização do Estado e seus efeitos para os conceitos de hegemonia e imperialismo. Para isso, percorremos duas discussões prévias e basilares, que são as relações entre o Estado e a sociedade civil e as classes sociais, trazendo as reflexões fundamentais de Antonio Gramsci e Nicos Poulantzas sobre a natureza capitalista do Estado e seu papel na garantia do equilíbrio instável entre dominantes e dominados. Fez-se necessário trazer, de forma introdutória, algumas premissas metodológicas do pensamento de Marx, que embasam as discussões posteriores e são centrais para compreender as críticas às análises de cunho positivista nas teorias tradicionais das Relações Internacionais.

Assim, esperamos contribuir com o aprofundamento do debate teórico-crítico nas Relações Internacionais, que possam embasar novas agendas de pesquisa em Relações Internacionais. Os tempos atuais, em que visões confusas e vulgares sobre o “marxismo” e o “gramscianismo” reaparecem no mundo político nacional e internacional, nos exigem (enquanto intelectuais, professores, cidadãos) resgatar o pensamento crítico original destes autores para estimular o estudo e apoiar na formação de sujeitos políticos que atuarão por um mundo socialmente justo e politicamente democrático.

Referências

ARRIGHI, Giovanni. *Adam Smith em Pequim:* origens e fundamentos do século XXI. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.

BUTTIGIEG, Joseph. Gramsci on Civil Society. *Boundary* 2 22, no. 3, 1995.

COX, Robert W. Social Forces, States and World Orders: beyond International Relations Theory. *Millennium* - Journal of International Studies, vol. 10: 2, 1981.

COX, Robert W. *Production, power and world order*. Social forces in the making of history. New York: Colombia University Press, 1987.

COX, Robert: Gramsci, hegemony and international relations: an essay in method. In: GILL, Stephen (ed.). *Gramsci, historical materialism and International Relations*. Cambridge University Press, 1993.

GRAMSCI, Antonio. *Selections from the Prison's Notebooks***.** Edited and translated by Quintin Hoare and Geoffrey Nowell Smith. New York: International Publishers, 2008 (1971).

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Volume 3, Maquiavel. Notas sobre o Estado e Política. Edição de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

JESSOP, Bob. Poulantzas como um clássico moderno. *Revista de Sociologia e Política,* v. 17, n. 33, p. 131-144, jun. 2009

MARX, Karl.; ENGELS, Friedrich. *O manifesto comunista*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

MARX, Karl. *Capital.* A critique of political economy. Volume 1. London: Pinguin Books, 1990 (Part Eight: So-called Primitive Accumulation).

MARX, Karl. *Grundrisse*. São Paulo: Boitempo Editoral, 2011.

MENDONÇA, Sonia Regina. O Estado ampliado como ferramenta metodológica. *Marx e Marxismo*, v. 2, nr. 2, jan/jul, 2014.

PANITCH, Leo. Globalization and the state. *Socialist Register* 1994. Disponível em http://socialistregister.com/index.php/srv/article/view/5637

PANITCH, Leo; GINDIN, Sam. Global capitalism and American Empire. *Socialist Register* 2004. London: Merlin Press.

PANITCH, Leo. Repensando o marxismo e o imperialismo para o século XXI. *Tensões mundiais*, Fortaleza, v. 10, n. 18, 19, p. 91-101, 2014

PANITCH, L; GINDIN, S. Superintending global capital. *New Left Review* 35, September-October 2005.

PANITCH, Leo; GINDIN, Sam. The integration of China into global capitalism. *International Critical Thought*, 2013, Vol. 3, No. 2, 146–158

PANITCH, Leo; GINDIN, Sam. *The Making of Global Capitalism*. The political economy of American empire. London, New York: Verso, 2012.

POULANTZAS, Nicos. *State, power, socialism*. London, New York: Verso, 2000.

RICARDO, David. *Princípios da economia política e da tributação*. São Paulo: Editora Nova Cultura, 1996. (coleção Os Economistas).

SMITH, Adam. *A Riqueza das Nações*. Investigação sobre sua natureza e suas causas. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (coleção Os Economistas)

VAN DER PILJ, Keen. Transnational class formation and state forms. In: GILL; MITTELMAN (ed.): *Innovation and transformation in international studies*. Cambridge University Press, 1997.

MONÇÕES
Revista de Relações Internacionais da UFGD
ISSN 2316-8323

FACES DA MESMA MOEDA: IMPERIALISMO E RACISMO NA CONSOLIDAÇÃO DA HEGEMONIA DOS ESTADOS UNIDOS[1]

FILIPE ALMEIDA DO PRADO MENDONÇA
Doutor em Ciência Política pela UNICAMP e Professor Adjunto do IERI/UFU
mendonca@ufu.br
PEDRO HENRIQUE DE MORAES CICERO
Doutor em Ciência Política pela UNICAMP e Professor Adjunto do IERI/UFU
pedrohenrique@ufu.br
MARISA SILVA AMARAL
Doutora em Economia pelo IPE-FEA/USP e Professora Adjunta do IERI/UFU
msamaral@ufu.br

RESUMO: O artigo apresenta o diálogo necessário entre as principais teorias do imperialismo e o engajamento dos Estados Unidos na ordem internacional contemporânea, enfatizando a instrumentalização de práticas de política externa flagrantemente racistas como *modus operandi* para a concretização do imperialismo estadunidense ainda no século XIX. Parte-se do pressuposto de que as teorias de relações internacionais, bem como a compreensão do papel desempenhado pelos Estados Unidos no sistema internacional contemporâneo, têm muito a absorver de conceitos caros às teorias do imperialismo (clássicas e contemporâneas), destacando para isto o debate sobre: a resistência ao ahistoricismo; o papel das redes e classes transnacionais nos realinhamentos de poder contemporâneo; o diálogo profundo entre a economia internacional e a política internacional; e a preponderância do Estado e seu papel ativo na condução das relações internacionais contemporâneas.

PALAVRAS-CHAVE: relações internacionais; Estados Unidos; imperialismo; racismo.

TWO SIDES OF THE SAME COIN: IMPERIALISM AND RACISM IN THE CONSOLIDATION OF US HEGEMONY

ABSTRACT: The article presents the necessary dialogue between the main theories of imperialism and the engagement of the United States in the contemporary international order, punctuating the instrumentalization of flagrantly racist foreign policy practices as *modus operandi* for the realization of US imperialism as early as the nineteenth century. It is assumed that international relations theories, as well as the understanding of the role played by the United States in the contemporary international system, would benefit from the debate regarding the core concepts of imperialism theories (classical and contemporary), highlighting themes such as: resistance to ahistoricism; the role of transnational networks and classes in the realignments of contemporary power; the deep dialogue between the international economy and international politics; and the preponderance of the state and its active role in conducting contemporary international relations

KEYWORDS: international relations; United States; imperialism; racism.

[1] Agradecemos aos pareceristas que, em seu anonimato, colaboraram com contribuições valiosas, permitindo o aprofundamento deste trabalho.

1. INTRODUÇÃO

"*Whitewashing*". Este é o termo utilizado para classificar o costume da indústria cinematográfica estadunidense, em especial ao longo da primeira metade do século passado, que consistia em sistematicamente substituir personagens de etnia estrangeira por atores e atrizes de cor branca. Interessante notar que a utilização em larga escala desse violento e aviltante expediente não ocorreu, exclusivamente, no campo das artes. Tal prática também pode ser claramente verificada na disputa epistemológica que, mais ou menos naquele mesmo período, marcou o "nascimento" das abordagens analíticas e teóricas sobre as Relações Internacionais.

Nesse contexto, nota-se o aparecimento (e desaparecimento) de determinados temas que, juntos, passaram a conformar o campo teórico (e político) responsável por ajudar a sedimentar o "projeto hegemônico" a partir de então encampado pelos EUA. Assim, o realismo e o liberalismo ganharam força como principais referenciais teóricos da área, determinando as agendas, os financiamentos e as publicações levadas a cabo a partir de então. Nesta mesma esteira, debates sobre "estado de natureza", "anarquia", "moralidade", em suas múltiplas variações, se revigoram. Ao mesmo tempo, outros debates consolidados ao longo do século XIX foram apagados do *mainstream* estadunidense, como as discussões em torno do "imperialismo" e do "racismo". Sobre o tema, pontua Kidd (2017, p.158) a partir do instigante livro de Robert Vitalis, "*White World Order, Black Power Politics*", publicado em 2015:

> International Relations was originally predicated on the imperative of maintaining global White domination – the journal we know as Foreign Affairs was originally titled the Journal of Race Development. Whites saw themselves as ruling a world of colored races and were preoccupied with staving off the danger of a global race war. But of course, in the postwar, post-colonial period, such a past became too embarrassing to be avowed – hence the need for a disciplinary purging and self-reinvention.

Esta constatação nos leva a uma inevitável pergunta: por qual razão os debates sobre imperialismo e racismo foram expurgados da agenda política estadunidense? Algumas explicações iniciais se firmaram: coerência metodológica, a divisão do campo em *issue areas*, o ahistoricismo, o "*whitewashing*". No nosso

entendimento, porém, outro fator importantíssimo raramente é mobilizado para compreender a referida realidade: a ascensão hegemônica dos Estados Unidos e as práticas imperialistas dela decorrentes foram determinantes para este desaparecimento. Não se trata, portanto, de mera correlação, mas de causalidade. Como nos lembra Hoffmann em seu texto seminal de 1977, "what the scholars offered, the policy-makers wanted" (HOFFMANN, 1977, p.47). Diante disso, consideramos que a prática imperialista estadunidense se desenrolou em um período particularmente racista da história dos EUA.

É bem verdade que ideias tais como "benevolência" e "superioridade moral" não são construções exclusivas da fase imperial dos Estados Unidos. Todo o imperialismo clássico fez-se em nome de insígnias bastante conhecidas como o "Fardo do Homem Branco" e a "Missão Civilizatória" europeia sobre povos bárbaros. A novidade estabelecida pelos estadunidenses, porém, está no fato de conseguirem desenvolver um campo de estudo avançado que, embora com adeptos em outras partes do mundo, se estabelece muitas vezes de forma acrítica, aderindo às agendas e aos termos impostos pelo país hegemônico. Em outras palavras, um dos dilemas cruciais que nos cabe enfrentar é o de que o campo das Relações Internacionais nasce, portanto, fortemente vinculado ao contexto político estadunidense. Como nos alertou Hoffmann (1977, p. 75), a área carrega consigo dilemas práticos e conceituais tipicamente estadunidenses e, justamente por isso, possui já em sua origem um forte impulso para "calcular o incalculável" e um desejo quase irrefreável de analisar o presente e de afastar a política internacional dos historiadores.

Tal construção histórico-epistemológica impõe como consequência esforços que apontem na direção contrária, isto é, na necessidade de encarar as origens dos estudos contemporâneos sobre Relações Internacionais de maneira historicizada. A ascensão do realismo como doutrina de política internacional predominante nos Estados Unidos impactou profundamente o campo de estudos de relações internacionais. Por partir de visões de mundo totalmente distintas e por se propor a pautar projetos políticos opostos, a ascensão do realismo político teve como consequência lógica a necessidade de desconstrução das premissas relativas ao Imperialismo, na medida em que se fazia crucial para aquele país a criação e legitimação de uma doutrina de intervenção global que fosse amplamente acolhida e minimamente questionada pela "comunidade internacional".

Neste texto, porém, defendemos o avesso: a atualidade das teorias clássicas do imperialismo para a compreensão das relações internacionais nos dias atuais e entendemos que o seu desaparecimento nos Estados Unidos não acontece por acaso ou por questões metodológicas. Argumentamos que entender a política internacional dos Estados Unidos à luz das teorias imperialistas, com especial destaque para seus recortes racistas, é crucial para a compreensão da ordem internacional contemporânea além de permitir enxergar com maior clareza contradições nevrálgicas na política internacional dos Estados Unidos, contradições estas que o realismo sempre tentou ocultar. Além disso, esta abordagem permite fazer reflexões sobre alguns dualismos tão comuns na área, como Teoria/Prática, Centro/Periferia, Ocidente/Não-Ocidente, entre outros.

A tarefa, entretanto, não é simples. O debate sobre o imperialismo e seus desdobramentos contemporâneos permite múltiplas portas de entrada. É possível iniciar pela arqueologia do conceito, pensar as aplicações da abordagem em determinadas conjunturas e/ou regiões ou, até mesmo, expor as especificidades ontológicas, epistemológicas e metodológicas inerentes a este debate. Algumas destas perspectivas, cada uma a seu modo, foram objeto de estudos aprofundados recentemente, como em Amaral (2012), Corrêa (2012), Leite (2017) e Osório (2018), entre outros. Este texto opta por um caminho diferente ao apontar aspectos de um diálogo necessário entre as teorias do imperialismo e os debates sobre as relações internacionais dos Estados Unidos.

A referida mobilização das teorias do imperialismo enquanto lente interpretativa relevante para a compreensão das relações internacionais contemporâneas passa, necessariamente, pelas considerações sobre o poder estadunidense. Por isso, é preciso tratar de suas especificidades, causas históricas e das circunstâncias concretas de implementação e sustentação políticas. Nesta esteira, este artigo está dividido, além desta introdução e de algumas breves considerações finais, em três seções. Na primeira delas mobilizaremos as teorias clássicas do imperialismo e mostraremos sua relevância para a compreensão da política internacional contemporânea. Na segunda seção enfatizaremos o papel decisivo desempenhado pelo racismo para a consolidação da prática imperialista firmada desde o quarto final do século XIX pelos EUA. A partir deste contexto, discorreremos na terceira seção sobre como a história oficial do campo atuou para

ocultar debates consolidados e promoveu um corpo epistemológico mais adequado para as práticas imperialistas da hegemonia em ascensão no século XX.

2. AS TEORIAS CLÁSSICAS DO IMPERIALISMO E A POLÍTICA INTERNACIONAL

As teorias clássicas do imperialismo trouxeram inúmeras contribuições teóricas que nos ajudam a compreender os processos históricos e o funcionamento das relações internacionais. As abordagens que identificam e caracterizam o imperialismo, tais como Hobson (1902), Hilferding (1910), Luxemburgo (1913), Kautsky (1914), Bukharin (1917) e Lenin (1917), cada uma a seu modo, se pautam por uma análise em que fica evidente a indissociabilidade dos aspectos econômicos e políticos no funcionamento do modo de produção capitalista e nos fenômenos a ele associados, tornando límpido o objeto clássico da economia política internacional que acaba sendo incorporado mais tarde por algumas vertentes das teorias de relações internacionais. Deixa manifesta a relação carnal entre o capital e as armas, entre a expansão do capital financeiro (conceito caro aos economistas) e a balança de poder (conceito caro aos internacionalistas); rompe com as divisões pouco naturais entre as arenas internas e as arenas internacionais, o mercado doméstico e o mercado internacional e abre espaço para tratamentos diversos de conceitos como o ‘novo colonialismo’, o ‘complexo industrial-militar’, ‘congelamento de poder’, ‘hegemonia’, entre diversos outros.

Este grupo de autores, embora componha o núcleo duro das teorias clássicas do imperialismo, não forma um corpo coeso. Em corrida intelectual (e, em alguns casos, militante) para tentar compreender a grande expansão internacional das relações econômicas e políticas ao final do século XIX e início do século XX, discordavam, por exemplo, sobre a causalidade original do imperialismo, ou, mais precisamente, sobre o que o imperialismo efetivamente é: se se mostra como um tipo de política ou como uma fase particular de desenvolvimento do capitalismo. Tal divergência traz à tona uma acalorada disputa já entre os teóricos clássicos do imperialismo,[2] que, posteriormente, se estende às análises contemporâneas: o

[2] A este respeito, vale um retorno ao próprio Lênin (2009), que abre intensa polêmica com as conclusões a que chega Kautsky sobre uma tendência ao ultraimperialismo, o que, para Lênin, representaria uma crítica ao imperialismo mediante a defesa de uma perspectiva reformista pautada

debate acerca do caráter não necessário do imperialismo, sua transitoriedade ou a possibilidade de substituição da política imperialista por outra qualquer, não imperialista. Nessa esteira, desenham-se discordâncias sobre os efeitos que o imperialismo exerceria na luta da classe trabalhadora contra os abusos do capital bem como sobre as possibilidades de uma aliança entre as potências imperialistas.

A despeito das diferenças, entretanto, parece haver um claro ponto de contato entre as interpretações sobre o imperialismo desenvolvidas pelos teóricos clássicos: todos tratam da necessidade de expansão dos espaços de atuação do capital para a continuidade da acumulação,[3] apontando para o fato de que tal movimento se desenrola a partir do estabelecimento de relações desiguais no plano internacional, consolidadas, via de regra, pelo uso de métodos violentos. Todos os clássicos mencionam, por exemplo, as políticas de (neo)colonização como essenciais para o devido entendimento do processo.[4] Em outras palavras, todos tratam de um

na lógica da "democracia pacífica". Como se uma alternativa ao imperialismo fosse a associação entre o capital financeiro internacional em favor de uma exploração comum do mundo, indicando a "possibilidade de uma paz permanente sob o capitalismo" (LÊNIN, 2009, p. 120).

[3] Tal percepção não aparece tão claramente apenas na abordagem de Hobson (2005), que, ao passo que compreende as raízes econômicas do imperialismo e os limites do mercado interno oriundos de uma tendência à concentração e à formação de trustes e cartéis, posiciona-se como um crítico do imperialismo sob o argumento de que tal política de abertura de mercados internacionais seria vantajosa e lucrativa exclusivamente para setores específicos da sociedade (aqueles que experimentaram altos níveis de concentração de capitais, assim como os *financial dealers* a eles associados), sendo altamente nociva, segundo sua interpretação, para a nação imperialista, pois envolve altos custos, particularmente relacionados aos gastos militares requeridos para a manutenção de poder em territórios longínquos. O autor reconhece no colonialismo um produto legítimo e necessário do nacionalismo, mas entende que o próprio nacionalismo se desdobra inevitavelmente em imperialismo, entendido como uma política de expansão territorial que objetiva a subjugação econômica e política das nações "colonizadas". Para Hobson, o imperialismo, além de ser desinteressante para o Estado, seria também pouco atrativo comercialmente, por entender que os produtores extraem das trocas muito menos do que despendem em impostos para que elas possam se efetivar; diferentemente do que ocorre com aqueles que internacionalizam capital na forma de investimentos privados, com forte benefício aos financistas (*financier*), as únicas classes beneficiadas pelo processo de expansão territorial segundo sua visão, como já dito. O ponto que nos interessa aqui destacar é que, embora Hobson considerasse a política imperialista altamente concentradora e com efeitos indesejáveis à nação, uma vez que leva a seu empobrecimento, o autor também reconhecia que, pelas vantagens e lucros que fornece aos investidores, a mesma política imperialista convertia-se numa óbvia necessidade para aqueles que dela se beneficiam e que assumem poder e controle sobre o aparelho de Estado, forçando aos movimentos expansionistas. E o fato de, nesses termos, reconhecer sua necessidade, não indica que Hobson defendesse a sua inevitabilidade; o autor entendia ser esta uma política possível entre outras tantas, e trazia para primeiro plano a importância da organização do Estado em torno dos interesses coletivos, a partir de políticas de distribuição de renda capazes de barrar os mecanismos que reforçam a concentração e a necessidade de expansão territorial. Com isso, Hobson demonstra os traços da social democracia da qual é representante.

[4] É o caso de Luxemburgo (1985), que trata o imperialismo como uma espécie de colonização capitalista do mundo; de Kautsky (2009, p. 444, itálico original), que, ao entender o imperialismo como "o impulso de todas as nações capitalistas industriais a submeter e anexar regiões *agrárias* cada vez mais vastas, independentemente da nacionalidade dos povos que as habitam", conclui que "o desejo de evitar que [o desenvolvimento industrial] ocorra, torna-se agora, para os Estados

movimento de internacionalização do capital – intrínseco ao desenvolvimento capitalista –, que, pela via da exportação de mercadorias ou da exportação de capitais propriamente dita, se desenrola de forma conflituosa, levando à subordinação entre nações.

Essa consideração mais geral nos leva a tecer alguns comentários importantes sobre aquelas que apareceram como divergências entre os referidos autores, particularmente no que toca à percepção sobre o que, de fato, é o imperialismo; se fase ou política. O único dos clássicos a definir o imperialismo como fase particular de desenvolvimento do capitalismo, ou, mais diretamente, como "a fase monopolista do capitalismo" foi Lênin (2009, p. 89).[5] Hobson (2005) o define como uma política de expansão territorial dada pela necessidade de abertura de mercados, o que teria como desdobramento a subordinação econômica e política de determinadas regiões aos países "desenvolvidos". Hilferding (1985) e Bukhárin (1988) são mais afeitos à ideia do imperialismo como a política econômica do capital financeiro ou como a política expansionista dos Estados capitalistas "modernos". Kautsky (2009) adota a percepção do imperialismo como uma política de submissão e anexação de territórios agrícolas por parte das nações capitalistas industriais. E Luxemburgo (1985, p. 305) se fia na leitura de que

> [o] imperialismo é a expressão política do processo de acumulação do capital, em sua competição pelo domínio de áreas do globo ainda não conquistadas pelo capital. Geograficamente essas áreas abrangem, mesmo hoje, vastas regiões da Terra. Em comparação com a massa enorme de capital já acumulado nos velhos países capitalistas, do

capitalistas, uma razão a mais para submeter diretamente (como colônia) ou indiretamente (como esfera de influência) os territórios agrários" (Ibidem, p. 459); de Hilferding (1985), que aponta para a intensificação da exploração colonial no período de formação e avanço do capital financeiro e sua exportação; de Lênin (2009), que percebe o parasitismo dos países exportadores de capital, que vivem da exploração do trabalho em países e colônias do ultramar; e mesmo de Hobson (2005), que, apesar de entender como legítimo e necessário o colonialismo britânico, o identificava como produto do nacionalismo e, adiante, do próprio imperialismo.

[5] Em "O Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo", Lênin vai além e defende que o imperialismo apresenta cinco traços fundamentais: "1) a concentração da produção e do capital levada a um grau tão elevado de desenvolvimento que criou os monopólios, os quais desempenham um papel decisivo na vida econômica; 2) a fusão do capital bancário com o capital industrial e a criação, baseada nesse "capital financeiro" da oligarquia financeira; 3) a exportação de capitais, diferentemente da exportação de mercadorias, adquire uma importância particularmente grande; 4) a formação de associações internacionais monopolistas de capitalistas, que partilham o mundo entre si, e 5) o termo da partilha territorial do mundo entre as potências capitalistas mais importantes. O imperialismo é o capitalismo na fase de desenvolvimento em que ganhou corpo a dominação dos monopólios e do capital financeiro, adquiriu marcada importância a exportação de capitais, começou a partilha do mundo pelos *trusts* internacionais e terminou a partilha de toda a terra entre os países capitalistas mais importantes" (LÊNIN, 2009, p. 90).

> capital que luta por encontrar novos mercados para seu mais-produto e possibilidades de capitalização para sua mais-valia, e em função da rapidez com que hoje se transformam as culturas pré-capitalistas em capitalistas, ou, em outras palavras, em comparação com o alto grau de desenvolvimento alcançado pelas forças produtivas do capital, esse campo que lhe resta para a expansão parece mínimo. É isso que determina a forma de atuação do capital internacional no cenário mundial. Dado o grande desenvolvimento e a concorrência cada vez mais violenta entre os países capitalistas na conquista das regiões não-capitalistas, o imperialismo tanto aumenta em violência e energia seu comportamento agressivo em relação ao mundo não-capitalista, como agrava as contradições entre os países capitalistas concorrentes.

Ocorre que, sob outro prisma, mesmo aqueles que entendem o imperialismo como uma política específica, explicitamente identificam a origem, o uso e a orientação da política imperialista com uma fase particular de desenvolvimento do capitalismo. A começar por Rosa Luxemburgo – para quem, aparentemente, capitalismo e imperialismo coincidem todo o tempo, uma vez que, segundo sua interpretação, todo país capitalista se converte em imperialista quando passa a avançar rumo a regiões onde o capitalismo ainda não se desenvolveu, de forma a encontrar espaços para realização de seu mais-produto e para valorização de sua mais-valia –, o recurso à política imperialista se dá, como dito, em etapa de "alto grau de desenvolvimento alcançado pelas forças produtivas do capital" e não em qualquer de suas etapas anteriores. Também Kautsky (2009, p. 444) situa a política imperialista como "um produto do capitalismo industrial altamente desenvolvido" e, portanto, estabelece uma linha divisória entre aquelas políticas de conquista territorial que devem ser consideradas imperialistas e as que não se inserem nesse contexto. Finalmente, para resgatar a associação mais óbvia, tanto Hobson quanto Hilferding e Bukhárin identificam o imperialismo com a formação de monopólios, trustes e cartéis e, particularmente os dois últimos, lidam com a política do capital financeiro, que só se estabelece – nos países em que se estabelece – no pós-crise do final do século XIX. Mais uma vez, trata-se da política de uma fase específica do capitalismo.

Com estas colocações, parece estarmos aqui numa disputa por nomes. No entanto, diante de desconcertantes afirmações como as que fazem Hardt e Negri (2002, pp. 12-13, itálicos originais) – de que,

> [e]m contraste com o imperialismo, o Império não estabelece um centro territorial de poder, nem se baseia em fronteiras ou barreiras fixas. É um aparelho de *descentralização* e *desterritorialização* do geral que incorporou gradualmente o mundo inteiro dentro de suas fronteiras abertas e em expansão. O Império administra entidades híbridas, hierarquias flexíveis e permutas plurais por meio de estruturas de comando reguladoras. As distintas cores nacionais do mapa imperialista do mundo se uniram e mesclaram, num arco-íris imperial global [,]

e de que "[o]s Estados Unidos não são, e nenhum outro Estado-nação poderia ser, o centro de um novo projeto imperialista. O imperialismo acabou. Nenhum país ocupará a posição de liderança mundial que as avançadas nações europeias um dia ocuparam" (Ibidem, pp. 13-14) –, nos parece que esta, talvez, seja uma disputa que valha a pena travar. Especialmente porque é incorreto supor que a concorrência entre as grandes potências capitalistas no plano internacional tenha sido suprimida por um tipo de coordenação sustentada numa suposta neutralidade das principais instituições supranacionais, que supostamente teriam alçado à posição de grandes ordenadoras desinteressadas dos movimentos do capital.

Neste sentido, nos cabe aqui apontar que todos os teóricos clássicos, mesmo que definam o imperialismo como uma política específica, estão lidando com transformações próprias da passagem do capitalismo concorrencial para o capitalismo monopolista. Tratam, portanto, de políticas por detrás dos movimentos de expansão internacional do capital, ou, em outros termos, de políticas de consumação das próprias exigências expansionistas do capital. Reivindicando Lênin, esta desponta, em nossa visão, como a forma mais adequada de se compreender o imperialismo: como a fase monopolista do capitalismo, cuja vigência se verifica ainda hoje, mesmo que, ao longo do seu percurso histórico, diferentes – e, por vezes, inclusive contrapostas – tenham sido suas formas políticas de manifestação.

Esta perspectiva mais abrangente nos autoriza a incorporar diversas subfases ao imperialismo, algo perfeitamente plausível quando consideramos que os próprios movimentos no capitalismo e suas transformações forçam a novos rearranjos e práticas políticas que garantam a acumulação do capital em escala mundial. Muitas são as políticas e práticas imperialistas, pressuposto bastante caro à compreensão da política internacional dos Estados Unidos. O caso estadunidense, que passamos agora a discutir, emblematiza com vigor esta percepção. Antes, porém, vale uma breve ressalva: estamos lidando aqui com duas estruturas distintas de construção,

tratando de questões que se enquadram em diferentes níveis de abstração. Um desses níveis envolve as leis tendenciais, apontadas nesta primeira seção, que encerram – longe de esgotar – alguns dos elementos chave para o tratamento sobre o imperialismo. Outro nível, muito mais concreto e, por isso, com menos mediações, é o dos processos históricos de constituição das diferentes formações econômico-sociais. Aqui, conforme argumentaremos a seguir, o racismo se apresenta como característica estrutural e indissociável do imperialismo, justo por ser uma característica estrutural e indissociável dos processos de colonização, que se estabelecem sob o manto de um discurso a partir do qual se convertem em benevolentes as nações colonizadoras, que, convencidas de uma suposta superioridade moral que lhes é nata, assumem como seu mote principal a responsabilidade de civilizar e tutelar os povos bárbaros e atrasados, reunidos, obviamente, nas nações colonizadas. Nestes termos, Castro-Gómez (2014) faz um apontamento certeiro ao diferenciar colonialismo e colonialidade, derivando daí o racismo:

> Colonialismo faz referência à presença militar, política e administrativa de uma potência em um território estrangeiro [...]. Colonialidade faz referência às gerências do colonialismo mesmo depois que ele desaparece. O racismo é uma herança colonial, bem como certos modos de paternalismo e o machismo.

3. IMPERIALISMO E RACISMO NOS ESTADOS UNIDOS

Segundo Quijano (2006), desde a colonização das Américas, nos anos finais do século XV, o Sistema Internacional e o modo de produção que desde então o pauta são, flagrantemente, racializados.[6] A raça, portanto, opera como um dispositivo de estratificação para todo o sistema mundial no qual as poderosas

[6] Para o autor peruano, a consolidação e universalização do modo de produção capitalista tendo por base a racialização das relações sociais se expressa em sua amplamente conhecida teorização sobre a "Colonialidade do Poder". Para Quijano (2002, p.04), "[c]olonialidade do poder é um conceito que dá conta de um dos elementos fundantes do atual padrão de poder, a classificação social básica e universal da população do planeta em torno da idéia de "raça". Essa idéia e a classificação social e baseada nela (ou "racista") foram originadas há 500 anos junto com América, Europa e o capitalismo. São a mais profunda e perdurável expressão da dominação colonial e foram impostas sobre toda a população do planeta no curso da expansão do colonialismo europeu. Desde então, no atual padrão mundial de poder, impregnam todas e cada uma das áreas de existência social e constituem a mais profunda e eficaz forma de dominação social, material e intersubjetiva, e são, por isso mesmo, a base intersubjetiva mais universal de dominação política dentro do atual padrão de poder".

nações dominantes brancas predominam (VITALIS, 2015). Nesse contexto, os Estados-Nação que se mostram mais aptos no processo de adaptação das suas estruturas político-administrativas aos novos padrões de acumulação mercantilistas então estabelecidos (notadamente, os Países Ibéricos, os Países Baixos, a Grã-Bretanha e, posteriormente, a França) cooperaram. A Europa Oriental se une ao subsistema regional do Atlântico branco para criar um padrão racial mundial, o qual opera a partir do domínio da "Ordem Mundial Branca".

Interessante notar, tal como fazem LeMelle e Shepherd (1970), que a atitude discriminatória dos referidos Estados interessados em afirmar a "Supremacia Branca" e "Estados Brancos" para com o mundo é, ao menos em parte, reflexo de seus próprios problemas internos de estratificação racial. Os autores apontam uma relação direta entre a gravidade desses problemas raciais internos e a "defensividade" ou [falta de] abertura da política de uma nação branca em relação ao mundo não-branco, parte central do processo que culminou na hegemonização e internacionalização do sistema capitalista. Historicamente, tal jornada atinge seu ápice no início do século XX, na medida em que, naquele momento, o constructo sócio-político "Raça" era vasta e explicitamente mobilizado enquanto unidade ontológica fundamental da política, quiçá a mais importante delas. Amplificadas pela popularização do Darwinismo social e dos ideais eugênicos – e catalisadas pelo temor de que os povos "não-brancos" pudessem pôr em xeque a "supremacia branca" –, as construções que impunham e as sociabilidades a partir da "diferença racial" mostravam-se extremamente fortes e determinantes para a política de poder internacional então estabelecida. Para tanto, "conceitos racializados" foram articulados como partes do repertório das ciências sociais para ordenar, categorizar e hierarquizar os povos do mundo.

É nesse contexto que se dá a inserção internacional imperialista estabelecida pelos EUA. Após a conquista da independência no final do século XVIII e de todo o processo de "*State-Making*" consolidado ao longo do lustro seguinte (momento em que a prioridade era, via "Colonização Interna", assegurar um território que se estendesse do Atlântico ao Pacífico sendo este povoado não mais por populações originárias, mas, sim, por migrantes já "adaptados" aos padrões de acumulação capitalistas), o país caracterizou-se por exortar um discurso anti-imperialista, apesar de, na prática, adotar uma postura imperialista (e racista), em especial na América Latina. Naquele momento, crucial para a história das Relações Interamericanas, se

iniciou o processo de expansão do poderio econômico-político-militar dos EUA, num cenário em que a região estava sob dominação do capital financeiro, cujo epicentro ainda era a Europa Ocidental. Como forma de tentar amenizar a hegemonia europeia na região, os EUA passaram a, sistematicamente, praticar intervenções diretas e indiretas, como aquelas que aconteceram em Porto Rico (1898), Cuba, via "Emenda Platt" (1902), e Haiti (1915), entre outras. A máxima de Theodore Roosevelt (1901-1909) conhecida como "*speak softly and carry a big stick*" caracteriza com propriedade a estratégia política adotada para o trato com os países latino-americanos. Em que pese o fato de o engajamento estadunidense na região ter sido intenso, não havia clareza dentro dos Estados Unidos quanto a sua participação em outras regiões do mundo, dada a pressão exercida pelos grupos isolacionistas politicamente articulados do país.

Embora as teses isolacionistas tenham se demonstrado fortes, vale destacar o choque com o idealismo wilsoniano, o qual buscava criar mecanismos internacionais que garantissem a paz ancorada na economia liberal e na democracia. Este choque entre isolacionistas e internacionalistas idealistas não impediu, porém, que houvesse um crescimento vertiginoso da indústria norte-americana, majoritariamente voltada para a indústria de guerra, fomentando a consolidação de um enorme arsenal militar e industrial (complexo-industrial-militar). Nesse sentido, estabeleceu-se consenso em relação ao comprometimento e à priorização no que concernia à construção das condições materiais e institucionais necessárias para o maior avanço possível do processo de acumulação de capital protagonizado pela iniciativa privada.

Em que pesem as divergências estratégicas, havia também clara convergência entre os dois grupos no que concernia ao tratamento racista conferido às populações originárias dos países em que o *jovem* imperialismo estadunidense paulatinamente avançava. No contexto do debate sobre a pertinência (ou não) da prática imperialista enquanto motor da política externa dos EUA na transição entre os séculos XIX e XX, a visão de mundo notadamente racista emanada dos mais diversos setores societários estadunidenses forneceu argumentos cruciais tanto para as teses favoráveis quanto para as contrárias à expansão da presença imperialista do país no exterior. Surpreendentemente, os formadores de opinião e os *policy makers* de então pareciam não ter problemas em usar, simultaneamente, uma linguagem democrática e universalista para tratar dos assuntos internos e, em

contrapartida, concepções, vocabulário e visões de mundo abertamente racistas para projetar a participação internacional dos EUA.[7]

A partir desta dualidade, se forjou a integração de ambos os conceitos (democracia/racismo) em uma ideologia mais ou menos consistente, pois, ao sustentar que os seres humanos precisam de certas características raciais ou de desenvolvimento para exercitar autogoverno, os debatedores transformaram a "democracia" no próprio veículo de discriminação racial. A democracia não era tratada mais como um direito universal, mas, sim, como um direito exclusivo, um privilégio, que somente poderia ser exercido levando-se em conta as "capacidades inerentes" dos respectivos povos que a manejassem (KRENN, 1998). Assim, ao longo de séculos, consolidou-se nos EUA um regime político-societário notadamente racializado, no qual, tendo em vista a tonalidade de sua pele, as pessoas eram abertamente separadas, compreendidas e representadas a partir da dualidade "brancos e não-brancos", sendo os últimos vistos como "selvagens", "atrasados", "deficitários", pois não estavam "aptos" a viver em regimes capitalistas e democráticos.

E foi exatamente esse suposto "déficit civilizatório" o mais relevante argumento utilizado para impor e justificar o regime escravocrata tão fundamental para a ascensão dos EUA enquanto potência capitalista. Sobre o tema, aportam Beckert e Rockman (2017, p. 105):

> Contrary to popular belief, the small farmers of New England weren't alone responsible for establishing America's economic position as capitalism expanded. Rather, the hard labor of slaves in places like Alabama, South Carolina, and Mississippi needs to be kept in view as well. In fact, more than half of the nation's exports in the first six decades of the 19th century consisted of raw cotton, almost all of it grown by slaves [...] The slave economy of the southern states had ripple effects throughout the entire U.S. economy, with plenty of merchants in New York City, Boston, and elsewhere helping to organize

[7] Sobre a maneira abertamente racista a partir da qual operaram importantes órgãos de imprensa estadunidenses no momento histórico aqui referido, interessante citar o artigo em que a Revista "National Geografic" faz mea-culpa em relação às suas reportagens e coberturas sobre povos não-brancos. Entre outros exemplos, Susan Goldberg, editora-chefe da revista, faz menção à seguinte matéria: "Some of what you find in our archives leaves you speechless, like a 1916 story about Australia. Underneath photos of two Aboriginal people, the caption reads: 'South Australian Blackfellows: These savages rank lowest in intelligence of all human beings'". O artigo de Goldberg pode ser consultado, na íntegra, em https://www.nationalgeographic.com/magazine/2018/04/from-the-editor-race-racism-history/.

> the trade of slave-grown agricultural commodities – and enjoying plenty of riches as a result.

Interessante notar, também, o peso e capilaridade do debate sobre raça na consolidação do campo acadêmico de estudos sobre Política Internacional por parte dos estadunidenses, ainda na virada do século XIX para o XX.[8] Naquele momento, a Raça – e não apenas o Estado – era mobilizada como um dos fatores determinantes para a materialização da unidade política no Sistema Internacional. A obra de John W. Burgess, o mais aclamado cientista político de sua época, é uma importante prova desta realidade. Burgess se opôs veementemente ao projeto imperialista auspiciado pelo Presidente McKinley, pois acreditava que o bem mais precioso da pátria – a Democracia – só se fazia possível entre povos teutônicos. Sobre as inclinações racistas do *mainstream* acadêmico nos primórdios das escolas de relações internacionais nos EUA, complementa Blatt (2018, p. 37):

> Burgess was a proponent of "Teutonism" or "Teutonic germ" theory. It was essentially a mix of Hegelian historicism and late-19th century racial anthropology. For Teutonists, the U.S. political system represented the highest development of an Anglo-Saxon "genius for liberty." Political life was the expression of a racial soul and history was the record of racial development; some races had the capacity and were destined to develop free political institutions. Everyone else would eventually be forcefully "organized" by the superior, "political nations" or disappear entirely. And in fact, this was the paradigmatic theory of politics in the early years that the discipline was taking root in the university system.

Restava clara, portanto, a ativa participação dos EUA na manutenção do sistema imperialista de dominação racial que caracterizou, por séculos, o Sistema Internacional. Tal sistema distinguiu-se, fundamentalmente, por suas premissas de valor messiânicas e etnocêntricas. A virtude forjou-se enquanto experiência confinada ao que era tido enquanto "branco" e "ocidental"; por sua vez, o mal se

[8] Importante esclarecer que visões abertamente racistas não foram exclusividade das contribuições epistemológicas originadas dos EUA. Antes da referida característica se consolidar na América, o "racismo científico" foi amplamente difundido na Europa, em especial nos Estados com pretensões e práticas imperialistas. A título de exemplo, cita-se o supremacismo racial na obra de Immanuel Kant, o qual pode ser comprovado, entre outras, através da seguinte passagem em que o autor alemão trata sobre os motivos considerados, à época, "científicos" no que se referia à diferença das raças: "Aliás, o calor úmido é favorecedor do forte crescimento dos animais em geral, e breve, surge o Negro, que está bem adaptado ao seu clima, a saber, é forte, corpulento, ágil; mas, que, ao abrigo do rico suprimento da sua terra natal, [também] é indolente, mole e desocupado" (KANT, 2010).

equiparava à negritude e aos modos irreligiosos assumidos pelas sociedades não-brancas. Tal organização da arquitetura do poder no Sistema Internacional entronizou e perpetuou o domínio branco. A violência foi amplamente utilizada para conquistar os territórios e riquezas dos "povos de cor" para, em seguida, ser legalizada como poder policial e vigilante, com vistas a proteger os privilégios daqueles que controlavam a terra e a produção, bem como o governo. Assim, a força de polícia e o poder militar foram as armas mobilizadas ao longo dos esforços imperialistas empreendidos pelas potências capitalistas, cuja pauta expressamente remetia à imposição do padrão de estratificação racial (LEMELLE E SHEPHERD, 1970).

Segundo aponta Hilfrich (2012), a prática imperialista se desenrolou em um período particularmente racista da história dos EUA. Sem serem perturbados pelo Norte, os estados do Sul, após a derrota na Guerra de Secessão, avançaram na consolidação e institucionalização de um atroz regime de segregação racial, o qual, paulatinamente, também foi incorporado pelo Norte, tornando-se, assim, uma política de Estado. Ao mesmo tempo, o governo federal restringia a imigração asiática e colocava limites ao influxo de pessoas provenientes de países do leste e do sul da Europa. A ideia de "Raça" é, obviamente, uma construção cultural. Naquela época, porém, tanto nos EUA quanto na Europa, construiu-se um amplo esforço epistemológico que buscava legitimar e sustentar o pensamento racista pautado na "ciência", tanto a partir das proposições do chamado "darwinismo social" quanto pelo racismo "positivo" anglo-saxão, o qual estipulava que os brancos anglo-saxões constituíam o auge do desenvolvimento humano.

Nesse contexto, em especial pela natureza da participação dos EUA tanto na Revolução do Havaí (1893)[9] quanto na Guerra Hispano-Americana (1898),[10]

[9] Em 1893, um grupo formado, majoritariamente, por empresários brancos com negócios cada vez mais lucrativos instalados no arquipélago (em especial o comércio de açúcar) construiu alianças com militares americanos para, assim, derrubar a monarquia constitucional havaiana. Os líderes do *coup* esperavam a anexação imediata aos Estados Unidos, mas, num primeiro momento, o Presidente Cleveland se opôs a ideia. Três anos mais tarde, um tratado para a anexação do Havaí foi apresentado ao Congresso estadunidense. Contudo, graças ao lobby da rainha deposta Liliuokalani e também de dezenas de milhares de petições de havaianos que eram contra a anexação, o Senado posicionou-se contra ao pleito de anexação. Foi somente no ano seguinte, com a eleição de William McKinley e sua agenda abertamente imperialista, que foi aprovada a anexação do Havaí.

[10] A Guerra Hispano-Americana ocorreu em 1898, colocando fim ao domínio colonial espanhol nas Américas. Em contrapartida, os conflitos entre EUA e Espanha resultaram na aquisição de territórios pelos primeiros no Pacífico ocidental e na América Latina. Nesse contexto, os dois lados assinaram o Tratado de Paris, pelo qual a Espanha renunciou a todas as reivindicações a Cuba, cedeu Guam e Porto Rico aos Estados Unidos e transferiu a soberania sobre as Filipinas para os EUA por US $ 20

consolidou-se a estratégia inicial da inserção internacional estadunidense a partir da clara adaptação da visão Sulista sobre raça, tanto por Republicanos quanto por Democratas, como a *racionalidade* do imperialismo. Assim, no momento inicial da consolidação da hegemonia dos EUA no Sistema Internacional, os habitantes das novas possessões insulares eram tratados como "de cor" (*colored*), ou seja, como partes de sociedades racialmente inferiores.

Por sua vez, os estadunidenses avançavam com confiança, pois estavam convencidos de sua responsabilidade de civilizar os vastos rincões mundiais ainda mergulhados nas trevas da barbárie. Concretizavam-se, pois, as premonições e dogmatismos do "Destino Manifesto". Porém, para que tal projeto avançasse a contento, o Estado estadunidense foi impelido a comprometer algo que lhe era muito valioso no contexto de sua formação federalista: a bandeira listrada e estrelada avançou, mas a Constituição – e os direitos por ela assegurados – não a seguiu (WESTON, 1972).

A relutância de participação direta nas discussões havidas no período entre guerras representou o intervalo temporal necessário para os Estados Unidos aprimorarem as técnicas que mais tarde lhes seriam úteis no esforço de projetar e expandir seu poder em escala global: a combinação entre imperialismo formal e informal, amparado por um discurso liberal, de superioridade moral e de benevolência. Nesse contexto, porém, a questão racial permanecia um importante desafio a ser enfrentado, na medida em que a expansão no exterior pautada na supremacia racial era complexificada a partir da emergência das rebeliões dos movimentos pelos direitos civis dos negros que, no cenário interno, acabaram por criar uma grande crise racial na qual a política interna e a externa não se distinguiam claramente. A título de exemplo, importante mencionar, aqui, as chamadas" Leis de Jim Crow", as quais institucionalizaram a segregação racial nos EUA após o período de Guerra Civil e foram mantidas, em alguns Estados da Federação, até 1965. A luta contra esse tipo de situação foi um dos principais catalisadores para o fortalecimento das lutas pelos direitos civis da população negra dos EUA, em especial a partir do período após a Segunda Guerra Mundial.

milhões. O sucesso nesta guerra foi extremamente significativo para os estadunidenses, pois seus resultados acabaram por alavancar o imperialismo de McKinley, em especial pela conquista de posses distantes no exterior.

Assim, com o fim da Segunda Guerra Mundial, os EUA tentaram construir a *Pax* Pacifica (GALTUNG, 2005). As rivalidades com o Japão, a intervenção na guerra civil chinesa e as duas guerras que os EUA travaram na Coréia e no Vietnã foram influenciadas tanto por atitudes assimilacionistas raciais domésticas quanto por padrões de poder paternalistas externos originalmente estruturados no século XIX. A suposição erigida no pós-Guerra de que a paz dependia, além do prioritário enfrentamento à URSS e da consequente luta ideológica contra o comunismo, também da presença política e militar estadunidense no continente asiático e nas ilhas do Pacífico, tem uma dimensão racial semelhante à regra imperialista aplicada pelos britânicos no contexto da manutenção da colonização da Índia.

Para justificar tal postura internamente e vencer os isolacionistas, criam-se as bases para interpretações não econômicas na ciência política norte-americana, ciência esta que mais tarde sustentaria o nascimento das relações internacionais como campo de estudo autônomo naquele país. Como afirma Carmo (2013, p. 6), “nesse contexto, na formação da área de relações internacionais como campo do conhecimento predominaram as interpretações realistas”.

4. UM AFASTAMENTO TEÓRICO NECESSÁRIO

A interpretação mais aceita nos manuais introdutórios de Relações Internacionais organiza a história da disciplina em pelo menos três grandes debates: o primeiro entre os realistas e os liberais idealistas; o segundo entre “tradicionalistas” e os “cientificistas” ou “behavioristas”; e o terceiro entre os racionalistas e os reflexivistas (JACKSON E SØRENSEN, 2018). Como observa Lake (2013, p. 568), “[t]he history of the field of International Relations is typically told as a series of Great Debates, epic battles between titans that shaped the direction of inquiry and knowledge for decades afterwards”. A estruturação da história da disciplina em grandes debates, segundo Wæver (1998, p. 715), serve para organizar a história do campo. Entretanto, é bem sabido que este tipo de expediente é extremamente contestável (DUNNE et al., 2007).

Como nos mostra Smith (2007, p.4), existem inúmeros problemas neste tipo de “organização da história do campo”. Segundo o autor, o que de fato aconteceu foi que o realismo dominou a disciplina, principalmente em sua origem. Enquanto isso,

outras abordagens cobriam questões secundárias, como as relacionadas às instituições e ao comércio no caso dos liberais, ou ao poder econômico relativo e à desigualdade estrutural no caso dos marxistas. Justamente por isso, muitos relacionam a existência das Relações Internacionais com o próprio realismo, de modo que, se tal abordagem entra em crise, as Relações Internacionais como campo de estudo entram em crise. Assim, o Realismo e as Relações Internacionais se tornaram interdependentes, uma vez que "every attempt to redefine the borders of the discipline is immediately seen as an attack of realism. Vice-versa, there has been the tendency to see many attacks of realism as attacks of the legitimate independence of the discipline as such" (GUZZINI e LEANDER, 2005, p.75).

Um autor primordial neste contexto é Edward Hallet Carr (2001). Considerado um dos fundadores do realismo clássico, Carr analisou o período do entreguerras com profundidade e dividiu os internacionalistas da época em dois grupos: primeiro, os utópicos que, entre outras coisas, desconsideravam a História para fazer formulações abstratas, mesmo que a realidade insistisse em não se adequar aos seus pressupostos; O segundo grupo, composto pelos realistas, estaria no extremo oposto por considerar estas formulações atemporais irrelevantes para a compreensão da política internacional. Justamente por isso, a proposta realista deveria focar na ocorrência histórica e no conhecimento adquirido pelos fatos. Em suma, para o autor "os dois métodos de abordagem – a tendência a ignorar o que foi e o que é, e a tendência a deduzir o que deveria ser partindo do que foi e do que é – determinam atitudes opostas com relação a todo o problema político" (CARR, 2001, p.17). Paradoxalmente, os fortes alicerces da obra de Carr na análise histórica não permaneceram no debate realista com o passar dos anos, debate este caracterizado pelo ahistoricismo. Mesmo assim, a obra de Carr encontrou eco, talvez não na forma que o próprio autor gostaria, justamente nas universidades da potência em ascensão em meados do século XX, ao lado de autores como Nicholas Spykman, Hans Morgenthau, entre outros.

Mesmo entre os liberais, a crítica persiste. Segundo Zahran, (2016, p.20), não deixa de ser irônico o fato de os liberais estadunidenses apoiarem as interpretações tradicionais da história dos EUA. Para este autor,

> [i]t is remarkable that a society which fought a Civil War mainly over slavery, and experienced a powerful civil rights movement one-hundred

> years after that, can conceive a collective grand narrative that emphasises consensus, progress and development. Nevertheless, that is precisely what the idea of US exceptionalism does, smoothing social conflict and contradictions in favour of a common narrative. (ZAHRAN, 2016, p.21)

Nesse contexto, a afirmação de Ole Wæver (1998, p. 687) deveria balizar os debates da área, principalmente fora dos Estados Unidos. Segundo o autor, "IR is and has been an American social science". Diante disso, faz-se necessário olhar para as estruturas intelectuais internas dos Estados Unidos para entender a recorrência dos grandes debates bem como o papel desproporcional que os Estados Unidos ocupam no campo (WÆVER, 1998, p.726). Entretanto, Segundo Cruz e Mendonça (2010), parece haver certa oscilação no uso que Wæver faz dos adjetivos para caracterizar a disciplina das Relações Internacionais. Para estes autores,

> [n]o final da década de 70, Hoffmann a tratou como uma 'disciplina americana'. Vinte anos depois Weaver continuava considerando-a uma disciplina 'not so international'. Mas em algumas passagens refere-se à mesma como uma disciplina global. Esse último qualificativo parece não se justificar. O contraste entre os percentuais de artigos de autores americanos publicados em revistas americanas de diferentes campos das ciências naturais (40-50%) e nas revistas de Relações Internacionais (em torno de 90%) apoia este juízo. (CRUZ e MENDONÇA, 2010, p. 313)

Isso ocorre, segundo Stanley Hoffmann (1977, p. 43), em território estadunidense, impulsionado pela necessidade de formação de quadros de uma potência em franca ascensão, acompanhado por dois impulsos contraditórios: um "utopismo renovado", como exemplificado pela arquitetura internacional criada e gerida pelos Estados Unidos no pós II Guerra, e uma mistura do que Hoffmann chama de repulsa e culpa pelo idealismo americano impotente, bem como seu isolacionismo escapista. Neste contexto, o realismo "precisely provided what was necessary" (HOFFMAN, 1977, p.48). Este movimento não encontrou oposição em outras partes do mundo, quer pela ausência de recursos materiais, quer pelas estruturas institucionais limitadas, entre outros constrangimentos. Segundo Cruz e Mendonça (2010, p. 314) o mais importante está em outro lugar: "[e]le reside na disposição de suspender a validação de quaisquer contribuições, venham de onde vierem, enquanto não tenham passado pelo crivo da crítica interna".

Por estas e outras razões, torna-se cada vez mais urgente o afastamento teórico com os debates e premissas estadunidenses para o campo das Relações Internacionais. Carvalho et al (2011, p. 737), por exemplo, afirma que a narrativa em torno do que se convencionou chamar de primeiro grande debate é extremamente equivocada pelas seguintes razões:

> firstly, because it presents the discipline as an ahistorical extrapolation backwards of current developments and concerns in international relations; secondly, because it allows for a reading of the historiography of the discipline where certain theoretical perspectives win out due to their ability to best explain the so-called 'real world'; thirdly, because it glosses over the Eurocentric and racist foundations of the discipline by providing a Whiggish reading of the discipline's birth on the one hand, while, on the other, providing an empiricist epistemology that is ill-equipped to handle the many-faceted and constantly changing challenges that confront the discipline today; and, fourthly, and following on directly from the third, is the problematic assumption that IR underwent a miraculous virgin birth that occurred almost overnight in 1919 following a grueling 48-month gestation period on the blood-drenched battlefields of Europe.

É neste contexto de ahistoricismos, de falsos realismos, de racismos e de leituras fantásticas da história do campo que as Relações Internacionais surgem como disciplina e promovem o estrangulamento de debates até então consolidados, como vimos nas seções anteriores. Diante disso, destacam-se duas especificidades do excepcionalismo estadunidense no século XX: a) existência de uma doutrina política que justificava as intervenções agressivas deste país no mundo (realismo) e a criação de um aparato teórico e técnico para dar suporte a esta política externa (curso e teorias *mainstream* de relações internacionais); e b) a existência de um discurso "benevolente", de superioridade moral dos princípios do capitalismo e da democracia liberal, de maneira sem precedentes. O realismo, portanto, é incapaz de captar com profundidade as novas subfases do capitalismo e nem é capaz de absorver de modo crítico as contradições da história das relações internacionais dos Estados Unidos. Deste modo, um olhar "do Sul" e "pelo Sul" sobre a ordem internacional contemporânea não deve partir destas bases, uma vez que elas, em última instância, estão intimamente ligadas ao projeto que se pretende denunciar.

Existem muitos esforços neste sentido (ELMAN e ELMAN, 2008; GILL, 2003, 2002; GUZZINI, 1998, entre outros). Para os propósitos deste artigo, vale destacar

que, com o passar dos anos, o campo crítico teórico de relações internacionais, embora, em parte, sem o devido aprofundamento da obra de Gramsci, absorveu de maneira mais veloz o termo “hegemonia” para se referir aos países com a função de coordenar a expansão do capitalismo mundial (GILL, 1993; MORTON, 2007; RAMOS, 2013). Como afirma Garcia (2010, p. 161), “o conceito de hegemonia é usado de maneira mais abrangente do que imperialismo, tendo sido incorporado em boa medida por realistas e institucionalistas das Relações Internacionais”. A autora conclui afirmando que “império e hegemonia têm algo em comum – o exercício da liderança –, porém há divergência sobre a finalidade, a forma e os instrumentos com os quais esta liderança é exercida”. A nosso ver, o que está na raiz desta divergência é a dificuldade da conjunção de objetivos estratégicos com objetivos econômicos. A autora conclui que

> [a]lguns autores críticos e marxistas buscaram adequar o conceito gramsciano em sua complexidade para as Relações Internacionais. No entanto, na concepção predominante na academia norte-americana, o realismo, a visão de hegemonia é centrada no poder do Estado em sua forma simples: instituição de autoridade política. Um expoente do realismo, Gilpin (1981, p. 197-198), equivale poder, hegemonia, império e Estado dominante como sinônimos. (Garcia, 2010, p. 163)

Entretanto, os ditos “marcos fundacionais” das Relações Internacionais enquanto campo de estudo, principalmente aqueles ligados ao primeiro debate, atribuem uma qualidade a esta liderança/hegemonia/império. Trata-se de uma hegemonia que se coloca como benevolente, capaz de colocar os interesses coletivos acima dos seus próprios interesses. Esta é a principal ambiguidade da política externa dos Estados Unidos e sua postura imperial que o conceito de hegemonia conseguiu captar: hegemonia como “estruturas de dominação” no cenário internacional e como “liderança consentida” (como popularizada pela equação "consenso + coerção"), além de captar possibilidades reais de coexistência de métodos de dominação formais e informais. Aliás, este último seria até mais eficiente para a dominação e o principal vetor da manutenção da superioridade dos Estados Unidos em termos de poder, mesmo após diversos questionamentos.

Neste sentido, Panitch e Gindin (2006), por exemplo, vem sugerindo a constituição de um império informal norte-americano, pautado na imensa capacidade de incorporação de eventuais rivais a uma dinâmica de fortalecimento da

globalização dos mercados e da mundialização do capital. Como nota Amaral (2012, p. 96),

> esta modalidade de imperialismo se baseia não na diluição das fronteiras nacionais (como propunham Hardt e Negri) ou em sua transposição, mas na penetração destas fronteiras, na integração dos diferentes Estados como elementos componentes do império informal estadunidense [...]. Desta forma, o que ocorre é que o império informal domina através de outros Estados, coordena todas as outras potências capitalistas, exercendo seu domínio através de outros Estados [...].

Trata-se, portanto, da formação de relações interestatais tuteladas pelos Estados Unidos, que impõem aos demais responsabilidade por "criar as condições *internas* necessárias para sustentar a acumulação *internacional*, como a estabilidade dos preços, as limitações à militância operária, o tratamento nacional aos investimentos estrangeiros e a saída irrestrita de capitais" (PANITCH e GINDIN, 2006, p. 43, itálico original). E tudo isso se dá sem o uso explícito de instrumentos unilaterais de coerção, mas através do que os autores chamam de "imperialismo a convite", que se desenha com enorme clareza a partir do fim da Segunda Guerra Mundial e das políticas esboçadas no Acordo de Bretton Woods. Albo (2006, p. 136) segue linha de análise muito parecida, argumentando que

> [a] unidade e as contradições na circulação internacional do capital supõem que o conflito e a cooperação, a rivalidade competitiva e a interdependência, estão igualmente enraizadas no mercado mundial. Na medida em que os circuitos do capital nos estados estão internacionalizados e, portanto, dependentes do mercado mundial para sua auto-expansão e realização, estarão presentes tanto uma maior competição quanto uma interdependência internacionais. As relações interimperiais registrarão esta contradição. Todavia, apenas em momentos históricos particulares as rivalidades competitivas entre as empresas e entre os estados se tornarão uma rivalidade imperial no sentido de conflito em torno da liderança política do bloco imperialista [,]

ficando evidente a obsolescência das guerras em favor do uso de mecanismos de consenso e cooperação, mesmo que sem supressão da concorrência e das rivalidades intercapitalistas próprias desse sistema.

Para capturar estes aspectos contraditórios da política internacional dos Estados Unidos bem como compreender seus desdobramentos no campo de estudo

das Relações Internacionais – que, como procuramos demonstrar, passou pelo ocultamento do debate sobre imperialismo e racismo e pela promoção de uma leitura ahistórica e enviesada da realidade –, torna-se urgente o afastamento com os pressupostos, as agendas e os marcos conceituais do que se pode caracterizar como *mainstream* deste campo de estudo.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, buscamos demonstrar que as teorias do imperialismo (clássicas e contemporâneas) e o debate sobre o racismo nas teorias de relações internacionais, embora possuam níveis diferentes de abstração, são leituras necessárias para uma compreensão mais aprofundada sobre a dinâmica e o funcionamento do sistema internacional contemporâneo e, mais especificamente, sobre o papel dos Estados Unidos na ordem internacional hodierna. Não nos parece ser coincidência que o desaparecimento do debate sobre imperialismo e racismo nos Estados Unidos tenha acontecido no mesmo momento que os Estados Unidos consolidam sua política imperialista no século XX, ancorados no realismo como doutrina de ação. Justamente por isso argumentamos que as teorias de relações internacionais consideradas *mainstream,* com destaque para o realismo, são insuficientes por reproduzirem, de modo consciente ou não, os problemas que pretendemos denunciar. Justamente por isso, defendemos fazer-se necessário romper com a tendência cientificista, ahistórica e aparentemente "elegante"[11] dentro das teorias dominantes no debate específico de relações internacionais que, abertamente e desde muito, tem evitado um diálogo mais próximo com as abordagens do imperialismo e do racismo.

Para tanto, buscamos fazer três movimentos principais: um de recuperação dos argumentos centrais que atravessam as teses clássicas do imperialismo, a despeito de suas diferenças internas; um de resgate dos alicerces constitutivos do poder global dos Estados Unidos envolvendo algumas características do tipo de imperialismo exercido por este país; por fim, uma reflexão sobre os elementos que parecem contribuir com o afastamento teórico dos internacionalistas estadunidenses

[11] Elegância teórica, partindo de uma perspectiva positivista, se refere a explicações parcimoniosas e com certo grau de previsibilidade. Esta concepção de ciência, entretanto, não é (e nem deve ser) consensual.

em relação às teorias do imperialismo – e sua consequente aproximação com as teses realistas e o próprio conceito de hegemonia.

As observações feitas aqui nos permitem dizer que o diálogo entre estas duas escolas (teorias clássicas do imperialismo e as teorias *mainstream* de relações internacionais) é impraticável. Baseados na percepção já exalada de que o imperialismo – quando entendido como a fase monopolista do capitalismo – admite uma infinidade de arranjos políticos que garantam a acumulação de capital em escala mundial, o que pretendemos defender é a insubstituibilidade da categoria imperialismo para lidar com os fenômenos do capitalismo contemporâneo. Além disso, procuramos fazer apontamentos sobre a insuficiência do realismo na captura das reais dinâmicas de funcionamento do sistema internacional contemporâneo. Os avanços tributados ao uso da categoria hegemonia – como a questão das estruturas de poder e a dupla consenso-coerção materializando a forma predominante de garantia de dominação na atualidade – são perfeitamente compatíveis com a análise do imperialismo e convertem-se no núcleo central das análises mais recentes sobre o tema.

Com isso em mente, concluímos que as teorias do imperialismo (clássicas e contemporâneas) parecem pavimentar um caminho mais sólido para a compreensão das verdadeiras bases do poder global dos Estados Unidos no cenário contemporâneo. Deste modo, propomos uma agenda de pesquisa que considere o imperialismo estadunidense (ou o tipo de hegemonia exercida pelos Estados Unidos) no século XX e XXI com as seguintes características: a) altamente propagandeado, com fortes mensagens de legitimação amparadas num discurso de benevolência e superioridade moral (portanto muito mais informal do que formal); b) parcialmente inclusivo, pois permite a defesa dos interesses de uma classe não-nacional ou burguesia transnacional; c) agressivo para com os países que querem fazer qualquer tipo de desconexão d) regulatório, agindo como emprestador de última instância e mantendo a credibilidade do dólar; e) ilusório, porque permite certo grau de multilateralismo, que, na verdade, é apenas a ampliação de um mesmo núcleo decisório; f) racista, ao perpetuar uma dimensão racial do sistema internacional, fundamentalmente forjada na ideia de “branquitude” e “ocidentalidade”, em detrimento da negritude e dos modos irreligiosos assumidos pelas sociedades não-brancas; e f) teórico, incluindo aí teorias de relações internacionais que não

explicam este estado de coisas, mas, pelo contrário, ajudam a legitimá-lo. Qualquer reflexão contemporânea sobre o imperialismo deverá absorver estas características.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBO, Gregory. "A velha e a nova economia do capitalismo". In: PANITCH, Leo; LEYS, Colin (ed.). *Socialist Register 2004: o novo desafio imperial*. Buenos Aires: CLACSO, 2006.

AMARAL, Marisa Silva. *Teorias do imperialismo e da dependência*: a atualização necessária ante a financeirização do capitalismo. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Economia, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, 2012

BECKERT, Sven e ROCKMAN. Seth. Slavery's Capitalism: A New History of American Economic Development. University of Pennsylvania: University of Pennsylvania Press, 2017.

BLATT, Jessica. *Race and the Making of American Political Science*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2018.

BUKHARIN, Nikolai. *A economia mundial e o imperialismo: esboço econômico*. São Paulo: Abril Cultural, 1988.

CARMO, C. Alves. Poder, Estado e Hegemonia: as interfaces entre a teoria das relações internacionais e a economia política internacional. *Revista OIKOS*. Volume 12, n. 1, 2013.

CARR, E. H. VINTE ANOS DE CRISE 1919 - 1939: Uma introdução ao estudo das relações internacionais. Brasília: FUNAG, 2001.

CARVALHO, B. DE; LEIRA, H.; HOBSON, J. M. The big bangs of IR: The myths that your teachers still tell you about 1648 and 1919. Millennium: Journal of International Studies, v. 39, n. 3, p. 735–758, 2011.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago. Pensar a América Latina para além do latino-americanismo. [Entrevista concedida a] Ricardo Machado e Andriolli Costa. *IHU On-line*, São Leopoldo, n. 459, pp. 29-31, 17 nov. 2014.

CORRÊA, Hugo Figueira de Souza. *Teorias do Imperialismo no Século XXI*: (in) adequações do debate no marxismo. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Economia, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal Fluminense. Niterói: UFF, 2012.

CRUZ, Sebastião Velasco e MENDONÇA, Filipe. O Campo das Relações Internacionais no Brasil. Situação, Desafios, Possibilidades. IN MARTINS, Carlos Benedito e LESSA, Renato (org.) Horizontes das ciências sociais no Brasil: ciência política. São Paulo, ANPOCS, 2010

DINIZ, Eugenio. Relacionamentos multilaterais na unipolaridade: uma discussão teórica realista. In: *Contexto int*. [online]. 2006, vol.28, nº 2, pp. 505-565. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/S0102-85292006000200005.

DUNNE, T.; KURKI, M.; SMITH, S. International Relations Theories: Discipline and Diversity. [s.l.] Oxford University Press, 2007.

ELMAN, C., & ELMAN, M. F. (2008). The Role of History in International Relations. Millennium, 37(2), 357–364. https://doi.org/10.1177/0305829808097644

GALLAGHER, John e ROBINSON, Ronald. The Imperialism of Free Trade. In: *The Economic History Review*, Second series, Vol. VI, nº 1, 1953.

GALTUNG, Johan. *Pax Pacifica*: Terrorism, the Pacific Hemisphere, Globalization and Peace Studies. London: Pluto Press, 2005.

GARCIA, Ana Saggioro. Hegemonia e imperialismo: caracterizações da ordem mundial capitalista após a Segunda Guerra Mundial. *Contexto int*. [online]. 2010, vol.32, n.1 [cited 2015-03-08], pp. 155-177. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/S0102-85292010000100005.

GILL, S. Power and Resistance in the New World Order. [s.l.] Palgrave Macmillan, 2003.

GILL, Stephen. *Gramsci, historical materialism and international relations*. Cambridge University Press. 1993

GUZZINI, S. Realism in International Relations and International Political Economy: The Continuing Story of a Death Foretold. [s.l.] Routledge, 1998.

GUZZINI, S.; LEANDER, A. Constructivism and International Relations: Alexander Wendt and His Critics. [s.l.] Taylor & Francis, 2005.

HARDT, Michael e NEGRI, Antonio. *Império*. Rio de Janeiro: Record, 2002.

HILFERDING, Rudolf. *O capital financeiro*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

HILFRICH, Fabian. *Debating American Exceptionalism*. New York: Palgrave Macmillan, 2012.

HOBSBAWM, Eric J. *A era dos impérios*: 1875-1914. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.

HOBSON, John Atkinson. *Imperialism: a study*. Nova Iorque: Cosimo, 2005. Disponível em: http://books.google.com.br/books?id=qULaZH2FEAgC.

HOFFMANN, Stanley. An American Social Science: International Relations. Daedalus, v. 106, n. 3, p. 41–60, 1977.

JACKSON, R. et al. Introdução às relações internacionais -- 3a edição revista e ampliada: Teorias e abordagens. [s.l.] Zahar, 2018.

KANT, Immanuel. *Das diferentes raças humanas*. Tradução: Alexandre Hahn. Kant e-prints. Série 2, v. 5, n. 5, número especial, jul.-dez., 2010

KAUTSKY, Karl. O imperialismo. In: TEIXEIRA, Aloísio (Org.). *Utópicos, heréticos e malditos*: os precursores do pensamento social de nossa época. Rio de Janeiro: Record, 2009.

KIDD, Ian James, MEDINA, José e POHLHAUS Jr., Gaile. The routledge handbook of epistemic injustice. Milton Park: Taylor and Francis, 2017.

KREEN, Michael L. *Race and U.S. foreign policy from 1900 through World War II*. New York: Garland Publishing, 1998.

LAKE, D. A. Theory is dead, long live theory: The end of the Great Debates and the rise of eclecticism in International Relations. European Journal of International Relations, v. 19, n. 3, p. 567–587, 2013.

LEITE, Leonardo de Magalhães. *O capital no mundo e o mundo do capital*: uma reinterpretação o imperialismo a partir da Teoria do Valor de Marx. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Economia, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal Fluminense. Niterói: UFF, 2017

LENIN, Vladimir. I. *Imperialismo*, Fase Superior do Capitalismo. São Paulo: Centauro, 2009. Disponível em: http://www.marxists.org/portugues/lenin/1916/imperialismo/index.htm.

LUXEMBURGO, Rosa. *A acumulação de capital*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MORTON, Adam. *Unravelling Gramsci*: hegemony and passive revolution in the global political economy. Pluto Pr, 2007.

OSORIO, Luiz Felipe Brandão. *Imperialismo, Estado e Relações Internacionais*. 1. ed. São Paulo: Ideias e Letras, 2018.

PANITCH, Leo e GINDIN, Sam. Capitalismo global e império norte-americano. In: PANITCH, Leo; LEYS, Colin (ed.). *Socialist Register 2004:* o novo desafio imperial. Buenos Aires: CLACSO, 2006.

QUIJANO, Aníbal. *A Colonialidade do Poder*: Eurocentrismo e América Latina. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade, poder, globalização e democracia. Novos Rumos. Ano 17. Nº 37, 2002 (p. 04-29).

RAMOS, Leonardo. *Hegemonia, revolução passiva e globalização*: o sistema G7/8. PUC Minas. 384pp, 2013

SARAIVA, José Flávio Sombra. *Relações internacionais*: entre a preponderância europeia e a emergência americano-soviética (1815-1947). Volume 1. Coleção Relações Internacionais. Brasília: IBRI, 2001.

SHEPHERD, George W. e LeMELLE, Tilden J. *Race Among Nations*: A Conceptual Approach. Lexington, Mass.: Heath Lexington, 1970.

SMITH, Steve. Introduction: Diversity and Disciplinarity in International Relations Theory. IN DUNNE, T.; KURKI, M.; SMITH, S. International Relations Theories: Discipline and Diversity. [s.l.] Oxford University Press, 2007.

VITALIS, Robert. *White World Order, Black Power Politics*: the Birth of American International Relations. Nova Iorque: Cornell University Press, 2015.

WEAVER, Ole, "The Sociology of a Not So International Discipline: american and European Developments in International Relations", International Organization, 52, 4, 1998, pp. 687-727.

WESTON, Rubin Francis. Racism in U.S. Imperialism: The Influence of Racial Assumptions on American Foreign Policy, 1893-1946. *The Journal of Negro History,* Vol. 58, No. 2, 1973.

WOHLFORTH, William. The Stability of a Unipolar World. In: *International Security*, vol. 24, nº 1, pp. 5-41, 1999.

ZAHRAN, G. LIBERAL INTERNATIONAL RELATIONS: INTERPRETATIONS OF US FOREIGN POLICY DURING THE REMAKING OF THE INTERNATIONAL ORDER. [s.l.] University of Cambridge, 2016.

MONÇÕES
Revista de Relações Internacionais da UFGD
ISSN 2316-8323

FEMINISMO PÓS-COLONIAL NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS? INTERSECÇÕES E DIÁLOGOS TEÓRICOS PARA REFLETIR SOBRE GÊNERO, REFÚGIO E VIOLÊNCIA NO SUL GLOBAL

NICOLE XAVIER DA CUNHA MINVIELLE
Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais (PPGRI) da Universidade de Brasília.

RESUMO: O presente estudo propõe um exercício para pensar como o feminismo pós-colonial, emergido das intersecções e dos diálogos entre as abordagens teóricas feministas e pós-coloniais, permite refletir sobre temas das Relações Internacionais. A hipótese é que a intersecção das categorias de raça, de gênero e de classe, oferecidas pelo feminismo pós-colonial, possibilita compreender temas da agenda internacional, como o gênero, a violência e o refúgio, a partir de uma visão do Sul Global. Este trabalho está divido em três seções. A primeira é dedicada à apresentação e discussão do feminismo pós-colonial nas Relações Internacionais. Em seguida, na segunda seção, discute-se como a lei internacional do refúgio, as motivações do deslocamento forçado e a construção da imagem da pessoa refugiada podem ser pensados a partir do Sul Global. Mais especificamente, na última seção, trabalha-se essas três dimensões para pensarmos a violência de gênero contra mulheres em contextos de refúgio: a insuficiência do conceito da violência de gênero, as identidades que moldam a experiência feminina e seus motivos de deslocamento e a construção da imagem da mulher refugiada. Os resultados do artigo colaboram para a construção de um arcabouço teórico capaz de refletir sobre temáticas das Relações Internacionais, a partir de perspectivas críticas que valorizem as identidades, as narrativas e as experiências de indivíduos e, especificamente, das mulheres.

PALAVRAS-CHAVE: feminismo pós-colonial, violência, refúgio.

POSTCOLONIAL FEMINISM IN INTERNATIONAL RELATIONS? INTERSECTIONS AND THEORETICAL DIALOGUES TO REFLECT ON GENDER, REFUGEE AND VIOLENCE IN THE GLOBAL SOUTH

ABSTRACT: This study proposes an exercise to think about how postcolonial feminism, emerged from the intersections and dialogues between feminist and postcolonial theoretical approaches, allows us to reflect on International Relations themes. The hypothesis is that the intersection of categories as race, gender, and class offered by postcolonial feminism makes it possible to understand issues on the international agenda, such as gender, violence, and refuge, from the Global South perspective. This paper is divided into three sections. The first is dedicated to the presentation and discussion of postcolonial feminism in International Relations. Then, in the second section, we discuss how the international refugee law, the motivations of forced displacement, the representation and the construction of the image of refugees can be thought from a Global South perspective. More specifically, in the last section, we work on these three dimensions to think about gender violence against women in refugee contexts: the concept of gender violence, the identities that shape women's experiences in the refugee context and the construction of the refugee women image. The results of the article contribute to the construction of a theoretical framework capable of reflecting on International Relations themes, from critical perspectives that value the identities, narratives, and experiences of individuals and women from the Global South.

KEYWORDS: postcolonial feminism; violence; refugee

1. Introdução

Ao redor do mundo, o *United Nations High Commissioner for Refugees* – UNHCR (2019) estima que 70,8 milhões de homens, de mulheres e de crianças se encontram deslocados de suas terras de origem. Devido às perseguições, aos conflitos, às agressões e às violações de direitos humanos, se encontram deslocados internamente no país de origem ou asilados e refugiados em outro país. Uma vez que o fenômeno ocorre no cenário internacional, presumir-se-ia a migração como um tema de pesquisa por excelência das Relações Internacionais (RI). No entanto, Weiner (1992), Haddad (2008), Betts e Loescher (2011), concordam que por muito tempo a literatura da área negligenciou a produção de estudos referentes à temática. Para explicar este lapso, Weiner (1992) e Hollifield (2008) observaram que o pensamento realista no período da Guerra Fria foi responsável por dividir a política internacional em temas de alta política, relativos à segurança e à política externa dos Estados, e de baixa política, relacionados às questões sociais e econômicas. As migrações, por não configurarem, até então, um tema dos estudos de segurança ou de política externa dos Estados, não foi objeto de análise das Relações Internacionais até os anos 1990 (HOLLIFIELD, 2008). Ferris (2004) complementa esta ideia, afirmando que as discussões sobre refúgio foram, muitas vezes, interpretadas como tragédias inevitáveis ou como uma condição necessária para a mudança social. Ou seja, nos grandes debates de Guerra e Paz, não se fazia necessário estudar um tema que era uma consequência "natural" da guerra.

Foi somente com o final da Guerra Fria que a migração adquiriu urgência teórica e empírica para o mundo. O aumento vertiginoso do número de pessoas fugindo de seus países de origem por motivos econômicos, desastres ambientais e conflitos civis e militares, combinado com a diversificação de abordagens e de temas na agenda internacional, permitiu que o refúgio passasse a ser compreendido como uma questão global que deveria ser pensada teoricamente pelas Relações Internacionais (WEINER, 1992; TROELLER, 2003). As dificuldades que as teorias convencionais tinham em responder às complexidades e às incertezas criadas pelo fim da Guerra Fria, como a dissolução do bloco soviético, o fortalecimento da União Europeia, a ascensão dos temas sociais e a relevância das ameaças ecológicas e econômicas produziram uma virada crítica nas Relações Internacionais (ZEHFUSS,

2013). As concepções teóricas críticas às vertentes positivistas surgiram a fim de repensar as ontologias, as epistemologias e as metodologias que haviam até então dominado o campo de estudo. Este esforço intelectual comum às teorias críticas, pós-modernas, pós-coloniais, construtivistas e feministas, possibilitou a ampliação da agenda internacional, trazendo à tona novas interpretações de temas já consagrados na área, assim como novas perguntas e respostas que as teorias positivistas não tinham interesse e/ou capacidade em formular (TICKNER, 2001; WIBBEN, 2004).

As primeiras abordagens feministas nas Relações Internacionais tiveram por objetivo revelar que o sistema internacional é profundamente marcado por uma visão parcial da realidade: a visão do homem ocidental da elite (TICKNER, 1992). A teoria pós-colonial também trouxe para as RI a preocupação epistemológica de questionar a universalidade das categorias do pensamento científico social moderno e das disciplinas nas quais ele é dividido, trazendo as categorias de raça e classe para o centro do debate a fim de pensar como a história é narrada e a política é compreendida a partir da visão de uma parte do globo: o Norte Global (SETH, 2013).

Diante disso, o presente artigo propõe um exercício para pensar como o feminismo pós-colonial, emergido a partir das intersecções e dos diálogos entre as abordagens teóricas feministas e pós-coloniais, permite refletir sobre temas das Relações Internacionais. Para demonstrar como as categorias de raça, de gênero e de classe contribuem para abordar o refúgio a partir de uma visão do Sul Global, este estudo é dividido em três seções. A primeira seção é dedicada à apresentação e à discussão do feminismo pós-colonial nas Relações Internacionais. Em seguida, na segunda seção, discute-se como a lei internacional do refúgio, as motivações do deslocamento forçado e a construção da imagem da pessoa refugiada podem ser pensados a partir do Sul Global. Mais especificamente, na última seção, trabalha-se essas três dimensões para pensarmos a violência de gênero contra mulheres em contextos de refúgio: a insuficiência do conceito da violência de gênero, as identidades que moldam a experiência feminina e seus motivos de deslocamento e a construção da imagem da mulher refugiada.

2. Feminismo pós-colonial nas Relações Internacionais: intersecções entre raça, classe e gênero

O feminismo e o pós-colonialismo compartilham uma visão crítica das Relações Internacionais ao prestarem atenção às margens e aos indivíduos marginalizados. Ambas as abordagens teóricas se posicionam frente ao mesmo objetivo: criticar abordagens convencionais que se diziam neutras, universais, objetivas e estáticas e inserir questões de representação, de vozes e de marginalização (NAIR, 2017; BAHRI, 2013). Tais perspectivas apresentam, no entanto, impasses e lacunas. O feminismo, por exemplo, exerceu um papel extremamente importante ao inserir o gênero como categoria de análise, mas no seu princípio, se demonstrou hesitante em trabalhar as implicações das categorias de raça e de classe no sistema de poder internacional (NAIR, 2017). Já os estudos pós-coloniais, que entraram no campo por uma literatura crítica marxista, pós-moderna e feminista, introduziram os debates sobre as assimetrias de raça e de classe, mas deixaram as questões de gênero como secundárias em favor das discussões da descolonização e do imperialismo (BAHRI, 2013). Esta seção visa apresentar o feminismo pós-colonial, que ao beber de ambas as fontes, oferece elementos para preencher lacunas teóricas sobre as intersecções entre colonialismo, patriarcado e capitalismo (BAHRI, 2013).

Para compreendermos os fundamentos da teoria pós-colonial, é preciso recuar até um dos seus precursores: Edward Said. A obra de Said (1990) é o ponto de partida para refletir como o Ocidente moldou a maneira como enxergamos e pensamos a região do Oriente Médio. Ao estudar o colonialismo britânico e francês no século XIX e o imperialismo dos Estados Unidos no século XX no Oriente Médio, Said (1990) sugeriu a construção de um sistema racial de representação entre os europeus, racionais, civilizados e masculinos, e, portanto, superiores, e os orientais, irracionais, bárbaros, preguiçosos e femininos, e consequentemente, inferiores. Esse conhecimento foi produzido pela ciência, arte, literatura e discursos e se tornou um componente ideológico importante para o poder colonial. Denominado de Orientalismo, este processo foi praticado de diversas formas ao longo dos séculos, mas no âmago, seu objetivo continuou o mesmo: projetar uma imagem dos povos orientais como incivilizados e exóticos para justificar o domínio ocidental nos âmbitos

político, econômico, social e cultural (SAID, 1990). Para explicar a origem e a perpetuação das assimetrias, das estruturas de poder vigentes, da dominação e das resistências, mesmo após o fim dos impérios coloniais no século XX, os estudos pós-coloniais sugerem ler o mundo a partir da intersecção das lentes de classe e de raça (CHOWDRY; NAIR, 2002; NAIR, 2017).

A primeira categoria é utilizada para pensar como a colonização e o imperialismo estabeleceram uma estrutura econômica mundial hierarquizada, por meio da qual Estados europeus controlavam e exploravam os recursos naturais, materiais e populacionais de países no Sul Global (LOOMBA, 1998). Essa exploração teve origem em 1492, com a descoberta das Américas, e moldou o mundo no qual vivemos. Diferente das narrativas tradicionais, Seth (2013) aborda que o sistema internacional como o conhecemos hoje não é simplesmente fruto de um desenvolvimento endógeno na Europa, mas de interconexões estruturais entre as diferentes partes do mundo. O desenvolvimento do capitalismo e das instituições e normas europeias, “coincidiu” com o espólio de ouro e de prata nas Américas, a escravização de pessoas originárias da África, a fundação das empresas britânicas e holandesas das Índias Orientais e a abertura de mercados coloniais e de comércios desiguais. Todos esses fenômenos foram a base do desenvolvimento europeu e consolidou também uma estrutura internacional moldada pelas formas coloniais de se fazer política, economia e comércio (SETH, 2013).

O fortalecimento econômico, político e cognitivo dos países europeus passou pela consolidação do direito de exploração baseado em um sistema de raça, um conceito científico e antropológico criado para naturalizar a inferioridade dos sujeitos de “cor” (CHOWDHRY; NAIR, 2002). Expoente dos estudos decoloniais[1] na América Latina, Quijano (2005) explica que a ideia de raça, como a conhecemos hoje, não existia antes da colonização da América, mas foi criada como instrumento de hierarquização social. A raça não possuía nenhuma relação com a estrutura biológica do organismo humano, mas a invenção do índio, do negro, do mestiço e do branco foi relacionada a existência de “cores” da pele e de fenótipos diferentes, tornando-se o primeiro critério universal para a categorização de populações no mundo (QUIJANO, 2005). A criação do mito “das raças de baixa eficiência social”

[1] Na corrente do pensamento pós-colonial, os estudos decoloniais se originam em 1998 com um grupo latino-americano composto por Enrique Dussel, Immanuel Wallerstein, Edgardo Lander, Anibal Quijano, Walter Mignolo e Maria Lugones.

(DARBY, 2016), fundamentou o extermínio dos povos indígenas, a escravização dos povos africanos e a colonização de sociedades na Ásia em virtude da criação de um desenvolvimento no qual o europeu ensinaria e comandaria e os não europeus "contribuiriam" para o desenvolvimento (KRISHNA, 2006). Para Quijano, a colonização significou um sistema de poder que nasceu no século XIV com a descoberta da América Latina e foi baseado no controle da política, dos recursos, do trabalho e da população. A colonialidade se refere à continuação do domínio econômico, político e cognitivo, mesmo após as independências das Américas, que tem como base a divisão racial, sexual e do trabalho.

Ao final da Guerra Fria, a doutrina econômica e política neoliberal intensificou a periferização do Sul Global nos âmbitos econômico, político, social e cultural ao pregar o "fim da ideologia" e o "fim da história", uma vez que todas as regiões do mundo estariam interligadas por uma estrutura de Estados modernos e uma economia liberal (CHOWDHRY; NAIR, 2002). Foi também neste momento, que as iniciativas pós-coloniais emergiram nas Relações Internacionais para questionar como a disciplina foi dominada no século XX, e continuou no século XXI, por narrativas históricas e pela produção de conhecimentos da Europa e da América do Norte (SETH, 2013; JONES, 2006). Os estudos pós-coloniais teceram novos debates, ao discutirem como as práticas de domínio simbólico, cognitivo e material não se extinguiram com o fim da colonização, mas continuaram agindo nos âmbitos econômicos, políticos, institucionais, sociais, culturais e legais dos Estados, dos povos e das estruturas que organizam o sistema internacional (CHOWDHRY; NAIR, 2002; JONES, 2006; NAIR, 2017).

Teoricamente, uma abordagem pós-colonial nas Relações Internacionais visa compreender como "as sociedades, os governos e as pessoas nas regiões antigamente colonizadas experimentam as Relações Internacionais" (NAIR, 2017, p. 69). Em outras palavras, aponta os impactos que o colonialismo, imperialismo e orientalismo tiveram na construção do sistema internacional e como as assimetrias de conhecimento e poder marginalizaram o mundo não ocidental. Assim, o pós-colonialismo traz diferentes perspectivas e contribuições a partir do Sul Global sobre temas e eventos, como os regimes de direitos humanos, a segurança, o comércio, o capitalismo global e a migração (NAIR, 2017; CHOWDHRY; NAIR, 2002). No entanto, outra categoria se faz necessária para compreender as complexas relações

de assimetrias que perpassam o sistema internacional e os temas acima citados: o gênero.

Foi na janela teórica crítica aberta ao final da Guerra Fria, que o gênero passou a ser pensado como uma categoria útil de análise e a mulher como um agente a ser estudado nas Relações Internacionais. A ascensão de abordagens teóricas feministas acompanhou um movimento mais amplo das ciências sociais, mas que chegou tardiamente e teve nas Relações Internacionais, um dos campos mais resistentes à sua inserção (TICKNER, 2002). A primeira onda de estudos feministas nas Relações Internacionais contou com obras de Jean Elshtain, Cynthia Enloe, e Ann J. Tickner, que integraram a perspectiva conhecida como ponto de vista feminista. As três autoras foram pioneiras em identificar o papel e a posição que as mulheres ocupam na política global, denunciar a sua exclusão dos discursos teórico e da narrativa histórica internacional e construir críticas feministas às epistemologias e ontologias das tradições liberal e realista. Epistemologicamente, "[...] o feminismo de ponto de vista chama a atenção para as formas de conhecimento que as mulheres possuem ao desvendar e estudar suas experiências, pois isso proporciona um prisma sobre como a política global é sentida e constituída por seres reais" (HANSEN, 2010, p. 22, tradução própria). Num segundo momento, na metade da década de 90, as pesquisadoras de vertentes pós-estruturais defenderam que não bastava identificar as mulheres na política internacional, mas também problematizar como o discurso engendrado determinou a construção de papeis desiguais e conceitos androcêntrico no cenário internacional. As autoras que compuseram este grupo, como Christine Sylverstein e Roxanne Lynn Doty, se preocuparam em identificar como os discursos constroem o entendimento, as ações e as posições em relação ao corpo feminino (HANSEN, 2010).

As primeiras autoras feministas das Relações Internacionais abriram importantes caminhos de estudo para compreender como as desigualdades de gênero impactam e denotam posições assimétricas da mulher em relação ao homem em um conjunto de questões sociais, políticas, econômicas e culturais. No campo das Relações Internacionais, foram também personalidades como Ann J Tickner, Cynthia Enloe e Jin Pettman que abriram os primeiros espaços para discutir questões sobre raça, colonialismo e subalternidade. No entanto, não avançaram na incorporação das categorias de raça e classe, e os debates sobre colonialismo e

imperialismo, no mesmo nível de importância das análises de subordinação de gênero (CHOWDHRWY; LING, 2018).

A primeira contribuição do feminismo pós-colonial é, portanto, compreender a existência de intersecções entre três principais categorias: gênero, classe e raça. Por intersecção compreende-se a existência de identidades que se cruzam para moldar experiências e narrativas dos sujeitos e que, por este motivo, devem ser pensadas em conjunto (CRENSHAW, 1991). Ao lado das categorias de classe e de raça, já anteriormente explicadas, o gênero é o mais antigo e mais duradouro instrumento de dominação social e universal (QUIJANO, 2005). Como categoria de análise, refuta que as relações de desigualdades entre os homens e as mulheres são biologicamente e essencialmente dadas ou naturais, mas identificar a existência de papeis socialmente e historicamente construídos e impostos sobre os corpos sexuados (SCOTT, 1990). Nesse sentido, a interseccionalidade significa compreender que o sistema de poder global capitalista e racial atua em consonância com o sistema engendrado e suas múltiplas faces de poder (LUGONES, 2008).

Para o feminismo pós-colonial, o colonialismo e o patriarcado não são sistemas excludentes, pelo contrário, possuem pontos de intersecção que permitem compreender a experiência das mulheres no Sul Global. Uma segunda contribuição é pensar nas múltiplas faces da sustentação desse patriarcado. É importante apontar que as relações desiguais de gênero não foram simplesmente impostas pelos colonizadores sem que tenha havido um sistema patriarcal no interior dessas comunidades. Para Loomba (1998), as estruturas patriarcais já existiam na sociedade antes de ser colonizada, mas são intensificadas e modificadas com a inserção das relações de colonizado/colonizador. Assim, o sistema engendrado passa a oferecer múltiplas faces: a opressão do homem colonizador, a opressão do homem colonizado que, passa a reafirmar o poder perdido devido a dominação de outros homens sobre as próprias mulheres, e o da mulher branca burguesa que reproduz o sistema heterossexual e patriarcal e mantêm os homens brancos no poder, apesar não ter acesso às tomadas de decisão (LUGONES, 2008).

Em 1987, Gayatri Chakravorty Spivak, teórica do movimento dos subalternos e uma das precursoras do feminismo pós-colonial, chamou a atenção para o que significa ser mulher no contexto colonial: “se, no contexto da produção colonial, o sujeito subalterno não tem história e não pode falar, o sujeito subalterno feminino

está ainda mais profundamente na obscuridade" (2010, p. 67). Uma terceira contribuição é o que Spivak (2010) chamou de "violência epistêmica", ou seja, a negação da capacidade das mulheres do Terceiro Mundo em articular suas necessidades e suas experiências. Isso ocorreu devido à construção de um patriarcado homogêneo e universal pelo feminismo ocidental, pelo qual todas as mulheres estariam igualmente submetidas (MOHANTY,1984; BAHRI, 2013). Lugones (2008) explica que as mulheres ocidentais presumiram o compartilhamento das mesmas pressões sofridas pela dominação masculina, o que possibilitaria a criação de uma "irmandade natural". A universalidade das lutas emancipatórias feministas, na verdade, assumiu uma roupagem eurocêntrica, que não foi capaz de analisar e compreender as vidas das mulheres de outras classes, religiões, culturas, etnias e raças, que não fossem ocidentais (MOHANTY, 1984). Dessa forma, ao invés de compartilhar a luta e a emancipação, houve o silenciamento das mulheres do Sul Global. A cegueira das intersecções e das diferentes vozes e experiências, levou a um processo de empoderamento e emancipação desigual. As mulheres brancas e ocidentais se beneficiaram e perpetuaram a invisibilidade e a submissão das vivências das mulheres pobres, de cor e oriundas de países periféricos (AGATHANGELOU, 2002; HOOKS, 1984).

A interseccionalidade entre a raça, o gênero e a classe, e outras categorias, como a religião, a migração e a cultura são variáveis que denotam privilégios e submissões (MOHANTY, 1984; LOOMBA, 1998). As mulheres experimentam desigualdades baseadas no gênero, mas os níveis e as consequências das violências são diferenciados. E é por esse motivo que o feminismo pós-colonial está preocupado com o problema da representação a nível local: quem fala por ou na voz do feminismo pós-colonial? quem ouve? por quê? (CHOWDHRY; LING, 2018). O feminismo pós-colonial está preocupado em construir espaços de resistência, de narrativas e de práticas contra-hegemônicas (CHOWDHRY; LING, 2018). Este esforço é o que pretendeu-se demonstrar brevemente aqui, trazendo importantes autores e autoras engajados neste empreendimento de tornar visíveis as vozes, as histórias, os locais, as lutas e os movimentos das pessoas e das regiões marginalizadas (CHOWDHRY; LING, 2018). Neste sentido, na seção seguinte, busca-se pensar a temática do refúgio e das pessoas refugiadas no Sul Global a partir do arcabouço teórico aqui exposto.

3. O refúgio a partir da experiência do sul global

Em geral, os estudos sobre fluxos de pessoas refugiadas priorizam os deslocamentos do Sul em direção ao Norte Global. Notícias divulgadas pelos principais veículos de comunicações internacionais e estudos acadêmicos acompanham de forma incessante a chamada “Crise Migratória” na Europa, mas como observado por Aguayo, Suhrke e Zolberg (1989), Said (2003), Weiner (1992) e Grimson (2011), o movimento migratório do sul para o norte e do leste para o oeste, é apenas um dos fluxos existentes no mundo, e tampouco configura o fluxo principal. Os maiores contingentes não estão no velho continente, mas nas regiões do Oriente Médio, da África e da Ásia, que abrigam 16,7 dos 20,4 milhões refugiados registrados no UNHCR (2019). Apesar de 83% da população refugiada mundial ter por origem e destino o continente africano e asiático, as pesquisas acadêmicas das Relações Internacionais ainda são escassas em abordar o refúgio a partir da perspectiva do Sul Global (CHIMINI, 1998; DAWN, 2010). É neste sentido que uma abordagem pós-colonial pode contribuir para suprir essa lacuna.

Os movimentos forçados de pessoas e populações sempre estiveram presentes na história da humanidade, mas sob diferentes sentidos e contextos. Só podemos falar em migrações internacionais a partir dos séculos XVI e XVII, quando a Europa passou a se organizar em sistemas políticos soberanos e limitados por fronteiras conhecidos como Estados modernos (HADDAD, 2008; AGUAYO; SUKHRE; ZOLBERG, 1986; WEINER, 1992). Os primeiros migrantes e refugiados, nessa lógica moderna, fizeram parte dos projetos nacionais dos Estados europeus em formação. A partir de então, as migrações foram caracterizadas como internacionais por implicarem em deslocamentos de indivíduos submetidos aos diferentes sistemas político e jurídico de cada Estado (AGUAYO; SUKHRE, ZOLBERG, 1986; HADDAD, 2008; REIS, 2004).

Durante a década de 1950, o primeiro esforço coletivo foi empreendido para construir um aparato normativo e institucional para os refugiados. Logo após a Primeira Guerra Mundial, o desmantelamento dos grandes impérios Austro-Húngaro, Romanov, Otomano e Prussiano, produziu efeitos semelhantes ao processo de formação do Estado-nação. Excluíram contingentes populacionais que não se

enquadravam nos padrões linguísticos, étnicos e religiosos impostos pelos Estados recém-formados (BETTS; LOESCHER, 2011). O aumento do volume de pessoas cruzando fronteiras devido às guerras mundiais, a incorporação de novos Estados no sistema internacional, a imposição de restrições migratórias por parte dos Estados e a assistência disponível reduzida, levou os países a criar categorias para delimitar os grupos de pessoas que teriam acesso à assistência internacional (AGUAYO; SUHRKE; ZOLBERG, 1989). Assim, em 1950, foi criada uma agência dentro da ONU, o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), que obteve a competência de promover e supervisionar a proteção dos direitos dos refugiados. No ano seguinte, a Convenção de Genebra (1951) convencionou que a pessoa refugiada deveria ser aquela que:

> [...] em consequência dos acontecimentos ocorridos antes de 1º de janeiro de 1951 e temendo ser perseguida por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas, se encontra fora do país de sua nacionalidade e que não pode ou, em virtude desse temor, não quer valer-se da proteção desse país, ou que, se não tem nacionalidade e se encontra fora do país no qual tinha sua residência habitual em consequência de tais acontecimentos, não pode ou, devido ao referido temor, não quer voltar a ele (ACNUR, 1951, p. 02).

Não obstante, a importância do reconhecimento institucional, a definição elaborada pelo ACNUR (1951) pareceu limitada quando comparada com os desafios que o refúgio trazia no cenário internacional. Moreira e Rocha (2010) argumentam que o refúgio era pensado como um fenômeno não permanente atrelado às guerras europeias, e que com a realocação dessas populações o problema seria resolvido. No entanto, nas décadas de 1960 e 1970, as novas ondas migratórias, desencadeadas pelos movimentos de descolonização na África e na Ásia, provaram que esta percepção estava errada (AGUAYO, SUHKRE, ZOLBERG, 1989). A categoria também não abrangia a totalidade das pessoas em situação de risco devido aos desastres ambientais, aos fatores econômicos e às crises alimentares (MOREIRA; ROCHA, 2010, p. 23) e "[...] não incluía um número vasto (mas difícil de calcular com precisão) de refugiados não declarados e considerados 'clandestinos'" (AGIER, 2006, p. 200). O conceito proposto pela ONU revelou-se excludente, seletivo e insuficiente para explicar o contínuo aumento dos fluxos migratórios e a

diversificação dos lugares de origem, de destino e os motivos dos deslocamentos[2]. Diante disso, apresentamos três dimensões sobre o refúgio para as quais a teoria pós-colonial fornece recursos interpretativos.

Uma primeira dimensão, foi a construção de uma declaração sobre refúgio na América Latina que refletisse as experiências e as realidades dos deslocamentos forçados na região e respondesse às políticas globais insuficientes, acima tratadas. Em 1984, a Declaração de Cartagena, foi um documento, assinado no Colóquio realizado no México sobre Asilo e Proteção Internacional de Refugiados na América Latina, que a ampliou o significado de refúgio. Seu principal reconhecimento foi a ampliação de quem era a pessoa que tinha direito a solicitar pela proteção internacional. Em seu artigo terceiro, a declaração considerou como refugiado não apenas a pessoa que tenha fugido de seu país devido a guerras, mas também:

> porque a sua vida, segurança ou liberdade tenham sido ameaçadas pela violência generalizada, a agressão estrangeira, os conflitos internos, a violação maciça dos direitos humanos ou outras circunstâncias que tenham perturbado gravemente a ordem pública (ACNUR, 1984, p. 03).

A elaboração deste documento refletiu a realidade da América Latina na década de 1980: os diversos regimes ditatórios e as constantes violações de direitos humanos. Conforme Jubilut e Madureira (2014), com a ascensão dos regimes ditatórias e, consequentemente, o desrespeito aos mecanismos de proteção de direitos humanos e a perseguição de pessoas, os fluxos de pessoas se deslocando na América Latina aumentou consideravelmente, especialmente na América Central, que na época contava com 2 milhões de pessoas deslocadas na região. A declaração se tornou uma resposta a um documento que não refletia as especificidades do Sul Global e concedeu às pessoas, que precisavam de proteção internacional, maiores chances de conseguir migrar para locais que lhe oferecessem segurança.

[2] Em 1967, o Protocolo relativo ao Estatuto dos Refugiados eliminou as limitações de espaço e tempo da Convenção de Genebra. Neste, reconheceu-se o surgimento de novas categorias de refugiados, que não foram incorporadas anteriormente, e expandiu-se o direito ao refúgio independente de anteceder ou não a data de 01 de janeiro de 1951 (ACNUR, 1967, p. 01). Atualmente, são a Convenção de Genebra de 1951 e o Protocolo Adicional de 1967 que regem os direitos e deveres das pessoas sob o *status* de refugiado.

Na lei internacional do refúgio, a Declaração de Cartagena não possui um caráter vinculante, no entanto, o documento trouxe importantes contribuições ao promover uma série de mudanças e ampliação nas legislações dos países da região (JUBILUT; MADUREIRA, 2014). Essa prática, sob um olhar pós-colonial, significa um exemplo de reconstrução de narrativas e práticas, no qual os países latino americanos subverteram uma "norma" internacional para adaptá-la às suas necessidades e realidades. A continuação dos fluxos migratórios, com os deslocados internos na Colômbia e atualmente os refugiados venezuelanos[3], demonstra a permanente necessidade da interpretação desse instrumento. A adoção do instrumento por países somente da América Latina, demonstra também, uma resistência do Norte Global em reconhecer as especificidades enfrentadas pelas pessoas que fogem de países devido à violação de direitos humanos.

Uma segunda dimensão a ser pensada, é no âmbito dos estudos acadêmicos sobre as motivações do deslocamento forçado no Sul Global. Desde as décadas de 1970 e 1980, os fluxos migratórios entre a Ásia e a África se tornaram os mais relevantes pela quantidade de pessoas e pela gravidade das crises humanitárias (SAID, 2003). Esse fenômeno levou a necessidade de mudanças nos estudos teóricos, para interpretar como a motivação desses deslocamentos humanos no Sul Global está ligada a múltiplas violências a nível nacional e internacional. A partir de uma visão do Sul Global, Aguayo, Suhkre e Zolberg (1989), apontam que os deslocamentos forçados estão ligados a violências que ocorrem tanto no âmbito local quanto internacional.

No que tange o nível local, os autores e a autora se referem à violência que ocorre dentro do país de origem, infligida diretamente por meio de guerras, ou indiretamente devido à falta de garantia aos direitos básicos e a uma vida normal aos nacionais, como acesso à saúde, educação, moradia, alimentação, trabalho, lazer e entre outros. A nível internacional, a violência está vinculada aos processos de descolonização, de nacionalismo e de globalização.

A descolonização e o fortalecimento do nacionalismo no continente afro-asiático foi em si um processo violento de expulsão de pessoas do seu território de

[3] Em dezembro de 2019, o governo brasileiro reconheceu, por meio do procedimento facilitado de prima facie, a condição de refugiado de milhares solicitantes venezuelanos no Brasil. Essa decisão só foi possível ser tomada pois o Brasil é signatário da Declaração de Cartagena de 1984 e reconheceu que a situação de grave e generalizada violação de direitos humanos na Venezuela (ACNUR, 2019).

origem. A delimitação de fronteiras territoriais dos novos países pressupunham a construção de uma unidade nacional, na qual elementos culturais como a religião, o idioma e a etnia, serviriam como aglutinador de uma comunidade dos quais alguns indivíduos pertenceriam, mas outras não (AGUAYO; SUHKRE; ZOLBERG, 1989; SAID, 2003). Em outras palavras, as pessoas que fizessem parte do grupo dominante seriam consideradas cidadãs do país, mas os "outros" seriam obrigados a cruzar fronteiras para buscar um novo local de pertencimento. Em consonância com esses dois processos do século XX, a globalização da década de 1990 acentuou os efeitos heterogêneos do sistema internacional. A divisão internacional do trabalho ao beneficiar algumas regiões do mundo e excluir outras, induziu ao subdesenvolvimento de economias no Sul Global, o acesso desigual ao comércio e aos meios de produção e o enfraquecimento de Estados (AGUAYO; SUHKRE; ZOLBERG, 1989; GILES; HYNDMAN, 2004). Frente aos dados recentes publicados pelo UNHCR (2019), as situações de violência e descolamento aumentam a cada ano e as desigualdades produzidas pela estrutura econômica internacional e a falta de garantias aos direitos fundamentais, se configuram, portanto, em deslocamentos forçados de pessoas em busca de condições básicas de meios de vida (BETTS; LOESCER, 2011).

Por fim, uma terceira dimensão da teoria pós-colonial é compreender a construção da imagem da pessoa refugiada como "subdesenvolvida" e como isso impacta na própria justificativa e aceitação da construção da política internacional do refúgio. Em 1951, o ACNUR foi criado como uma instituição *ad hoc* por um período de três anos para restabelecer os refugiados europeus das guerras mundiais em seus países ou realoca-los para novos países. (HYNDMAN, 2000). Nas décadas de 1970 e 1980, no entanto, a intensificação das ondas migratórias desencadeadas pelos movimentos de descolonização na África e na Ásia provaram que o deslocamento estava longe de ser um problema limitado a Europa no pós-guerra (AGUAYO, SUHKRE, ZOLBERG, 1989). Uma vez que essas regiões continuaram produzindo grandes fluxos de refugiados, a política do deslocamento foi repensada, deixando de apoiar uma estratégia ampla de reassentamento e asilo para defender uma política de contenção e assistência dos refugiados oriundos dos continentes afro-asiáticos (CHIMINI, 1998).

Ao retomar a interpretação de Said (1990) sobre a construção de categorias dicotômicas de representação, Chimini (1998) escreve uma visão do Sul sobre a geopolítica dos estudos sobre refúgio. Explica que a imagem do refugiado “normal”, homem, branco, europeu e anti-comunista, digno de receber exílio, contrastou com a nova imagem do refugiado de Terceiro Mundo. No final da Guerra Fria, quando a dinâmica dos fluxos migratórios se inverteu, do sul para o norte, a política de exílio também se modificou: se antes os países defendiam estratégias de reassentamentos de refugiados em novos países, com os “novos refugiados” oriundos dos continentes afro-asiáticos a lógica passa a ser fornecer formas de assistência e proteção que “barrem” o seu deslocamento. Hyndman (2000) explica que durante e após a Guerra Fria, enquanto a proteção convencional do asilo sofreu um declínio, a assistência humanitária se tornou amplamente difundida. A política do refúgio foi alterada com os governos do Norte Global financiando e politizando as ações nas regiões da Ásia e África para que não alcancem suas fronteiras. Desta maneira, diferente da política de reassentamento e de acolhimento que existia após a Segunda Guerra Mundial, as identidades dos “novos” refugiados refletiram na maneira como a ajuda humanitária respondeu por meio de campos de refugiados e de políticas de contenção no qual se mantêm os refugiados com recursos mínimos de vida, mas sem possibilidades de integração à comunidade local (AGIER, 2008).

Nos estudos sobre refúgio, as abordagens privilegiando o homem como sujeito do deslocamento ofuscou a percepção da mulher refugiada. Presumiu-se que era possível estudar as questões migratórias a partir de uma abordagem universal, pois uma vez que o indivíduo fosse percebido como refugiado, não seria relevante distinguir seu gênero. Para Krause e Zistel (2017, p. 03), o refúgio foi inicialmente pensado a partir do seguinte argumento androcêntrico: o homem, ao ocupar o espaço público, era alvo das perseguições vindas de conflito e, portanto, era o agente das migrações. As mulheres, tendo permanecido no espaço privado, não tinham a urgência de se locomover, e se o faziam, era para acompanhar a figura masculina da família. Na esteira das discussões sobre as motivações e as experiências femininas na jornada migratória, a próxima seção é dedicada para discutir mais especificamente a mulher dentro do contexto de refúgio do Sul Global.

4. As experiências de violências das mulheres refugiadas no sul global

Em 2019, o número de pessoas refugiadas, registradas no sistema do UNHCR (2019), atingiu o marco de 20,4 milhões. Nos fluxos de deslocamento, estima-se que metade sejam compostos por mulheres que fogem das violências de gênero, classificadas pelo ACNUR (2003) como sexual, física, psicoemocional e socioeconômica, e buscam segurança em um novo país. Além de enfrentarem dificuldades comuns aos refugiados, como o acesso precário aos serviços de saúde, à educação, ao trabalho, à moradia e à justiça, as vivências femininas são atravessadas por um conjunto de hostilidades motivadas pela discriminação do gênero. A violência acompanha a mulher durante a sua jornada migratória: na fuga do país de origem, no movimento que implica na travessia das fronteiras, e no estabelecimento no país receptor (COCKBURN, 2004).

Estudar o refúgio a partir das lentes de gênero significa, portanto, entender como os papeis dos homens e das mulheres, que já foram socialmente construídos e delimitados na fase de pré-conflito, impactam as experiências femininas num ambiente de refúgio (FREEDMAN, 2007). Mas não podemos nos ater a isso. As situações de vulnerabilidade econômica, as construções da imagem de vítima e das situações de dependência pelas organizações ocidentais, a posição marginal que ocupam na economia e no Sul Global são também fundamentais para compreender as experiências das mulheres. Nesta seção iremos destacar três dimensões para pensarmos a partir do feminismo pós-colonial: (i) a insuficiência do conceito da violência de gênero no âmbito do refúgio; (ii) as identidades que moldam as inseguranças femininas no contexto de refúgio e (iii) a construção da imagem da mulher refugiada.

Legalmente, na Convenção de Genebra de 1951, não existe qualquer menção de perseguições em razão de gênero (FREEDMAN, 2007, p. 75). Na práxis, a falta de reconhecimento da perseguição com base no gênero, deixava as mulheres vítimas de violência legalmente desamparadas e sem mecanismos de proteção. Foi em 1991, que o ACNUR adotou o primeiro documento oficial sobre a mulher refugiada: o *Guidelines on the Protection of Refugee Women*. Neste documento a preocupação principal era apontar a falta de mecanismos de reconhecimento a violência de gênero como uma categoria de perseguição sofrida pela mulher, reconhecer a existência de violências no âmbito do refúgio, sobretudo sexual e

física, e a falta de acesso a oportunidades econômicas (MARTIN, 2017). Paralelamente, em 1993, a Declaração das Nações Unidas para a Eliminação da Violência Contra a Mulher definiu pela primeira vez a violência de gênero como qualquer ação que: "resulte, ou possa resultar, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico para as mulheres, incluindo as ameaças de tais atos, a coação ou a privação arbitrária de liberdade, que ocorra, quer na vida pública, quer na vida privada" (ONU MULERES, 1993, p. 01).

Ambos os documentos foram adotados no período em que se estabeleceu o Tribunal Penal Internacional para a ex-Iugoslávia e a investigação do Comitê da Comunidade Europeia reconhecia, pela primeira vez, a existência de estupros em massa como arma de guerra (SEIFERT, 1996). A ONU revelou um comprometimento com as questões que envolviam a violência de gênero no âmbito da guerra e do refúgio, criando diversos documentos ao longo dos anos 1990 para fortalecer os mecanismos de proteção. No entanto, inicialmente, não conseguiu traduzir as especificidades locais onde realmente aconteciam as guerras e os fluxos de refugiados. Em resposta, a América Latina e a África sugeriram expansões no conceito de violência de gênero, que acompanhou também a multiplicação de documentos referentes a violência e a mulher refugiada dentro do ACNUR.

A Convenção de Belém do Pará, como ficou conhecida a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, foi adotada em 1994 na América Latina, e trouxe uma ampliação sobre os lugares e as pessoas que perpetravam violência. A convenção trouxe o entendimento de que a violência não ocorre apenas no âmbito privado familiar ou público, mas também é "perpetrada ou tolerada pelo Estado ou seus agentes, onde quer que ocorra" (CIDH, artigo 2, 1994). Na América Latina, no qual as ditaduras e regimes militares cometeram graves violações de direitos humanos contra as mulheres, essa ampliação do conceito permitia caracterizar as diferentes formas de violências sexuais e torturas que eram permitidas e exercidas por agentes de Estados[4] contra mulheres ditas subversivas. No contexto da migração no Sul Global, esse fato é de extrema importância visto que muitas das violações também são originárias da própria ajuda humanitária ou dos agentes estatais que deveriam proteger e

[4] Para maiores informações sobre o caso brasileiro, acessar o relatório da Comissão da Verdade, disponível aqui: < http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_1_digital.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2019.

assegurar a vida das mulheres (FERRIS, 1990). Em 2002, o *Guidelines on Gender-Related Persecution* do ACNUR reconheceu que a violência de gênero perpetrada por atores não estatais, como a família, a comunidade e os grupos militares, é de responsabilidade do Estado que não é capaz de proteger a sua população e, portanto, se torna ele também um agente perpetrador (MARTIN, 2017).

A segunda adição importante foi trazida pelo Protocolo de Maputo. Produzido no âmbito da União Africana em 2003, os Estados africanos reconheceram uma outra categoria de violência de gênero: a econômica. As dificuldades de se constituírem como Estado-nação e de conseguirem desenvolver um crescimento econômico estável desde as décadas de descolonização, afetou desde o início o desenvolvimento de mulheres nos países africanos. No mesmo ano do Protocolo de Maputo, o *Guideliness of Sexual and Gender-Based Violence against Refugees, Returnees and Internally Displaced Persons* do ACNUR (2003) reconheceu a existência de cinco principais categorias de violência de gênero: a sexual, a física, a emocional e psicológica, a socioeconômica e as agressões ligadas às tradições e práticas culturais dos povos. A dependência da ajuda humanitária para itens básicos de sobrevivência – comida, abrigo, água e saúde – e a falta de oportunidades econômicas e educacionais, o isolamento e a falta de integração, aumentavam a preocupação com novos riscos de vulnerabilidade para as mulheres. Assim, a violência socioeconômica foi conceituada pelo ACNUR (2003) como a falta de oportunidades, a exclusão social, a negação dos direitos civis, sociais, culturais, econômicos e políticos. Esta dimensão foi fundamental para as organizações trabalharem com as violências derivadas da falta de recursos: como o sexo por sobrevivência, a prostituição forçada e o casamento infantil (MARTIN, 2017).

As dificuldades das convenções e tratados internacionais enxergarem as especificidades das mulheres no Sul Global fazem com que as mulheres não tenham suas vozes ouvidas e os seus direitos garantidos (MARTIN, 2017). A partir das reflexões de Spivak (2010), Mohanty (1984) e LOOMBA (1998), uma segunda dimensão aqui é pensar como as categorias de raça/etnia, classe e gênero moldam as vidas das mulheres. Como exemplo, trabalhamos aqui o caso das mulheres sírias abrigadas no campo de refugiados do Zaatari, na Jordânia.

O Zaatari é o maior campo de refugiados do Oriente Médio e abriga hoje 80 mil pessoas. Metade da população é feminina e em torno de 67% das mulheres que

habitam o campo são de regiões rurais da Síria: Dara'a (40.1%), Homs (16.2%) e Damascos rural (11.3%). Essas regiões no sul da Síria são caracterizadas por uma maioria árabe, sunita, rural e com pouco acesso à educação (RITCHIE, 2018). Ao adentrar o âmbito do refúgio, as relações sociais – de gênero, classe, etnia e religião – que construíam a sociedade síria, não são simplesmente quebradas. Desde antes do conflito, a sociedade árabe síria é baseada em um sistema patriarcal no qual não apenas o gênero, como também a religião, a condição de pobreza e a cultura são variáveis que denotam as diferentes realidades. As mulheres ricas, alawis e xiitas (aliadas ao governo) possuíam *status* e lugar no espaço público, no entanto, as mulheres rurais, pobres e sunitas, eram marginalizadas e taxadas como "extremistas" (ABU-ASSAB, 2017). As diferentes identidades impactaram em como as mulheres experimentam o refúgio: enquanto mulheres com fonte de renda moram fora dos campos e possuem experiências de empoderamento, as mulheres dos estratos mais baixos da sociedade síria vivem nos campos de refugiados ou áreas pobres e sua experiência é marcada pelo aumento da violência doméstica e sexual, do casamento infantil forçado, da marginalização, da pobreza, da vulnerabilidade, na degradação de seu status social e do fortalecimento das relações hegemônicas masculinas em seu entorno (CHARLES; DENMAN, 2013; FREEDMAN, 2017; BAKLACıOG LU, 2017; AYOUB, 2017).

Uma vez que a maioria das mulheres do Zaatari são provenientes de Da'aria, região rural e pobre na Síria, elas chegam no campo sem nenhum recurso e possuem sérias dificuldades de garantir um meio de sustento digno. Estima-se que apenas 5 a 10% das mulheres estão empregadas legalmente, um número seis vezes menor quando comparado às mulheres que residem fora dos campos (RITCHIE, 2017). As mulheres possuem maiores dificuldades de conseguir emprego devido às responsabilidades domésticas, a falta de creches para as crianças, os longos e perigosos percursos que devem percorrer sozinhas e o estigma social de trabalharem fora de casa e na presença de homens (AMJAD et. al, 2017; HUNT; ILLE; SAMMAN, 2017; RITCHIE, 2017). As desigualdades dos papeis de gênero, condicionadas por valores e normas culturais, sociais e históricas, dificultam as mulheres de obter renda ou qualificação em programas de treinamento, os que lhes tornam mais dependentes da assistência internacional (MARTIN, 2017).

Além das questões de gênero e classe acima apresentadas, uma última

questão importante que deve ser aqui evidenciada é a construção da imagem da mulher refugiada "subjugada" devido a sua etnia, nacionalidade e religião. Hyndman (2000) afirma existir uma violência institucional, geográfica e normativa, pois instituições que gerem o campo o fazem a segundo de suas normas e valores, majoritariamente ocidentais. As organizações universalizam suas políticas sem levar em consideração o gênero e o contexto cultural no qual estão inseridas. Nos campos de refugiados, existem altos índices de violências de gênero, mas que não são denunciadas. A vergonha e o medo de serem excluídas de suas próprias comunidades e de suas famílias, bem como o despreparo das organizações que gerem o campo, silenciam as mulheres. Os programas educativos de prevenções e as informações sobre apoio às vítimas são insuficientes e não alcançam as mulheres. Existe uma baixa confiança nos trabalhadores humanitários e nos seus métodos de abordagem, especialmente se o agressor é o próprio agente humanitário pela falta de pertencimento e de afinidade (HYNDMAN, 2000; FERRIS, 2004; AUBONE; HERNANDEZ, 2013; KRAUSE, 2014).

Ao desconsiderar uma série de fatores históricos, culturais, religiosos e políticos, que diferenciam os países que compõe a região que se convencionou chamar de Oriente Médio, o Ocidente criou uma identidade única da mulher muçulmana oprimida (ABU-LUGHOD, 2013). Nos campos de refugiados, constrói-se a imagem da mulher "subdesenvolvida", como vítima de sua própria cultura e que precisa ser resgatada de culturas bárbaras e subdesenvolvidas (OLIVIUS, 2017). Conforme Ferris (2007) e Cole, Lewis e Qasmiyeh (2017), no contexto de refúgio, é bastante comum que se forme uma nova forma de hierarquização no qual as mulheres refugiadas são vítimas de seus costumes e tradições religiosas e, portanto, necessitam das organizações modernas e seculares para alcançarem a libertação e a igualdade de gênero. Em resposta, a ajuda humanitária emprega esforços para "desenvolver" e "modernizar" a comunidade refugiada por meio de seus programas de empoderamento feminino (OLIVIUS, 2017; COLE; LEWIS; QASMIYEH, 2017). O entendimento de que as organizações seculares já superaram as estruturas, práticas e dinâmicas patriarcais e são ideias para promover o empoderamento de mulheres, pode, na verdade, reproduzir novas formas de violência. Assim, para Cole, Lewis e Qasmieh (2017), a compreensão da ajuda humanitária que salva as mulheres refugiadas remete a novas políticas e práticas orientalistas, nas quais as abordagens

humanitárias além de construírem imagens, encobrem as experiências e identidades das mulheres que são importantes para promover ações eficientes.

Assim, a violência se revela multidimensional. A violência é de gênero, pois as mulheres sofrem mais para conseguirem se integrarem na sociedade por meio de oportunidades educacionais e laborais e por estarem vulneráveis a violências no âmbito da casa, nos lugares públicos e na ajuda humanitária. A violência é de raça/etnia, por serem desvalorizadas e construídas como mulheres que não possuem capacidades de pensar e falar por si. A violência é epistêmica, pelo silenciamento das mulheres em condição de refúgio, em contraste com os inúmeros artigos de jornais e matérias que visam falar por elas. E a violência é de classe, pela falta de recursos e pelas dificuldades para alcançar novas formas de sustento.

4. Conclusões

Este artigo teve como objetivo refletir como as intersecções e diálogos das categorias de gênero, raça e classe, propostas pelo feminismo pós-colonial, permitem pensar as experiências de refúgio e das mulheres no Sul Global. Admite-se que ainda existem lacunas a serem preenchidas e é preciso um estudo mais aprofundado das autoras propostas a fim de refinar o argumento, no entanto, o uso da perspectiva pós-colonial permitiu conceber como as dimensões do refúgio – tanto a teórica, quanto a prática – ao trazerem pretensões universais e neutralidade do conhecimento moderno e dos instrumentos internacionais, falham em interpretar e prover respostas às realidades do Sul Global.

As políticas internacionais, as convenções e as práticas no âmbito do refúgio, se revelam, em sua maioria, construídas por apenas um lado do globo e não conseguem contemplar a complexidade das relações existentes entre as identidades e as assimetrias. Ao analisar os instrumentos internacionais foi possível apontar as limitações do conceito tradicional do refúgio e a construção de documentos locais que tenham impacto global. Foi também importante visualizar os diversos motivos que levam as pessoas a se deslocarem não só devido a guerra tradicional, mas também devido aos processos internacionais de descolonização, nacionalismo e globalização. Por fim, foi trabalhada a relação entre a representação do refugiado do

Sul Global e a mudança das políticas do refúgio ao longo dos anos. Nos três temas abordados, coloca-se como prioritário pensar a nível local, ao mesmo tempo que traçar estratégias teóricas e práticas a nível global.

No que tange uma análise mais específica das mulheres, foi possível demonstrar como os temas da lei internacional do refúgio, das experiências de deslocamento e da construção da imagem da mulher refugiado são temas também atravessados pelas categorias de gênero, raça e etnia. Conseguimos perceber que apesar das mulheres refugiadas não comporem um bloco homogêneo, as categorias de raça, gênero e classe expressam a existência de narrativas e experiências que se assemelham no Sul Global. A lei internacional precisou se modificar e avançar ao longo dos anos para abraçar as principais pessoas afetadas pelos conflitos e deslocamentos forçados, sobretudo, atentando para as especificidades das mulheres. As categorias de classe, raça e gênero que atravessam as normas, no nível internacional, são as mesmas que atravessam os corpos das mulheres e que moldam suas experiências dentro de suas comunidades. As mulheres não são iguais entre si, mas suas experiências podem estar conectadas pelas situações de vulnerabilidade econômica, de discriminação, de violências com bases no gênero e pelas novas formas de salvacionismo e sujeição por parte dos valores, organizações e pessoas ocidentais. Em suma, as categorias permitiram pensar a limitação das políticas, das convenções e dos conceitos sobre violência de gênero e de refúgio que impactam na falta de proteção aos indivíduos e nas ações que denotam novas formas de orientalismo.

Revelou-se aqui que o feminismo pós-colonial interroga premissas do pós-colonialismo e do feminismo, suplementando-as com suas próprias preocupações, perspectivas particulares e trazendo folego para trazer novos elementos e interpretações sobre o debate do refúgio e suas políticas internacionais (NAIR, 2017). O feminismo pós-colonial pode ser uma possibilidade para ampliar e aprofundar este debate, trazendo à tona a importância das identidades na construção teórica dos conceitos e dos instrumentos internacionais, bem como, na análise de vivências concretas. Aposta-se também na abertura de maiores possibilidades de diálogo entre as categorias propostas e os estudos dos temas das Relações Internacionais. Se uma disciplina que se diz internacional, de relevância a todos os povos e à todas as regiões, na verdade fala a partir e para um número

limitado de pessoas – homens, ricos, brancos e ocidentais –, e não consegue dialogar em nome de outras sociedades, como diria Jones (2006), é necessário abrir novas pontes, caminhos e diálogos que sejam capazes de repensar o local e o global a partir das margens.

5. Referências Bibliográficas

ABU-LUGHOD, Lila. **Do Muslim Women Need Saving?** London: Harvard University Press, 2013.

ACNUR. **Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados**, 1951. Disponível em: <http://www.acnur.org/t3/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao_relativa_ao_Estatuto_dos_Refugiados.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2019.

_____. **Protocolo de 1967 Relativo ao Estatuto dos Refugiados**, 1967. Disponível em: <http://www.acnur.org/fileadmin/scripts/doc.php?file=fileadmin/Documentos/portugues/BD_Legal/Instrumentos_Internacionais/Protocolo_de_1967>. Acesso em: 16 jun. 2019.

_____. **Declaração de Cartágena,** 1984. Disponível em: <https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BD_Legal/Instrumentos_Internacionais/Declaracao_de_Cartagena.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2019.

_____. **ACNUR parabeniza Brasil por reconhecer milhares de venezuelanos como refugiados**, 2019. Disponível em: < https://www.acnur.org/portugues/2019/12/06/acnur-parabeniza-brasil-por-reconhecer-milhares-de-venezuelanos-como-refugiados/>. Acesso em: 10 jan. 2019.

AGANTHANGELOU, Anna M..“Sexing” globalization in international relations: migrant sex and domestic workers in Cyprus, Greece, and Turkey. *In:* CHOWDHRY, Geeta; NAIR, Sheila. **Power, Postcolonialism and International Relations:** Reading race, gender and class. Routledge: New York, 2002.

AGIER, Michel. Refugiados diante da nova ordem mundial. **Tempo Social,** São Paulo, v. 18, n. 02, p. 198-2015, 2006. Disponível em: < http://www20.iadb.org/intal/catalogo/PE/2011/08793.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2019.

AGUAYO, Sergio; SUHRKE, Astri; ZOLBERG, Aristide R.. **Escape from Violence:** Conflict and the Refugees Crises in the Developing World. Oxford: Oxford University Press, 1989.

AMJAD, Renad et. al. **Examining Barriers to Workforce Inclusion of Syrian Refugees in Jordan.** ILO, [S.l.], 2017. Disponível em: < https://betterwork.org/blog/portfolio/discussion-paper-25-examining-barriers-to-workforce-inclusion-of-syrian-refugees-in-jordan/>. Acesso em: 16 jun. 2019.

AUBONE, Amber; HERNANDEZ, Juan. Assessing Refugee Camp Characteristics and the Occurrence of Sexual Violence: A Preliminary Analysis of the Dadaab Complex. **Refugee Survey Quarterly**, [S.l.], v. 32, n. 04, p. 22 – 40, 2013.

AYOUB, Maya. Gender, social class and exile: The case of Syrian women in Cairo. *In*: FREEDMAN, Jane; KIVILCIM, Zeynep; BAKLACıOG LU, Ozgur. **A gender approach to the Syrian Refugee Crisis**. Routledge Studies in development, mobilities and migration. New York: Routledge, 2017.

BAHRI, Deepika. Feminismo e/no pós-colonialismo**. Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 21, n. 02, p. 659-688, 2013.

BAKLACıOG LU, Ozgur. The violence of tolerated temporality: Syrian women refugees on the outskirts of Istanbul. *In*: FREEDMAN, Jane; KIVILCIM, Zeynep; BAKLACıOG LU, Ozgur. **A gender approach to the Syrian Refugee Crisis.** Routledge Studies in development, mobilities and migration. New York: Routledge, 2017.

BETTS, Alexander; LOESCHER, Gil. Refugees in International Relations. *In*: BETTS, Alexander; LOESCHER, Gil (Eds.). **Refugees in International Relations.** New York: Oxford University Press, 2011. p. 1-27.

CIDH. **Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher**, 1994. Disponível em: <http://www.cidh.org/Basicos/Portugues/m.Belem.do.Para.htm>. Acesso em: 21 jun. 2019.

CHARLES, Lorraine; DENMAN, Kate. Syrian and Palestinian Syrian Refugees in Lebanon: the Plight of Women and Children. **Journal of International Women's Studies**, v. 14, n. 05, [S.l.], p. 96-111, 2013. Disponível em: < https://www.alnap.org/help-library/syrian-and- palestinian-syrian-refugees-in-lebanon-the-plight-of-women-and-children>. Acesso em: 30 out. 2017.

CHIMINI, B. S. The Geopolitics of Refugee Studies: a view from the South. **Journal of Refugee Studies**, [S.l.], v. 11, n. 04, p. 350-374, 1998.

CHOWDHRY, Geeta; NAIR, Sheila. **Power, Postcolonialism and International Relations:** Reading race, gender and class. New York: Routledge, 2002.

CHODRWY, Geeta; LING, L. H. M.. Race(ing) International Relations: A Critical Overview of Postcolonial Feminism in International Relations. **Oxford Research Encyclopedia of International Studies**, [S.l.], 2018. Disponível em: < https://oxfordre.com/internationalstudies/view/10.1093/acrefore/9780190846626.001.0001/acrefore-9780190846626-e-413>. Acesso em: 21 jun. 2019.

COCKBURN, Cynthia. The Continuum of Violence: A gender perspective on war and Peace. *In*: GILES, Wenona; HYNDMAN, Jennifer. (Eds.). **Sites of Violence:** Gender and Conflict Zones. Berkeley, Los Angeles and London: University of California Press, 2004. p. 24-44.

COLE, Georgina; LEWIS, Chloé; QASMIYEH, Elena Fiddian. 'Faithing' Gender and Responses to Violence in Refugee 127 Communities: Insights from the Sahrawi Refugee Camps and the Democratic Republic of Congo. *In*: KRAUSE, Ulrike; ZISTEL, Buckley Susanne. (Eds.). **Gender, Violence, Refugees.** Oxford: Berghahn Books, 2017.

CRENSHAW, Kimberle. Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence against Women of Color. **Stanford Law Review**, v. 43, n. 6, 1991, p. 1241-1299.

DARBY, Phillip. Development and World Oder. *In:* DARBY, Phillip. (Ed). **From International Relations to Relations International:** Postcolonial essays. New York: Routledge, 2016.

DAWN, Chatty. **Displacement and Dispossession in the Modern Middle East.** New York: Cambbridge University Press, 2010.

FERRIS, Elisabeth G.. Abuse of Power: Sexual Exploitation of Refugee Women. **Journal of Women in Culture and Society**, Chicago, v. 32, n. 31, p. 584-591, 2007. Disponível em: < http://www.jstor.org/stable/10.1086/510338>. Acesso em: 16 jun. 2019.

_____. **Refugee, Women and Violence** [manuscrito]. *In:* WORLD COUNCIL OF CHURCHES. Geneva, 1990. Disponível em: < http://repository.forcedmigration.org/show_metadata.jsp?pid=fmo:628>. Acesso em: 16 jun. 2019.

_____. **Women, War, and Peace.** 2. ed. Uppsala: Life & Peace Institute, 2004. Disponível em: < http://www.life-peace.org/wp-content/uploads/2013/06/nr_2001_03.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2019.

FREEDMAN, Jane. **Gendering the International Asylum and Refugee Debate**. New York: Palgrave Macmillan, 2007.

_____. Women's experience of forced migration: Gender-based forms of insecurity and the uses of "vulnerability". *In*: FREEDMAN, Jane; KIVILCIM, Zeynep; BAKLACıOG LU, Ozgur. **A gender approach to the Syrian Refugee Crisis**. Routledge Studies in development, mobilities and migration. New York: 2017.

GILES, Wenona; HYNDMAN, Jennifer. Introduction: Gender and Conflict in a Global Context. *In*: GILES, Wenona; HYNDMAN, Jennifer. (Eds.). **Sites of Violence:** Gender and Conflict Zones. London: University of California Press, 2004. p. 03-23.

GRIMSON, Alejandro. Doces Equívocos de Las Migraciones. **Nueva Sociedad,** Santiago, v.1, n. 233, p. 34-43, 2011.

HADDAD, Emma. **The Refugee in International Society:** between sovereigns. New York: Cambridge University Press, 2008.

HANSEN, Lene. Ontologies, Epistemologies, Methodologies. *In*: SHEPERD, Laura J.. (Ed.). **Gender Matters in Global Politics:** A feminist introduction to International Relations. London and New York: Routledge, 2010. p. 17-27.

HOLLIFIELD, James F.. The Politics of International Migration: How can we 'bring the states back in'? *In:* BRETTELL, Caroline B.; HOLLIFIELD, James F.. (Eds.). **Migration Theory:** Talking across disciplines. 2. ed. New York and Abingdon: Routledge, 2008. p. 183-238

HOOKS, Bell. Feminist theory: from margin to center. Boston: South End Press, 1984.

HUNT, Abigail; ILLE, Dina Mansour; SAMMAN, Emma. **Syrian women refugees in Jordan:** opportunity in the gig economy? ODI, London, 2017. Disponível em: < https://www.odi.org/syrian-refugees-jordan-gig-economy>. Acesso em: 16 jun. 2019.

HYNDMAN, Jennifer. **Managing displacement**: refugees and the politics of humanitarianism. London: Univeristy of Minnesota Press, 2000.

JONES, Gruffydd Branwen. Introduction. *In:* JONES, Gruffydd Branwen (Ed.). **Decolonizing International Relations.** Maryland: Rowman & LittleField, 2006.

JUBILUT, Liliana Lyra; MADUREIRA, André de Lima. Os desafios de proteção aos refugiados e migrantes forçados no marco de Cartagena + 30. **Revista Interdisciplinar de Mobilidade Humana**, v. 22, n. 43, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1980-85852014000200002>. Acesso em: 21 jun 2019.

KOFMAN, Eleonore, et al. **Gender and International Migration in Europe**. London and New York: Routledge, 2000.

KRAUSE, Ulrike. Analysis of empowerment of refugee women in camps and settlements. **Journal of Internal Displacement**, [S.l.], v. 04, n. 01, p. 29-52, 2014.

KRAUSE, Ulrike; ZISTEL, Buckley Susanne. Gender, Violence, Refugee: An Introduction. *In*: KRAUSE, Ulrike; ZISTEL, Buckley Susanne. (Eds.). **Gender, Violence, Refugees**. Oxford: Berghahn Books, 2017. p. 01-18.

KRISHNA, Sankaran. Race, Amnesia and the Education of International Relations. *In:* JONES, Gruffydd Branwen. (Ed.). **Decolonizing International Relations.** Maryland: Rowman & LittleField, 2006.

LOOMBA, Ania. **Colonialism/Postcolonial.** Routledge: London, 1998.

LUGONES, Maria. The Coloniality of Gender. **Worlds and Knowledges,** [S.l.], p. 01-17, 2008.

MARTIN, Susan F.. UNHCR Policy on Refugee Women: A 25-Year Retrospective. *In*: KRAUSE, Ulrike; ZISTEL, Buckley Susanne. (Eds.). **Gender, Violence, Refugees.** Oxford: Berghahn Books, 2017.

MOHANTY, Chandra Talpade. Under Western Eyes: Feminist Scholarship and Colonial Discourses. **The Discourse of Humanism,** [S.l.], v. 13, n. 01, p. 333-358, 1984.

MOREIRA, Julia Bertino; ROCHA, Rossana Reis. Regime Internacional para Refugiados: Mudanças e Desafios. **Revista Sociologia Política**, Curitiba, v. 18, n. 37, p. 17-30, 2010.

NAIR, Sheila. Postcolonialism. *In*: MCGLINCHEY, Stephen; SCHEINPFLUG, Christian; WALTERS, Rosie. (Eds.). **International Relations Theory.** Bristol: E-International Relations Publishing, 2017.

OLIVIUS, Elisabeth. Refugees, Global Governance and the Local Politics of 58 Violence against Women. *In*: KRAUSE, Ulrike; ZISTEL, Buckley Susanne. (Eds.). **Gender, Violence, Refugees.** Oxford: Berghahn Books, 2017.

ONU MULHERES**. Declaração das Nações Unidas para a Eliminação da Violência Contra a Mulher**, 1993. Disponível em: < http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2013/03/convencao_cedaw1.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2019.

QUIJANO, Anibal. **Colonialidade do Poder, eurocentrismo e América Latina.** Trabalho apresentando no Consejo Latinoamericano de Ciências Sociales (CLACSO), Buenos Aires, 2005. Disponível em: < http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2019.

_____. Colonialidade do Poder e Classificação Social. *In:* SANTOS, de Souza Boaventura; MENESES, Maria Paula (Eds.). Epistemologias do Sul. Coimbra: CES, 2009. p. 73-118.

REIS, Rossana Rocha. Soberania, direitos humanos e migrações internacionais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais,** [S.l.], v. 19, n. 55, p. 149-164, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v19n55/a09v1955.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2019.

RITCHIE, Holly A. **Uncertain livelihoods in refugee environments Between risk and tradition for Syrian refugee women in Jordan.** SLRS, London, 2017. Disponível em: < https://assets.publishing.service.gov.uk/media/Uncertain_livelihoods_in_refugee_environments_-_Between_risk_and_tradition_for_Syrian_refugee_women_in_Jordan.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2019.

_____. RITCHIE, Holly A.. Gender and enterprise in fragile refugee settings: female empowerment amidst male emasculation-a challenge to local integration? Special Issue: Gender, sexuality, and violence in humanitarian crises. **Disasters**, v. 41, n. 01, 2018.

SAID, Edward. **Orientalismo:** o oriente como invenção do ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____. Reflexões sobre o exílio. *In*: _____. **Reflexões sobre o exílio e outros ensaios.** São Paulo: Companhia das Letras, 2003. p.46-60.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Educação e Realidade**, v. 15, n. 02, Porto Alegre, 1990.

SEIFERT, Ruth. The second front: The Loc of Sexual Violence in Wars. **Women's Studies International Forum,** v. 19, n. 1., p. 33-43, 1996.

SETH, Sanjay. *Introduction. In:* SETH, Sanjay. **Postcolonial Theory and International Relations:** a critical introduction. London: Routledge, 2013.

SPIVAK, Chakravorty Gayatri. **Pode o subalterno falar?** UFMG: Belo Horizonte, 2010.

TICKNER, Ann J. **Gendering world politics:** Issues and approaches in the post-cold war era. New York: Columbia University Press, 2001.

_____. Feminist Perspectives on International Relations. *In*: CARLSNAES, Walter; RISSE, Thomas; SIMMONS, Beth A. (Eds.). **Handbook of International Relations.** New York: SAGE, 2002. p. 275-291.

_____. Gender in International Relations: Feminist Perspectives on Achieving Global Security. Columbia University Press: New York, 1992.

TROELLER, Gary G.. **Refugees in Contemporary International Relations:** reconciling state and individual sovereignty. *In:* NEW ISSUES IN REFUGEE RESEARCH. UNHCR Regional Representative for the Baltic and Nordic countries. Estocolmo, 2003. Disponível em: < http://www.unhcr.org/research/working/3e71f1b64/refugees-contemporary-international-relations-reconciling-state-individual.html>. Acesso em: 16 jun. 2019.

UNHCR. **Global Trends:** Forced Displacement in 2018. UNHCR, [S.l.], 2019. Disponível em: < https://www.unhcr.org/search?comid=56b079c44&&cid=49aea93aba&tags=globaltrends> Acesso em: 16 jun. 2019.

UNHCR. **Sexual and Gender-Based Violence against Refugees, Returnees and Internally Displaced Persons:** guidelines for prevention and response. [S.l.], 2003. Disponível em: <https://www.unicef.org/emerg/files/gl_sgbv03.pdf>. Acesso em: 02 de nov. 2017.

WEINER, Myron. Security, stability and International migration. **International Security**, [S.l.], v. 17, n. 03, p. 91-126, 1992. Disponível em: < https://www.jstor.org/stable/2539131>. Acesso em: 16 jun. 2019.

WIBBEN, Annick T.R.. Feminist International Relations: Old Debates and New Directions. **Brown Journal of World Affairs**, [S.l.], v. 10, n. 02, p. 97-114, 2004. Disponível em: < https://www.jstor.org/stable/24590524>. Acesso em: 16 jun. 2019.

ZEHFUSS, Maja. Critical Theory, Poststructuralism, and Postcolonialism. *In:* CARLSNAES, Walter; RISSE, Thomas; SIMMONS, Beath **A. Handbook of International Relations.** London: SAGE, 2013.

MONÇÕES
Revista de Relações Internacionais da UFGD
ISSN 2316-8323

REPENSANDO A FRONTEIRA ENTRE ORIENTE E OCIDENTE: ENCONTROS CULTURAIS, NARRATIVA E TRANSGRESSÃO NOS ESCRITOS DE FATEMA MERNISSI

JESSICA DA SILVA C. DE OLIVEIRA

Doutora em Relações Internacionais pelo IRI/PUC RIO e Professora de Relações Internacionais na PUC Minas Poços de Caldas

RESUMO: Este artigo se centra nas narrativas e reflexões da escritora e ativista feminista Fatema Mernissi acerca dos encontros e fronteiras culturais e em sua tentativa de responder à questão: *O que está em jogo no pensar e escrever entre o Oriente e o Ocidente?* E ainda, em como diferentes respostas a tal questionamento podem oferecer quadros para um engajamento decolonial de "dupla crítica" frente a saberes totalizantes, sejam eles ocidentais ou não-ocidentais, sem com isso implicar no apagamento do lugar de fala e experiência dos sujeitos resistentes – aqui, mais especificamente, mulheres muçulmanas. Lança-se luz sobre um aspecto específico do trabalho da autora, a saber, sua tentativa de, através do emprego de estratégias narrativas criativas que mesclam autobiografia e ficção, criar condições para desafiar representações dominantes sobre o Oriente e sobre a mulher muçulmana e promover um trabalho de "transcodificação" – ou seja, a busca por construir novos significados sobre os antigos com o objetivo de expor as dimensões violentas desses encontros, mas também de pensar as possibilidades de diálogo com a diferença.

PALAVRAS-CHAVE: encontros culturais, Fatema Mernissi, feminismo não-Ocidental.

RETHINKING EAST-WEST BORDERS: CULTURAL ENCOUNTERS, NARRATIVE AND TRESPASSING IN FATEMA MENISSI'S WRITINGS

ABSTRACT: The article focuses on the reflections of feminist writer and activist Fatema Mernissi. It addresses Mernissi´s critical engagements with the theme of cultural encounters and boundaries and her attempts to answer the question: *What is at stake in thinking and writing between East and West?* And also, on how different responses to such questions might offer different frameworks for a decolonial approach aiming at a "double critique" in the face of totalizing knowledge – whether Western or non-Western – without the setback of effacing one´s *locus* of enunciation and experience of resistance of marginal subjects – here, Muslim women more specifically. In this way, I intend to explore a specific aspect of Mernissi's work, namely, her use of creative narrative strategies mixing autobiography and fiction in attempting to set conditions for challenging dominant representations of the Orient and to promote "transcoding" – i.e. the construction of new meanings over ancient established ones aiming to expose the violent dimensions of cultural encounters, but also rethinking the possibilities of engaging and dialogue with difference.

KEYWORDS: cultural encounters; Fatema Mernissi; non-Western feminism.

1. Introdução

> I am frightened when crossing borders because I am afraid of failing to understand strangers.
>
> Fatema Mernissi, *Scheherazade Goes West*

Em *The Practice of Everyday Life*, Michel de Certeau escreveu: "[o] que o mapa corta, a história atravessa" (CERTEAU, 1984, p.130). A frase de Certeau ressoa com uma série de esforços dentro (e através) do campo das RI que compartilham o desconforto com o mundo estreito, autorreferencial e, não poucas vezes, inerte da disciplina. Dessa perspectiva, a lógica estatista de fronteiras rígidas e a concepção do mundo como "constituído de sujeitos delimitados dentro de comunidades políticas delimitadas" (MHURCHÚ; SHINDO, 2016, p. 2) não refletem a complexidade das vozes, experiências e visões de mundo encontradas quando damos maior importância a histórias em detrimento de mapas-múndi.

O presente artigo tem como objetivo geral explorar alguns dos significados e importância desse movimento de "trazer o mundo de volta às RI" (SAJED, 2013, p. 2), seja no sentido de repensar categorias normalmente tidas como dadas nos estudos de política internacional – aqui, mais especificamente, as categorias "Ocidente" e "Oriente" (ou "não-Ocidente")[1] –, seja no sentido de chamar atenção para as experiências de sujeitos historicamente marginalizados – mais especificamente, mulheres muçulmanas. Para tanto, propõe-se um engajamento com as reflexões da socióloga, escritora e ativista feminista marroquina, Fatema Mernissi[2] [1940-2015], sobre encontros culturais, fronteiras e possibilidades para

[1] No escopo deste artigo, o uso dos termos "não-Ocidente"/"não-Ocidental" alternativamente ou em conjunto com "Oriental" tem como objetivo salientar subjetividades, formas de pensamento, e espaços que podem ou não estar implicados na dicotomia Ocidente/Oriente – donde ambos termos adquirem um sentido geohistórico claro, como é o caso do "pensar/estar/escrever nas fronteiras entre Oriente e Ocidente" de que trata Mernissi –, mas que estão colocados às margens do lócus de privilégios materiais, epistemológico e ontológico que o referente "Ocidente" denota.

[2] Ao longo de sua carreira e compromisso com a agência histórica das mulheres no contexto da sociedade marroquina especificamente, mas também no chamado mundo islâmico em geral, a autora investigou a dinâmica sexual em sua sociedade, chamando atenção para a desigualdade experimentada por mulheres marginalizadas em trabalhos como *Beyond the Veil* (1975), *Doing Daily Battle* (1983) - o último consistindo em uma coleção de entrevistas de mulheres marroquinas publicadas em francês e traduzidas em 6 línguas - e *The Forgotten Queens of Islam* (1990). Na década de 1980 e auge do embate entre vertentes islâmicas radicais e ativistas da causa feminista no Magrebe, Mernissi ajuda a formar uma rede congregando acadêmicas e ativistas de toda região com agendas que convergiam na busca por pressionar por direitos políticos igualitários entre homens e mulheres em suas respectivas sociedades. Ver: MOGHADAN, 2017.

superação de perspectivas orientalistas quando se tem em conta questões especificamente relacionadas à agência de mulheres muçulmanas e/ou árabes – correntemente representadas como passivas e submissas no contexto de sociedades (e de uma religião) vistas como essencialmente patriarcais e opressoras. Se, de um lado, a dimensão dos encontros culturais, do pensamento de fronteira e do pensamento não-ocidental acerca dos modos de ser e agir na política internacional e global vem ganhando crescente atenção nos debates teóricos em RI[3]; de outro lado, ainda são escassos os engajamentos com o trabalho de autoras feministas não-ocidentais que tenham se dedicado a pensar a dimensão de gênero a partir de suas experiências, de suas histórias locais, ao mesmo tempo em que deslocam o Ocidente de uma posição de privilégio ao lançarem foco à produtividade e aos limites operando na zona de contato entre culturas.

Através de narrativas que misturam memórias pessoais e reflexões sobre os antagonismos interculturais duradouros entre o chamado Oriente/não-Ocidente/Leste e o Ocidente, Mernissi aborda a questão da alteridade enfatizando a complexidade cultural em detrimento de leituras homogeneizadoras e reificadoras acerca dos encontros entre Oriente e Ocidente. No espaço deste artigo, lança-se foco sobre duas de suas principais obras – *Dreams of Trespass* (1994) e *Sheherazade Goes West* (2001), publicadas originalmente em francês e inglês (respectivamente) –, nas quais a autora adota uma escrita situada entre autobiografia e ficção, e dialoga diretamente com uma audiência ocidental. Em ambas Mernissi avança uma análise transcultural da produção e da recepção de representações de mulheres do Oriente Médio em obras de arte, literatura, filosofia e outros textos ocidentais. Dentre outras coisas, a autora busca desestabilizar representações monolíticas das mulheres (e sociedades) muçulmanas, bem como concepções rígidas sobre fronteiras e encontros entre culturas, visualizando Oriente e Ocidente como paisagens experienciadas, em vez de referenciais geográficos, culturais ou históricos fixos.

Pretende-se explorar aqui um aspecto específico do trabalho da autora, a saber, sua tentativa de estabelecer as condições para desafiar representações dominantes sobre o Oriente e promover um trabalho de "transcodificação"

[3] Ver, por exemplo: INAYATULLAH, BLANEY, 2004; SAJED, 2013; SHILLIAM, 2012.

(BERNARDI, 2010) – ou seja, a busca por construir novos significados sobre os antigos com o objetivo de promover o diálogo intercultural entre os sujeitos e locais do Oriente/não-Ocidente e do Ocidente, sem necessariamente antagonizar tais referentes. Junto à autora, questiona-se: *O que está em jogo no pensar e escrever entre o Oriente e o Ocidente – sendo mulher, árabe e muçulmana?* E ainda, de forma mais ampla, *como diferentes respostas a tal questionamento podem oferecer quadros para um engajamento decolonial de "dupla crítica"* (KHATIBI, 1983/1970), ou seja, a rejeição de saberes totalizantes, sejam eles ocidentais ou não-ocidentais, *sem com isso implicar no apagamento do lugar de fala e experiência dos sujeitos resistentes?* Nesse âmbito, busca-se ainda intercruzar e contrastar as reflexões de Mernissi com as do também sociólogo e romancista marroquino Abdelkebir Khatibi, especialmente no que tange aos encontros culturais entre Oriente e Ocidente e às possibilidades e limites da dupla crítica.

Personificando os dilemas de alguém que está ciente da complexidade da *hudud* (a "fronteira sagrada" que distingue o permissível do proibido) tanto nas sociedades de maioria muçulmana quanto na dimensão mais ampla dos encontros entre Oriente e Ocidente, os escritos de Mernissi emergem como tentativas de narrar o tipo de "desorientação" que afeta as fronteiras epistemológicas, culturais e pessoais ao se lidar com a questão da diferença para além de protocolos estabelecidos e representações monolíticas. Ao fazer uso criativo de estratégias narrativas, Mernissi busca mobilizar, através de suas personagens, diferentes significados e visões de *hudud*, com o intuito de desestabilizar qualquer tentativa de conferir um único sentido ao termo e, com isso, sinalizar para o fato de que fronteiras (entre indivíduos e culturas) podem ser mais fluidas, incertas e negociáveis do que o esperado. No escopo deste artigo, a reflexão em torno da noção de *hudud* vem para, dentre outras coisas, lançar uma sombra de dúvida sobre um binário que é tão amplamente aceito: Ocidente/Oriente (ou, ainda, e de forma ainda mais ampla, não-Ocidente), bem como explorar alguns dos mecanismos que permitem que tais binários sejam reproduzidos. No escopo do dossiê *Teoria das Relações Internacionais no Brasil*, busca-se lançar luz não somente sobre o legado do pensamento de Fatema Mernissi enquanto importante nome dentre as feministas não-ocidentais contemporâneas, mas também sobre possibilidades de diálogo com

outras perspectivas do Sul Global[4] também atentas à questão de gênero e sensíveis a idiossincrasias políticas, sociais e culturais e à importância do lugar de fala mesmo quando o foco recai sobre estruturas mais amplas de desigualdade operando em âmbito global. As reflexões de Mernissi convidam ao exercício de tratar o lugar de fala e a diferença não como um empecilho para o engajamento, mas combustível para criar conexões entre teoria e prática, e entre a diversidade de histórias locais de opressão e resistência e suas similitudes e diferenças quando transpostas em contextos mais amplos como os da política internacional e global.

2. Encontros culturais, fronteiros e o discurso Orientalista

Em *Decolonizing Methodologies*, Linda Tuhiwai Smith (1999) analisa como a narrativa do triunfo do Ocidente e do saber ocidental enquanto (supostamente) universal, objetivo e civilizado se baseia em uma ficção, a saber: o "mito eurocêntrico do Ocidente intocado e original" (HOBSON, 2004). Em tal cosmogonia social, povos "orientais", "nativos" e, portanto, "não-ocidentais", somente tiveram contato com o conhecimento, a civilização e o progresso através "do Ocidente, pelo Ocidente". "Através do imperialismo", nos lembra autora, "tais culturas, povos, e seus Estados-nação são reposicionados como 'Orientais', ou '*outsiders'* de forma a legitimar a imposição do regime colonial" (SMITH, 1999, p. 63). Mais do que um marcador geográfico ou geohistórico, Ocidente aqui se refere, portanto, a uma posição de privilégio ontológico e epistemológico que também se converte em privilégios materiais no âmbito do sistema-mundo moderno/colonial (MIGNOLO, 2012).

A história dos encontros entre Oriente e Ocidente se apresenta, então, como um caminho de mão única, no qual fronteiras são (supostamente) rígidas e há uma clara separação entre "o Ocidente e o resto", o centro e suas margens, entre aqueles que são capazes de falar em nome de outros e representar esses outros, e

[4] Nesse sentido, Marlise Matos nos convida a refletir sobre a possibilidade de uma nova proposta teórica feminista – ou mesmo uma nova "onda" – na qual perspectivas do Sul passam ao centro do palco enquanto fontes para debater as lacunas deixadas por perspectivas excessivamente baseadas em um "olhar do Ocidente" hegemônico e para reimaginar as possibilidades em torno de um feminismo global (ver MATOS, 2010).

aqueles que são, em contrapartida, o que Abdelkebir Khatibi chama de "sociedades silenciosas" (KHATIBI, 1983/1981, p. 50). Do ponto de vista orientalista, as “sociedades silenciosas” não têm nada de relevante a dizer. Mais especificamente, o orientalismo – exemplo emblemático do discurso do “Ocidente e o resto” (HALL, 1992) – fabrica uma imagem permanente de um "Ocidente" superior, racional e vanguardista, que é definido negativamente contra um "Outro" não menos imaginário, o "Oriente" inferior, irracional e atrasado (KHATIBI, 1983/1974, 1978). O Oriente deixa de existir em si mesmo ou em seus próprios termos (SAID, 1978, p.3).

A faceta Orientalista do discurso do “Ocidente e o resto” engendra pelo menos três principais imagens interrelacionadas que, juntas, nutrem visões comuns de Oriente e Ocidente. Em primeiro lugar, a imagem de que ambos Oriente e Ocidente são entidades geohistóricas bem demarcadas e hierarquicamente – quando não antagonisticamente – dispostas; em segundo, o obscurecimento do caráter polifônico e multifacetado do "Oriente", favorecendo imagens que remetem a um território homofônico, monológico e imutável; em terceiro, o apagamento da zona de contato que surge mediante os encontros culturais. Como sugerido por Stuart Hall (depois de Edward Said) e Abdelkebir Khatibi (antes de ambos Said e Hall), tal é a força e persistência das ideias orientalistas que até os acadêmicos contemporâneos mais bem intencionados seguem contagiados por elas – incluindo aqueles que de alguma forma procuraram desconstruir o Ocidente em suas ganas universalistas.

A ausência da zona de contato forjada nos encontros entre Oriente e Ocidente aparece, portanto, como um silêncio revelador, justamente o tipo de silenciamento que intelectuais trabalhando a partir de perspectivas críticas e atentas à diferença colonial e à violência epistêmica (ver Mignolo 2009) contra saberes subalternos não-ocidentais buscam desmantelar. No entanto, como salienta Khatibi, o que acontece quando sociedades (e subjetividades) silenciadas pelo discurso orientalista encontram caminhos para finalmente serem ouvidas é a “des-orientação”. O autor destaca, por exemplo, como o tropo do “árabe dócil”, recorrente no discurso orientalista, é uma remanescência da figura do “árabe literário” a qual, por sua vez, aparece para ilustrar a suposta imutabilidade e autenticidade de uma essência que remonta ao período pré-islâmico e às ruínas perdidas do deserto beduíno (KHATIBI, 1983/1974). Ambos tropos persistem nos nossos dias de

diferentes formas como uma maneira recorrente de representar povos de maioria muçulmana e/ou árabe a partir do Ocidente. Tal representação, contudo, nada diz sobre as sociedades magrebinas contemporâneas, a partir de onde Khatibi, assim como Mernissi falam – e as quais, sobretudo, não são exclusivamente de origem árabe –, ou sobre quem se reconhece sob o signo "árabe", mas cujo comportamento e demandas político-sociais não obedecem a tais exercícios de categorização (ver TOUMI, 2002). Segundo Khatibi, trata-se, portanto, da ansiedade orientalista de representar o Outro árabe através da "inebriação da diferença intratável" – ou seja, a diferença da diferença. A complexidade que a palavra "intratável" sugere aqui traduz principalmente o desejo orientalista de limitar a diferença ao exotismo, capturando o Outro através da imagem de uma alteridade total, porém paradoxalmente intangível. Neste discurso, o “direito à diferença” do sujeito Oriental derivado de fantasias de autenticidade em relação a esse objeto observado (logo, observável) funciona como uma recusa (ou excusa) a encontros reais com a diferença. Como salienta Khatibi, não há aqui intenção de travar um diálogo com a diferença (KHATIBI, 1983/1974, p.134); somente a ânsia de capturá-la em representações estáticas investidas de um discurso de verdade.

Khatibi nos lembra, no entanto, que a literatura árabe bilíngue, como no caso da chamada literatura francófona magrebina[5] – onde se incluem escritos do próprio autor e onde também é possível enquadrar os primeiros engajamentos de Mernissi e outras autoras e autores – que vai florescer com mais força no contexto após a descolonização[6], é exemplo do tipo de cruzamento de fronteiras que acontece na zona de contato entre culturas. Neste caso, um encontro marcado pelo imperialismo e pela violência colonial da presença europeia, predominantemente francesa, nos séculos XIX e XX no Maghreb. Segundo Khatibi, a literatura francófona do Magrebe condensa não apenas a marca dessa violência colonial, mas também a variedade de elementos que desorientam o pesquisador/observador orientalista que não espera que seu objeto de observação seja capaz de se apropriar da sua própria língua e fazer uso dela para retornar o olhar (ver KHATIBI, 1983/1974, p.141).

[5] Para um panorama sobre o surgimento, história, e importantes nomes da literatura francófona vinda do Magrebe, ver: BENSMAÏA, 2003; WOODHULL, 1993; OLIVEIRA, 2019.
[6] Marrocos e Tunísia se tornam independentes em 1956, ao passo que a Argélia somente em 1962, após o fim de uma sangrenta guerra contra a então metrópole França.

A definição de Khatibi de "diferença intratável" aparece mais abertamente em seu artigo *Pensée-autre* (1981), no qual aborda a questão da identidade nas sociedades magrebinas no período após a descolonização. Segundo ele, existem dois discursos hegemônicos os quais as sociedades magrebinas tendem a abraçar como destinos possíveis no contexto pós-colonial: de um lado, um discurso que se alimenta da idealização de um passado islâmico glorioso e das aspirações relacionadas à possibilidade de transmutar a autenticidade e a conformidade dessa "tradição" para o momento presente; e, de outro lado, a imagem de um Ocidente tecnologicamente avançado alimentando aspirações relacionadas à transformação e à "modernidade". Como resultado, o Magrebe permanece um espaço impensado, esmagado (ou dividido) entre essas duas "metafísicas" ou "modos de pensamento" dominantes (KHATIBI,1983/1981, p.35-39). A diferença intratável é, assim, o resultado desse modo de autoentendimento favorecido por duas narrativas totalizantes opostas, nas quais prevalece uma relação difícil com a não-conformidade e a incerteza. Em termos simples, o que Khatibi sugere é que o indivíduo magrebino se vê incapaz de confrontar a desilusão causada pelo abismo inevitável da diferença entre a realidade vivida e a realidade ideal contida em um desses modos de pensamento. Esse confronto (e as dificuldades em lidar com ele) é o que chama de "diferença selvagem" [*différence sauvage*] ou "diferença intratável", porque tende a enfatizar as inseguranças existentes no incorporar e (con)viver com a diferença que se quer negar – ou seja, a pluralidade de modos de pensamento e existência que marcam essa região, que não é tão somente ou indiscutivelmente nem muçulmana ou árabe e nem ocidental. No contexto do Magrebe, tais inseguranças são frequentemente traduzidas como memórias persistentes de uma experiência colonial dolorosa ou o ressentimento de não ser "completamente árabe" (JEBARI, 2017).

Na abordagem independente de Khatibi sobre o Orientalismo, é possível perceber que o relato histórico apresentado visa localizar o surgimento do "pensamento fronteiriço" – para utilizar a terminologia de Walter Mignolo (2012) – como um antídoto contra a violência do discurso orientalista em relação aos povos árabes em geral, e ao Magrebe especificamente. Na "história local" oferecida por Khatibi – que tem como palco a Península Ibérica e o conflito entre muçulmanos e cristãos no século XVI –, o Ocidente também é definido em oposição ao que o autor

chama de “nosso patrimônio”, o Islã[7], embora ele seja rápido em oferecer maneiras de pensar para além dessa dicotomia, passo necessário para preparar o palco para o dito “outro pensamento” [*pensée autre*], capaz de romper com a “máquina de incompreensão mútua” que é a história dos encontros entre Oriente e Ocidente desde então (KHATIBI,1983/1981, p. 15). A única maneira de escapar deste círculo de violência é a “dupla crítica” contra os fundamentalismos tanto do Ocidente quanto do Islã. A dupla crítica, esclarece o autor, é condição de possibilidade para o surgimento de um “pensamento outro”, um pensamento que se afasta e não é mais concebível dentro de uma concepção linear ou mesmo dialética de desenvolvimento histórico (KHATIBI, p. 37). A dupla crítica de Khatibi pode ser lida como uma modalidade de pensamento ou conhecimento fronteiriço, ou seja, um modo de pensar que é diretamente emanado da história local e da perspectiva do intelectual subalterno (MIGNOLO 2012).

A próxima seção lança luz sobre a abordagem em muitos aspectos similar de Mernissi em suas reflexões sobre encontros culturais, fronteiras e possibilidades de resistência do sujeito subalterno – nesse caso, mulheres muçulmanas. Contudo, como será discutido mais adiante, se, por um lado, suas abordagens ecoam na busca por “desorientar” o discurso orientalista e na adoção de estratégias para “retornar o olhar” na busca por desmantelar a suposta primazia do Ocidente nos encontros culturais (coloniais); por outro lado, o compromisso de Mernissi com a “reinvenção” da mulher muçulmana enquanto um significante plural extrapola o compromisso intelectual de subverter discursos dominantes – a saber, orientalista, islâmico, falocêntrico – e enfatiza a busca por efetuar mudança social através das estruturas políticas existentes. Para Mernissi, estruturas de imaginação e narrativa podem ser convertidas em ferramentas de resistência e mudança social – instâncias

[7] Enquanto Edward Said (1978), em sua célebre obra, vê o orientalismo como a imaginação cultural hegemônica do mundo moderno que tem suas raízes no imaginário predominante entre as potências coloniais europeias do século XIX, Khatibi argumenta que a oposição na qual o orientalismo se sustenta remonta de fato ao início da história do sistema mundial moderno e ao conflito entre cristãos e mouros na Península Ibérica do século XVI. Isso, juntamente a ideologia dominante à época, ou seja, o Renascimento, é o que Khatibi chama de “ocidentalismo” – ou o momento em que a imagem de um Ocidente autossuficiente, virtuoso e superior surge na Europa (KHATIBI, 1983/1981). Mesmo após a decadência das primeiras potências coloniais européias, Portugal e Espanha, a configuração epistemológica greco-romana e cristã, isto é, o ocidentalismo, permaneceu como o modo dominante de pensamento, ao passo que o conhecimento islâmico “se tornou um critério para julgar e subalternizar” outras formas de pensamento que não podem ser justificadas dentro do conhecimento ocidental (MIGNOLO, p. 61).

onde a dupla crítica de que fala Khatibi apresenta potencialidades, mas também limites.

3. Imaginação e narrativa como estratégia de resistência nos escritos de Fatema Mernissi

"Eu nasci em 1940, em um harém em Fez" é a frase que abre *Dreams of Trespass* (1994), livro onde Fatema Mernissi conta a experiência de crescer no Marrocos ainda sob domínio colonial da França, intercruzando memórias pessoais com uma narrativa que também privilegia pontos de vista que atribui a algumas mulheres importantes em sua vida. Dentre outros efeitos, percebe-se a busca por desestabilizar concepções ocidentocêntricas de Islã, da mulher muçulmana e de instituições como o harém – que, durante muito tempo, marcou a geografia e a política da vida em família no mundo muçulmano. Já em *Scheherazade Goes West* (2001), Mernissi apresenta uma análise da produção, da recepção e da reprodução de imagens da mulher do Oriente Médio através de obras de arte e de filosofia ocidentais, em uma narrativa em que sua experiência pessoal e suas reflexões enquanto intelectual mulher, feminista e muçulmana se intersectam com seus esforços de examinar os antagonismos entre Oriente e Ocidente.

Na abordagem avançada pela autora, o poder da imaginação aparece como uma importante dimensão do persistente antagonismo entre o Oriente e o Ocidente. Em *Scheherazade*, por exemplo, Mernissi se pergunta por que a imagem dominante do harém no imaginário ocidental (como nas pinturas de artistas como Picasso, Ingres, Delacroix e Matisse, mas também na indústria cinematográfica de Hollywood) não apresenta a tensão e a subversão constantes no dia-a-dia do harém em que ela cresceu no Marrocos (MERNISSI, 2001, p.14, 16). “O meu harém estava associado a uma realidade histórica [enquanto] o deles estava associado a imagens artísticas… [que] reduziam mulheres a odaliscas (um termo em turco para designar mulheres escravas)”[8] (MERNISSI, p.14). É importante ressaltar que ela aponta para

[8] My harem was associated with a historical reality [while] [t]heirs was associated with artistic images… [which] reduced women to odalisques (a Turkish word for a female slave)”.

o paradoxo de que o harém fictício que habita o imaginário ocidental e alimenta fantasias do exótico em relação ao Oriente experimentou circulação e credibilidade mais amplas do que o harém factual, a saber, um sistema de organização doméstico agora extinto na maioria dos países muçulmanos. Ao se contrastar as representações artísticas do harém em diversas partes da Europa com as que predominam no mundo islâmico, segundo Mernissi, não é incomum a impressão de que se tem diante de si dois mundos completamente diferentes.

Como problematiza a autora, Ingres, Picasso e outros famosos que se dedicaram a retratar o harém somente enxergaram a mulher muçulmana como uma figura passiva – ainda que misteriosa e exótica – e pronta para docilmente servir de objeto para o olhar fetichizante ocidental. Dito de outra forma, as representações problemáticas do harém no Ocidente também escondem uma deturpação da imagem das mulheres muçulmanas como belezas isoladas, passivas e controláveis no tempo cativo da estética e do olhar orientalista. Em outra passagem de *Scheherazade*, Mernissi traz uma análise mais profunda do ideal muçulmano de beleza feminina, mostrando como as mulheres retratadas em miniaturas persas por artistas muçulmanos (principalmente as da princesa Shirin, protagonista do conto "Krusraw e Shirin", escrito pelo poeta Nizami no século XIII) vêm para transgredir o modelo dominante de reclusão feminina estabelecido em certos países de maioria muçulmana (MERNISSI, 2001, p. 170). Shirin – no conto, ela mesma uma fugitiva de um harém – é frequentemente retratada cavalgando sozinha pela floresta, à procura de seu parceiro, Krusraw; ou, quando ambos os protagonistas são retratados juntos, os dois frequentemente aparecem em cenas que salientam a agência de ambas personagens – Mernissi dá o exemplo de uma pintura em que aparecem juntos, caçando animais selvagens. Shirin simboliza, portanto, o papel ativo das mulheres, e não uma sexualidade passiva e nua. Como sustenta a escritora, tais características encapsulam a essência da feminilidade no imaginário muçulmano, no qual as mulheres são "o Outro poderoso dotado de vontade pessoal" (MERNISSI, p.137). Mernissi argumenta ainda que essa seria a razão principal para a existência do harém e de outras formas de isolamento e barreiras à participação de mulheres na vida pública no passado e no presente de suas respectivas sociedades.

Como destaca Mernissi, no mesmo contexto em que franceses e britânicos produziam seus retratos de odaliscas em poses letárgicas e lascivas na Europa

ocidental, acontecia não só a empresa colonialista europeia na África e na Ásia, mas também a não muito distante Turquia de Kemal Atatürk, onde se promulgavam leis civis que empoderavam mulheres (MERNISSI, 2001, p.109). Dessa forma, se a odalisca é um tropo consolidado no imaginário de homens e mulheres no Ocidente sobre as mulheres no Oriente a despeito de seu papel enquanto agentes políticos, tal tropo certamente dialoga com a estrutura mais ampla de produção de conhecimento global e, portanto, aparece duplamente como causa e efeito da violência epistêmica – parafraseando Mignolo (2009) – sobre espaços, indivíduos e modos de pensamento não-Ocidentais. Tem-se aqui, portanto, uma primeira dimensão do poder da imaginação do qual fala a autora: a reificação de sociedades inteiras através da (re)produção de representações que remetem ao exótico e ao estático, podendo resvalar em – e justificar – argumentos e práticas imperialistas sobre povos "bárbaros" e "atrasados".

No retrato do harém que Mernissi pinta através de sua narrativa em *Dreams*, em contraste, o(a) leitor(a) se depara com um espaço político onde múltiplas histórias são encenadas, onde tragédia e transgressão aparecem em constante sobreposição e as relações entre homens e mulheres não se reduzem à mera repressão. Mulheres importantes na vida da autora – cuja voz se confunde com a da narradora e protagonista em uma narrativa que certamente mescla objetivos acadêmicos e literários – aparecem como personagens centrais, e são aquelas cujas visões de mundo, emoções, aspirações e contradições dão movimento à trama. Como Sajed (2013) destaca, a narrativa de Mernissi se concentra mais em "quem são (mulheres no harém)" do que em "o que" essas mulheres são (prisioneiras no harém)". Trata-se de uma dimensão importante porque, ainda que neste retrato do harém algumas generalizações também se façam presentes, dele também emerge a imagem de um espaço "onde mulheres empregam táticas criativas para manifestar seu senso de identidade" e praticam atos diários de resistência e subversão da hierarquia instituída (SAJED, 2013, p. 101). Encontra-se aqui, portanto, uma segunda dimensão do poder da imaginação. O harém de Mernissi é um espaço feminino de reclusão que pode ser marcado pela resignação e tristeza daquelas que se sentem impotentes dentro de suas paredes e portões, mas lançar foco exclusivamente sobre tal dimensão é contar apenas parte da história. *Dreams* "reconta o desenvolvimento da consciência feminista [de Mernissi] à medida que ela

aprende com uma variedade de exemplos e questionamentos pessoais" (DONADEY, 2000, p. 86 apud BOURGET, 2013, p. 31). Nesse aspecto, o texto de Mernissi defende um "feminismo árabe-muçulmano cultivado em casa, emocionalmente afetado e trabalhado por mulheres de todas as classes sociais, tanto educadas quanto analfabetas" (BOURGET, 2013, p.31). Figuras amplamente conhecidas no mundo muçulmano são referências constantes, como a libanesa Zaynab Fawwaz, a egípcia Huda Sha'rawi e até mesmo Scheherazade (a heroína literária de *As Mil e Uma Noites*). Tais ícones dividem espaço com os pequenos atos heroicos das figuras femininas de sua própria família. As mulheres que Mernissi coloca sob holofotes são "agentes dolorosamente conscientes de suas limitações e restrições, mas com um profundo senso de seu papel político" (SAJED, 2006, p. 6).

O poder da narrativa, da oralidade e do contar histórias é uma dimensão importante da subversão feminina no harém de Mernissi. O Magrebe tem uma rica tradição oral (MERNISSI, 1994; 2001; ABU-LUGHOD, 1993) e, vale destacar, o ato de contar histórias é geralmente visto como uma prática exclusivamente feminina. Segundo a autora, a resistência toma forma precisamente nesta dimensão, já que é comum as mulheres fazerem uso da prática de contar histórias – comumente transmitidas em rodas de familiares e vizinhos – como meio de inverter posições de poder, desorganizando o imaginário e as lógicas que sustentam as estruturas e práticas patriarcais que são, em última instância, condição de possibilidade para existência do harém. "Em muitos desses contos, o sexo mais inteligente raramente é o que as autoridades religiosas costumam retratar como superior", salienta a autora (MERNISSI, 2001, p.9). Esse poder de contar histórias pode, assim, ser instrumentalizado tanto para resistir a códigos de pensamento e práticas hegemônicas e patriarcais (ou seja, uma estratégia criativa para o autoemponderamento), quanto ferramentas para impor, credenciar e reproduzir esses mesmos códigos.

Scheherazade, a emblemática contadora de histórias de *As Mil e Uma Noites*, é referência constante nos escritos de Mernissi. Segundo a autora, enquanto leituras feitas a partir do Ocidente tendem a ignorar a mensagem política de Scheherazade, interpretações desse mesmo conto no mundo muçulmano tendem a focar precisamente esse aspecto, destacando a "sensualidade inteligente" de Scheherazade (MERNISSI, 2001, p. 68). Em uma nota de rodapé, Mernissi narra

sua surpresa quando percebeu que, no Ocidente, sua heroína literária favorita é trivializada como “uma artista adorável, mas ingênua, alguém que narra contos inócuos e se veste fabulosamente” (MERNISSI, p.15, n.2). Em *Dreams*, Mernissi reproduz a maneira como sua mãe costumava narrar a trajetória de Scheherazade e o significado político de suas habilidades como uma hábil contadora de histórias, cujo talento foi fator decisivo para que sua própria vida e de outras jovens fossem poupadas noite após noite (MERNISSI, 1994, p.13-16). Nas palavras de Mernissi, “Scheherazade é uma estrategista e poderosa pensadora” que fez uso da inteligência emocional e do poder da imaginação e da oralidade para desafiar o ciclo de assassinatos criado pelo rei Schahriar, enfatizando, assim, a “autodeterminação feminina” e a possibilidade de ultrapassar fronteiras (tanto materiais quanto imaginadas) e assim “transformar o mundo e aqueles que o habitam” (MERNISSI, p.13-16).

Em *Scheherazade Goes West*, a autora oferece ainda uma releitura do papel de Scheherazade e do ato de contar histórias como uma espécie de “mito civilizador moderno” (MERNISSI, 2001, p.51). Seus esforços podem ser vistos como “um símbolo do triunfo da razão sobre a violência” – onde “razão” significa, acima de tudo, a capacidade de estabelecer diálogo com a diferença, reconhecendo e respeitando as fronteiras dessa diferença e a imprevisibilidade desses encontros. Nesse ponto, é possível perceber que a mobilização de expressões como “mito civilizador” e “triunfo da razão” não é inocente, tendo em vista que Mernissi substitui o sentido normalmente empregado no discurso ocidental por outros menos violentos, ressignificando-as. A oposição contadora de histórias/Rei nos contos também remete ao conflito entre a *Shari'a* (a verdade sagrada) e a ficção no mundo muçulmano. Nesse sentido, o papel de Scheherazade está em paralelo com os *quççaç* ("contadores de histórias"), já que ambos lançam mão do contar histórias como estratégia para incitar reflexões sobre realidades de opressão e injustiça, não raramente encorajando mudanças de percepção e a transformação dessas realidades. Fazendo referência ao historiador Abdesslam Cheddadi, Mernissi conta, por exemplo, como os contadores de histórias da Idade Média eram considerados “instigadores da rebelião” e perseguidos no mundo muçulmano por questionarem a legitimidade dos guardiões da *çidq* (“verdade”). Tal prática, desprezada pelas elites e poderosos, adquire relevância política precisamente porque, ao abrir canais para

imaginar mundos alternativos e recuperar espaços para agência através do questionamento, acaba por transgredir a fronteira entre fato e ficção, tornando *wahm* ("imaginação") um meio de interferir concretamente na realidade (MERNISSI,2001, p.53-54).

A admiração e o apelo de Mernissi ao poder do conhecimento e ao domínio das palavras não estão necessariamente relacionados às suas credenciais acadêmicas – embora, como ela admite, o acesso à educação certamente a tenha ajudado a ascender a uma posição privilegiada. Diferente disso, ela encoraja seus leitores a refletir sobre a política dos menos privilegiados, ou seja, sobre como sujeitos marginais aprendem a utilizar as armas que têm em mãos para resistir à violência das estruturas que os oprimem. As mulheres iletradas e isoladas de sua infância não são, portanto, sujeitos indefesos e sem voz; tiveram apenas que aprender maneiras alternativas de expressar sua individualidade e de se fazer ouvir – tal qual Scheherazade. A resistência, como Mernissi parece ressaltar, também vem de lugares inesperados. Como afirma Lila Abu-Lughod em seu estudo sobre as práticas de contar histórias no contexto das tribos beduínas Awlad 'Ali do Egito, uma "história está sempre situada", já que presume um(a) narrador(a) e uma audiência; consequentemente, apesar de sua íntima conexão com tempos antigos, memórias e práticas traduzidas como "tradição", histórias são contextuais e "[sua] narração essencialmente motivada" (ABU-LUGHOD, 1993, p.12). No contexto do harém onde Mernissi cresceu, a oralidade serve não apenas ao propósito de transmitir mitos atemporais ou recontar eventos passados e lições morais a eles associados – que, aliás, também estão subordinados ao aspecto situacional de narrativa e à experiência de vida daquela que narra –, mas também às tentativas das mulheres de fazerem frente a práticas que normalmente as condenariam ao silêncio.

Nesse sentido, o que ambas Mernissi e Abu-Lughod demonstram é que a oralidade, a prática de contar histórias, usualmente concebida como uma forma "tradicional" de conhecimento, está muito viva apesar de seu status de "saber subjugado" – para utilizar o termo de Walter Mignolo – nos círculos intelectuais ocidentais (MIGNOLO, 2012, p.64. ver MIGNOLO, 2009). Apesar de marginalizado pelo conhecimento (ocidental) moderno e pela supremacia do signo escrito que é por este endossado, o saber fundamentado na oralidade sempre coexistiu com definições institucionais de filosofia e conhecimento (MIGNOLO, 2012, p.64; ver

MIGNOLO, 2009). Tendo em conta o nexo poder-conhecimento, o tratamento da oralidade como uma espécie de “primitivismo” (ONG, 2002, p. 170-171) ou, como a própria Mernissi nos lembra, um “símbolo das massas ignorantes”, mero folclore ou, não raramente, como fonte de rebelião, não é meramente acidental, mas obedece à lógica da fronteira entre o que é conhecimento válido sobre a realidade e o que é mera ficção (MERNISSI, 2001, p. 55). Sem o intuito de adentrar em um debate epistemológico mais profundo sobre o que é conhecimento ou como nos é possível conhecer a realidade, é possível extrapolar e sugerir que o que ambas Mernissi e Abu-Lughod[9] conseguem mostrar é que “a conexão entre experiência, significado e conhecimento tal como foi imaginada no âmbito da ciência moderna (positivista) não pode mais ser sustentada” (WIBBEN, 2011, p. 44; ver MERNISSI 1988; SMITH 1999; WOODHULL, 1993).

Mernissi traz à tona, então, o aspecto político da narrativa de duas maneiras importantes. Primeiro, ela destaca o papel da narradora/contadora de histórias ao salientar as mulheres do harém como portadoras da palavra e agentes cujas habilidades narrativas se tornam uma arma importante. Em segundo lugar, sugere que a audiência também tem papel crucial em conferir autoridade e relevância às narrativas e àquele(a) que narra. Ou seja, quando um ouvinte ou um grupo de ouvintes (por exemplo, sujeitos marginalizados, como as mulheres no harém) decidem parar de ouvir (por exemplo, narradores em posições privilegiadas de poder, como o homem chefe de família no harém), a relação de dominação é subvertida. Nesse sentido, a possibilidade de resistência reside tanto no falar como no ouvir. Ao “ponderar sobre as relações de poder e sobre as hierarquias presentes no harém, [Mernissi] visualiza a resistência como um 'embaralhamento das cartas', uma 'confusão de papéis'” (SAJED, 2006, p. 6; ver MERNISSI, 1994, p.152).

[9] Cabe destacar que argumentações de Mernissi e Abu-Lughod partem de pontos de vistas diferentes no que tange à relação entre práticas de oralidade e o nexo saber-poder. De um lado, Abu-Lughod por vezes se apressa em enaltecer a prática de contar histórias enquanto antídoto para a violência inerente às práticas de generalização pelas ciências sociais as quais, na sua visão, endossam a supremacia do discurso da “diferença cultural” e da busca por tornar o “outro” não-Ocidental em objeto de conhecimento. De outro lado, Mernissi parece menos interessada em dar à oralidade e à prática de contar histórias o status de “método” para produção de etnografias mais polivocais. O foco da última está sobretudo em afirmar a subversividade das mensagens políticas que tais narrativas podem carregar. Sua narrativa revela situações em que a relação entre narradora e audiência é eficiente em deturpar hierarquias, emponderando aquelas (nesse caso, as mulheres no harém) cujas vozes passam a ocupar o centro do palco.

Assim, o nexo poder-conhecimento aparece como dimensão importante na escrita de Mernissi, ainda que a autora o desloque para lugares por vezes inesperados. Incluem-se também nesse âmbito as formas como a produção e o consumo de conhecimento operam em ambientes institucionais tais como a academia e a mídia. A decisão de escrever *Scheherazade* em Inglês, por exemplo, não é inocente. Como explicitado pela própria autora, o objetivo era chamar atenção de uma audiência ocidental para a pluralidade de cosmovisões e vozes que compunham o chamado mundo islâmico; e, simultaneamente, questionar visões comuns sobre o Oriente, sobre os encontros entre Oriente e Ocidente e, especialmente, sobre o imaginário em torno da figura da mulher muçulmana. Mernissi performatiza através da escrita a dimensão da agência feminina concebida por ela como motor de resistência e transformação na sociedade a partir da qual fala. Assim como no conto de Scheherazade, o que parece estar em jogo para a autora é nada menos que a sobrevivência.

4. Pensando entre o Oriente e o Ocidente: fronteiras, possibilidades de transgressão e os limites da dupla crítica

No processo de lidar com os estereótipos ocidentais em relação à sua sociedade e a si mesma (enquanto mulher muçulmana) em *Scheherazade*, Mernissi aborda também a força da sua própria visão estereotipada ao retornar o olhar para seus interlocutores europeus. Nesse sentido, a autora/narradora/personagem se coloca na posição de um exemplar da complexidade cultural dos encontros entre Oriente e Ocidente: “Porque lá estava eu usando meu enorme bracelete prateado berber e meu batom vermelho Chanel, ninguém notou minha ansiedade (...)”[10] (MERNISSI, 2001, p. 2). Jogar com a força dos estereótipos e o uso de uma linguagem emocionalmente carregada é, portanto, parte de sua estratégia para enfatizar essa complexidade, especialmente em relação à alteridade nas interações entre, de um lado, mercados globalizados e tecnologias difundidas de transporte e comunicação e, de outro lado, a tradição – entendida aqui como “a persistência da

[10] No one noticed my anxiety during my book promotion tour, however, because I was wearing my huge Berber silver bracelet and my red Chanel lipstick”.

memória", ou seja, uma dimensão viva da constante negociação entre práticas culturais e ideais de autenticidade (APPADURAI, 1996). Tendo isso em vista, nesta seção, propõe-se uma leitura da narrativa de Mernissi como uma tentativa da autora em direção a um movimento de "dupla crítica". Nas palavras de Khatibi (1983), a dupla crítica consiste em "colocar a episteme ocidental face à face com aquilo que ela impensadamente exclui e, assim, radicalizar suas margens, e não apenas em relação ao pensamento em árabe" – um dos muitos saberes e língua subalternizados trabalhando às margens do pensamento ocidental –, "mas em relação e em direção a um outro pensamento, ou seja, um pensamento que fala diferentes línguas, ouvindo cada palavra – e de onde ela veio" (KHATIBI, 1983/1981, p.63, tradução minha).

Para Khatibi, a decolonização, uma tarefa em si mais profunda do que a independência nacional em relação à metrópole, é um processo que necessariamente é perpassado pela dupla crítica. No contexto do Magrebe pós-colonial, por exemplo, a dupla crítica abrangeria o exame crítico da herança dual em que os intelectuais magrebinos – dentre eles Mernissi e o próprio Khatibi – estão agora localizados, qual seja, a do "Ocidente" (entendido aqui como a "solidariedade estrutural" entre "imperialismo, etnocentrismo e o discurso da autossuficiência" na expansão das chamadas ciências sociais), e a das "tão teológicas, carismáticas e patriarcais" instituições da cultura árabe-islâmica (KHATIBI, 1983/1981, p.12). Nesse sentido, o que emerge da proposta de Mernissi de pensar e escrever entre o Oriente e o Ocidente é a tentativa de expor os padrões violentos presentes tanto no pensamento ocidental como no pensamento não-ocidental – ou seja, repensar tal dualismo em uma busca por alternativas "não-etnocidas" para pensar a diferença (KHATIBI,1983/1981, p.17). Como superar a *hudud* já internalizada em cada um de nós para pensar e lidar com a alteridade em um contexto global? – ambos Khatibi e Mernissi parecem questionar. Tal questionamento ressoa nas palavras de Mernissi quando relata, em inconfundível tom confessional, que:

> Respeitar um ocidental é um ato heroico para um muçulmano, um lampejo de força, porque a cultura ocidental é tão agressivamente presente em nossa vida diária que temos a impressão de que já a conhecemos completamente. (...) Se pudéssemos ver os ocidentais como vulneráveis, nos sentiríamos mais próximos deles. Mas nós confundimos os ocidentais com o Super-homem, com arquitetos sem

> coração da NASA (...). Chocou-me descobrir que toda a minha herança Sufi não foi capaz de me proteger da forma mais óbvia de barbárie: a falta de respeito pelo diferente[11] (MERNISSI, 2001, p. 25, tradução minha).

A consternação confessada pela autora traz à tona a dimensão dos encontros que se dão entre diferentes modos de produção, de pensamento e de existência e o contexto global contemporâneo, e a forma com que se afetam mutuamente. Neste âmbito, se, por um lado, tanto feridas coloniais como estruturas imperiais ainda operam significativamente, por outro, observa-se também a força para lutar pela "sobrevivência na transformação" e na busca incessante por um pensamento plural. Tem-se uma ponte aqui com a definição de "Terceiro Mundo" avançada por Khatibi, qual seja, uma diversidade de afirmações e visões políticas sobre o significado das transformações globais em curso e, ao mesmo tempo, um "nós" inequívoco quando se trata da consciência em torno da necessidade de transformação (KHATIBI, 1983/1981, p. 17). Nessa perspectiva, a decolonização aparece como "um processo no qual indivíduos tanto do 'Oriente' quanto do 'Ocidente' devem participar criticamente" (WOODHULL,1993, p.x). A decolonização, salienta Khatibi, pressupõe a dupla crítica; e esta, por sua vez, pressupõe a zona de contato entre culturas, uma vez que o objetivo é justamente capitalizar sobre as energias que dali emergem de maneira a gerar um pensamento crítico sobre a diferença.

Ambos Khatibi e Mernissi tentaram realizar ao longo de suas obras um movimento de "escrever/pensar entre o Oriente e o Ocidente" ao mesmo tempo em que adotavam o Magrebe – por si só um referencial geohistórico e cultural cuja ontologia "pluriversal", para tomar emprestada a terminologia de Walter Mignolo (2012), reside nos entremeios dos encontros entre Oriente e Ocidente – como "horizonte de pensamento" (KHATIBI,1977). Enquanto Mernissi lança seu olhar sobre estruturas de fantasia e emoção entre culturas, Khatibi se concentra nas estruturas de (re)produção do conhecimento, empreendendo uma espécie de sociologia do conhecimento a partir das fronteiras de duas tradições epistêmicas, a

[11] "Respecting a Westerner is a heroic achievement for a Muslim, a tour de force, because Western culture is so aggressively present in our daily life that we have the impression we already know it thoroughly (…). If we could see Westerners as vulnerable, we would feel closer to them. But we confuse Westerners with Superman, with heartless, robotlike NASA architects (…). All my Sufi heritage, I was shocked to discover, did not protect me against the most obvious form of barbarism: the lack of respect for the foreigner."

ocidental e a islâmica. Como Idriss Jebari (2017) destaca, esse movimento de adoção do Magrebe como um horizonte de pensamento (ou referencial epistemológico) reconfigurado por parte de um número de intelectuais norte-africano(a)s no contexto específico entre os anos 1970 e os fins da década de 1990 deve ser entendido como um chamado à ruptura radical com os modos de pensamento existentes, especialmente após a predominância de um pensamento nacionalista nas escritas acadêmica e literária pós-coloniais. No contexto após a descolonização, a nacionalização do pensamento a qual Jebari menciona se refere, dentre outras questões, ao processo de arabização então em curso na região, cujo um dos efeitos foi a marginalização tanto de línguas ditas autóctones do Magrebe (o Tamazigh e o Faraber, por exemplo) como da língua do ex-colonizador europeu. No último caso, aquele(a)s intelectuais e escritore(a)s cuja língua educacional e de carreira fora o francês se vêem em uma posição marginal não apenas no contexto global da produção de conhecimento (enquanto sujeitos não-Ocidentais), mas também dentro de suas próprias sociedades. Tanto Mernissi quanto Khatibi podem ser localizados dentro dessa dinâmica e seus esforços intelectuais são, em larga medida, um reflexo de tal condição. “Pensar o Magrebe”, suas fronteiras culturais, linguísticas, religiosas e filosóficas foi, portanto, um passo importante para vincular marcos epistemológicos e culturais aos desdobramentos políticos naquele contexto (ver KHATIBI, 1977; OLIVEIRA, 2019).

Entretanto, o exercício de dupla crítica de Khatibi apresenta uma ambivalência, um limite, quando a dimensão de gênero é colocada em evidência. Um exemplo de tal ambivalência pode ser encontrado em seu prefácio para a edição marroquina (publicada em francês) de *Doing Daily Battle: Interviews with Moroccan Women*, de Mernissi. Ali, Khatibi toca na questão da diferença como limite; dessa vez, no entanto, a “diferença intratável” é imaginada pelo autor como dissimetria sexual:

> [...] dissemos que a dissimetria desigual fixa o princípio em termos de dois territórios: o sexual (do lado feminino), o econômico e o político (do lado masculino). Esta regulação patriarcal e falocêntrica é denunciada hoje. Muito bem. Mas a utopia de uma igualdade absoluta e paradisíaca é excluída para nós. É claro que devemos ter igualdade econômica, legal e política, mas como se pode pensar o sexual fora de toda dissimetria? […] Isso me parece absurdo. Tal dissimetria é

> insolúvel em si mesma e deve ser regulada por um pensamento que pensa sobretudo aquilo que é impossível dividir/compartilhar[12] (KHATIBI, 1983, p. 8-9 apud WOODHULL 1993, p.xx, tradução minha).

Talvez em meio à ânsia de dar nome à sua própria diferença enquanto intelectual e escritor francófono magrebino que se vê marginalizado por não representar *nenhuma* das narrativas totalizantes dominantes em sua sociedade, Khatibi acaba ignorando o fato de que as mulheres ainda são aquelas a quem o poder da palavra fora negado na esfera pública. E, como visto, esta é justamente uma das formas de violência contra mulheres que Mernissi constantemente denuncia. Por um lado, em *L'Orientalisme* Khatibi celebra a condição bilíngüe magrebina enquanto uma importante fonte para o pensamento decolonial por permitir, em primeiro lugar, que o sujeito pós-colonial "pense em línguas" e, em segundo, que sociedades outrora silenciosas respondam diretamente àquelas que lhes impuseram o silêncio. Por outro lado, a confiança exacerbada no indecidível e na força transgressora das reflexões que emergem da condição de estar/pensar entre o Oriente e o Ocidente em Khatibi muitas vezes se traduz como "diferença intratável", ou seja, como perspectiva em que a diferença aparece como limite e, portanto, como algo que está além da dimensão da comunicação e do diálogo que pode emergir da zona de contato. "Eu gosto de todas as línguas, portanto, todas as raças. […] Mas a cor é antes de tudo um nome" (KHATIBI, 1990, p. 9). Assim, se em em alguns momentos Khatibi exitosamente se apropria da desconstrução[13] e de outras estratégias filosóficas para repensar a condição das sociedades e

[12] "(…) we have said that inegalitarian dissymmetry fixes the principle in terms of two territories: the sexual (on the feminine side), the economic and the political (on the masculine side). This patriarchal and phallocentric regulation is denounced today. Fine. But the utopia of an absolute and paradisaical equality is excluded for us. Of course, we must have economic, legal, and political equality, but how can one think the sexual outside of all dissymmetry? (…) This seems to me absurd. I mean that dissymmetry is insoluble in itself, and must be regulated by a thought that thinks that which is impossible to divide/share"

[13] Em suma, a "desconstrução" associada ao pensador franco-argelino Jacques Derrida – à qual Khatibi declaradamente se afilia – aponta para uma teoria da leitura que visa minar a lógica da oposição ou binarismo nos textos. Nas palavras de Derrida, trata-se de "[u]ma contestação da referência lingüística, da autoridade da linguagem , do 'logocentrismo'", é "um pensamento da origem e limites da questão 'o que é isso?', uma questão que domina toda a história da filosofia. Toda vez que tentamos pensar na possibilidade do 'o que é isso? ...', de colocar um questionamento sobre esta questão, ou nos questionar sobre a necessidade de tal vocabulário em uma certa linguagem, em uma certa tradição, etc, o que se faz naquele momento é somente até certo ponto a questão 'o que é isso?' [...] Tudo gira em torno da questão 'o que é isso?', a [desconstrução] lida com tudo o que esta questão comandou na história do Ocidente e da filosofia ocidental" (DERRIDA; ROGER POL-DROIT, 1992).

subjetividades marginalizadas do Magrebe e do Terceiro Mundo em geral; em outros, parece ceder à tentação de desprover o termo “diferença” de todo e qualquer conteúdo e especificidade – seja ela cultural, racial, mas principalmente de gênero – e se colocar à favor de uma poética da indecidibilidade que mais se afasta do que se aproxima da materialidade da violência no âmbito dos encontros e da fronteira entre culturas.

Mernissi, por sua vez, constantemente evoca imagens relacionadas aos atos de viajar e atravessar fronteiras como dois tropos interrelacionados que ajudam a iluminar o potencial transgressivo em detrimento de uma visão estática da *hudud* - a "fronteira sagrada" entre os seres humanos e divino, o bem e o mal, muçulmanos e cristãos, Oriente e Ocidente, homens e mulheres, entre o permissível e o proibido. Através de releituras seja das representações de feminilidade, seja da história da expansão islâmica dos tempos antigos até hoje, Mernissi busca desafiar diretamente o Orientalismo através do qual o Outro não-ocidental e muçulmano é reificado através de significantes como “bárbaro”, “fanático”, “atrasado”, “não-civilizado”, etc. Em *Scheherazade*, Mernissi se atenta ainda para visões mais contemporâneas não menos orientalistas sobre indivíduos e sociedades de maioria muçulmanas endossadas por governos ocidentais e pela mídia global. Em uma passagem, Mernissi resume o que para ela significa falar de um “Magrebe plural”:

> Um dos versos mais citados do Alcorão e que eu particularmente amo diz: "E nós lhes fizemos em diferentes nações e tribos, para que possam conhecer uns aos outros" (Sura 49:12). (...) Para entender essa ênfase muçulmana em aprender com a diferença, é preciso lembrar que o Islã se originou no deserto (atual Arábia Saudita) e que a prosperidade de Meca como centro comercial nos primeiros anos do calendário muçulmano se deveu aos viajantes que cruzavam constantemente as estradas que conectavam a África à Ásia e à Europa. Ao contrário do estereótipo racista que a maioria dos ocidentais têm do Islã, reduzindo-o à jihad, ou guerra sagrada, esta religião se espalhou da Arábia para a Indonésia através de rotas comerciais, via viajantes conversando entre si e aprendendo com as culturas uns dos outros. (...) Em seu tempo, essa sociedade islâmica internacional era certamente a sociedade mais difundida e influente do mundo. Essa diversidade fascinante e enriquecedora é uma mensagem

> forte constante em muitas fantasias muçulmanas (...)[14] (MERNISSI, 2001: 175-176).

Esse movimento de revisitar e repensar a atitude histórica das sociedades islâmicas em relação à alteridade serve a pelo menos dois propósitos diferentes da autora. Primeiro, desmantelar macronarrativas orientalistas onde muçulmanos aparecem como fanáticos, terroristas e atrasados e, simultanemante, tornar tais indivíduos e sociedades visíveis através de referenciais menos violentos. E segundo, para destacar a zona de contato sempre viva entre culturas de forma a transformar dualismos radicais em representações fictícias e meramente temporárias do Oriente e do Ocidente como duas entidades culturais antagônicas. Ao mesmo tempo, a narrativa de Mernissi vem para ilustrar como tradição e herança culturais, em vez de fixas no tempo e em territórios bem demarcados, podem ser compreendidas como a soma de memórias e fantasias persistentes que viajam através do tempo, do espaço e das mentes.

Mernissi não deixa de lançar mão de estereótipos em suas descrições do Oriente e do Ocidente, ainda que o faça com a intenção declarada de transgredir a narrativa ocidental dominante sobre sociedades e indivíduos não-ocidentais – em seus escritos, mais especificamente, sobre as mulheres muçulmanas. Sem dúvida, o perigo inerente a esse tipo de movimento está na possibilidade de com isso replicar a visão da diferença cultural como um discurso de oposições – amigo/inimigo, semelhança/diferença, dentro/fora, civilizado/bárbaro – no qual os protocolos dos encontros já estão dados. A narrativa de Mernissi não está livre de tais armadilhas e ambivalência em relação à alteridade – como ela mesma reconhece. Entretanto, em vez de glorificar a condição do "entrelugar" enquanto uma síntese pacífica de dois ou mais mundos ou culturas, a autora mobiliza a escrita como um exercício de autorrepresentação no qual o seu "eu narrado" viaja entre mundos apenas para

[14] One of the most quoted verses of the Koran, and one that I particularly love, reads: "And we made you into different nations and tribes, so that you may know about each other" (Sura 49:12). (…) To understand this Muslim emphasis on learning from differences, one has to remember that Islam originated in the desert (present-day Saudi Arabia) and that Mecca's prosperity as a center of trade in the first years of the Muslim calendar was due to travelers constantly crossing through on roads linking Africa with Asia and Europe. Unlike the racist stereotype that most Westerners have of Islam, which they reduce to a jihad, or sacred war, this religion spread from Arabia to Indonesia through trade routes, via travelers talking to one another and learning from one another's cultures. (…) In its time, this international Islamicate society was certainly the most widely spread and influential society on the globe. That fascinating and enriching diversity is a strong message that comes through in many Muslim fantasies (…)"

chegar à difícil conclusão de que transgredir fronteiras internas pode ser tão desafiador quanto transgredir fronteiras externas (i.e., territórios e culturas). “Aterrorizo-me quando cruzo fronteiras porque tenho medo de não conseguir compreender o diferente” (MERNISSI, 2001, p. 1).

Nesse ponto, cabe salientar algumas das críticas levantadas à abordagem de Mernissi e que descortinam algumas das limitações do pensar e escrever entre Ocidente e Oriente, na sua condição de intelectual árabe e muçulmana comprometida com uma agenda feminista e de luta pelos direitos das mulheres (ver MOGHADAN, 2017). Como salienta Bourget, Mernissi acaba por minar a importância de seu projeto feminista ao enfatizar a imagem de uma instituição já obsoleta que é o harém, enquanto ignora desdobramentos importantes no Marrocos e em outras partes do mundo muçulmano, como o retorno do véu enquanto símbolo de múltiplos significados dentro dos movimentos pelos direitos civis, políticos e econômicos das mulheres (BOURGET, p. 32). Ainda que a representação da vida no harém trazida pela autora não satisfaça expectativas orientalistas, a distinção entre o harém imperial e o harém doméstico trazida pela autora, não poucas vezes, apenas desloca a imagem da odalisca por outra não menos problemática: a de mulheres muçulmanas escondidas atrás de véus e muros, vítimas de restrições similares, como segregação de gênero, poligamia, etc. “[A]s formas de opressão permanecem, apenas com pequenas variações” (BOURGET, 2013, p. 36). Em *Dreams*, apesar de celebrar o poder da palavra através do contar histórias e da beleza (num sentido diferente daquilo que identifica como os padrões ocidentais de beleza) como estratégias tradicionais de resistência das mulheres muçulmanas, Mernissi coloca em relevo o forte desejo de sua mãe pela modernidade – refletido em suas vestimentas e educação bilingue, na qual o francês por vezes aparece como forma de libertação – em contraposição direta às forças restritivas da tradição e do harém. “Tradição e Modernidade. Haréns e Liberdade. Uso e não-uso do véu (...)” – os “termos familiares através dos quais o Oriente é há tempos apreendido (e desvalorizado) e o Ocidente se constrói como superior” (ABU-LUGHOD, 2001, p.108)[15]. Dessa forma, a autora acaba não escapando da reprodução de imagens

[15] “Tradition and Modernity. Harems and Freedom. Veiling and Unveiling. These are the familiar terms by which the East has long been apprehended (and devalued) and the West has constructed itself as superior”.

monolíticas, seja do Ocidente, seja do Oriente, do Islã, ou mesmo das mulheres muçulmanas – justamente aquelas cujas imagens e subjetividades busca complexificar e colocar em contraposição ao discurso hegemônico Orientalista (ver ZAYZAFOON, 2005; WOODHULL, 1993).

A forma como as histórias viajam, Mernissi destaca, é fundamental para entender as estruturas de poder e fantasia que marcam as relações entre homens e mulheres e entre as culturas em geral. O silêncio em relação à intelectualidade e ao pensamento estratégico da personagem Scheherazade e à dimensão política de *As Mil e Uma Noites* no Ocidente diz muito sobre como ocidentais fantasiam sobre os povos não-ocidentais e seu modo de ser e pensar. É nesse sentido que Mernissi lança mão da estratégia de "retornar o olhar" onde ela (enquanto sujeito e mulher não-ocidental) "observa o Ocidente observando o Oriente" e, a partir desse movimento, busca compreender e refletir sobre sua própria posição nessa teia de relacionamentos (SAJED, 2006, p.6). Nesse âmbito, Mernissi constantemente faz paralelos entre Scheherazade e ela mesma enquanto escritora e estudiosa muçulmana do Terceiro Mundo, cujos textos têm acesso ao público ocidental. Se para Scheherazade "manter o ouvinte entretido se tratava de uma questão de sobrevivência", o mesmo pode ser afirmado, como Mernissi parece sugerir, em relação à intelectual não-ocidental quando esta decide viajar ao Ocidente. Nesse movimento, para além de alertar sobre o papel ambivalente da(o) intelectual não-ocidental – como muitos já o fizeram – Mernissi também ressalta outros aspectos cruciais do papel do(a) crítico(a) pós-colonial. Em uma dimensão, ela ecoa o lembrete de Gayati Chakravorty Spivak de que o(a) intelectual pós-colonial deve estar ciente da impossibilidade de não habitar as estruturas de violência e violação que se está tentando problematizar (SPIVAK,1990, p. 72). Assim, toda vez que intelectuais pós-coloniais decidem incorporar o compromisso ético de construir um espaço para as vozes daquela(e)s que *obviamente* falam, mas raramente são ouvidos, devem ter em mente o perigo iminente de acabar objetificando essas vozes e/ou acabar se apropriando delas e tornando-as um eco da sua própria voz (ver WOODHULL, 1993).

Conceber a diferença não como um limite em si, mas uma oportunidade para o autoquestionamento e a dúvida, ou ainda, para reconhecer o perigo iminente da falha na habilidade de transgredir fronteiras, faz a dupla crítica teorizada por Khatibi

um exercício muito mais desafiador do que este pareceu antever – perigos dos quais Mernissi parece estar consciente. Como fica claro na narrativa de Mernissi, exercícios de dupla crítica dependem necessariamente do movimento de cruzar fronteiras (físicas, emocionais e/ou epistemológicas). No entanto, como Khatibi sublinha, a busca por maneiras alternativas (e não-etnocidas) de conceber a diferença também requer um esforço de repensar e, por vezes, desconstruir fronteiras. No caso de Mernissi, se por um lado ela conceitua fronteiras como limites fortemente incrustados – por vezes tidos como "sagrados" – em convenções sociais e códigos culturais e religiosos, assim como nas mentes e atitudes dos indivíduos; por outro lado, ela acaba por redefinir o significado de fronteiras culturais em seus constantes esforços de repensar a dinâmica dos encontros entre Oriente e Ocidente. A dupla crítica em Mernissi ocorre quando ela se recusa em conceber o entrelugares que emerge a partir dos encontros culturais como uma mera síntese ou intervalo vazio que reifica a separação entre culturas. Para Mernissi, encontros culturais geram também um espaço de transcodificação onde as estruturas de fantasia, emoções e poder operando entre culturas ficam expostas, tornando possíveis reflexões críticas acerca de hierarquias entre sociedades, sujeitos e saberes no âmbito desses encontros. É um pontapé inicial, pode-se afirmar, em direção ao que Khatibi chama de "outro pensamento" acerca da diferença (KHATIBI, 1983/1981).

Fatema Mernissi contribui para a construção de um enfoque mais complexo sobre o Oriente e o Ocidente e o que está em jogo quando se recorre a um ou a ambos referenciais para retratar o encontro entre culturas. Ao mesmo tempo, não abandona totalmente a generalização e os binarismos enquanto recursos importantes – mais do que simples armadilhas – para repensar e rearticular as fronteiras e limites entre culturas, especialmente no âmbito de construções hierárquicas tal como no discurso orientalista. Em seus exercícios críticos, Mernissi acaba revelando algumas das dificuldades de uma tarefa tão desafiadora, mas ainda essencial, que é a dupla crítica. Em contrapartida, de forma consciente e não aproblemática, acaba revelando alguns traços de sua própria *hudud* face à complexidade dos encontros culturais. Como parece nos fazer acreditar Mernissi, talvez justamente aí residam os limites e, paradoxalmente, a potencialidade, de uma dupla crítica.

5. Considerações Finais

O tema dos encontros culturais e do pensamento não-ocidental acerca dos modos de ser e agir na política internacional e global vem ganhando crescente atenção nos debates teóricos em RI. Para além da busca por construir um "bestiário" de concepções acerca da história e da política global, tal movimento chama atenção também para a necessidade de investigar e compreender a política da zona de contato entre as culturas, seja em sua dimensão violenta seja em seus momentos recessivos – ou seja, momentos em que o encontro com a diferença se revela como combustível para autorreflexão e dúvida (INAYATULLAH, BLANEY, 2004). Desse ponto de vista, a diferença pode ser traduzida de diversas maneiras, incluindo formas que estão além da linguagem da alteridade, da intratabilidade e do conflito. Apesar da ambivalência que se desprende de suas narrativas, o que parece louvável nos esforços de Fatema Mernissi é o fato de ela não se intimidar frente aos limites impostos pela diferença entre culturas e modos de pensamento. Apesar de tais limites (e limitações em seus engajamentos), argumentou-se aqui que as reflexões da autora e sua estratégia de "retornar o olhar" àquele(s) que lhe(s) é(são) culturalmente diferente(s) e/ou que historicamente ocupa(m) a posição de opressor/colonizador/silenciador – seja ele o "outro" estrangeiro e ocidental ou os próprios homens de sua sociedade, incluindo seus familiares – representam uma importante contribuição para se pensar a dimensão de gênero no âmbito dos encontros culturais. Isso porque, ao perfomatizar tal estratégia, Mernissi sinaliza para a possibilidade de autorreflexão crítica e negociação mesmo quando isso implica expor a dimensão emocional mais profunda por trás de suas incertezas, conclusões equivocadas e mudança de planos quando em encontro com a diferença.

Na posição de intelectual de certo alcance internacional – ainda que às margens dos principais centros de consumo e reprodução do conhecimento em sua forma institucionalizada –, Mernissi é obviamente parte de, e está implicada em, uma rede de hierarquias de poder na qual acadêmicos e romancistas certamente não são os sujeitos mais marginalizados. A autora parece se recusar, contudo, a abraçar uma reivindicação impensada de marginalidade e a se esquivar do desafio de

dialogar com a diferença. Em vez disso, parece optar pelo desconforto e pela autoexposição, sem se intimidar quando a ambivalência e os perigos de tais escolhas vêm à tona. Nesse sentido, quando a incerteza frente à diferença se manifesta como humildade e abertura à reflexão em vez de insegurança e medo – como ambos Khatibi e Mernissi parecem sugerir –, o diálogo entre culturas, modos de pensamento e diferentes histórias locais parece mais plausível. Com isso, Mernissi parece tentar nos dizer, talvez se possa fazer emergir um "outro pensamento" sobre a diferença, a fronteira e o lugar de direito dos saberes subalternizados ao longo da narrativa histórica na qual pensamento ocidental aparece como saber universal.

Referências

ABU-LUGHOD, Lila. Review “Orientalism” and Middle Eastern Studies. *Feminist Studies*, vol.27, n.1, 2001, p.101-103.

_____. *Writing women’s worlds: Bedouin stories*. Berkeley: University of California Press, 1993.

APPADURAI, Arjun. *Modernity At Large* – Cultural Dimensions of Globalization. University of Minnesota Press, 1996.

BENSMAÏA, Rèda. *Experimental Nations or the Invention of the Maghreb.* Princeton: Princeton University Press, 2003.

BERNARDI, Floriana. Gazes, Targets, (En)visions - Reading Fatima Mernissi through Rey Chow. *Social Semiotics*, 20:4, 2010, p. 411-423.

BOURGET, Carine. Complicity with Orientalism in Third-World Women's Writing: Fatima Mernissi's Fictive Memoirs. *Research in African Literatures*, vol. 44, 3, 2013, p. 30-49.

DERRIDA, Jacques; DROIT, Roger-Pol. "Quest-ce que la Déconstruction?". In: *Le Monde*, 12 de outubro de 2004. Disponível em: <http://medias.lemonde.fr/medias/pdf_obj/sup_pdf_derrida_111004.pdf> Acessado em 22 de outubro de 2016.

HALL, Stuart. The West and the Rest: Discourse and Power. In: _____ ; GIEBEN, Bram (eds.). *Formations of Modernity*. Cambridge: Open University, 1992, p. 275-331.

HOBSON, John. *The Eastern Origins of Western Civilisation.* Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

INAYATULLAH, Naeem; BLANEY, David. *International Relations and the Problem of Difference.* New York/London: Routledge, 2004.

JEBARI, Idriss. Rethinking the Maghreb and the Post-Colonial Intellectual in Khatibi`s Les Temps Modernes Issue in 1977. *The Journal of North African Studies*, 2017, p. 1-18.

KHATIBI, Abdelkebir. *Amour Bilingue*. Montpellier: Fata Morgana,1990.

_____. Double Critique. In: *Maghreb Pluriel*. Paris/Rabat: Denöel, 1983(1970), p.43-112.

_____. Le Maghreb Comme Horizon de Pensée. Paris: *Les Temps Modernes du Maghreb*, 375, 1977, p. 7-20.

_____. L`Orientalisme Désorienté. In: *Maghreb Pluriel*. Paris/Rabat: Denöel, 1983(1974), p.113-146.

_____. Pensée-autre. In: *Maghreb Pluriel*. Paris/Rabat: Denöel, 1983(1981), p.9-42.

MATOS, Marlise. Movimento e Teoria Feminista: É Possível Reconstruir a Teoria Feminista a Partir do Sul Global? Curitiba: *Revista de Sociologia Política*, v. 18, n.36, 2010, p.67-92.

MERNISSI, Fatema. *Doing Daily Battle: Interviews with Moroccan Women*. New Brunswick/New Jersey: Rutgers University Press, 1988.

_____. *Dreams of Trespass – Tales of a Harem Girlhood*. New York: Addison-Wesley Publishing Co, 1994.

_____. *Scheherazade Goes West – Different Cultures, Different Harems*. New York: Washington Square Press, 2001.

MHURCHÚ, Aoileann Ní;SHINDO, Reiko. Introduction: being critical and imaginative in International Relations. In: ____(eds). *Critical Imaginations in International Relations*. New York: Routledge, 2016, p.1-10.

MIGNOLO, Walter. Epistemic Disobedience, Independent Thought and Decolonial Freedom. *Theory, Culture & Society*, vol. 26 (7-8), 2009, p. 159-181.

_____. *Local Histories/Global Designs – Coloniality, Subaltern Knowledges, and Border Thinking*. Princeton: Princeton University Press, 2012.

MOGHADAN, Valentine M. Feminist Movements in the Maghreb. In: Amrita Basu (ed.). *Women's movements in the Global Era – the Power of Local Feminisms.* New York: Westview Press, 2a ed., 2017, p. 333-360.

OLIVEIRA, Jessica da Silva C. *Postcolonial Maghreb and the Limits of IR*. London: Palgrave Macmillan, 2019.

ONG, Walter J. *Orality and Literacy* – the technologizing of the Word. London/New York: Routledge, 2002.

SAID, Edward. *Orientalism*. New York: Vintage Books, 1978.

SAJED, Alina. Empire Writes Back: Between Dreams of Trespass and Fantasies of Resistance. Hamilton: McMaster University, Institute of Globalization & the Human Condition, *Globalization Working Paper Series 6/7*, 2006.

_____. *Postcolonial Encounters in International Relations*: The Politics of Transgression in the Maghreb. New York: Routledge, 2013.

SHILLIAM, Robbie (ed.). *International Relations and non-Western Thought* – Imperialism, Colonialism and Investigations of Global Modernity. New York/London: Routledge, 2012.

SMITH, Linda Tuhiwai. *Decolonizing Methodologies: Research and Indigenous People*. London & New York: Zed Books, 1999.

SPIVAK, Gayati Chakravorty. The Postcolonial Critic. In: HARASYM, Sarah (ed.). *The Postcolonial Critic – Interviews, Strategies, Dialogues*. London/New York: Routledge, 1990, p. 67-74.

TOUMI, Alek B. *Maghreb Divers:* Langue Française, Langues Parlées, Littératures et Représentations des Maghrébins, à Partir d'Albert Memmi et de Kateb Yacine. New York: Peter Lang Inc., International Academic Publishers, 2002.

WIBBEN, Annick T.R. *Feminist Security Studies: A Narrative Approach*. New York: Routledge, 2011.

WOODHULL, Winifred. *Transfigurations of the Maghreb: Feminism, Decolonization, and Literature.* Minneapolis/London: The University of Minnesota Press, 1993.

ZAYZAFOON, Lamia Ben Youssef. *The Production of the Muslim Woman*: Negotiating Text, History, and Ideology. Oxford: Lexington Books, 2005.

MONÇÕES
Revista de Relações Internacionais da UFGD
ISSN 2316-8323

O PROCESSO DE TEORIZAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS NO BRASIL: UMA ANÁLISE A PARTIR DAS PRODUÇÕES EM PUC-RJ E UFRGS

JOCIELI DECOL
Mestranda em Sociologia e Ciência Política (UFSC)

IGOR CASTELLANO DA SILVA (UFSM)
Professor Adjunto do Departamento de Economia e Relações Internacionais (UFSM)

RESUMO: Esta pesquisa trata do processo de construção do conhecimento em Relações Internacionais (RI). Direciona-se à análise da construção de Teorias de Relações Internacionais (TRI) do Sul Global, e mais especificamente, do Brasil no século XXI. O objetivo principal é compreender o processo de teorização em Relações Internacionais no país a partir da análise das teses de doutorado elaboradas na área, da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ) e da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Para isso, no decorrer do estudo avaliam-se (1) as estruturas da disciplina de RI que constrangem a ascensão de teorias distintas das mainstream; (2) as relações de poder e conhecimento entre Norte e Sul, que configuram um Centro e uma Periferia no âmbito acadêmico; (3) novos caminhos dentro da disciplina propostos pelas teorias pós-positivistas e reflexivistas (4) e, as principais formulações teóricas em RI da América Latina, mais especificamente do Brasil, através das universidades selecionadas. As conclusões prévias apresentadas são de que a maioria das teorizações nos casos estudados, dedica-se à construção ou redefinição de conceitos e/ou criação de modelos de análise, sendo os principais temas abordados por estas: Economia Internacional, Segurança Internacional e Política Externa. O que reflete avanços e limites das iniciativas de construção teórica no Sul Global.

PALAVRAS-CHAVE: Teoria de Relações Internacionais; Sul Global; Brasil.

IR THEORIZATION PROCESS IN BRAZIL: AN ANALYSIS FROM PRODUCTIONS IN PUC-RJ AND UFRGS

ABSTRACT: This research deals with the process of knowledge construction in International Relations (IR). It is directed to the analysis of the construction of International Relations Theory (IRT) in the Global South, and more specifically in Brazil in the 21st century. The main objective is to understand the theorizing process of IRT in the country through the analysis of doctoral theses elaborated in the area, from the Pontifical Catholic University of Rio de Janeiro (PUC-RJ) and the Federal University of Rio Grande do Sul (UFRGS). During the study, it is evaluated (1) the structures of IR that constrain the rise of different theories from the mainstream; (2) the relations of power and knowledge between North and South, which constitute a Center and a Periphery in the academic sphere; (3) new ways proposed by pos- positivist and reflexivist perspectives (4) the main IR theoretical formulations in Latin America, and more specifically in Brazil. The previous conclusions are that, in the cases analyzed, most theorizations are dedicated to the concepts construction or redefinition of and/or the creation of analysis models. The main themes addressed by these are: International Economics, International Security and Foreign Policy. This reflects advances and limitations of theoretical building initiatives in the Global South.

KEYWORDS: International Relation Theories; Global South; Brazil.

1. Introdução

O artigo aborda Teoria de Relações Internacionais (TRI), mais especificamente as TRI construídas no Brasil no século XXI. Trata do processo de construção do conhecimento na disciplina e busca elucidar novas formas de pensar o internacional. A disciplina de Relações Internacionais (RI) é formada, majoritariamente por Teorias do Norte Global, as quais têm construído a disciplina com base no que consideram como conhecimento válido, dificultando assim, a ascensão de formas distintas de interpretar e construir o conhecimento. Esse contexto faz com que a realidade do Terceiro Mundo raramente apareça nos estudos de RI, muito menos as formulações dos países dessa região sobre o âmbito internacional. No entanto, no contexto da ascensão de críticas pós-positivistas e reflexivistas nos anos 1980, novas vozes têm conquistado espaço nas RI, e com elas a necessidade de reestruturação da própria disciplina.

Poucos trabalhos foram realizados na tentativa de compreender interpretações que os países do Sul Global, inclusive o Brasil, possuem das RI e as teorias que constroem nesta área. Além disso, a discussão dentro da disciplina sobre epistemologia é escassa, o que acaba por reforçar os conceitos e definições já consolidados no debate *mainstream*. Tendo em vista este déficit e a dificuldade de inclusão de teorias distintas das de matriz ocidental nas RI, esta pesquisa pretende analisar o processo de construção do conhecimento na área, tornando visível o que é construído de Teoria de Relações no Sul Global, com foco na América Latina e no Brasil, mais especificamente. Com o intuito de contribuir para a inclusão de novas formas de pensar as RI, esta pesquisa tem como foco as TRI construídas no Brasil no século XXI, a partir da análise do processo de teorização em RI na PUC-RJ e na UFRGS.

Ao avaliarmos os Programas de Pós-Graduação com doutorado em RI no Brasil percebemos que a maioria destes de concentram na região Sudeste, sendo que apenas quatro de um total de dez PPGs são localizados em outras regiões. Destes, destaca-se a Universidade de Brasília (UNB) na região Centro-Oeste, uma grande referência em estudos de RI no Brasil, é o PPG que possui o maior número de teses de doutorado na área, podendo também ser considerada um “Norte” da produção de conhecimento em RI no país em conjunto com o Sudeste. Além da

UNB, encontramos na região Sul os PPGs da UFRGS e UFSC e apenas um no Nordeste (UFBA), sendo os doutorados da UFSC e UFBA recém implementados.

Tabela 1 – Programas de doutorado em RI no Brasil[1]

Universidade	Região	Número de teses disponíveis
Universidade Federal da Bahia (UFBA)	Nordeste	0
Universidade de Brasília (UNB)	Centro-Oeste	87
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)	Sul	0
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	Sul	*29*[2]
Universidade de São Paulo (USP)	Sudeste	47
Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)	Sudeste	*
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC/MG)	Sudeste	16
PPGRI San Tiago Dantas (UNESP-UNICAMP-PUC-SP)	Sudeste	40
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RIO)	Sudeste	*34*
Universidade Federal Fluminense (UFF)	Sudeste	*
Total		**253**

Fonte: Elaboração dos autores a partir dos dados da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) sobre Programas de Pós-Graduação no Brasil disponíveis na Plataforma Sucupira.
* Não foram encontradas teses disponíveis online.

Essa arquitetura desigual no que se refere a produção do conhecimento em RI no Brasil reflete a existência de hierarquias do saber e de dinâmicas de poder Norte/Sul dentro dos próprios estados nacionais, uma vez que as regiões que concentram a maior parte da produção científica do país é também onde se encontra a maior concentração de capital socioeconômico. Há, portanto, uma conexão desta relação com os fluxos transnacionais do próprio sistema capitalista, questão que abordaremos mais adiante.

[1] Além dos PPGs com Programa de doutorado em Relações Internacionais foram considerados também os PPGs com doutorado em Estudos Estratégicos (UFRGS e UFF), pois entende-se esta área como um subcampo das RI.
[2] A partir da data da realização da análise das teses desta pesquisa (2016), novas teses foram defendidas e disponibilizadas nos sites dos PPGs, por isso o aumento do número.

Compreendemos, deste modo, que apesar da diversidade de programas de pós-graduação em RI no país, o Brasil também apresenta um "Centro" ou "Norte" a nível nacional no que se refere a produção do conhecimento: o eixo Sudeste-Centro Oeste. Nele encontram-se os PPGs em RI mais antigos do país e, portanto, também o maior número de teses defendidas. Tendo em vista que não há programas de doutorado em RI na região Norte do Brasil, e apenas um na região Nordeste (UFBA), o qual foi estabelecido no ano de 2019, não apresentando, portanto, teses para serem analisadas, foi necessário um recorte dentro dos PPGs que continham material para a análise. Deste modo, dentre os PPGs com teses disponíveis optou-se pela escolha da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), por ser a instituição onde entrou em funcionamento o primeiro programa de doutorado em RI do Brasil, e o PPG em Estudos Estratégicos Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), por ser a única universidade fora do eixo Sudeste-Centro Oeste a possuir teses disponíveis. Ademais, uma instituição é privada e outra pública, além de localizarem-se em regiões distintas, fatores que enriquecem o estudo. Ressaltamos que a análise da relação com demais programas localizados no "Sul" do país e suas teorizações é um passo importante para pesquisas futuras, pois certamente apresentaria novos dados à pesquisa, complexificando a avaliação da perspectiva brasileira sobre o internacional.

Para compreender o que é construído de TRI no Brasil a partir das produções em PUC-RJ e UFRGS no século XXI, foram analisadas todas as teses disponíveis de forma completa nas plataformas *online* das respectivas universidades, desde o início dos programas de doutorado, até o mês de outubro de 2016, quando foi desenvolvida a pesquisa. Assim sendo, contamos com dezoito teses da PUC-RJ e quinze da UFRGS. A pergunta que direciona a pesquisa é: o que é construído no processo de teorização em Relações Internacionais na PUC-RJ e na UFGRS no século XXI? Como objetivos específicos, busca-se (1) compreender o processo de construção do conhecimento em Relações internacionais (RI); (2) entender a estrutura que dificulta a ascensão de formas de teorizar distintas das ocidentais; (3) apresentar as principais TRI construídas na América Latina; e (4) avaliar a construção teórica em RI no Brasil no século XXI, a partir dos casos selecionados (PUC-RJ e UFRGS). A pesquisa é de caráter exploratório e descritivo e a técnica utilizada é bibliográfica. Faz-se uso essencialmente de métodos qualitativos, com amparo de dados quantitativos.

Concluímos que no Brasil no século XXI as teorizações em RI, nos casos selecionados, tratam principalmente de temas de Economia Internacional, Segurança Internacional e Política Externa e o nível de análise preponderante é o da unidade. A maioria das formulações dedica-se à construção ou redefinição de conceitos e/ou criação de modelos de análise. Há grande diálogo com Teorias de Norte, no entanto, as Teorias do Sul aparecem presentes em um grande número de teses, sendo alto o percentual das que dialogam com ambas regiões. Observa-se também o aumento do diálogo com teorias pós-positivistas e reflexivistas e da abordagem de temas distintos dos *mainstream*. Tais características evidenciam avanços e limites das iniciativas de construção teórica no Sul Global. No primeiro caso, percebe-se a ampliação de perspectivas epistemológicas ecléticas e adoção de metodologias reflexivistas e críticas. No âmbito dos limites, observa-se a dificuldade de proposição de corpos teóricos próprios, de perspectivas sistêmicas e de iniciativas teóricas explicativas, o que limita a amplitude e pluralidade das teorias produzidas no Sul.

O presente estudo é organizado em três seções. Na primeira, propomos um debate acerca das noções sobre ciência e teoria; apresentamos o desenvolvimento de uma estrutura Centro/Periferia no que se refere a construção e absorção do conhecimento em RI; analisamos, a partir da sociologia da ciência, os principais constrangimentos à construção de TRI no Sul; e apresentamos as respostas do Sul a este contexto. Na segunda seção, apresentamos as principais construções teóricas em RI da América Latina e refletimos sobre a interiorização de um "complexo de vira-lata" intelectual na região acerca do papel e validade das teorias locais. Por fim, apresentamos a análise das teorias construídas no Brasil dos anos 2000 até a atualidade, nos casos selecionados (PPGRI da PUC-RJ e PPGEEI da UFRGS).

2. Ciência, Teoria e Relações Internacionais

As Relações internacionais (RI) surgem como ciência no século XX, quando a necessidade de pensar o internacional se torna mais evidente devido às consequências das duas Grandes Guerras e as configurações da Guerra Fria. Essa noção de ciência que abarca as RI e outras áreas de construção do conhecimento

possui um prestígio cultural na sociedade, e, por isso, quando a invocamos logo aparecem conectadas a ela, noções de “progresso” e “verdade” (JACKSON, 2011). Deste modo, a noção de ciência se constrói como um conceito impreciso, confuso, mas com grande poder de autorreferenciação, ou seja, se estabelece de maneira imediata uma confiança naquilo que é designado como científico (CAMPOS, 2014). O poder retórico da noção de ciência faz com que esta seja vista como uma forma superior de construir e qualificar o conhecimento. Deste modo, algumas maneiras de fazer pesquisa são privilegiadas enquanto outras são marginalizadas. Assim, “caracterizar uma pesquisa como não científica “carrega conotações imensamente negativas”[3] (JACKSON, 2011, p.9). A ciência nas RI camufla-se sob o rótulo da “teoria” e exerce uma função disciplinadora, ou seja, tem o poder de decidir o que é considerado válido ou não dentro desta área do conhecimento (CAMPOS, 2014; KURKI; WIGHT, 2013, p. 32). Teorias são abstrações da realidade, tentativas de interpretar o mundo, o ser humano, o ambiente. Lentes através das quais interpretamos a realidade. De maneira mais ampla, e abrangendo as duas definições acima, teorias são abstrações feitas a partir de acontecimentos do nosso cotidiano, no qual procuramos encontrar padrões, agrupar eventos e classificar coisas. Isso ocorre na medida em que percebemos as similaridades e as singularidades dos acontecimentos, os quais “têm tanto algumas características únicas quanto algumas que compartilha com outros eventos similares”[4] (ACHARYA;BUZAN, 2010, p. 4). Por meio de um olhar crítico acerca destas definições, reconhecemos, assim como Arlene Tickner e Ole Wæver (2010), a necessidade de “expandir as fronteiras das Relações Internacionais, buscando uma discussão mais aberta sobre definições” (TICKNER; WAEVER, 2010, p.17).

As RI são um campo de estudo complexo, que se estrutura de forma multidisciplinar para a tarefa de analisar o internacional sob os mais distintos ângulos (PECEQUILO, 2004). Por isso, é formada por um grande número de vertentes teóricas que apresentam instrumentos diferentes para a análise da realidade internacional. Todas as formulações teóricas possuem considerações particulares com relação à ontologia (o ser: o que estudar?), epistemologia (o conhecimento: que conhecimento é válido?) e metodologia (os métodos: que métodos utilizar para

[3] *“carries immensely negative connotations” (JACKSON, 2011, p.9).*
[4] *“will have both some unique features and some that it shares with others of its type” (ACHARYA E BUZAN, 2010, p. 4).*

chegar ao conhecimento?). Sendo assim, cada teórica (o) possui uma lente própria pela qual enxerga o mundo (KURKI; WIGHT, 2013). Teorias são abstrações da realidade, tentativas de interpretar o mundo, o ser humano, o ambiente. O conhecimento move a sociedade, a estrutura e a modifica. No entanto, ao mesmo passo em que grandes teorias vão construindo nossa compreensão da realidade ao longo do tempo, outros conhecimentos e interpretações vão sendo ocultadas da história. Isso ocorre porque toda teoria é construída sob a influência de questões políticas, sociais, econômicas e culturais - entre outros fatores- que envolvem a (o) teórica (o) e o seu local de enunciação. Ou seja, todas as teorias "derivam de um determinado tempo e espaço" e são "sempre para alguém e com algum propósito" (COX, 1996, p. 207).

Nas Relações Internacionais, o debate e a construção de teorias são, majoritariamente, realizados no Norte Global, principalmente nos Estados Unidos. Por isso, a própria disciplina é muitas vezes intitulada como "uma ciência social estadunidense"[5] (HOFFMAN, 1977). As teorias *mainstream* de RI "são essencialmente teorias eurocêntricas, originadas, em grande parte nos EUA e fundadas, quase exclusivamente, no que acontece ou aconteceu no Ocidente" (NEUMAN, 1998, p. 2). Enquanto a realidade do Sul permanece pouco estudada na disciplina. Deste modo, "o estudo das Relações Internacionais é conduzido principalmente a partir de um espaço geopolítico específico (EUA), que passa a ser o país mais poderoso tanto no contexto internacional quanto na disciplina"[6] (TICKNER;WAEVER, 2009, p. 5). Esse contexto configura um "Centro" e uma "Periferia" no que diz respeito à construção do conhecimento em RI (TICKNER, 2009, 2013). Enquanto os primeiros são aqueles que estruturam as principais teorias e definem o que é válido como conhecimento na área, aos segundos cabe a função de fornecimento de dados às pesquisas. O funcionamento do Sistema Centro-Periferia ocorre por meio da diferença colonial e geopolítica do conhecimento, conceitos desenvolvidos por Walter Mignolo. A diferença colonial refere-se à hierarquização de saberes, ou seja, a ideia de que o Ocidente é o ponto máximo da evolução, enquanto os demais povos são vistos como inferiores. Já a geopolítica do conhecimento "é a relação entre espaços (geográfica e historicamente constituídos)

[5] *"an American Social Science" (HOFFMAN, 1997).*
[6] *"the study of international relations is conducted primarily from a specific geopolitical site (the United States) that happens to be the most powerful country in both international affairs and the discipline itself" (TICKNER; WAEVER, 2009, p. 5).*

e pensamento" (MIGNOLO, 2002, p. 66). Ou seja, o local onde a teoria é construída determina seu alcance, sua importância e validade.

Para que possamos entender como se estrutura esse domínio do Ocidente é preciso analisar as condições sob as quais o conhecimento em RI é produzido nos diferentes cantos do mundo. Para isso, através da sociologia da ciência, que se preocupa em analisar as variáveis que compõem o ambiente social no qual as (os) pesquisadoras (es) estão inseridas (os), podemos elencar os principais fatores que contribuem para as disparidades nas relações Norte/Sul. São eles: o legado do imperialismo ocidental (ACHARYA; BUZAN, 2011), a questão da língua; o poder de revistas e jornais de maior visibilidade na disciplina, a demanda e recursos locais; e a atuação de fundações filantrópicas no Sul (TICKNER, 2013). O impacto, presente até os dias de hoje, do imperialismo ocidental, impacta fortemente as teorizações no Sul, pois esse fenômeno não só "subjugou as tradições locais de pensamento e conhecimento, mas também desconectou esses povos de sua própria história, delineando a sua auto compreensão dentro de um marco histórico ocidental"[7] (ACHARYA; BUZAN, 2011, p.18). O estabelecimento do inglês, como língua "oficial" da disciplina, uma vez que é a língua nativa dos EUA e Inglaterra. Esse fato exige maiores esforços de estudiosas (os) de outros lugares para entender e escrever em um idioma diferente. Além disso, os jornais e revistas de maior visibilidade na área (situados no Norte) possuem grande poder sobre que temas, assuntos e pesquisas circulam no meio acadêmico (TICKNER, 2013). As condições locais também são um fator de influência nas disparidades Norte/Sul. Pouco investimento em educação, falta de estrutura material e financeira para a realização de pesquisas, além do legado colonial de "guerra, instabilidade crônica, insegurança e pobreza aguda" impactam "as maneiras pelas quais a realidade é refletida e problematizada"[8] (TICKNER, 2003, p. 307). As fundações filantrópicas, por sua vez, influenciam as pesquisas no Sul por meio do desenvolvimento de "centros de excelência", com os quais estabelecem ligações e estimulam investigações em áreas específicas (TICKNER, 2013).

[7] *"overwhelmed local traditions of thought and knowledge, but also cut peoples off from their own history by drawing their self-understanding into a Western historical frame" (ACHARYA; BUZAN, 2011, p.18).*

[8] *"a colonial legacy, war, chronic instability and insecurity, and acute poverty form part of their concrete working conditions, the ways in which reality is reflected upon and problematized is no doubt influenced by the intrusive nature of everyday life" (TICKNER, 2003, p. 307).*

A periferia, por sua vez, responde de diferentes maneiras à estrutura Centro-Periferia das RI, a qual restringe sua ação no processo de construção do conhecimento na disciplina. Arlene Tickner (2013) aponta três atitudes como as mais comuns: 1) "Adaptação/enquadramento" (*fitting in*); 2) "dominação por convite", e 3) "desvinculação". Segundo Tickner (2013), a primeira reação é a que ocorre com maior frequência, na qual as (os) autoras (es) do Sul aceitam implícita ou explicitamente a existência do centro e buscam posicionarem-se de uma maneira favorável com relação a isso. No caso da América Latina como um todo, e do Brasil mais especificamente, podemos perceber que as três reações se fazem presentes. Apesar de grande adesão às duas primeiras (adaptação e "dominação por convite") podemos perceber o crescimento de formulações fora do eixo *mainstream* e a incorporação cada vez maior da crítica reflexivista na região.

A crítica pós-positivista[9] ou reflexivista direciona-se aos pressupostos essenciais do positivismo. De maneira mais específica, as teóricas (os) reflexivistas discordam do entendimento de que é possível separar o sujeito que pesquisa do objeto pesquisado, ou seja, que existe um mundo "lá fora" independentemente do que sabemos sobre ele. No entanto, ao questionarem premissas epistemológicas, ontológicas e metodológicas sob as quais as mais famosas TRI se estruturam têm sofrido para que suas formulações sejam levadas a sério (KURKI; WIGHT, 2013). Em um escopo mais amplo, dentro das Ciências Sociais, esse movimento vem sendo acompanhado pela crítica pós-colonial. As chamadas Epistemologias do Sul, ou Teorias do Sul, "denunciam a supressão dos saberes levada a cabo, ao longo dos últimos séculos, pela norma epistemológica dominante, valorizam os saberes que resistiram com êxito e as reflexões que estes têm produzido e investigam as condições de um diálogo horizontal entre conhecimentos" (SANTOS;MENEZES, 2009, p.7).

Dentro deste arcabouço teórico destacam-se os estudos pós-coloniais e decoloniais. Estes têm se tornado importantes instrumentos para a análise das relações de poder entre Norte e Sul e inspirado maiores reflexões dentro da

[9] Essas abordagens surgem com maior força a partir dos anos 1980 (no contexto do chamado "quarto debate") trazendo "questionamentos à linguagem, aos conceitos, aos métodos, e a própria história (ou discurso dominante)" (JATOBÁ, 2013, p.100) das Relações Internacionais. Entre as principais abordagens que compõem esse grupo estão: Pós-Estruturalismo, Teoria Crítica, Construtivismo, Pós-Modernismo, Teorias Feministas e Pós-Colonialismo. Essas teorias "representam um ataque massivo às teorias tradicionais (mainstream) de Relações Internacionais, as quais têm sido dominadas por premissas positivistas" (SMITH, 1996, p. 12).

disciplina de RI. Um elemento central à análise pós-colonial e decolonial é o processo de construção do conhecimento, uma vez que tais perspectivas direcionam "sua crítica contra a hegemonia cultural dos saberes europeus, numa tentativa de reafirmar o valor epistemológico e a agência do mundo não-europeu"[10] (GANDHI, 1998, p. 44). Assim, importantes reflexões acerca das relações de poder entre Norte e Sul no que se refere ao processo de construção do conhecimento são trazidas pelas chamadas Teorias do Sul.

O que hoje metaforicamente se chama de Sul Global possui também outras conotações, entre as quais, estão o conceito de Terceiro Mundo e o de Periferia. A Conferência de Bandung, em 1955, foi o marco simbólico da construção do Terceiro Mundo. Depois de Bandung várias outras conferências resultaram em alianças político-ideológicas e na formação de uma identidade comum entre esse grupo de países, pois possuíam preocupações comuns tanto no âmbito interno quanto no externo, tais como a desigualdade social e a condição subjugada em que se encontram na economia mundial. Com o fim da Guerra Fria o conceito de Terceiro Mundo passa gradualmente a cair em desuso. No entanto, como destaca Mohammed Ayoob, o conceito de Terceiro Mundo "tem fronteiras flexíveis ao invés de fronteiras rígidas" (1995, p. 13). Deste modo, a emergência de outros conceitos para designar esta parte do mundo não demonstra uma ruptura com o significado do termo, mas um ampliamento deste. Atualmente, a configuração dos Não-Alinhados que se originou em Bandung não existe mais, porém "a cartografia imaginária que justificou o Terceiro Mundo ainda existe" (GROVOGUI, 2011, p. 178). E, por isso, o conceito de Sul Global, que passa a ser mais utilizado, "capta o espírito engajado do Terceiro Mundo e continua nos convidando para um reexame dos fundamentos intelectuais, políticos e morais do sistema internacional" (GROVOGUI, 2011, p. 175). Este convite é feito também pelo conceito de periferia[11], que, elaborado por autores da Teoria do Sistema Mundo e da Teoria da Dependência, chama atenção para o caráter hierárquico e desigual do Sistema Internacional.

[10] *"a disciplinary project devoted to the academic task of revisiting, remembering and, crucially, interrogating the colonial past" (GANDHI, 1998, p.4).*

[11] Para os fins deste estudo os termos Sul Global, Terceiro Mundo, e Periferia serão utilizados como sinônimos. Considerou-se necessária a utilização destes, uma vez que são os conceitos que possuem maior alcance no âmbito acadêmico e foram os que trouxeram visibilidade à discussão sobre a parte menos privilegiada do globo. No entanto, devemos "continuar problematizando seu significado, validade, aplicabilidade, etc., mantendo um espaço aberto para a possibilidade de novas categorias" (SLATER, 2008, p. 10).

Um dos fatores de identificação entre muitos destes países é o compartilhamento de um passado colonial. Arlif Dirlik (2005) destaca, no entanto, que a luta contra o colonialismo e as hierarquias geradas por este tem sido direcionada, mais recentemente, contra opressões advindas da formação de uma estrutura globalizante a partir da expansão do capitalismo. Nesse contexto ocorre a "universalização das contradições de uma modernidade capitalista, não apenas entre sociedades, mas, mais importante, dentro delas" (DIRLIK, 2005, p.7). Ou seja, a compreensão da modernidade colonial é central para visualizar as hierarquias de poder que moldam o mundo atualmente, mas o pilar de sustentação dessa estrutura torna-se a transnacionalização do capitalismo. Esse processo faz do colonialismo não um evento findado na modernidade, mas uma característica da vida cotidiana. Dirlik (2005) chama atenção para a complexidade das relações de poder a nível nacional e internacional, demonstrando que o encontro colonial entre o "mundo civilizado" e "os bárbaros" produz não apenas dicotomias globais entre um Norte e um Sul, mas também a produção de colonialismos internos, dentro do escopo dos estados nacionais. Podemos perceber essa realidade ao analisarmos a disposição dos programas de pós-graduação em RI no Brasil, em que algumas regiões do país (Sudeste-Centro Oeste) concentram a maior parte dos programas de doutorado na área, caracterizando-se como um "Centro" ou "Norte" a nível nacional.

3. América Latina e Teoria de Relações Internacionais

A crítica pós-colonial carrega em seus fundamentos a valorização da produção teórica em regiões periféricas. Na América Latina, especificamente, a produção teórica em Relações Internacionais foi avaliada de forma mais ampla pelo argentino Raúl Bernal-Meza, em *América Latina en el Mundo: El pensamiento latinoamericano y la teoría de relaciones internacionales (2005)*. Na obra, o autor estabelece uma sistematização da produção teórica própria da América Latina. Segundo o autor, a partir de teorias que compartilharam de premissas comuns, foi possível o desenvolvimento de uma "Escola" ou "Tradição de pensamento" latino-americana de Relações Internacionais: o estruturalismo. A principal característica dessa perspectiva "tem sido seu enfoque macro histórico e sistêmico, que passou a ser predominante nas ciências sociais da região por sua originalidade e

contribuições"[12] (BERNAL-MEZA, 2005, p.24). As formulações da Escola Estruturalista têm como principal tema o estudo do desenvolvimento histórico do capitalismo e, por meio desse, demonstram a estrutura desigual pela qual o Sistema Internacional se estabelece, caracterizado por um Centro e uma Periferia.

Segundo Bernal-Meza o estruturalismo latino americano pode ser compreendido em três momentos: 1) a Teoria original de Prebish; 2) as modificações e contribuições feitas pela Teoria do Desenvolvimento (Celso Furtado) e enfoques da Dependência (Fernando Henrique Cardoso, Henzo Falleto, Theotônio dos Santos, Maria da Conceição Tavares, Ruy Mauro Marini e Vania Bambirra); e 3) o Neoestruturalismo (Luciano Tomassini, Aldo Ferrer, Osvaldo Sunkel, Mario Rapoport e Raúl Bernal-Meza). As três formulações analisam o desenvolvimento histórico do Sistema Capitalista, e constituem, por sua vez, "um grande relato histórico desde a periferia" (BERNAL-MEZA, 2005, p. 29). Posteriormente, surgem os enfoques da Autonomia, desenvolvidos por Hélio Jaguaribe, Carlos Puig, Guillermo O'Donnell e Delfina Link, Roberto Russell e Juan Gabriel Tokatlián. Estes (a) autores buscam avaliar o significado da autonomia para os países latino americanos, e os caminhos e dificuldades para alcançá-la.

No que se refere às contribuições brasileiras em RI, há escassa produção que sistematize as contribuições teóricas desenvolvidas no país. Com base na literatura disponível, verificamos que até os anos 2000, os principais avanços teóricos surgem majoritariamente por meio de análises voltadas à Economia Política Internacional (EPI). Podemos definir a EPI como "um desdobramento da economia política [que] possui, tradicionalmente, um caráter multidisciplinar, combinando análises da dinâmica do capitalismo, das relações de poder no sistema internacional, do desenvolvimento dos Estados" (BARASUOL, 2012, p. 1). A principal referência nesse caso é a Teoria da Dependência, esta por sua vez, influencia nas formulações sobre o tema da autonomia, no qual destaca-se a relevância do autor brasileiro Hélio Jaguaribe.

Outras teorizações brasileiras importantes e difundidas são de: Araújo Castro, através do entendimento da relação entre as duas superpotências pelo conceito de "congelamento do poder mundial", que inaugura análises voltadas para o Sistema Internacional (HERZ, 2002); de Golbery do Couto e Silva e Carlos de Meira Matos,

[12] *"ha sido su enfoque macro-histórico y sistémico, que pasó a ser predominante en las ciencias sociales por su originalidad y aportes" (BERNAL-MEZA, 2005, p.24).*

sobre a estrutura do Sistema Internacional e a geopolítica regional; de Maria Regina Soares de Lima e sua análise da política externa dos países periféricos a partir da abordagem da ação coletiva (HERZ, 2002); de Celso Lafer e a compreensão da política externa brasileira a partir das identidades do país; de Gelson Fonseca e a utilização dos conceitos de "autonomia pela distância" e "autonomia pela participação" para a análise de PE; de Tullo Vigevani e Gabriel Cepaluni e o conceito de "autonomia pela diversificação"; de Samuel Pinheiro Guimarães e o conceito de "Grandes Estados Periféricos" que está relacionado ao conceito de "Potência Regional" desenvolvido por Maria Regina Soares de Lima (2005); de Amado Cervo e sua interpretação centrada na elaboração de "paradigmas" e conceitos de Política Externa; de Paulo Fagundes Vizentini sobre o contexto internacional Pós-Guerra Fria, o qual denomina (des)ordem mundial; de Gerson Moura acerca da autonomia na dependência; de Renato Ortiz e de Otávio Ianni sobre o tema da globalização (HERZ, 2002); de Maria da Conceição Tavares, em seu estudo sobre A Retomada da Hegemonia Norte-americana (1997), e em sua análise sobre a economia política da globalização, em conjunto com José Luís Fiori; e de Theotônio dos Santos e seu entendimento estruturalista acerca da economia mundial.

Contudo, a despeito da quantidade e relevância dessas e de outras teorizações, as inúmeras relações de poder que envolvem a produção e difusão do conhecimento na disciplina fazem com que as construções teóricas da periferia permaneçam, na grande maioria das vezes, silenciadas e subvalorizadas. Isso decorre da visão predominante na disciplina, que pressupõe as teorias construídas na periferia como "não científicas" e inferiores ao que é produzido no Norte. Essa visão é reflexo da estrutura centro-periferia da produção intelectual, na qual criou-se "um circuito fechado que aprisionava a reflexão dotada de sistematicidade, originalidade e profundidade nos limites dos países "cêntricos", excluindo a possibilidade de sua existência na periferia" (LYNCH, p.737). Deste modo, as formulações ocidentais são as que carregam o título de *teoria*, sendo reconhecidas como "coerentes, abrangentes e abstratas" e com validade universal, enquanto as construções da periferia, ao serem caracterizadas como "fragmentárias, contingentes ou assistemáticas" e com alcance nacional, não sendo dotadas, portanto, da mesma precisão científica, carregam o título de *pensamento.* (LYNCH, 2013, p.733).

Esta compreensão de 'teoria' como superior a 'pensamento', reflexo do sistema Centro-Periferia no campo do saber, impõe um molde de como teorizar, descartando variações que não se adequem ao que é considerado como sistemático, abrangente e universal. A pressão para se enquadrar nos moldes ocidentais constrange o processo de teorização de pesquisadores (as) de países periféricos, uma vez que suas produções dificilmente entram nos círculos acadêmicos cêntricos, que aliado ao escasso debate sobre o processo de produção do conhecimento no âmbito interno, podem levar a interiorização de uma ideia de inferioridade perante teorizações ocidentais. Assim, a incorporação de um "colonialismo intelectual" torna-se visível quando, na periferia, ocorre "o emprego da palavra "pensamento" no lugar de "teoria", para designar os seus produtos intelectuais, [a qual] parece já embutir o reconhecimento da sua inferioridade" (LYNCH, 2013, p. 759). Como destaca Luciana Ballestrin (2014), "do ponto de vista da geopolítica do conhecimento e da divisão global do trabalho acadêmico, a categoria "pensamento" é problemática, revelando em si mesma um aspecto de colonialismo intelectual" (p.4). Por outro lado, a percepção da necessidade de transcender esse "colonialismo intelectual" conduziu muitos autores(as) latino-americanos à busca de uma identidade independente no campo da ciência durante o século XX. A América Latina é palco de inúmeras reflexões sobre temas como colonialismo, racismo e escravidão além de questões referentes ao desenvolvimento, cooperação, autonomia, entre outros, e merece ter suas formulações reconhecidas (BALLESTRIN, 2014; QUIJANO, 2005; CARDOSO; FALLETO, 1975).

4. Teorizações Brasileiras em RI no século XXI

Nesta seção será apresentada a análise sobre as TRI construídas na PUC-RJ e na UFRGS a partir dos anos 2000. Como fonte para identificar a construção de teorias de RI no país serão avaliadas as teses dos programas de doutorado em RI da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ) e da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Foram analisadas todas as teses disponíveis em sua totalidade das duas universidades desde o início de seus programas de doutorado até o mês de outubro de 2016 quando a análise foi

desenvolvida. Deste modo, contamos com dezoito teses da PUC-RJ e quinze da UFRGS.

A análise se desenvolveu a partir da leitura do resumo, introdução, conclusão e, quando necessário, do capítulo teórico das teses. A análise foi conduzida por meio de três dimensões principais: 1) características gerais da tese; 2) perfil das(os) autoras(es); e 3) relação do trabalho com teoria. Dentro de cada dimensão foram avaliados os seguintes pontos: 1) características gerais da tese (tema; objeto/local que analisa; nível de análise, sendo unidade, regional, interregional ou sistêmico); 2) perfil das(os) autoras(es) (formação dos(as) autores(as) e gênero dos(as) autores(as) e orientadores(as); e 3) relação do trabalho com teoria, na qual avaliamos o diálogo com teorias de RI e de outras disciplinas; a posição geopolítica destas (Norte e ou Sul); a maneira como ocorre esse diálogo; e se há uma tentativa de criação de conceitos, operacionalização ou redefinição de conceitos. Analisamos também, nesse tópico, se alguma tese propôs a criação de modelos de análise ou caracteriza-se como explicação causal.

Por meio da avaliação destes tópicos podemos ter uma visão inicial acerca das teorizações em RI no Brasil. Constatamos no tópico 'temas' a prevalência na UFRGS daqueles considerados "tradicionais" dentro da disciplina. Nesta universidade, 40% das teses tratavam sobre Desenvolvimento e Economia Internacional, 26,7% Política Externa e 20% de Segurança Internacional (20%). Na PUC-RJ, a Segurança Internacional é o tema prevalecente (38,9%), seguido também pela Política Externa (16,7%). Entretanto, nesta universidade podemos destacar a presença dos novos temas das RI como Meio Ambiente, Migrações, Gênero e Cultura, que juntas compõem 22,4% das teses. No que se refere aos objetos/locais analisados pelas teses, percebemos o predomínio do Brasil em ambas as universidades, característica já presente no decorrer do desenvolvimento da disciplina no país. Na UFRGS, logo após o Brasil (40%) aparecem como locais mais estudados a África (20%), seguida pela América Latina (13,3%) e Ásia (13,3%). É interessante notarmos a predominância de locais do Sul Global ou países emergentes nas análises desta universidade, que no total compõe 93,3% das teses. Já na PUC-RJ, o Brasil (22,2%), o Sistema Internacional (16,7%), ONU (16,7%) e Europa (16,7%) surgem como locais mais estudados, seguidos pela América Latina (11,1%). Nessas pesquisas o nível de análise que prevalece em ambas as universidades é o da unidade, 46,7% das teses da UFRGS estudam o nível unitário,

26,7% o nível regional e 26,7% o sistêmico. Na PUC-RJ o nível da unidade aparece em 61,1% das teses, o nível sistêmico em 27,8%, o regional em 5,6% e o inter-regional nos outros 5,6%. Portanto, em relação às temáticas e objetos, os estudos desenvolvidos no PPGEEI UFRGS mantêm foco em estudos do Sul global, com menor dedicação a abordagens limitadas ao nível de análise das unidades em comparação com o PPGRI PUC-RJ. Por outro lado, este último, amplia a abordagem de temas para além das temáticas tradicionais, predominantes no PPGEEI UFRGS.

Além das características gerais de cada tese faz-se necessário compreender o perfil de quem escreve, uma vez que não somos neutros e o que nos constrói enquanto seres humanos tem influência naquilo que estudamos. Portanto, por meio da avaliação do currículo Lattes das(os) autoras(es) e de suas descrições nas teses foi possível compreender como é a formação acadêmica dos(as) pesquisadores(as) de RI nestas universidades e também o gênero com o qual se identificam. É notável que a formação em RI das(os) doutoras(es) da UFRGS aparece na maioria dos casos apenas no doutoramento (60%), seguido por formação no mestrado e doutorado (26,7%), graduação e doutorado (6,7%) e as três formações em RI (6,7%). Na PUC-RJ a formação em RI no mestrado e doutorado aparece com maior porcentagem (55,6%), seguida por apenas o doutorado (33,3%) e as três formações (11,1%). Esse fato elucida a predominância ainda no país, de doutoras(es) em RI não possuírem toda sua formação nessa área em específico, o que tende a mudar na medida em que a disciplina vem se consolidando no país e aumentam o número de cursos de graduação e pós-graduação, assim como o de profissionais da área. Mediante a descrição das(os) doutoras(es) na plataforma Lattes foi possível também verificar se estas(es) realizaram alguma etapa de sua formação acadêmica em países do Norte. Podemos perceber que a maioria (66,7%) tanto na UFRGS quanto na PUC-RJ realizou sua formação completa no Sul. No entanto, é grande o percentual daquelas (es) que exerceram alguma etapa de sua formação no Norte (33,3% em ambas). Com relação ao gênero foi possível confirmar o fato já debatido muitas vezes na disciplina, da predominância do gênero masculino em níveis mais avançados da academia como o doutorado. Na UFRGS 93,3% das teses analisadas nesta pesquisa foram escritas por homens enquanto na PUC-RJ a porcentagem é um pouco menor, 75%. No caso do gênero das(os) orientadoras (es) ocorre o mesmo, podemos visualizar novamente o predomínio do gênero masculino em

ambas universidades, 77,8% na UFRGS e 75% na PUC-RJ.[13] Da análise da segunda dimensão, observa-se a recorrência de doutores(as) de formação mais diversa e multidisciplinar no PPGEEI UFRGS, mas com expressivo predomínio do gênero masculino, ao contrário da maior diversidade de gênero existente no PPGRI PUC-RJ.

A terceira dimensão analisada refere-se à relação que as teses estabelecem com a teoria da RI. Para compreendermos essa relação, elaboramos categorização a partir de uma escala de cinco níveis: 1) não utiliza; 2) utiliza de forma acessória; 3) utiliza no centro da análise; 4) utiliza no centro da análise e cria/redefine conceitos ou cria modelos de análise; e 5) utiliza para a construção de explicações causais. Por meio da leitura das teses foi possível perceber o predomínio do nível quatro (4) tanto na UFRGS quanto na PUC-RJ. Na UFRGS, predominam, na sequência, esses que utilizam teoria de forma acessória (2) e que utilizam teoria no centro da análise (3). O mesmo ocorre na PUC-RJ. Ainda que existam teses que não explicitam o uso de teorias e também de teses que as utilizam de forma acessória, a porcentagem que atribui às teorias um papel central no desenvolvimento do estudo e que procura desenvolver a criação/redefinição de conceitos, criação de modelos de análise ou o estabelecimento de explicações causais é grande. Isto demonstra que por mais que ao Sul seja delegada a tarefa de consumir o que é produzido no Norte, ao passo em que a disciplina de RI se estrutura no país cresce a atenção dada às teorias e ao processo de teorizar. Podemos visualizar nos gráficos abaixo como se configura a relação das teses com teoria em cada uma das universidades.

[13] Para pesquisas futuras seria interessante a realização da avaliação de gênero novamente, para que se possa averiguar se houve uma incorporação maior de mulheres na disciplina ou se esta permanecerá conduzida, majoritariamente por homens. Assim como a análise das condições econômicas e sociais, da orientação sexual e da identificação racial também constituiriam elementos importantes para o entendimento das RI no Brasil e merecem aprofundamento em pesquisas futuras.

Gráfico 1 – Relação com Teoria (PPGEEI UFRGS)



Fonte: Elaboração dos autores.

Gráfico 2 – Relação com Teoria (PPGRI PUC-RJ)

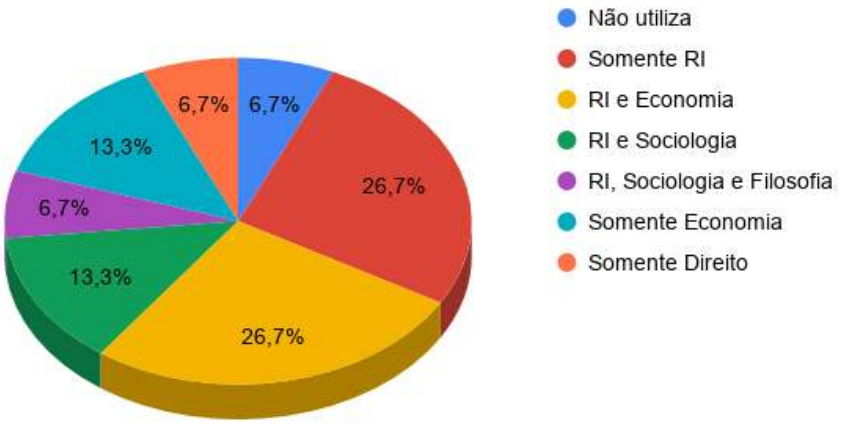


Fonte: Elaboração dos autores.

A relação com teoria também se compõe pela influência teórica geográfica. Para verificar esse ponto avaliamos o diálogo das teses com teorias do Norte, do Sul ou das duas localizações. Foi possível perceber um viés distinto em cada universidade com relação a este ponto. Enquanto na UFRGS predominam teses que se utilizam de teorias tanto do Norte quanto do Sul (51,1%), seguida pelo diálogo apenas com teorias do Norte (35,7%) e possui teses que apresentam teorias do Sul como principal referência (7,1%), na PUC-RJ predomina o diálogo com teorias do Norte, que está em 81,3% das teses seguido pelo diálogo com teorias do Norte e Sul (18,8%), sem apresentar teses que utilizem de forma principal teorias do Sul. Esses diálogos teóricos possuem influência de diversas disciplinas, percebemos o predomínio da utilização apenas de TRI na PUC-RJ (72,2% das teses), enquanto na UFRGS a utilização de teorias de RI (26,7%); e de RI e Economia (26,7%) alcançam

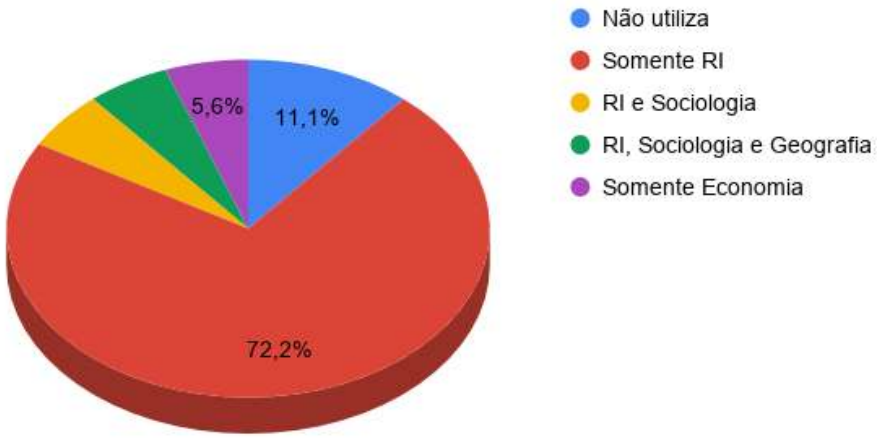
a maior porcentagem. É possível visualizar, a partir dos gráficos elaborados, como as teses de Relações Internacionais de ambas as universidades possuem um grande diálogo com outras disciplinas, principalmente a Economia e a Sociologia. Não obstante, na avaliação da influência teórica geográfica e disciplinar, o PPGEEI UFRGS destaca-se em relação ao PPGRI PUC-RJ pela ampliação do enfoque teórico para o uso de teorias do Sul e por receber mais influências de outras disciplinas.

Gráfico 3- Influência teórica disciplina (PPGEEI UFRGS)



Fonte: Elaboração dos autores.

Gráfico 4 - Influência teórica disciplina (PPGRI PUC-RJ)



Fonte: Elaboração dos autores.

Ao realizar tabulação mais detalhada das teses que utilizaram TRI em ambos os PPGs, aparecem distintas combinações de vertentes teóricas, tanto na UFRGS quanto na PUC-RJ. É possível visualizarmos a crescente utilização de Teorias de RI construídas na América Latina nas teses da UFRGS e também das abordagens do

Construtivismo, Teoria Crítica, Regionalismo e Análise de Política Externa (APE). Já na PUC-RJ predominam combinações com o Liberalismo e o uso do Construtivismo. Neste último caso, também é notável a quantidade de teses que se utilizam de teorias pós-positivistas/reflexivistas, embora com viés marcado pelo uso ou adaptação teórica das colaborações desenvolvidas no Norte Global.

Tabela 2 – Influência teórica de RI (PPGEEI UFRGS)

Teoria de Relações Internacionais	Número de Teses
Combinações entre Liberalismo, Realismo e Marxismo	2
Teorias Latino-americanas (Teoria da Dependência, Teoria de Amado Cervo)	3
Realismo	1
Realismo, Construtivismo, Liberalismo e Novo Regionalismo	1
Teoria da Dependência + Marxismo	1
Construtivismo	1
APE, Realismo, Novo Regionalismo, Teoria Crítica, Construtivismo e novas abordagens	1
APE, Teoria Dependência e Novo Regionalismo	1
Não usam TRI	4
Total	**15**

Fonte: Elaboração dos autores.

Tabela 3 – Influência teórica de RI (PPGRI PUC-RJ)

Teoria de Relações Internacionais	Número de Teses
Construtivismo	3
Feminismo (1), Pós-Colonialismo + Pós-Estruturalismo (1), Pós-Estruturalismo (1)	3
Combinações de Liberalismo + Teoria Crítica; Construtivismo; Novo Regionalismo	3
Liberalismo (1) e Realismo (1)	2
Novo Regionalismo/Escola Inglesa	2
Marxismo + Teoria Crítica	1
Realismo + Pós-Estruturalismo	1

Não usam TRI	3
Total	**18**

Fonte: Elaboração dos autores.

Considerações finais

Esse estudo teve como objetivo principal contribuir para o desenvolvimento da disciplina de Relações Internacionais, chamando atenção para as teorizações da periferia, mais especificamente da América Latina e do Brasil sobre o internacional. A partir do debate sobre o processo de construção do conhecimento nas RI foi possível questionar a maneira assimétrica em que este se estabelece e refletir sobre a manutenção de um Centro e uma Periferia no que se refere à construção e difusão de teorias na disciplina. Deste modo, cada seção apresentada teve como função aprofundar a discussão sobre esta temática.

Na primeira seção do artigo refletimos acerca de conceitos historicamente consolidados como ciência e teoria, questionando o caráter eurocêntrico no qual as RI se consolidam enquanto área do saber e que constrange a ascensão de formas distintas de teorização. Esse contexto cria um sistema Centro-Periferia no que se refere ao conhecimento na disciplina, o qual se constrói por meio da divisão entre um Norte/Centro responsável construção e reflexão teórica e ao Sul/Periferia o fornecimento de dados e consumo dessas teorias. Para que possamos superar essa lógica precisamos refletir sobre as relações de poder que envolvem a construção e consolidação de conceitos e teorias e que impede a incorporação de teorias do Sul nas RI, essa reflexão é promovida principalmente pelas teorias reflexivistas ou pós-positivistas, as quais proporcionam novas maneiras de ver e interpretar o internacional, complexificando e pluralizando as Relações Internacionais. Em um escopo mais amplo, esse movimento tem sido chamado de Teorias do Sul ou Epistemologias do Sul, as quais denunciam a lógica opressora da epistemologia dominante e assim, abrem espaço para novas formas de saber.

Na segunda seção procuramos elucidar as formulações teóricas construídas no espaço proposto por essa pesquisa: América Latina e Brasil. Podemos perceber que além da configuração Centro-Periferia, outro fator que dificulta a construção de

teorias é a incorporação de um "complexo de vira-lata intelectual" que permeia essas localidades. No entanto, constatamos ao longo do texto que o Sul, representado aqui pela América Latina e o Brasil, constroem teoria e que estas são de grande importância para uma compreensão mais eficaz do cenário internacional. Por isso, buscamos na seção seguinte avaliar de forma mais profunda, especificamente as formulações brasileiras no século XXI, para entender como o país se relaciona com as TRI.

Na terceira seção apresentamos a análise das teorizações brasileiras em RI na atualidade, a partir das teses de doutorado da PUC-RJ e da UFRGS. Esta foi conduzida por meio da avaliação de três ângulos principais: 1) características gerais da tese; 2) perfil das autoras (es); e 3) relação com teoria. Por meio da leitura do resumo, introdução, conclusão e, quando necessário, do capítulo teórico das teses foi possível visualizar que algumas características permanecem presentes ao longo do tempo com relação ao conhecimento produzido no Brasil em RI: a centralidade da política externa, o Brasil como unidade de análise e a importância do tema desenvolvimento. Além disso, podemos notar o crescente interesse por questões de Segurança Internacional, e a inclusão cada vez maior de obras periféricas nas teses de doutorado brasileiras das duas universidades analisadas. Outra variável importante no que diz respeito ao perfil das autoras (es) das teses é a predominância gritante do gênero masculino e o percentual daqueles (as) que exerceram alguma etapa de sua formação no Norte (33,3% em ambas).

Por fim, ao avaliarmos a relação das teses com teoria averiguamos que a maioria atribui às teorias um papel central e procura desenvolver a criação/redefinição de conceitos, criação de modelos de análise ou o estabelecimento de explicações causais. Isso demonstra que a atenção dada ao tema é crescente apesar das dificuldades de pensar teoria em um país periférico como o Brasil, marcado pela falta de estrutura material e financeira para a realização de pesquisas e que vem sofrendo, nos últimos anos, ataques constantes por parte do próprio governo às universidades e à educação de um modo geral. Além disso, o país sofre com os altos índices de pobreza e desigualdade, insegurança e instabilidade social. Estes fatores, aliados à estrutura centro-periferia da produção do conhecimento, que destina aos países periféricos o consumo do que é produzido no Norte, constrangem o avanço das teorizações em RI no Brasil. A despeito da ampliação de perspectivas epistemológicas ecléticas (combinações teóricas) e

adoção de metodologias reflexivistas e críticas, observa-se a dificuldade de proposição de corpos teóricos próprios, de perspectivas sistêmicas (regional e internacional) e de iniciativas teóricas de viés explicativo, o que limita a amplitude e pluralidade das teorias produzidas no Sul.

A análise em diversos ângulos das teses de doutorado da UFRGS e da PUC-RJ possibilitou uma melhor compreensão de como o Brasil entende, dialoga e constrói Teoria de Relações Internacionais. Compreendeu-se a partir dessa pesquisa que é preciso transformar as Relações Internacionais, para que então, as diferentes perspectivas sobre o internacional sejam contempladas na disciplina de maneira não hierárquica. Para que isso ocorra, é preciso transcender as fronteiras da disciplina (BLANEY; TICKNER, 2012) impostas ao longo de sua construção moderna/colonial. As RI precisam mudar, mas essa mudança certamente não virá do Norte, o protagonismo será do Sul (PUCHALLA, 1998). Nesse sentido um fator essencial é a clareza de que a atividade acadêmica não é neutra, e sim política (BLANEY; TICKNER, 2012), e que o engajamento nesse âmbito é central para que deixemos de ser dependentes academicamente, economicamente e politicamente. O processo de construção do conhecimento é o debate central neste estudo, pois acreditamos que qualquer mudança profunda e efetiva em uma sociedade se inicia pela educação, pela maneira como construímos, repassamos e absorvemos a realidade. Por isso, é necessário ampliarmos as lentes pelas quais entendemos o mundo, deixar de vê-lo por meio apenas das lentes ocidentais. Precisamos nos posicionar como agentes, enxergar o mundo também pelas nossas lentes, periféricas sim, mas imbuídas de muita riqueza, cultural, social, política e teórica.

Referências

ACHARYA, Acharya; BUZAN, Barry. Why Is There No Non-Western International Relations Theory? An Introduction. In: ACHARYA, Acharya.; BUZAN, Barry (Org). *Non-Western International Relations Theory*: Perspectives on and beyond Asia. Abingdon, UK: Routledge, 2010.

AYOOB, Mohammed. *The Third World Security Predicament*: State Making, Regional Conflict, and the International System. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 1995.

BALLESTRIN, Luciana. *O giro decolonial e a América Latina*. Disponível em: http://anpocs.com/index.php/encontros/papers/36-encontro-anual-da-anpocs/mr-3/mr19/8321-o-giro-decolonial-e-a-america-latina/file

BALLESTRIN, Luciana. *Teoria Política da Decolonização: uma perspectiva latino-americana*. IX Encontro ABCP. Brasília, 2014. Dísponível em: <http://www.encontroabcp2014.cienciapolitica.org.br/resources/anais/14/1403747208_ARQUIVO_ABCP2014Ballestrin.pdf>

BARASUOL, Fernanda, B. *Teorização (In) Dependente: as Teorias de Relações Internacionais e a formulação da Política Externa Brasileira*. Trabalho final de graduação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

BARASUOL, Fernanda, B. Da dependência à globalização: contribuições brasileiras aos estudos de economia política internacional. *Seminário Nacional de Pós-Graduação em Relações Internacionais*, v. 1, 2012.

BERNAL-MEZA, Raúl. *América Latina en el Mundo:* el pensamiento latinoamericano y la teoría de relaciones internacionales. Buenos Aires: Nuevo Hacer, 2005.

BERNAL-MEZA, Raúl. Contemporary Latin American thinking on Inernational Relations: theoretical, conceptual and methodological contributions. *Rev. Bras. Polít. Int.*, 59(1): e005, 2016.

CAMPOS, Rodrigo Duque, E. *Filosofia da Ciência e Religiosidade: Problemas do Sagrado na Teoria de Relações Internacionais.* Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Federal do Pampa: Santana do Livramento, 2014.

CARDOSO, Fernando,H.; FALLETO, Enzo. *Dependência e Desenvolvimento da América Latina*. 3 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSFOGUEL, Ramón. *El giro decolonial:* reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Siglo del Hombre Editores, 2007.

CERVO, Amado Luiz. Política exterior e relações internacionais do Brasil: enfoque paradigmático. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 46, n. 2, p. 5-25, 2003.

DE LIMA, Maria Regina Soares. A economia política da política externa brasileira: uma proposta de análise. *Contexto Internacional*, v. 12, n. 1, p. 7, 1990.

DE SOUSA SANTOS, Boaventura; MENESES, Maria Paula. Introdução. In: DE SOUSA SANTOS, B; MENESES, M. (Orgs). *Epistemologias do Sul*. 1. ed. Coimbra: Edições Almedida.sa, 2009.

DEVÉS-VALDÉS, Eduardo. Cómo pensar los asuntos internacionales-mundiales a partir del pensamiento latinoamericano: Análisis de la teorización. *História Unisinos*, v. 17, n. 1, p. 48-60, 2013.

DOS SANTOS, Norma Breda; FONSECA, Fúlvio Eduardo. A pós-graduação em relações internacionais no Brasil. *Contexto Internacional*, v. 31, n. 2, p. 353, 2009.

DIAS, Marcelo Francisco. *Do estruturalismo da CEPAL à teoria da dependência: continuidades e rupturas no estudo do desenvolvimento periférico.* 2012.197 p. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012.

DIRLIK, Arif. The end of colonialism? The colonial modern in the making of global modernity. *boundary* 2, v. 32, n. 1, p. 1-31, 2005.

ESCOBAR, Arturo. Mundos y conocimientos de otro modo. *Tabula rasa,* v. 1, n. 51-86, 2003.

ESCUDÉ, Carlos. An introduction to Peripheral Realism and its Implications for the Interstate System: Argentina and the Cóndor II Missile Project. In: NEUMAN, Stephanie G. (org). *International relations theory and the Third World.* Nova Iorque, 1998.

FIORI, José Luís. Maria da Conceição Tavares e a hegemonia Americana. *Lua Nova*, n.50, 2000.

GANDHI, Leela. *Postcolonial theory: A critical introduction*. Columbia University Press, 1998.

GROVOGUI, Siba. A revolution nonetheless: The Global South in international relations. *The Global South*, v. 5, n. 1, p. 175-190, 2011.

HERZ, Mônica. O crescimento da área de relações internacionais no Brasil. *Contexto internacional*, v. 24, n. 1, p. 7-40, 2002.

HOFFMANN, Stanley. An American social science: international relations. *Daedalus*, p. 41-60, 1977.

HOLLIS, Martin; SMITH, Steve. *Explaining and Understanding International Relations.* 1990.

JACKSON, Robert; SØRENSEN, Georg. *Introduction to international relations:* theories and approaches. 5.ed. UK:Oxford University Press, 2013.

JAGUARIBE, Helio. Autonomía periférica y hegemonía céntrica. *Estudios internacionales*, p. 91-130, 1979.

JATOBÁ, Daniel. *Teoria das Relações Internacionais*. São Paulo: Saraiva, 2013.

JULIÃO, Taís Sandrim. Teoria e História das Relações Internacionais: Uma Escola Latino-Americana? *Conjuntura Austral*, v. 2, n. 7, p. Pág. 51-66, 2011.

KURKI, Milja; WIGHT, Colin. International Relations and Social Science. In: DUNNE, Tim; KURKI, Milja; SMITH, Steve. *International Relations Theories: discipline and diversity*. 3.ed. Oxford University Press, 2013.

LAFER, Celso. *A identidade internacional do Brasil e a política externa brasileira: passado, presente e futuro.* Editora Perspectiva, 2001.

LANDER, E. Ciências sociais: saberes coloniais e eurocêntricos. In LANDER, E. (Org). *A Colonialidade do Saber: eurocentrismo e ciências sociais.* Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales-CLACSO, 2005.

LESSA, A. Instituições, atores e dinâmicas do ensino e da pesquisa em Relações Internacionais no Brasil: o diálogo entre a história, a ciência política e os novos paradigmas de interpretação (dos anos 90 aos nossos dias). *Rev. Bras. Polít. Int*, v. 48, n. 2, p. 169-184, 2005.

LESSA, Antonio Carlos; COUTO, Leandro Freitas; DE SOUZA FARIAS, Rogério. Distanciamento versus engajamento: alguns aportes conceituais para a análise da inserção do multilateralismo brasileiro (1945-1990). *Contexto Internacional*, v. 32, n. 2, p. 333, 2010.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. *Estudos Feministas*, v. 22, n. 3, 2014.

LYNCH, Christian Edward Cyril. Por que pensamento e não teoria? A imaginação político-social brasileira e o fantasma da condição periférica (1880-1970). *Revista Dados*, v. 56, n. 4, 2013.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. *El giro decolonial. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*, p. 127-167, 2007.

MIGNOLO, Walter. *The Geopolitics of Knowledge and the Colonial Difference*. Duke University Press, The South Atlantic Quarterly, 2002. Disponível em: <http://www.unice.fr/crookall-cours/iup_geopoli/docs/Geopolitics.pdf.> Acesso em: Ago. 2015.

MIGNOLO, Walter. A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. In: LANDER, Edgardo et al. (Ed.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas.* CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, p. 71-103, 2005.

NEUFELD, M. *The reflexive turn and International Relations theory.* 1991.

NEUMAN, Sthepanie. (Org). *International Relations Theory and the Third World*. Nova Iorque, Copyright, 1998.

NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. *Teoria das relações internacionais*. Elsevier, 2005.

OLIVA, Alberto. *Teoria do conhecimento*. Zahar, p. 1-19, 2011.

PECEQUILO, Cristina. Soreanu. *Introdução às Relações Internacionais: temas, atores e visões.* Vozes, 2004.

PUCHALLA, Donald. Third World Thinking and Contemporany International Relations. In:

NEUMAN, Stephanie. (Org). *International Relations Theory and the Third World*. Nova Iorque, Copyright, 1998.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do Poder, Eurocentrismo e América. In: LANDER, Edgardo (Org). *A Colonialidade do Saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas.* Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales-CLACSO, 2005.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. In: DE SOUSA SANTOS, Boaventura.; MENESES, Maria Paula. (Orgs). *Epistemologias do Sul.* Coimbra: Edições Almedida.sa, 2009.

RAPOPORT, Mario. *Historia económica, política y social de la Argentina (1880-2003)*. Machi, 2000.

RUIZ, José. Briceno. A contribuição latino-americana para a teoria das relações internacionais. In: PREBISCH, Raúl. et al. *O manifesto latino-americano: e outras ensaios.* São Paulo: Contraponto, 2011.

RUSSEL, Roberto.; TOKÁTLIAN, Juan Gabriel. De la autonomía antagónica a la autonomía relacional: una mirada teórica desde el Cono Sur. *Perfiles Latino Americanos*, n. 21, p. 159-194. 2002.

SAID. Edward. W. *Orientalismo: O Oriente como invenção do Ocidente.* Tradução Tomás Rosa Bueno. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

SLATER, David. *Geopolitics and the post-colonial:* rethinking North-South relations. John Wiley & Sons, 2008.

SMITH, Steve. New approaches to international theory. In:BAYLES, John; SMITH, Steve. *The Globalization of World Politics*, 1997.

SMITH, Steve. Introduction: Diversity and Disciplinarity in International Relations Theory. In: DUNNE, Tim; KURKI, Milja; SMITH, Steve. *International Relations Theories: discipline and diversity*. 3.ed. Oxford University Press, 2013.

TICKNER, Arlene. Relaciones de conocimiento centro-periferia: hegemonía, contribuciones locales e hibridización. *Politai*, v.3, n.4, 2012. Disponível em: <http://revistas.pucp.edu.pe/index.php/politai/article/view/14105/14721> Acesso em: 13 jun. 2015.

TICKNER, Arlene. Core, Periphery and (neo)imperialist International Relations. *European Journal of International Relations*. p. 627–646, 2013. Disponível em: http://ejt.sagepub.com/cgi/doi/10.1177/1354066113494323. Acesso em: Out.2016.

TICKNER, Arlene; BLANEY, David, L. Introduction: Thinking difference. In: TICKNER, Arlene; BLANEY, David, .L. (Org). *Thinking international relations differently*. EUA e Canadá: Routledge, 2012.

TICKNER, Arlene; BLANEY, David, L. Introduction: Claiming the international beyond IR. In: TICKNER, Arlene.; BLANEY, David, L. *Claiming the International.* EUA e Canadá: Routledge, 2013.

TICKNER, Arlene; WÆVER, Ole. (Org). *International relations scholarship around the world.* EUA e Canadá: Routledge, 2009.

TOMASSINI, Luciano et al. *Nuevas formas de concertación regional en América Latina: el sistema internacional y América Latina*. RIAL, 1990.

VARGAS, João Augusto Costa. *Um mundo que também é nosso: o pensamento e a trajetória diplomática de Araujo Castro.* Brasília: FUNAG, 2013.

VIGEVANI, Tullo; CEPALUNI, Gabriel. A política externa de Lula da Silva: a estratégia da autonomia pela diversificação. *Contexto internacional*, v. 29, n. 2, p. 273-335, 2007.

VIGEVANI, Tullo; THOMÁZ, Laís Forti; LEITE, Lucas Batista. As Relações Internacionais no Brasil: notas sobre o início de sua institucionalização. *Inter-Relações*, p. 5-11, 2014.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. A evolução da produção intelectual e dos estudos acadêmicos de relações internacionais no Brasil. In: SOMBRA SARAIVA, José. Flávio; CERVO, Amado. *O crescimento das Relações Internacionais no Brasil.* Brasília, IBRI, 2005.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. O descompasso entre as nações. In: SADER, Emir (Org.) *Os porquês da desordem mundial. Mestres explicam a globalização.* Rio de Janeiro: Record, 2004.

WAEVER, Ole. The rise and fall of the inter-paradigm debate. In: SMITH, Steve; BOOTH, Ken; ZALEWSKI, Marsya. *International Theory: Positivism and Beyond.* Cambridge University Press, 1996.

MONÇÕES
Revista de Relações Internacionais da UFGD
ISSN 2316-8323

PENSAMENTO COM TEORIA: ALTERNATIVAS PARA O CAMPO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS NO BRASIL E NA ÍNDIA

Luciano da Rosa Muñoz
Doutor em Relações Internacionais (UnB) e Professor de Política Externa Brasileira e História das Relações Internacionais no Centro Universitário de Brasília (UniCEUB). E-mail para contato: lmunoz1984@hotmail.com

Raphael Spode
Doutor em Relações Internacionais (UnB), Pós-doutor em Direito (UERJ) e Professor de Teoria das Relações Internacionais no Centro Universitário de Brasília (UniCEUB). E-mail para contato: raphael.spode@gmail.com

RESUMO: Neste artigo, pretendemos delinear alternativas para o campo de Relações Internacionais no Brasil em um esforço comparativo com a realidade acadêmica indiana. Desde o princípio, tentamos submeter o projeto da assim chamada "Escola de Brasília" para o campo no Brasil à investigação crítica. Assim, defendemos que não é conveniente descartar totalmente as teorias de relações internacionais a fim de substituí-las pela construção de conceitos brasileiros aplicados ao campo. Em lugar disso, entendemos que seria mais complexo e rico abrir o campo ao diálogo crítico com tais teorias em uma via de mão dupla capaz de resgatar autores brasileiros clássicos com possíveis contribuições às Relações Internacionais. Na Índia, uma nova geração de acadêmicos de RI está atualmente defendendo o diálogo entre as teorias ocidentais e as tradições conceituais hinduístas. Eles querem evitar os reveses paroquiais envolvidos nas escolas nacionais de RI. Consideramos que podemos ter muito a aprender com eles se almejamos abrir o campo de RI no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Teoria das Relações Internacionais; Giro decolonial; Sul Global.

THOUGHT WITH THEORY: ALTERNATIVES TO THE FIELD OF INTERNATIONAL RELATIONS IN BRAZIL AND INDIA

ABSTRACT: In this paper we intend to outline alternatives to the field of International Relations in Brazil in a comparative effort with the Indian academic reality. From the start we try to put the so-called "Brasília School" project to the field in Brazil into critical enquiry. Thus, we support that it is not convenient to discard the theories of international relations altogether in order to replace them by the construction of Brazilian concepts applied to the field. Rather we understand it would be more complex and richer to open our field to critical dialogue with such theories in a two way move able to restore classic Brazilian authors with possible contributions to International Relations. In India, a new generation of IR scholars is currently defending the dialogue between Western theories and Hindu conceptual traditions. They want to avoid the parochial setbacks involved in national schools of IR. We consider we may have much to learn with them if we aim at opening the Brazilian IR field.

KEYWORDS: International Relations Theory; Decolonial Shift; Global South.

Considerações iniciais

No presente artigo, buscaremos defender o diálogo crítico entre teorias de relações internacionais e o pensamento próprio produzido em países periféricos tais como Brasil e Índia com base em um esforço de comparação do estado da arte dos campos acadêmicos de Relações Internacionais em ambos os locais. Inicialmente, partiremos da crítica ao projeto da "Escola de Brasília"[1] para o campo, de acordo com o qual o cerne da almejada escola brasileira de Relações Internacionais deveria estar situado no rechaço completo das teorias em contraste à elaboração de conceitos brasileiros. Em compasso com o impacto do giro decolonial, contudo, buscaremos defender o diálogo entre o pensamento brasileiro e as teorias críticas de relações internacionais. Ao final, estaremos voltados ao cenário do campo na Índia. Conforme veremos, os indianos dividiram-se em duas gerações distintas de estudiosos das relações internacionais. Por um lado, a geração primitiva recusava as teorias hegemônicas em busca de uma escola nacional; por outro, a geração contemporânea entende que o diálogo é necessário e presume a disposição para buscar ferramentas de análise em sua própria bagagem cultural. Em nossa visão, caminho semelhante deve ser buscado entre nós – no campo de Relações Internacionais no Brasil.

Devemos destacar que este artigo constitui um desafio metodológico. Embora comparáveis, os cenários acadêmicos de Relações Internacionais no Brasil e na Índia apresentam cada qual suas peculiaridades. Como o leitor perceberá, no que se refere ao nosso caso, optamos por enfatizar a proposta da "Escola de Brasília" não porque a consideramos representativa do campo no Brasil como um todo, mas

[1] As origens da "Escola de Brasília" remontam à constituição do primeiro curso de graduação de Relações Internacionais na Universidade de Brasília (UnB) na década de 1970. Em 1984, o programa de pós-graduação em Relações Internacionais da UnB foi criado no então Departamento de Ciência Política e Relações Internacionais. Dez anos depois, organizou-se o primeiro doutorado de História das Relações Internacionais. Em 2000, os dois programas foram fundidos e deram origem ao Instituto de Relações Internacionais (IREL/UnB), com crescente predomínio das abordagens historiográficas (LESSA, 2005, p. 38-39). Do ponto de vista acadêmico, portanto, tal divergência interdepartamental possa talvez explicar a animosidade da "Escola de Brasília" com as teorias de relações internacionais caras aos cientistas políticos. Em sua maioria, os integrantes da *escola* são historiadores. Por sua conta e risco, Saraiva (2008, p. 36-37) inclui no grupo nomes diversos como Amado Cervo, Paulo Roberto de Almeida, Moniz Bandeira, Clodoaldo Bueno, Wolfgang Döpcke e Norma Breda dos Santos. Além do próprio Saraiva, contudo, o autor central da "Escola de Brasília" é Amado Cervo. Por esse motivo, nossa análise estará centrada em suas obras, na medida em que delineiam deliberadamente o projeto da *escola*. A denominação "Escola de Brasília" é controversa. Assim, usaremos propositalmente as aspas. Em suma, parece-nos importante pensar o campo de Relações Internacionais no Brasil com referência a tal projeto, não apenas pela importância da Universidade de Brasília, senão também porque dessa instituição provêm os autores do artigo.

apenas *porque pretende sê-lo*. Nesse sentido, o cerne do problema é a exclusão que busca efetivar do diálogo entre teorias de relações internacionais e conceitos oriundos do pensamento brasileiro com vistas a definir e congelar os estudos no país como se fosse de fato a *escola brasileira* de Relações Internacionais. Parece-nos que cabe a comparação com a situação indiana. Como veremos, a tentativa de constituição de uma escola nacional naquele caso acabou por demonstrar-se tão somente a empreitada de uma *geração tradicional* de estudiosos, os quais foram posteriormente questionados criticamente por uma nova geração. Ora, o presente artigo é um esforço de aclarar semelhante movimento no Brasil. Assim, o diálogo entre teorias e pensamento próprio com viés descolonizador pode estar a caracterizar a emergência entre nós de uma nova geração de acadêmicos de Relações Internacionais.

Em ensaio publicado originalmente em 1923, Ortega y Gasset (1966, p. 145-155), afirma que *geração* é um conceito importante, pois atesta as variações de sensibilidade vital de uma época para outra. A geração emergente comporia, assim, um novo corpo social íntegro formado por uma minoria seleta e pelas massas. De sua parte, caberia aos intelectuais seguir sua espontaneidade e romper com as ideias da geração precedente. Também parte daquela minoria, os homens de ação deveriam então implementar políticas públicas que os conectassem com a maioria da população. Na visão de Ortega y Gasset, os novos intelectuais estariam aptos a compreender as necessidades vitais do tempo presente de modo a decifrar a razão histórica e fazer previsões. Concordamos parcialmente com tal perspectiva. Em nossa visão, o conceito de geração é de fato importante, contudo, não o empregamos no presente artigo imbuídos da extensão das pretensões orteguianas. Quando, por comparação, discernimos novas gerações de intelectuais no campo de Relações Internacionais no Brasil e na Índia, queremos pôr em relevo, sobretudo em nosso país, por força da proximidade, tão somente algo como a ambiência de uma razão vital que perpassa autores contemporâneos diversos.

De modo algum, buscamos profetizar, tampouco deslindar algum movimento do devir histórico. Menos ainda, tentamos representar as massas ou iluminar decisões políticas dos dirigentes. Como lembra Spivak (2010, p. 58-65), o intelectual pós-colonial – e talvez não possa ser outra nossa condição – entende que seu privilégio é sua perda, pois deveria compor com as massas subalternizadas, mas faz parte da elite ou minoria seleta. Dessa forma, deve estar sempre pronto ao saudável

exercício da autocrítica. Conforme veremos na sequência, o projeto da "Escola de Brasília" propôs-se a constituir uma escola brasileira de relações internacionais cujo elemento crucial era a exclusão do aporte trazido pela reflexão teórica ao campo. Nesse caso, a tentação de erguer uma escola nacional desdobrou-se na vontade de desvendar a razão histórica e perpetuar-se no tempo. Em contrapartida, aplicamos com cautela o conceito de geração, não apenas para sinalizar que a empreitada de uma escola pode de fato vir a configurar no tempo presente uma geração passada, senão também para indicar muito tentativamente algo como uma nova geração entre nós, preocupada com a descolonização do campo de Relações Internacionais, porém também permeada por abordagens dessemelhantes entre si.

Dessa forma, o presente artigo está dividido nas três seções que seguem. Inicialmente, abordaremos criticamente o projeto da "Escola de Brasília", tendo maior atenção voltada ao modo mutuamente excludente como relaciona conceitos vindos do pensamento brasileiro e teorias de relações internacionais. Na segunda seção, defenderemos o diálogo crítico entre essas duas ferramentas, de maneira a pensar o entre-lugar que ocupam não apenas o intelectual pós-colonial em geral, mas também alguns trabalhos da atual geração de acadêmicos de Relações Internacionais entre nós. Assim, parece-nos que, apesar de suas diferenças, trazem novos olhares a respeito de autores brasileiros clássicos, assim como de matrizes nossas não europeias de pensamento, mantendo porém a preocupação de dialogar com as teorias críticas do campo em uma via de mão dupla. Por fim, apresentamos o percurso que o campo teve na Índia. Nesse caso, almejamos delinear um cenário de comparação e inspiração para os estudos entre nós, assim como apresentar ao leitor brasileiro autores indianos pouco conhecidos no Brasil. Veremos como, naquela situação acadêmica, a proposta de uma escola nacional de Relações Internacionais revelou-se um projeto datado de uma geração tradicional de intelectuais, posteriormente colocada sob escrutínio crítico em função das distintas necessidades de tempos outros.

1. Pensamento sem teoria

Em artigo publicado em 2008, Amado Cervo defende diminuir o papel das teorias no campo de Relações Internacionais no Brasil, bem como seu prestígio nos

programas de ensino acadêmico no país, sob o argumento de que não explicam adequadamente problemas de escopo nacional ou regional. Em seu lugar, argumenta pela necessidade da construção de conceitos brasileiros, os quais teriam por função banir o imperialismo epistemológico das teorias de relações internacionais de origem anglo-americana. Por detrás de sua pretensão por universalidade, as teorias estariam mascarando interesses específicos dos Estados hegemônicos e contribuindo para a promoção da desigualdade entre as nações. De modo a evitar tais armadilhas do conhecimento, Cervo entende que o meio acadêmico do campo de Relações Internacionais no Brasil deve rechaçar as teorias e voltar-se para a elaboração de conceitos brasileiros capazes de influenciar a formação mental e profissional dos dirigentes e estimular o desenvolvimento e o bem-estar nacionais (CERVO, 2008a, p. 8-22).

Esse projeto de definição da identidade e da agenda do campo no Brasil retoma e elabora sua hipótese anterior do *pensamento sem teoria*. Seu raciocínio presume a oposição marcada entre teoria e história, consideradas estratégias incompatíveis para o estudo das relações internacionais. Por um lado, a teoria dos cientistas políticos parte da dedução do conhecimento e busca a chave de explicação da realidade internacional; por outro, os historiadores partem de acumulado obtido em pesquisa empírica, o qual é analisado de modo indutivo. Sob influência da Escola Francesa de História das Relações Internacionais, entende Cervo que é preferível adotar a abordagem dos últimos, pois é mais flexível e não busca desvendar leis, senão apenas regularidades históricas. Com base nisso, critica a hegemonia do realismo durante a Guerra Fria, na medida em que, porque oriundo do mundo anglo-americano, nada tinha a dizer sobre a realidade dos países do Terceiro Mundo. Entretanto, não descarta apenas o realismo. Em sua visão, as teorias da dependência, cuja origem é brasileira e latino-americana, não devem ser reconhecidas como teorias das relações internacionais (CERVO, 1994, 13-17).

Como consequência, Cervo reduz a agenda do campo de Relações Internacionais no país à preocupação historiográfica com a construção de conceitos brasileiros aptos a guiar a ação dos agentes responsáveis pela formulação e execução da política externa. Do ponto de vista acadêmico, tal também é o cerne para a pretensão de delimitar uma escola nacional ou regional de Relações Internacionais. Nesse sentido, afirma Saraiva (2008, p. 35-39) que Brasil e Argentina são os países sul-americanos que possuem abordagens sistemáticas da história das

relações internacionais. Seus aspectos comuns são a influência da mencionada escola francesa, a ênfase no tema do desenvolvimento e o entrosamento entre historiadores dos dois países, o que permitiria caracterizar tais esforços como as bases de uma escola brasileiro-argentina de Relações Internacionais. Do lado brasileiro, o chamado grupo de Brasília, centrado em Amado Cervo, contribuiu não apenas para superar a antiga história diplomática por meio da diversificação das fontes de pesquisa, mas também para compreender a inserção internacional do Brasil desde o século XIX. Em depoimento recente, afirma Cervo (2018, p. 21-22) que há uma "Escola de Brasília" que pode mesmo ser identificada a uma *escola brasileira* de Relações Internacionais, cujo diferencial seria exatamente o confronto entre teorias e conceitos; cujo projeto seria fulminar as teorias de relações internacionais no Brasil.

Em sua proposta para pensar teorias de relações internacionais alternativas, Acharya (2011, p. 622-624) parte de uma constatação presente em Cervo, segundo a qual é falso o caráter universal de realismo e liberalismo, uma vez que são construções teóricas que não dão conta de experiências e vozes não ocidentais. Entretanto, acrescenta Acharya que escolas nacionais ou regionais de Relações Internacionais podem tornar-se camisas de força que obstaculizam análises plurais e dialógicas no campo. Em sua visão, isso ocorre quando tais escolas funcionam como centros de racionalização da ascensão e queda de seus respectivos países. Passados pouco mais de dez anos após a publicação do artigo de Cervo contra as teorias, parece-nos importante destacar tal ressalva crítica. Em 2008, ele defendia a primazia dos conceitos brasileiros em compasso ao projeto de contrapoder dos países emergentes – tais como Brasil e Índia – cuja voz era cada vez mais ouvida em foros multilaterais, por exemplo o G-20 da OMC (CERVO, 2008a, p. 11). Quer dizer, colocava-se na posição de quem buscava compreender e influenciar a formação mental dos dirigentes e a formulação da política externa na era da diplomacia ativa e altiva de Lula da Silva e Celso Amorim.

Em nossa visão, a repercussão do projeto de Cervo e Saraiva para a "Escola de Brasília" dependeu da ascensão e queda dessa política externa, oscilação que hoje é bastante visível. Não por acaso, Cervo e Lessa (2014, p. 133-134) atrelaram o declínio da inserção internacional do Brasil durante o governo Dilma Rousseff à inexistência em sua gestão de conceitos capazes de movimentar Estado e sociedade em torno da política externa. É possível supor, à falta de conceitos

construídos por essa escola brasileira de Relações Internacionais. Assim, consideramos problemática a associação da atividade acadêmica de elaboração conceitual à formulação e execução da política externa, sejam de quais governos forem. Concordamos com Acharya (2011, p. 632-633), segundo quem os esforços de escolas regionais ou nacionais correm o risco de incorrer em paroquialismo. Não nos parece ser outro o cerne da proposta de Cervo quando propõe fulminar as teorias de relações internacionais. Aqui, o rechaço de realismo e liberalismo acaba apenas por substituir o paroquialismo global-norte-americano da disciplina de Relações Internacionais por outro regional-brasileiro. Desse modo, seus movimentos estão relacionados: por um lado, disciplinar o campo no país e circunscrevê-lo à construção de conceitos brasileiros; por outro, elaborá-los a fim de influenciar decisões de poder. É possível pensar, contudo, caminhos alternativos.

Para Cervo, seria necessário descartar não apenas as teorias hegemônicas – tais como realismo e liberalismo – sob o argumento de sua parcialidade, senão também todas as vertentes teóricas críticas oriundas do "terceiro debate" (LAPID, 1989). Nesse passo, seu argumento assume outras feições. O descarte das teorias críticas seria necessário em razão do estado caótico a que a reflexão teórica teria ingressado desde então nos círculos acadêmicos do mundo anglo-americano. Seu rebate não vai mais longe, contudo, do conhecimento do construtivismo de Alexander Wendt, segundo ele uma *mélange* das contradições da teoria incapaz de resolver a confusão mental reinante. Por sua vez, Cervo tampouco se abstém em confundir o leitor, quando considera que um conjunto de conceitos sem ser uma teoria pode ser comparado a uma teoria e exercer funções idênticas (2008a, p. 9-13). Quando descarta as teorias críticas, não considera que sua própria crítica à parcialidade das teorias hegemônicas é assunto antigo. Concordamos com Luciano (2013, p. 81), de acordo com quem Cervo apresenta uma visão reducionista sobre o atual estágio do debate teórico, o que o leva a ignorar o aporte das abordagens pós-positivistas – teoria crítica, pós-estruturalismo, feminismo e pós-colonialismo. Em consequência, sua oposição entre teorias e conceitos incorre em um sectarismo acadêmico que deve ser evitado.

Em artigo de 1987, na vertente do pós-estruturalismo, Walker já havia salientado as mesmas críticas de Cervo às teorias do *mainstream*. Em seu entendimento, o neo-realismo de Kenneth Waltz deveria ser problematizado com base na questão da mudança histórica, uma vez que seu método positivista

pressupunha compreender as relações internacionais através de uma estrutura atemporal. A principal contribuição de Walker é pôr em questão a própria dicotomia entre estrutura e história – ou entre teorias e conceitos –, oposição simples que norteia todo o argumento de Cervo em sua investida contra as teorias de relações internacionais. Por um lado, entende que o estruturalismo não lida bem com a diversidade e a diferença; por outro, não compreende que a solução para o problema do realismo político – e, acrescentemos nós, para o campo de Relações Internacionais – signifique afirmar que as estruturas não têm importância. Assim, considera necessário manter aberta a tensão – e o diálogo – entre estrutura e história para evitar um dualismo maniqueísta (WALKER, 1987, p. 81-82). Em seu descarte intransigente das teorias, não estaria Cervo apenas revertendo uma polarização excludente e cerrando o campo à diversidade no Brasil?

De um lado, afirma Luciano (2013, p. 78-80) que a maioria dos teóricos não ocidentais é treinada em escolas ocidentais – tal como foi o caso de Amado Cervo, cuja formação acadêmica ocorreu na França; de outro, entende que Cervo revaloriza os conceitos como *instrumento descolonizador* contra o imperialismo epistemológico das teorias do Primeiro Mundo. Parece-nos necessário qualificar tais afirmações. Em primeiro lugar, não consideramos que Cervo efetiva um movimento descolonizador, pois seu projeto não implica problematizar a formação do Estado e da sociedade brasileiros à luz da relação entre colonialidade e modernidade na América Latina. De acordo com Quijano (1992, p. 11-14), o colonialismo foi um sistema de dominação direta dos europeus sobre os demais continentes, o qual já está derrotado enquanto mecanismo formal. No entanto, a colonialidade – a outra face da modernidade – permaneceu por meio de discriminações nacionais, sociais, raciais e étnicas ainda existentes dentro e fora das sociedades latino-americanas. Por sua vez, a colonialidade cultural continuou impondo às regiões periféricas seus padrões ocidentais para gerar conhecimento, assim como a sedução exercida pela cultura europeia ainda é requisito para obtenção pelas elites locais do acesso ao poder. Dessa forma, um movimento efetivo de descolonização epistemológica deveria desenraizar o eurocentrismo em suas fundações presentes em nosso próprio modo de conhecer.

Conforme Quijano (2000, p. 550-556), o primeiro problema do eurocentrismo para a América Latina é sua concepção linear de História. Na América Latina, por exemplo, jamais as formas de trabalho “pré-capitalistas” – escravidão africana e

servidão indígena – foram incompatíveis com o capitalismo. Essa simultaneidade entre o arcaico e o moderno é algo que singulariza nossa formação histórica e demandaria olhar com suspeita o eurocentrismo imbricado em abordagens lineares e gradualistas tais como aquelas que privilegiam a modernização e o desenvolvimento. Para Quijano, o segundo problema do eurocentrismo é o dualismo gerador de uma concepção excludente de espaço. Com base no dualismo cartesiano entre corpo e alma, a modernidade europeia formulou a si própria como o espaço da racionalidade e da civilização, ao passo que o espaço de fora da Europa foi entendido como aquele do estado de natureza. Através dessa bipartição, a colonialidade penetrou na América Latina por meio da associação assimétrica da natureza a negros e indígenas, com base na qual se obtinha legitimação para o racismo e a opressão do trabalho. Dessa forma, no espelho do eurocentrismo, o latino-americano vê sua imagem distorcida, pois temos muito da Europa, mas também somos muito diferentes dela.

Nesse sentido, não há efeito descolonizador em Relações Internacionais em uma proposta incapaz de problematizar a linearidade histórica e o dualismo espacial. A crença na linearidade histórica investe nas promessas da abordagem desenvolvimentista; por sua vez, o dualismo excludente mascara a colonialidade e o racismo por meio de um estatocentrismo voltado ao espaço da política externa, porém cego aos condicionantes políticos, econômicos e sociais internos. Para Cervo (2008a, p. 13), a ousadia está em descartar as teorias e limitar-se a erguer conceitos brasileiros aplicados às relações internacionais. Em que pesem suas intenções, contudo, parece-nos que sua ousadia alça voo rasteiro. Do ponto de vista do projeto decolonial, Cervo não consegue desprender-se do eurocentrismo. Assim, não põe em questão a visão linear da História. Em seu entendimento, há um acumulado histórico na política externa brasileira, conjunto de princípios e valores sedimentados gradual e progressivamente ao longo do tempo, entre os quais inclui o vetor do desenvolvimento a partir de 1930. Além disso, reifica o Estado nacional e a dualidade entre os âmbitos interno e externo. Considera Cervo que as transições de regime político não impactam a política externa, assim como situa o Estado no centro de seus conceitos brasileiros fundamentais, os paradigmas liberal-conservador, desenvolvimentista, neoliberal e logístico (CERVO, 2008b, p. 26-90).

Em nossa visão, seu eurocentrismo impede-o de problematizar a colonialidade na experiência histórica brasileira, inclusive na articulação complexa

entre nosso tipo de sociedade excludente e a constituição elitista do corpo diplomático, encarregado de formular e executar a política externa. Ironicamente, Cervo defende-se dos centros hegemônicos por meio da elaboração de mais um dualismo – entre teorias e conceitos – o qual também desnuda as bases frágeis e eurocêntricas de seu projeto enquanto projeto descolonizador. Em outras palavras, Cervo enxerga a realidade brasileira pelo reflexo de sua formação acadêmica francesa. Na França, conforme destaca Wæver (1998, p. 708-709), a disciplina de Relações Internacionais formou-se com agenda intelectual separada e autônoma do imperialismo acadêmico dos Estados Unidos na Guerra Fria. Contra a teorização universal norte-americana, os franceses buscavam sua especificidade cultural com ênfase no uso de conceitos. Assim, surgiu a escola francesa de História das Relações Internacionais a partir da velha história diplomática e da inspiração vinda da Escola dos Annales. Em grande medida, portanto, o projeto da *escola brasileira* de Relações Internacionais é uma transposição do modelo francês, cujos ataques às teorias anglo-americanas pouco fazem avançar a agenda decolonial.

2. Teorias e conceitos: diálogo crítico

De acordo com Jatobá (2013a, p. 41-44), os acadêmicos brasileiros apresentam duas atitudes em face das teorias de relações internacionais. Por um lado, utilizam sem questionamento as tradições ortodoxas do realismo e do liberalismo, o que acarreta uma postura de conformismo. Por outro, descartam-nas voltados à busca por perspectivas nacionais embasadas em conceitos. Como vimos, Cervo defende essa última estratégia. Concordamos com Jatobá, contudo, quando afirma que nenhuma das duas alternativas é adequada. Nesse sentido, não satisfaz o mero consumo irrefletido das teorias *made in USA*, tampouco sua substituição total e intransigente por conceitos brasileiros. Uma em cada extremo, as duas estratégias são paroquialismos inversos que se tocam. Parece-nos mais acertada a posição de Jatobá, segundo quem é preciso manter aberto um *diálogo crítico* entre teorias e conceitos. Antes que se procure descartar as teorias, é importante conhecer seus desdobramentos mais recentes, tais como pós-estruturalismo, feminismo e pós-colonialismo. Dentro do giro decolonial na América Latina, por sua vez, Mignolo (2007, p. 450-463) propõe o desprendimento epistêmico (*epistemic de-linking*) dos

padrões de conhecimento ocidentais com base em fundamentada crítica não apenas da teoria crítica e do pós-estruturalismo, mas também do próprio pós-colonialismo. Essa atitude de descolonização da mente parte da premissa presente em Quijano, segundo quem a modernidade europeia não pode ser compreendida sem sua vinculação com a colonialidade existente no continente americano desde 1492. Como consequência, defende Mignolo a pluriversalidade como projeto universal em resistência à totalidade totalitária embasada apenas no conhecimento ocidental. Entretanto, parece-nos importante salientar que Mignolo não advoga a hipótese do descarte, pois entende que as fundações ocidentais do conhecimento são a um só tempo perigosas e inevitáveis. Assim, o desprendimento epistêmico pressupõe um diálogo crítico a ser realizado por meio de um pensamento fronteiriço (*border thinking*) entre a hegemonia ocidental e saberes que resistem ao silenciamento, por exemplo, através da revalorização de autores locais.

Entendemos que Cervo acerta quando busca revalorizar autores brasileiros clássicos e trazê-los para o campo de Relações Internacionais. Menciona a importância de intérpretes do Brasil, tais como Manoel Bomfim e Gilberto Freyre, além de intelectuais modernistas e de isebianos históricos, respectivamente, Oswald de Andrade e Helio Jaguaribe (CERVO, 2008a, p. 14-15). Questionamos, porém, sua dificuldade em colocar tais autores em diálogo crítico com as teorias de relações internacionais, o que ironicamente reforça sua posição periférica pois considera-os apenas construtores de conceitos brasileiros. Por que tais autores não poderiam teorizar criticamente sobre o cenário global? Ao contrário de Cervo, Jaguaribe (2013, p. 15-20) reconhece a relevância das teorias da dependência em suas formulações acerca do relacionamento entre centro e periferia. No entanto, não compartilha das conclusões da abordagem marxista, segundo a qual não há possibilidade de superação da dependência dentro do sistema capitalista global. Em sua visão, a maioria das elites periféricas comporta-se de modo disfuncional, pois se associa aos interesses das elites centrais e mantém as condições de dependência internacional em troca da manutenção de seus privilégios sociais no âmbito doméstico. Em condições apropriadas, contudo, entende Jaguaribe que parte das elites periféricas pode mobilizar seus povos e reagir de maneira exitosa contra a situação de dependência.

Também distinto a Cervo, parece-nos que Jaguaribe propõe o diálogo crítico entre as culturas hegemônica e dependente. Com base em sua leitura de Toynbee,

apresenta duas categorias aptas a explicar esse encontro colonial a partir das relações entre as culturas helênica e judaica na Antiguidade. Por um lado, o *zelotismo* é uma reação ortodoxa e radical destinada a rejeitar a cultura da civilização conquistadora; por outro, o *herodianismo* parte da percepção de que tal civilização é superior, o que implica aceitar suas formas de pensamento. Como podemos perceber, essas duas atitudes extremas são análogas àquelas descritas por Jatobá quando pontua a situação dos acadêmicos brasileiros *vis-à-vis* as teorias de relações internacionais. Assim, os extremos também não são adequados: no zelotismo indica desespero; no herodianismo, perda de identidade. Para Jaguaribe, a relação entre esse par oposto é fundamental para podermos pensar a relação entre o par autonomia-dependência. Quando se volta para a experiência da América Latina, afirma que prevaleceu um herodianismo processado de modo alienado, uma vez que nossas elites eram disfuncionais e mais identificadas com a cultura europeia do que com seus próprios povos (JAGUARIBE, 2013, p. 20-37).

Reverter a postura de herodianismo alienado seria indispensável para tratar do problema das elites disfuncionais na América Latina e gerar condições histórico-culturais de superação da dependência. Como fazê-lo? De acordo com Jaguaribe (2013, p. 37-51), o reconhecimento dos elementos não ocidentais – indígenas e africanos – presentes na composição cultural dos países da região teria peso decisivo para que a estratégia do herodianismo fosse bem-sucedida e concretizada com sentimento nacional e responsabilidade social. Assim, com base de comparação no caso japonês, defende o *herodianismo seletivo* como uma postura de meio-termo entre os extremos, em que a um só tempo incorporam-se aspectos da cultura hegemônica e o núcleo central da própria cultura é mantido. Em nosso argumento, devemos enfatizar dois pontos. Primeiramente, parece-nos que a proposta de Jaguaribe não pode efetivar-se no campo de Relações Internacionais no Brasil sem a disposição a manter aberto o diálogo crítico entre teorias e conceitos. Dessa forma, entendemos que Cervo incorre tanto em zelotismo quanto em herodianismo extremos quando veta esse caminho e insiste no dualismo simples – respectivamente, quando descarta as teorias anglo-americanas e aceita o modelo historiográfico francês. É possível afirmar que Cervo assim o faz exatamente porque seu projeto não é de fato descolonizador, já que não inclui as matrizes indígena e africana à sua ideia de núcleo cultural brasileiro com vistas a poder problematizar as condicionantes espaço-temporais do eurocentrismo.

Além disso, parece-nos que a "Escola de Brasília" incorre não apenas em uma interpretação triunfalista de Jaguaribe, senão também – por assim dizer – em uma leitura demasiadamente institucional de sua obra. Em Saraiva (2014, p. 9-16), Jaguaribe não é descrito como alguém capaz de teorizar, mas como um construtor de conceitos que inaugurou o sentido universalista do conceito brasileiro de autonomia. Embora reconheça que a autonomia passou por ressignificações ao longo da história da política externa brasileira, entende Saraiva que há um núcleo comum que aproxima os desafios enfrentados pelo país desde o Império até o século XXI. Nesse sentido, reitera a narrativa diplomática oficial segundo a qual a política externa não sofre abalos de origem doméstica. Por sua vez, Jaguaribe ocupa em sua visão a posição honrosa de precursor do universalismo da Política Externa Independente (PEI), considerada pelo Itamaraty um dos marcos fundacionais da diplomacia brasileira. Desde uma postura crítica, é importante desmistificar a aura que envolve conceitos brasileiros tal como a autonomia. Assim, Jaguaribe também pode ser entendido como um intelectual que apontou e criticou a incapacidade de o Itamaraty atualizar-se no final da década de 1950 em compasso com o novo significado que a autonomia assumia como parte de um projeto nacional de desenvolvimento (MUÑOZ, 2016, p. 217-219).

Na concepção de Dussel (2016, p. 61-67), o primeiro passo para libertar do silenciamento as culturas pós-coloniais – tal como a brasileira e latino-americana – é negar o desprezo de si e afirmar sua exterioridade. Não basta, contudo, tal afirmação; é preciso também poder fazer a crítica de sua própria cultura com emprego seletivo das ferramentas teóricas modernas. Assim, entende Dussel que o intelectual crítico no ou do mundo pós-colonial está localizado *entre* sua cultura e a cultura moderna hegemônica. Cervo ensaia o movimento de afirmação, porém não consegue ou não quer situar-se na incômoda e inquietante posição de *in-between-ness* (LISLE, 2016), lugar onde ocorre não apenas o diálogo crítico entre teorias e conceitos, mas também a autocrítica do intelectual. Situar-se nesse entre-lugar implica contestar as interpretações canônicas de conceitos brasileiros aplicados às relações internacionais, assim como permitir-se teorizar para levar a frente uma analítica crítica do poder. Nesse sentido, entende Ballestrin (2013, p. 108-109) que o processo de descolonização do pensamento não deve ser confundido com a rejeição da criação humana realizada pelo Norte Global. Em lugar disso, trata-se de revalorizar as práticas, experiências, conceitos e teorias do Sul Global como

contraponto à histórica divisão do trabalho intelectual entre as duas regiões. Assim, a partir do diálogo entre construções teóricas contra-hegemônicas ocidentais – tais como as correntes do pós-positivismo em Relações Internacionais – e o conhecimento subalternizado do Sul Global, torna-se possível não apenas descolonizar a teoria, mas o próprio poder.

Dessa forma, afirma Jatobá (2013b, p. 119-122) que esse teorizar crítico implica reconhecer não somente que a realidade política pode comportar diversas perspectivas, senão também que o campo de Relações Internacionais deve abrir-se às contribuições transdisciplinares da filosofia e das ciências sociais. Em nosso entendimento, portanto, três movimentos podem caracterizar esse diálogo crítico entre teorias e conceitos no que concerne ao Brasil: (1) trazer ao campo aportes de autores brasileiros clássicos de áreas diversas do conhecimento por meio de *interpretações alternativas*; (2) colocá-los em contato com as teorias em uma *via de mão dupla* com os conceitos oriundos de seu pensamento brasileiro; (3) refletir acerca da *problematização de dicotomias* tais como centro/periferia, tradicional/moderno e interno/externo.

Além das possibilidades abertas pela obra de Helio Jaguaribe, podemos apontar esforços nesse sentido na leitura feita por Selis (2018, p. 186-191) da obra de Oswald de Andrade e dos atuais "intérpretes da antropofagia", tais como Viveiros de Castro e Silviano Santiago. Considera a autora que a antropofagia catalisa uma "ruptura radical com os papéis do jogo moderno da alteridade, de modo que, através dela, o inimigo reaparece como positividade transcendental." Assim, configura uma contra-ontologia que inverte a centralidade do sujeito moderno e ocidental. Mais do que isso, Selis coloca a antropofagia ao lado das teorias da dependência e do giro decolonial como ferramentas capazes de descolonizar epistemologicamente a disciplina de Relações Internacionais e abrir um flanco de *infiltração clandestina* para o pensamento latino-americano. Por sua vez, Urt (2016) propõe-se a analisar as contribuições da visão de mundo indígena – em específico, dos povos Guarani e Kaiowá – em diálogo crítico com a própria teoria de relações internacionais. Nesse passo, destaca o autor como o Estado brasileiro foi reconhecido como autônomo e civilizado no espaço internacional por meio da consecução da guerra contra os indígenas exteriorizada por práticas de colonialismo interno e de despossessão de terras. De sua parte, a resistência dos Guarani Kaiowá questiona o paradigma moderno de soberania, pois não apenas não concebe o território como espaço

excludente, mas como espaço de relações, senão também mantém a conexão entre política e espiritualidade perdida na experiência ocidental.

Da mesma forma, podemos destacar interpretações marginais de outros dois autores brasileiros clássicos: Florestan Fernandes e Rui Barbosa. No primeiro caso, Lage (2019) procura desafiar a divisão global do trabalho intelectual, segundo a qual os países centrais devem produzir teoria e os países periféricos apenas aplicá-las localmente e fornecer dados empíricos para explicação. Não se trata, contudo, de erguer um muro entre conceitos locais e teorias globais, senão de pensar uma via de mão dupla. Assim, Lage entende que obras clássicas de interpretação do Brasil podem ser lidas como teorizações não apenas com valor local, mas com potencial crítico ao próprio capitalismo global. Consequentemente, quando Florestan Fernandes pensa o capitalismo dependente brasileiro como uma coexistência entre arcaico e moderno, a narrativa histórica linear de modernização dos países centrais é colocada sob suspeita. Por sua vez, Spode (2017) interpreta alternativamente a obra de Rui Barbosa. Em sua visão, devem ser ressaltados tanto os aspectos religiosos de seu pensamento acerca da política internacional quanto seu engajamento no debate de ideias ao tempo da Primeira Guerra Mundial. Dessa forma, Spode põe em suspenso a dicotomia entre razão e emoção e abre a possibilidade de se atravessar criticamente a contribuição de Rui Barbosa ao "primeiro debate" polarizado entre realismo e idealismo.

Nesse sentido, parece-nos que autores como Jatobá, Selis, Urt, Lage, Spode e Muñoz – entre outros que a carência de espaço nos impede de mencionar – podem estar neste momento configurando uma *nova geração* de estudos no campo de Relações Internacionais no Brasil. Evidentemente, cada autor tem seu próprio ponto de vista. Há, contudo, uma preocupação central em reler alternativamente autores brasileiros clássicos e tradições marginais de pensamento e colocá-los em diálogo crítico com a teoria de relações internacionais a fim de buscar descolonizar a disciplina e desestabilizar suas dicotomias. Além disso, há interessantes paralelos nesses estudos. Por exemplo, a preocupação de Urt em reconectar política e espiritualidade por meio do estudo dos povos Guarani e Kaiowá reaparece em Spode em sua análise alternativa de Rui Barbosa. Ou ainda, a extensão em que o pensamento indígena no Brasil precariza a própria ideia de autonomia do Estado brasileiro – exercida à base de exclusão interna – retorna de alguma forma na leitura crítica que realiza Muñoz (2019) do conceito de autonomia na política externa

brasileira. Nesse último caso, o autor busca analisar o debate de autonomia no Brasil a partir de uma interpretação genealógica, a qual possibilite colocar em questão tanto a divisão espacial entre as políticas interna e externa, quanto a interpretação corrente segundo o qual a história da política externa do Brasil perfaz uma linha de suave continuidade ao longo do tempo, imperturbada por oscilações domésticas.

Por essas razões, precisamos não apenas combater a hipótese de Cervo contra as teorias, mas também as pretensões da "Escola de Brasília" a enclausurar e definir o campo de Relações Internacionais no Brasil. A bem da verdade, não se trata de uma *escola*, mas de uma geração tradicional de acadêmicos. De outra parte, conforme adiantamos, o conceito de geração é aplicado aqui com a devida cautela. Entre os últimos autores citados, parece-nos haver uma ambiência vital comum em direção ao movimento de descolonização do campo de Relações Internacionais por meio do resgate de autores clássicos e tradições de pensamento brasileiros. Entretanto, salientemos que cada trabalho é também um universo próprio. Além disso, não se trata em absoluto de endeusar o potencial crítico do giro decolonial. Como pontua Ballestrin (2013, p. 111-112), em saudável exercício de autocrítica, a proposta decolonial também possui limitações, tais como a tendência à romantização dos oprimidos e explorados, o desconstrutivismo paralisante e a dificuldade de efetivar o movimento descolonizador sem abandonar as contribuições do pensamento ocidental. Por ora, o que podemos afirmar é a emergência de um debate intergeracional no Brasil: por um lado, há a segurança dogmática buscada pela constituição de uma escola nacional; por outro, a liberdade (auto)crítica de uma geração de entre-lugar – quem sabe de entre-tempo. Conforme veremos na sequência, esse embate entre gerações distintas já constitui um elemento consolidado da situação do campo na Índia, o qual tomamos como parâmetro de comparação.

3. O contexto abrangente da produção do conhecimento em Relações Internacionais na Índia

Bajpai (2005, p. 23-24) e Shahi (2016) descrevem a história da institucionalização das Relações Internacionais na Índia como um processo intenso

e transformador. De acordo com os autores, o marco inicial desse processo esteve associado ao surgimento do *Indian Council of World Affairs* (ICWA), em 1943, apesar da pesquisa e o ensino sistematizados na área progredirem efetivamente com a formação da *Indian School of International Studies* (ISIS), em 1955.[2] Mais tarde, o escopo dessa escola teria se ampliado quando a *ISIS* – que inicialmente fazia parte da *Delhi University* – uniu-se com a *Jawaharlal Nehru University*, sendo rebatizada como *School of International Studies* (SIS), em 1970, outro importante marco do campo. Presentemente, haveria um arranjo eclético de cursos de Relações Internacionais, organizados em outras localidades do país (SHAHI, 2016; BAYLY, 2017, p. 5).[3]

Apesar do aparente sucesso, por um período após a sua independência (1947), os estudos internacionais na Índia foram marginalizados e enfrentaram problemas relativos ao foco e reconhecimento acadêmico. Ao mesmo tempo em que campos como a economia, a antropologia e as ciências sociais prosperaram a nível mundial, o campo foi interpretado como uma forma inferior de ciência social e não conseguiu angariar posicionamento nos departamentos de Ciência Política do país. Com raízes que deitam origens no impulso administrativo de Nehru, esse período é marcado pela fragilização e uma concentração da pesquisa na capital do país (BAJPAI, 2005; BEHERA, 2007; SAHNI, 2009).[4]

Para Shahi (2016) esse quadro retrata a "primeira fase" do campo na Índia. Essa fase, denominada de "primitiva" (1938-1969)[5], define-se pelos estudos de área

[2] De acordo com Bayly (2017, p. 2-3), antes da década de 40, existiram pioneiros que elaboraram contribuições seminais, como por exemplo, M. N. Chatterjee e o sociólogo bengali Benoy Kumar Sarkar. O trabalho de Sarkar procurou combinar as tradições intelectuais do sul asiático com a nascente disciplina de Relações Internacionais. Um artigo publicado em 1919, *Hindu Theory of International Relations*, recupera o pensamento de Kautilya e Kamandakiya Nitisara. Combinando-os com a doutrina da mandala, apresenta uma noção hindu de equilíbrio de poder (SARKAR, 1919, pp. 400-414).

[3] Para além de numerosas universidades públicas, privadas e internacionais, a base institucional de Relações Internacionais na Índia foi reforçada pela difusão de institutos de investigação governamentais e não-governamentais (SHAHI, 2016). Por exemplo, a criação do *Indian Council of World Affairs* (ICWA) – o primeiro *think tank* indiano independente sobre relações internacionais – e o jornal *India Quarterly* foram importantes para o processo de consolidação do campo (BAYLY, 2017, p. 5).

[4] De acordo com Behera (2007, p. 344) por duas décadas após a independência, Nehru dominou completamente as análises sobre política externa e relações internacionais; um conhecimento que ficou confinado no Ministério de Relações Exteriores indiano.

[5] A periodização compreende o estabelecimento da *Indian Political Science Association* – IPSA – (1938) e o surgimento de movimentos mais amplos das ciências sociais informados por motivações não-ocidentais e pós-ocidentais na Índia (1969). Bayly (2017) ressalta a importância da IPSA e seu jornal *Indian Journal of Political Science* aos primeiros anos de formação do campo. Ambas as iniciativas permitiram uma sólida circulação de ideias sobre teoria política e relações internacionais, a

e uma pesquisa aplicada a temas e questões relativas à independência indiana. Nesse caso, a qualidade de ser "primitiva" traduz uma tendência epistemológica específica: nesta, os temas estão profundamente integrados com as preocupações sobre mudanças de posição de poder do Estado indiano no mundo (MALLAVARAPU, 2009; SHAHI, 2016). Em outras palavras, a fase "primitiva" corresponderia aos períodos nos quais houve uma prevalência de estudos de área, enquanto a produção do campo procurou refletir a consolidação da soberania e o caminho do desenvolvimento.

Pela ausência de fatores que permitiriam o aparecimento de uma massa crítica independente capaz de teorizar e complementar o próprio pensamento de Nehru sobre política externa e relações internacionais, nessa primeira fase, houve uma recepção automática do perfil epistemológico anglo-americano. Por um lado, os modelos ocidentais foram adotados pela urgência de querer se achar um princípio de pensamento estruturante para a nação independente, capaz de fomentar, ao mesmo tempo, a inserção do Estado no sistema internacional (MALLAVARAPU, 2009; BAJPAI, 2005). Isso pode parecer ter reforçado obstáculos ao surgimento de uma política de pesquisa orientada à construção de uma disciplina ou um discurso nacional independente em Relações Internacionais (RANA e MISRA, 2004, p. 73; BEHERA, 2007; BAYLY, 2017, p. 7).

Por outro lado, haveria certo número de analistas indianos que desde as origens do campo não se encontram convencidos da necessidade ou utilidade da teoria. Considerada por vezes como muito abstrata ou longe das preocupações locais e regionais para ser estudada com seriedade ou achando-as demasiadamente ocidentais, as teorias sofreram resistências por autores que buscavam compreender, por exemplo, o regionalismo asiático (ACHARYA e BUZAN, 2010, p. 14). Na Índia, no auge da recepção das teorias anglo-americanas, surgiram grupos que saíram em defesa de uma escola nacional. Tal movimento, ao mesmo tempo que não propunha uma crítica às teorias produzidas nos Estados Unidos e Grã-Bretanha, simplesmente assumia a posição: "*nós não teorizamos*" (BEHERA, 2007, p. 345; BJAPAI, 2005, pp. 25-27).

partir da 1939, na Índia. A IPSA incluía professores de diversas universidades, entre os expoentes, estão B. K. Sarkar, P. N. Sapru, A. Appadorai e Hriday Nath Kunzru (BAYLY, 2017, p. 5). Para Bjapai (2005, p. 25-26), o período de formação do campo compreenderia o período entre as décadas de 50 e 60, do século XX.

Se, por um lado, tal resistência possa ser explicada pela existência de barreiras linguísticas, de um modo ou outro, nunca deixou de existir uma maior ou menor infusão de novos estudos e a ampliação do reconhecimento dos parâmetros intelectuais das teorias nessa região do globo (ACHARYA, 2008, pp. 57-59).[6] Por exemplo, a tendência que apoiava a criação de uma escola nacional foi descartada por autores como A. P. Rana (1980; 1988) K.P. Misra (2005), S. D. Muni e Bajpai (2005, pp. 31-51). Para eles, o caminho não deveria ser de negação das teorias, até porque o problema a ser enfrentado era outro: de inclusão e aceitação do pensamento indiano no Ocidente. Afinal, para esses autores, "*nós teorizamos, mas não é reconhecido como teoria*" (BEHERA, 2007, p. 345). Recorrer-se à formação de escolas nacionais ou regionais como resistência significava uma postura vulgar e derrotista: o caminho ideal, entre *aceitação* e *crítica*, estava num movimento dialógico de ideias.[7]

A verdade é que dentro de um quadro geral, vemos uma heterogeneidade de grupos e posições epistemológicas (BEHERA, 2007, p. 344). Na Índia, a produção do conhecimento divide-se, mais ou menos, por grupos geracionais, a partir dos quais os autores adotam, em diferentes circunstâncias espaço-temporais, perspectivas temáticas, objetos de estudo bem como compreensões distintas sobre a natureza e a função das teorias (CHIMNI e MALLAVARAPU, 2012). Assim, em contraste com a fase "primitiva", a fase "contemporânea" ou a "segunda geração" de estudos do campo (1969 –) qualifica-se pelas preocupações mais moderadas, autoconfiantes e transdisciplinares, adotando postura semelhante aquela defendida acima por A. P. Rana, Bajpai e S. D. Muni. É verdade que os autores da fase

[6] De acordo com Acharya, desde o fim da Guerra Fria, as teorias de Relações Internacionais são cada vez mais usadas nas salas de aula e nos estudos sobre relações internacionais asiáticas. Para o autor, o uso crescente da teoria de Relações Internacionais em universidades asiáticas estaria mais ou menos relacionada às práticas internacionais asiáticas. Nesse sentido, a crescente popularidade do liberalismo e do construtivismo naquela região estaria intimamente relacionada com o fim da Guerra Fria e o surgimento de novas instituições regionais na Ásia. Ao mesmo tempo em que eventos conduzem a mudanças no uso ou no desenvolvimento das teorias, em certa medida, as teorias ofereceriam também uma base da racionalização para interpretação dos eventos. Como descreve Acharya, as tensões sino-americanas sobre Taiwan e outras questões de segurança do Leste Asiático deram um novo impulso para o pessimismo realista, enquanto o fim do conflito do Camboja, o Código de Conduta do Mar da China Meridional e o surgimento da Cúpula do Leste Asiático deram um impulso ao otimismo liberal e construtivista (ACHARYA, 2008, pp. 73-76).

[7] A "armadilha" de qualquer movimento que procura encontrar aportes culturais e psicológicos próprios para explicar as relações internacionais é o paroquialismo. Geralmente, essa "armadilha" se constitui na defesa de escolas nacionais e regionais, que se tornam, depois, "camisas de força" intelectual e metodológica. Como adiantamos, para Acharya (2011, p. 624), em certo sentido, as escolas nacionais e regionais tornam-se projetos egoístas e até mesmo repressivos.

"contemporânea" não deixam de atuar sobre os efeitos políticos da inserção do Estado e a consolidação da soberania indiana no sistema internacional. E, em certa medida, a pesquisa não deixa ainda de estar vinculada às preocupações com a manutenção da identidade do Estado indiano como "poder ascendente" (RAMAKRISHNAN, 2013).

Porém, é importante reconhecer até que ponto a segunda geração de autores indianos se apresenta circunstanciada por movimentos mais amplos das ciências sociais, ora informados por motivações não-ocidentais / pós-ocidentais / pós-estruturalistas. Na verdade, tais autores representam uma parcela de intelectuais da ex-colônia que buscam uma produção acadêmica independente, envolvidos pela problematização do imperialismo acadêmico ocidental, sem ignorar a importância das teorias.[8] As referências primárias são os autores que surgiram no final da década de 60, o Grupo de Estudos Subalternos, e os expoentes Ranajit Guha, Dipesh Chakrabarty e Gayatri Chakravorty Spivak. Entre as primeiras críticas interdisciplinares, vemos também a importância do *Centre for Studies of Developing Societies* (CSDS), coordenado por Ashis Nandy, Rajni Kothari, Shiv Visvanathan e Dhirubhai Sheth e o projeto *World Order Models Project*, desenvolvido no final da década de 60, por Rajni Kothari (BEHERA, 2007, p. 357; KOTHARI, 1979).

Talvez devido ao fato da segunda geração de autores do campo haver se desenvolvido nessa fatia mais recente da teorização pós-estruturalista / pós-colonial / pós-ocidental, é notável perceber como a experiência indiana é mais tolerante com as teorias. Em contraste com a compreensão que aqui fez a "Escola de Brasília", uma característica da abordagem indiana é o respeito pela teoria, ou melhor, a identificação da teoria como vetor emancipatório. Mallavarapu (2009, p. 165), por exemplo, apesar de reconhecer que a teoria, como nós a interpretamos hoje, não ter sido o meio de representação escolhido na Índia antiga, nem por isso ela deveria ser ignorada. Seu papel foi de oferecer termos de conversação com o Ocidente e despertar ansiedades específicas para gerações de estudiosos no país recém-descolonizado. A teoria importa porque, num primeiro momento, ajudou a organizar o campo de estudos na ex-colônia, em seguida, facultou o diálogo com o mundo ocidental, e depois, provocou grande parte do desapontamento que hoje embala

[8] De acordo com Behera (2007, p. 358) a revista *Alternatives*, lançada em 1975, foi um catalizador e um impulsionador crítico deste movimento, tendo se tornado uma verdadeira "instituição" àqueles que se dedicaram à reflexão e descoberta de novas perspectivas das Relações Internacionais.

uma busca mais sistemática por uma teorização explícita na Índia (MALLAVARAPU, 2009, p. 165).

Nesse sentido, é notável perceber que apesar de existir, na Índia, uma histórica insatisfação com a teoria, tal descontentamento não foi capaz de desencadear em repulsa sistematizada, apesar dos apelos por uma escola nacional, em circunstâncias específicas: pelo contrário, a insatisfação caminhou no sentido de uma identificação em torno de sua insuficiência. Em vez de uma negação compulsiva, essa identificação transformou-se em motivação intelectual que partiu em busca de uma perspectiva de análise teórica diferente, a partir de novas fontes de repertório analítico (ACHARYA, 2011). Se por um lado, tal movimento seja orientado pela identificação de insuficiência das teorias anglo-americanas, por outro lado, procura encontrar o complemento dessa insuficiência na releitura de obras tradicionais. Não se trata da pretensão de corrigir teorias, mas, numa via de mão dupla, *trazer ao campo aportes de obras, eventos históricos ou mitológicos indianos e por meio de interpretações alternativas pôr em contato direto com as categorias teóricas*, com o propósito de enriquecer o campo[9] (VIVEKANANDAN, 2011; NARLIKAR E NARLIKAR, 2014; RAJAGOPALAN, 2014).

O caso mais emblemático é a obra de Jayashree Vivekanandan, *Interrogating International Relations: India's Strategic Practice and the Return of History* (2011). Hoje considerada uma obra pertencente à virada cultural, o texto de Vivekanandan é na verdade uma reação à obra de George Tanhem, *Indian Strategic Thought*: *An Interpretive Essay*, publicada em 1992. Tanhem, um acadêmico americano, defendia a tese de que os indianos não tinham pensamento estratégico porque não tinham uma "cultura" estratégica. O que ele queria dizer é que o pensamento cultural indiano, enredado na filosofia kármica e numa lógica circular, incapacitava-os de pensar estrategicamente. O ensaio de Tanhem provocou uma reação acadêmica de amplas proporções que procurou desacreditá-lo, acusando-o de interpretar erroneamente a cultura indiana. Recorrendo à história Hindu e um glorioso passado, os estudos queriam demonstrar que os indianos não só pensavam estrategicamente, mas também tinham uma longa tradição em *realpolitik* (THAKUR,

[9] Segundo Acharya e Buzan (2010, pp. 10-22) podemos dividir as estratégias adotadas em quatro tipos: (i) a utilização de textos tradicionais asiáticos; (ii) o estudo da atuação de líderes asiáticos em política externa; (iii) a adaptação das teorias já existentes à cultura não-ocidental; (iv) o desenvolvimento de novos conceitos.

2012). A questão é que desse modo incidia-se no mesmo erro de Tanhem: defender um "essencialismo indiano" na fronteira do nacionalismo.

A obra de Vivekanandan é um "caminho do meio" entre Tanhem e os estudos de reação. Seu trabalho reapresenta a mentalidade estratégica dos Mogois (1526-1857) e reintroduz o interessante pensamento político de Akbar assim como descreve as formas de exercício e manutenção de poder deste império, que os leitores poderão ler em sua obra. O que é importante realçar é o esforço exemplar de Vivekanandan de buscar entender uma prática mogol de manutenção de poder visando refletir a noção de *soft power*, ou seja, uma prática global. Desse modo, o exemplo demonstra algo notável no movimento de teorização indiano. Seus autores de segunda geração não buscam repelir, resistir ou opor-se às categorias teóricas, tampouco defender um essencialismo ou aceitá-las sem críticas: entre o sim e o não, seus esforços atuam no sentido de criar novos espaços de conhecimento e colocar em diálogo com as teorias suas práticas, conceitos culturais e psicológicos, ao mesmo tempo que evitam recorrer ao essencialismo cultural (BEHERA, 2007, p. 341-342).[10]

Ao dialogar, em vez de repelir, os autores indianos acabam descobrindo novos espaços de conhecimento e com isso problematizando as fontes teóricas. Ao resgatar pensadores e reinterpretar seu patrimônio cultural, percebemos que os indianos revalorizam áreas de conhecimento negligenciados pelos métodos anglo-americanos, por exemplo, o campo religioso e espiritual.[11] Graças a uma herança cultural milenar que vem problematizando dicotomias como matéria/espírito, particular/universal, imanência/transcendência, razão (*logos*)/tradição (*mythos*), vemos na Índia um projeto epistemológico verdadeiramente emancipatório, cujo propósito de fundo é repensar as fontes de conhecimento do internacional, facultando ao mesmo tempo uma problematização do estatuto "científico" do campo (ACHARYA, 2011; DAVETAK, 1995).

[10] Além do trabalho de Vivekanandan, duas pesquisas são consideradas referenciais: a obra de Balmiki Prasad Singh, *India's Culture: The State, the Arts, and Beyond* (2009) e *Regimes of Narcissism, Regimes of Despair,* de Ashis Nandy (2013). Nas ciências sociais, ver também Amartya Sen, *The Argumentative Indian. Writings on Indian Culture, History and Identity* (2005).

[11] É curioso notar como uma teoria na intersecção entre ciência e espiritualidade é plenamente viável, a partir de um contexto indiano. Uma das mais antigas religiões do mundo, o Hinduísmo, e um de seus textos sagrados, o *Bhagavad Gita*, são um claro exemplo do manancial de possibilidades para a teorização desde a Índia (ACHARYA e BUZAN, 2010; SARKAR, 1919; SEBASTIAN e LANTI, 2010, p. 151-160).

Por exemplo, uma linha de investigação defendida pelos autores indianos envolve a recuperação e a releitura de sua história, de seus mitos, assim como a análise do pensamento político de vários filósofos e pensadores indianos, desde Buda, Iqbal, Valmiki, Manu, Aurobindo Ghosh, Dadabhai Naroji, Rabindranath Tagore e Kautilya (ACHARYA, 2011; BEHERA, 2007, p. 361; BJAPAI, 2005, p. 30-31). Aqui, *resgate* e *releitura* não são utilizados para substituir as teorias anglo-americanas da grade curricular dos cursos de Relações Internacionais, em defesa de um *pensamento sem teoria*. A intenção não é deslocar o saber existente, mas descobrir novas fontes e contribuir com um diálogo crítico, visando a ampliação da noção do internacional e a construção de teorias alternativas sobre o funcionamento das relações internacionais (ACHARYA e BUZAN, 2010; ACHARYA, 2011).

4. Considerações finais

Em termos gerais, o objetivo desse artigo foi buscar apreender, por intermédio de uma análise crítica ao projeto da "Escola de Brasília", as características de um contexto mais amplo e atual de teorização em Relações Internacionais, dentro do qual se insere uma nova geração de autores e trabalhos, que já estão sendo produzidos no Brasil. A discussão da "Escola de Brasília", bem como a análise de suas nuances – enquanto projeto epistemológico –, é decidido, em primeira instância, como representação primária de nosso local de produção de conhecimento e ponto de partida de nosso entendimento global do campo.

Sabemos que uma análise da "Escola de Brasília" não é suficiente e nem poderia sustentar uma argumentação sobre o campo das Relações Internacionais no Brasil como um todo. Aliás, diferentemente da forma como a "Escola" se apresentou em sua origem, ao almejar ser representativa do campo das Relações Internacionais no Brasil, como se fosse uma *escola brasileira* de Relações Internacionais. Por outro lado, entendemos que o cenário acadêmico e epistemológico das Relações Internacionais no país apresenta peculiaridades e é extremamente complexo.

Por isso mesmo, "provincializar" a experiência de Brasília é a primeira estratégia de leitura. Nessa direção, a comparação com a experiência indiana auxilia a pensar a proposta de Brasília dentro de uma certa divisão global do trabalho intelectual, não passando, portanto, de um percurso entre tantos outros pensados e até mesmo percorridos – no tempo e no espaço – em outros locais de produção de

conhecimento, seja no país ou no estrangeiro, servindo, desse modo, como exemplificação. Ainda assim, é uma experiência digna de relato, até porque os aspectos locais da experiência humana guardam algo inerente à experiência universal, e desse modo, o local é, não raro, um reflexo de tendências e possibilidades humanas.

Num sentido mais específico, repensar o projeto de Brasília em perspectiva comparada ao desenvolvimento do campo na Índia revelou-se produtivo especialmente porque a comparação realça características que ajudam a intuir, numa apreensão crítica, três dimensões gerais sobre nosso local de trabalho, e numa hipótese mais abrangente, algo sobre o desenvolvimento do campo no Brasil. A comparação (1) destaca problemas na proposta da "Escola de Brasília"; (2) a partir da exemplificação de certa geração indiana das Relações Internacionais, revela métodos de superação dos problemas identificados; (3) sugere que tal processo de superação de problemas já está sendo adotado e debatido como método de teorização por uma nova geração de autores brasileiros localizados em diversas regiões do país.

Em primeiro lugar, os aportes teóricos de certa geração indiana nas Relações Internacionais nos ajudam a realçar ou destacar um pouco melhor os problemas do projeto de Brasília – e consequentemente, a todo e qualquer projeto epistemológico que guarde pretensões e características semelhantes. Conforme vimos, a "Escola de Brasília" para a valorização dos conceitos brasileiros não é efetivamente um movimento descolonizador. Isso é devido, em certa medida, pelo fato desse movimento não haver se inserido no giro decolonial, guardando tendências eurocêntricas na produção do conhecimento e uma postura acrítica sobre a colonialidade na experiência histórica brasileira.

Em segundo lugar – pensando a partir do cenário indiano –, podemos ver que Brasília, além de não representar o quadro geral nacional, ainda se encontra numa fase primitiva de reflexão ao rechaçar o diálogo entre teoria das relações internacionais e os conceitos oriundos do pensamento brasileiro. Isto é, em comparação com as gerações indianas, os autores de Brasília performam uma *etapa tradicional* de produção do conhecimento, cuja característica central é a busca pela criação de uma escola nacional com rechaço das teorias. Trata-se de uma etapa de teorização que os indianos também experimentaram em circunstâncias específicas. Porém, diferentemente daqui, superaram; aliás, vimos como o debate já está

bastante aprofundado no campo de Relações Internacionais na Índia. Embora componham um país periférico com passado colonial – tal como o Brasil –, os indianos não adotam a postura defensiva e paroquial de rechaço às teorias com argumento em sua origem anglo-americana. Isso se deve, como notamos, pela ascensão de uma nova geração de autores que, engajados no pós-colonialismo e adeptos a abordagens mais críticas, conseguiram superar uma *geração tradicional* indiana marcada pela recusa das teorias hegemônicas por uma escola nacional.

Em terceiro lugar, a segunda geração de autores indianos entendeu que o diálogo é necessário e teve disposição e força de vontade de buscar nos arcabouços de sua cultura as ferramentas conceituais para isso. Diferenciam-se exatamente porque são capazes de valorizar sua bagagem cultural para então abrir-se ao diálogo. Entre nós, algo parecido pode ser feito, mas seria decisivo resgatar as matrizes indígena e africana de nosso pensamento, assim como fazem os indianos com referência a seu legado hindu. Essa é uma intuição já presente na obra de Jaguaribe, o qual, apesar de suas limitações, defende uma estratégia de herodianismo seletivo com apoio naquelas matrizes culturais. Como vimos, o trabalho de Urt caminha exatamente nesse sentido, na medida em que contrapõe a visão de mundo dos Guarani e Kaiowá ao paradigma ocidental de soberania.

Desse modo, percebemos que a comparação com a experiência indiana apresentada em termos geracionais projeta nosso próprio contexto de produção do conhecimento, ao realçar e valorizar o trabalho de uma nova geração de autores brasileiros envolvidos cada vez mais com pesquisas inspiradas pelo viés descolonizador e a crítica. No Brasil, existe uma clara, porém difusa disposição geracional, capaz de entender que o pensamento brasileiro e as teorias de relações internacionais podem dialogar criticamente em uma via de mão dupla e fazem isso por meio do resgate e da proposição de novas interpretações da obra de autores clássicos tais como Helio Jaguaribe, Rui Barbosa, Florestan Fernandes e Oswald de Andrade. Vemos um paralelo, uma semelhança à experiência indiana, embora aqui, em comparação à Índia, isso se desenvolva mais tardiamente.

Até certo ponto, nos parece que a estagnação, o desenvolvimento ou a superação de estruturas conceituais dependem de fatores geracionais. A partir do caso indiano, é possível perceber a importância da sucessão geracional e depois o seu compromisso com estudos em contexto, críticos e com efeito descolonizador desde que o propósito não seja eliminar as teorias, mas dialogar criticamente com

elas, em busca de novos significados para categorias teóricas sedimentadas. Não se trata de pôr um fim ao domínio das teorias, mas de renovar e ampliar o campo. A ideia primordial do movimento indiano, aliás, é a criação de novos espaços de conhecimento nas Relações Internacionais, a partir de um repertório conceitual que tem sido deslegitimado ou considerado irrelevante para a produção de conhecimento na área (BEHERA, 2007; ver também a discussão presente na edição do *European Journal of International Relations*, vol. 19 [3], de setembro de 2013).

A verdade é que há muitos movimentos na África, no mundo árabe, na Ásia e na América Latina refletindo dentro e fora dessas sociedades (ACHARYA, 2011). Talvez tenha chegado o momento, no Brasil, de refletir sistematicamente esse assunto e buscar criar engajamentos explícitos de nosso patrimônio cultural e intelectual com os eventos e as teorias da política internacional, em busca de um *pensamento com teoria*. Somente assim podemos contribuir para a diversificação dos termos "global" e "internacional", ampliando as possibilidades de vida e contentamento de viver no mundo contemporâneo.

Referências

ACHARYA, Amitav. Theoretical perspectives on international relations in Asia. In: SHAMBAUGH, David; YAHUDA, Michael. *International Relations of Asia*. New York: Rowman & Littlefield, 2008, pp. 57-82.

_____. Dialogue and Discovery: In Search of International Relations Theory Beyond the West. *Millennium: Journal of International Studies*, 39 (3), 2011, p. 619-637.

ACHARYA, Amitav; BUZAN, Barry. Why is there no non-Western international relations theory? An introduction. In: _____. (orgs.). *Non-Western international relations theory: perspectives on and beyond Asia*. London and New York: Routledge, 2010, pp. 1-26.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº 11. Brasília, maio – agosto de 2013, pp. 89-117.

BAYLY, Martin J. The Forgotten History of Indian International Relations. *Observer Research Foundation Issue Brief*, no. 210, 2017, pp. 1-8.

BEHERA, Navnita Chadha. Re-imagining IR in India. *International Relations of the Asia-Pacific*, v. 7, 2007, pp. 341–368.

BJAPAI, Kanti P. International Studies in India: Bringing Theory (Back) Home. In: _____.; MALLAVARAPU, Siddhart. *International Relations in India. Bringing Theory Back Home*. New Delhi: Orient Longman, 2005, pp. 17-38.

CERVO, Amado Luiz. Relações Internacionais do Brasil. In: _____. (org.). *O desafio internacional: a política exterior de 1930 a nossos dias*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1994, p. 9-58.

_____. Conceitos em Relações Internacionais. *Rev. Bras. Polít. Int.* 51 (2): 8-25 [2008a].

_____. *Inserção internacional: formação dos conceitos brasileiros*. São Paulo: Saraiva, 2008b.

_____. *Amado Luiz Cervo (depoimento, 2017)*. Rio de Janeiro: CPDOC/Fundação Getúlio Vargas, 2018.

CERVO, Amado Luiz; LESSA, Antônio Carlos. O declínio: inserção internacional do Brasil (2011-2014). *Rev. Bras. Polít. Int.* 57 (2): 133-151 [2014].

CHIMNI, B.S.; MALLAVARAPU, Siddharth. Indian Thinking in International Relations. In: _____. (orgs.) *International Relations: Perspectives for the Global South*. New Delhi: Pearson, 2012.

DAVETAK, R. The project of modernity and international relations theory, *Millennium*, 24(1), 1995, pp. 27–51.

DUSSEL, Enrique. Transmodernidade e interculturalidade: interpretação a partir da filosofia da libertação. *Revista Sociedade e Estado*, Volume 31, Número 1, Janeiro/Abril 2016, p. 51-73.

JAGUARIBE, Helio. *Estudos filosóficos e políticos*. Coleção Helio Jaguaribe. Brasília: FUNAG, 2013.

JATOBÁ, Daniel. Los desarollos académicos de las Relaciones Internacionales en Brasil: elementos sociológicos, institucionales y epistemológicos. *Relaciones Internacionales*, número 22, febrero – mayo 2013 (a), Grupo de Estudios de Relaciones Internacionales (GERI) – Universidad Autónoma de Madrid, España, p. 27-46.

_____. Repensar y rehacer la realidad contemporánea tras la expansión filosófica de las Relaciones Internacionales. *Relaciones Internacionales*, número 24, octubre 2013 (b) – enero 2014, Grupo de Estudios de Relaciones Internacionales (GERI) – Universidad Autónoma de Madrid, España, p. 109-127.

KOTHARI, R. Towards a just world, *Alternatives*, 5(1), 1979, pp. 1-42.

LAGE, Victor Coutinho. Interpretations of Brazil and Global Capitalism. *Latin American Perspectives*, Issue 227, Vol. 46, No. 4, July 2019, p. 137-153.

LAPID, Yosef. The Third Debate: On The Prospects of International Theory in a Post-Positivist Era. *International Studies Quarterly*, Vol. 33, No. 3 (Sept., 1989), p. 235-254.

LESSA, Antônio Carlos. O ensino de Relações Internacionais no Brasil. In: SARAIVA, José Flávio Sombra; CERVO, Amado Luiz (orgs.). *O crescimento das Relações Internacionais no Brasil*. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais (IBRI), 2005, p. 33-50.

LISLE, Debbie. Waiting for International Political Sociology: a field guide to living in-between. *International Political Sociology* (2016) 10, 417-433.

LUCIANO, Bruno Theodoro. Abstrações imperfeitas: o uso de teorias e de conceitos em Relações Internacionais. *Século XXI*, Porto Alegre, V. 4, No. 1, Jan-Jun 2013, p. 73-88.

MALLAVARAPU, Siddharth. Development of International Relations Theory in India: Traditions, Contemporary Perspectives and Trajectories, *International Studies*, v. 46, 2009, pp. 165–183.

MIGNOLO, Walter D. Delinking: the rhetoric of modernity, the logic of coloniality and the grammar of de-coloniality. *Cultural Studies*, Vol. 21, Nos. 2-3, March/May 2007, p. 449-514.

MUÑOZ, Luciano da Rosa. O conceito de autonomia em Puig e Jaguaribe: uma análise comparativa intertextual. *Carta Internacional*, v. 11, p. 200-221, 2016.

_____. Intelectuais, militares, diplomatas: uma genealogia da autonomia no Brasil (1946-1974). Tese (Doutorado em Relações Internacionais), Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

NANDY, Ashis. *Regimes of Narcissism, Regimes of Despair*. Oxford: Oxford University Press, 2013.

NARLIKAR, Amrita; NARLIKAR, Aruna. *Bargaining with a Rising India: Lessons from the Mahabharata*. Oxford: Oxford University Press, 2014.

ORTEGA Y GASSET, José. El tema de nuestro tiempo (1923). In: ORTEGA Y GASSET, José. *Obras completas*. Tomo III (1917-1928). Sexta edición. Madrid: Revista de Occidente, 1966, p. 143-242.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad y Modernidad/Racionalidad. *Perú Indígena*, 13 (29), 1992, p. 11-20.

_____. Coloniality of Power, Eurocentrism, and Latin America. *Nepantla: Views from South*, 1.3, 2000, p. 533-580.

RAJAGOPALAN, Swarna. Grand Strategic Thought in the Ramayana and Mahabharata. In: BJAPAI, Kanti; BASIT, Saira; KRISHNAPPA, V. (orgs.) *India's Grand Strategy: History, Theory, Cases*. New Delhi: Routledge, 2014.

RAJAN, M.S. (org.) *International and Area Studies in India*. New Delhi: Lancer Books, 1997.

RAMAKRISHNAN, A. K. Normative Dimensions of India's International Engagement. In: VANAIK, Achin; BEHERA, Navnita (orgs.) *India Engages the World* (ICSSR Research Survey in Political Science). New Delhi e Oxford: Oxford University Press, 2013, pp. 153-196.

RANA, A.P. The Development of International Studies in India: A Profile of Some Critical Constraints. In: MISRA, K.P.; BEAL, R.C. (orgs.). *International Relations Theory: Western and Non-Western Perspectives*. New Delhi: Vikas Publishing House, 1980, pp. 228-239.

_____. Reconstructing International Relations as a Field of Study in India: A Program for the Disciplinary Development of International Relations Studies. *Studying International Relations, The Baroda Perspective, Occasional Review-I*. Baroda: The Maharaja Sayajirao University, 1988.

RANA, A.P.; MISRA, K.P. Communicative Discourse and Community in International Relations Studies in India: A Critique. In: BJAPAI, Kanti; MALLAVARAPU, Siddhart (orgs.) *International Relations in India. Bringing Theory Back Home*. New Delhi: Orient Longman, 2005, pp. 71–122.

SAHNI, Varun. The Fallacies and Flaws of Area Studies in India. *International Studies*. v. 46, 2009, pp. 49-68.

SARAIVA, José Flávio Sombra. História das relações internacionais: o objeto de estudo e a evolução do conhecimento. In: _____. (org.). *História das Relações Internacionais Contemporâneas: da sociedade internacional do século XIX à era da globalização*. São Paulo : Saraiva, 2008, p. 7-40.

_____. Autonomia na Inserção Internacional do Brasil: Um Caminho Histórico Próprio. *Contexto Internacional*, Rio de Janeiro, vol. 36, nº 1, janeiro/junho 2014, p. 9-41.

SARKAR, B.K. Hindu Theory of International Relations. *American Political Science Review*, v. 13, no. 3, 1919, pp. 400-414.

SEBASTIAN, Leonard C; LANTI, Irman G. Perceiving Indonesian approaches to international theory. In: ACHARYA, Amitav; BUZAN, Barry (orgs.) Non-western international relations theory. Perspectives on and beyond Asia. London: Routledge, 2010, pp. 148-173.

SELIS, Lara Martim Rodrigues. Infiltração clandestina: a questão da diferença no pensamento latino-americano. *Rev. Carta Inter.*, Belo Horizonte, v. 13, n. 2, 2018, p. 171-194.

SEN, Amartya. *The Argumentative Indian. Writings on Indian Culture, History and Identity*, London: Penguin Books, 2005.

SHAHI, Deepshikha. Teaching International Relations in India: from pedagogy to andragogy. E-international relations. Disponível em: http://www.e-

ir.info/2016/10/29/teachinginternational-relations-in-india-from-pedagogy-to-andragogy/ Acessado em 12 de setembro de 2019.

SINGH, Balmiki Prasad. *India's Culture: The State, the Arts, and Beyond*. Oxford: Oxford University Press, 2009.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* Tradução de Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa e André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

SPODE, Raphael. An Inquiry into the Moral and Religious Dimensions of International Politics: the Thought and Contribution of Rui Barbosa. *Contexto Internacional*, vol. 39 (1), Jan/Abr 2017, p. 53-73.

TANHAM, George K. *Indian Strategic Thought. An Interpretative Essay*. California: National Defense Research Institute (RAND), 1992.

THAKUR, Vineet. India's Strategic Practice and the Return of History. *E-international relations*. Disponível em: https://www.e-ir.info/2012/01/23/review-indias-strategic-practice-and-the-return-of-history/ Acessado em 13 de setembro de 2019.

URT, João Nackle. How Western Sovereignty Occludes Indigenous Governance: the Guarani and Kaiowa Peoples in Brazil. *Contexto Internacional*, vol. 38 (3) Sep/Dec 2016, p. 865-886.

VIVEKANANDAN, Jayshree. *Interrogating International Relations: India's Strategic Practice and the Return of History*. New Delhi. Routledge, 2011.

WÆVER, Ole. The Sociology of a Not So International Discipline: American and European Developments in International Relations. *International Organization*, 52 (4), Autumn 1998, p. 687-727.

WALKER, R. B. J. Realism, Change, and International Political Theory. *International Studies Quarterly*, Vol. 31, No. 1 (Mar., 1987), p. 65-86.

WALTZ, Kenneth. *Theory of International Politics*. New York: Random House, 1979.

MONÇÕES
Revista de Relações Internacionais da UFGD
ISSN 2316-8323

EXCLUSÃO DO SUJEITO NEGRO E A NEGAÇÃO DE RAÇA NA PRODUÇÃO ACADÊMICA EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS NO BRASIL

ANANDA VILELA DA SILVA OLIVEIRA

Doutoranda em Relações Internacionais pelo Instituto de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – IRI/PUC-Rio.
E-mail: ananda.vilela@hotmail

RESUMO: Um sistema político forjado na lógica da branquitude e o racismo à brasileira impõem classificações de superioridade e inferioridade nas hierarquias sociais. Com isso, sujeitos negros, definidos a partir de discursos científicos racistas são supostamente irracionais e desprovidos de inteligência, enquanto sujeitos brancos colhem os privilégios adquiridos por meio da exploração indébita da mão de obra escravizada. Pensar a disciplina de Relações Internacionais no Brasil é entender que esse contexto de exploração, apropriação e extermínio da população negra no país permeiam os debates acerca do internacional neste campo do saber, mesmo que silenciados por mecanismos de exclusão de produção de conhecimento na ciência moderna. Sob esta égide, este artigo busca entender como a categoria raça, e o contexto racial no Brasil atravessam a construção do campo das RI no país. Na intenção de expandir os debates historiográficos acerca da institucionalização de cursos de pós-graduação em RI no Brasil, faz-se uso de uma abordagem decolonial em perspectiva afrodiaspórica. Para tal, empreende-se um levantamento bibliográfico sobre RI no país, tangenciando categorias como colonialidade, racismo e epistemicídio como ferramentas analíticas que possibilitam a leitura da colonialidade do conhecimento no ensino e pesquisa das RI.

PALAVRAS-CHAVE: Exclusão do negro; produção de conhecimento; Teoria das Relações Internacionais.

THE EXCLUSION OF THE BLACK SUBJECT AND THE NEGATION OF RACE IN THE ACADEMIC PRODUCTION IN INTERNATIONAL RELATIONS IN BRAZIL

ABSTRACT: A political system forged in the logic of whiteness and Brazilian racism imposes classifications of superiority and inferiority in social hierarchies. As such, black subjects, defined from racist scientific discourses, are irrational and unintelligent, while white subjects reap the privileges acquired through the improper exploitation of enslaved labor. To think about the discipline of International Relations in Brazil is to understand that this context of exploitation, appropriation and extermination of the black population in the country permeates debates about the international in this field of knowledge, even if silenced through the mechanisms of exclusion of knowledge production in science. Modern. Under this umbrella, this article seeks to understand how the category race and racial context in Brazil cross the construction of the IR field in the country. In order to expand the historiographical debates about the institutionalization of postgraduate courses in IR in Brazil, a decolonial approach in afrodiasporic perspective is used. To this end, a bibliographic survey on IR in the country is undertaken, tangential categories such as coloniality, racism and epistemicide as

analytical tools that enable the reading of the coloniality of knowledge in the teaching and research of IR.

KEYWORDS: Black exclusion; knowledge production; Theory of International Relations**.**

1. Introdução

> *O conhecimento científico que os negros necessitam é aquele que os ajude a formular teoricamente – de forma sistemática e consistente – sua existência de quase 500 anos de opressão.*
>
> *Abdias do Nascimento.*

Há muitos trabalhos sobre a historiografia do curso de Relações Internacionais no Brasil (MIYAMOTO, 1999; 2003; HERZ, 2002; SANTOS, 2005; JULIÃO, 2009; 2012; FERREIRA, 2015; TOSTES, SILVA, 2017). Cada um, à sua maneira, coloca o surgimento das RI, como disciplina, em um contexto de demanda política interna por maior internacionalização do país. Destacam-se, nesse período, as conquistas nacionais no sistema internacional, sua importância enquanto ator periférico das relações internacionais e a ampliação do interesse da opinião pública nessas questões. Em poucas palavras, o internacional, no contexto imediato aos primeiros cursos de RI do país, passava a ter maior relevância nas políticas domésticas e isso demandava um curso especializado em análises do sistema internacional e as relações entre Estados (FERREIRA, 2015).

Contudo, essas análises não levam em conta dois fatores importantes do contexto histórico do país: a ditadura militar e o racismo inerente à sociedade brasileira. Nesta, embora atualmente 54% da população declare-se negra[1], tal parcela permanece subrepresentada nas instâncias políticas, econômicas, sociais, culturais e acadêmicas. Segundo Thula Pires (2018, p. 1056), "desde a invasão europeia e consolidação do projeto colonial em terras brasileiras, a raça determina a hierarquia a partir da qual se organizam relações intersubjetivas e, principalmente, institucionais". Nesse sentido, atentar-se para as relações de raça no contexto da criação do curso de RI no Brasil oferece outro olhar sobrea construção e consolidação da disciplina. Esta que, seguindo moldes norte-americanos, mostra-se

[1] IBGE. População chega a 205,5 milhões, com menos brancos e mais pardos e pretos. Disponível em <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/18282-populacao-chega-a-205-5-milhoes-com-menos-brancos-e-mais-pardos-e-pretos>. Acesso em 16 de maio de 2019.

um reduto branco, resultando em um curso com professores “brancos que ensinam em departamentos brancos e publicam em jornais brancos” (VITALIS, 2015, p. 13).

Entendendo que toda produção de conhecimento se dá de maneira situada, localizada (HARAWAY, 1995) e a partir de necessidades e fomentos políticos, considero necessária a contextualização da institucionalização da área de Relações Internacionais no Brasil. Indo além das muitas obras que contextualizam essa construção do campo, busco demonstrar através de uma perspectiva afrodiaspórica o que foi silenciado e/ou negado enquanto relevante na consolidação do campo. De acordo com Nascimento (1980, p. 160) “o racismo constitui a espinha dorsal psico-sóciocultural que faz da sociedade convencional brasileira uma entidade intrinsecamente preconceituosa e discriminadora dos descendentes afro-negros”. Portanto, analisar a construção da disciplina sem considerar sua composição branca (VITALIS, 2015) oferece uma análise enviesada dela, encobrindo a branquitude como raça hegemônica e não nomeada no curso.

Dessa forma, volto a atenção para o contexto histórico-político-social-econômico imediato à institucionalização dos primeiros cursos em RI no Brasil, que propiciaram seu fortalecimento e afastaram suas proposições das demandas de mais da metade da população brasileira, a saber, a população negra. Com isso em mente, empreendo uma revisão bibliográfica acerca da institucionalização no curso no país, já amplamente conhecida entre os teóricos de RI no Brasil, bem como uma ampliação dos debates sobre raça neste campo de estudos. Para tal, este artigo é dividido em três seções distintas além desta breve introdução. A primeira seção se debruça sobre as conceituações acerca de raça, racismo e branquitude compreendendo que essas categorias e conceitos permeiam as relações sociais da sociedade brasileira como um todo e, portanto, a institucionalização do curso no país. A segunda seção trabalha as ideias de colonialidade e epistemicídio, uma vez que essas categorias são base para a construção do conhecimento moderno tal como entendemos hoje. A terceira seção aborda especificamente a construção do campo de RI no Brasil, colocando-a no contexto da ditadura militar brasileira, que mesmo cerceando debates autônomos dentro desta área do saber, se beneficiou do silêncio em torno das questões de raça e racismo por parte da elite que compunha

esse curso. Com uma leitura afrodiaspórica, me atento às exclusões do curso e a perpetuação de práticas educacionais excludentes à população negra.

2. Raça: marcador de diferenças e possibilidades

No Brasil, estruturado por um sistema político forjado na branquitude, os efeitos da violência física e epistêmica perpetrada contra sujeitas e sujeitos negros são diferentes de outros contextos históricos. Aqui, a humanidade de povos negros, sequestrados da África e trazidos para o continente, foi negada. O processo de escravização de povos negros os definiu como objetos e propriedade de senhores brancos (NASCIMENTO, 2016). Na mesma linha de argumentação de Frantz Fanon (1979), povos negros foram alocados na zona do não ser, enquanto sujeitas e sujeitos brancos compõem a zona do ser. Fanon explica que o mundo colonizado é um mundo maniqueísta. Nele, colonos e colonizados são separados na zona do ser e na zona do não ser. Na zona do ser, o opressor faz existir o domínio, a pilhagem, a exploração (FANON, 1979), nela há saúde, riqueza, segurança. Já na zona do não ser só há violência, espoliação, a insegurança é regra, não exceção (FANON, 1979). Com esse olhar, o mundo maniqueísta é pensado a partir dos termos da zona do ser, mas aplicados em qualquer contexto. Em outras palavras, existe a imposição de um imaginário que não condiz com a realidade da zona do não ser. Em contexto brasileiro, a branquitude como um sistema político (BENTO, 2002) forja realidades degradantes ao povo negro.

Com isso, sujeitas e sujeitos brancos, em detrimento de povos negros e indígenas, foram posicionados em altos níveis de hierarquia em uma escala de classificação de povos, devido às estruturas moderna-coloniais de governar que foram naturalizados por classificações e hierarquizações de humanidade, inteligência e moralidade que possibilitam a alguns chegar a patamares inalcançáveis para outros (BENTO, 2002). Essa branquitude, então, vai além de uma carga identitária, se transformando em normas, padrões e pactos que sustentam um sistema de supremacia branca (BENTO, 2002). Logo, é sob a lente da branquitude que se constrói a visão que é perpetuado sobre o povo negro na

sociedade brasileira, no sistema educacional e nas RI como disciplina de forma particular.

O estudos de branquitude no Brasil, elaborados por teóricos afrodiaspóricos como Maria Aparecida da Silva Bento, que no contexto da psicologia traz contribuições para os estudos críticos da branquitude, apresenta a branquitude como "construção social e história, [que] possibilita aos indivíduos se situarem no interior de uma formação coletiva, sólida, uma comunidade de negação, que nega e exclui da realidade o que não interessa" (BENTO, 2014, p. 18). A branquitude, então, se mostra como uma norma na sociedade, um ponto de vista no qual as pessoas brancas olham a si mesmas e aos outros. Assim, a branquitude faz referência a práticas que, mesmo que não marcadas ou nomeadas, estão ocultas e atuando nas relações sociais (BENTO, 2014).

Nesses termos, cria-se um padrão de civilização que consolida normas para a sociedade, estabelece as posições que cada classe social/raça pode ser colocada. Uma maneira de posicionar esses sujeitos foi por meio do estabelecimento do conhecimento científico como única possibilidade de verdade. Nesse sentido, nas incessantes tentativas do Ocidente de universalizar seu próprio saber, René Descartes propôs a divisão mente e corpo no sujeito. Com essa segmentação o teórico pretendia substituir o conhecimento teológico, abandonado pelo movimento de secularização iluminista, apresentando o homem como capaz de produzir um conhecimento universal tal como um olho de Deus, que tudo vê, tudo produz, tudo explica (GROSFOGUEL, 2016). Como nos informa Grosfoguel (2016), para defender a universalidade do conhecimento humano Descartes parte de dois argumentos diferentes, um ontológico e um epistemológico.

Ontologicamente, Descartes propôs um dualismo entre mente e corpo, em que mente é uma substância diferente daquilo que a contém (GROSFOGUEL, 2016). Sem esse dualismo ontológico, seria impossível afirmar um conhecimento universal, posto que a mente estaria localizada num corpo, num lugar específico em um tempo particular. Já o segundo argumento é de ordem epistemológica e surge da afirmação de que o "Eu" alcança seu conhecimento por meio de um monólogo interno do sujeito com ele próprio, chamado método do solipsismo (GROSFOGUEL, 2016). Com essa acepção, exclui-se a ideia de um saber dialógico e, portanto,

social, vide que as relações sociais não estão perdidas no tempo e no espaço, mas bem localizadas.

Dessas afirmações, questiona-se: quem é o sujeito universal cartesiano? De acordo com Enrique Dussel (2008), Descartes em nenhum momento se referiu a um sujeito colonizado, um corpo negro ou indígena, ou mesmo à mulher. Dessa forma, obtém-se que este sujeito universal é o homem branco europeu, excluindo do âmbito do dualismo ontológico, corpo e mente, todos os "Outros" desse sujeito. Afinal, como afirma Mbembe (2014, p. 27), "o hemisfério ocidental considerava-se o centro do globo, o país natal da razão, da vida universal e a verdade da Humanidade". Entendendo que a criação de teorias parte da construção social do discurso, pode-se inferir que a divisão mente e corpo do sujeito cartesiano foi projetada de forma a justificar a realidade social de exclusão desses "Outros" da vivência social.

Nesse contexto sócio-político da branquitude, a negação do negro como um sujeito moderno advém da racialização e subjugação de seu corpo dentro do quadro do colonialismo. Para Frantz Fanon (2008), raça é o adjetivo dado ao ressentimento amargo, ao irrepreensível desejo de vingança daqueles que lutaram contra a sujeição e foram obrigados a sofrer no contexto de escravidão e sequestro de povos africanos de seu continente para terras longínquas. Por conseguinte, defendo aqui a ideia compartilhada por autores decoloniais latino-americanos: raça, como construção social, está no centro de um sistema hierárquico que produz diferenças (QUIJANO, 2000). Conforme Mbembe (2014, p. 70), "a raça é uma das matérias-primas com as quais fabricamos a diferença e o excedente, isto é, uma espécie de vida que pode ser gasta sem reservas". Essas diferenças, por sua vez, criam e reproduzem representações do negro, que se apresentam como subsídios para a sua exclusão das esferas sociais brancas. A classificação por raça permite localizar os corpos que são estigmatizados, excluídos, derrotados, desqualificados, internados ou expulsos (MBEMBE, 2014) e os que são colocados em altas posições nas hierarquias sociais. Assim, ainda que uma invenção de elites racistas, a raça enquanto fator social e simbólico.

Assim, conforme Fanon (2008), o complexo de inferiorização de sujeitos negros obedece a um duplo processo: inicia-se com uma desvantagem econômica; e, atinge uma interiorização, "*uma epidermização dessa inferioridade*" (2008, p. 28

grifo nosso). Contudo, movimentos sociais e intelectuais negros buscam maneiras diversas de contrapor a essas práticas normativas e esse sistema político excludente. Para isso, o Mbembe, inspirado por Fanon, propõe um gesto de autodeterminação e reconhecimento de si mesmo, da identidade negra como propulsora de conhecimentos específicos, de saberes localizados, um "modo de presença em si, olhar interior e utopia crítica" (MBEMBE, 2014, p. 58). Nesse momento, o negro passa a dizer sobre si mesmo, a encontrar sua história e ancestralidade, a reunir fragmentos dispersos de sua comunidade em todo o mundo. Portanto, enquanto em um primeiro texto, a razão negra seria uma "consciência ocidental do Negro", a segunda proposição se refere a uma "consciência negra do Negro" (MBEMBE, 2014), um ato de reconhecimento e reinserção na história, agora pelos próprios termos.

Nessa perspectiva, Mbembe dissolve o ideário de dualismo ontológico do sujeito cartesiano. Para o autor, é nesse contexto de declaração da identidade negra que a razão negra remete à indissociação entre o instinto animal e a ratio do negro (MBEMBE, 2014). Se o sujeito cartesiano empreende a tentativa de oposição à animalidade, o sujeito negro não o faz. Assim, o que está em jogo na discussão acerca da razão negra são as disputas sobre as regras de definição do Negro, sua identidade, seu espírito animal e as condições em que essa ratio pode penetrar nessa animalidade (MBEMBE, 2014).

Contudo, a reivindicação de reconhecimento da capacidade racional de sujeitos negros e sua potencialidade de produção de conhecimento, não sendo apenas objeto dele, não se dá de maneira fácil. Como demonstra Fanon (2008), no interior da sociedade ocidental e racista, a aceitação e respeito à diversidade ontológica e epistemológica é ainda uma pedra angular nas relações sociais. Uma vez que a branquitude estrutura a sociedade ocidental, a identificação do povo negro com sua própria comunidade ocorre de maneira lenta e processual, dificultando o sentimento de comunidade e coletivização de sujeitos negros. São nessas tentativas de demolição do mito sobre o homem negro, de sua incapacidade e animalidade, que o negro busca ocupar os espaços aos quais lhe foram negados.

3. Colonialidade e epistemicídio na ciência moderna

As tentativas de descolonizar o pensamento e transversalizar raça como estruturantes das relações sociais entre povos e culturas, bem como o descentramento do conhecimento moderno surgem desde proposições das teorias pós-coloniais. Entretanto, como afirma Mignolo (1998), o pós-colonialismo ainda mantem um certo compromisso narrativo euro-estadunidenses. Com isso, na medida em que não há uma ruptura com discursos e narrativas acabam por reforçar as bases epistemológicas hegemônicas. Neste contexto de críticas ao eurocentrismo, teóricos como como Ramón Grosfoguel, Walter Mignolo, Enrique Dussel, Arturo Escobar, Aníbal Quijano, Santiago Castro-Gómez, Nelson Maldonado-Torres formaram o Grupo Modernidade/Colonialidade (BALLESTRIN, 2013). Alguns desses autores, apesar de se inspirarem em teorias europeias, se esforçam por romper com o discurso hegemônico, propiciando um viés crítico latino-americano buscam se distanciar das amarras do conhecimento ocidental.

Consoante com estudos pós-coloniais, os teóricos decoloniais denunciam o provincianismo da produção de conhecimento. Segundo suas premissas, a estrutura epistêmica contemporânea baseada em homens ocidentais advém de apenas cinco países: França, Inglaterra, Alemanha, Estados Unidos e Itália (GROSFOGUEL, 2016). Nas Relações Internacionais a mesma questão é abordada, incluindo neste grupo de países teóricos australianos que se traduziu na Escola Inglesa de RI, que, em menor medida, contribuem para a disciplina (JONES, 2006). Logo, isso demonstra que a produção de conhecimento está demarcada geograficamente, indo contra a própria pretensão de ciência universal não situada.

Com efeito, a geopolítica do conhecimento, a inscrição geográfica do pensamento (MALDONADO-TORRES, 2008; MIGNOLO, 2002), tende a estabelecer um lócus de enunciação, que determina um dos critérios de autorização e legitimação da produção de saber. Em outras palavras, somente os saberes produzidos desde e por Europa e Estados Unidos serão legitimados, enquanto tantos outros serão invisibilizados. Assim, essa geopolítica se organiza negando a diversificação epistemológica de diferentes culturas através da história, por meio de imposições coloniais de conhecimentos alheios as realidades sociais fora da Europa

ou Estados Unidos (MIGNOLO, 2002). Se dá, então, a exclusão, a desautorização, a deslegitimação e a apropriação da diversidade de saberes em nome de uma ciência universal construída por poucos países.

Nessa esteira, Castro-Gómez nos orienta que a colonialidade do poder de Quijano (2000) tende a ampliar e corrigir "o conceito foucaultiano de 'poder disciplinar', ao mostrar que os dispositivos pan-óticos erigidos pelo Estado moderno inscrevem-se numa estrutura mais ampla, de caráter mundial, configurada pela relação colonial entre centros e periferias devido à expansão europeia" (2005, p. 87).. De acordo Maldonado-Torres (2008), a colonialidade do poder é um padrão de dominação específico que articula raça e capitalismo, é "um modelo de poder especificamente moderno que interliga a formação racial, o controle do trabalho, o estado e a produção de conhecimento" (MALDONADO-TORRES, 2008, p. 88). A colonialidade, como defende Mignolo (2010), é uma estrutura de níveis entrelaçados composta pelo controle da economia, controle da autoridade, controle da natureza e dos recursos naturais, controle do gênero e da sexualidade e controle da subjetividade e do conhecimento.

O controle da produção de conhecimento estabelece a colonialidade do saber. Como defende Edgardo Lander (2000), a colonialidade do saber, por si, não tem somente um caráter eurocêntrico, mas se articula com as formas de domínio colonial e neocolonial dos conhecimentos das Ciências Sociais e das humanidades. Essa articulação perpassa os anos, e ainda performa um papel relevante para o domínio imperial/neocolonial. A colonialidade do saber em um contexto político social de branquitude, em conjunto com um racismo estrutural a sociedade brasileira, se traduz um racismo epistêmico, que passa a proibir a produção autônoma de conhecimento (GROSFOGUEL, 2016). Contudo, sujeitos negros produzem conhecimento, bem como qualquer ser humano. Esses conhecimentos são obliterados pelos processos de produção dominantes, em nome da universalidade de saberes provincianos, propostos por poucos, cinco países (GROSFOGUEL, 2016). A essa negação de epistemologias, que serve aos interesses dessa sociedade dominante, Boaventura de Sousa Santos chama epistemicídio, "a supressão dos conhecimentos locais perpetrada por um conhecimento alienígena" (SANTOS e MENEZES, 2010, p. 17). Essa violência

epistêmica, também denunciada por Castro-Gomez (2005) e outros teóricos decoloniais, culminou na redução da diversidade epistemológica do mundo, a favor de um conhecimento universal, que não respeitou as condições históricas sob as quais foi introduzido, nem os conhecimentos outros que suprimiu.

A busca pela universalidade do sistema de conhecimento ocidental, então, é levada a cabo via supressão da diversidade de conhecimentos ao longo da história, principalmente, mas não somente, durante o contexto colonial e pós-colonial da América Latina. O projeto de modernidade instaurou a necessidade de validação dos saberes desde o reforço das formas de poder e dominação colonial. A classificação e categorização dos negros e indígenas como inferiores e incapazes de produzir conhecimento afirmou a capacidade do "Eu" europeu de falar por eles, munidos de uma autoridade e legitimidade científica (SMITH, 2012). Segundo Linda Tuhiwai Smith (2012), o contexto de invalidação de conhecimentos acarretou na consolidação de saberes, sistemas de categorização, tecnologias e modos de organização social registrados sobre os povos nativos, tanto de América quanto te África, como propriedade do conhecimento do arquivo cultural ocidental. Logo, a construção de um aparato científico que coloca o nativo como objeto do saber do homem branco, e o reforço de sua autoridade como único produtor possível desse conhecimento. Observo, então, a colonialidade do saber em sua funcionalidade principal: colonizar as mentes dos colonizados, de modo a enxergarem apenas essa opção de conhecimento como viável.

No cenário de destituição da humanidade de sujeitos negros e negação de sua racionalidade, os conhecimentos e culturas africanas são obliterados e apagados, deslegitimados e desvalorizados. Como afirma Nascimento (2016), existem obstáculos teóricos e práticos que impedem a afirmação dos afro-brasileiros, e dos negros em qualquer contexto, como elementos constitutivos e construtores da vida cultural e social brasileira. Na mesma linha, Smith (2012) reforça a ideia de que as abordagens ocidentais se veem como as únicas possíveis, corretas, as únicas capazes de dar algum sentido a realidade, as únicas aptas à produção cultural. Isso se explica pelas formas de abordar os indígenas e negros como imersos em uma noção de superioridade civilizacional ocidental, também pela ambição europeia, e estadunidense num contexto atual, de impor seu ideal de

progresso e racionalidade a todos os seres humanos da terra, um destino manifesto de levar a civilização – ocidental – a todos os cantos do mundo. Aos olhos dessa cultura dominante, a criatividade cultural do "outro", indígena e negro, não passa de uma curiosidade etnográfica, e sem valor artístico: "para se aproximar da 'categoria' da 'arte sagrada' do ocidente, o artista negro teria de esvaziar sua arte do seu conteúdo africano e seguir modelos branco-europeus" (NASCIMENTO, 2016, p. posição 2391).

Nesta conjuntura, Nascimento (2016), acerca do contexto afro-brasileiro, denuncia que os brancos, o Ocidente no geral, além dos órgãos de poder – governo, leis, capitais, forças armadas, polícia – possuem poderosos implementos de controle social e cultural: o sistema educativo, comunicação de massa e produção literária. Então, "todos esses instrumentos estão a serviços dos interesses das classes no poder [os brancos] e são usados para destruir o negro como pessoa e como criador e condutor da própria cultura" (NASCIMENTO, 2016, p. posição 1951). De acordo com Ramón Grosfoguel (2016) essa situação se dá desde a criação de um aparato institucional/acadêmico que serve aos interesses brancos, negando a capacidade intelectual dos sujeitos negros de produzir conhecimento.

A exclusão do negro dos âmbitos de construção de saber é histórica. A negação da razão negra, que sim, existe, é flagrante. O projeto de conhecimento científico da modernidade objetificou os corpos negros, negando sua capacidade de autoridade e de busca pelo saber, produzindo conhecimentos que não atendem aos interesses e demandas de povos negros, reduzindo seu ser a um corpo biológico, irracional, animalizado. Nesse contexto, faz-se urgente o descentramento das ciências modernas e o reconhecimento da contribuição de conhecimentos múltiplos para a sua construção.

De acordo com Silvio Almeida (2018, p. 37), "em uma sociedade em que o racismo está presente na vida cotidiana, as instituições que não tratarem de maneira ativa e como um problema a desigualdade racial irão facilmente reproduzir as práticas racistas já tidas como 'normais' em toda a sociedade". Portanto, é esse racismo institucional e estrutural que consolida as posições dos negros em baixos níveis de escolaridade e, como consequência, com baixos níveis salariais e sendo mão de obra barata. Não é à toa que as universidades estão cheias de brancos,

enquanto os negros estão no chão de fábrica, nas favelas, nas prisões, ou seja, na zona do não ser, conforme proposta por Fanon (1979).

Dessa forma, faz-se necessário a leitura das relações sociais além da forma como este conhecimento ocidental e colonial determinou. A partir disso, Mbembe (2014) defende que apresentar o mundo não reduzido à Europa auxilia na reabilitação da singularidade e da diferença. Nessa esteira, na próxima seção abordo a formação da academia de Relações Internacionais no Brasil e sua institucionalização em torno da colonialidade do poder no contexto da ditadura militar. Além disso, sua consolidação epistemológica importou conceitos estadunidenses de análise em detrimento de conhecimentos afrodiaspóricos potentes para a internacionalização do Brasil.

4. A academia de Relações Internacionais no Brasil

A desumanização de sujeitos negros no Brasil foi colocada em prática no contexto do colonialismo português no país por meio da escravização de povos africanos sequestrados de suas terras e trazido para este lado do atlântico. Nessa esteira, povos foram dizimados, conhecimentos obliterados e uma nova cultura e modo de vida foram impostos. Aqui, então, percebe-se a operação da colonialidade do ser (MALDONADO-TORRES, 2008), relacionando o colonialismo à não existência do "outro", que toma o sujeito negro como carente de ontologia, de essência (FANON, 2008).

Isto posto, é importante salientar a reiteração do colonialismo em corpos negros, mesmo no período pós-independência, portanto, a colonialidade. O Brasil foi o último país na América a abolir a escravidão, demonstrando o reforço da colonialidade na elite brasileira, que se beneficiava socialmente, politicamente e economicamente dessa escravização e desumanização de sujeitos negros. A inferiorização de povos negros, já apontada por Fanon (2008), continuou no Brasil mesmo no período pós-escravidão, uma vez que a lei de abolição não veio acompanhada de assistências e garantias que protegessem os então ex-escravizados no sistema de trabalho livre (FERNANDES, 2008). Como aponta Bento

(2002), o pacto narcísico entre brancos fortalece suas posições na sociedade enquanto subordina o povo negro em torno de suas próprias convicções.

Nos termos desta estrutura supremacista branca, do pacto narcísico da branquitude e do racismo/sexismo inerentes dessa sociedade, houve um processo maciço de embranquecimento da população negra em busca de um padrão euro e brancocêntrico. Como efeito, processos de genocídio físico e cultural e a violência sexual contra as mulheres negras como parte dessas práticas genocidas deu ao Brasil um caráter multirracial. Neste contexto, o regime militar no Brasil marcou um período de ampla disseminação da violência com justificativas de proteção do país contra ameaça comunista. Se no período pós-independência brasileira o medo branco consistia no receio de que os então escravizados se unissem contra as forças dominantes impulsionados pela Revolução Haitiana (GOMES, 2019), durante a ditadura o medo era que o país se tornasse uma nova Cuba no continente. Com isso, a repressão e perseguição a agrupamentos suspeitos pelas autoridades era constante. Atrelado a esse fato, a branquitude como estrutura normativa na realidade brasileira (BENTO, 2002) transformava sujeitos negros em inimigos com base em suas ditas propensões violentas e/ou revolucionárias. Dessa forma, sujeitos negros como Abdias do Nascimento e Maria Beatriz do Nascimento, e tantos outros com menor lastro cultural, eram acusados de subversão da ordem estatal, associação com Embaixadas africanas e apropriação de discurso racial de organizações ditas terroristas (PIRES, 2018).

Todo e qualquer aquilombamento negro era veementemente perseguido pelo Estado. De acordo com Abdias do Nascimento (1980) não houve só quilombos, como formas associativas de resistência ilegais no interior das florestas, mas também quilombos legalizados com fins religiosos, recreativos, beneficentes, esportivos ou culturais. Estes quilombos aceitos seriam “associações, irmandades, confrarias, clubes, grêmios, terreiros, centros, tendas, afoxés, escolas de samba, gafieiras” (NASCIMENTO, 1980, p. 255), que integravam prática de libertação e comando da própria história. Em contexto ditatorial, essas associações eram perseguidas, alvejadas e exterminadas com a justificativa de desordem social. Entretanto, a verdade é que esses agrupamentos colocavam em risco a falsa ideia de democracia racial internacionalmente disseminada e qualquer movimentação que

colocasse em risco essa ordem pretendida desde o mito de democracia racial e expusesse as rupturas sociais e raciais no contexto brasileiro eram neutralizadas. Os agrupamentos negros eram perseguidos Brasil afora, o encontro de muitas pessoas negras caracterizaria um movimento político anti-integracionista (PIRES, 2018). Como defende Thula Pires (2018), não só houve uma violência racial sofrida por negras e negros no período de governo militar, mas também uma "repressão orientada a neutralizar os processos de articulação negra" (PIRES, 2018, p. 1062).

A despeito de afirmações em relação a esses agrupamentos, associações negras não consistem em modos de se fechar ao mundo, excluindo brancos de sua composição, mas sim formas de existência e resistência dentro de uma sociedade racista como o Brasil. Portanto, a repressão contra povos negros refletia o racismo estrutural vigente nesta sociedade. Internacionalmente, o mito da democracia racial representava um orgulho nacional, servindo de modelo para o mundo, uma contribuição brasileira como um país de integração e iguais oportunidades de existência (NASCIMENTO, 2016). Essa imagem era justificada principalmente em comparação aos Estados Unidos, onde a segregação racial era legalizada, via leis Jim Crown, ou o *apartheid* na África do Sul. Satirizando sobre o assunto, Lélia Gonzalez afirma

> Racismo? No Brasil? Quem foi que disse? Isso é coisa de americano. Aqui não tem diferença porque todo mundo é brasileiro acima de tudo, graças a Deus. Preto aqui é bem tratado, tem o mesmo direito que a gente tem. Tanto é que, quando se esforça, ele sobe na vida como qualquer um. Conheço um que é médico; educadíssimo, culto, elegante e com umas feições tão finas... Nem parece preto (GONZALEZ, 1984, p. 226).

Gonzalez satiriza aqui o imaginário social da época, que acreditava não haver racismo no Brasil, ou se fazia passar por um país não racista, uma vez que os países aos quais o Brasil era comparado mantinham a segregação por meios jurídicos. Inclusive, Nascimento (1980) defende a tese de que a realidade social brasileira em muito se assemelhava com a sociedade racista estadunidense, com a diferença de que no Brasil havia (e ainda há) uma maioria de descendência africana e seu papel na edificação do Estado brasileiro foi mais intenso do que nos Estados Unidos, principalmente por conta da duração de quase 400 anos de escravidão.

Com isso em mente, Gonzalez afirma que a sociedade brasileira está permeada pelo que chamou de o *racismo por denegação*. Denegação se refere a não aceitação de algo que contém em si, não somente a não aceitação, mas a negação de que exista, nega-se que é racista, mesmo que as práticas e relações sociais dessa pessoa digam o contrário (GONZALEZ, 1988). Se nos Estados Unidos havia uma segregação ostensiva, aqui havia uma segregação por denegação (GONZALEZ, 1988).

A despeito do que acontecia em âmbito doméstico, com todo o genocídio físico e cultural da população negra em nome de um padrão brancocêntrico de integração racial, a internacionalização do ideal político de democracia racial no país, forjado para servir a um projeto político de supremacia branca, mantinha a falsa ideia de perfeita harmonia e integração entre povos brancos, negros e indígenas (GONZALEZ, 1988). A construção político-histórica dessa autoimagem brasileira foi exportada e usada para legitimar ideologias de branqueamento para dentro, como extermínio físico, social e cultural de povos negros. O mito de democracia racial, inclusive, foi corroborado com a ratificação de três importantes documentos internacionais no que condiz a discriminação: a Convenção 111 OIT (1958), a Convenção relativa à luta contra a discriminação no ensino (1960 e 1968), e a Convenção internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial (1968 e 1969) (PIRES, 2018). Em relação à última convenção, o Brasil usou de seu direito de proibir o acesso aos autos do processo de adesão a convenção a qualquer cidadão que não fosse os representantes do país na ONU (NASCIMENTO, 1980). Dessa informação suspeita-se que o país possa ter aderido à convenção com restrições que permitiriam o contínuo massacre da população negra em território nacional (NASCIMENTO, 1980), que acabaria por quebrar o falso imaginário social internacional de democracia racial brasileira e, por isso, o sigilo do documento.

Ainda, no mesmo período de ratificação destes tratados, o Brasil votava a favor de Portugal, na Assembleia Geral da ONU – especificamente em 1966 – no que condizia a continuação da colonização de países africanos, com a justificativa de que a perda dessas colônias seria de grande impacto econômico para a metrópole (NASCIMENTO, 1980). Neste caso, fica claro como não importava aos

militares brasileiros no governo as tentativas de independência dos povos negros africanos, tampouco as formas de resistência e emancipação de povos negros no Brasil. Nas palavras de Nascimento, esse posicionamento do Brasil nas votações das resoluções da Assembleia Geral refletiam o "desprezo racista, supremacismo branco, elitismo oficial, plasmando uma irredutível posição de antagonismo do Brasil-dirigente com as aspirações de liberdade e independência dos nossos irmãos do continente" (NASCIMENTO, 1980, p. 191).

Em relação ao *apartheid* na África do Sul, o Brasil, à época do regime militar, buscava relações com o país segregado em vistas de ter acesso ao urânio de Pretória. Nessa perspectiva, não importava aos militares a intensa segregação racial, extermínio da população negra, exclusão das instâncias de representação e negação à cidadania de sujeitas e sujeitos negros na África do Sul. As incontáveis tentativas de construção de um tratado do Atlântico Sul, entre Argentina, Brasil e África do Sul entre as décadas de 1960 e 1970 (NASCIMENTO, 1980), exemplificam os interesses reais da branquitude brasileira e, mais uma vez, denuncia o racismo velado existente na política tanto interna quanto externa. O urânio de Pretória se mostra aqui como uma moeda de troca nas relações internacionais, em que o Brasil compra às custas do genocídio da população negra dos dois lados do atlântico.

Com efeito, é neste contexto de mito da democracia racial, racismo por denegação, colheita de privilégios materiais e simbólicos na herança social racial e econômica da branquitude (BENTO, 2002) e posicionamento internacional brasileiro contra a descolonização da África e fortalecimento de povos negros ao redor do mundo, que a disciplina de RI no Brasil é cogitada entre as possibilidades de construção de conhecimento no país. Durante a década de 1970 e 1980, os defensores da institucionalização de um campo de estudos focado nas Relações Internacionais afirmavam a necessidade de tal construção calcados na justificativa de que o país despontava como ator internacional relevante no Sistema Internacional e nas relações econômicas internacionais (MIYAMOTO, 2003).

Nesse sentido, a organização do campo era sugerida e fortalecida a partir da confluência dessas áreas que já estavam mais consolidadas academicamente e que produziam análises sobre o internacional que viriam a ser alocadas nos estudos em RI (LAFER, 2018). Em relação a isto, as primeiras gerações dos cursos de pós-

graduação em RI continham em si uma forte interdisciplinaridade, posto que entre as décadas de 1970 e 2000 existiam apenas dois cursos na área, o que restringia o volume de docentes especializados em RI habilitados a lecionar nesses programas. Assim, os professores que davam aulas nestes cursos advinham principalmente das áreas da Economia, História, Direito e Ciência Política, na quais suas pesquisas tinham alguma proximidade com as RI. Essa confluência de áreas diferentes no campo das RI deu base para os primeiros cursos institucionalizados no país.

A narrativa sobre a construção do curso girava em torno da vinculação dos fundamentos da política externa brasileira e seus interesses desenvolvimentistas durante o período militar (MIYAMOTO, 1999). Como exposto acima, o Brasil, durante as décadas de 1960 e 1970, alinhava sua política externa com Portugal. Com isso, o país posicionava-se contra os movimentos de independência nas colônias portuguesas na África, e tentava, incessantemente, construir a consolidação de um acordo do Atlântico Sul com Argentina e África do Sul, durante o período do *apartheid* racial (NASCIMENTO, 1980). A criação das RI no Brasil, então, responde a demandas internas do regime militar em tecnicizar e qualificar os estudos que possibilitariam melhor posicionamento do Brasil no sistema internacional. As RI, como curso, têm conexão com o posicionamento do Brasil em relação aos impasses internacionais relacionados à independência colonial e segregação racial tanto na África do Sul quanto nos Estados Unidos, uma vez que surgiu justamente para fortalecer esse tipo de política.

Isto posto, o primeiro curso de graduação em Relações Internacionais foi criado na Universidade de Brasília (UNB) em 1974. Não à toa, o lugar escolhido para a implantação do primeiro curso tinha intensa ligação com o quadro de decisão da política nacional, os professores e idealizadores da área no contexto brasileiro atuavam tanto no âmbito acadêmico da universidade, como na formação de diplomatas no Instituto Rio Branco (JULIÃO, 2012). Nesse contexto, a matriz de poder que representa a colonialidade do poder fica ainda mais evidente. O controle político que parte do Congresso Nacional, Palácio do Planalto e Itamaraty se liga com a produção de conhecimento acadêmico que serve ao Estado brasileiro. Uma vez que o Estado empreende o genocídio do povo negro e as teorizações

hegemônicas em RI não se atentam a estas dinâmicas domésticas, os conflitos internos são dissimulados em nome de um Estado unitário e racional externamente.

No regime militar a universidade desempenha um papel estratégico como a representação de um espaço privilegiado de construção do saber. Com um ideário desenvolvimentista voltado para fora, a produção de saber especializado se mostra como um diferencial entre os competidores no mercado internacional. Além disso, a divisão entre a mão de obra pobre e negra e as cabeças pensantes, a elite branca do Estado brasileiro, mostrava-se ainda mais evidente. A representação das forças de poder nesse ambiente e suas respostas a essas correlações de forças faziam da universidade um espaço de legitimação do poder e forças de dominação.

A escolarização de sujeitos negros é deficiente no Brasil desde o período colonial e perpassa os séculos. Através de várias manobras jurídicas e legislativas o acesso de negros a educação foi cerceado de maneira constante desde a primeira república no Brasil. A primeira lei que previa a educação primária gratuita a todos os cidadãos data de 1824, na própria Constituição Imperial (ALMEIDA e SANCHEZ, 2016). Entre as inúmeras reviravoltas legislativas, várias foram as formas de exclusão de sujeitos e sujeitas negras da educação básica, seja por meio da explicita negação desses corpos nas instituições de ensino, como a reforma da instrução primária realizada em 1837 na província do Rio de Janeiro, seja por meio de manobras excludentes, como processos de admissão nas escolas e pagamento de taxas acesso ao ensino, como a reforma Rivadávia Correia, de 1911 (ALMEIDA e SANCHEZ, 2016). Uma vez sem acesso as escolas, por impeditivos estruturais e institucionais, a resistência do povo negro e a busca pela educação formal se deu dentro do próprio movimento negro (PASSOS, 2012). A situação educacional só veio a se transformar e considerar o povo negro a partir do fim do Estado Novo, já na década de 1940, quando os movimentos negros voltaram a se fortalecer com o fim do período ditatorial e, com isso, reivindicar maior acesso à educação (ALMEIDA e SANCHEZ, 2016). Percebe-se aqui o intenso interesse por parte do Estado de cercear qualquer possibilidade de ascensão social do sujeito negro.

Neste artigo essas informações acerca da escolarização de povos negros no Brasil se tornam relevantes na medida em que informam quem eram (e ainda são) os sujeitos que tema acesso à educação superior no país. Uma vez que sujeitas e

sujeitos negros estão lideram os índices de analfabetismo e evasão escolar, como teriam acesso a produção de conhecimento acadêmico nas universidades? Indo além, como alcançaram as altas hierarquias educacionais relacionadas a pós-graduação? A criação do primeiro curso em RI, em 1974, e seu fortalecimento nos anos posteriores não tinha relação com a necessidade de universalização do ensino no país. Por meio das inúmeras formas de exclusão jurídica de acesso à educação, somente com o fortalecimento dos movimentos negros que as demandas por acesso à educação são parcamente atendidas (ALMEIDA e SANCHEZ, 2016). Dessa forma, infiro aqui que as primeiras gerações de cursos de RI no Brasil, bem como todo o sistema universitário, foram pensadas de brancos para brancos.

Considerando a constituição do sistema de ensino universitário como lócus de poder e negociação e inserida na modernidade, este espaço é permeado tanto pela colonialidade que vai além do colonialismo, se traduzindo na colonialidade das mentes e saberes de sociedades pós-coloniais, quanto pelo racismo/sexismo inerente da sociedade brasileira. Na mesma linha de argumentação, Boaventura de Sousa Santos e Maria Paula Menezes (2010) afirmam que o colonialismo tem uma dimensão de dominação epistemológica que tende a produzir e reproduzir uma relação desigual de saber e poder, que conduz ao epistemicídio de culturas e conhecimentos ancestrais.

Nesses termos, teóricos da área da educação defendem que a universidade se torna, então, parte fundamental da engrenagem de um modo colonial de organização, perpetuando uma hierarquização da produção de conhecimento de intelectuais que contemplam o eurocentrismo (MIRANDA, 2006). É de acordo com isso que Boaventura de Sousa Santos e Naomar de Almeida Filho (2008, p. 63), debatendo a democratização da universidade, afirmam que esta “deve dar uma centralidade muito específica às ações contra a discriminação racial”. A universidade, como esse lócus de poder, produz e reproduz sujeitos e subjetividades. A produção de subjetividades imersas em relações de poder no contexto acadêmico se faz por meio de narrativas particulares sobre o indivíduo e a sociedade e auxilia na produção e reprodução de sujeitos, uma vez que corporificam noções particulares de conhecimento (GOMES, 2018).

A institucionalização de RI no Brasil não está isolada dessa engrenagem, pelo contrário, se alinha a ela na produção de conhecimento e consolidação dos programas de pós-graduação. De acordo com Claudia Miranda (2006), em estudos sobre as narrativas subalternas e políticas de branquidade no contexto acadêmico brasileiro, o ofício da academia fora dos países centrais, euro-estadunidenses, tem como função apoiar a pesquisa do intelectual legitimando narrativas construídas dentro do cânone desejado, pesquisas interessadas e sem qualquer neutralidade. Nesse cenário, os processos de marginalização e tematização de áreas especiais das RI resulta na permanência dos debates hegemônicos no cânone euro estadunidense, não sendo reconhecidos outros interlocutores do internacional como parte desse campo do saber.

No caso das RI, demonstravam como a construção do saber pautaria, justificaria e legitimaria o posicionamento brasileiro no sistema internacional. O controle do conhecimento, como exposto pela colonialidade do poder (MALDONADO-TORRES, 2008), se faz presente não só pela proximidade da UNB com o polo de tomada de decisão no Brasil, mas também com a relação e a presença dessas forças de poder, desses tomadores de decisão no contexto da universidade.

Na construção da tendência que seria a criação de cursos de RI no Brasil, foi criado em 1979 o segundo núcleo de estudos na área, o Instituto de Relações Internacionais (IRI) da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RIO) (VIGEVANI, THOMAZ e LEITE, 2016). Ao contrário da UNB, o IRI criou-se inicialmente como um espaço de pesquisa em RI. Dessa forma, o mestrado foi criado no instituto em 1987, já o doutorado foi institucionalizado em 2001. Na UNB, o mestrado em RI foi institucionalizado em 1984, enquanto o doutorado em 2002. De 1984 a 2001, os dois institutos de pesquisa eram os únicos a promover o conhecimento na área de RI especificamente. Além destes, a pesquisa de relações internacionais se dava no âmbito das linhas de pesquisa em mestrados e doutorados na área de História, Direito e Economia (MIYAMOTO, 1999; JULIÃO, 2012; VIGEVANI, THOMAZ e LEITE, 2016).

O crescimento do número de cursos no Brasil foi impulsionado em grande parte por medidas político-institucionais de regulação da educação superior em nível

federal e subnacional (FERREIRA, 2015). Assim, a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996, a Lei 10.861/2004, que estabeleceu um sistema de avaliação do sistema nacional de educação superior e a Lei 11.096/2005 que instituiu o Programa Universidade para Todos – PROUNI (FERREIRA, 2015), a universidade ganhou outro caráter nos níveis de educação no país. As condições educacionais no Brasil desde 1990, com as inúmeras medidas governamentais de regulação da educação superior resultou em 84 novos cursos de graduação em RI no país entre 2001 e 2015 (FERREIRA, 2015). Esse crescimento, no entanto, enfrentava problemas estruturais no que condizia a falta de professores especializados na área para alcançar a demanda dos novos cursos. Por um tempo, isso se mostrou como um desafio à expansão dos cursos de pós-graduação nessa área, portanto, enquanto os cursos de graduação aumentavam exponencialmente e demandavam mais profissionais aptos ao ensino, os cursos de pós enfrentavam a falta de docentes especializados neste campo (MIYAMOTO, 2003).

Com o aumento da demanda por docentes e analistas especializados neste campo do saber, além das tendências liberalizantes com o fim da Guerra Fria e a reconstrução política dos países periféricos, o governo federal empreendeu novos financiamentos para a criação de novos programas de pós-graduação na área. Sob o governo de Fernando Henrique Cardoso a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) divulgou o edital San Tiago Dantas, que tinha como objetivo "desenvolver o ensino de pós-graduação em relações internacionais em instituições públicas, formando assim recursos humanos de alto nível, fortalecendo e ampliando programas de pós-graduação existentes e criando novos" (CAPES, [2001] 2008). Esse edital destinou R$ 800 mil a cada um dos cinco cursos projetos aprovados, sendo eles os programas de pós-graduação em Relações Internacionais da Universidade Estadual Paulista, Universidade de Campinas e PUC-SP (2003), da Universidade Federal Fluminense (UFF) (2008), da Universidade Federal do Rio de Grande do Sul (UFRGS) (2002)[2] e da UNB (2002), que

[2] Destaco que os mestrados em Relações Internacionais da UFF e da UFRGS foram extintos em 2007 e 2011, respectivamente. Ambos, por meio de editais de incentivo governamentais, se transformaram em mestrado em Estudos Estratégicos, mantendo grande parte da grade docente dos cursos anteriormente constituídos.

institucionalizou seu doutorado por meio desse incentivo (VIGEVANI, THOMAZ e LEITE, 2016).

Nesse caso, e no contexto de editais posteriores[3] de apoio aos programas de pós-graduação em Relações Internacionais (PPGRI),[4] percebe-se a intenção estatal do fortalecimento da área de RI como um campo chave para a leitura do internacional em contexto brasileiro. Ainda, vê-se a colaboração de ministérios e agentes políticos no desenvolvimento da área. Assim, para além dos já citados programas, outras universidades como PUC-Minas, Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e Universidade de São Paulo (USP) institucionalizaram seus programas de pós-graduação na área (VIGEVANI, THOMAZ e LEITE, 2016). Atualmente, existem onze PPGRI no Brasil, segundo dados da Plataforma Sucupira (CAPES, 2018), além dos já citados, excluindo os já extintos, existem agora programas na Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e Universidade Federal de Uberlândia (UFU).[5]

Insta salientar a constituição desses programas em sua maioria na região sudeste do país, seis (PUC-Rio, PUC-Minas, UNESP, UFU, USP, UERJ), dos onze programas, estão no Sudeste, um no Distrito Federal (UNB), três no Nordeste (UFBA, UEPB e UFBP) e um no Sul (UFSC). Aqui, percebe-se a geopolítica do conhecimento, tal como abordada pelas teorias decoloniais (MALDONADO-TORRES, 2008; MIGNOLO, 1996; 2003). Com efeito, a geopolítica do conhecimento, a inscrição geográfica do pensamento (MALDONADO-TORRES, 2008; MIGNOLO, 2002), tende a estabelecer um *lócus* de enunciação, que determina um dos critérios de autorização e legitimação da produção de saber. Assim, essa geopolítica se organiza a diversificação nas margens, através da história, das diferenças coloniais e imperiais (MIGNOLO, 2002).

[3] Edital San Tiago Dantas (2001) e edital Renato Archer (2006), da CAPES; edital Pró-Defesa (2005, 2008 e 2013); edital Pró-Estratégia (2011) (VIGEVANI, THOMAZ e LEITE, 2016).
[4] Foram considerados aqui somente os programas que se autodenominam explicitamente como programas de pós-graduação em Relações Internacionais.
[5] O mestrado em Relações Internacionais na Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), não foi contabilizado, uma vez que sua criação data de 2019, e os dados obtidos são de 2018.

O conhecimento no Brasil é construído desde sua proximidade com as forças dominantes de poder. Assim, não é de se estranhar que a maioria dos programas se encontram no Sudeste, polo econômico, político e industrial do país. A colonialidade do poder é vista mais uma vez, posto que essa região teve vantagens em direção ao desenvolvimento político e econômico desde o período colônia, transformando-se no polo produtivo no país. O Sudeste, como esse polo das relações de poder, colhe os privilégios simbólicos, econômicos, políticos e culturais do colonialismo, que tem como consequência a colonialidade do saber, que acompanha as forças de poder e, no contexto internacional, é produzido um conhecimento desde o eixo euro-estadunidense.

O mesmo Estado brasileiro que promoveu e promove o genocídio da população negra em nome do ideal de democracia racial é o Estado que financiou a criação de programas de pós-graduação em RI. Da mesma forma, é o Estado que reivindicava a internacionalização desse ideal, como um Estado unitário, homogêneo e democrático, tal como preconiza as teorias hegemônicas nas RI, como Realismo e Liberalismo. Epistemologicamente, as teorias hegemônicas dão base para imagem que o Brasil intenciona internacionalizar, negando os conflitos e disputas raciais e em torno da falsa democracia racial no interior das fronteiras estatais. Contudo, são esses mesmos conflitos e disputas que permeiam as decisões governamentais, como o apoio do país às práticas coloniais portuguesas, ou a negação de acesso a sujeitos negros à educação desde o nível básico ao universitário, ou a criação de um curso como RI, elitista e branco (VITALIS, 2015), tanto no Brasil como no mundo.

Institucionalmente, observamos a consolidação de um curso permeado pelas estruturas racistas da sociedade brasileira, respondendo e reforçando essa estrutura por meio da colonialidade, branquitude e pacto narcísico. Nos termos do crescimento das universidades no Brasil é difícil quantificar a população negra nesse nível de ensino, uma vez que existe uma dificuldade num contexto maior de dados em relação a escolarização de sujeitas e sujeitos negros com a extinção da classificação por raça nas pesquisas de censo da população. Essa extinção informa muito sobre o ideal de democracia racial presente no Brasil, no qual se não havia dados acerca da diferenciação racial da população e se, como era exportado para o mundo, aqui havia uma integração racial, não seria necessário políticas de igualdade

social (PASSOS, 2012). Essa realidade só veio mudar a partir de 1987, com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, que passou a incluir a classificação racial como critério. Nesta pesquisa os resultados expressavam a desigualdade educacional que infringia os povos negros no país, constatando um "maior índice de analfabetismo, exclusão, evasão e reprovação escolar entre alunos negros do que entre os brancos" (CAVALLEIRO, 2000 apud ALMEIDA e SANCHEZ, 2016). Em 1995, o Relatório do Desenvolvimento Humano do Brasil reforçava as informações da PNAD/1987, afirmando ainda que sujeitas e sujeitos negros possuíam desvantagens no ingresso nas instituições escolares e progressão e conclusão de seus estudos em relação aos brancos (ALMEIDA e SANCHEZ, 2016).

Se a pesquisa de 1987 indicava a extrema desigualdade educacional infringida contra sujeitas e sujeitos negros, fica claro que não eram essas pessoas que tinham acesso ao estudo das RI nessas grandes universidades. Além disso, não há grande expressão de interesse na construção de um perfil para o estudante de RI nas pesquisas da área, seja na graduação ou na pós-graduação pelo menos até 2015. No Brasil, apesar de aproximadamente 55% (96.795.294) da população se auto declarar preta e parda segundo o IBGE (2017),[6] no mesmo ano, de acordo com dados do INEP,[7] apenas 2,6% (2.689.796) estava matriculada em cursos de graduação no Brasil. Em 2015, segundo mapeamento produzido pela Unesco, o curso de Relações Internacionais, nos anos 2009, 2012 e 2015 – de acordo com os dados informados na conclusão da prova do ENADE – apresenta seus egressos de acordo com as seguintes estatísticas: 72,6% (12.179 estudantes) auto declarados brancos, 15,6% (2.617 estudantes) pardos, 3,5% (588 estudantes) pretos não quilombolas, 2,1% (352 estudantes) amarelos, 0,3% (50 estudantes) indígenas e 5,9% (989 estudantes) que não responderam.[8]

[6] IBGE. População chega a 205,5 milhões, com menos brancos e mais pardos e pretos. Disponível em <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/18282-populacao-chega-a-205-5-milhoes-com-menos-brancos-e-mais-pardos-e-pretos>. Acesso em 16 de maio de 2019.

[7] INEP. Censo de educação superior 2017. Disponível em <http://inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>. Acesso em 16 de maio de 2019.

[8] CNE/UNESCO. O fortalecimento do papel institucional do Conselho Nacionais de Educação no processo de elaboração, aperfeiçoamento e acompanhamento das políticas públicas de educação básica e superior em todas as etapas e modalidade de educação e ensino: Documento Técnico referente ao Produto 2 do Projeto CNE/UNESCO 914/BRZ1042.3 – Contrato AS-379/2017. 2017.

Esses dados podem refletir várias dinâmicas excludentes, seja uma defasagem do ensino nos níveis fundamental e médio, que impede sujeitas e sujeitos negros de alcançarem o nível superior; seja a imposição de um conteúdo que não abarca a realidade negra; seja a imposição de uma língua estrangeira que não é acessível a esses estudantes etc. Além disso, as informações refletem as relações sociais de uma sociedade racista que impede por meios políticos, sociais, econômicos, acadêmicos e psicológicos a entrada de povos negros nas universidades. Ainda que os dados não se refiram diretamente aos discentes de pós-graduação em RI, que é o interesse desse artigo, já dizem muito sobre quem seriam os estudantes em potencial para este nível de ensino. Se os estudantes negros não estão no nível da graduação, como chegariam à pós-graduação?

O vácuo de informação em relação ao perfil do discente da pós-graduação em RI dificulta o acesso a complexidade de tal tema, bem como informa o desinteresse por um estudo de tal escopo, reiterando a branquitude como norma. Uma vez que a raça branca é uma raça não nomeada e, portanto, naturalizada no Brasil como superior, não se postula a necessidade de delinear o perfil desses estudantes, já sabemos quem são eles. Ainda que tal pesquisa não tenha sido feita em RI, a jornalista Lola Ferreira (2018), a partir dos dados do Censo da Educação Superior de 2016, traçou o perfil dos docentes com doutorado no Brasil.

Segundo tal estudo, o número de docentes doutores na pós-graduação no Brasil é de 53.995 professores, destes 24% (13.198) se declaram homens brancos, 19% (10.000) se declaram mulheres brancas, 0,4% (219) se declaram mulheres pretas. Se somadas, mulheres pretas e pardas compõem menos de 3% das doutoras na docência na pós-graduação no Brasil. Um problema deste estudo é a quantidade de docentes que não se autodeclaram. Entretanto, a própria não declaração já informa muito acerca da branquitude não nomeada na sociedade brasileira. Mesmo com o quanto número de docentes não declarantes, a composição da pós-graduação continua branca. Assim, as ações afirmativas no âmbito da graduação devem ser estendidas também na pós-graduação, contemplando

Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/agosto-2017-pdf/71071-produto-2-estudo-trajetoria-profissionais-egressos-ri-pdf/file>. Acesso em 07 de maio de 2019.

estudantes negros e se tornando um incentivo maior para continuar a carreira academia.

A exemplo dos censos das décadas de 1960 e 1970, somente no ano de 2017 o Censo da Educação Superior começou a considerar a classificação racial como critério de amostragem. O CNPq, enquanto órgão de fomento à pesquisa cientifica no país, não considera no Lattes, maior plataforma de currículos no âmbito da academia, a classificação por raça (FERREIRA, 2018). Uma vez mais, a branquitude como estrutura das relações sociais no Brasil operacionaliza as ferramentas que podem ser usadas em benefício da população negra a seu favor. Sem a existência das classificações raciais no que condiz a produção acadêmica no Brasil, o perfil dos discentes e o fomento à pesquisa, é impossível pensar em medidas de reparação para que a população negra tenha acesso a essas instâncias de poder.

5. Considerações Finais

Este trabalho buscou, por meio de uma lente decolonial em perspectiva afrodiaspórica, chamar atenção para aspectos da sociedade brasileira que fazem parte da construção do curso de Relações Internacionais no Brasil: a branquitude como norma estruturante da sociedade, que posiciona a raça branca como uma raça não nomeada e, portanto, naturalizada e normalizada, enquanto povos não-brancos sofrem diversos tipos de exclusões políticas, econômicas e sociais. Também se atentou à violência e racismo epistêmico, que se traduz em negação da capacidade de sujeitas e sujeitos negros em produzir conhecimento, uma vez que esses sujeitos são desumanizados, e irracionalizados. Com isso, o epistemicídio de saberes negros e ancestrais é constantemente negado ou diminuído a categorias de achismos ou experiências, desautorizados em sua capacidade de explicar as relações políticas, econômicas e sociais. Além disso, a colonialidade foi explicitada como mecanismo de poder que permeia as relações entre povos brancos e não-brancos no Brasil.

O contexto brasileiro do governo militar, entre 1964 e 1985, moldou as RI como estudamos hoje. A repressão contra negros no país não é datada da ditadura,

mas histórica desde o período colonial, atravessando gerações e presente até hoje. Nesse sentido, não é à toa que as demandas e proposições por movimentos sociais e intelectuais negros não sejam ouvidas durante o regime militar. Contudo, se nas décadas do regime militar, pós-abolição formal da escravidão e com as constantes demandas dos movimentos negros por acesso à população negra no Brasil, era criticável a exclusão e silenciamento de sujeitas e sujeitos negros, hoje, passados mais de trina anos do fim da ditadura e quarenta e cinco anos da formação do primeiro curso em RI, é inaceitável o silêncio em torno das violências invisibilizadas na sociedade como um todo e nas RI como disciplina que respondia a interesses de internacionalização de ideais brasileiros.

O epistemicídio recorrente de conhecimentos dos povos africanos e afrodiaspóricos reitera não só a branquitude como norma social, política, econômica e acadêmica, mas também a incessante pretensão por uma falsa universalidade da ciência moderna. As RI no contexto da modernidade recuperam os ideais universais típicos do iluminismo e abstrai problemas reais para os atores no sistema internacional, nem todos os problemas dos Estados giram ao redor da soberania ou interesse nacional. Conquista, colonialismo, colonialidade, escravidão, racismo são problemas internacionais invisibilizados pelas RI, e não tratados como fundantes da própria conformação do Estado-nação.

Neste cenário, faz-se importante a continuação desta pesquisa no que condiz a dimensão epistemológica do ensino de RI no Brasil, impulsionando respostas a questionamentos como: Quem são os autores estudados? Quais assuntos abordados? Bem como nos Estados Unidos (KRISHNA, 2006), as RI no Brasil convergem em torno de categorias abstratas? O que foi silenciado entre os debates acerca do internacional para a construção da RI como estudamos hoje? Insta salientar que a negação epistemológica de um saber afrodiaspórico, epistemicídio, pode limitar a compreensão do internacional, assim como constranger as possibilidades de estudo de sujeitas e sujeitos negros, afinal, como visto nas seções anteriores, não são essas pessoas que majoritariamente compõe as salas de aula das universidades. Dessa forma, tangenciando os conceitos de colonialidade do poder e saber, em conjunto à colonialidade do ser, como ferramentas analíticas que possibilitam a leitura da colonialidade do conhecimento no ensino e pesquisa das RI,

infiro que a branquitude como estrutura delimita quem pode ou não ter acesso ao conhecimento, bem como qual conhecimento será ensinado ou pesquisado.

Portanto, reivindico aqui a maior atenção das abordagens em Relações Internacionais para a potência do pensamento afrodiaspórico em relação a problemas reais em âmbito global. Chamar atenção para as fundações da disciplina calcadas em um racismo estrutural, institucional e epistêmico não é desqualificar suas proposições e sucessos, mas estender seu potencial crítico no sentido de transversalizar raça em seus debates. A inclusão de autores e autoras negras no estudo das RI e perspectivas negras sobre esse saber se mostra cada vez mais urgente, mas não suficiente por si só. O desafio está sempre em compreender que raça como categoria social inventada pela branquitude conforma toda a construção do saber na ciência moderna e como isso deve ser mobilizado no caminho de resgatar conhecimentos obliterados e reconhecer que nenhum saber é universal.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, M. A. B. D.; SANCHEZ, L. Os negros na legislação educacional e educação formal no Brasil. *Revista Eletrônica de Educação*, v. 10, n. 2, p. 234-246, 2016.

BALLESTRIN, L. América Latina e o giro decolonial. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 11, p. 89-117, 2013.

BENTO, M. A. S. Branqueamento e branquitude no Brasil. In: BENTO, M. A. S.; CARONE, I. *Psicologia social do racismo - estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 25-28.

BENTO, M. A. D. S. Notas sobre a expressão da branquitude nas instituições. In: BENTO, M. A. D. S.; SILVEIRA, M. D. J. S.; NOGUEIRA, S. G. Identidade, branquitude e negritude: Contribuições para psicologia social no Brasil: novos ensaios. relatos de experiência e de pesquisa. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2014. p. 13-34.

CAPES. *Programa San Tiago Dantas de apoio ao ensino de relações internacionais*. Capes, [2001] 2008. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/pt/bolsas/programas-estrategicos/programas-estrategicos-encerrados/san-tiago-dantas>. Acesso em: 30 junho 2019.

CAPES. *Plataforma Sucupira*, 2018. Disponível em: <https://dadosabertos.capes.gov.br/dataset/coleta-de-dados-programas-da-pos-graduacao-stricto-sensu-no-brasil-2017>. Acesso em: 30 junho 2019.

CASTRO-GÓMEZ, S. Ciências Sociais, violência epistêmica e o problema da "invenção do outro". In: LANDER, E. *A colonialidade do saber:* eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 80-87.

DUSSEL, E. Meditaciones anti-cartesianas: sobre el origen del anti-discurso filosófico de la Modernidade. *Tabula Rasa*, n. 9, p. 153-197, 2008.

FANON, F. *Os condenados da Terra*. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 1979.

FANON, F. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDFBA, 2008.

FERNANDES, F. *A integração do negro na sociedade de classes:* no limiar de uma nova era. São Paulo: Globo Livros, 2008.

FERREIRA, L. Menos de 3% entre docentes da pós-graduação, doutoras negras desafiam o racismo na academia. *GêneroNúmero*, 2018. Disponível em: <http://www.generonumero.media/menos-de-3-entre-docentes-doutoras-negras-desafiam-racismo-na-academia/>. Acesso em: 31 outubro 2019.

FERREIRA, M. A. S. V. The Rise of International Relations Programs in the Brazilian Federal Universities: Curriculum Specificities and Current Challenges. *Journal of Political Science Education*, v. 12, n. 3, p. 241-255, 2015.

FOUCAULT, M. *Vigiar e Punir:* o nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1987.

GOMES, A. C. D. B. *Colonialidade na academia jurídica brasileira: uma leitura decolonial em perspectiva amefricana*. Tese de doutorado (Doutorado em Direito) - Programa de Pós-Graduação em Direito - PUC-Rio. Rio de Janeiro. 2019.

GONZALEZ, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*, p. 223-244, 1984.

GONZALEZ, L. A categoria político-cultural de amefricanidade. *Tempo Brasileiro*, v. 92, n. 93, p. 68-92, 1988.

GROSFOGUEL, R. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. *Revista Sociedade e Estado*, v. 31, n. 1, p. 25-49, 2016.

HARAWAY, D. Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, v. 5, p. 07-41, 1995.

JONES, B. G. International Relations, Eurocentrism, and Imperialism. In: JONES, B. G. *Decolonizing International Relations*. Plymouth: Rowman & Littefield Publishers, 2006. p. 1-22.

JULIÃO, T. S. A graduação em Relações Internacionais no Brasil. *Monções: revista de Relações Internacionais da UFGD*, v. 1, n. 1, p. 13-48, 2012.

KRISHNA, S. Race, amnesia, and the education of international relations. In: JONES, B. G. *Decolonizing International Relation*. Maryland: Rowman & Littlefield, 2006.

LAFER, C. O estudo das relações internacionais: necessidade e perspectivas (1982). In: LAFER, C. *Relações Internacionais, política externa e diplomacia brasileira:* pensamento e ação. Brasília: FUNAG, 2018. p. 327-342.

LANDER, E. ¿Conocimiento para qué? ¿Conocimiento para quién? Reflexiones sobre la universidad y la geopolítica de los saberes hegemónicos. *Estudios Latinoamericanos*, v. 7, n. 12-13, p. 26-46, 2000.

MALDONADO-TORRES, N. A topologia do ser e a geopolítica do conhecimento. Modernidade, império e colonialidade. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, v. 80, p. 71-114, 2008.

MBEMBE, A. *Crítica da Razão Negra*. Lisboa: Antígona, 2014.

MIGNOLO, W. Espacios geográficos y localizaciones epistemológicas: la ratio entre la localización geográfica y la subalternización de conocimientos. *GEOgraphia*, v. 7, 1996.

MIGNOLO, W. Postoccidentalismo: el argumento desde América Latina. In: CASTRO-GÓMEZ, S.; MENDIETA, E. *Teorías sin disciplina:* latinoamericanismo, poscolonialidad y globalización en debate. México: Miguel Ángel Porrúa, 1998.

MIGNOLO, W. The geopolitics of knowledge and the colonial difference. *The South Atlantic Quarterly,* v. 101, n. 1, p. 57-95, 2002.

MIGNOLO, W. *Desobediencia epistémica:* Retórica de la modernidaa, lógica de la colonialidad y gramatica de la descolonialidad. Buenos Aires: Ediciones del Signo, 2010.

MIRANDA, C. Narrativas Subalternas e Políticas de Branquidade: O Deslocamento de Afrodescendentes como Processo Subversivo e as Estratégias de Negociação na Academia. Tese de doutorado (Doutorando em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação/Proped - UERJ. Rio de Janeiro. 2006.

MIYAMOTO, S. O Estudo das Relações Internacionais no Brasil: o estado da arte. *Revista de Sociologia e Política*, n. 12, p. 83-98, 1999.

MIYAMOTO, S. O ensino das relações internacionais no Brasil: problemas e perspectivas. *Revista de Sociologia Política*, n. 20, p. 103-114, junho 2003.

NASCIMENTO, A. D. *O quilombismo.* Rio de Janeiro: Vozes, 1980.

NASCIMENTO, A. D. *O genocídio do negro brasileiro:* processo de racismo mascarado. São Paulo: Perspectiva SA, 2016.

PASSOS, J. C. D. As desigualdades na escolarização da população negra e a Educação de jovens e Adultos. *ELA EM DEBATE*, v. 1, n. 1, p. 137-158, 2012.

PIRES, T. R. D. O. Estruturas Intocadas: Racismo e Ditadura no Rio de Janeiro. *Direito e Práxis*, v. 9, n. 2, p. 1054-1079, 2018.

QUIJANO, A. Colonialidad de Poder y Clasificacion Social. *Journal of World-Systems Research*, v. 11, n. 2, p. 342-386, 2000.

SANDOVAL, C. *Methodology of the Opressed.* Minneapolis: University of Minnesota, 2000.

SANTOS, B. D. S.; MENEZES, M. P. *Epistemologias do Sul.* São Paulo: Cortez, 2010.

SMITH, L. T. *Decolonizing Methodologies:* research and indigeneous people. London: Zed Books, 2012.

VIGEVANI, T.; THOMAZ, L. F.; LEITE, L. A. B. Pós-graduação em Relações Internacionais no Brasil: Anotações sobre sua institucionalização. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 31, n. 91, p. 1-31, 2016.

VITALIS, R. *White world order, black power politics:* The birth of American international relations. New York: Cornell University Press, 2015.

MONÇÕES
Revista de Relações Internacionais da UFGD
ISSN 2316-8323

ESPAÇO SOCIAL E SIMBÓLICO DO NEGRO NA PRODUÇÃO ACADÊMICA BRASILEIRA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS NO SÉCULO XXI

BLENDA SANTOS DE JESUS
Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais (PPGRI) pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). E-mail: contato.blenda@gmail.com

RESUMO: O Brasil foi o último país das Américas a abolir o comércio transatlântico de pessoas, e, ainda hoje o afrodescendente sofre com a marginalização de sua figura, em razão do embranquecimento da sua identidade e conhecimento. Essa prática, conhecida como colonialismo epistemológico, atinge principalmente, mas não exclusivamente, a produção acadêmica das Relações Internacionais (RI). Nesse contexto, o presente artigo objetiva analisar a representação das relações raciais na produção acadêmica brasileira das Relações Internacionais no século XXI. Para isso, investigamos quais vozes são predominantes nas RI e por quê, seguida de uma contextualização do negro na construção do discurso social e simbólico brasileiro, e a identificação de sua figura na produção acadêmica brasileira das RI. Utilizou-se abordagem metodológica de natureza qualitativa e quantitativa, com método de investigação dialético. Quanto aos procedimentos metodológicos, foi realizada revisão de literatura nacional e internacional e levantamento da produção acadêmica nacional *stricto sensu.*

PALAVRAS-CHAVE: negro; colonialismo epistemológico; Relações Internacionais.

SOCIAL AND SYMBOLIC SPACE OF BLACK IN BRAZILIAN ACADEMIC PRODUCTION OF INTERNATIONAL RELATIONS IN THE 21st CENTURY

ABSTRACT: Brazil was the last country in the Americas to abolish transatlantic trade of people, and even today the African descendant suffers from the marginalization of his figure, due to the whitening of his identity and knowledge. This practice, known as epistemological colonialism, affects mainly, but not exclusively, the academic production of International Relations (IR). In this context, this article aims to analyze the representation of racial relations in the Brazilian academic production of International Relations in the 21st century. For this, we investigated which voices are predominant in IR and why, followed by a contextualization of black people in the construction of the Brazilian social and symbolic discourse, and the identification of its figure in the Brazilian academic production of IR. A qualitative and quantitative methodological approach was used with a dialectical research method. Regarding the methodological procedures, it was made a review of national and international literature and a research of the national academic production *stricto sensu*.

KEYWORDS: black; epistemological colonialism; International Relations

1. Introdução

O que favorece a hegemonia das branquitudes acadêmicas é a política de citação.

Carla Akotirene Santos

Acredita-se que a primeira cátedra de Relações Internacionais (RI) foi fundada em 1919, em Aberystwyth, no Reino Unido (ROSENBERG, 2016). Apesar de não haver um entendimento entre os autores sobre a veracidade dessa informação, a disciplina tem obtido cada vez mais relevância acadêmica por sua abordagem interdisciplinar, que envolve questões como identidade, desigualdade, interseccionalidade, feminismo e antropoceno. O interesse por assuntos internacionais interdisciplinares, em um mundo em exponencial complexidade, tem feito com que a oferta de cursos universitários no campo das RI aumente significativamente.

De acordo com o Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais (IPRI), desde a implementação do primeiro curso de graduação em RI no Brasil – na Universidade de Brasília (UnB), em 1974 –, já foram criados mais 32 cursos em universidades públicas e 101 em universidades privadas, totalizando 134 cursos de graduação. Já os programas de pós-graduação, *lato sensu* e *stricto sensu*, contabilizam 30 cursos (IPRI, 2019). Esses são dados muito expressivos para uma disciplina relativamente recente, mas, apesar da sua aparente democratização, as RI ainda têm apresentado resistência na introdução e análise do conhecimento produzido fora do circuito ocidental.

"The problems lie in the way we think and are trained; in the subjects and approaches our discipline values and rewards"[1] (BURKE *et al.*, 2016, p. 3-4). Façamos um jogo: enumerar referências intelectuais que influenciam a produção acadêmica brasileira das RI. Quantas referências são europeias ou estadunidenses, quantas são brancas, negras e mulheres, e quantas são mulheres negras e homens negros. Aquele ou aquela que enumerar a maior quantidade de referências negras e afro-brasileiras é o(a) vencedor(a). Quantos pontos você obteve? Por considerar imprescindível a referência a autoras e autores negros, o presente artigo se

[1] "Os problemas estão na maneira como pensamos e somos treinados; nos assuntos e abordagens que nossa disciplina valoriza e recompensa" Tradução livre.

preocupa em citá-los majoritariamente. A escolha por essas referências também se deu pelo fato de serem negros e negras, mas foi muito mais influenciada pela qualidade de suas contribuições para os estudos sobre raça nas Relações Internacionais, e pela ausência da presença desses autores nos currículos acadêmicos das RI.

Pensadores africanos e afrodescendentes sofreram um apagamento no campo das RI ao longo da História, justificado pela concepção ocidental de que nenhum deles contribuiu significativamente para a disciplina (VITALIS, 2015). Essa concepção foi, majoritariamente, influenciada por pesquisas e publicações eugenistas, difundidas durante séculos em todo o mundo. Especialmente no Brasil, o último país das Américas a abolir o comércio transatlântico de pessoas (HERNÁNDEZ, 2017), políticas raciais marginalizaram as contribuições de representações negras. Mas, afinal, o que significa contribuir significativamente para o campo das RI? E, por que nenhum pensador negro foi capaz de fazê-lo?

A ausência de corpos negros nas universidades é uma das causas, mas, para além disso, há uma questão mais profunda e problemática, que envolve o uso da linguagem e do discurso social e simbólico como método de construção das ciências, e, consequentemente, das Relações Internacionais: o colonialismo epistemológico (FANON, 2008). Isto é, a institucionalização das RI como disciplina acadêmica de saberes ocidentais, brancos e heteronormativos.

Dessa forma, nossa compreensão sobre as Relações Internacionais foi influenciada por pensadores ocidentais clássicos que, como veremos, baseados em suas próprias observações, formularam conhecimentos e teorias colonialistas de subjugação das questões identitárias. Contudo, com o passar do tempo, as experiências e observações de estudiosos não-ocidentais sobre para que, e para quem, servem as RI, levou à revisão das teorias clássicas das Relações Internacionais, e como elas vieram a dominar.

O presente artigo objetiva, portanto, analisar a representação social e simbólica do negro na produção acadêmica brasileira das Relações Internacionais no século XXI. Para isso, utilizou-se abordagem metodológica de natureza qualitativa e quantitativa, com método de investigação dialético. A dialética pressupõe o intercâmbio de ideias, e, finalmente, o debate e a compreensão. “Compreender é exercer a capacidade de colocar-se no lugar do outro, tendo em

vista que, como seres humanos, temos condições de exercitar esse entendimento" (MINAYO, 2012, p. 623). Quanto aos procedimentos metodológicos, foi realizada revisão de literatura nacional e internacional e levantamento da produção acadêmica nacional *stricto sensu.*

2. Quem detém o conhecimento nas Relações Internacionais?

Nas primeiras décadas do século XX, compreender as relações internacionais, a partir das Américas, também significava compreender as relações de raça (VITALIS, 2015). No entanto, no último século, essas relações têm se revelado um projeto do colonialismo ocidental, que se iniciou nos séculos XVI e XVII, em razão da chegada dos europeus ao "Novo Mundo" – como ficou conhecida, inicialmente, a região onde hoje se localizam as Américas do Norte e do Sul –. Segundo Inayatullah e Blaney (2004), esse projeto colonialista foi responsável por reforçar a interpretação do Outro como uma ameaça à estabilidade, à segurança e à ordem estabelecida pelos colonos europeus.

O Outro, como descrito por Santos (2002), é aquele que não está inserido no sistema dominante, e, devido à sua condição de *outsider*, seja ele empresa, instituição ou indivíduo, representa um obstáculo à realização plena dos direitos daqueles que representam o universal, isto é, o "não-Outro". Nessa estrutura, o Outro, no colonialismo ocidental, se torna "(...) a screen of projection for what the *white* subject fears to acknowledge about her/himself"[2] (KILOMBA, 2010, p. 18).

Esse medo é responsável por criar um acordo tácito pelo qual a sociedade entende que o melhor é não falar sobre raça e racismo e sempre encarar as desigualdades raciais como um problema do Outro. "Assim, o medo e a projeção podem estar na gênese de processos de estigmatização de grupos que visam legitimar a perpetuação das desigualdades, a elaboração de políticas institucionais de exclusão e até de genocídio" (BENTO, 2002, p. 34). Cria-se uma perversidade sistêmica, que coisifica, vulnerabiliza e invisibiliza a identidade do Outro, e que é

[2] "(...) uma tela de projeção para o que o sujeito branco tem medo de reconhecer sobre si mesmo" Tradução livre.

responsável por instituir uma dinâmica racial pela qual raça e racismo são determinantes nos estudos das RI (PERSAUD, 2016).

Racismo é mais do que a intolerância contra o Outro. É a crença, as práticas e políticas de dominação estruturadas e institucionalizadas a partir do conceito de raça. Assim foram construídas as relações domésticas e internacionais dos principais Estados ocidentais; sob políticas de dominação racial, simbolizadas pela conquista territorial, pela escravização, pela colonização e pelo genocídio (HENDERSON, 2015). Aqui se inserem os povos das Américas e do Sul Global[3]. Nesse momento, entretanto, nos interessa analisar as relações de dominação que subjugaram africanos e afrodescendentes.

Em 1570, a população negra no Brasil era de aproximadamente 2000 a 3000 pessoas. A maioria das pessoas em situação de escravização nessa época ainda era majoritariamente de povos originários. Mas uma combinação de fatores que incluía, entre outras coisas, a resistência e o conhecimento avançado do território brasileiro em relação aos colonos Portugueses, o adoecimento e as mortes em massa dos povos originários, e, consequentemente, o declínio da produtividade comercial, fez com que esse quadro começasse a mudar. Dessa forma, entre 1576 e 1591, mais de 40.000 africanos foram enviados ao Brasil para substituir os indígenas como mão de obra escravizada (THOMAS, 2006).

Àquela época, Portugal tornou-se um dos maiores comerciantes de pessoas do mundo, tornando o Brasil um de seus maiores receptores. Mesmo após a assinatura de documentos internacionais que proibiam o comércio transatlântico de pessoas, em 1826 e 1831, o Brasil manteve esse status. Estima-se que 45.000 africanos foram trazidos ilegalmente ao país, anualmente, nesse período. Segundo Thomas (2006, p. 628-629),

> (...) Brazil, with her long history of reliance on slaves from Africa stretching back to the mid-sixteenth century, should take pride of place. For two years after 1831, when the slave trade had formally been abolished, few Africans were brought in because of the earlier heavy import when planters thought that slavery would soon end for ever. But then in the mid-1830s the trade recovered and was reorganized, on an

[3] O termo Sul Global é frequentemente utilizado por instituições internacionais, como o Banco Mundial, para se referir aos países de baixa e média renda localizados em África, América Latina e Caribe, e Ásia. Isto é, os países localizados ao sul do globo terrestre, e que, historicamente, sofreram um atraso no processo de desenvolvimento.

> illegal basis, to serve plantations of cotton, though they were stagnating; of sugar, especially in new plantations near São Paulo and Campos; and, increasingly, of coffee in Rio, Minas Gerais, São Paulo and, above all, in the valley of the River Paraíba.[4]

Mesmo após a assinatura da Lei Áurea, documento que aboliu formalmente a escravidão no Brasil, em 1888, africanos e afrodescendentes foram mantidos em condições sociais precárias e violentas. Ainda assim, o Estado brasileiro adotou o discurso de que após a abolição da escravatura, por ser um país diverso étnico e racialmente, o racismo era irrelevante ou inexistente e todos os povos viviam em harmonia. Essa ideia foi especialmente difundida no século XX, a partir do conceito de democracia racial, associado a autores como o sociólogo brasileiro Gilberto Freyre.

Diferente de outros países (como Estados Unidos e África do Sul), onde a colonização, escravização e segregação entre raças ocorreu de forma legalizada, no Brasil, de acordo com os defensores da democracia racial, a miscigenação racial – fruto das relações entre índios, brancos e negros – foi responsável por formar uma sociedade evoluída, sem conflitos, ou seja, harmônica. Essa ideia logo se tornou o slogan do Estado brasileiro e foi utilizado amplamente com o objetivo de mitigar os conflitos de classes e desarticular os movimentos sociais por melhores condições para a população negra (BRAGA E MILANI, 2019; NASCIMENTO, 1984).

Não demorou muito para que o conceito de democracia racial fosse considerado desastroso por diversos pensadores e movimentos sociais brasileiros e sofresse duras críticas, sendo, inclusive, denominado de mito. Para Nascimento (1984, p. 18), “usou-se a falsa ciência social, a falsa ciência humana, manejando-se esse tipo de justificativa científica, que tem em Gilberto Freire o expoente máximo”, a fim de beneficiar uma elite brasileira branca que detinha os poderes institucionais (políticos e jurídicos), e que, com a abolição da escravatura, não tinha a intenção de ceder direitos e espaços na sociedade.

[4] “O Brasil, com sua longa história de dependência de escravos da África desde meados do século XVI, deveria ter um lugar de destaque. Por dois anos depois de 1831, quando o comércio de escravos foi formalmente abolido, poucos africanos foram trazidos por causa da importação pesada anterior, quando os plantadores pensaram que a escravidão logo terminaria para sempre. Mas então, em meados da década de 1830, o comércio se recuperou e foi reorganizado, ilegalmente, para servir plantações de algodão, embora estivessem estagnadas; de açúcar, especialmente em novas plantações perto de São Paulo e Campos; e, cada vez mais, de café no Rio, Minas Gerais, São Paulo e, sobretudo, no vale do rio Paraíba.” Tradução livre.

Na prática, entretanto, o conceito de democracia racial continuou a orientar as políticas governamentais, influenciando o que Hernández (2017) denomina de "direito costumeiro de regulação racial" ou "a versão brasileira da legislação Jim Crow[5]". Isto porque, o desejo de "purificar" a sociedade racialmente levou ao incentivo e à facilitação da entrada de imigrantes europeus e asiáticos no país a fim de substituir a mão de obra predominantemente africana e afrodescendente e evitar que essa população se inserisse na sociedade, adquirindo terras e trabalho.

Nesse sentido, leis foram aprovadas impossibilitando quaisquer direitos à essa população, proibindo, inclusive, o direito à propriedade para quilombolas e a proibição da imigração ou turismo de pessoas de ascendência africana no Brasil. Por outro lado, o Estado brasileiro investiu fortemente na imigração europeia e asiática, custeando passagens e oferecendo concessões de terras para aqueles que se estabelecessem no país (HERNÁNDEZ, 2017).

> Com uma política de imigração explicitamente baseada em raça, legisladores brasileiros e atores da elite manifestaram expressamente o desejo de usar a imigração para erradicar os negros. (...) Em 1912, um intelectual da elite, João Batista Lacerda, que estava presente no primeiro Congresso Universal das Raças, de 1911, previu que, em 2012, a população brasileira seria composta por 80% de brancos, 3% de mestiços e 17% de indígenas; não haveria negros (HERNÁNDEZ, 2017, p. 57).

Apesar dos esforços empregados pelo Estado, a previsão não se cumpriu. De acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU, 2016, p. 8), apenas nas Américas vivem, atualmente, cerca de 200 milhões de afrodescendentes. Ainda assim, esta é uma das populações mais marginalizadas em todo o mundo, acometida por altos índices de mortalidade e violência policial, além de acesso limitado à educação, saúde e justiça.

Diante desse cenário, em 23 de dezembro de 2013, a Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) adotou a Resolução 68/237 que proclama 2015 a 2024 como a Década Internacional de Afrodescendentes. Esta "(...) é uma ocasião para promover maior conhecimento, valor e respeito às conquistas da

[5] Leis de segregação racial aplicadas no Sul dos Estados Unidos entre os séculos XIX e XX, que, baseadas em teorias eugenistas, proibiam o contato e a interação entre brancos e negros.

população afrodescendente e às suas contribuições para a humanidade" (ONU, 2016, p. 7).

As vulnerabilidades enfrentadas pela população afrodescendente, ainda hoje, são parte do legado da escravidão e do colonialismo, que estabeleceu a população branca ocidental como aquela destinada a construir e implementar a "civilização" em todos os espaços considerados bárbaros, selvagens e biologicamente inferiores (HENDERSON, 2015). Para Inayatullah e Blaney (2004), o Outro africano e afrodescendente, nesse sentido, representava uma ameaça às fontes clássicas de conhecimento europeias, em razão de sua vasta diversidade de cultos e culturas.

Essa diversidade exigiu dos europeus uma resposta intelectual que envolvia traduzir o Outro no tempo e espaço, isto é, categorizar o Outro em distintos degraus de humanidade e desenvolvimento (BLANEY E TICKNER, 2017). Aquele que assimilasse, e se assemelhasse, às narrativas ocidentais de linguagem, comportamento e religiosidade, tinha mais chances de evoluir cultural e espiritualmente, e, consequentemente, tornar-se menos desumano e subdesenvolvido. Afastar-se da "barbárie, selvageria e inferioridade", a exemplo dos dialetos e manifestações locais era imprescindível, de acordo com os colonos, no processo de "humanização" dos povos não-ocidentais e, portanto, dos povos de ascendência africana.

> Nas Américas os africanos eram proibidos de pensar, rezar ou de praticar suas cosmologias, conhecimentos e visão de mundo. Estavam submetidos e um regime de racismo epistêmico que proibia a produção autônoma de conhecimento. A inferioridade epistêmica foi um argumento crucial, utilizado para proclamar uma inferioridade social biológica, abaixo da linha da humanidade. A ideia racista preponderante no século XVI era a de "falta de inteligência" dos negros, expressa no século XX como "os negros apresentam o mais baixo coeficiente de inteligência" (GROSFOGUEL, 2016, p. 40).

Esse jogo de dominação foi responsável por um processo contínuo e inacabado de embranquecimento do conhecimento africano e afrodescendente, denominado por Fanon (2008) como colonialismo epistemológico. Isto é, para além da subordinação material, política e geográfica, a colonização também promoveu uma subordinação epistemológica, intelectual, referente à produção de conhecimento. Nesse sentido, segundo Fanon (2008), os métodos pelos quais os

conhecimentos científicos foram construídos estão arraigados por práticas coloniais de subjugação do Outro. Consistem, portanto, num projeto histórico de embranquecimento das ciências.

O branqueamento, ou embranquecimento,

> [...] é um conceito de um significado individualizável, pessoal, e outro nacional, mais amplo. No nível individual, o branqueamento gira em torno do desejo de uma aparência branca e a ambição de ter filhos mais claros por meio de relações inter-raciais. (...) No nível nacional, o branqueamento é um conceito que descreve não só uma campanha concreta, de construção nacional e patrocinada pelo Estado para branquear a população, mas também a ideologia racial geral que valoriza a branquitude (HERNÁNDEZ, 2017, p. 32).

Em entrevista ao jornal EL PAÍS, o historiador, sociólogo e especialista no tema Lourenço Cardoso (2019) descreveu a branquitude como a pertença étnico-racial atribuída ao branco, que classifica o Outro em não-branco, o inferiorizando e transformando em um Não-Ser. A valorização da branquitude compreende, portanto, a etnicidade racial branca como a mais elevada hierarquicamente. O sujeito branco não é visto como um sujeito racializado, mas, simplesmente, como sujeito. Sua condição é humana e universal por si só. “Enquanto o negro (...) possui como parâmetro o branco, o branco não possui parâmetro porque ele é sua própria medida, seu próprio parâmetro” (CARDOSO, 2019, p.1).

Nesse contexto, enquanto a mulher e o homem negros precisam se afirmar enquanto negros e enquanto a mulher branca precisa se afirmar enquanto mulher, o homem branco é apenas um indivíduo e não precisa afirmar ou defender sua condição de pessoa (KILOMBA, 2010). De acordo com Nascimento (1984, p. 20), “até hoje, o negro ainda tem que pedir licença para dizer que é negro, para não ofender aos brancos”, além disso, cabe ao negro o papel de identificar e comprovar o racismo presente na sociedade.

“No Brasil, o branqueamento é frequentemente considerado como um problema do negro que, descontente e desconfortável com sua condição de negro, procura identificar-se com o branco” (BENTO, 2002, p. 25) na tentativa de diluir suas características físicas. Pouco se questiona, contudo, sobre o processo que levou o branco a se tornar o modelo universal de humanidade, beleza e sabedoria,

tampouco a projeção do branco sobre o negro e o estabelecimento do colonialismo epistemológico.

A linguagem, nesse sentido, opera como um sistema de representação (HALL, 1997) e possui importância fundamental para a difusão do colonialismo epistemológico, "uma vez que falar é existir absolutamente para o outro (...) é sobretudo assumir uma cultura, suportar o peso de uma civilização" (FANON, 2008, p. 33). Dessa forma, a linguagem, que simboliza a capacidade de se expressar, se torna um importante objeto de opressão no período colonial. Objeto esse que os colonizadores não só queriam como precisavam controlar a fim de que seu projeto de colonização fosse bem-sucedido (KILOMBA, 2010).

Para Fanon (2008), todo povo cuja colonização se deu por meio da destruição de sua cultura, assimila a linguagem da civilização colonizadora, na tentativa de escapar de sua própria barbárie, selvageria e inferioridade. A título de exemplo, um europeu que não comunica bem os saberes não-ocidentais é digno de empatia, pois possui linguagem, cultura e civilização próprias. Isto é, está inserido em determinado contexto de produção de conhecimento e identidade. Mas um africano ou afrodescendente que questiona a marginalização de sua civilização e da sua produção de conhecimento é considerado uma ameaça à harmonia do espaço em que está inserido.

Dessa forma, durante muitos séculos, "gestores escolares e professores receberam formação em teorias culturais e comportamentais que explicavam as fraquezas raciais e as políticas eugenistas que as corrigiriam" (HERNÁNDEZ, 2017, p. 64). Nesse contexto, a produção de conhecimento científico assimilou as narrativas ocidentais das civilizações colonizadoras e se encarregou de invisibilizar as demais narrativas não-ocidentais.

> Como resultado, nosso trabalho na universidade ocidentalizada é basicamente reduzido a aprender essas teorias oriundas da experiência e dos problemas de uma região particular do mundo, com suas dimensões espaciais/temporais muito particulares e "aplicá-las" em outras localizações geográficas, mesmo que as experiências espaciais/temporais destas sejam completamente diferentes daquelas citadas anteriormente (GROSFOGUEL, 2016, p. 27).

Assim, disciplinas as mais variadas, das ciências naturais às sociais, sofreram um projeto histórico e contínuo de embranquecimento curricular. Nesse sentido, para

Cardoso (2019), além de ser classificado como o Outro, o Não-Ser, e de ser coisificado e transformado em objeto de estudo científico – enquanto ao branco coube o papel de ser o pesquisador –, o negro também precisa lutar constantemente contra o silenciamento imposto à sua produção científica.

> Por exemplo, os pesquisadores negros e negras são aqueles que possuem, a partir dos anos 1990, uma produção quantitativa e qualitativa melhor para tratar da questão racial. No entanto, os meios de comunicação acabam por optar em convidar o branco tanto para falar de negritude quanto de branquitude. Isto colabora para invisibilização da produção científica negra. O irônico é que muitos pesquisadores brancos aprenderam sobre os temas de raça, negritude e África, em geral, a partir das pesquisas dos seus orientandos negros e negras (CARDOSO, 2019, p.1).

Não é de se espantar, portanto, se a resposta à pergunta feita na introdução deste trabalho, sobre referências negras e afro-brasileiras que influenciam a produção acadêmica das Relações Internacionais, não tenha sido exitosa. Afinal, a política de citação acadêmica, isto é, a política de valorização da produção de conhecimento, é orientada pelo colonialismo epistemológico e beneficiada pela branquitude.

Um dos exemplos mais evidentes do colonialismo epistemológico nas Relações Internacionais se observa em uma de suas obras mais aclamadas; *A Política Entre As Nações*, de Hans Morgenthau, publicada em 1948. Morgenthau, um dos mais influentes autores das RI, referia-se à África como um espaço politicamente vazio, reforçando a ideia de que apenas algumas nações – as mais ricas e, consequentemente, mais brancas – são capazes de contribuir significativamente para a produção de teorias das Relações Internacionais (HENDERSON, 2015).

Essa convicção propagou-se com sucesso nas universidades e centros de pesquisa no último século. Estudos sobre raça e colonialidade, e a contribuição de autores africanos e afrodescendentes, não compunham as ementas de cursos introdutórios às Relações Internacionais. Além disso, esses cursos não só eram destinados ao estudo das teorias ocidentais clássicas das RI (realistas, liberais e construtivistas), como eram frequentados por estudantes e professores majoritariamente brancos (VITALIS, 2015).

Mesmo os pesquisadores que obtinham graus de Pós-Doutorado, nas mais prestigiadas universidades do mundo, precisavam criar suas próprias revistas e associações para abordar questões raciais nas RI. “Virtually every history of international relations to date turns out to be about *white* political scientists teaching in *white* departments and publishing in *white* journals”[6] (VITALIS, 2015, p. 13).

A própria *Foreign Affairs*, uma das mais antigas e populares revistas acadêmicas sobre Relações Internacionais foi fundada com base em estudos sobre raça. A revista, fundada em 1910, com o título de *Journal of Race Development*, foi a primeira das Américas e tinha como objetivo discutir as questões raciais que influenciavam os padrões de civilização dos Estados. Porém, nove anos após a sua criação, a revista se torna *Journal of International Relations* e, posteriormente, em 1922 – quando passa a integrar uma organização estadunidense de relações exteriores –, *Foreign Affairs* (HENDERSON, 2015). Com essas mudanças, a revista perde seu objetivo originário e adquire um compromisso mais amplo com as relações internacionais.

Mas, afinal, para que – e para quem – servem as Relações Internacionais? As atuais configurações de mundo, que envolvem catástrofes ambientais e embates identitários aprofundados, nos leva a pensar que é o momento de as RI assumirem debates ainda mais diversificados, possibilitando a coexistência de corpos e territórios os mais variados. Isto pressupõe cultivar práticas anticoloniais, pós-coloniais, ou decoloniais aperfeiçoadas, com características transdisciplinares e interseccionais (BLANEY e TICKNER, 2017).

“In IR, as elsewhere, a successful blending of culture and science requires a clear understanding of the historical context and the scholarly practices that have rendered them incompatible in the first place”[7] (LAPID, 1996, p. 9). Por isso, nas últimas décadas, estudiosos iniciaram um movimento que busca reinventar criticamente a tradição acadêmica ocidental, a fim de criar e compartilhar saberes anticoloniais e não-ocidentais, aos quais referências africanas e afrodescendentes como W.E.B. Du Bois, Kwame Nkrumah, Frantz Fanon, Abdias do Nascimento, Lélia

[6] “Praticamente toda a história das relações internacionais até hoje consiste em cientistas políticos brancos ensinando em departamentos brancos e publicando em revistas acadêmicas brancas” Tradução livre.

[7] “Nas RI, assim como em outros lugares, uma combinação bem-sucedida de cultura e ciência requer uma clara compreensão do contexto histórico e das práticas acadêmicas que as tornaram incompatíveis em primeiro lugar” Tradução livre.

Gonzalez, entre outros, ganham papel de destaque (SHILLIAM, 2011; PERSAUD e SAJED, 2018).

Esses estudiosos, segundo Henderson (2015), questionam a cumplicidade das principais categorias e recursos teóricos das Relações Internacionais em suposições raciais e coloniais que examinam práticas de racialização e construção da identidade racial. Diante do exposto, e inspirados por esse movimento, é que nos propomos a analisar a representação das relações raciais na produção acadêmica brasileira de Relações Internacionais no século XXI.

3. O negro na produção acadêmica brasileira das Relações Internacionais

"Cor negra. Que recebe a luz e não a reflete. Preto, escuro. Sombrio. Triste. Infeliz, mofino. Fúnebre, tétrico. Diz-se de ou indivíduo de pele muito escura. Diz-se de ou escravo de pele escura". Aqui, mais uma vez, é possível observar a utilização da linguagem como uma ferramenta extraordinária de identificação e cultura. Dessa vez, a partir da definição da palavra "negro" no Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa, um dos mais vendidos do Brasil.

Como podemos notar, o uso do termo "negro" carrega uma herança fortemente associada a características que contém ou exprimem efeitos prejudiciais, maléficos e sub-humanos. A partir dos anos 1970, todavia, sua conotação historicamente pejorativa passa a ser ressignificada a partir da promoção de ações combativas e educativas do Movimento Negro Unificado (MNU), resultando em mudanças significativas no processo de construção da identidade de pessoas de ascendência africana no Brasil (PETRUCCELLI, 2013).

Conforme Petruccelli (2013), em 1976 a categoria de identificação "negro" nem sequer constava na lista das respostas espontâneas da Pesquisa Nacional por Amostra de Domícilios (PNAD), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Atualmente, o IBGE classifica a população em cinco categorias; branca, preta, parda, amarela e indígena, sendo que, de 2012 a 2018, o número de pessoas que se autodeclararam negras (pretas e pardas) aumentou em 11,8 milhões. Dos mais de 210 milhões de brasileiros, portanto, cerca de 19,2 milhões se consideram pretos e 96,7 milhões, pardos. É evidente o aumento da representação

negra nos dados que analisam a sociedade brasileira e por essa razão adotamos o termo “negro” para conduzir a análise da presente pesquisa.

A representação social é imprescindível para a transmissão de teorias e fenômenos que o indivíduo, por si só, não seria capaz de transmitir. Contudo, para Silva (2011, p. 28), “(...) a representação de uma realidade ou objeto não corresponde à sua percepção real, uma vez que esta tem o papel ativo de modelar o que apreende do exterior e reproduzir esta realidade ou objeto, reconstruindo-o”. Nesse sentido, ainda que o percentual de auto identificação negra tenha aumentado nos últimos anos, a representação do negro nos espaços acadêmicos se manteve muito inferior à da população branca.

Segundo o IBGE (2019, p. 3), aproximadamente 4% da população branca brasileira é analfabeta, enquanto esse número aumenta para 9,1% ao se tratar da população negra. Quando falamos dos escolarizados, a disparidade se mantém. 55,8% das pessoas brancas concluíram o ensino básico obrigatório, contra 40,3% dos negros. Já entre aqueles, de 15 a 29 anos, que não frequentam a escola, não concluíram a educação básica obrigatória ou não alcançaram o grau superior completo, 65,2% são negros.

Nesse seguimento, de acordo com o Censo da Educação Superior, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), em 2017 havia 380.673 docentes em exercício na educação superior no Brasil dos quais a presença mais frequente era a de homens brancos com idade média de 36 anos. A racialização do espaço acadêmico, simbolizada pela frequente ausência de representação negra não é, portanto, mera coincidência, mas um projeto estatal de embranquecimento e do colonialismo epistemológico nas instituições educacionais brasileiras.

Mesmo após a abolição da escravatura no Brasil, “estudantes foram segregados em salas de aula diferentes conforme sua capacidade intelectual medida pelos testes-padrão de QI com vieses raciais” (HERNÁNDEZ, 2017, p. 64) importados dos Estados Unidos. Além disso, estudantes negros eram frequentemente afastados da escola sob o pretexto de não haverem se adaptado à vida escolar devido ao seu estado de saúde, que incluía descuido com a higiene pessoal, anemia, indiferença à educação e comportamento antissocial.

Aqueles que persistiam e conseguiam concluir a educação básica encontravam mais obstáculos ao tentar seguir a carreira docente. Segundo Hernández (2017), para se tornar professor no Brasil, no início do século XX, era necessário realizar um treinamento profissional cuja admissão incluía um curso preparatório de um ano em escola privada. No entanto, a maioria dos negros àquela época não tinha condições financeiras para arcar com os custos e, mesmo aqueles que possuíam condições financeiras, eram submetidos a testes psicológicos para comprovar sua aptidão intelectual.

Para Fanon (2008), não basta educar o negro, mas levá-lo a não ser mais escravo de seus arquétipos. Por isso, outro problema associado à representação negra na educação diz respeito ao conteúdo acadêmico. Uma grande mudança ocorreu na literatura brasileira no final do século XX: "os personagens representados negros foram ilustrados sem aspecto caricatural na maioria das vezes. Possuem nomes próprios, contexto familiar, não estão associados à representação estereotipada de animais (...)" (SILVA, 2011, p. 33), o que simbolizou um avanço.

Esse avanço se deu em virtude de iniciativas sociais e políticas de ação afirmativa lideradas por movimentos sociais, intelectuais e pesquisadores negros e negras. Nesse quesito, "o Brasil se destaca como a nação latino-americana com o maior número de políticas de ações afirmativas voltadas para afrodescendentes" (HERNÁNDEZ, 2017, p. 139). Contudo, há uma forte rejeição à essas ações por parte da população, com base na premissa de que tais políticas são responsáveis por ampliar a segregação racial como supostamente ocorre em outros países das Américas, a exemplo dos Estados Unidos.

A justificativa utilizada é a de que não há mais obstáculos que posicionem negros e brancos em pontos de partida diferentes e, por isso, as políticas devem ser meritocráticas, isto é, baseadas nos méritos pessoais de cada indivíduo. Ocorre que, como podemos observar nos dados apresentados até o momento, sobre as discrepâncias na educação de brancos e negros, "we don't live in a meritocracy, and to pretend that simple hard work will elevate all to success is an exercise in wilful ignorance"[8] (EDDO-LODGE, 2018, p. 79). A afirmação de Eddo-Lodge (2018) é corroborada por autores como Fanon (2008) e Nascimento (1984). Mesmo quando o

[8] "nós não vivemos em uma meritocracia, e fingir que o simples trabalho duro elevará todos ao sucesso é um exercício de ignorância intencional" Tradução livre.

negro se destaca, com base em seus próprios méritos, suas conquistas são postas em dúvida e descrédito.

Nas Relações Internacionais não foi diferente. Os trabalhos de pensadores negros não só eram ignorados nas universidades como pesquisadores negros eram frequentemente excluídos dos quadros de professores. De acordo com Vitalis (2015), um desses casos é o de Merze Tate, a primeira mulher negra estadunidense a obter um doutorado em Relações Internacionais, em 1941, e que foi convidada a integrar o departamento de História após a oposição à sua contratação no departamento de Ciência Política. Aparentemente, a Ciência Política não era o espaço ideal para um negro, ainda mais se esse negro fosse uma mulher.

No Brasil, a situação das RI não era muito distinta. Estudos sobre questões internacionais no Brasil se deram, inicialmente, nas áreas do Direito, da Economia e da Ciência Política, e em instituições como o Itamaraty e as Forças Armadas; espaços historicamente ocupados predominantemente por homens brancos. Mas o que consolidou as RI como campo independente de pesquisa foi a criação do Instituto Brasileiro de Relações Internacionais (IRBI). Aberto em 1950, no Rio de Janeiro, o IRBI foi idealizado 24 anos antes do primeiro curso de graduação em RI do Brasil, fundado na Universidade de Brasília (UnB) (MEDEIROS *et al*., 2016).

Dessa forma, pensar as relações internacionais no Brasil estava associado, inicialmente, a instituições que não as universidades. Além disso, esse pensar era guiado muito mais por preocupações políticas, prescritivas e práticas do que por questões teóricas e de cunho reflexivo. Essas últimas, por sua vez – e por muito tempo –, se fizeram majoritariamente presentes em outras disciplinas e campos de atuação, e em análises interdisciplinares (MEDEIROS *et al*., 2016). Mesmo quando as RI passam a ganhar mais espaço na Academia brasileira, suas políticas, abordagens e metodologias se mostram arraigadas no colonialismo epistemológico (FANON, 2008) e no racismo/sexismo epistêmico (GROSFOGUEL, 2016).

> O conhecimento produzido a partir das experiências sócio-históricas e concepções de mundo do Sul global – também conhecido como mundo "não ocidental" – é considerado inferior e é segregado na forma de "apartheid epistêmico" (Rabaka, 2010) do cânone de pensamento das disciplinas das universidades ocidentalizadas. Mais ainda: o conhecimento produzido por mulheres (ocidentais ou não ocidentais) é também visto como inferior e fora do elenco do cânone do pensamento.

> As estruturas fundacionais do conhecimento das universidades ocidentalizadas são epistemicamente racistas e sexistas ao mesmo tempo (GROSFOGUEL, 2016, p. 28).

Nesse contexto, em 2016, estudantes do departamento de Relações Internacionais da UnB – o primeiro curso de RI do Brasil –, criaram uma página nas redes sociais para divulgar e denunciar diversos casos de racismo e sexismo, entre outras práticas discriminatórias e criminosas dentro do departamento, por parte de professores e gestores. Segundo os estudantes, a página foi nomeada "No 'Melhor da América Latina'" como uma maneira de ironizar a forma como foi intitulado o curso pelos docentes. Uma assembleia geral de estudantes também chegou a ser convocada e contou com a participação de mais de 200 graduandos para discutir os relatos de racismo no departamento (RODRIGUES, 2016).

Essas estruturas racistas e sexistas se tornaram consensuais e naturalizadas nos espaços de produção do conhecimento. Não há uma comoção, por exemplo, em torno do fato de que praticamente todo o conhecimento basilar das ciências sociais e humanas, discutido nas universidades contemporâneas, tenha sido "produzido por uns poucos homens de cinco países da Europa Ocidental (Itália, França, Inglaterra, Alemanha e os Estados Unidos)" (GROSFOGUEL, 2016, p. 26). De acordo com Grosfoguel (2016, p. 27), "como é que no século XXI, com tanta diversidade epistêmica existente no mundo, estejamos ancorados em estruturas epistêmicas tão provincianas camufladas de universais?".

Ainda que o estudo das RI nas Américas tenha sido fundado também a partir das relações raciais, como citado na segunda seção deste artigo, o que se observou ao longo dos anos – principalmente após a Guerra Fria – foi um distanciamento/silenciamento cada vez maior das RI em relação a essa questão, especialmente no que tange à produção acadêmica. Segundo Anievas, Manchanda e Shilliam (2015, p. 2),

> (…) a search of paper titles presented at the annual meetings of the International Studies Association (ISA) shows that the words 'race', 'racism', 'racialised' and 'racist' appear in only 0.37 per cent of these titles (80 of 21,688 titles). Further, a search for the same words in article titles appearing in ISA's premier journal, International Studies Quarterly, between January 2000 and December 2007 reveal a finding of 0 per cent (0 of 260 titles). Indeed, one might presently speak of IR's 'racial

> aphasia'– a 'calculated forgetting' obstructing 'discourse, language and speech' (Krishna 2001; Thompson 2013).[9]

Para além das abordagens políticas, prescritivas e práticas que guiaram os estudos iniciais das RI no Brasil, "a discipline of IR should (…) also elaborate the significance of societal multiplicity for the social world as a whole"[10] (ROSENBERG, 2016, p. 13). Para isso, é preciso repensar o internacional, e compreender que esse espaço não é produto de uma única fonte (ocidental), mas de múltiplas. E suas relações, práticas, teorias e ideologias envolvem forças coloniais, neocoloniais, racistas e sexistas que subjugam o Outro em sua identidade (PERSAUD e SAJED, 2018).

Autocrítica é, portanto, essencial para pensar as relações internacionais a partir de suas subjetividades e, consequentemente, torná-las mais transdisciplinares e democráticas. "The need for a sound empirical dimension in a working research program cannot be denied"[11] (LAPID, 1996, p. 9), por isso, a realização de uma pesquisa empírica apresentará resultados valiosos para a compreensão da representação negra na produção acadêmica brasileira das RI. Dessa forma, o presente trabalho se dedicará a analisar a produção acadêmica do Banco de Teses e Dissertações do Instituto de Pesquisa em Relações Internacionais (IPRI), uma das principais plataformas dessa natureza no Brasil.

Como dispõe a apresentação da plataforma, o Banco de Teses e Dissertações do IPRI é uma lista de teses de doutorado e dissertações de mestrado defendidas no Brasil em Relações Internacionais e em áreas correlatas, com vistas a fomentar a pesquisa bibliográfica. Foi construído a partir da unificação das listas de órgãos públicos (CAPES, IBICT) e instituições de ensino superior (públicas e

[9] "(...) uma pesquisa de títulos de artigos apresentados nas reuniões anuais da Associação de Estudos Internacionais (AEI) mostra que as palavras 'raça', 'racismo', 'racializada' e 'racista' aparecem em apenas 0,37 por cento desses títulos (80 de 21.688 títulos). Além disso, uma busca pelas mesmas palavras nos títulos dos artigos que aparecem na principal revista da AEI, International Studies Quarterly, entre janeiro de 2000 e dezembro de 2007, revela uma descoberta de 0% (o de 260 títulos). De fato, pode-se falar atualmente da 'afasia racial' da RI – um 'esquecimento calculado' que obstrui 'o discurso, a linguagem e a fala' (Krishna 2001; Thompson 2010)." Tradução livre.

[10] "Uma disciplina de RI deve elaborar o significado da multiplicidade social para o mundo social como um todo" Tradução livre.

[11] "A necessidade de uma dimensão empírica sólida em um programa de pesquisa em progresso não pode ser negada" Tradução livre.

privadas) com linhas de pesquisa em Relações Internacionais e áreas afins (História, Ciência Política, Economia, Sociologia, Administração e Antropologia, entre outras).

O levantamento das teses e dissertações foi realizado entre os dias 19 e 21 de julho de 2019. Dos 4.093 trabalhos cadastrados na plataforma do IPRI, foram encontrados 37 resultados com a palavra "negro", dos quais 16 foram descartados pois faziam referência ao sobrenome Montenegro, ao Rio Negro (no Amazonas), ao elemento químico ouro, foram duplicados ou haviam sido publicados antes do Século XXI. Por fim, 21 trabalhos foram analisados.

Dos trabalhos em análise, 8 faziam parte de programas de mestrado e doutorado em História, 4 do Programa de Estudos Comparados sobre as Américas (Ceppac), 2 em Ciência Política, 2 do programa de Diplomacia do Instituto Rio Branco (IRBr), e 1 em Sociologia, Antropologia e Ciências Criminais cada. Todos esses trabalhos, em seus respectivos campos de estudo, trazem uma abordagem histórica, social e/ou simbólica da identidade e representação negra, dentro e fora do Brasil, ou em perspectiva comparada.

A representação é um conceito que, de modo geral, está intimamente ligado à identidade e ao conhecimento. Isto porque, a representação é responsável por conectar o significado e a linguagem de membros pertencentes à mesma cultura ou a culturas diferentes. Ou seja, é uma parte essencial do processo pelo qual se produz e se compartilha identidades e conhecimentos. O significado e a linguagem são, portanto, estruturantes no processo de representação, uma vez que é a partir deles que se identifica e se reconhece o Outro (HALL, 1997). "Representação tem uma dupla função: figuração e significação (...) A representação cria realidades e as próprias condições de sua existência" (DOSSIN, 2018, p. 362).

Diante do exposto, a abordagem (ou representação) histórica constitui importante ferramenta para se pensar a representação, pois se propõe a refletir sobre a condição do negro no curso da história e de que forma se inseriu no tempo e no espaço, em África e em diáspora. Isso porque, a História é um dos principais meios pelos quais se é possível refletir, discutir sobre e desconstruir estereótipos, preconceitos, julgamentos e juízos racializados. "Não é por acaso que os trabalhos com ênfase na desconstrução, nas áreas das Ciências Sociais ou das Artes, acabam por manejar um grande arcabouço histórico" (DOSSIN, 2018, p. 365).

Nessa perspectiva, as questões raciais no Brasil se converteram, ao longo da história, em um laboratório para outros países, "pois era considerado bem-sucedido se comparado ao que ocorria nos Estados Unidos e na África do Sul. Entretanto, o Brasil desenvolveu formas próprias de manutenção da ordem racial" (DOSSIN, 2018, p. 358) em suas instituições, o que particularizou a história e a cultura brasileira, e, principalmente, a história e a cultura afro-brasileira. Dessa forma, de acordo com Dossin (2018, p. 365) a representação histórica possui grande importância,

> Uma vez que o regime de representação racializado, produtor de estereótipos, age justamente em direção à essencialização, a desconstrução parece ser o caminho mais adequado para enfrentar essas representações enviesadas, pois pode desvelar os meios pelos quais foram construídas e apontar possibilidades de ressignificação a partir de novas montagens.

Por outro lado, a abordagem social possibilita a reflexão sobre como o negro tem se inserido – ou tentado se inserir – na sociedade, por meio das políticas de ações afirmativas e a partir do seu ingresso em espaços acadêmicos e institucionais. Segundo Silva (2011, p. 25), "os estudos de representação social não são antigos. Tiveram início quando Moscovici criou o termo, escrevendo a sua obra *La Psychanalise, son image e son public*, em 1961".

Apesar de alguns de seus maiores expoentes serem europeus, a exemplo de Serge Moscovici (França) e Denise Jodelet (França), estudos sobre a representação social têm atraído cada vez mais a atenção dos movimentos acadêmicos brasileiros. O interesse brasileiro acerca dos estudos sobre representação social tampouco é antigo e se consolidou nos anos 90, a partir da formação de um grupo de trabalho sobre a temática nos Simpósios de Pesquisa e Intercâmbio Científico da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia (ANPEPP) (SILVA, 2011).

De acordo com Silva (2011, p. 26), "compreender o conceito de representação social, (...) bem como "por que" ela é produzida, é importante para a interpretação das transformações da representação social do negro, bem como dos determinantes dessa transformação". Isso porque, a representação social do negro tende a estar associada a estereótipos, a preconceitos, a julgamentos e a juízos que

passam a habitar a consciência desses indivíduos e a integrar o seu universo interior (SILVA, 2011).

> (...) os objetos que são colocados na nossa consciência pela ideologia do recalque das diferenças, ao articularem-se com a percepção inicial do negro, transformam-no em um ser estigmatizado, na maioria das vezes, tornando-o cada vez mais estranho e não familiar. O mesmo ocorre com a representação social dos loucos, como Jodelet (1989) identificou na sua pesquisa sobre a forma como a representação construída dos loucos os afastava da comunidade na qual deveriam ser integrados (SILVA, 2011, p. 29).

No entanto, a tentativa de inserção do negro na sociedade não significa que este está, de fato, inserido, isto é, representado. A esse complexo contexto se denomina representação simbólica. Basta olhar para as universidades brasileiras, especialmente para os e as docentes, que nos deparamos com uma realidade muito distinta dos dados nacionais apresentados sobre a população brasileira. Isso se deve ao que viemos tratando ao longo do artigo, e ao que Arboleya, Ciello e Meucci (2015) definem como as discrepâncias sociais entre brancos e negros, as barreiras ao acesso a políticas públicas, bem como os tipos de oportunidades acessadas por aqueles que ascendem num mundo branco.

"Esse modelo social excludente ainda aparece claramente em engenharias institucionais e padrões de representação social do negro – o material e o simbólico articulados na negação discursiva e na prática reiterada do racismo institucional" (ARBOLEYA, CIELLO e MEUCCI, 2015, p. 885). Nesse sentido, para Petruccelli (2013, p. 17), a própria configuração de raça também constitui

> (...) uma representação simbólica de identidades produzidas desde referentes físicos e culturais. Na utilização desta categoria de análise, não se trata do grupo social cujo fundamento seria biológico, mas de grupo social reconhecido por marcas inscritas no corpo dos indivíduos (cor da pele, tipo de cabelo, estatura, forma do crânio etc.).

Dito isto, entre os títulos, resumos e palavras-chave dos programas de Relações Internacionais, analisados na plataforma do IPRI, foram encontrados apenas 2 trabalhos com referências à palavra "negro". Uma dissertação de mestrado

da Universidade de Brasília (UnB), publicada em 2012, e outra da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), em 2001.

A primeira, defendida no Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da UnB, tem o objetivo de sistematizar os elementos que possibilitam o entendimento do fim da escravização africana no Brasil, e, em um de seus capítulos, se propõe a compreender como os poderes exercidos pelo Exército e pelos próprios negros possibilitaram uma mudança de regimes, a partir da assinatura da Lei Áurea. Aqui podemos observar a utilização tanto de abordagem histórica como social, a fim de analisar a participação negra no processo de abolição da escravatura no Brasil.

Não foi possível analisar a segunda dissertação – defendida no Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da PUC-SP, em 2001 – com profundidade, em razão de o link não estar disponível para acesso. Consequentemente, não conseguimos recuperar o objetivo da pesquisa, que possui "narcotráfico, drogas e política" como palavras-chave. Todavia, o que conseguimos extrair do resumo é uma crítica às leis antidrogas nas Américas, que operam como estratégia governamental para a identificação, perseguição e reclusão de pessoas dissonantes às ordens social e moral estabelecidas, a exemplo dos negros. A pesquisa apresenta, portanto, uma crítica, à representação simbólica do negro nas esferas de poder e combate às drogas.

A análise de 21 produções acadêmicas *stricto sensu* com menção à palavra "negro" em seus títulos, resumos ou palavras-chave, numa dimensão de 4.093 trabalhos cadastrados na plataforma do IPRI, levanta algumas dúvidas sobre a importância da linguagem na construção do pensamento e das teorias brasileiras, e sobre a representação do negro. Será, essa lacuna, decorrente da pretensão de se afastar da carga pejorativa que a palavra "negro" um dia carregou, quiçá ainda carrega? Ou, a produção acadêmica brasileira das RI, no século XXI, ainda é fortemente influenciada pelo colonialismo epistemológico? Ou, ainda, há outras variáveis a se considerar sobre essa representação?

Nesse sentido, o presente trabalho, ao propor uma análise empírica com base nas teses e dissertações depositadas na plataforma do IPRI, não tem a pretensão de considerar que a insipiente produção acadêmica das Relações Internacionais utilizando o marcador "negro" seja, por si só, indicativa da sub-representação da

população negra nesse campo. Mas, é de se considerar que os dados levantados e analisados constituem um indicativo de como a produção acadêmica das RI têm abordado as relações raciais no Brasil, especialmente considerando todo o histórico de colonização, escravização e políticas públicas eugenistas no país.

4. Considerações Finais

A predisposição a esquecer – ou a considerar irrelevantes – as atrocidades cometidas no passado (a conquista territorial, a escravidão, a colonização, o genocídio etc.), a invisibilização do Outro em suas subjetividades, e o papel da linguagem na construção da identidade são fatores determinantes para que o colonialismo epistemológico exerça brilhantemente, ainda no século XXI, o papel de subjugar e embranquecer os saberes não-ocidentais. Consequentemente, os saberes africanos e afrodescendentes.

Em vista disso, pensar o espaço social e simbólico do negro na produção acadêmica *stricto sensu* das Relações Internacionais (RI) brasileiras, ainda se mostra um desafio, que demanda uma mudança no conjunto de mecanismos teóricos e metodológicos das RI, e das ciências, de modo geral, e o esforço e dedicação dos pesquisadores que se propõem a investigar a internacionalização de conceitos e práticas raciais no Brasil, especialmente, a partir de autoras e autores negros.

As teorias das RI não são neutras e sempre se direcionam a um ou outro grupo, afinal, teorias são lentes pelas quais vemos o mundo. No entanto, as RI precisam adotar novas lentes, pensar outras ferramentas e teorias, e se questionar sobre os limites entre teoria e conhecimento, sobre a lógica do ser no cenário internacional, e, principalmente, sobre qual é a relação entre sujeito de pesquisa e objeto de pesquisa. Se todo ser é um ser pensante e capaz de produzir conhecimento, por que há um silenciamento das RI acerca da contribuição e da representação do negro em seu campo de pesquisa?

É essencial e urgente que essas questões sejam discutidas, especialmente considerando que "(...) mainstream IR also provides prominent critiques of racism. Ignoring these critiques would misrepresent the degree of racism in the field and

disregard the challenge to racist discourse within IR by IR theorists, themselves"[12] (HENDERSON, 2015, p. 27). É nosso compromisso – enquanto pesquisadores e enquanto sociedade – decompor o que, um dia, foi aceito como verdade única e universal. É nossa missão mudar narrativas e estruturas que, ainda hoje, nos oprimem.

Referências Bibliográficas

ANIEVAS, Alexander; MANCHANDA, Nivi e SHILLIAM, Robbie (eds.). *Race and Racism in International Relations: Confronting the Colour Global Line*. Londres e Nova York: Routledge, 2015.

ARBOLEYA, Arilda; CIELLO, Fernando e MEUCCI, Simone. "Educação para uma vida melhor": trajetórias sociais de docentes negros. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 45, n. 158, p. 882-914, dez. 2015. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742015000400882&lng=en&tlng=en>. Acessado em 08 de fevereiro de 2020.

BENTO, Maria Aparecida Silva. Branqueamento e Branquitude no Brasil. In: *Psicologia social do racismo – estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. Iray Carone, Maria Aparecida Silva Bento (orgs.). Petrópolis: Vozes, 2002, p. 25-58.

BLANEY, David L.; TICKNER, Arlene B. International Relations in the Prison of Colonial Modernity. *International Relations*, vol.31, n.1, p. 71-75, 2017.

BRAGA, Pablo de Rezende Saturnino; MILANI, Carlos R. S. Direitos humanos e política externa no Brasil e na África do Sul: o mito da democracia racial, o apartheid e as narrativas da redemocratização. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n.29, p. 7-44, agosto 2019. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-33522019000200007>. Acessado em 19 de dezembro de 2019.

BURKE, Anthony *et al*. *Planet Politics: A manifesto from the end of IR*. Millenium: Journal of International Studies, p. 1-25, 2016.

CARDOSO, Lourenço. Lourenço Cardoso: "Temos potencial para abolir o racismo e todas as outras formas de opressão". [Entrevista concedida a] Joana Oliveira. *EL PAÍS*, São Paulo, 30 de novembro de 2019. Disponível em: < https://brasil.elpais.com/brasil/2019-11-30/lourenco-cardosotemos-potencial-para-

[12] "As [teorias das] RI convencionais também fornecem críticas importantes ao racismo. Ignorar essas críticas seria deturpar o grau de racismo no campo e desconsiderar o desafio ao discurso racista dentro das RI, pelos próprios teóricos das RI" Tradução livre.

abolir-o-racismo-e-todas-as-outras-formas-de-opressao.html>. Acessado em 08 de fevereiro de 2020.

DOSSIN, Francielly Rocha. Sobre o regime de visualidade racializado e a violência da imageria racista: notas para os estudos da imagem. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 25, n. 48, p. 351-377, dez. 2018. Disponível em: < https://seer.ufrgs.br/anos90/article/view/77582/51372>. Acessado em 08 de fevereiro de 2020.

EDDO-LODGE, Reni. *Why I'm No Longer Talking To White People About Race*. London: Bloomsbury Publishing Plc, 2018.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

FUNAG. *Cursos de Relações Internacionais*. Disponível em: <http://www.funag.gov.br/ipri/index.php/cursos-de-relacoes-internacionais>. Acessado em 19 de julho de 2019.

GROSFOGUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. *Revista Sociedade e Estado*, Brasília, vol.31, n.1, jan-abril 2016, p. 25-49.

HALL, Stuart. *Representation: Cultural Representations and Signifying Practices.* London: SAGE Publications, 1997.

HENDERSON, Errol A. Hidden in Plain Sight: Racism in International Relations Theory. In: ANIEVAS, Alexander; MANCHANDA, Nivi e SHILLIAM, Robbie (eds.). *Race and Racism in International Relations: Confronting the Colour Global Line*. Londres e Nova York: Routledge, p. 19-43, 2015.

HERNÁNDEZ, Tanya Katerí. *Subordinação racial no Brasil e na América latina: o papel do Estado, o Direito Costumeiro e a Nova Resposta dos Direitos Civis*. Tradução de Arivaldo Santos de Souza e Luciana Carvalho Fonseca. Salvador: EDUFBA, 2017.

IBGE. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: Educação 2018*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2019. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101657_informativo.pdf>. Acessado em 19 de julho de 2019.

INAYATULLAH, Naeem; BLANEY, David. *International Relations and the Problem of Difference*. Nova York: Routledge, 2004.

INEP. Dados do Censo da Educação Superior: As universidades brasileiras representam 8% da rede, mas concentram 53% das matrículas. *Censo da Educação Superior*, 03 de outubro de 2018. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/dados-do-censo-da-educacao-superior-as-universidades-brasileiras-representam-8-da-rede-mas-concentram-53-das-matriculas/21206>. Acessado em 19 de julho de 2019.

KILOMBA, Grada. *Plantation Memories: Episodes of Everyday Memories*. Munster: UNRAST-Verlag, 2010.

LAPID, Yosef. Culture's Ship: Returns and Departures in International Relations Theory. In: LAPID, Yosef e KRATOCHWIL, Friedrich (eds.). *The Return of Culture and Identity in IR Theory*. Boulder: Lynne Rienner Publishers, p. 3-20, 1996.

MEDEIROS, Marcelo de Almeida *et al*. *What does the field of International Relations look like in South America?* Revista Brasileira de Política Internacional, 59(1): e004, 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v59n1/0034-7329-rbpi-59-01-00004.pdf> Acessado em 19 de julho de 2019.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. 2012. *Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade*. Ciência & Saúde Coletiva. vol.17, n.3, p. 621-626. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232012000300007&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acessado em 10 de setembro de 2019.

NASCIMENTO, Abdias do. *Jornada Negro-Libertária*. Rio de Janeiro: IPEAFRO, 1984.

ONU. *Década Internacional de Afrodescendentes*. Tradução de Júlia Lins Franciotti. 2016. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2016/05/WEB_BookletDecadaAfro_portugues.pdf>. Acessado em 19 de julho de 2019.

ONU. *Resolution adopted by the General Assembly on 23 December 2013*. New York: United Nations, 2014. Disponível em: <https://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/68/237>. Acessado em 19 de julho de 2019.

PERSAUD, Randolph B. The Racial Dynamics in International Relations: Some Thoughts on the Pan-African Antecedents of Bandung. In: PHAM, Quyn N. and SHILLIAM, Robbie (eds.). *Meanings of Bandung: Postcolonial Orders and Decolonial Visions*. London: Rowman & Littlefield International Ltd., p. 133-142, 2016.

PERSAUD, Randolph B.; SAJED, Alina. Race, Gender and Culture in International Relations. In: PERSAUD, Randolph B. e SAJED, Alina (eds.). *Race, Gender, and Culture in International Relations: Postcolonial Perspectives*. Londres e Nova York: Routledge, p. 1-18, 2018.

PETRUCCELLI, José Luis. Autoidentificação, identidade étnico-racial e heteroclassificação. In: PETRUCCELLI, José Luis. e SABOIA, Ana Lucia (eds.). *Características Étnico-Raciais da População: Classificação e Identidades*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), p. 31-50, 2013. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv63405.pdf>. Acessado em 20 de julho de 2019.

RODRIGUES, Matheus. Estudantes da UnB criam página para denunciar preconceito de professores. *G1*, Distrito Federal, 04 de junho de 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2016/06/estudantes-da-unb-criam-

pagina-para-denunciar-preconceito-de-professores.html>. Acessado em 08 de fevereiro de 2020.

ROSENBERG, Justin. *International Relations in the Prison of Political Science*. International Relations, vol.31, n.2, p. 1-27, 2016.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 9 ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.

SHILLIAM, Robbie. Non-Western Thought and International Relations. In: SHILLIAM, Robbie (ed.). *International Relations and Non-Western Thought. Imperialism, Colonialism and Investigations of Global Modernity*. Londres e Nova York: Routledge, p. 1-11, 2011.

Significado de Negro. *Dicionário do Aurélio Online*, 2019. Disponível em: <https://dicionariodoaurelio.com/negro>. Acessado em 20 de julho de 2019.

SILVEIRA, Daniel. Em sete anos, aumenta em 32% a população que se declara preta no Brasil. *G1*, Rio de Janeiro, 22 de maio de 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/05/22/em-sete-anos-aumenta-em-32percent-a-populacao-que-se-declara-preta-no-brasil.ghtml>. Acessado em 19 de julho de 2019.

SILVA, Ana Célia da. *A representação social do negro no livro didático: o que mudou? Por que mudou?* Salvador: EDUFBA, 2011.

THOMAS, Hugh. *The Slave Trade: The History of the Atlantic Slave Trade 1440-1870*. London: Phoenix, 2006.

VITALIS, Robert. *White world order, black power politics: the birth of American international relations*. New York: Cornell University Press, 2015.

MONÇÕES
Revista de Relações Internacionais da UFGD
ISSN 2316-8323

ESCRAVISMO ATLÂNTICO NO SÉCULO XIX: A CONSTRUÇÃO DO "INTERNACIONAL" NO MAR[1]

GUSTAVO ALVIM DE GÓES BEZERRA
Servidor Público no MPRJ e doutorando em Relações Internacionais pela PUC-Rio, é mestre em Relações Internacionais pela UERJ. E-mail: gusgbezerra@gmail.com

PEDRO SALGADO
Pesquisador Pós-Doutoral em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Uberlândia e professor no Centro Universitário de Patos de Minas Universidade. É mestre e doutor em Relações Internacionais pela Universidade de Sussex. E-mail: pedro.salgado@ufu.br

ROBERTO VILCHEZ YAMATO
Professor do IRI/PUC-Rio. Doutor em Relações Internacionais pelo IRI/PUC-Rio. Doutorando em Direito, Birkbeck, University of London. Mestre em Ciências Sociais/Relações Internacionais pela PUC-SP. Mestre em Direitos Humanos pela (LSE). E-mail: roberto.v.yamato@gmail.com

RESUMO: Este artigo almeja trazer o comércio transatlântico de pessoas escravizadas para o centro do debate historiográfico e teórico das Relações Internacionais, em particular no que tange à formação e evolução do sistema internacional de Estados soberanos. Tal movimento se dá fundamentalmente em dois passos. Em um primeiro momento, promovemos uma discussão nos termos da Escola Inglesa, como tradição teórica que se debruça sobre a evolução histórica da política internacional. Demonstramos, com esse engajamento crítico, o silenciamento da disciplina para a escravização transatlântica como uma "instituição fundamental" da "sociedade internacional". No segundo momento, avaliamos as consequências teóricas da inclusão do comércio e exploração do trabalho de pessoas no rol de instituições fundamentais que formam a sociedade internacional. Questionamos se tal inclusão é suficiente para desfazer o que identificamos como "silêncio constitutivo" que a escravidão atlântica representa para a disciplina e se a inclusão desta instituição internacional reforma as premissas eurocêntricas sobre as quais se baseia a Escola Inglesa. A partir daí, propomos uma reflexão epistemológica sobre a historiografia das Relações Internacionais que aponta para um diálogo mais profundo entre teoria e história, a partir de evoluções recentes nos campos da Sociologia Histórica e dos estudos Pós/Decoloniais.

PALAVRAS-CHAVE: Escravização atlântica; Sociologia Histórica; Estudos Pós- e Decoloniais.

[1] O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001

ATLANTIC SLAVERY IN THE 19TH CENTURY: CONSTRUCTING "THE INTERNATIONAL" ON THE SEA

ABSTRACT: This paper aims to bring the transatlantic trade of enslaved people to the centre of the historical and theoretical debates in IR, especially those regarding the formation and evolution of the international system of sovereign states. This movement takes place in two fundamental steps. Firstly, we promote this discussion within the terms provided by the English School, as the theoretical tradition that is more openly dedicated to the historical evolution of international politics. We demonstrate, through this critical engagement, the disciplinary silence about transatlantic enslavement as a "primary institution" of "international society". In a second moment, we evaluate the theoretical consequences of including the trade in human beings and the exploitation of their coerced labor among the primary institutions that shape international Society. We question whether such inclusion is sufficient to unmake the "constitutive silence" represented by Atlantic slavery in the discipline, and whether this inclusion effectively reforms the Eurocentric premises of the English School. From these questions, we offer an epistemological reflection on the historiograhpy of IR that points toward a deeper dialogue between history and theory, building upon recent developments on the literatures on Historical Sociology and Post-/Decolonial thought.

KEYWORDS: Atlantic slavery; Historical Sociology; Post- and Decolonial Studies.

1. Introdução

Debates historiográficos recentes trouxeram novas perspectivas sobre a experiência de escravização no continente americano e as conexões produzidas por tal prática através do espaço atlântico. Tais perspectivas são perpassadas por uma problematização do Estado como o horizonte das análises históricas, trazendo a necessidade de deslocar o foco analítico para a produção de diferentes espacialidades. O comércio de pessoas escravizadas foi um importante eixo de articulação entre diferentes formas espaciais e serve como ponto privilegiado para se analisar as conexões entre processos aparentemente independentes entre si que aconteceram nas costas atlânticas da América, da África e da Europa. Este artigo busca traçar tais conexões, avaliando como a articulação de diferentes formas de espacialidade através do Atlântico, mediada pelo comércio de pessoas escravizadas, orienta a historiografia da política internacional em direções diferentes das tradicionais narrativas eurocentradas. Com este texto, buscamos inserir o debate sobre escravização no cerne da disciplina de Relações Internacionais (RI).

Tal argumento se desenvolve ao longo do artigo em três passos fundamentais. Primeiramente, oferecemos uma revisão crítica da narrativa historiográfica oferecida pela Escola Inglesa. Tradição de pensamento importante no desenvolvimento de RI no

Brasil e tradicionalmente referenciada pelo destaque oferecido ao campo de História das Relações Internacionais (HRI), os pensamentos teórico e analítico da Escola Inglesa são eloquentemente silentes sobre as dinâmicas do escravismo atlântico.

O segundo passo consiste em avaliar a historiografia recente sobre o tráfico transatlântico de pessoas escravizadas, a fim de argumentar como o escravismo atlântico contempla os elementos identificados por Bull (2002) como característicos de uma instituição internacional. A partir dessa identificação, propõe-se a interpretação deste fenômeno como um aspecto fundamental da sociedade internacional em formação durante o século XIX. Este debate se dará a partir das discussões sobre a "segunda escravidão" encontradas principalmente na obra de Dale Tomich (2004). Tomando o oceano como um espaço de conexão – e não como separação –, trata-se de entender os espaços marginais (tanto do oceano em si, quanto da sociedade internacional em formação) como partes constitutivas da história. Assim, pretende-se trazer as dinâmicas sociais na América e na África como componentes centrais da sociedade internacional, figurando ao lado dos processos intra-europeus tradicionalmente privilegiados pela Escola Inglesa (BULL e WATSON, 1984; BULL, 2002; KEENE, 2002).

Por fim, trata-se de identificar os possíveis ganhos teóricos produzidos pela inserção do escravismo atlântico no cerne do arcabouço da Escola Inglesa. É importante explicar aquilo que se entende por escravismo atlântico, conceito utilizado para dar conta de principalmente dois fenômenos: o transporte, para a América, das pessoas sequestradas na África e o seu emprego na produção de mercadorias e espaços no continente americano. Ambas dinâmicas são constitutivas do Atlântico, seja nos fluxos que põem em contato os espaços, seja por meio do trabalho que transforma o espaço natural e constrói os espaços sociais. Reconhecendo que a transformação dos espaços teve particularidades em cada região da América em que a mão de obra escravizada foi utilizada, observa-se que o sentido econômico do emprego dessas pessoas em trabalhos forçados foi central no desenvolvimento e na transformação do capitalismo e, para fazer sentido dessa transformação, é importante observar o processo nas suas interseções e no seu desenvolvimento histórico, menos pelos constrangimentos geográficos imediatos da sua ocorrência.

Essa opção por observar o fenômeno pelos contatos que ele propicia não ignora o fato de que se escreve a partir do espaço brasileiro e dos constrangimentos que as peculiaridades desse regime no Brasil impingiram na sociedade brasileira e no espaço – silenciado – que o país ocupa na narrativa sobre a constituição da sociedade internacional. Não se trata, portanto, de nacionalismo metodológico, mas do reconhecimento de que, ao passo que a bibliografia que trata da escravização nas Américas reconhece a profundidade do vínculo entre os EUA e o Caribe, mesmo na literatura mais clássica sobre escravização nos EUA (DAVIS, 1988; WILLIAMS, 1944), o espaço sul-americano é olvidado como um espaço internacional interligado nessa dinâmica do Atlântico. Assim, o escravismo que aporta na costa atlântica e constitui o Brasil é percebido quase que como autônomo da dinâmica setentrional. Nesses termos, essa literatura passa ao largo da importância que a experiência brasileira teve para a configuração do Atlântico como espaço de circulação (ALENCASTRO, 2000) e para a elaboração das justificativas para a escravização africana (VAINFAS, 1986). As experiências lusitanas com a escravização são parte do processo de constituição da sociedade internacional e das dinâmicas de exploração da mão de obra nos EUA e no Caribe, de forma que se faz necessário entender o escravismo atlântico como um processo que observou transformações no seu significado e que deve ser analisado como um processo não constrangido por fronteiras nacionais.

O interesse em resgatar especificamente uma bibliografia sobre escravização que trabalha com o século XIX decorre da centralidade que a história desse século tem para a bibliografia de RI, em especial para a Escola Inglesa e para a constituição das instituições que são centrais para a experiência intra-europeia do século XIX. A partir daí, questiona-se se a inserção de experiências não-europeias seria suficiente para corrigir o eurocentrismo existente na narrativa histórica da criação e expansão (ou globalização) da sociedade internacional oferecida pela Escola Inglesa (SALGADO, 2019a, 2019b). É importante destacar que a ênfase na Escola Inglesa não busca tomá-la representativa da disciplina como um todo. No entanto, dentre as tradições responsáveis pela formulação da concepção clássica da disciplina, ela é a que mais se preocupa em avaliar o processo de formação do arcabouço normativo-institucional da política internacional moderna. Portanto, ainda que o engajamento com a Escola

Inglesa não possa representar a totalidade da disciplina, é representativo dos limites – ontológicos, epistemológicos e histórico-políticos – de uma definição clássica de RI e seu objeto de estudo. A resposta (negativa) que o presente artigo apresenta a essa questão contribui para o alargamento do objeto de estudo de RI e para apontar a insuficiência de leituras que fiquem restritas aos cânones da disciplina como forma de avançar com os debates na área.

2. Histórias das Relações Internacionais: narrando a disciplina

A HRI é um campo utilizado de forma muito instrumental pelas narrativas tradicionais da disciplina. Ela é majoritariamente tomada para construir argumentos de perenidade ou de instabilidade em padrões políticos. A história em HRI é tida, portanto, como exemplo que serve para legitimar a política contemporânea apresentando eventos descontextualizados em que paralelismos históricos possam favorecer o argumento que se quer avançar.

Apresentar a história como um conjunto de dados e informações desconectados do seu sentido de transformação e movimento empobrece as narrativas históricas dentro da disciplina de RI. Um movimento que torna fatos históricos em eventos úteis para o debate teórico compromete a HRI como um campo de interesse e reflexão. As narrativas históricas em RI foram sintetizadas por Osiander: “De fato, História é quase sempre utilizada em RI para provocar respostas pavlovianas.” (OSIANDER, 2007, p. 1).

O desenvolvimento de um pensamento de RI no qual a história é vista como parte orgânica, mais integrada às análises e ao debate anglófono que prevalece no campo, é recorrentemente identificado como sendo conduzido pela Escola Inglesa de RI. Nesse sentido, vale referenciar aquilo que Gurminder Bhambra define como História: “não é simplesmente um registro ‘daquilo que aconteceu’, mas um registro daquilo que nós acreditávamos que aconteceu – condicionado pelos parâmetros das comunidades nas quais tais apelos são feitos – e, como tal, incorre necessariamente em imprecisões e silêncios” (BHAMBRA, 2007, p. 10). A história, então, mais do que uma outra manifestação da teoria (VAUGHAN-WILLIAMS, 2005), é também

perspectiva. E, no caso de RI, prevalece uma perspectiva eurocêntrica[2] na narração da história, mais especificamente, uma perspectiva inglesa.[3]

O privilégio conferido pela Escola Inglesa a análises contemporâneas emolduradas por perspectivas estruturalistas é decorrência do emprego dos conceitos de "ordem", "sistema" e "sociedade internacionais", que criam a articulação de aspectos estruturais e afinidades culturais em uma única análise (BULL, 2002). O adensamento do pensamento da Escola Inglesa, fomentado por críticas internas e externas a essa corrente que apontavam para o eurocentrismo e a teleologia das narrativas lineares desenvolvidas pelos autores afiliados a essa tradição, aconteceu justamente pela construção de narrativas paralelas à história europeia que olhavam para outras fontes e experiências que não eram europeias (WEAVER, 2002; Linlater e Suganami, 2006). Edward Keene e sua narrativa do contato de europeus com outros povos (Keene, 2002), Reus-Smit e sua proposta de constituição e transformação de instituições ocidentais tais como soberania e direitos políticos (REUS-SMIT, 1999, 2011), da mesma forma que outros trabalhos sobre as transformações na política internacional (COX, DUNNE e BOOTH, 2001), têm em comum a perspectiva de construção relacional desse processo, com o reconhecimento da agência de atores não ocidentais na construção da sociedade internacional contemporânea (BUZAN e LITTLE, 2010).

Neste artigo, damos atenção especial ao que Ole Weaver (1998) chamou de quarta geração da Escola Inglesa, uma literatura mais engajada com uma releitura crítica da própria tradição e disposta a incorporar outros debates. Dessa geração, atentamos a dois livros em particular. O primeiro deles – e também o mais recente – é o

[2] Bhambra define eurocentrismo como: "a crença, implícita ou não, de que o significado histórico dos eventos desenvolveu-se endogenamente dentro da esfera cultural-geográfica da Europa. Ao contestar o eurocentrismo, eu contesto o 'fato' da 'especialidade da Europa' tanto em termos da sua cultura e dos seus eventos, o 'fato' do desenvolvimento autônomo dos eventos, conceitos e paradigmas, e, por fim, o 'fato' da Europa ser ela mesmo uma entidade definida e coerente que nos é imposta." (Bhambra, 2007, p. 5).

[3] Entendemos por narrativa histórica o esforço de construir sentido da sucessão de eventos articulados por relações de causalidade. Nessa chave, obras como Kissinger (1997) e Osiander (2007) são exemplares no campo e atingem um objetivo que não era manifesto em Waltz (1986, p. 98-99) que trata a história exclusivamente como exemplo de fatos que colaboram na construção de um argumento. Por "perspectiva" entendemos a lógica semântica que orienta a construção da narrativa: os espaços e atores privilegiados na construção das narrativas históricas. Assim Bhambra (2007) e Bull e Watson (1984) representam perspectivas diferentes, por isso suas narrativas são diferentes dado que as causalidades e o contato entre um e outro evento não é orientado pela mesma lógica em narrativas que têm perspectivas diferentes.

volume editado em 2017 por Tim Dunne e Christian Reus-Smit, que propõe uma atualização ao livro de Hedley Bull e Adam Watson de 1984, *The Expansion of International Society*. O livro de Dunne e Reus-Smit (2017b), *The Globalization of International Society* aponta para uma visão da sociedade internacional que não se forma na Europa para depois se expandir, mas que se forma à medida que se globaliza, atualizando o sentido dado à "expansão". Portanto, Dunne e Reus-Smit argumentam:

> As últimas três décadas foram duras com o livro [The Expansion of International Society]. Muitos dos seus elementos conceituais, suas orientações analíticas, métodos e suposições históricas, e suas perspectivas normativas foram questionados por literaturas mais recentes em RI, teoria política, história, direito e sociologia. (Dunne e Reus-Smit, 2017a, p. 4)

Em seguida, eles completam: "Apesar destes desafios, a questão central que move *The Expansion* mantém sua importância crítica: como a sociedade internacional global de hoje se desenvolveu?" (DUNNE E REUS-SMIT, 2017a, p. 4). Nossa questão neste artigo se relaciona com esse esforço para criticar a narrativa histórica da Escola Inglesa através das tensões apresentadas nos limites dessa atualização proposta por Dunne e Reus-Smit. Neste sentido, argumentamos que a "globalização" no título do livro ofusca a origem da sociedade internacional que, no livro de 1984, se expande. Ao fazê-lo, a narrativa atualizada continua não incorporando certos elementos ocultados pela narrativa original de Bull e Watson, aprofundando a perspectiva inglesa, eurocêntrica, da Escola Inglesa.[4]

Esta questão leva ao segundo livro com o qual lidamos aqui. Trata-se de *Beyond Anarchical Society,* de Edward Keene (2002), no qual ele aponta para a existência de algo além da sociedade internacional descrita por Bull na obra de 1977. Enquanto Bull fala sobre a coexistência na sociedade internacional, Keene se interessa pelo que há além dos limites dessa sociedade, buscando entender a ordem internacional pela perspectiva do sistema internacional. A obra de Keene se debruça, portanto, na ideia de

[4] Pedro Salgado (2019b) apresenta a maneira por meio da qual a construção da independência do Brasil é aspecto que foge da concepção eurocêntrica de construção de Estados desenvolvida pela Escola Inglesa. Salgado argumenta que as disputas envolvidas na constituição da independência brasileira são de outra natureza que aquelas que pautaram a soberania dos países europeus. (Salgado, 2019b, p. 6).

padrões de civilização que estabelecem hierarquias. Ao fazê-lo, Keene recupera um debate sobre hierarquias nas RI. Um esforço que culmina com a produção de uma edição especial da *Millennium* sobre o tema em 2014[5].

Considerando essas obras, nossa proposta é resgatar a ideia de "instituições", desenvolvida por Bull em 1977, que tem um papel central para esse debate sobre hierarquia. Esse esforço é uma tentativa de interpretar o escravismo atlântico como uma das instituições fundamentais da sociedade internacional. Para Bull, as instituições são:

> (...) um conjunto de hábitos e práticas orientados para atingir objetivos comuns. Essas instituições não retiram do Estado seu papel principal de implementar as funções políticas da sociedade internacional, ou de substituir no sistema internacional a inexistente autoridade central. Elas manifestam o elemento de colaboração entre os estados no desempenho da sua função política, e constituem ao mesmo tempo um meio para sustentar tal colaboração. (Bull, 2002, p. 88-89)

Antes de retomarmos a historiografia da escravização no Atlântico para estabelecer sua centralidade na concepção das relações internacionais modernas, cabe indagar qual o papel que as obras mencionadas acima lhe prescrevem. Ao fazê-lo, percebemos uma posição curiosa: ao passo que o abolicionismo e o antirracismo são louvados como elementos cruciais da sociedade internacional (e de sua expansão) (Keene, 2007), a expansão colonial e a escravização, como um de seus elementos constituintes, são pouco mencionadas.

Se, na concepção original de Bull, a expansão colonial desde o início do século XVI é suficiente para incluir o espaço atlântico no sistema internacional, a expansão da sociedade internacional só se dá com a adesão imposta e violenta dos povos e sociedades às normas e aos valores cultivados na tradição europeia (BULL E WATSON, 1984). O próprio Reus-Smit (2011) descreve a expansão da sociedade internacional através de ondas de emancipação, nas quais as concepções de direitos individuais são ampliadas. Dentre estas, incluem-se a proibição da escravização de

[5] Dentre outros, constam desta edição contribuições de Tanja E. Alberts (2014), Carsten-Andreas Schulz (2014) e Dimitrios Stroikos (2014), além do próprio Edward Keene (2014).

nativos no Império Espanhol, as transformações do século XIX (compreendendo tanto as independências na América quanto o movimento abolicionista) e a descolonização pós-1945. Tal concepção da expansão coaduna com a tese original da Escola Inglesa, seguindo a ideia de um "padrão civilizatório" como pré-requisito para a adesão à sociedade, que desde sua concepção na obra de Gong (1984) já inclui o respeito a um rol de direitos fundamentais que afasta a possibilidade de se aceitar práticas escravocratas ou racistas como "civilizadas". Nos termos de Gong, "[a]o menos em teoria, o padrão civilizatório não vê cor" (GONG, 1984, p. 53). Vincent (1984), da mesma forma, lista a igualdade racial como uma das virtudes centrais à sociedade internacional, enquanto Bull alerta que o movimento antirracista pode justamente ser uma das causas de "revolta contra o ocidente" que ameaçam a ordem internacional, uma vez que a ordem ocidental e a sociedade internacional de origem europeia se associam à supremacia branca sobre as demais etnias (BULL, 1984, p. 220-221).

Ora, se a abolição e o antirracismo são tão amplamente citados como virtudes trazidas pela expansão da sociedade internacional e dos valores e costumes europeus, é essencial assumir a existência prévia de uma prática de escravização que não pode ser entendida senão como parte da expansão colonial europeia pelo espaço atlântico. Dado esse cenário em que o abolicionismo é louvado como resultado da expansão europeia enquanto a escravização em si é convenientemente ignorada, o argumento apresentado aqui, de que a segunda escravidão deve ser tratada como aspecto central das relações internacionais modernas, equivale a constatar a nudez do rei. Ou ainda, se seguirmos as mais recentes inovações teóricas e historiográficas na narrativa da Escola Inglesa (DUNNE E REUS-SMIT, 2017; KEENE, 2005; CLARK, 2005) e rejeitarmos a existência de uma separação rígida entre os momentos de "sistema" e "sociedade" internacionais, precisamos considerar que toda a expansão colonial europeia (incluindo toda a violência da ocupação territorial e da escravização de populações inteiras) é parte do processo de formação da sociedade internacional e de

suas normas (EPSTEIN, 2017). Assim, não se faz possível separar a escravização e o tráfico transatlântico de escravizados das origens da política internacional.[6]

Como veremos na próxima seção, a escravização foi um conjunto de práticas que teve um significado próprio no século XIX que não retirou dos Estados o papel de implementar funções que hierarquizaram o espaço internacional conferindo precedência a Estados europeus sobre os outros espaços do mundo. A escravização se encaixa, pois, na definição de instituição como proposto por Bull[7], mas ocupa um papel silenciado na disciplina, como se representasse a instituição que não se consegue justificar.

3. Escravizando Pessoas e Construindo Espaços

A escravização é um tópico ainda a ser incorporado no campo de HRI. Pesquisas recentes no campo da Economia Política Internacional trazem um debate em torno do conceito de "precariedade" (STANDING, 2011; NELSON e ROSSITER, 2008), e autores como Kevin Bales (1999) contribuem com trabalhos sobre a escravização contemporânea em RI. O tráfico de pessoas escravizadas no Atlântico ainda não é, contudo, nos termos de Bhambra (2007, p. 10), "um registro 'daquilo que aconteceu'" na disciplina.

Repensar o cânone de RI através de uma narrativa histórica que confira ao escravismo atlântico proeminência na disciplina não é tarefa simples. Neste artigo, como já dito, debruça-se em particular sobre o fenômeno da escravização durante o

[6] Tal entendimento se aproxima dos argumentos apresentados por Keene (2005) e Schulz (2014) para o estabelecimento de hierarquias (e não da propalada anarquia) como uma instituição central da sociedade internacional, e da interpretação de que tal hierarquia se dá de acordo com a colonização e com a reinterpretação do "padrão civilizatório" como uma estratificação da sociedade internacional, e não como sua barreira de entrada. Nosso intuito neste artigo vai além desses argumentos, recuperando especificamente a importância da escravização para a construção de tais hierarquias coloniais e, no limite, questionando a eficácia analítica do arcabouço fornecido pela Escola Inglesa para se tratar a política internacional através do resultado produzido pelas diferentes experiências de tal violência colonial através do Atlântico.

[7] Bull (2002) trata originalmente de cinco instituições: equilíbrio de poder, direito internacional, diplomacia, guerra e grandes potências.

século XIX, por se tratar de um período fundamental para as narrativas de desenvolvimento institucional da política internacional (JOLL, 1990; BULL e WATSON, 1984). Ao mesmo tempo, a historiografia recente aponta para as particularidades assumidas pelo escravismo durante o século XIX que justificam a criação do conceito de "segunda escravidão" (TOMICH, 2004).

A peculiaridade da escravização durante o século XIX é consequência do período histórico no qual se insere, não guardando relação com transformações nos processos de sequestro e venda de pessoas. Nesse sentido, a diferença entre a escravidão colonial (ou a "primeira escravidão") e a segunda escravidão diz respeito ao aprofundamento do liberalismo nas práticas comerciais de pessoas escravizadas e ao sensível aumento da quantidade de pessoas transportadas forçosamente pelo Atlântico (Tomich, 2004). Ao focar a análise nos diferentes espaços conectados por esse comércio, a pesquisa deixa de se orientar por Estados, ou por atores políticos domésticos. Ao contrário, privilegiam-se os espaços de trânsito que possibilitam o contato e assim se contribui para a história do Atlântico (SHILLIAM, 2009, 2013; LINEBAUGH E REDIKER, 2013; GILROY, 2012).

O uso de proposições históricas para justificar abordagens teóricas é um movimento recorrente na disciplina de RI (OSIANDER, 2007; VAUGHAN-WILLIAMS, 2005). Mas, sendo as teorias estadocêntricas, não se construirá uma narrativa histórica descolada de nacionalismo metodológico. Assim que processos complexos e articulados em muitos espaços, como a escravização que conecta Brasil, Costa da Mina, Cuba, Congo, Cabo Verde, França, Portugal, Estados Unidos, Haiti, Espanha, Angola, Países Baixos e Inglaterra, desde o início do período colonial até o final do século XIX, são artificialmente simplificados em fenômenos nacionais. É mais uma dentre as múltiplas violências que relatam.

É representativa dessa lógica a perspectiva que nacionaliza o escravismo brasileiro a despeito dos eventos que compõem a narrativa sobre a inserção do Brasil nas dinâmicas do tráfico de escravizados a partir do século XVI se darem em formas espaciais dificilmente compreendidas nos moldes do estado nacional. Padre Antônio Vieira enxergava que essa atividade colocava o espaço brasileiro como vanguarda da expansão do cristianismo como consequência do seu papel na expansão da fé cristã de

populações trazidas da África (VAINFAS, 1986). O fato de o desenvolvimento econômico português, inglês ou holandês estar vinculado à centralidade assumida pelo Brasil na expansão da fé cristã reflete como os processos de modernização europeus não podem ser analiticamente reduzidos a espaços nacionais específicos, a práticas comerciais ou à adoção de normas culturais em comum. A perspectiva de David Davis está mais conforme à significação do escravagismo atlântico:

> Sugerimos que a escravidão dos negros, produto de incontáveis decisões auto-interessadas de comerciantes e monarcas na Europa e na África, era parte intrínseca do desenvolvimento americano desde as primeiras descobertas [sic]. A evolução da escravidão enquanto instituição foi concomitante com a criação da ideia de América como um recomeço, uma terra de promessas onde esperanças e aspirações se realizavam. (Davis, 1988, p.24)

Decisões na Europa e na África, desenvolvimento e promessas na América: uma complexa teia de causalidades, codeterminações e influências múltiplas, que precisam ser estudadas em sua potencialidade de forma conjunta, e não segmentadas por fronteiras nacionais e distâncias físicas. Ao focar nossa narrativa histórica no processo de escravização atlântica, estamos propondo uma história vinculada a pessoas, e não aos espaços políticos - colônias, impérios, países - constituídos por elas.[8] Esta é a proposta de uma história que recusa nacionalismos metodológicos os quais aceitam os espaços estatais como arenas primordiais (e trans-históricas) da atividade política. Ao contrário, ao focarmos em pessoas (e nas relações que elas estabelecem entre si e com o mundo), reconhecemos as agências que constituem formas espaciais distintas. O Atlântico, portanto, deixa de ser um "vazio político" entre os espaços nas suas margens, podendo ser entendido como uma forma espacial própria consolidada pelas práticas que justificam (ou demandam) suas várias travessias.

A ideia de "segunda escravidão" proposta por Tomich (2004) atende a essa sofisticação da narrativa ao apresentar o Oceano Atlântico como um espaço moldado

[8] Inspiram a construção desse texto trabalhos como o de Paul Gilroy (2012), *O Atlântico Negro*, e de Alberto da Costa e Silva (2011), *Um Rio Chamado Atlântico*, além de *O Trato dos Viventes*, de Luiz Felipe de Alencastro (2000), que mostram como os contatos entre os continentes é constitutivo da vida das pessoas.

pelos interesses religiosos, econômicos e políticos em torno do transporte de pessoas escravizadas. Isso só é possível ao se considerar que tais interesses são projetados sobre (e efetivamente constituem) outras formas espaciais para além da territorialidade fixa dos Estados nacionais. Em outras palavras, o Estado deixa de ser o espaço político preponderante, se tornando apenas uma (dentre diversas possíveis) formas de espacialização da política. O papel do tráfico de escravizados na constituição – ou desenvolvimento – do capitalismo é essencial para Tomich e para os debates que figuram em sua obra. "A escravidão nas Américas foi o produto histórico da expansão da economia-mundo europeia" (TOMICH, 2004, p. 3): assim ele dá início ao primeiro capítulo do livro. A característica do debate sobre a segunda escravidão é uma contribuição do campo para a capacidade de, através da análise de um processo específico ao Atlântico, articular dinâmicas internacionais que ultrapassam o Estado.

É importante esclarecer esse conceito de segunda escravidão: trata-se do uso de mão-de-obra escravizada no século XIX, um período marcado pela emergência do liberalismo na economia e de seu fortalecimento no âmbito político. Liberalismo manifesto inclusive através da Revolução Haitiana. Portanto, a segunda escravidão não difere do modelo colonial pelos métodos coercitivos empregados na captura ou no aprisionamento de pessoas, ou pela relevância destas para o dinamismo econômico do período. A diferença diz respeito ao significado da manutenção deste modelo de trabalho.

É importante ressaltar que desde que o modelo escravagista foi aplicado nas Américas, já guardava diferenças importantes em relação à escravização antiga. Pessoas africanas não foram trazidas para o seio dessa estrutura como consequência da derrota em algum conflito específico: desde o início, o propósito era sua escravização (BLACKBURN, 1997, p. 12). Portanto, o sistema, cuja legitimação se deu com o projeto de expansão da Cristandade, não sofreu de início a oposição de formas de trabalho livre. Ao contrário, no polo oposto encontravam-se os ideais de civilização cultivados na Europa e a tradição Cristã. A leitura histórica que contrapõe o trabalho livre à escravização desde o começo das práticas coloniais no Atlântico é fruto de um anacronismo, uma vez que atribui caráter trans-histórico a uma dualidade que pertence a um contexto particular, o contexto a partir da Revolução Industrial em que o trabalho

livre passou a ser discutido como possibilidade real. Como o próprio Blackburn afirma, a ideia de que a escravidão representa o atraso é uma leitura equivocada, pois o escravismo atlântico era um projeto moderno (BLACKBURN, 1997, p. 4) que foi combatido pela ideologia do Antigo Regime europeu (LOSURDO, 2014, p. 34).

Eric Williams (1944) representa a corrente historiográfica que ajudou a construir esse imaginário de antagonismo entre a lógica capitalista e o uso de trabalho escravizado. Em seu livro, Williams (1944, p. 5-6) argumenta como Adam Smith, em 1776, critica essa exploração de trabalho por meio da violência, mas principalmente pela sua não-racionalidade produtiva, fruto de paixões e interesses de outra natureza que não econômica. De alguma forma, Smith está criando essa distinção entre racionalidade econômica e política, na qual lógicas distintas podem operar e competir pela prevalência no mundo social. Todavia, assumir de uma só vez que a manutenção do trabalho escravizado é antagônica ao desenvolvimento capitalista pelo pouco incentivo à produção da força de trabalho leva à armadilha de afirmar que os dois modelos são mutuamente excludentes, que não poderiam coexistir temporalmente. Tomich (2004) argumenta o contrário: para ele, a manutenção da escravização nas Américas representa uma condição de possibilidade fundamental para o desenvolvimento industrial europeu, uma vez que permitiu a absorção de mercadorias baratas pelas manufaturas nascentes. “Longe de ser uma instituição moribunda durante o século XIX, a escravidão demonstrou sua adaptabilidade e vitalidade” (TOMICH, 2004, p. 69).

Outro debate no qual Tomich se insere diz respeito à forma como ele apresenta a contradição essencial do sistema escravagista não como a tensão gerada pelos debates sobre a ideia de escravidão, mas pelos papéis atribuídos ao centro e à periferia no sistema global de divisão do trabalho e distribuição de bens e riquezas. Esse debate surge entre as tradições da Nova História Econômica, do Marxismo Histórico e da Teoria dos Sistemas-Mundo pelas formas como tratam a escravização no século XIX, e se reproduz na historiografia brasileira[9], contrapondo principalmente as perspectivas

[9] No debate historiográfico brasileiro sobre segunda escravidão, cabe destacar as correntes neo-gramscianas e mundo-sistêmicas que ficam evidentes no livro organizado por Rafael Marquese e Ricardo Salles (2016). Nesse livro, o texto dos organizadores se propõe a fazer uma revisão historiográfica sobre

Neogramscianas e dos Sistemas-Mundo, conforme o próprio Tomich (2004, p. 37-46) antecipara no dualismo entre o debate sobre a transição para o capitalismo e a teoria mundo-sistêmica[10].

A narrativa de Tomich (2004), assim como a história da escravização no Atlântico de uma forma geral, se contrapõe à percepção do presentismo que marca a subárea de HRI. A forma por meio da qual a hierarquização dos espaços é construída ao longo do tempo nas margens do Atlântico é de tal ordem que eventos ocorridos no século XVI seriam impensáveis no século XIX dada a supressão de autonomia do espaço colonial. A narrativa de Luiz Felipe de Alencastro (2000, p. 218-231) sobre a expulsão dos holandeses das colônias portuguesas na África (no século XVII) como um esforço do Rio de Janeiro que se contrapõe ao esforço paulista da Bandeira dos Limites argumenta justamente nesse sentido. De acordo com Alencastro, as tentativas concomitantes de, por um lado, reestabelecer o domínio português sobre Angola e, por outro, da exploração do interior brasileiro em busca de nativos a serem escravizados formam uma imagem do Brasil como um espaço político dinâmico, capaz de empreender simultaneamente duas tentativas de expansão geopolítica motivadas por ambições escravagistas. Ao fim, e ainda de acordo com Alencastro, o sucesso nas guerras contra os holandeses e a incapacidade dos bandeirantes de encontrar contingentes populacionais grandes o suficiente para a demanda de trabalho nas fazendas consolidaram o comércio de africanos escravizados como o principal eixo de integração do Atlântico.

Estas articulações político-econômicas, bem como a ampla gama de consequências que elas produziram, revelam que o ponto de partida de tal análise do escravismo atlântico pode ser situado em uma narrativa histórica de *longue durée*. A importância da escola dos *Annales* na historiografia é crucial para a compreensão do

o tema é abordado. Apesar do presente trabalho se construir com base nessa historiografia (Tomich, 2004; Marquese e Salles, 2016; Blackburn, 1997), o mapeamento dessa literatura através de uma revisão bibliográfica mais aprofundada transformaria significativamente o escopo do artigo.

[10] Tais debates se apresentam com clareza na organização de eventos e grupos de estudos que permitem a proliferação de ideias e discussões sobre o tema, como o simpósio temático no encontro da ANPUH no estado do Rio de Janeiro chamado “O Vale do Paraíba, Segunda Escravidão, e Civilização Imperial”, o Grupo de Pesquisa em Escravidão no Século XIX (GREXIX) na UNIRIO, os debates do Núcleo de História Mundial e Comparada da UFF e o Laboratório de Estudos sobre o Brasil e o Sistema-Mundo (Lab-Mundi) da USP.

desenvolvimento da literatura da qual partimos aqui[11]. Cabe uma menção especial a Immanuel Wallerstein (2004) que, ao seguir as análises de Ferdinand Braudel (1983, 2001, 2009) do mundo mediterrâneo através de suas conexões, propõe uma percepção do desenvolvimento das relações internacionais que não se limita à economia ou à política, mas que considera também a contribuição destas para o desenvolvimento de uma geocultura[12]. Marquese e Salles (2016), ao discorrerem sobre escravização, demonstram a importância desta literatura:

> Mesmo a escravidão doméstica, praticada por indivíduos não raro libertos ou descendentes de libertos, possuidores de um ou dois cativos, amplamente disseminada espacial e socialmente no Brasil dos oitocentos, só foi possível e se desenvolveu por conta do significado simbólico, social e econômico que a escravidão mercantil conferia à posse de cativos. O tráfico internacional de escravos foi o grande mecanismo que permitiu essa difusão da escravidão brasileira. A plantation escravista do século XIX não foi um enclave que se sobrepôs a um tecido social e escravista disperso herdado do século XVIII: foi sua espinha dorsal. (Marquese e Salles, 2016, p. 130)

O desenvolvimento desta ampla narrativa do escravismo atlântico é visto por esses autores como uma resposta aos limites de estudos micro-históricos da escravização que predominaram até então. Não se trata de diminuir a contribuição dessa tradição, que enriqueceu o entendimento da escravização, de seus processos e violências características, para além de narrativas sistêmicas abstratas (MARQUESE E SALLES, 2016). Para eles, com o conceito da segunda escravidão, "[t]rata-se, neste momento, de buscar análises que se voltem para conexões, os nexos, e as contradições que compõem esses objetos enquanto totalidades estruturadas, ou parte delas, produzidas pelas ações humanas ao mesmo tempo que as condicionam" (MARQUESE E SALLES, 2016, p. 132). É o fato de a história ser contada através de suas conexões e contradições que dá ao sistema escravista atlântico um dinamismo político.

Debruçar-se de tal forma sobre a história da escravização é desafiador.

[11] Para um relato mais detalhado da importância da historiografia dos Annales, ver Burke (2010).
[12] Para uma discussão detalhada sobre o conceito de geocultura, ver Wallerstein (2004).

Demanda um esforço no sentido de diminuir a importância de fronteiras e percepções estadocêntricas da narrativa histórica, sem descartar a agência política de figuras ligadas ao Estado. O desafio vem justamente da tradição de se considerar o Estado como *locus* da agência política dos indivíduos. Junto ao desafio apresentado à interpretação liberal do mundo pela importância da escravização em espaços econômicos periféricos ao capitalismo, somos deixados com um segundo problema: como é possível que uma narrativa política que reafirma a importância do espaço político – por excelência, o Estado – se molde através de múltiplas conexões que se dão para além do Estado? Em outras palavras, como é possível que o comércio de pessoas escravizadas no Atlântico, em uma dinâmica que precede a consolidação de Estados nas duas margens do oceano, tenha ajudado a criar as múltiplas hierarquias que caracterizam não apenas o sistema de Estados no século XIX, mas também suas sociedades nacionais?

Reconhecer a história como uma narrativa política, envolta em dinâmicas e contradições próprias, é um primeiro passo rumo ao entendimento de que podem existir outros espaços políticos além do Estado. Talvez seja possível que se forje um "internacional" específico, algum espaço para além de qualquer tipo de "nacional", ou seja, além de qualquer fronteira. Talvez esses espaços possam ser os mares e oceanos. Então, tais espaços seriam ressignificados como espaços de contato, e não de diferenciação, permitindo uma imagem de um "Rio Atlântico", no lugar de um Oceano Atlântico (SILVA, 2003).

4. Historiografia na Teoria de RI: O Conto de Dois Oceanos

Os nomes dos livros de Luiz Felipe de Alencastro, *O Trato dos Viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*, e de Alberto da Costa e Silva, *Um Rio Chamado Atlântico: a África no Brasil e o Brasil na África*, apontam que estes dois historiadores consideram o Atlântico como um espaço de trocas particularmente relevante para a formação histórica do Brasil. Contudo, a disciplina de RI, com raras exceções (BARTELSON, 1995; CONNERY, 2001; THOMSON, 1994; YAMATO, 2011, 2019, 2020

(*no prelo*); MATOS, 2019)[13], ao se debruçar sobre a origem da política internacional moderna, pouco diz sobre tal espaço, tratando-o como politicamente vazio ou insignificante[14]. Movendo o foco da análise para um dos grandes silêncios da disciplina – o comércio de pessoas escravizadas no Atlântico –, enxergamos o Atlântico como um espaço político importante, contribuindo para a disciplina ao apontar espaços de interação social e política para além dos que são tradicionalmente privilegiados pela literatura.

Essa literatura revisionista sobre a escravização no século XIX demonstra que é possível desenvolver uma narrativa histórica do comércio de pessoas que considera o Atlântico como um espaço político. A questão com a qual nos deparamos ao fazê-lo (e

[13] Jens Bartelson, por exemplo, ao comentar a relação entre o que chamou de "protosoberania" e a "invenção de foras", destaca a relevância dos mares, como uma forma de limite, à emergência de um pensamento político (internacional) moderno: "Os mares – à exceção do Mediterrâneo – eram ainda amplamente inexplorados e pouco mapeados, e figuravam, metaforicamente como barreiras ao conhecimento político e autoridade. Autoridade não se estendia mar a dentro e, para além do seu escopo, existia um "fora" desconhecido e inavegável, um elemento não territorial não suscetível ao domínio humano." (Bartelson, 1995, p. 105). De outro modo, Christopher L. Connery observa que o "oceano" tem sido concebido como um "fora constitutivo" da concepção telúrica de espaço e território no âmbito do imaginário oceânico europeu que se tornou hegemônico desde o século XIX. Nestes termos, Connery destaca que o oceano se tornou "praticamente inseparável da história do conceito de internacional, tal como nós o conhecemos" (Connery, 2001, p. 177). Em seu estudo de sociologia histórica internacional, Janice E. Thomson, por sua vez, argumenta que a consolidação do Estado soberano moderno e, com ele, a do sistema de Estados soberanos envolveu a eliminação e/ou o controle de diferentes formas de violência individual não-estatal *extraterritorial* (pirataria, *privateering*, *filibustering*) por parte do Estado soberano e do sistema de Estados. Assim, a formação histórico-sociológica de uma ordem internacional global se deu apenas com a efetiva domesticação dos "altos-mares": "[a]penas com a universalização de metanormas contra a violência individual em alto-mar é que as áreas do Globo não sujeitas à soberania foram convertidas de um estado de natureza para um domínio de relação ordeira entre os Estados." (Thomson, 1994, p. 140). Inspirado nos trabalhos de R. B. J. Walker e Jacques Derrida, Roberto Vilchez Yamato desenvolve uma releitura do trabalho de Carl Schmitt e de seu pensamento político – internacional –, e, com ele, de RI, em que sugere a (des)articulação de certas práticas de categorização e a legitimação de formas excepcionais de violência por meio da (des)construção de "foras" e "forasteiros constitutivos", tais como o "mar", o "pirata" e o "inimigo da humanidade" (Yamato, 2011, 2019, 2020 (*no prelo*)). Nesse sentido, para uma releitura sobre o "sacrifício do mar" no contexto de formação do pensamento político moderno, sobretudo no que se refere ao trabalho de Schmitt, ver a tese de doutorado de Francisco Matos (2019).

[14] O privilégio analítico conferido a espaços terrestres tem origem nos clássicos da geopolítica (Mackinder, 1904) e é articulado em detalhes por Carl Schmitt (2003). Segundo este, tradicionalmente tem-se uma divisão geopolítica entre a terra como espaço ordenado, dividido por linhas de fronteira e propriedade, enquanto, mesmo no século XIX, "[o] mar permanecia alheio a ordens estatais específicas: não era Estado, nem território colonial, nem espaço ocupável. Estava livre de qualquer tipo de soberania espacial do Estado. A terra firme era dividida por fronteiras lineares bem definidas. O mar não tinha fronteiras senão a costa. Era a única superfície territorial livre de Estados e aberta ao comércio, pesca, e disputas militares, independente da proximidade ou de fronteiras geográficas." (Schmitt, 2003, p. 172). Nesse sentido, para uma leitura (mitológica) da relação entre terra e mar, e os elementos (terra, mar, ar e fogo) em geral, ver também seu *Land and Sea* (Schmitt, 2015).

que tentamos responder nesta seção) é: o que produziu tamanho silêncio sobre o tema na literatura clássica de RI? A primeira possibilidade diz respeito às diversas influências liberais sobre a disciplina. Por exemplo, como o liberalismo político manifesto nas propostas de Wilson ao final da Primeira Guerra é posteriormente desenvolvido a partir de releituras de filósofos liberais (Locke, Mill, Kant, et al.) para analisar a política internacional. Ao fazê-lo, naturalizam-se no discurso liberal (e naquele que posteriormente convencionou-se chamar de neoliberal) as violências presentes na formação dos Estados e da ordem internacional contemporânea, assim como fazem tais filósofos do iluminismo[15]. Por exemplo, a justificativa com base na obra de Locke (mas ainda comum no século XX) de que povos na "infância do progresso" precisam da tutela de civilizações avançadas para que alcancem o estágio evolutivo destas últimas, o que estabelece ao mesmo tempo a ideia de povos primitivos como "irracionais" (portanto, incapazes de estabelecer laços de propriedade), e os posiciona como uma versão do passado europeu, legitimando a ocupação colonial (BHAMBRA, 2007).

Ao passo que Bhambra (2007) argumenta sobre a forma por meio da qual esse eurocentrismo constrói a legitimação para a ocupação colonial, Losurdo (2014, p. 37-44) argumenta sobre a maneira por meio da qual o liberalismo político é construído em paralelo ao aprofundamento do escravismo atlântico, articulando a construção de um universalismo inclusivo liberal com a manutenção da marginalização dos sujeitos escravizados sem que isso criasse uma oposição que enfraquecesse a viabilidade política do colonialismo europeu. A tradição econômica do liberalismo, cuja origem remonta às contribuições de Adam Smith e David Ricardo entre os séculos XVIII e XIX e que não raro reaparece como neoliberalismo nessa virada para a década de 2020, é persuasiva em decorrência do arcabouço teórico no qual atores racionais são analisados à margem de considerações sobre seu contexto social e/ou geopolítico. Assim, tal abstração das condições materiais possibilita os postulados de igualdade de condições entre os indivíduos competindo livremente e as possibilidades quase

[15] A abordagem que tanto Jahn (2013) quanto Losurdo (2014) utilizam para analisar o Liberalismo (seja exclusivamente nas RI, como o primeiro, ou a trajetória mais universal como o segundo) é reconhecendo a forma por meio da qual essas perspectivas teóricas vinculam-se com a política que lhe é contemporânea, motivo pelo qual esses dois livros, bem como Bhambra (2007), são as fontes para desenvolver nosso entendimento sobre liberalismo.

ilimitadas de transformação da vida individual. A ideia de atores em competição pela realização dos seus desejos de maneira utilitária e racional é parte crucial desse legado economicista liberal, que não é capaz de reconhecer a agência histórica de uma pessoa escravizada – por exemplo – produzindo seu apagamento histórico e legitimando a violência originária desta condição. Ademais, tal compreensão do *homo economicus* produz uma tensão com a percepção política do liberalismo, que caracteriza os seres humanos pela busca de suas capacidades individuais (BURCHILL, 1996; JAHN, 2013).

Esta curta digressão sobre o liberalismo e sua relevância para a origem da disciplina é um caminho para discutirmos uma perspectiva da história que se desenvolve a partir do conceito eurocêntrico e liberal do "indivíduo". Uma narrativa histórica de progresso alcançado não por meio de conflito, mas pelo desenvolvimento racional da humanidade na direção de um futuro melhor e mais avançado.[16] Não se pretende aqui estabelecer uma equivalência entre o pensamento liberal em RI e a Escola Inglesa, mas apontar para como os trabalhos históricos desenvolvidos sob as premissas dessa tradição incorporam pressupostos liberais em uma acepção mais ampla dessa tradição (Thakur *et al.*, 2017). Dessa forma, a narrativa teleológica e a noção de progresso manifestas no ideário civilizacional (Keene, 2002, 2014; Linklater, 2017) representam como a Escola Inglesa é passível de ser entendida à sombra do pensamento liberal.

Isto nos leva à segunda razão pela qual a escravização não é abordada como um fenômeno fundador da política internacional moderna: o eurocentrismo latente desse "cânone". A crítica ao eurocentrismo tem sido um tema recorrente no campo de teoria crítica de RI, englobando o apagamento do papel de teóricos marginalizados no desenvolvimento acadêmico da disciplina e das contribuições de atores não-europeus nos processos históricos da política internacional (VITALIS, 2015; ANIEVAS E NISANCIOGLU, 2015; TANSEL, 2015; SHILLIAM, 2009). O termo é também usado para interrogações aos pressupostos ontológicos e históricos assumidos por autores que oferecem grandes sistematizações da política internacional (BHAMBRA, 2007; MATIN, 2013; DUZGUN, 2018).

[16] Para mais sobre a História do Liberalismo, ver Domenico Losurdo (2014), *Liberalism: a counter-History*.

A Escola Inglesa, em particular, tem sido alvo frequente de tais críticas. Cabe retomar aqui a discussão sobre essa tradição para avaliar seus pressupostos históricos (sem prejuízo da discussão teórica anterior). Por um lado, a narrativa clássica de origem e expansão da sociedade internacional oferecida por Bull e Watson (1984) gera uma imagem difusionista da história global onde a Europa aparece como fonte do desenvolvimento histórico como um todo, e atores não-europeus são relegados ao papel de ameaça à ordem internacional. Tal crítica é inclusive incorporada pelas contribuições mais recentes à Escola Inglesa, que buscam inovações teóricas e narrativas alternativas que sejam capazes de afastar este eurocentrismo original (REUS-SMIT E DUNNE, 2017; WELSH, 2017; LINKLATER, 2016, 2017; SCHULZ, 2014; CLARK 2005), ainda que com graus de sucesso variados e questionáveis[17]. A ausência de menções ao escravismo atlântico na Escola Inglesa chama a atenção de forma particular, dado o papel central da Inglaterra no comércio colonial de escravos, e mesmo no início do período da segunda escravidão[18]. Tal silêncio é compreensível, dada a origem da Escola Inglesa como um incentivo governamental para pensar instrumentos analíticos para a política internacional nos anos 1950, através do *British Committee on the Theory of International Politics* (LINKLATER E SUGANAMI, 2006).

Tal Comitê reunia diplomatas, juristas e historiadores, visando a uma perspectiva mais ampla sobre fenômenos internacionais. O papel do direito no arcabouço teórico da Escola Inglesa merece atenção especial. Mencionado entre as instituições fundamentais de Hedley Bull (2002, p. 147), o direito internacional exerceu função importante na legitimação da segunda escravidão. As tentativas do governo britânico de proibir o tráfico de pessoas escravizadas através de tratados com o Brasil (GRAHAM, 1968) são um exemplo de instrumentos legais lidando com a escravização. Contudo, o

[17] Para detalhes sobre a crítica ao Eurocentrismo da Escola Inglesa, em especial a estas contribuições recentes, ver Salgado (2019a, 2019b) e Seth (2011).

[18] Apesar da entrada tardia na disputa colonial (em meados do século XVII), a Inglaterra rapidamente se consolida como uma das principais potências coloniais ao longo século XVIII, o que inclui ser um dos principais participantes do tráfico transatlântico de escravizados, passando inclusive a exercer o monopólio do tráfico nas colônias espanholas (*asiento*) a partir de 1713 (Blackburn, 1997, p. 269, 383, 388-390). O período da "segunda escravidão", no qual a escravização passa a ter novo significado no contexto do capitalismo mundial do século XIX (Tomich, 2004, p. 57), é resultado, entre outras coisas, do pioneirismo inglês nas técnicas de navegação e redução da mortalidade de escravizados nas viagens marítimas (Blackburn, 1997, p. 392-393).

direito internacional nem sempre foi mobilizado para a promoção de igualdade, não raro sendo usado no sentido contrário (SIMPSON, 2004).

Edward Keene (2002) discute a expansão da sociedade internacional a partir da Europa para o resto do mundo, demonstrando como esse movimento se deu através da construção de hierarquias com o auxílio do direito internacional. Em si, não se trata de uma afirmação trivial, uma vez que, por muito tempo, negou-se a ideia de que a evolução da sociedade internacional tivesse um processo claramente discernível. Por exemplo, Bull (2002, p. 26-38) narra extensamente a evolução de uma "Sociedade Internacional Cristã" em uma "Sociedade Internacional Mundial". Neste sentido, Bull resume a história das relações internacionais através das mudanças surgidas no ideário político através do tempo, mas sempre tomando por referência a realidade europeia.

A construção de hierarquias, como apresentada por Keene, se deu através do uso de instrumentos legais que promoviam a diferenciação de espaços políticos. Neste movimento, Keene retoma Hugo Grotius e apresenta as maneiras pelas quais essa construção de diferenças se dava através da ideia de "civilização". Ao fazê-lo, Keene demonstra o poder constitutivo do direito que cria e mantém segregações entre espaços

> O conceito de civilização cumpre dois papéis no pensamento jurídico internacional: ele definia a fronteira entre as duas formas de ordem moderna internacional e descrevia o propósito último para o qual se destinava a ordem extra-europeia. Essa visão de um mundo bifurcado estava plenamente desenvolvida já em meados do século XIX, e pode-se ver em textos do direito internacional daquele período uma distinção amplamente aceita entre a família das nações civilizadas e o mundo atrasado e não-civilizado além da Europa (ainda que tal distinção já tenha sido feita em momentos anteriores). (KEENE, 2002, p. 6-7)

A crítica de Keene, ao mesmo tempo que apresenta a construção das hierarquias e da violência que forma os Estados em espaços políticos periféricos, não é suficiente para representar o processo de dominação colonial, uma vez que ela ainda se volta para o espaço político estatal. Nas análises de Keene, a hierarquia ainda é definida em termos espaciais: países na Europa têm precedência sobre estruturas políticas além do continente. Em tal leitura, o escravismo atlântico é invisibilizado, uma

vez que permanece atrelado ao Estado e analiticamente distinto em processos de sequestro, de venda, de transporte transoceânico de indivíduos reduzidos à sua capacidade de trabalho no destino desse tráfico. Tudo isso se dá para além do Estado, e além do alcance da disciplina de RI. Para trazer essa discussão, é essencial que ela seja capaz de transcender os debates que marcam a disciplina e que os instrumentos de análise sejam usados de maneira a questionar o conhecimento já cristalizado sobre as origens da política internacional.

A terceira proposição sobre o longo silêncio da Escola Inglesa a respeito da escravização refere-se ao estadocentrismo como pressuposto metodológico: a atribuição do Estado como o principal foco dessa corrente teórica e seu tratamento como sujeito dotado de racionalidade própria[19]. Se, por um lado, a analogia que considera o Estado como um sujeito racional dotado de interesse próprio já foi amplamente criticada, dando origem ao campo de Análise de Política Externa (PINHEIRO E MILANI, 2012), a centralidade conferida ao Estado em RI é de trato mais difícil[20]. A questão da escravização suscita essas duas questões, uma vez que as principais narrativas sobre ela estabelecem suas conexões com os Estados nos quais as forças de trabalho escravizadas são empregadas. Portanto, existem narrativas sobre a escravidão no Brasil (ALONSO, 2015; CARVALHO, 1998a, 1998b), separadas das que tratam do tema no Estados Unidos (JOHNSON, 2013; KARP, 2016; RANDAL E DONALD, 1961; POST, 2011). Olhar para a escravização como um sistema transatlântico de conexões é argumentar que tais narrativas apontam apenas para as consequências desse sistema, ao invés de abordar a estrutura que permitiu que tais resultados fossem produzidos nos contextos específicos. Assim, se considerarmos o comércio transatlântico de escravizados como uma instituição fundamental da sociedade internacional, podemos ser capazes de desenvolver um entendimento de RI

[19] Essa característica é feita clara na primeira frase do livro de Bull: "Este livro é uma investigação sobre a natureza da ordem na política mundial, especialmente na sociedade dos Estados soberanos, através da qual, na medida em que existe, essa ordem é mantida na política mundial." (BULL, 2002, p. 1)

[20] O "estadocentrismo" da disciplina é tema antigo, e a busca por alternativas deu origem a diversas tradições teóricas nas RI, como os estudos liberais de governança global (ROSENAU, 2006a, 2006b), diferentes correntes do pensamento marxista (COX, 1981; ROSENBERG, 1994) e as teorias pós-estruturalistas (Campbell, 1992, 1998; Weber, 1995). Para uma análise do potencial e dos limites da crítica ao estadocentrismo, vide Lacher (2003).

como uma disciplina menos apegada ao Estado, sendo, portanto, mais reticente ao encarar fronteiras como linhas de separação.

Nossa proposta de tratar a escravização como uma instituição no século XIX é o reconhecimento de que se trata de um "conjunto de hábitos e práticas moldados à realização de objetivos comuns" (BULL, 2002, p. 88). Pelo menos comuns àqueles que dela participavam voluntariamente, claro. O aspecto excludente da instituição não é um problema *per se*. Instituições não precisam ser universais para afetar a todos os Estados. Os exemplos de "sistema administrativo das grandes potências" e "balanço de poder" demonstram que os papéis não são distribuídos de maneira equânime nessas instituições, sendo possível, portanto, propor essa leitura, uma vez que ao fazê-lo chegamos à noção de que "elas são uma expressão do elemento de colaboração entre Estados no correr de suas funções políticas – e ao mesmo tempo um meio de sustentar tal colaboração" (BULL, 2002, p. 71).

Se a escravização atlântica perpassa toda a sociedade internacional como uma de suas instituições fundamentais, restam-nos duas questões: quais as consequências desse fato? O que ele significa para a questão do poder na política internacional? A cada uma dessas perguntas vê-se duas possibilidades de respostas que representam aquilo que identificamos como possibilidades de agenda de pesquisa a partir desse texto.

Sobre a primeira questão, ao reconhecermos o papel constitutivo do sistema escravagista atlântico em RI, somos capazes de abraçar as críticas feitas à disciplina que denunciam seu eurocentrismo e seu racismo sistêmico (DOTY, 1998; SHILLIAM, 2013; MAYBLIN, 2013). Somos capazes de fazê-lo sem abrir mão da capacidade explicativa e dos conceitos oferecidos por teorias já estabelecidas, em parte porque essas características são constitutivas da política performada nesse sistema eivado, na origem, de desigualdades e exclusões. A possibilidade de evidenciar aquilo que está implícito pode ser o aspecto disruptivo da construção de outra narrativa histórica.

Contudo, ao nos aproximarmos de outra visão crítica da Escola Inglesa e da forma como seus conceitos ("sociedade internacional", "instituição" etc.) operam analiticamente, a resposta assume outro caráter. Afinal, o eurocentrismo que atravessa as narrativas de expansão (ou, recentemente, de globalização) da sociedade

internacional está relacionado não apenas à leitura difusionista da política internacional, mas também ao apagamento das contribuições de atores não-europeus para o desenvolvimento institucional da própria Europa (BULL E WATSON, 1984; REUS-SMIT E DUNNE, 2017). Quando se trata a escravização nos termos de Bull, esses parâmetros eurocêntricos que sustentam seu arcabouço teórico e sua narrativa histórica permanecem inquestionados. Ao contrário, inclusive se confere certa legitimidade às suas pretensões de universalidade, demonstrando que esse eurocentrismo pode ser expurgado com a mera adição de novas instituições que evidenciem a violência colonial sobre a qual se baseia a sociedade de Estados[21]. Portanto, partindo de uma crítica anti-eurocêntrica da tradição da Escola Inglesa, é necessário rejeitar a possibilidade de se resumir a história da escravização a um mero adendo da narrativa de expansão/globalização da sociedade internacional. Para que tal história seja tratada em seus próprios termos, como demonstrado pela historiografia elencada neste artigo (Alencastro, 2000; Silva, 2008; Tomich, 2004), o arcabouço teórico da Escola Inglesa é insuficiente.

A segunda questão se aproxima da primeira, não só por comportar respostas diferentes, mas também porque, ao reconhecer que há algo a mais entre as instituições de RI, implica um questionamento da noção do espaço e do sentido do poder. O argumento apresentado aqui permite uma maior precisão ao localizar o poder na política internacional. Uma vez que desafiamos as fronteiras ao enfatizar espaços de contato entre diferentes forças sociais e geopolíticas, não podemos mais dizer que o poder se restringe aos Estados, mas se encontra em espaços definidos por suas instituições, nos quais a política se articula em múltiplas direções. Ao mesmo tempo, o conceito de poder deve levar em conta quem são os atores dotados da autoridade de formular a história e o que se considera nesta história.

Por outro lado, como a agência histórica se faz pouco presente enquanto categoria analítica no arcabouço da Escola Inglesa, a discussão sobre os rumos dados pelas instituições ao desenvolvimento da sociedade internacional tradicionalmente

[21] Esta mesma crítica se aplica à forma como Carsten-Andreas Schulz reinterpreta o “padrão civilizatório” de Gong, argumentando que o colonialismo seria uma instituição fundamental da sociedade internacional (Schulz, 2014).

confere pouca ênfase a disputas de poder e conflitos para além das disputas entre grandes potências. Desta forma, atribuir o tratamento de "instituição" ao escravismo atlântico não diz respeito aos projetos (geo)políticos específicos que o tornaram possível, ou às formas de resistência adotadas por suas vítimas. Tal tratamento teórico não traz à tona as relações de poder que constituem a violência colonial originária do sistema de Estados, por esbarrar justamente nessa limitação teórica em relação ao tratamento analítico conferido à agência. As "instituições" da Escola Inglesa permitem pouco espaço para se pensar os conflitos entre estratégias formuladas por atores com interesses contraditórios e mutuamente excludentes. Portanto, pode-se argumentar que entender a política internacional a partir de suas raízes na violência colonial do escravismo atlântico requer uma reformulação mais profunda do arcabouço teórico da disciplina (SALGADO, 2019b).

5. Conclusão

O escravismo atlântico no século XIX representa uma agenda de pesquisa com avenidas de diálogo importantes com diversas leituras teóricas das RI. Ao centrarmos nossa crítica na Escola Inglesa, fazemo-lo não apenas pela forma como essa tradição teórica arrogou para si a incorporação da narrativa histórica no seu *ethos* acadêmico, mas sobretudo por se propor a construir uma interpretação universal de RI ainda que seja conhecido – e eventualmente reafirmado – seu caráter "inglês", ou seja, sua relação particular com os legados do colonialismo europeu.

Argumentamos que, ao entendermos o escravismo atlântico como uma instituição constitutiva da sociedade internacional, no sentido dado por Hedley Bull (2002), damos visibilidade à violência colonial, trazendo-a para o cerne da formação institucional da política internacional moderna e, por conseguinte, da disciplina de RI. Trata-se, contudo, de uma instituição silenciada pela disciplina, apesar de sua importância para a construção do espaço Atlântico, um pano de fundo da sociedade internacional, uma condição de possibilidade para o desenvolvimento das outras instituições apresentadas por Bull. A partir desse argumento, resta questionar se é

válido utilizar os instrumentos teóricos oferecidos pela Escola Inglesa, que primou pelo silenciamento dessa prática, ou seja, se o instrumental ofertado por essa tradição pode servir para os propósitos críticos que se busca encorajar.

Recuperando o debate sobre a segunda escravidão nas literaturas historiográficas do Brasil e dos Estados Unidos, nossa intenção é apresentar os espaços que podem ser preenchidos por debates de análises políticas historicizadas. A contribuição também se dá no sentido contrário: debates das teorias de RI que podem ser complementados por contribuições históricas na forma de narrativas que assumem suas perspectivas, ao contrário de mera exemplificação supostamente neutra. A transformação do tráfico de escravizados no Atlântico através dos séculos evidencia alteração de uma norma não por causa de mudanças nas práticas, mas em consequência das profundas transformações na política internacional quando da emergência do pensamento liberal europeu. A aporia que provoca este artigo é aquela constitutiva de um período – supostamente – contraditório, em que tanto as ideias de igualdade e liberdade se desenvolveram foi também o período no qual a escravização estava em seu auge, entrelaçada com o capitalismo, e forjando hierarquias no espaço atlântico.

A tentativa de trazer o escravismo atlântico como um processo fundador da política internacional moderna, como uma "instituição" moldada e transformada ao longo dos séculos – nos termos da Escola Inglesa ou através de um questionamento de seus pressupostos eurocêntricos –, é um exercício necessário para tensionar a capacidade analítica dessa abordagem teórica. Por meio disso, buscamos nos alinhar com propostas de leitura do fenômeno do internacional que vão para além da história europeia e do Estado como pressuposto analítico. Como apontado por Alencastro (2000) e Silva (2003), o Atlântico é um espaço de contato, e não de afastamento. Devemos, portanto, encará-lo como um espaço político e histórico, e não como um vazio.

Referências

AALBERTS, Tanja E.. "Rethinking the Principle of (Sovereign) Equality as a Standard of Civilisation." *Millennium: journal of international studies* 42 (3), special issue, p. 767-

789, 2014.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O Trato dos Viventes:* formação do Brasil no Atlântico Sul. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ALONSO, Angela. *Flores*, *Votos e Balas*: o movimento abolicionista brasileiro (1868-88). São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

ANIEVAS, Alexander; NISANCIOGLU, Kerem. *How The West Came to Rule:* The Geopolitical Origins of Capitalism. London: Pluto Press, 2015.

BALES, Kevin. *Disposable People:* new slavery in the Global Economy. Berkley, Los Angeles: University of California Press, 1999.

BARTELSON, Jens. *A Genealogy of Sovereignty*. Cambridge, Cambridge University Press, 1995.

BHAMBRA, Gurminder. *Rethinking Modernity*: Postcolonialism and the Sociological Imagination. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2007.

BLACKBURN, Robin. *The Making of New World Slavery:* from the Baroque to the Modern, 1492 - 1800. London: Verso, 1997.

_____. Por Que Segunda Escravidão? In: MARQUESE, Rafael; SALLES, Ricardo (ed).: *Escravidão e Capitalismo Histórico no Século XIX:* Cuba, Brasil, Estados Unidos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016, p. 13-54.

BRAUDEL, Fernand. *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterranico na época de Filipe II*. Lisboa: Martins Fontes, 1983.

_____. *Memórias do Mediterrâneo:* pré-história e antiguidade. Rio de Janeiro: Multi Nova Distribuidora de Livros Ltda., 2001.

_____. *Civilização Material, Economia e Capitalismo,* séculos XV-XVIII. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

Bull, Hedley. *The anarchical society:* a study of order in world politics. New York: Columbia University Press, 2002.

_____. The Revolt Against the West. In: BULL, Hedley; WATSON, Adam (ed) *The Expansion of International Society*. Oxford: Oxford University Press, 1984, p. 217-228.

BULL, Hedley; WATSON, Adam. *The Expansion of International Society*. Oxford:

Oxford University Press, 1984.

BURCHILL, Scott. Liberalism. In: BURCHILL, Scott et al. (ed).: *Theories of International Relations.* New York: Palgrave, 1996, p. 29-69.

BURKE, Peter. *A Escola dos Annales (1929-1989): a revolução francesa da historiografia*. São Paulo: Editora da UNESP, 2010.

BUZAN, Barry; LITTLE, Richard. World History and the Development of non-Western International Relations Theory. In: ACHARYA, Amitav; BUZAN, Barry. *Non-Western International Relations Theory:* perspectives on and beyond Asia, p.197-220. London: Routledge, 2010.

CAMPBELL, David. *Writing Security:* United States Foreign Policy and the Politics of Identity. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1992.

_____. *National Deconstruction:* Violence, Identity and Justice in Bosnia. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1998.

CARVALHO, José Murilo de. As Batalhas da Abolição. In: CARVALHO: José Murilo de (ed.) *Pontos e Bordados: escritos de história e política.* Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998a, p. 35-64.

_____. Escravidão e Razão Nacional. In: CARVALHO: José Murilo de (ed.) *Pontos e Bordados: escritos de história e política.* Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998b, p.65-82.

CLARK, Ian. *Legitimacy in International Society*. Oxford: Oxford University Press, 2005.

CONNERY Christopher L. “Ideologies of land and sea: Alfred Thayer Mahan, Carl Schmitt, and the shaping of global myth elements”. In: *Boundary 2* 28(2), pp.173–201, 2001.

COX, Michael; DUNNE, Tim; BOOTH, Ken (eds). *Empires, Systems and States:* great transformations in International Politics. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

COX, Robert. “Social Forces, States and World Orders: Beyond International Relations Theory” in *Millennium: journal of International Relations*, 10 (2), 1981: 126-155.

DAVIS, David Brion. *The Problem of Slavery in Western Culture.* Oxford: Oxford University Press, 1988.

DOTY, Roxanne Lynn. “The Bounds of “Race” in International Relations.” *Milleniun: Journal of International Relations*. 22 (3) p. 443-461, 1993.

DUNNE, Tim; REUS-SMIT, Christian. “Introduction”. In: DUNNE, Tim; REUS-SMIT, Christian. *The Globalization of International Society*, Oxford: Oxford University Press, 2017a, p. 3-17.

_____(ed.). *The Globalization of International Society*. Oxford: Oxford University Press, 2017b.

DUZGUN, Eren. “Against Eurocentric Anti-Eurocentrism: International Relations, Historical Sociology and Political Marxism” in *Journal of International Relations and Development*, 2018, disponível em: https://doi.org/10.1057/s41268-018-0146-0

EPSTEIN, Charlotte. *Against International Relations Norms:* Postcolonial Perspectives. London, Routledge, 2017.

GILROY, Paul. *O Atlântico Negro: modernidade e dupla consciência*. São Paulo: Editora 34, 2012.

GONG, Gerrit W. *The Standard of ‘Civilization’ in International Society*. Oxford: Clarendon Press, 1984.

GRAHAM, Richard. *Britain & the Onset of Modernization in Brazil (1850-1914)*. Cambridge: Cambridge University Press, 1968.

JAHN, Beate. *Liberal Internationalism:* Theory History, Practice. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2013.

JOHNSON, Walter. *River of Dark Dreams:* slavery and Empire in the cotton kigdom. Cambridge: Harvard University Press, 2013.

JOLL, James. *Europe Since 1870:* an international history. London: Penguin Books, 1992.

KARP, Matthew. *This Vast Southern Empire:* slaveholders at the helm of American foreign policy. Cambridge: Harvard University Press, 2016.

KEENE, Edward. *Beyond The Anarchical Society:* Grotious, colonialism and order in world politics. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

_____. A Case Study of the Construction of International Hierarchy: British Treaty-Making Against the Slave Trade in the Early Nineteenth Century. *International Organization* 61 (2), p. 311-339, 2007.

_____. The Standard of ‘Civilisation’, the Expansion Thesis and the 19th-century International Social Space. *Millennium: journal of international studies* 42 (3),

special issue, p.651-673, 2014.

KISSINGER, Henry. *Diplomacia*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1997.

LACHER, Hannes. Putting the state in its place: the critique of state-centrism and its limits in *Review of International Studies*, 29 (4), p. 521-541, 2003.

LINEBAUGH, Peter; REDIKER, Marcus. *The Many-Headed Hydra:* Sailors, Slaves, Commoners and the Hidden History of the Revolutionary Atlantic. Boston: Beacon Press, 2013.

LINKLATER, Andrew. *Violence and Civilization in the Western State-System*. Cambridge: Cambridge University Press, 2016.

_____. Process Sociology, the English School and Postcolonialism – Understanding 'civilization' and World Politics: A Reply to the Critics. In: *Review of International Studies*, 43 (4), p. 700-719, 2017.

LINKLATER, Andrew; SUGANAMI, Hidemi. *The English School of International Relations:* a contemporary reassessment. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

LOSURDO, Domenico. *Liberalism:* A Counter-History. London: Verso, 2014.

MACKINDER, Halford. The Geographical Pivot of History. In: *The Geographical Journal*, 23 (4), 1904: 421-437.

MARQUESE, Rafael; SALLES, Ricardo. A Escravidão no Brasil Oitocentista: história e historiografia. In: MARQUESE, Rafael; SALLES, Ricardo: *Escravidão e Capitalismo Histórico no Século XIX:* Cuba, Brasil, Estados Unidos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016, 99-162.

MATIN, Kamran, Redeeming the universal: Postcolonialism and the inner life of Eurocentrism in *European Journal of International Relations*, 19, p.353-377, 2013.

MATOS, Francisco. *Carl Schmitt on the move: spatial politics and the sacrifice of the sea*. Tese de Doutorado, Instituto de Relações Internacionais, PUC-Rio. Orientador: Prof. Jimmy Casas Klausen. 2019.

MAYBLIN, Lucy. Never Look Back: political thought and the abolition of slavery *Cambridge Review of International Affairs* 26(1), p.93-110, 2013.

NEILSON, Brett; ROSSITER, Ned. Precarity as a Political Concept, or, Fordism as Exception. In: *Theory, Culture & Society*, 25 (7-8), p. 51-72, 2008.

OSIANDER, Andreas. *Before the State:* systemic political change in the West from the Greeks to the French Revolution. Oxford: Oxford University Press, 2007.

PINHEIRO, Letícia; MILANI, Carlos R. S. (orgs.). *Política Externa Brasileira:* as práticas da política e a política das práticas. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

POST, Charles. *The American Road to Capitalism:* Studies in Class-Structure, Economic Development and Political Conflict, 1620-1877. Leiden: Brill, 2011.

RANDAL, J. G.; DONALD, David. *The Civil War and Reconstruction.* Boston: D. C. Heath and Company, 1961.

REUS-SMIT, Christian. *Individual Rights and the Making of International System.* Cambridge: Cambridge University Press, 2013.

_____. Struggles for Individual Rights and the Expansion of the International System. *International Organization* 65 (2), p. 217-242, 2011.

_____. *The Moral Pourpose of the State:* culture, social identity, and institutional rationality in International Relations. New Jersey: Princeton University Press, 1999.

ROSENAU, James. *The Study of World Politics – Volume 1:* Theoretical and Methodological Challenges. London: Routledge, 2006a.

_____ *The Study of World Politics – Volume 2:* Globalization and Governance. London: Routledge, 2006b.

ROSENBERG, Justin. *The Empire of Civil Society*. London: Verso, 1994.

SALGADO, Pedro. Historia, agencia y eurocentrismo en la Escuela Inglesa. In: *Relaciones Internacionales* 41: 33-52, 2019a;

_____ Agency and geopolitics: Brazilian formal Independence and the problem of Eurocentrism in international historical sociology. *Cambridge Review of International Affairs*: disponível em: DOI 10.1080/09557571.2019.1638343, 2019b.

SCHMITT, Carl. *The Nomos of the Earth in the International Law of the* Jus Publicum Europaeum*.* New York: Telos Press Publishing, 2003.

SCHMITT, Carl. *Land and Sea:* A World-Historical Meditation (trans. Zeitlin SG). Candor, NY, Telos Press, 2015.

SCHULZ, Carsten-Andreas. Civilisation, Barbarism, and the Making of Latin America's

Place in 19th-Century International Society. In: *Millennium: journal of international studies*, 42 (3), p. 837-859, 2014.

SETH, Sanjay. Postcolonial Theory and the Critique of International Relations. In: *Millennium: journal of international studies*, 40 (1), p.167-183, 2011.

SHILLIAM, Robbie. The Atlantic as a Vector of Uneven and Combined Development. *Cambridge Review of International Affairs*, 22:1, p. 69-88, 2009.

_____. Intervention and Colonial-Modernity: decolonizing the Italy/ Ethiopia conflict through Psalms 68:31. *Review of International Studies* 39, p. 1131-1148, 2013.

SCHULZ, Carsten- Andreas. Civilisation, Barbarism and the Making of Latin America's Place in 19th-Century International Society. In: *Millennium: journal of international studies* 42 (3), special issue, p. 837-859, 2014.

SILVA, Alberto da Costa e. *Um Rio Chamado Atlântico:* a África no Brasil e o Brasil na África. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2003.

SIMPSON, Gerry. *Great Powers and Outlaw States*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.STANDING, Guy. *The Precariat:* the new dangerous class. New York: Bloomsbury, 2011.

STROIKOS, Dimitrios. Introduction: rethinking the standard(s) of civilization(s) in International Relations. In: *Millennium: Journal of International Studies* 42 (3), special issue, p. 546-556, 2014.

TANSEL, Cemal Burak. Deafening Silence? Marxism, international historical sociology and the spectre of Eurocentrism. In: *European Journal of International Relations*, 21 (1), p. 76-100, 2015.

THAKUR, Vineet; DAVIS, Alexander E.; VALE, Peter. "Imperial Mission, 'Scientific' Method: an Alternative Account of the Origins of IR". In.: *Millenium: Journal of International Studies,* 46(1), p. 3-23, 2017.

THOMSON, Janice E. *Mercenaries, Pirates, and Sovereigns:* State-Building and Extraterritorial Violence in Early Modern Europe. Princeton, Princeton University Press, 1994.

TOMICH, Dale. *Through the Prism of Slavery:* Labour, Capital, and World Economy. New York: Rowman & Littlefield Publishers, 2004.

VAINFAS, Ronaldo: *Ideologia e Escravidão: os letrados e a sociedade escravista no*

Brasil colonial. Editora Vozes: Petrópolis, 1986.

VAUGHAN-WILLIAMS, Nick, "International Relations and the Problem of History". In.: *Millenium: Journal of International Studies* 34 (1), p.115-136, 2005.

VINCENT, R. J. Racial Equality. In: BULL, Hedley; WATSON, Adam. *The Expansion of International Society*. Oxford: Oxford University Press, 1984, p. 239-254.

VITALIS, Robert. *White World Order, Black Power Politics:* The Birth of American International Relations. Ithaca: Cornell University Press, 2015.

WALLERSTEIN, Immanuel. *World-System Analysis:* an introduction. Durham: Duke University Press, 2004.

WALTZ, Kenneth, Anarchic Orders and Balances of Power. In: KEOHANE, Robert, O. *Neorealism and its critics*. New York: Columbia University Press, 1986.

WEAVER, Ole. Four meanings of international society: a trans-Atlantic dialogue. In: ROBERSON, B. A. (ed) *International Society and the Development of International Relations Theory*. New York: Continuum, 2002, p. 80-144.

WEBER, Cynthia. *Simulating Sovereignty:* Intervention, the State, and Symbolic Exchange. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

WELSH, Jennifer. Empire and Fragmentation. In: DUNNE, Tim; REUS-SMIT, Christian. *The Globalization of International Society*, Oxford: Oxford University Press, 2017, p.145-164.

WILLIAMS, Eric. *Capitalism and Slavery*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 1944.

YAMATO, Roberto Vilchez. *Rastreando o Fora-da-Lei da Humanidade: Um estudo sobre a Política Internacional de Banimento a partir de Memorandos Norte-Americanos da "Guerra Contra o Terror"*. Tese de Doutorado, Instituto de Relações Internacionais, PUC-Rio. Orientador: Prof. João Pontes Nogueira. Disponível em: https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/37977/37977_1.PDF, 2011.

YAMATO, Roberto Vilchez. Beyond the line: Carl Schmitt and the constitutive outsider of the international. *Politics* 39(2), pp. 218-232, 2019.

YAMATO, Roberto Vilchez. Reading Schmitt from the sea: tracing constitutive outsiders and displacing the conceptual order (and ordering) of the political. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, 2020 (*no prelo*).

MONÇÕES
Revista de Relações Internacionais da UFGD
ISSN 2316-8323

AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS E SEUS EPISTEMICÍDIOS[1]

MARTA FERNÁNDEZ
Professora Adjunta do Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio

RESUMO: O artigo argumenta que a disciplina das Relações Internacionais é cúmplice do projeto colonial e, nesse sentido, vem participando do processo histórico de epistemicídio. Tanto perspectivas realistas como liberais das Relações Internacionais reificam uma "história única", embora narrada como universal. A partir dos mitos mobilizados pela disciplina a exemplo do "estado de natureza" e do "contrato social" pretende-se iluminar sua trajetória eurocêntrica, chamando a atenção para as violências e exclusões constitutivas da mesma. O artigo, inspirado em perspectivas decoloniais, conclui enfatizando a importância da abertura da disciplina para outros saberes e cosmologias tradicionalmente silenciados e inferiorizados que podem vir a contribuir para desestabilizar suas fundações racistas.

PALAVRAS-CHAVE: epistemicídio; colonialidade; estado de natureza.

INTERNATIONAL RELATIONS AND ITS EPISTEMICIDES

ABSTRACT: The article argues that the discipline of International Relations is complicit in the colonial project and, in this sense, takes part in the historical process of epistemicide. Both realist and liberal perspectives in International Relations reify a "single story" narrated though as universal. Through the myths mobilized by the discipline, such as the myths of the "state of nature" and the "social contract", the text aims at putting light on its Eurocentric trajectory, calling attention to its constitutive forms of violence and exclusions. The article, inspired by decolonial perspectives, concludes by emphasizing the importance of opening of the discipline to other knowledges and cosmologies, that have been traditionally silenced and inferiorized, and that can contribute to destabilize the discipline's racist foundations

KEYWORDS: epistemicide; coloniality; state of nature

1. Introdução

O artigo visa chamar a atenção para a cumplicidade das Relações Internacionais com o projeto colonial focando nos epistemicídios silenciados e produzidos pela disciplina. O termo epistemicídio foi cunhado pelo sociólogo português Boaventura de Sousa Santos para se referir a um processo, levado a

[1] Esse artigo foi inspirado na minha participação na mesa redonda de Teoria das Relações Internacionais da ABRI (Associação Brasileira de Relações Internacionais) em 2018.

cabo nos últimos cinco séculos, de supressão de conhecimentos locais, cosmovisões e saberes outros presentes nas "sociedades e sociabilidades coloniais" (SANTOS, 2018:36) Por meio de tal processo, "uma imensa riqueza de experiências cognitivas foi perdida" (SANTOS, 2010: 39-40). Contra o epistemicídio praticado pelo colonialismo e pela ciência moderna, o artigo pretende oferecer uma contribuição para o processo de decolonização das Relações Internacionais, a partir do entendimento de que um primeiro passo para decolonizar a disciplina é revelar seu compromisso com uma única visão de mundo, que exclui do seu campo visual uma miríade de conhecimentos historicamente subjugados, saberes não hegemônicos, antirracistas, anti-patriarcais e anti-capitalistas.

Diversos autores pós-coloniais e decoloniais[2] devotaram atenção para o impacto da colonização sobre as mentes dos colonizados e para os epistemicídios resultantes desse processo. Na palestra "Os Perigos de uma História Única", a escritora nigeriana Chimamanda Adichie nos conta, por exemplo, que, quando criança, só lia livros infantis britânicos e norte-americanos e que, quando começou a escrever, passou a reproduzir as estórias que lia, onde os personagens eram brancos, de olhos azuis, comiam maças, brincavam na neve e falavam muito sobre o tempo, ressaltando como era bom que o sol tivesse aparecido. A dissonância entre aquele mundo e o seu, contudo, não era uma questão para a escritora naqueles dias da sua infância. O poder daquelas estórias consistia justamente na habilidade de contar sobre subjetividades e experiências de vida distantes da realidade da autora como se fossem estórias definitivas e únicas dela própria, ainda que ela morasse na Nigéria, onde não havia neve, comia-se manga e as pessoas só falavam do tempo quando necessário.

Em "Pele Negra, Máscaras Brancas", Frantz Fanon nos mostra que o primeiro sinal de que o antilhano que retornava da Europa havia se europeizado, internalizando a estória da Europa como sua, é quando dizia: "Estou muito feliz em estar com vocês. Meu Deus, como este país é quente, eu não poderia ficar aqui por muito tempo!" (FANON, 2008:49). O processo de europeização, contudo, começava na própria Martinica, onde as crianças eram escolarizadas por meio de livros de História e Literatura metropolitanas e a primeira frase que aprendiam era "Je suis

[2] Para uma diferenciação entre as abordagens pós-coloniais e decoloniais, ver Luciana Ballestrin: América Latina e o giro decolonial. Revista Brasileira de Ciência Política, v. 11, p. 89-117, 2013.

Français" (FAUSTINO, 2018). Segundo Fanon (2008:161): "Nas Antilhas, o jovem negro que, na escola, não para de repetir 'nossos pais, os gauleses', identifica-se com o explorador, com o civilizador, com o branco que traz a verdade aos selvagens, uma verdade toda branca". Essa prática se estendia às crianças das demais colônias do Império francês, conforme nos conta Kwame Appiah (1997:28), para quem "só em sentido figurado uma criança senegalesa podia afirmar descender de Asterix".

Nessa mesma linha, o romancista queniano, Ngũgĩ wa Thiong'o, mostra no livro escrito de forma autobiográfica, "Decolonising the Mind", que as escolas no Quênia foram dominadas pela língua do colonizador e que sua formação incluía desde Oliver Twist a Bernard Shaw e Grahame Green, de tal modo que a língua e a literatura afastavam mais e mais as crianças e jovens dos seus mundos para outros mundos (THIONG, 1986). Foi nesse contexto que Thiong diz que os estudantes aprendiam a trair sua própria comunidade, uma vez que eram obrigados a delatarem seus colegas flagrados na escola ou nas cercanias falando sua língua nativa.

Ainda que o artigo focalize o processo de colonização das mentes como um dispositivo fundamental para garantir a subserviência do colonizado (ver FANON, 2008; THIONG, 1986; NANDY, 1989), entende-se que tal processo tem operado historicamente em estreita conexão com o processo genocida, de destruição de vidas (ver GROSFOGUEL, 2016). Genocídios e epistemicídios são partes constitutivas da estrutura do sistema colonial capitalista (GROSFOGUEL, 2016), um sistema que se (re)produz por meio da morte física e simbólica dos seus Outros. Para subvertê-lo, contudo, não basta atacar apenas as bases culturais, alienantes, da dominação, mas é preciso, conforme Fanon já nos advertia, investir contra as injustiças materiais, econômicas, da dominação (ver FANON, 2004; COULTHARD, 2014). A produção das injustiças cognitivas que, desde os tempos coloniais, vêm desqualificando, invisibilizando e obliterando os conhecimentos produzidos por corpos políticos outros, não-ocidentais, não-masculinos, não-heterossexuais e não-brancos, dependeram de um movimento prévio de conquista e de extermínio conduzido na América a partir de 1492 (GROSFOGUEL, 2016). A "conquista da América" posicionou o homem branco europeu numa locação materialmente privilegiada, no suposto centro do mundo que, para se constituir e reproduzir enquanto tal, contou com uma série de invenções racistas e sexistas sobre a

alteridade colonial. No curso desse processo, indígenas e africanos (e seus descendentes) foram relegados a uma condição de insuficiência ontológica, onde o reconhecimento, quando existente, era sempre precário e incompleto.

A partir das considerações acima sobre a conexão íntima entre a produção e distribuição dos saberes, materialidades e mortes, esse artigo buscará focar no processo da colonização do saber no campo das Relações Internacionais, chamando a atenção para seus efeitos sobre a perpetuação de uma ordem extremamente desigual e violenta. Busca-se chamar a atenção para a "história única" narrada pelas principais teorias das Relações Internacionais e para as violências e exclusões produzidas pelos seus mitos e categorias analíticas centrais. O primeiro item busca mostrar que os principais mitos e categorias mobilizados pelas Relações Internacionais, como é o caso do estado de natureza, do contrato social e do Estado moderno, participam do processo extremamente violento de desqualificação da diferença e de opressão das minorias étnico-raciais que operam fora da gramática da modernidade. No segundo item, busca-se entender, a partir de contribuições decoloniais, modernidade e colonialidade como indissociáveis, destacando a importância dos "não-seres" para constituição da "zona do ser", onde a razão e a civilização supostamente teriam lugar. Esse movimento tem como propósito revelar os limites, contradições e violências da modernidade e das disciplinas a ela atreladas, como é o caso das Relações Internacionais. Destaca-se, em seguida, a necessidade de provincializar e racializar as principais teorias das Relações Internacionais, o realismo (terceiro item) e o liberalismo (quarto item). Por meio desse movimento, busca-se problematizar o suposto universalismo dessas abordagens e, com isso, no quinto item, abrir espaço imaginativo para pensar o mundo a partir de outras cosmologias, referências e racionalidades. O artigo recupera a filosofia Ubuntu como uma dessas visões alternativas de mundo, antitética ao projeto moderno/colonial.

2. Violência em três atos: estado de natureza, contrato social e Estado moderno

Todo estudante de Relações Internacionais tem contato, já nos primeiros anos de formação universitária, com aquelas que são consideradas as principais teorias das Relações Internacionais: o realismo e o liberalismo, bem com as variadas nuances de cada uma dessas perspectivas teóricas. Aprende-se que ambas perspectivas partem de um sistema internacional anárquico, cuja principal característica/problema é a ausência de uma autoridade centralizada tida como legítima e que tem como principal metáfora o estado de natureza. De fato, o próprio Thomas Hobbes estabeleceu uma comparação entre o estado de natureza e as relações internacionais, onde as autoridades soberanas independentes coexistiriam em constante rivalidade, como gladiadoras, "com guarnições e canhões guardando as fronteiras dos seus reinos" (HOBBES, 1988:77).

A internalização do pensamento hobbesiano nas ciências sociais e, mais particularmente, na área das Relações Internacionais, nos condicionou a pensar que, na ausência do Estado soberano, não nos restaria outra alternativa a não ser o estado de natureza. A partir dessa imaginação dicotômica que opõe ordem/Estado à desordem/anarquia/estado de natureza, quaisquer formas de organização política, econômica e cultural alternativas ao Estado passam a ser reduzidas à categoria de não Estado e consequentemente de anarquia. O Estado soberano vestfaliano passa a ser visto pelas Relações Internacionais como a única expressão de ordem política possível e legítima, enquanto outras formas de comunidade política e de vida, que fogem às prescrições modernas, são invisibilizadas, depreciadas e/ou perseguidas.

O compromisso da ortodoxia disciplinar com o Estado-nação baliza um terreno ontológico muito limitado a partir do qual emergem as visões *mainstream* sobre segurança, soberania, comunidade e a metafísica da boa vida (BEIER, 2002). A obsessão das Relações Internacionais com o estado de natureza e com o impulso hobbesiano voltado para superar tal condição faz com que outras formas de vida e visões de mundo, como é o caso das tradições indígenas, sejam invalidadas como objeto de estudo legítimo da disciplina (ver BEIER, 2002).

Ainda que Hobbes nunca tenha conhecido o mundo natural sobre o qual filosofou, sua narrativa, em sua maioria baseada em relatos de viajantes (BEIER, 2002), colonizou a mente acadêmica, colocando-se como uma verdade com efeitos violentos sobre a nossa imaginação política, induzindo-nos a pensar sobre formas alternativas de comunidade política como desvios em relação ao Estado moderno.

Outrossim, a metáfora do estado de natureza teve, segundo Beate Jahn (1999), uma importância central na estruturação da desigualdade entre as autoridades soberanas, pois foi a partir desta ideia que as sociedades foram ranqueadas como atrasadas (aquelas que se encontravam nessa condição) ou modernas (aquelas que haviam superado essa condição por meio do Estado moderno). Para Jahn (1999), os ameríndios forneceram aos europeus a evidência material do estado de natureza, já que o próprio Hobbes os situam nesta condição pré-contratual. A ideia do estado de natureza como uma condição universal a partir da qual a humanidade começou seu desenvolvimento histórico introduziu, de acordo com Jahn (1999), uma escala de tempo linear na história da humanidade. A partir daí, foi possível traçar uma linha entre dois pontos: desde o estado de natureza até o Estado moderno. Ao mesmo tempo, a concepção universalista do estado de natureza teve um efeito paradoxal uma vez que trouxe com ela uma visão de mundo baseada numa hierarquia de culturas que serviu de base para uma teoria das relações desiguais entre as comunidades políticas. Os ameríndios foram localizados em tempos históricos diferentes dos europeus a despeito do fato de que eles estavam de fato vivendo exatamente no mesmo tempo em que os seus observadores. Estas explicações, por sua vez, justificaram e naturalizaram o caminho particular do desenvolvimento da Europa (JAHN, 1999). E, este caminho, como nos mostra Walker (2006), é o do Estado moderno.

Segundo Walker (2006) a narrativa do contrato social de Hobbes confere legitimidade ao Estado ao projetar os problemas do homem para outro tempo e lugar, o estado de natureza. Essa narrativa nos mostra como os homens podem se transformar em sujeitos modernos livres e maduros (WALKER, 2006). Para tal fim, basta que eles se organizem por meio das estruturas de autoridade modernas. Na ausência dessas últimas, o que lhes resta é um ambiente natural não domesticado necessitando ser civilizado (Walker, 2006). Enfim, para Jahn (1999), os contatos dos europeus com os não europeus forneceram uma filosofia linear da história. Para Walker (2006) a fase final do caminho apontado por Hobbes era o Estado moderno europeu, o qual foi legitimado pelo discurso do estado de natureza.

Nesse contexto de “descobrimento”, Blaney e Inayatullah (2004) consideram o teólogo dominicano Francisco de Vitória (On the American Indians, 1537) como o precursor das teorias de desenvolvimento e de modernização. Vitória se opôs à

teoria aristotélica do escravo natural ao atribuir potencialidade de razão aos ameríndios. Se, por um lado, esse reconhecimento de uma humanidade comum entre os europeus e os ameríndios reduziu o espaço ontológico entre eles – bem delimitado na teoria de Aristóteles -, por outro lado, Vitória inseriu, no seu lugar, uma variante temporal que continuou demarcando a diferença. Os índios aparecem, portanto, como uma visão atrasada do Eu europeu, cujo potencial de razão dormente precisava ser ativado. Todavia, Vitória nos mostra que os próprios esforços dos índios para realizarem tal potencial falharam; o que significa que eles precisavam da intervenção de tutores para salvá-los de uma educação bárbara.

Neste processo, os índios saíram da condição de escravos naturais, o que pressupunha incapacidade do uso da razão, para o status de crianças ou alunos, o que demandava, por sua vez, que os europeus assumissem as funções de pais ou mestres. Fica claro, deste modo, que Vitória concebe a possibilidade de progresso e de atualização da razão dos índios desde que sujeitos à tutela dos espanhóis. Ao inserir uma distância temporal entre os europeus (professores) e os índios (crianças), Vitória temporaliza a diferença, apresentando-a como uma versão atrasada do Eu europeu. Esse modo de pensar, de acordo Blaney e Inayatullah (2004), autorizou e conferiu um ingrediente idealista à conquista imperial europeia orientada pelo “fardo do homem branco”.

Kenneth Bock (1978) concorda que a conquista europeia do mundo está intimamente conectada com a formação da ideia de progresso a qual passou a ser cada vez mais assumida como um dado. Uma solução simples para o problema da diferença cultural e em concordância com o desenho cartesiano do mundo – de constância e uniformidade - bem como com a Escritura – que colocava a origem comum da humanidade - era asseverar a semelhança básica das pessoas em todas as partes do mundo e atribuir as diferenças aparentes a diferentes estágios num processo uniforme de desenvolvimento (BOCK, 1978). Como nos mostra Bock (1978), a maior parte dos acadêmicos europeus aceitou a crença segundo a qual a Europa representava o ponto de maior avanço até aquele momento enquanto as outras tribos e nações recém-descobertas representavam os primeiros passos de uma trajetória progressiva por onde a Europa já havia passado.

O segundo ato dessa narrativa teleológica em direção ao Estado é representado pelo contrato social que marca uma saída construída como

voluntariamente acordada por indivíduos desejosos em se livrarem da situação de insegurança e brutalidade do estado de natureza e viverem sob a proteção do Estado soberano. Segundo Michael Shapiro (2008), a ideia de uma sociedade coerente e consensual subjacente à narrativa mítica do contrato social entre governantes e governados funciona como um álibi legitimador para a exclusão de grupos minoritários nas fronteiras nacionais. A existência de grupos que se encontram "fora da gramática" dos principais discursos do Estado-nação desafia o imaginário político do Estado-nação, coerente e unitário, revelando a ilusão desse constructo (Shapiro, 2008). A estória totalizante da modernidade política, dominante entre as abordagens acadêmicas, nos apresenta a narrativa de um Estado nacional não problemático representado por um contrato social baseado em escolhas relativamente livres por parte dos governados. Segundo Shapiro (2008), tal narrativa não dá conta de explicar a inserção *coercitiva* de corpos nesse espaço nacional. Além disso, esses corpos carregam memórias que desafiam as narrativas abstratas do Estado-nação fundadas numa lealdade unívoca, desprovida de qualquer ambiguidade (Shapiro, 2008). A aceitação de tais discursos hegemônicos ou o foco neste alinhamento nacional tende a deixar muitos sujeitos políticos nas sombras ou a torná-los invisíveis por não serem desejados na nação (SHAPIRO, 2008). Esse é caso, por exemplo, de muitas minorias étnico-raciais que têm uma relação ambígua e adversa com o Estado moderno, tido como um "alien" imposto sobre as mesmas e, enquanto tal, como um constructo que deve ser resistido para que seja possível mirar em futuros alternativos (Paolini, Darby, 1994:391).

Para Charles Mills (1997), o contrato social se sustenta a partir do mito em torno do seu aspecto voluntário, supostamente estabelecido entre indivíduos livres e iguais. Todavia, ele é, de fato, um contrato racial. Mills, assim como Shapiro, chama a atenção para o caráter coercitivo do contrato, mas vai além, ao chamar a atenção para a dimensão racial da sua violência, voltada para subjugação dos não-brancos. Mills (1997) racializa o contrato social ao argumentar que o mesmo estabelece um Estado assentado num sistema jurídico racista, onde o status de brancos e não brancos é claramente diferenciado. O Estado, portanto, opera mantendo e reproduzindo uma ordem racial estruturada a partir da posição privilegiada dos cidadãos brancos em contraposição à posição subjugada dos demais. Desse modo, a injustiça racial não é um desvio da sociedade moderna, mas a constitui.

Finalmente, as teorias das Relações Internacionais condicionam a ontologia do político uma vez que nos disciplinam a pensar sobre a anarquia internacional como contraposta a algo mais autêntico e político, a saber, a vida dentro dos Estados, onde supostamente o progresso e a cultura podem florescer (WALKER, 1993). A partir de tal estrutura dicotômica, somos levados a pensar em todas as comunidades políticas que se desviam do Estado como desfuncionais, falidas ou frágeis. O discurso do "Estado falido" ou "frágil" não nos permite questionar a falência do modelo estatal, pois o que está em jogo por meio deste discurso é a habilidade ou não destes Estados desviantes de se ajustarem à imagem do "Estado bem-sucedido" que, por meio deste discurso, acaba tendo seu status de normalidade reafirmado e não problematizado. Questionando esse status de normalidade do Estado moderno, Vivienne Jabri (2010:44, tradução minha) coloca: "O estado modelo é, portanto, o estado europeu que, apesar do colonialismo e do holocausto, é apresentado no discurso liberal como o modelo a ser imitado". Segundo Siba Grovogui (2002), a tese do desvio africano normalmente é postulada sem problematizar o modelo de Vestfália – uma ordem internacional de Estados relativamente autônomos - e sem interrogar se tal modelo se adapta até mesmo à experiência europeia. Ou, nos termos de Mills (1997), sem interrogar a natureza racista desse Estado que opera a serviço da supremacia branca. Esse discurso, portanto, produz e reproduz o Estado como uma ambição reguladora moderna, um ideal de organização que deve ser alcançado por todos.

3. A Filosofia da História lida através dos povos sem história

Em 2005, Aparecida Sueli Carneiro, uma referência na luta antirracista no Brasil, defendeu no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de São Paulo a tese de doutorado intitulada "A Construção do Outro como Não-ser como fundamento do ser". O título da tese faz menção à ideia de que a negação da plena humanidade do Outro, combinada à negação da sua capacidade de produzir conhecimento e cultura e da sua capacidade para o desenvolvimento e aperfeiçoamento humano, criam as condições para a afirmação de uma razão dita universal, mas, de fato, racializada, que "hegemoniza e naturaliza a superioridade

europeia" (CARNEIRO, 2005: 99). O Ser constrói o Não-ser, privando-o de sua plena humanidade ou de atributos que definem um Ser pleno, tais como autocontrole, cultura, desenvolvimento e progresso (CARNEIRO, 2005). Nesse processo, o Ser é indissociável do Não-ser, já que depende dessa falta para se constituir enquanto presença.

Esse processo de constituição do Ser a partir do Não-ser está presente no pensamento de uma série de autores pós-coloniais e decoloniais, como é o caso de Aimé Césaire (1972), Fanon (2004) e Edward Said (1990). Tais autores colocam em xeque a suposta autonomia da Europa bem como a ideia de que a sua formação identitária emergiu de um processo histórico meramente endógeno ao continente. Em discordância à genealogia eurocentrada que se faz presente mesmo nos trabalhos de intelectuais europeus críticos como é o caso de Michel Foucault, tais autores entendem que não há como fazer referência à história europeia sem trazer à tona uma outra história que lhe atravessa e a constitui, a colonial. Nesse sentido, todos eles enfatizam que a Europa é uma invenção que depende da transformação do Outro, não-europeu, em bárbaro para se constituir enquanto lócus do progresso, da razão e da civilização. Nos termos dos autores decoloniais, como Walter Mignolo, a colonialidade é parte indissociável da modernidade, seu lado obscuro e necessário (MIGNOLO, 2003:30)

Retomando o que foi discutido acima, tem-se que o Não-ser é excluído da filosofia da história e do percurso mítico (desde o estado de natureza até o Estado moderno) projetado pelas principais teorias das Relações Internacionais. Como vimos, para Beate Jahn (1999), o encontro colonial criou as condições de possibilidade para uma filosofia da história liberal, baseada numa concepção linear do tempo. Os ameríndios forneceram aos europeus a prova material do estado de natureza e foram deslocados para um tempo histórico outro, diferente do dos europeus, ainda que ambos compartilhassem o mesmo tempo cronológico. Através do exame do discurso temporal antropológico, Fabian Johanes (2002) mostra que na construção do "Outro" como "selvagem", "primitivo", o tempo é usado de forma opressiva com o objetivo de temporalizar a diferença. De acordo com Johanes (2002:1): "não há conhecimento do outro que não seja também temporal, histórico, um ato político". Esta diferença temporalizada, contudo, não é entendida como permanente, mas, como veremos, no marco do discurso liberal, ela carrega consigo

o potencial para o progresso rumo ao contrato social e a etapas mais avançadas de desenvolvimento.

Perspectivas decoloniais, contudo, nos ajudam a entender que determinados grupos humanos, os Não-seres, foram situados fora da história, fora dessa dinâmica potencialmente progressiva, por meio de um processo de desumanização que se estende até aos dias atuais. Se, por um lado, a filosofia da história liberal justificou a "missão civilizatória" europeia e o direito da Europa colonizar povos vistos como primitivos e selvagens com a promessa de conduzi-los à modernidade, por outro, o racismo naturalizou a inferioridade desses povos, (re)produzindo a diferença colonial e estabelecendo uma classificação racial dos seres humanos que continua em vigor hierarquizando a humanidade.

Para teóricos decoloniais como Aníbal Quijano (2005) e Grosfoguel (2016), o racismo de Estado emerge na conquista da América no século XVI. Para Grosfoguel (2016), o debate teológico sobre se índios tinham ou não alma, articulado pela monarquia espanhola no século XVI, tinha a mesma conotação do discurso científico articulado pelos Estados da Europa Ocidental no século XIX sobre a humanidade ou a animalidade do Outro a partir da biologia humana. Essa divisão racial da humanidade, por sua vez, tornou-se o princípio organizador da divisão internacional do trabalho, que resultou na acumulação capitalista em escala mundial (GROSFOGUEL, 2016). Para Quijano (2005), a raça converteu-se no primeiro critério fundamental de classificação social da população mundial. A partir de tal classificação, os negros africanos e seus descendentes foram alijados da humanidade, animalizados, passando a habitar o que Fanon denominou a "zona do não ser" (FANON, 2004). Para Achille Mbembe (2011), muito antes dos campos de concentração nazistas, o negro sequestrado da África e escravizado nas Américas foi vítima de uma tripla perda: perda de direitos sobre o seu corpo, perda de um lar e perda de estatuto político. Legitimou-se o genocídio e o epistemicídio do povo negro, que foi proibido de vivenciar suas espiritualidades e foi expropriado de seus saberes, das suas formas de pensar e sentir o mundo. Para Carneiro (2005:97), para além da desqualificação do conhecimento dos colonizados, o epistemicídio é um processo sistemático de "produção da indigência cultural" onde nega-se o acesso à educação, produz-se a inferiorização intelectual, deslegitima-se o negro como produtor de conhecimento e rebaixa-se sua capacidade cognitiva devido a obstáculos tanto

materiais como subjetivos, relacionados ao comprometimento da sua auto-estima. O epistemicídio “fere de morte a racionalidade do subjugado ou a sequestra, mutila a capacidade de aprender etc.” (CARNEIRO, 2005).

A potência do conceito de colonialidade reside na sua denúncia de que as relações coloniais de dominação não findaram com o término das relações coloniais (ver BALLESTRIN, 2013). À luz da colonialidade, podemos pensar como o racismo continua estruturando nossas sociedades, na medida em que todas elas são compelidas a se organizarem sob a forma de Estados soberanos. A colonialidade, com sua violência genocida e epistemicida, portanto, perpassa todos os estágios projetados pelo pensamento político ocidental: o estado de natureza, o contrato social, o Estado moderno e o sistema internacional.

4. Neorrealismo: uma visão de mundo que se apresenta como “o” mundo.

As teorias *mainstream* das Relações Internacionais desenham duas respostas diferentes para o “problema” da ausência de um Estado supranacional (anarquia internacional). Por um lado, o realismo, sobretudo o neorrealismo, expõe uma visão pessimista que atribui à anarquia[3], as guerras, as inseguranças e os problemas de ação coletiva do internacional. Já para as perspectivas liberais, a anarquia não é menos problemática, mas pode ser mitigada pela presença de instituições e regimes internacionais (ver AXEROLD, KEOHANE,1985; DOYLE, 1986).

Embora a teoria neorrealista se apresente como científica, ela expõe *uma* visão de mundo dentre inúmeras outras possíveis. Em nome de uma parcimônia extrema, Kenneth Waltz (1979) desenvolve uma teoria sistêmica que propõe se concentrar exclusivamente na estrutura (anárquica) do sistema internacional para explicar os padrões de comportamento das unidades (Estados) e, com isso, reprime todas as demais variáveis, a exemplo da história, da cultura e de visões de mundo das diferentes sociedades. A principal questão que Waltz se propõe a explicar é a continuidade da guerra no sistema internacional a despeito das mudanças nas

[3] Para alguns realistas clássicos, a exemplo de Hans Morgenthau, as guerras derivavam essencialmente da natureza humana (MORGENTHAU, Hans. *Política entre as Nações*. Brasília: Editora UnB, 2002).

unidades, mais especificamente: por que as guerras entre grandes potências continuam ocorrendo, apesar das diferenças políticas, econômicas e culturais entre elas? Waltz explica as regularidades do sistema internacional a partir do seu princípio organizador: a anarquia internacional. A ausência de uma autoridade supranacional que possa, do mesmo modo que o Estado soberano, resolver disputas e conferir proteção, faz com que as unidades sejam compelidas a buscarem poder a fim de sobreviverem. A busca pela sobrevivência, objetivo primeiro de toda unidade política, é fundamentalmente egoísta, posto que cada Estado conta com suas próprias capacidades para tal fim (sistema de auto-ajuda), ou no limite, com alianças, sempre provisórias e instáveis, com outros Estados.

Para Waltz, a dimensão cultural pouco importa, já que todos os Estados, independente das suas configurações domésticas, vão ser compelidos pela estrutura anárquica do sistema a ser comportarem de modo similar, buscando poder como um meio de sobrevivência. As unidades atuam, no modelo de Waltz, orientadas por cálculos autointeressados e por uma racionalidade extrema que as fazem perseguir suas respectivas independências e se posicionarem contra quaisquer Estados com pretensões hegemônicas. A visão de mundo resultante dessa empreitada intelectual disciplinadora, segundo Steve Smith (2000, 2014), é bastante estreita e coerente com os interesses das forças sociais dominantes, uma vez que nossa atenção é convocada a se ater às interações entre as grandes potências e aos equilíbrios produzidos a partir dessas interações. Nesse sentido, as escolhas epistemológicas feitas pelo neorrealismo têm implicações ontológicas (SMITH, 2014), uma vez que a simplificação da realidade obrada pela teoria acaba por deixar de lado, justamente, as preocupações culturais e econômicas que tanto afligem as sociedades pós-coloniais e, inversamente, por priorizar as preocupações com segurança, tormento das grandes potências durante a Guerra Fria. Smith (2000) ressalta, por exemplo, que as mortes derivadas da economia, e não da política, e os atores não estatais tenderam a ser percebidos como alheios à disciplina. Cynthia Enloe resume os efeitos excludentes derivados da adoção dessa epistemologia, quando diz: “Para que uma explicação seja útil, muita dignidade humana deve ser deixada no chão da sala de corte” (1996:188, tradução minha).

Todavia, essa ontologia individualista e competitiva das Relações Internacionais, que se apresenta como um produto não intencional de uma estrutura

anárquica inalterável que independe da agência humana, não é a realidade, nem parte dela, mas apenas *uma* visão, coerente as preocupações e visões de mundo dos Estados dominantes e suas elites. Waltz (1979) mostra como o sistema internacional força os Estados se socializarem, adaptarem e emularem o comportamento dos Estados mais bem-sucedidos. Thayer (2009:19) vislumbra similaridades entre o conceito de socialização de Waltz e o conceito de seleção natural de Darwin, já que o Estado é forçado a se adaptar a um ambiente externo, competitivo e hostil, enquanto os mais fracos são eliminados do centro da política internacional. Desse modo, a competição que se estabelece entre as grandes potências por autonomia elimina os competidores mais fracos, impõe padrões de comportamento militarizados em detrimento do bem-estar das sociedades nacionais, invisibiliza atores secundarizados no tabuleiro político mundial e socializa o sistema a partir de uma racionalidade individualista que não oferece margem para outras visões de mundo.

Enquanto, para Waltz, o sistema hegemônico é inviável e altamente instável, uma vez que os Estados estarão voltados, incessantemente, para a busca de poder relativo que lhes forneça a segurança necessária em relação aos demais Estados, para Robert Gilpin (1981), também associado com o neorrealismo, a existência de um hegemônico confere estabilidade ao sistema. Autor da teoria da estabilidade hegemônica, Gilpin argumenta que é justamente o desbalanceamento de poder entre os Estados que confere estabilidade às relações internacionais e à economia mundial. Isso decorre da disposição dos Estados hegemônicos em provisionarem bens públicos internacionais, como segurança e garantia do regime econômico internacional (GILPIN, 1981).

A consolidação da teoria da estabilidade hegemônica na década de 80 responde à percepção crescente acerca do declínio da hegemonia norte-americana. Ela surge, portanto, tentando não só explicar tal declínio como remediá-lo, afinal, aqui, hegemonias são entendidas como saudáveis para o sistema. Na sua ausência, prevalece um sistema marcado pela instabilidade e pela desordem. Para Gilpin (1981), um fator decisivo para a deterioração da hegemonia norte-americana foi o crescimento do Japão, fruto do apoio militar e econômico provido pelos Estados Unidos no pós-Segunda Guerra. Sem ter de arcar com os custos da segurança internacional (que ficou sob a responsabilidade estadunidense), o Japão pôde se

desenvolver economicamente, tornando-se um dos principais competidores dos Estados Unidos. Gilpin (1981:169) recorre a um costumeiro predicativo colonial, “ingratos”, para desqualificar os supostos aliados dos Estados Unidos que teriam se aproveitado das benesses por ele distribuídas, gerando seu declínio e complicando o cumprimento dos seus deveres coletivos.

De fato, conforme John Hobson (2013) destaca, a teoria da estabilidade hegemônica, embora não reconheça sua linhagem colonial, está alinhada com a noção paternalista do dever do poder imperial (agora lido como “hegemônico”) de levar a civilização e contribuir para o processo de desenvolvimento dos povos submetidos. Para Hobson (2013), a teoria articulada por Gilpin celebra a hegemonia anglo-saxônica, na medida em que, implicitamente, avança a ideia de que a Inglaterra e os Estados Unidos teriam se sacrificado, diminuindo seus poderes relativos vis-à-vis seus aliados, em nome do estabelecimento de um ordenamento internacional estável ancorado em instituições liberais. Partindo das ideias da teoria da estabilidade hegemônica desenvolvidas por Gilpin, de que as potências hegemônicas renunciam voluntariamente à busca por ganhos relativos e de que a disseminação de seus valores e instituições contribuem para a estabilização do sistema internacional, Hobson (2013) destaca o componente liberal dessa teoria que aposta na benevolência e no fardo (em alusão às noções da missão civilizatória e do fardo do homem branco de Ruyard Kipling) das potências hegemônicas. A conversão cultural dos Estados não-europeus ao livre-comércio pela hegemonia inglesa no século XIX e ao neoliberalismo pela hegemonia norte-americana através de programas de ajuste estrutural no século XX se transformou em prescrições racionais, voltadas para a estabilidade e a prosperidade internacionais (HOBSON, 2013). Nesse sentido, a teoria da estabilidade hegemônica participou da (re)produção de um mundo de “histórias únicas”, narradas e socializadas globalmente a partir dos valores e instituições particulares das potências anglo-saxônicas.

O reconhecimento do caráter situado e provinciano das teorias *mainstream* das Relações Internacionais é o primeiro passo para abertura do campo para o pluriverso, para outras epistemologias e visões de mundo incomensuráveis em relação às formas violentas de lidar com a alteridade prevalecentes desde os primeiros encontros coloniais.

5. Racializando o Liberalismo

Conforme já colocado, diferentemente do neorrealismo, para autores liberais, o sistema internacional anárquico pode, se não ser superado, ao menos ser reformado e disciplinado. Estas teorias se distanciam da lógica neorrealista de Waltz de auto-reprodução da anarquia internacional ao vislumbrarem a possibilidade de transformação da anarquia internacional (ver BLANEY, INAYATULLAH, 2004). A pré-condição para esse processo de domesticação do internacional, contudo, é a adoção de uma série de valores, normas e instituições, tais como a democracia, o livre-comércio, os direitos humanos, a boa governança e a cooperação via organizações e regimes internacionais. Argumentamos que tais ingredientes pensados como propulsores da paz, da justiça e da razão no internacional, contudo, não são, de modo algum, universais, mas falam desde um lugar específico, o mundo euroamericano, e refletem uma história única produzida no Ocidente, com todos os perigos que lhes são inerentes. A partir dessa história, a diferença, identificada no Outro lido como não democrático e não liberal, é entendida como um desvio e/ou atraso em relação ao *telos* liberal traçado pelo mundo ocidental. O projeto liberal da paz implica, por conseguinte, num projeto paralelo de erradicação da diferença (ver Fernández, 2014).

Embora as teorias liberais, a exemplo da teoria da paz democrática (ver DOYLE, 1986) nos sejam apresentadas como teorias científicas e universalmente válidas, tal pretensão de não localização é colocada em xeque toda vez que analisamos suas omissões em relação ao enfrentamento das desigualdades distributivas, de gênero e raciais, que, desde um olhar decolonial, devem necessariamente ser combatidas para a construção de qualquer mundo que se pretenda de fato inclusivo. Uma abordagem decolonial, portanto, tem o mérito de localizar o liberalismo em contextos sociais e políticos concretos, apresentando-o como geopoliticamente condicionado e como corporificado, habitando um corpo branco e masculino.

Em outro artigo, analisei os limites do cosmopolitismo de Kant, destacando os traços racistas não nomeados da sua filosofia (FERNÁNDEZ, 2014). Para Kant, o

modo de vida de alguns povos, como é o caso dos taitianos, não tem lugar na narrativa modernizadora europeia. A aparente falta de agressividade dos habitantes do Taiti que viveriam numa "pacífica indolência" não seria inteligível na filosofia da história kantiana, já que os taitianos não teriam as mesmas inclinações antissociais que, segundo Kant, impulsionariam o desenvolvimento racional dos indivíduos (ver FERNÁNDEZ, 2014). Nesse sentido, Kant compara os taitianos ao gado, animalizando-os, irracionalizando-os e expulsando-os da sua filosofia da história (FERNÁNDEZ, 2014). A naturalização kantiana do *telos* europeu é o que possibilita essa desumanização e orientalização daqueles cujos modos de existência não têm lugar na narrativa modernizadora europeia (Fernández, 2014). Para Andreas Behnke (2008), na medida em que Kant encontra algum valor moral nos selvagens, estes são construídos como semelhantes aos primeiros estágios da civilização europeia e, assim, por exemplo, os "selvagens canadenses" são percebidos como os espartanos do Novo Mundo, esperando por Licurgo para lhes fornecer lei e forma política. Enfim, quando em contato com a diferença sob a forma dos "Outros não ocidentais", Kant não reconhece sua humanidade ou plena humanidade, produz e prescreve a morte de outras formas de vida para que o pacto *narcísico* (ver Bento, 2002) entre nações *brancas* democráticas possa prosperar.

A teoria da Paz Democrática, cujo principal expoente é Michael Doyle (1986), recupera o pensamento de Kant, invisibilizando, contudo, seus traços racistas supracitados. Inspirado pela ideia kantiana de uma Federação de Estados Livres, desenvolvida no ensaio *A Paz Perpétua: Um Esboço Filosófico* (1795), Doyle, demonstra, com apoio de estatísticas, a existência de uma paz separada entre democracias liberais. Estados liberais se caracterizam, segundo Doyle (1986), pela igualdade jurídica entre seus cidadãos, pela liberdade de expressão, pela existência de um governo representativo e com economia de mercado, bem como pela propriedade privada. Tais Estados tenderiam a formar uma zona de paz entre eles, enquanto continuariam se valendo da força para lidar com os Estados não liberais, entendidos como essencialmente agressivos pelo fato de não compartilharem dos mesmos constrangimentos institucionais e valores dos Estados liberais. A partir da diferenciação e hierarquização estabelecida entre Estados entre liberais e não liberais, a prescrição rumo a uma paz cada vez mais ampliada reside na transformação cultural, econômica e política desses Estados não liberais, se preciso

por meio de práticas intervencionistas. Conforme já destacamos, contudo, a constituição do Estado e seres liberais dependem da exclusão de Outros, não liberais, isto é, dependem dessa falta para se constituir enquanto presença. Outrossim, a linha que separa os mundos e seres liberais dos não liberais também é uma linha de cor (DU BOIS,1925) que não pode ser explicada à parte da cartografia colonial.

Enquanto a teoria da paz democrática volta sua atenção para problemáticas clássicas das Relações Internacionais, como é o caso da paz e guerra entre as nações, a teoria liberal, na década de 80, crescentemente se afasta de tais problemáticas mais gerais e se debruça sobre uma questão deveras específica: é possível haver cooperação entre Estados em condições de anarquia internacional? Essa questão, por sua vez, passa a orientar um programa de pesquisa compartilhado por liberais (institucionalistas neoliberais) e neorrealistas.

Nos anos 80, realistas e liberais passam a compartilhar da mesma visão estreita de mundo (WAEVER, 1996), baseada na anarquia internacional, entendida como a falta de um governo comum na política mundial, e na visão dos Estados como atores atomísticos, racionais e como os principais agentes do sistema internacional. Destarte, neorrealistas e neoliberais passam a convergir quanto ao pressuposto da racionalidade dos atores, o que significa que os Estados calculam custos e benefícios dos cursos alternativos de ação a fim de maximizar suas utilidades (GRIECO, 1993). Em consonância com tal visão, Robert Keohane (1993) nos mostra que o neoliberalismo aceita o pressuposto convencional da teoria microeconômica de que os atores, incluindo o Estado, se preocupam apenas com a utilidade, ou seja, não têm nenhum interesse intrínseco no bem-estar das demais unidades do sistema.

Para além da adoção por neorrealistas e neoliberais dessa ontologia limitada, tais teóricos também parecem se aproximar epistemologicamente, uma vez que tentam confirmar a validade de seus pressupostos a partir da confrontação das teorias e dos fatos. Ao partirem tanto da mesma ontologia como da mesma epistemologia, as diferenças entre neorrealistas e neoliberais acabam se revelando bastante reduzidas, consistindo, fundamentalmente, de entendimentos divergentes sobre o papel desempenhado pelas instituições internacionais na promoção da cooperação internacional e sobre se os Estados perseguem ganhos absolutos ou

relativos. Enquanto para os neorrealistas, a anarquia internacional estimula o conflito e a competição entre os Estados e inibe a cooperação mesmo na presença de interesses comuns, para os neoliberais, as instituições internacionais têm o potencial de mitigar os impactos negativos da anarquia sobre os Estados e promover a cooperação. Elas o fazem reduzindo as incertezas que imperam nesse ambiente anárquico e estabilizando as expectativas em relação às intenções alheias por meio da ampliação da transparência, do compartilhamento de informações, do controle do cumprimento dos compromissos assumidos, da redução dos custos das transações e da punição dos ludibriadores. Nesse ambiente transformado pelas instituições, os Estados podem se preocupar exclusivamente com seus ganhos absolutos, tornando-se indiferentes aos ganhos dos demais, uma vez que cresce a confiança de que capacidades superiores não se traduzirão em ameaças (KEOHANE, 1993).

Conforme destacam Peter Wilkin e Caroline Thomas (2004), no âmbito do "debate neo-neo", todos os Estados possuem certas características independente de suas histórias, culturas ou ideologias políticas. A opção racionalista/utilitarista que informa o "debate neo-neo" negligencia, portanto, a história e, mais especificamente, a experiência de colonialismo e imperialismo experimentada pelo Terceiro Mundo, a filosofia e a sociologia, silenciando acerca do papel das ideias e das considerações éticas motivadoras das ações humanas e estatais.

6. Reimaginando o mundo a partir de outros mundos

Categorias africanas, como ubuntu, pan-africanismo e negritude, fornecem lentes alternativas através das quais o mundo pode ser entendido e vivenciado (THAKUR, 2015:218)[4]. Segundo Vineet Thakur (2015), a recuperação de tais visões

[4] Na academia brasileira, temos assistido ao emprego de categorias tais como Quilombo de Abdias do Nascimento e Amefricanidade de Lélia Gonzalez, como formas alternativas de contribuição para as Relações Internacionais a partir das experiências das populações negras. Esse é o caso da dissertação de mestrado da aluna da UFBA, Raianna Morais Soto, intitulada "*A classificação racial como organizadora da modernidade*: *Uma análise afrocentrada sobre a colonialidade do poder*.", defendida em 2019, e da dissertação de mestrado de Ananda Vilela da Silva Oliveira, do IRI-PUC-Rio, intitulada "Epistemicídio e a academia de Relações Internacionais: o Projeto UNESCO e o pensamento afrodiaspórico sobre o Brasil e seu lugar no mundo", defendida em 2020. Um outro trabalho nesse sentido, com o título "Reinterpretações do Brasil: relações inter/nacionais para além da ótica eurocêntrica", foi apresentado por Andrea Gill e Thiago Braz no Encontro da ABRI (Associação Brasileira de Relações Internacionais) de 2018.

africanas de mundo tem o potencial de abrir novas possibilidade de futuros alternativos em dissonância com o discurso *mainstream* das Relações Internacionais. Como vimos, a visão de mundo individualista subjacente às teorias neorrealistas e institucionalistas neoliberais nos apresenta um modelo onde os Estados agem a partir de um cálculo racional, buscando minimizar seus custos e maximizar seus benefícios, motivados exclusivamente pelos seus interesses individuais. Já de acordo com a filosofia ubuntu, um entendimento do Eu como autointeressado se revela contrário aos princípios humanos da existência comunal (THAKUR, 2015). Enquanto, no Ocidente, a forma hegemônica de lidar com a diferença tem sido através do duplo movimento descrito por Todorov que inferioriza a diferença para logo em seguida assimilá-la ou aniquilá-la (INAYATULLAH, BLANEY, 2004), prevalecendo a ideia de que minha existência depende da sua não existência, nos termos da filosofia ubuntu, a minha existência está conectada à existência de outros, prevalecendo a ideia de que eu sou porque nós somos (THAKUR, 2015). O Outro deixa de ser um competidor, um inimigo a ser vencido e eliminado (OLIVEIRA, 2016) e se torna corresponsável pela existência humana comum. A filosofia ubuntu enfatiza o altruísmo, a gentiliza, o respeito, a compaixão, a solidariedade, a política do cuidado mútuo, a conectividade e um profundo sentido de interdependência (NGCOYA, 2015; MUROVE, 2012). Na medida em que, de acordo com tal filosofia, nosso verdadeiro potencial humano só pode ser realizado em parceria com outros e que o indivíduo só existe na medida em que preenchido com interações sociais, ela aponta para insanidade da ideia de soberania individual (NGCOYA, 2015), rompendo com a noção autocentrada de sujeito (OLIVEIRA, 2016). A partir da ética ubuntu, “qualquer pessoa, inclusive o monarca, depende de outras pessoas; a partir disso, pode-se afirmar que ninguém é totalmente independente e ninguém é definitivamente inútil” (KASHINDI, 2017:11).

Se a África foi entendida nos discursos *mainstream* como um vazio ético, cultural e filosófico que deveria ser preenchido com os valores transmitidos via educação, religião e modernização pelo Ocidente, o ubuntu desponta como resistência, como afirmação de uma existência outra ou, como colocado por Kashindi (2017:3), como a “pedra angular da ética africana, que é biocêntrica, ou seja, centrada na vida”. Murove (2012) nos mostra que esse modo de existência comunal foi perseguido e depreciado pelos colonizadores que o consideraram

primitivo, infantil e baseado numa síndrome de dependência. Para superar essa forma atrasada de vida, os colonizadores, intoxicados pela teoria darwiniana centrada na competição e no individualismo, desarranjaram redes de parentesco e valores culturais tais como o ubuntu (MUROVE, 2012; LE GRANGE, 2011).

Se, no começo do nosso artigo, recorremos a Fanon para mostrar o epistemicídio promovido por meio dos currículos escolares na Martinica, agora recorremos a Ivy Goduka, acadêmica sul-africana citada por Le Grange (2004:39, tradução minha), para chamar a atenção para a continuidade do processo de "colonização da mente" via educação:

> Embora eu seja uma estudiosa Xhosa, versada em nossas tradições, de muitas maneiras eu sou uma iniciante no engajamento com filosofias educacionais indígenas porque fui educada a partir de epistemologias eurocêntricas. Assim, viver dentro, ao lado e em face da tradição europeia torna as oportunidades para uma vida totalmente indígena, cultural, pessoal, social e espiritual uma luta diária contra a estrutura do domínio eurocêntrico.

É na luta diária contra o domínio eurocêntrico que o ubuntu ganha sentido. Para Murove (2012), a ética ubuntu se desenvolveu em contraposição às práticas desumanizantes do colonialismo e da escravidão. Nesse contexto, os colonizadores eram vistos como desprovidos de humanidade, isto é, de ubuntu, na medida em que ubuntu significava ver o outro ser humano como você mesmo e tratá-lo com respeito (MUROVE, 2012). No âmbito da ética ubuntu: "A desumanização de outros seres humanos é um impedimento para o autoconhecimento e a capacidade de desfrutar de todas as nossas potencialidades humanas" (NOGUERA, 2011/2:148). Nesse sentido, a ética do Ubuntu é a antítese da desumanização da condição colonial. A incapacidade de agir de forma humana em relação aos demais é, portanto, considerada uma falta de humanidade ou de ubuntu (MUROVE, 2012). Foi justamente a convicção de que as práticas desumanizantes e brutais do colonialismo e da escravidão eram antitéticas ao ubuntu que inflamou as revoltas contra as mesmas (MUROVE, 2012).

Nos últimos anos da década de 90 e o começo dos anos 2000, assistimos a uma ressignificação do ubuntu como "visão de mundo africana" (KASHINDI, 2017:6), em grande medida influenciada pela experiência da Comissão de Verdade e

Reconciliação da África do Sul e pelas ideias do Arcebispo Emérito Desmond Tutu, que presidiu a Comissão. Para Tutu, apoiador da filosofia ubuntu: “Eu sou porque você é. Ser verdadeiramente auto-suficiente é ser sub-humano” (apud THAKUR, 2015:224). Em contraposição ao modelo ocidental, cujo exemplo paradigmático é a lógica punitivista de Nuremberg, a Comissão se baseava na reconciliação que, por sua vez, era fundamentada na ideia de uma humanidade comum entre agressores e vítimas (Thakur, 2015). No livro *No Future without Forgiveness*, Tutu propôs uma “terceira via” que se encontraria entre a “justiça vingativa”, exemplificada em Nuremberg, e a “amnésia” (perda da memória) das anistias não condicionadas (KASHINDI, 2011). Conforme destaca Marcelo José Derzi Moraes (2019:5), o ubuntu “possui uma compreensão de alteridade que não se limita ao outro igual a mim (...)”. Em termos de justiça, o ubuntu não procura que se faça justiça apenas à vítima, mas também ao perpetrador da violência, que se desvirtuou e negou o ubuntu. Hoje a Comissão de Verdade e Reconciliação é tida como um exemplo bem-sucedido e tem servido de inspiração para outros modelos de reconstrução pós-conflito.

Thakur (2015) pontua que o ubuntu não é apenas um conceito africano a ser estudado na África, mas um conceito que pode ser teorizado através do globo, tendo o mérito de criar um vocabulário alternativo, centrado na cura e na compaixão, ausente nos principais debates das Relações Internacionais. A colonização, ao mesmo tempo em que fraturou tradições africanas a exemplo do ubuntu, também as universalizou por meio do processo de desterritorialização violentamente imposto sobre povos africanos escravizados e sequestrados das suas terras rumo à Europa e suas colônias. Nesse sentido, o ubuntu se mantém vivo nas diásporas africanas e habita inúmeras sociedades pós-coloniais, a exemplo do Brasil. O ubuntu estaria presente, por exemplo, nos quilombos[5] (MORAES, 2019) e nas rodas (de capoeira, de samba, de candomblé, etc.), já que as manifestações de matriz africana se organizam na forma de roda e não de filas (Oliveira, 2016), que expressam uma ideia de hierarquia. O ubuntu, nesse sentido, se constitui enquanto uma forma afrocentrada de reconfiguração das relações humanas, baseada em laços de apoio mútuo (NOGUERA, 2011/2).

[5] Conforme Moraes (2019), o quilombo é um lugar de harmonia com a natureza e a ancestralidade, de bem-estar, acolhimento, resistência e de um modo de vida contracolonial.

Para Thakur (2015), o ubuntu lança luz sobre a natureza individualista do "internacional", oferecendo notas dissonantes, contrapontuais, à hegemonia normativa dos valores de democracia liberal e direitos humanos individuais. Conforme destaca Grosfoguel (2016:44), o Ocidente "sequestrou" as noções de democracia, de direitos humanos, de libertação da mulher, entre outras. Grosfoguel (2016:44-5), então, propõe um esforço decolonial de redefinição desses conceitos, que foram apropriados e monopolizados pela modernidade eurocêntrica como se os mesmos fossem inerentes à Europa, em múltiplas direções que reflitam a diversidade epistêmica do mundo e para além das estruturas capitalistas, patriarcais, cristãs, modernas e coloniais[6].

7. Considerações Finais

O artigo argumentou que a disciplina das Relações Internacionais foi cúmplice do epistemicídio colonial na medida em que, a despeito da sua suposta cientificidade, foi forjada a partir de mitos e categorias analíticas que naturalizaram e continuam naturalizando o percurso trilhado pelo mundo da supremacia branca, reproduzindo suas ontologias, epistemologias e privilégios. Enquanto a noção de estado de natureza possibilitou que imaginássemos um mundo com diferentes temporalidades hierarquicamente escalonadas, a ideia do contrato social contribuiu para produzir a ideia de uma sociedade consensual enquanto de fato reproduzia as divisões raciais no âmbito do Estado moderno, resultando em genocídios e epistemicídios sistemáticos.

Tanto realistas como liberais produzem conhecimento majoritariamente a partir do mundo anglo-saxônico e teorizam com base no pensamento de poucos homens brancos, a exemplo de Hobbes e Kant, silenciando sobre outras cosmovisões e racionalidades que disputam a verdade dos discursos eurocentrados. O artigo compartilha do incômodo manifestado por Grosfoguel (2016:27) quando o

[6] Autores como Ngcoya (2015) estão cientes do perigo de cooptação destas interpretações alternativas de mundo, como é o caso do ubuntu, pelos governos, para fins conservadores. O autor nos mostra que na África do Sul pós-apartheid, o ubuntu foi utilizado pelo governo para fugir das suas responsabilidades sociais, transferindo-as para as comunidades com base na ética do cuidado comunitário inerente à visão de mundo ubuntu.

autor indaga: “Como é que no século XXI, com tanta diversidade epistêmica existente no mundo, estejamos ancorados em estruturas epistêmicas tão provincianas camufladas de universais?”. Por outro lado, vê com entusiasmo o espaço, ainda incipiente, mas cada vez maior, ocupado por abordagens pós-coloniais e decoloniais nas conferências, redes e produções acadêmicas das Relações Internacionais, que têm o mérito de nos permitir enxergar outros mundos, informados por cosmologias e temporalidades alternativas que resistem, rivalizam ou mesmo são indiferentes ao olhar e expectativas coloniais.

Formas diversas de lidar com a alteridade, dos povos Dakota e Lakota (ver BEIER, 2013), dos Tupinambás (ver CASTRO, 2011), dos povos indígenas do Pacífico Negro (ver SHILLIAM, 2015), sugerem a arbitrariedade das nossas verdades mais fundamentais e têm o potencial de ativar nossa imaginação para formas outras de concepção do tempo, do espaço e da política em desacordo com as noções modernas que nos colonizaram. Tais perspectivas têm o potencial de abrir nossa imaginação para outros mundos além do ocidental, para mundos onde, segundo a inspiração zapatista, “caibam muitos mundos”.

8. Referências Bibliográficas

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *O Perigo da História Única*, TED Global, 2009. Disponível em: https://www.ted.com/talks/chimamanda_adichie_the_danger_of_a_single_story/transcript?language=pt Acessado em 30 de setembro de 2019.

AXEROLD, Robert, KEOHANE, Robert. Achieving Cooperation Under Anarchy: Strategies and Institutions. *World Politics*, v. 38, n. 1, p. 226-254, 1985.

BALLESTRIN, Luciana. América latina e o giro decolonial. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 11, p. 89-117, 2013.

BEIER, J. Marshall. Beyond hegemonic state(ment)s of nature: indigenous knowledge and non-state possibilities in international relations. In: CHOWDHRY, G.; NAIR, S. (orgs.). *Power, Postcolonialism and International Relations:* Reading Race, Gender and Class. London: Routledge, 2002, p. 82-114.

BEHNKE, Andreas. Eternal Peace” as the Graveyard of the Political: A Critique of Kant’s Zum Ewigen Frieden. *Millennium: Journal of International Studies*, v. 36, n. 3, p. 513-531, 2008.

BENTO, Maria Aparecida Silva. Branqueamento e branquitude no Brasil. In: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva (orgs.). *Psicologia social do racismo – estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 25-58.

BOCK, Kenneth. Theories of Progress, Development, Evolution. In: BOTTOMORE, Tom; NISBERT, Robert (orgs.). *A History of Sociological Analysis*, New York: Basic Books, 1978, p. 39-79.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. *A Construção do Outro como não-ser como fundante do ser*. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de São Paulo, 2005.

CASTRO, Eduardo Viveiros. *The Inconstancy of the Indian Soul*. Chicago: Prickly Paradigm Press, 2011.

CESAIRE, Aimé. *Discourse on Colonialism*. Nova York: Monthly Review Press, 1972.

COULTHARD, Glen. *Red Skin, White Masks: Rejecting the Colonial Politics of Recognition.* Minneapolis: Minnesota Press, 2014.

DOYLE, Michael. Liberalism and World Politics. *The American Political Science Review*, v. 80, n. 4, p. 1151-1169, 1986.

DU BOIS, W. E. B. Worlds of Color. Foreign Affairs, v. 3, n. 3, p. 423-44, 1925.

ENLOE, Cynthia. Margins, Silences, and Bottom Rungs: How to overcome the underestimation of Power in the Study of International Relations. In: SMITH, Steve, BOOTH, Ken; ZALEWSKY, Marysia (orgs.). *International theory:* Positivism and beyond. Cambridge: Cambridge University Press, 1996, p.186-202.

FANON, Frantz. *Pele Negra, Máscaras Brancas*, Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia, 2008.

_____. *The Wretched of the Earth.* New York: Grove Press, 2004.

FASOLT, Constantin. *The Limits of History*, Chicago: University of Chicago Press, 2004)

FAUSTINO, Deivison Mendes. *Frantz Fanon*: um revolucionário, particularmente negro. São Paulo: Ciclo Contínuo Editorial, 2018.

FERNÁNDEZ, Marta. O Cosmopolitismo Kantiano: Universalizando o Universalismo. *Contexto Internacional*, v.36 n.2, p. 417-456, 2014.

GILL, Andrea e BRAZ, Thiago. *Reinterpretações do Brasil: relações inter/nacionais para além da ótica eurocêntrica*. Trabalho apresentado no Encontro da ABRI (Associação Brasileira de Relações Internacionais), 2018.

GILPIN, Robert. *War and Change in World Politics*, Princeton: Princeton University Press, 1981.

GRIECO, J. M. Anarchy and the Limits of Cooperation: A Realist Critique of the Newest Liberal Internationalism. In: BALDWIN, D.A. (org.). *Neorealism and Neoliberalism*: The Contemporary Debate. New York: Columbia University Press, 1993, p. 116-43.

GROSFOGUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. *Revista Sociedade e Estado*, v. 31, n. 1, p. 25-49, 2016.

GROVOGUI, Siba N. Regimes of Sovereignty: International Morality and the African Condition. *European Journal of International Relations*, v. 8, n. 3, p. 315-338, 2002.

HOBBES, Thomas. *Leviatã.* São Paulo: Abril Cultural, 1988.

HOBSON, J. M. Part 1 – Revealing the Eurocentric foundations of IPE: A critical historiography of the discipline from the classical to the modern era. *Review of International Political Economy*, V. 20, n. 5, p. 1024–1054, 2013.

INAYATULLAH, Naeem; BLANEY, D. L. *International Relations and the Problem of Difference*. New York: Routledge, 2004.

JABRI, Vivienne. War, Government, politics: a critical response to the hegemony of the liberal peace. In: RICHMOND, Oliver (org.). *Palgrave advances in peacebuilding*: Critical Developments and Approaches. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2010, p. 41-57.

JAHN, Beate. IR and the state of nature: the cultural origins of a ruling ideology. *Review of International Studies*, v. 25, n. 3, p. 411-34, 1999.

JOHANES, Fabian. *The Time and the Other: how anthropology makes its objet.* New York: Columbia University Press, 2002.

KANT, Immanuel. Para a Paz Perpétua. In: GUINSBURG, J. (org.) *A Paz Perpétua. Um Projeto para Hoje*. São Paulo: Perspectiva, 2004, p. 31-87.

KASHINDI, J.B. Kakosi. Ubuntu como ética africana, humanista e inclusiva. *IHUideias*, v. 15, n. 254, p. 3-20, 2017.

KEOHANE, R.O. Institutional theory and the realist challenge after the Cold War. In: BALDWIN, D.A. (org.). *Neorealism and Neoliberalism*: The Contemporary Debate. New York: Columbia University Press, 1993, p. 269-300.

LE GRANGE, Lesley. Guattari's philosophy of environment and its implications for environmental education in (post)colonial Africa. *Southern African Journal of Environmental Education,* v. 22, p. 35-45, 2005.

_____. Ubuntu, Ukama and the Healing of Nature, Self and Society. *Educational Philosophy and Theory*, v. 44, n. 2, p. 56–67, 2011.

MBEMBE, Achile. *Necropolítica*. Santa Cruz de Tenerife: Editorial Melusina, 2011.

MIGNOLO, Walter. *Historias locales/disenos globales: colonialidad, conocimientos subalternos y pensamiento fronterizo*. Madrid: Akal, 2003.

MILLS, Charles W. *The Racial Contract*. Ithaca: Cornell University Press, 1997.

MORAES, Marcelo José Derz A filosofia ubuntu e o quilombo: a ancestralidade como questão filosófica, *Revista África e Africanidades* – Ano XII – n. 32, p. 1-11, 2019.

MUROVE, Munyaradzi Felix. Ubuntu. Diogenes, v. 59, n. 3-4, p. 36–47, 2012.

NANDY, Ashis. *The Intimate Enemy*: Loss and Recovery of Self under colonialism. New Delhi: Oxford University Press, 1989.

NOGUERA, Renato. UBUNTU COMO MODO DE EXISTIR: Elementos gerais para uma ética afroperspectivista, Revista da ABPN, v. 3, n. 6, p. 147-150, 2011/2.

NGCOYA, Myuselelo. Ubuntu: Toward an Emancipatory Cosmopolitanism? *International Political Sociology*, v. 9, n. 3, p. 248-262, 2015.

OLIVEIRA, Ananda Vilela da Silva. *Epistemicídio e a academia de Relações Internacionais: o Projeto UNESCO e o pensamento afrodiaspórico sobre o Brasil e seu lugar no mundo*. Dissertação de mestrado, Instituto de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (IRI/PUC-Rio), 2020.

OLIVEIRA, Dennis. UBUNTU: uma ética africana para repensar a sociedade brasileira. A Raíz- Movimento Cidadanista, 2016, Disponível em: http://www.raiz.org.br/ubuntu-uma-etica-africana-para-repensar-sociedade-brasileira Acessado em 28 de janeiro de 2020.

PAOLINI, A; DARBY, P. Bridging International Relations and Postcolonialism. *Alternatives*, v. 19, n.3, p. 371-97, 1994.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: EDGARDO, Lander (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais.* Perspectivas latinoamericanas. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005, p. 105-127.

SAID, Edward W. *Orientalismo*: O Oriente como Invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Para Descolonizar Occidente. Mas allá del pensamento abismal*. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2010.

_____. Introducción a las Epistemologias del Sur. In: MENESES, Maria Paula; BIDASECA, Karina (orgs.). *Epistemologias del Sur*. Buenos Aires: CLACSO; Coimbra: Centro de Estudos Sociais- CES, 2018.

SHAPIRO, Michael J. How does the Nation-State Work? In: EDKINS, Jenny; ZEHFUSS, Maja (orgs.). *Global Politics- A New Introduction*, London & New York: Routledge, 2008, p. 220-243

SHILLIAM, Robbie. *The Black Pacific*: Anti-colonial struggles and oceanic connections. Londres: Bloomsbury Publishing. 2015.

SMITH, Steve. The discipline of international relations: still an American social science? *British Journal of Politics and International Relations*, v. 2, n. 3, p. 374-40, 2004.

_____. Singing Our World into Existence: International Relations Theory and September 11. *International Studies Quarterly,* v. 48, n. 3, p. 499 – 515, 2014.

SOTO, Raianna Morais. *A classificação racial como organizadora da modernidade*: *Uma análise afrocentrada sobre a colonialidade do poder*. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal da Bahia (UFBA), 2019.

THAKUR, Vineet. Africa and the Theoretical Peace in IR. *International Political Sociology*, v. 9, n. 3, p. 213–229, 2015.

THAYER, Bradley. *Darwin and International Relations*. On the evolutionary origins of war and ethnic conflict. Kentuchy: The University Press of Kentuchy, 2009.

THIONG'o, Ngugi Wa. *Decolonizing the Mind. The Politics of Language in African Literature*. London: James Currey, Nairobi: Heinemann Kenya, New Hampshire: Heinemann, 1986.

THOMAS, Caroline; WILKIN, Peter. Still waiting after all this years: the "Third World" on the periphery of International Relations. *British Journal of Politics and International Relations*, v. 6, n. 2, p. 241-258, 2004.

WALKER, R. B. J. *Inside/Outside: International Relations as Political Theory*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

_____. The Double Outside of the Modern International. *Ephemera*. *Theory & Politics in Organization*, v. 6, n. 1, p. 56-69, 2006.

WAEVER, Ole. Rise and Fall of the inter-paradigm debate. In: SMITH, S.; BOOTH, K.; ZALEWSKI, M. *International Theory:* Positivism and Beyond. Cambridge: Cambridge University Press, 1996, p. 149-187.

WALTZ, Kenneth. *Theory of International Politics*, Reading, MA: Addison Wesley, 1979.

MONÇÕES
Revista de Relações Internacionais da UFGD
ISSN 2316-8323

ULTRA AEQUINOXIALEM NON PECCARI: ANARQUIA, ESTADO DE NATUREZA E A CONSTRUÇÃO DA ORDEM POLÍTICO-ESPACIAL

ONOFRE DOS SANTOS FILHO
Sociólogo, professor do Departamento de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

RESUMO: A máxima do século XVI, *ultra aequinoxialem non peccari – ao sul da linha equinocial não se peca* –, expressa mais do que uma divisão entre vício no Sul e virtude no Norte. Exprime um sistema de localização espacial que, a partir do Trópico de Câncer, demarca dois mundos: um ao Norte, baseado no Direito das Gentes europeu que regula o exercício da violência e as relações entre os nascentes Estados territoriais; outro ao Sul, não sujeito a este Direito, aberto ao exercício da violência pelos Estados europeus na *tomada de terra* do *Novo Mundo*. Processo de domínio que mais tarde os contratualistas racionalizarão através de nova clivagem: sociedades não contratuais ao sul do Trópico de Câncer; sociedades contratuais ao norte do Trópico de Câncer. Isso resultou no entendimento dos povos do Sul vivendo em situação de anarquia no estado de natureza, o que autorizou o recurso à força pelos colonizadores, legitimando a construção de um novo ordenamento social. Tendo em vista este processo, o propósito deste ensaio é o de analisar a extensão da ideia de anarquia e de estado de natureza às interações internacionais e suas implicações para a interpretação do *internacional* a partir das relações Sul-Norte.

PALAVRAS-CHAVE: anarquia, estado de natureza, espacialidade.

ULTRA AEQUINOXIALEM NON PECCARI: ANARCHY, STATE OF NATURE AND THE CONSTRUCTION OF THE SPACE POLITICAL ORDER[1]

ABSTRACT: The 16th Century saying *ultra aequinoxialem non peccari – there is no sin below the equator* – shows more than a difference between a South, the place of vice, and a virtuous North. It expresses a spatial location system that, using the Tropic of Cancer, delimits two worlds: one on the North, ruled by the European Law of Nations that orders the use of violence and regulates the relations between territorial States; the other one on the South, where these rules do not apply, and where violence could be used by European States as they stormed the New World. Later on, such domination process would be justified by the theorists of social contract using a different cleavage: non-contractual societies inhabiting the South of the Tropic of Cancer; contractual societies living on its North. This produced an understanding that Southern people lived in an anarchical situation, corresponding to their state of nature, which authorized colonizers to enforce a new social order by violent means. Taking this process into account, this essay aims to analyze the extend of both anarchy and state of nature ideas to international relations, and by these means to understand the consequences of South-North relations on defining the idea of *international*.

KEYWORDS: anarchy, state of nature, spatiality

[1]Este ensaio reproduz, direta ou indiretamente, parte das reflexões desenvolvidas em tese de doutoramento, ainda não defendida, no Programa de Pós-graduação em Geografia – ênfase no tratamento da informação espacial – da PUC Minas, sob a orientação do prof. Dr. João Francisco de Abreu e a co-orientação do prof. Dr. Oswaldo Bueno Amorim Filho.

1. Introdução

A máxima do século XVI, *ultra aequinoxialem non peccari – ao sul da linha equinocial não se peca* –, expressa mais do que uma divisão entre vício no Sul e virtude no Norte. Exprime um sistema de localização espacial que, a partir do Trópico de Câncer, demarca dois mundos distintos: um ao Norte, baseado no Direito das Gentes europeu que regula o exercício da violência e as relações entre os nascentes Estados territoriais; outro ao Sul, não sujeito a este Direito, aberto ao exercício da violência pelos Estados europeus na *tomada de terra* do *Novo Mundo*.

Trata-se de um processo de domínio que mais tarde os contratualistas racionalizarão através de nova clivagem: sociedades não contratuais ao sul do Trópico de Câncer; sociedades contratuais ao norte do Trópico de Câncer. Essa nova clivagem resultou no entendimento dos povos do Sul vivendo em situação de anarquia no estado de natureza. Como em tal situação a única forma de ordenamento possível é aquela derivada do uso da força, os Estados colonizadores europeus se viram autorizados a ela recorrerem na conquista e dominação das etnias locais do chamado *Novo Mundo*. Após o último empreendimento colonial europeu no último quartel do século XIX, conhecido como a partilha da África, não havia mais *terras livres* a conquistar e a ideia de anarquia e de estado de natureza foi paulatinamente se estendendo ao conjunto das interações internacionais.

Na medida em que se consolidava academicamente, as Relações Internacionais assimilaram essa percepção no entendimento dos fenômenos internacionais. Acreditamos, contudo, que se trata de uma narrativa que confere sentido a uma ordem político-espacial que consagra as relações de desigualdade entre o Norte e o Sul. O propósito deste ensaio é, assim, o de analisar as implicações dessa narrativa para a interpretação do *internacional* a partir das relações Sul-Norte e do lugar que o primeiro ocupa em suas interações com o segundo.

2. Estado de natureza, política e vida civilizada

A ideia do estado de natureza e de contrato não expressa apenas um pressuposto para se entender a constituição do Estado como emulação de povos hipoteticamente livres. Esses dois elementos assinalam um divisor de águas entre uma vida aparentemente sem ordem e outra em que um ordenamento social regula a vida de coletividades dificultando, ou até mesmo impedindo, que retornem a uma vida de *egoísmo absoluto*. Assim, eles assinalam o nascimento de uma *vida civilizada* em que o recurso à força se torna prerrogativa de uma instituição política central, a que os indivíduos se submetem pelo pacto, e que por meio dele renunciam ao uso da violência para a consecução de seus objetivos e a realização de seus interesses. Isso significa que uma *vida civilizada* pressupõe que os homens se comprometam a resolver suas diferenças por recursos outros que não a força, situação em que a política passa a ter um papel fundamental na solução das controvérsias humanas[2].

A ideia de vida civilizada depende de como se concebe a anarquia no estado de natureza e o contrato dela resultante. Em Hobbes (1983), a anarquia decorre da ausência de uma autoridade central e na medida em o que pacto concebe o Leviatã como garantidor da segurança de todos, ele se torna o agente por excelência da vida civilizada. Na proporção em que coíbe os homens retornarem à *luta de todos contra todos* – até mesmo autorizando o uso da força pelo poder central – ele assegura a solução de controvérsias por meio das regras criadas pelo próprio Estado, principalmente aquelas que regulam o *meum* e o *tuum* – o *meu* e o *teu*.

Em contraposição a Hobbes, para Locke (1983), os homens vivem no estado de natureza em igualdade e liberdade naturais, inclusive lhes sendo assegurado o direito à propriedade. Contudo, tanto o direito à liberdade, a igualdade e a propriedade estariam ameaçados pela tendência humana a utilizá-los em benefício próprio ou daqueles que lhes são próximos. Frente a isso, os homens teriam renunciado ao estado natural em benefício da *sociedade política* em que livremente

[2] O contratualismo não se reduz a Hobbes e a Locke. Vamos nos ater a estes dois autores devido à centralidade de suas concepções de anarquia e de estado de natureza para as análises predominantes em Relações Internacionais. Nossa preocupação não é a de discutir estas concepções em vista da constituição do Estado moderno, mas de tomá-las como recurso heurístico para a emergência de uma nova espacialidade que organiza espacial e politicamente povos contratuais / civilizados ao Norte – notadamente a Europa ocidental – e povos não contratuais / incivilizados ao Sul, tendo como referência a *tomada de terra* nos termos schmittianos. Portanto, iremos desconsiderar a discussão de anarquia e de estado de natureza no que se refere à dinâmica interna da vida europeia e nos voltarmos para as suas implicações na constituição de uma ordem político-espacial que situa desigualmente povos ao norte e ao sul do equador e suas consequências para o entendimento dos fenômenos internacionais.

acordam entre si a maneira como seriam governados, e não entre súditos e o soberano como advoga Hobbes. O pacto reafirma os direitos naturais iniciais, e a sua característica marcante é que os homens se recusam a exercê-los individualmente, mas de forma coletiva. Assim, em Locke a sociedade política garante a vida civilizada na medida em que ela reafirma os direitos naturais, e oferece uma via para a solução das controvérsias humanas por meio do governo representativo.

Do contrato social irão emergir concepções diferentes da soberania e, por implicação, da política. Em Hobbes (1983), como ele nega aos sujeitos ao pacto a possibilidade de recorrer à força contra o poder soberano, a soberania assenta-se, em última instância, na exclusividade do exercício da força. No limite o poder soberano pode recorrer à violência para a manutenção do pacto e punir aqueles que contra ele se levantarem. Ainda que o Estado se constitua a partir da decisão dos contratantes, uma vez concordado com o pacto, a soberania é prerrogativa do Estado que não pode mais lhe ser subtraída. O governo se torna, então, uma afirmação constante do poder soberano e o seu exercício a manutenção desse poder. A política se manifesta, à maneira weberiana, como conquista e manutenção do poder necessários à garantia da vida civilizada, no sentido de se impedir o retorno ao estado de natureza e à violência generalizada de todos contra todos.

Em Locke (1983), como o contrato é constituído entre homens livres para a manutenção dos direitos naturais, a pactuação implica, também, na escolha da forma de governo que melhor preserve esses direitos. Do contrato emergiria a sociedade política em que as leis, produto do consentimento dos contratantes e aplicadas por magistrados imparciais, garantiriam um estado de não violência social. O Estado é constituído para preservar o acordado, daí a política como governo representativo ser a melhor expressão do contrato do qual se origina o Estado. Nessa perspectiva, a soberania é emanação da própria assembleia de homens livres, e não uma prerrogativa irremovível do Estado como no caso hobbesiano. O Estado deve preservar o que foi acordado, e na medida em que ele não corresponder àquilo que os contratantes dispuseram acerca da preservação dos direitos naturais, os segundos podem contra o primeiro se levantar e *destituí-lo* das prerrogativas de soberania. A vida civilizada, aqui, também é a possibilidade de se viver de forma harmoniosa, o que é possível pela representação política, mas ao

contrário de Hobbes, o recurso à força pelo Estado é limitado pelo seu compromisso de garantir os direitos naturais. Na medida em que ele assim não o fizer, suas prerrogativas de soberania poderão lhe ser subtraídas e os contratantes constituírem novo governo que atenda ao estabelecido no pacto.

Schmitt (2014) pressupõe que o direito público europeu constrói a *estatalidade* por meio dos acordos compartilhados entre os príncipes europeus em suas interações extraterritoriais, mas, no nosso entendimento, isso só é possível se do ponto de vista doméstico a ideia de um contrato entre governantes e governados (HOBBES, 1983) ou constituído livremente entre os governados (LOCKE, 1983) seja hipoteticamente estabelecida. Como na ideia de contrato, tanto em Hobbes como em Locke, se pressupõem os direitos de propriedade, isto significa, em termos schmittianos, que a garantia da propriedade reconhece a procedência da tomada de terra no âmbito doméstico sobre o externo. Assegurado esse direito é possível falar de uma tomada de terra – apropriação e domínio de porções da superfície terrestre –, legitimada domesticamente pelo contrato, se projetando do interior para o exterior em direção a terras *livres* ou sob o domínio reconhecido de outro senhor. É na dialética estabelecida entre o direito de propriedade autorizada pelo contrato no domínio doméstico e a prerrogativa de tomada de terra no plano externo pelo direito público europeu que um novo *nomos* da terra, no entendimento schmittiano, se constitui e produz um novo ordenamento e localização do ponto de vista dos grandes espaços globais[3].

A estatalidade expressa, assim, duas espacialidades: a) a espacialidade das sociedades contratuais representada por aquelas coletividades em que o ordenamento social é produto de um pacto entre os indivíduos que constituem o Estado soberano; b) a espacialidade das sociedades não contratuais em que o

[3] A dialética entre interno e externo é essencial para o entendimento das ideias de Schmitt. É a tomada de terra do ponto de vista doméstico que permite a territorialização nos termos requeridos pelo Estado moderno e, também, seu entendimento da política como designação de amigo / inimigo pelo agente soberano (SCHMITT, 2008), tanto do ponto de vista interno como externo. A projeção externa, expressa na tomada de *terras livres*, permite a constituição dos grandes espaços globais (SCHMITT, 2014) e suas clivagens Norte e Sul, oriundas da colonização, e mais tarde, com a projeção internacional estadunidense, aquela constituída pelo Hemisfério Ocidental e o Hemisfério Oriental. Em sua leitura da política Schmitt se contrapõe, tendo em vista o contratualismo anglo-saxão, tanto ao romantismo, ao liberalismo individualista e ao normativismo positivista da passagem do século XIX para o século XX que para o autor dificultavam a compreensão dos fundamentos da autoridade e da vida pública, em especial o entendimento efetivo da política e da natureza do poder estatal. Para uma boa introdução as ideias de Schmitt vide: VILLACAÑAS, 2008; MORAIS e COUTINHO, 2014.

ordenamento social não pressupõe o pacto e o ordenamento social não resulta nos Estados territoriais. Na linha de raciocínio dos autores citados, as primeiras se reduzem histórica e espacialmente ao contexto europeu, especificamente a Europa ocidental, e as segundas ao espaço não europeu. O direito público europeu é produto das sociedades contratuais, o que significa que ele regula as relações interestatais daqueles Estados tidos como decisões de coletividades que assim os constituíram *livremente* como poderes soberanos. Schmitt (2014) afirma que o direito público europeu, antes restrito às relações interestatais, se expande para além de seus limites espaciais, isto é, para as sociedades não contratuais, e assim passa a se constituir em um novo *nomos* da Terra. O equacionamento dessa questão implica entender o que são as sociedades não contratuais, o que nos remete, por sua vez, ao entendimento da concretude ou não do estado de natureza.

3. Estado de natureza, anarquia, contrato e a clivagem espacial do mundo

Referindo-se ao estado deplorável em que vivem os homens no estado de natureza, Hobbes (1983) discorre sobre os perigos de se viver sob a ameaça constante da guerra. Todos os confortos para o bem-estar humano não podem florescer nessa situação, pois "[...] não há conhecimento da face da Terra, nem cômputo do tempo, nem artes, nem letras; não há sociedade; e o que é pior do que tudo, um constante temor e perigo de morte violenta". Assim, a vida "[...] é solitária, pobre, sórdida, embrutecida e curta" (HOBBES, 1983, p. 76). Continua o raciocínio argumentando sobre a vida sem proteção para, depois, concluir.

> Poderá porventura pensar-se que nunca existiu um tal tempo, nem uma condição de guerra como esta, e acredito que jamais tenha sido geralmente assim, no mundo inteiro; mas há muitos lugares onde atualmente se vive assim. Porque os povos selvagens de muitos lugares da América, com exceção do governo de pequenas famílias, cuja concórdia depende da concupiscência natural, não possuem qualquer espécie de governo, e vivem em nossos dias daquela maneira embrutecida que acima referi. Seja como for, é fácil conceber qual seria o gênero de vida quando não havia poder comum a recear, através do gênero de vida em que os homens que anteriormente viveram sob um governo pacífico costumam deixar-se cair, numa guerra civil (HOBBES, 1983, p. 76).

Ainda que o estado de natureza possa ser concebido como metáfora ao referir-se às sociedades europeias, aqui, no que se refere ao *Novo Mundo*, ele é pensado como uma situação de fato. Os *povos selvagens* da América vivem sem governo, a não ser aquele de natureza familiar, e vivem da *forma embrutecida* da maneira que Hobbes descreve o estado de natureza. Viver sem um governo, na acepção hobbesiana, é viver sem uma autoridade central constituída pelo contrato, o que significa, então, que os *povos selvagens* da América estão em situação de anarquia, portanto constituem sociedades não contratuais. Identificam-se, assim, as sociedades não contratuais como sociedades anárquicas vivendo em seu *estado natural*. Se o direito das gentes se aplica às sociedades contratuais e delas ele se projeta para o restante do mundo conhecido, qual é o *status* das sociedades não contratuais em sua expansão?

Esse problema já se colocara desde o início das *Navegações* e suas *descobertas*. A expansão e a colonização lusitana são entendidas, desde o início, como conquista e missão catequético-civilizadora. Como *conquista*, ela é empreendida como ato de força em que a submissão do vencido e a apropriação de seus despojos são tributos ao guerreiro em campo de batalha. Como *catequese-civilizacional*, é apropriação do vencido a partir da reelaboração do seu universo simbólico: alguns valores são excluídos e outros incluídos, numa lógica de aculturação que pode implicar, ou não, no uso da força. Mas o fundamental na catequese é a persuasão via recursos da oratória / retórica. Digamos que a *conquista* é ato da espada; a *catequese-civilizadora* é, acima de tudo, função da palavra (SANTOS FILHO, 1983).

Ao mesmo tempo, se constrói um vasto campo de conhecimento sintetizado naquilo que podemos denominar *Antropologia/Geografia colonial* (BARRETO, 1987). Constituído de diversos relatos sobre as diferentes sociedades descobertas, esse campo está eivado de juízos valorativos que, frente à pluralidade cultural do mundo, são discutidos e rediscutidos. Porém, os dados dos viajantes ultrapassam a simples informação, funcionando como elementos de interpretação/reinterpretação de "[...] alguns dos conceitos-chave da racionalidade antropológica (natureza humana, civilização, diferença), vencendo ou sendo vencidos pelos numerosos obstáculos etnocêntricos que educam o olhar e o pensar do homem do século XVI" (BARRETO,

1987, p.35). Nesse contexto, ao pousar nesta nova realidade, o olhar colonizador espanta-se diante do outro e daquilo que lhe oferece na sua diversidade. Diversidade essa que o obriga a repensar suas ideias, a tentar vencer o diferente pela destruição da cultura que contempla ao mesmo tempo em que incorpora muitos de seus elementos simbólicos (SANTOS FILHO, 1993).

No âmbito do conhecimento acumulado pela *Antropologia/Geografia Colonial* irão se expressar duas forças, a Coroa e a Igreja Romana, no intuito de se produzir um novo sentido para terras recém-descobertas e seus habitantes. Enquanto a Coroa entende os *descobrimentos* como atos de conquista, a Igreja Romana a entende como um projeto de evangelização de novos fiéis para o Catolicismo. Antagônicos, mas ao mesmo tempo complementares, os dois projetos da conquista colonial vão render longas polêmicas, como aquelas de Bartoloméo de las Casas com a Coroa espanhola ou os conflitos dos jesuítas no Brasil acerca da escravização de indígenas, ou ainda os esforços de Vitória para interpretar o Novo Mundo a partir da Escolástica renovada etc. Mas o importante a assinalar é que desse processo emerge a primeira classificação dos povos *selvagens* das Américas frente aos seus *descobridores* europeus: os segundos são cristãos, os primeiros *selvagens pagãos*. Independentemente dos projetos da Coroa e da Igreja Romana o problema era *catequizá-los* para sua integração à *civilização* da cristandade, seja como bons súditos do rei ou como fiéis católicos obedientes ao papa.

Os conflitos entre os reinos de Portugal e Espanha pelo domínio das novas terras *descobertas* resultaram em um apelo à mediação do papa Alexandre VI em 1493. O papa estabeleceu uma linha demarcatória, uma *raya*, que se estendia longitudinalmente 100 léguas (cerca de 885 quilômetros) a oeste de Cabo Verde: os portugueses deveriam manter suas expedições a leste dessa linha e os espanhóis a oeste, e as terras *descobertas* no âmbito desse marco constituiriam domínio dos respectivos reinos. O acordo, no entanto, não foi bem visto por Portugal e os demais Estados marítimos europeus – França, Inglaterra e Países Baixos – não aceitaram a mediação papal, como também recusavam qualquer interferência pontifícia em assuntos relativos à conquista do *Novo Mundo*. A situação resultou em um novo acordo entre espanhóis e portugueses (1494), o Tratado de Tordesilhas, que deslocou a linha demarcatória para 370 léguas (cerca de 1.900 quilômetros) a oeste

de Cabo Verde, garantindo-se a posse das terras a leste aos portugueses e a oeste aos espanhóis.

> À raya é peculiar o fato de que os dois príncipes reconhecem a mesma autoridade espiritual, inclusive do ponto de vista do direito das gentes, e firmam um acordo sobre a aquisição de terras de príncipes e povos com outros credos. Mesmo que um ato contratual conduza ao estabelecimento da raya, no fundo há sempre a autoridade arbitral compartilhada que, na condição de instância do direito das gentes, distingue o solo dos príncipes e povos não cristãos e o solo cristão. À época, o papa não repartia a propriedade de terras, mas somente territórios para atividades missionárias. Isso também era a manifestação de uma ordem espacial que distinguia regiões sob o domínio dos príncipes e povos cristãos e regiões de príncipes não cristãos. Na prática, não era possível separar a região missionária e aquela usada na navegação e no comércio. A raya pressupõe, portanto, que os príncipes e povos cristãos tenham o direito de receber do papa um mandato de missão que lhes permitia exercer a atividade missionária em regiões não cristãs, ocupando-as no decurso da missão (SCHMITT, 2014, p. 92, 93).

Ainda que o Tratado de Tordesilhas expresse um novo ordenamento do mundo e autorize aos reinos espanhol e português a tomada de terra a oeste e a leste da linha demarcatória estabelecida a partir de Cabo Verde, ela não opera nos termos da *estatalidade*, mas, sim, referenciando-se na espacialidade medieval. O apelo à mediação papal em um assunto adstrito aos interesses de dois soberanos, nega a soberania vatteliana[4] e reafirma o primado papal na solução de controvérsias temporais entre as casas senhoriais europeias. Além disso, subjaz ao acordo o compromisso de que as terras e povos a *descobrir* seriam objeto da evangelização católica, entendendo a *conquista* do Novo Mundo como projeto compartilhado entre as duas espadas, a temporal e a espiritual. Acrescente-se a isso o não reconhecimento do acordo pelas *potências* marítimas europeias, o que indicava que os soberanos não entendiam mais o pontífice romano com jurisdição sobre os

[4] Entendemos a soberania vatteliana nos termos de uma das quatro modalidades preconizadas por Krasner (2001). Segundo Vattel (2004), em que o autor se baseia, “toda Nação que se governa por si mesma, sob qualquer forma que seja, sem dependência de nenhum estrangeiro, é um Estado soberano. Os seus direitos são naturalmente os mesmos dos demais Estados. Tais são as pessoas jurídicas que vivem em conjunto em uma sociedade natural submetida às normas do direito das gentes. Para que uma Nação tenha o direito de participar imediatamente nessa grande sociedade, é suficiente que ela seja verdadeiramente soberana e independente, ou seja, que se governe por si mesma, pela sua própria autoridade e por suas leis” (p. 102).

assuntos de Estado, negando-lhe, dessa forma, autoridade sobre questões que consideravam atinentes à sua esfera de competência soberana.

Ao equiparar a vida dos *selvagens* da América à condição de estado de natureza, Hobbes (1983) desloca o entendimento antes lhes atribuído pela *Antropologia / Geografia colonial*. O problema não mais consistia em considerá-los como humanos e dotados de alma ou não, passíveis de cristianizar ou não, mas uma questão de outra natureza. Os *selvagens* eram humanos como todos nós, mas o que os diferia dos povos ao norte do equador, não era o fato de serem cristãos ou pagãos, mas não possuírem qualquer espécie de governo. A clivagem entre Norte e Sul não mais diz respeito a fiéis e infiéis, mas se faz entre sociedades contratuais e não contratuais, entre aqueles civilizados e não civilizados. Estamos, pois, diante de uma nova espacialidade capaz de oferecer um novo ordenamento e localização do ponto de vista global. Isso deixa algo em aberto: como, então, devem se comportar os povos do Norte em relação aos povos do Sul?

Locke (1983) ao demonstrar a importância da propriedade e do comércio para o bem-estar humano afirma que onde não houver nada *durável* e *raro* os homens não seriam motivados a aumentar suas posses, ainda que tivessem terras disponíveis e liberdade para ocupá-las.

> Eu pergunto quem atribuiria um valor a dez mil ou a cem mil acres de uma terra excelente, fácil de cultivar e, além disso, bem provida de gado, mas situada no coração da América, se lá não existe nenhuma possibilidade de comerciar com outras partes do mundo e extrair dinheiro da venda dos produtos? [...] assim, no início, toda a terra era uma América, e mais ainda que hoje, pois em parte alguma se conhecia o dinheiro (LOCKE, 1983, p. 53).

Comercializar produtos e adquirir posses ocupando a terra é, assim, uma condição civilizacional, e na medida em que os povos da América estavam isolados e não mantinham intercâmbio com outras partes do mundo, sua condição equiparava-se àquela do estado de natureza, ou seja, àquela situação em que todos os povos se encontravam antes de estabelecerem o pacto social. Posteriormente, discorrendo sobre a sociedade política e civil Locke (1983) faz uma série de considerações acerca de diferentes tipos de *governos*. Ao referir-se às relações entre senhor e servo afirma o seguinte.

> [...] há uma outra categoria de servidores, a que damos o nome particular de escravos, que, sendo cativos aprisionados em uma guerra justa, estão pelo direito de natureza sujeitos à dominação absoluta e ao poder absoluto de seus senhores. Como eu disse, estes homens tiveram suas vidas capturadas, e com elas suas liberdades, perderam seus bens – e estão, no estado de escravidão, privados de qualquer propriedade – e não podem nesse estado não poder ser considerados parte da sociedade civil, cujo principal fim é a preservação da propriedade (p. 66).

Na perspectiva lockeana, existem dois tipos de servidores: aqueles que vendem um tempo de serviço em troca de salário; aqueles que são escravos. Os primeiros não são propriedade do seu senhor, já que estão sob seu domínio temporário. Já os segundos, sua condição derivam do fato de terem sido vencidos em uma *guerra justa*. Nessa situação, eles foram privados de qualquer direito de propriedade, portanto excluídos da sociedade civil, logo privados de seus direitos e por implicação sob o poder absoluto de seus senhores. Nesse sentido, não possuem vida civilizada, o que significa, também, exclusão da vida política. Desse raciocínio decorrem duas consequências: a primeira delas relacionada à ideia de *guerra justa* e a segunda à perda do direito de propriedade.

Na medida em que a soberania vatteliana se consolida nos termos do direito público europeu ela desloca a discussão da justiça da guerra para a sua legitimidade.

> [...] pode acontecer que os contendores estejam de boa fé e, num caso duvidoso, é ainda incerto de qual lado está o direito. Desde que, pois, as Nações são iguais e independentes [...] e não podem erigir-se juízes umas das outras, segue-se que em todos os casos susceptíveis de dúvida, as armas das duas partes beligerantes devem ser consideradas como igualmente legítimas, pelo menos quanto aos efeitos exteriores, e até que a causa seja decidida. Isto não impede que outras Nações julguem a questão por si mesmas com o intuito de decidir qual atitude a tomar e de assistir aquela que lhes parece estar com a razão. Esta conseqüência da independência das Nações não impede que o autor de uma guerra injusta seja efetivamente culpado. Mas se ele agiu em conseqüência de ignorância ou de equívoco incontornável, a injustiça de suas armas não pode ser-lhe imputada (VATTEL, 2004, p. 428).

A igualdade e a independência mutuamente reconhecidas pelos Estados os autorizam a fazer a guerra independentemente de suas causas estarem ou não em

acordo com o direito. Ainda que outras unidades políticas possam questionar o ato de guerra, elas não julgam o ato em si, mas apenas no intuito de se posicionar em relação a uma das partes. Pode-se até atribuir a culpa a uns dos envolvidos no caso de guerras tidas como injustas, mas se esse agiu por ignorância ou por equívoco não se pode considerar sua ação como injusta.

> A guerra seria justa se fosse a sanção de um ato ilícito; se visasse a uma satisfação ou reparação; se constituísse defesa contra agressão. Contudo, justa ou não, seria legal para todos os beligerantes, porque entre Estados soberanos não há tribunal que determine o direito, nem força irresistível que o imponha (ARON, 2002, p. 865, ênfase no original).

Em outras palavras, não se trata mais da justiça ou da injustiça de uma guerra, assim como entendiam os teólogos medievais, mas de sua legalidade nos termos de seu reconhecimento como prerrogativa exclusiva pelos Estados. Unidades políticas soberanas que controlam um determinado território e exercem domínio sobre uma dada coletividade, são iguais e independentes, portanto, somente elas julgam os atos por elas praticados, ainda que esses atos contrariem o direito, o que implica no não reconhecimento de qualquer outra instância superior à vontade do Estado. Para o direito das gentes interestatal europeu, "[...] é justa qualquer guerra interestatal, feita em solo europeu, segundo as regras do direito europeu da guerra, por exércitos organizados dos Estados reconhecidos pelo direito das gentes europeu" (SCHMITT, 2014, p. 153). Fora do âmbito europeu, como no caso do Novo Mundo, por exemplo, pirataria, roubo, escravidão, submissão pela força e morticínio eram permitidos e aceitos pelos Estados territoriais, o que significa que aquilo que se entende como gênese do sistema ou da sociedade internacional moderno foi pensado em função dos interesses europeus, e não dos povos dele excluídos.

4. Estado de natureza, anarquia e a construção de uma nova espacialidade

No caso do Tratado de Tordesilhas, a conquista do Novo Mundo é uma atividade missionária concedida pelo papa aos príncipes no intuito de propagar a fé cristã. Logo, "[...] os espanhóis conduzem uma guerra justa e, portanto, podem

anexar as terras dos índios se eles se opuserem ao livre comércio (que não é apenas comércio) e à livre missão dos cristãos" (SCHMITT, 2014, p. 93). No âmbito da soberania vatteliana, a guerra, independentemente de ser conduzida nos termos do direito, o que se deve levar em consideração é a sua legitimidade ou ilegitimidade, ou seja, que se desenrole de acordo com aquilo que os próprios Estados reconhecem como correto proceder. Um dos aspectos desse reconhecimento é justamente a sua não criminalização, o entendimento de que a morte ou dano causado pela guerra é tido como legítimo pelos Estados que a levam a cabo, já que assentada nas prerrogativas exclusivas do poder soberano regulado pelo direito público europeu (SCHMITT, 2014). Assim, se já existe entre os próprios Estados europeus a compreensão da legitimidade da guerra como atributo do poder soberano, quaisquer guerras por eles travadas são, por definição, justas. Isso significa que o ato de conquista dos *selvagens* abaixo do Equador, são, por definição, guerras justas.

Em termos hobbesianos, os *selvagens* vivem em estado de natureza porque não possuem governo e, na acepção lockeana, aqueles vencidos em uma *guerra justa* se tornam objetos absolutos de seus senhores, podendo, inclusive, ser escravizados. Isso significa que nas duas situações o ordenamento social possível é aquele produto da força. Na medida em que os povos ao sul do equador foram conquistados pelos europeus as regras do contrato a eles não se aplicam ficando, dessa maneira, sujeitos ao arbítrio de seus vencedores. Estamos, portanto, diante das duas situações em que a tomada de terra, no entendimento de Schmitt (2014), gera um novo *nomos* da terra. Por um lado, temos as sociedades contratuais europeias regulando a tomada de terra em dois planos: do ponto de vista doméstico, a propriedade da terra legalmente garantida pelo contrato; do ponto de vista externo, a prerrogativa de apropriação de novas terras reconhecida pelos poderes soberanos por meio do direito público europeu. Por outro, temos os povos em estado de natureza ao sul do equador que, desprovidos de governo e/ou vencidos em *guerra justa*, se tornam objeto do arbítrio de seus conquistadores, que sobre eles podem exercer a força indiscriminada – o oposto do que poderiam, em princípio, fazer no âmbito europeu sujeito ao direito das gentes.

Em 1562, Diego Gutiérrez, cartógrafo espanhol da Casa de la Contratación, publica um mapa intitulado *América, ou uma nova quarta parte do mundo com uma*

exata descrição[5]. Mas, ao contrário do planisfério atribuído a Cantino, agora ele não se encontra partido longitudinalmente como previsto pela mediação pontifícia.

> Uma das omissões dignas de nota no mapa da América de Gutiérrez é a ausência da famosa linha de demarcação. Esta linha vertical hipotética no Oceano Atlântico serviu como demarcador da divisão entre possessões espanholas e portuguesas na América. Ao oeste da linha estavam as áreas de influência da Espanha. No mapa de Gutiérrez, a linha mais proeminente de demarcação não é uma linha vertical, mas, sim, uma linha paralela ou horizontal, representando o Trópico de Câncer a 23° 30' N. Seria de se esperar o paralelo do Cabo Bojador a 26° N, que passa ao sul das Canárias, e foi usado pelo Papa Martinho V no século XV para conceder privilégios exclusivos para os portugueses ao sul da costa africana, e pelo papa Nicolau V em Romanus Pontifex (1455) e em todas as bulas subsequentes relacionadas às esferas de influência. Mas a linha de latitude mencionada no Tratado de Cateau Cambrésis, de 1559, e destacada no mapa de Gutiérrez, era a do Trópico de Câncer (HÉBERT, s.d., p. 6, 7)[6].

A Paz de Cateau-Cambrésis colocou fim a cerca de trinta anos de conflitos territoriais na Europa e compreende, de fato, dois tratados: o primeiro deles, assinado em 2 de abril de 1559, pôs fim ao conflito pelo controle de Calais, tomada aos franceses pelos ingleses em 1558, devolvida ao domínio dos primeiros após a indenização de 500.000 escudos pagos aos segundos; o segundo, assinado em 3 de abril de 1559, pôs fim às chamadas Guerra de Itália envolvendo, por um lado, a França e, por outro, a Espanha e o Sacro Império. O segundo tratado, além de implicar na renúncia da França sobre a Itália, assinala uma nova divisão territorial entre as partes que, ao contrário do ocorrido na disputa entre Portugal e Espanha pelo Novo Mundo, não exigiu a mediação do papado. E mais, aparentemente,

[5] Medindo 93 x 86 centímetros, o mapa registra a costa leste da América do Norte, a totalidade da América Central e a do Sul, e partes costeiras da Europa e da África. Nele, também, estão representados a Baixa Califórnia, o Rio Amazonas e outros rios da América do Sul, bem como o Lago Titicaca, a Cidade do México etc.

[6] Original: “One of the noteworthy omissions in the Gutiérrez map of America is the absence of the famous line of demarcation. This hypothetical vertical line in the Atlantic Ocean served as the division between Spanish and Portuguese possessions in America. West of the line were Spain's areas of influence. In the Gutiérrez map the most prominent line of demarcation is not a vertical line but rather a parallel or horizontal line, representing the Tropic of Cancer at 23° 30' N. One would have expected instead the parallel of Cape Bojador at 26 ° N, which passes south of the Canaries, and was used by Pope Martin V in the fifteenth century to grant exclusive privileges to the Portuguese southwards down the African coast, and by Pope Nicholas V in Romanus Pontifex (1455) and in all subsequent bulls on the subject of spheres of influence. But the latitudinal line mentioned in the 1559 Treaty of Cateau Cambrésis and prominently shown on the Gutiérrez map was that of the Tropic of Cancer”.

acertos verbais entre os negociadores franceses e espanhóis em Cateau Cambrésis "[...]concluíram que os parâmetros geográficos do tratado não se estenderiam a áreas não europeias, por exemplo, na América, onde os franceses reivindicavam o direito ao comércio, o que a Espanha lhes negava" (HÉBERT, s.d., p. 6)[7]. E essa delimitação aliava interesses estatais a razões de natureza prática.

> Desde o início da história diplomática das Américas, diplomatas, bem como juristas e teólogos espanhóis distintos, concluíram que o papa em Roma não tinha o direito de conceder o que não lhe pertencia. A única reivindicação válida que a Espanha poderia fazer para qualquer parte da América era para as áreas que efetivamente ocupava. Em suas relações com a Espanha no século XVI e no século XVII, outras potências europeias, com exceção de Portugal, reconheciam apenas uma linha, e essa era o Trópico de Câncer. E a Espanha escolheu usar essa linha sem levar em conta as doações papais, por razões práticas. Navegadores poderiam facilmente determinar a localização do Trópico de Câncer. O que o tornou particularmente útil foi o fato de sua linha atravessar o Estreito da Flórida com um canal mais seguro em seu lado cubano ou ao sul. Assim, nenhum navio poderia entrar nas águas das Índias Ocidentais ou do Caribe, nem mesmo no Golfo do México, sem atravessar o Trópico de Câncer. A Espanha estava vitalmente interessada em preservar o monopólio de seu comércio americano e a segurança de suas frotas de prata e ouro. Até 1559, a única ameaça séria ao seu monopólio era a França, e tão logo os invasores e corsários franceses começaram a ser uma ameaça às suas pretensões, tomaram-se medidas para persegui-los e eliminá-los em qualquer lugar abaixo do Trópico de Câncer (HÉBERT, s.d., p. 7, 8)[8].

Assim, a demarcação latitudinal do mapa de Gutiérrez transforma uma antiga paralela, o Trópico de Câncer (latitude 23,4372° Norte), em um sistema de

[7] Original: "[...] concluded that the geographical parameters of the treaty were not to extend to non-European areas, for example, in America, where the French claimed the right to trade, which Spain denied."

[8] Original: "From the outset of the diplomatic history of the Americas, it was concluded by diplomats, as well as distinguished Spanish jurists and theologians, that the Pope in Rome had no right to give away what did not belong to him, and that the only valid claim that Spain could assert to any part of America was to those areas it effectively occupied. In their sixteenth- and seventeenth-century relations with Spain, other European powers, with the exception of Portugal, recognized only one line, and that was the Tropic of Cancer. And Spain had chosen to use that line without regard for papal donations, for practical reasons. Navigators could easily ascertain the location of the Tropic of Cancer. What made it particularly useful was that Cancer ran through the Straits of Florida with the safest channel well on its Cuban, or southern, side. So no ship could enter West Indian or Caribbean waters, not even the Gulf of Mexico, without crossing the Tropic of Cancer. Spain was vitally interested in preserving the monopoly of its American trade and the safety of its silver and gold fleets. Until 1559 the only serious threat to its monopoly was France, and no sooner did French interlopers and corsairs begin to be a nuisance than measures began to be taken to pursue and eliminate them anywhere below the Tropic of Cancer."

localização político-espacial. Ela expressa, agora, um acordo diplomático firmado entre poderes soberanos que assinala não espaços de conquista missionária entre dois reinos, mas uma nova ordenação secular da superfície terrestre, as *amity lines* (linhas de amizade). Ao Norte do Trópico de Câncer os príncipes obedeceriam às regras de convivência mútua do direito público europeu reconhecidas por todos eles; ao Sul do Trópico de Câncer os acordos aceitos no âmbito europeu não teriam validade em suas disputas por conquista e tomada de terra.

> Nessa linha terminava a Europa e começava o Novo Mundo. Nela terminava o direito europeu, pelo menos o "direito público europeu". Em consequência, também terminava a circunscrição da guerra efetivada pelo direito das gentes, e a luta pela tomada de terra tornava-se desenfreada. Do outro lado da linha começa uma zona ultramarina na qual, na ausência de um limite jurídico para a guerra, só vale o direito dos mais fortes. A peculiaridade dessas "linhas de amizade" reside no fato de que, ao contrário da raya, elas demarcam um espaço de luta entre as partes de um tratado que aspiram à tomada de terra, mas carecem de pressupostos compartilhados e de uma autoridade comum, embora ainda vivam da recordação da unidade cristã da Europa. As partes dessa relação só concordam no que diz respeito à liberdade nos novos espaços que começam do outro lado da linha. A liberdade consiste no fato de que a linha demarca uma área para o uso livre e irrefreável da violência. Admite-se como natural a presunção de que somente os príncipes europeus cristãos podem participar da tomada de terra e ser admitidos como partes nesses tratados. Mas o ponto de convergência entre príncipes e nações cristãs não contém uma instância arbitral comum, legitimante em termos concretos, tampouco outro princípio de repartição que não seja o direito do mais forte e, finalmente, a ocupação efetiva. Daí tinha de surgir a noção geral, segundo a qual tudo o que ocorre "além da linha" permanece completamente fora das apreciações jurídicas, morais e políticas que eram aceitas aquém da linha. Isso significa que um imenso desafogo da problemática intraeuropeia, e nele reside o sentido famoso e famigerado de beyond the line [além da linha] (SCHMITT, 2014, p. 95, 96).

O que a perspectiva contratualista faz mais tarde é oferecer um novo sentido para as linhas de amizade racionalizando-as a partir do estado de natureza. Aquilo que começa como um arranjo diplomático-estratégico de atores soberanos para a tomada de terra pela força no Novo Mundo adquire um novo significado como sociedades regidas e não regidas pelo contrato social.

> É evidente que Hobbes não estava impressionado somente pelas guerras civis religiosas na Europa, mas também pelo impacto de um novo mundo. Ele se refere ao "estado de natureza", mas não o faz no sentido de uma utopia destituída de espaço. O estado de natureza de Hobbes é uma terra de ninguém, mas não é, nem de longe, um lugar nenhum. É localizável, e Hobbes o localiza, entre outros lugares, no Novo Mundo. No Leviatã, os "americanos" são expressamente mencionados como exemplo do caráter de lobo dos homens em estado de natureza, e em Behemoth ele se refere às atrocidades cometidas pelos católicos espanhóis no Império Inca. Em outras passagens, entretanto, sobretudo no estágio posterior de seu pensamento, a elaboração conceitual abandona a experiência concreta de tempo e espaço. O estado de natureza passa a ser tratado menos como fato histórico concreto do que como construção concebida de um ponto de vista hipotético, mas isso não anula a conexão histórica, importante para nós, com a existência das linhas de amizade (SCHMITT, 2014, p. 98, ênfase no original).

Assim, as linhas de amizade transformam a *terra incógnita* ptolomaica em espaço livre para o exercício da força e da violência e os contratualistas transformam as linhas de amizade em margens de duas espacialidades distintas: uma situada ao norte do Trópico de Câncer civilizada e regida pelo contrato, outra ao sul do Trópico de Câncer *selvagem* e sem lei, porque sem contrato, portanto sujeita a um ordenamento a ser imposto pela força. O Trópico de Câncer, dessa maneira, é mais do que uma simples paralela traçada em um espaço isotrópico, mas expressa uma estruturação simbólica do mundo que tem na Europa o seu centro civilizado separando-a do *outro selvagem* relegado ao *estado de natureza*. Combinadas, as linhas de amizade e as teses contratualistas constituem um novo *nomos* de ordenamento do espaço global e de localização dos habitantes da ecúmena, ao mesmo tempo em que permite a consolidação dos Estados territoriais europeus.

> Na perspectiva do direito das gentes, o sentido das linhas de amizade dos séculos XVI e XVII residia no fato de que grandes espaços de liberdade haviam sido delimitados como zonas de combate para a luta pela repartição do Novo Mundo. Como justificativa prática, pôde-se alegar que a delimitação de uma livre zona de combate representou um desafogo deste lado da linha, o do âmbito do direito público europeu – um espaço de paz e de ordem –, o qual não foi tão diretamente ameaçado pelos acontecimentos do outro lado da linha, como seria se tal delimitação não houvesse existido. A delimitação de uma zona de combate fora da Europa servia à circunscrição da guerra europeia – eis

> o seu sentido e a sua justificativa nos termos do direito das gentes europeu (SCHMITT, 2014, p. 99, 100).

As linhas de amizade permitem que os conflitos territoriais na Europa arrefeçam, pois deslocam a tomada de terra para o teatro do Novo Mundo. Isso significa, por um lado, os Estados europeus criarem instrumentos que regulamentam o uso da força e a realização da guerra. Na medida em que a guerra, ao contrário das *faidas* medievais (guerras privadas travadas entre os senhores feudais), se torna, cada vez mais, prerrogativa de governantes investidos de prerrogativas soberanas, o recurso à força e à violência é cada vez mais privativo do soberano na solução de controvérsias com outros soberanos. Nessa perspectiva, a guerra ainda é continuação da política por outros meios, mas apenas no âmbito dos Estados territoriais europeus que se reconhecem como iguais. Onde não existem mais iguais, como no caso da região ao sul do Trópico de Câncer, não existem mais regras a serem respeitadas para o uso da força e a guerra é simplesmente o exercício da violência entre os príncipes europeus e/ou contra *selvagens* no processo de tomada de terra, portanto de conquista de territórios.

A última tomada de terra europeia ocorreu na Conferência de Berlim (novembro de 1884 a fevereiro de 1885) quando 14 potências europeias acordaram a ocupação colonial da África. A partir de então não havia mais *terras livres* a serem tomadas. No século XX, o processo de descolonização estendeu a estatalidade para além do mundo europeu, o que alterou drasticamente a espacialidade pensada como sociedades contratuais ao norte do Trópico de Câncer e não contratuais ao sul do Trópico de Câncer. E mais, as justificativas para tomada de terra perdiam sentido e com ela a ideia de que o recurso à força se justificativa nos termos da soberania vatteliana e das pretensões territoriais dos Estados europeus. O resultado foi a constituição de um sistema de estados em que todos eles são tidos como juridicamente soberanos, portanto, iguais, mas dependentes de seus recursos de força para fazerem valer suas prerrogativas de soberania. Instaura-se, assim, uma competição pelos recursos de força em nível sistêmico, estendendo a espacialidade da anarquia do estado de natureza a toda ambiência internacional.

5. O campo de forças e a obliteração da política

A constituição das Relações Internacionais como um campo de conhecimento acadêmico, após a Primeira Grande Guerra, consolidou a noção do *internacional* como similar ao estado de natureza em que predomina a anarquia. Desde então, na maioria das interpretações, ele é pensado como um campo de forças a partir do qual os Estados estruturam suas interações tanto de natureza conflitiva como cooperativa. Anarquia e estado de natureza transformam-se então em pressupostos analíticos por meio dos quais a ideia de campo de forças (DURAND, LÉVY e RETAILLÉ, 1993) emerge em diferentes conotações explicativas dos fenômenos internacionais.

Para as Ciências Físicas um campo é "uma região que rodeia um corpo carregado eletricamente, um corpo magnetizado ou uma massa suscetível a um efeito qualquer" (HARTMANN-PETERSEN e PIGFORD, 1991, p. 52). Assim, a região vizinha a um objeto carregado eletricamente constitui um *campo elétrico* ou uma região em torno de um corpo em que outro corpo é atraído como consequência de suas respectivas massas constitui um *campo gravitacional*, por exemplo. O raciocínio básico é o de que um campo se constitui sempre quando uma força – seja a eletricidade, o magnetismo ou a gravidade – age sobre sua vizinhança, atraindo-a para a sua zona de influência. A força gravitacional do sol, por exemplo, mantém os planetas em órbita elíptica ao seu redor, ao mesmo tempo em que é contrabalançada pelas forças gravitacionais advindas das respectivas massas dos planetas. Isso pressupõe que qualquer mudança na força gravitacional de um ou mais desses corpos celestes pode alterar todo sistema solar colocando em risco, inclusive, sua própria existência.

Por analogia, e não por equivalência, do ponto de vista dos fenômenos internacionais podemos considerar como um campo aquela região do espaço terrestre suscetível de sofrer influência de uma determinada força. Mas, contrariamente às Ciências Físicas, o significado de forças adquire denotação totalmente distinta. Aqui, a força compreende a capacidade de um determinado agente em resistir ao outro e conseguir empregá-la de forma capaz de vencer a resistência daquele que se lhe opõe.

> Podemos chamar de força potencial o conjunto dos recursos materiais, humanos e morais de que cada unidade dispõe teoricamente; e de

> força real a parte desses recursos efetivamente utilizada para a condução da política externa, durante a guerra ou em tempos de paz. Na guerra, a força real se aproxima da força militar (sem que os dois conceitos possam ser confundidos inteiramente, porque o curso das operações é determinado em parte por modalidades não-militares de luta). Em tempos de paz, a força real distingue-se da força militar, porque as divisões do exército, as frotas navais e os esquadrões aéreos em existência, mas que por qualquer motivo não são empregados, constituem um dos instrumentos a serviço da política externa (ARON, 2002, p. 101, ênfase no original).

Forças, então, constituem o conjunto de meios potenciais e efetivos que os Estados podem mobilizar para resistir a outros agentes similares em tempos de guerra e de paz. Nesse sentido, ela difere da ideia de poder que é a capacidade que o agente possui de aplicar os meios de força em uma situação de beligerância ou de oposição aos seus interesses e objetivos. Conceber a espacialidade territorial dos Estados como um campo de forças significa, então, que cada um deles a partir de um determinado ponto no espaço, controla os recursos humanos e materiais disponíveis em uma determinada configuração espacial, ao mesmo tempo em que se contrapõe a outras configurações espaciais controladas por agentes políticos com objetivos e pretensões similares aos seus.

> [No mundo como campo de forças] a tendência para aumentar o número de grupos humanos foi reforçada, mas também bloqueada pela formação de Estados, que conseguiram, sob várias condições, capturar uma grande parte dos recursos da sociedade. O Estado aparece então como uma estrutura territorialmente rígida que incorpora agenciamentos não estatais ou se ajusta "em força" aos outros Estados [...] Essa lógica engendra configurações que estruturalmente produzem violência porque cada Estado, real ou virtual, tende a aumentar seu poder conservando ou aumentando seu território, um reservatório de recursos, pessoas e riqueza potencial, o que implica opor-se a seus vizinhos e neutralizar qualquer tentativa de uma nova demarcação que possa levar à amputação territorial (DURAND, LÉVY e RETAILLÉ, 1993, p. 23, 24)[9].

[9] Original : “La tendance à la coalescence de groupes humains de plus en plus vastes a été confortée mais aussi bloquée par la formation des Etats, qui ont réussi, dans des conditions diverses, à capter une part très importante des ressources de la société. L'Etat apparait dês lors comme une structure territorialement rigide qui, soit incorpore les ensembles non étatiques, soit s'ajuste « en force» aux autres Etats [...] Cette logique engendre des configurations qui produisent structurellement de la violence car chaque Etat, réel ou virtuel, tend à accroítre sa puissance en conservant ou em augmentant son territoire, réservoir de ressources, d'hommes et de richesses potentielles, ce qui implique de s'opposer à ses voisins et de neutraliser toute velléité de redécoupage pouvant aboutir à une amputation.”

O campo de forças assenta-se, então, em um conjunto de processos que têm na existência e na integridade territorial dos Estados o seu fundamento. Ele emerge do longo processo que pôs fim ao ordenamento medieval e tem nos acordos de Vestefália seu marco simbólico. O princípio *cujus regio, ejus religio* abriu um campo de possibilidades para uma nova espacialidade orientada pela intencionalidade do *senhor da terra* que, cada vez mais, estendeu o seu domínio político sobre o *conjunto de mundos* feudal. O resultado foi uma nova configuração espacial, em que agentes soberanos organizados em unidades político-administrativa-territoriais de uma população empreenderam um amplo conflito pelo domínio crescente de territórios e a fixação de seus limites físicos. Assimiladas, essas ideias irão constituir uma matriz interpretativa para as relações internacionais orientadas por três pressupostos.

> O primeiro pressuposto, e o mais profundamente arraigado, é que a soberania do Estado moderno requer espaços claramente delimitados territorialmente. O estado moderno difere de todos os outros tipos de organização porque afirma a soberania absoluta de seu território. A defesa da segurança em seu domínio espacial particular e a atividade política que ela traz é o objetivo principal do Estado territorial. Personificado por um tempo na pessoa do monarca - ou outro líder dentro da hierarquia de "categorias" que vão desde o mais humilde camponês até os guerreiros, padres e nobres - a soberania é atualmente atribuída ao território (AGNEW, 1998, p. 85)[10].

Dessa perspectiva emerge a visão que tradicionalmente se expressa nos mapas políticos. Trata-se de um mundo em que poderes soberanos dominam blocos de espaço e disputam entre si o controle e a posse de regiões da terra. É a visão clássica do campo de forças em que, para garantir a segurança do território, as unidades políticas soberanas devem acumular meios de força, atividade política estatal por excelência. Na linha de argumentação derivada de Hobbes (1983) a política interestatal é sempre uma *luta de todos contra todos* e aquele que dispuser

[10] Original: “El primer supuesto, y el más arraigado, es que la soberania del Estado moderno requiere espacios claramente delimitados territorialmente. El Estado moderno difiere de todos los demás tipos de organización porque afirma la soberanía absoluta de su territorio. Defender la seguridad en su dominio espacial particular y la actividad política que lleva aparejada es el principal objetivo del Estado territorial. Personificada durante un tiempo en la persona del monarca — u otro líder dentro de la jerarquía de «categorías» que van desde el campesino más humilde a los guerreros, sacerdotes y nobles— la soberanía actualmente se atribuye al territorio.”

dos melhores meios de força domina maiores blocos de espaço e, com isso, se impõe sobre os demais.

Na verdade, trata-se da extensão à superfície terrestre do que ocorrera no espaço particular europeu durante a constituição da *estatalidade* moderna, em que os príncipes disputavam território para controlar cada vez mais o conjunto de mundos, o que os colocava em conflito com outras casas senhoriais com pretensões similares. Ainda que as linhas de amizade tenham arrefecido a luta territorial no âmbito europeu e declinado na Primeira Grande Guerra, esse modelo tornou-se a base do entendimento das relações interestatais orientando, até a atualidade, grande parte das análises geopolíticas e de relações internacionais.

> Para os analistas geopolíticos, o sistema internacional é o grande elemento formador do estado em seu próprio território. Os argumentos geopolíticos afirmam comumente que as relações entre estados têm uma lógica e influência próprias e que, por conseguinte, a formação do estado segue rigorosamente o sistema de relações vigente entre eles. Num esforço característico, James Rosenau distingue quatro "padrões de adaptação nacional" à política internacional: aquiescente, intransigente, fomentador e preservador. O estado intransigente, por exemplo, "pode tentar fazer com que o seu ambiente se coadune às suas estruturas vigentes", enquanto o estado fomentador "pode procurar moldar as exigências de suas estruturas vigentes ao seu ambiente atual" (Rosenau 1970: 4). Cada um desses padrões, no entender de Rosenau, têm consequências distintas para o caráter do executivo, para a natureza do sistema partidário, para o papel do legislativo, do militar e outras coisas mais (Rosenau 1970: 6-8). Do mesmo modo, aquilo que William Thompson denomina perspectiva da "sociedade global" com relação à guerra e às relações internacionais atribui uma autonomia expressiva à política e considera que os estados individuais reagem fortemente à estrutura das relações entre todos os estados; portanto, enquadra-se claramente no quadrante geopolítico. Não surpreende, pois, que para nós os modelos geopolíticos de formação do estado, da guerra e das relações internacionais se articulem estreitamente entre si [...] (TILLY, 1996, p. 55).

Constitui-se, dessa maneira, um padrão de entendimento, tanto no que respeita a Geopolítica quanto as Relações Internacionais, em que a ideia de estatalidade enfatiza a autonomia do Estado e a configuração que assumiu na Modernidade como produto das interações independentes entre unidades políticas soberanas. Despreza-se, assim, uma série de elementos, principalmente o papel da ordem capitalista que também emergiu no mesmo período, não se combinasse aos

interesses de concentração e acumulação de poder por parte das casas senhoriais europeias contribuindo, desta maneira, para que o Estado assumisse sua forma contemporânea. Para que essa ideia se consolidasse foi preciso supor, também, a separação entre política doméstica e política internacional.

> O segundo pressuposto chave é que existe uma divisão fundamental entre questões "interiores" e "exteriores" no mundo moderno. Isto é apoiado pela concepção compartilhada pela teoria política ocidental de que os estados são semelhantes às pessoas que lutam para ganhar poder e fortuna em um mundo hostil. As realizações econômicas e políticas de um Estado são sempre alcançadas em detrimento de outros, e é por isso que a cultura cívica e o debate político só são possíveis dentro dos limites do Estado. No exterior, a razão de Estado (a busca pelos interesses de um Estado) constitui a regra suprema. Essa concepção determina os processos de competição política e econômica no nível do sistema estatal (AGNEW, 1998, p. 85, 86)[11].

O pressuposto do contrato no nível doméstico e o do estado de natureza no nível externo conduzem à concepção da política internacional contraposta à política interna. Enquanto no primeiro, a partir do contrato entre cidadãos livres ou entre súditos e governantes, a política se expressa em um plano regulado por normas legitimamente reconhecidas pela população sujeita ao domínio estatal, e garantido pelo monopólio do uso da força, no segundo essa operaria em bases totalmente diferentes. A política internacional seria objeto de Estados soberanos que não reconhecem nenhuma autoridade superior e, portanto, encontra-se sujeita aos interesses e objetivos estatais e a estabilidade sistêmica é produto da força daqueles mais poderosos ou resultado da aquiescência das demais unidades políticas. Ainda que se reconheça um corpo de normas aplicáveis a todos eles, não existe, como no caso da esfera doméstica, nenhum poder político maior capaz de impô-las, o que leva os Estados a somente contarem consigo mesmos para realizarem seus objetivos, o que gera desconfiança recíproca entre eles (MORGENTHAU, 2003; WALTZ; 2002). Subjacente a esta concepção de política

[11] Original: “El segundo supuesto clave es que existe una división fundamental entre asuntos «interiores» y «exteriores» en el mundo moderno. Esto se apoya en la concepción que comparte la teoría política occidental de que los Estados son similares a personas que se enfrentan para lograr poder y fortuna en un mundo hostil. Los logros económicos y políticos de un Estado siempre se consiguen a expensas de otros, motivo por el que la cultura cívica y el debate político sólo son posibles dentro de los límites del Estado. En el exterior, la razón de Estado (la búsqueda de los intereses de un Estado) constituye la regla suprema. Esta concepción determina los procesos de competencia política y económica a nivel del sistema de Estados.”

internacional está o pressuposto de que contrariamente ao que ocorre no contexto interno, o ambiente internacional é anárquico e, portanto, as ações dos Estados dependem mais da correlação de forças entre eles, da quantidade dos meios de força que conseguem acumular, e não de normas a serem seguidas como ocorre no plano doméstico.

> Terceiro, e por último, o Estado territorial serve como o "contentor" geográfico da sociedade moderna. A organização política e social é definida do ponto de vista deste ou daquele Estado. Portanto, escrevemos e falamos desembaraçadamente da sociedade "americana" ou "italiana", como se os limites do Estado fossem também os limites dos processos sociais ou políticos que nos interessavam, excluindo, assim, outras escalas de pensamento ou análise geográfica. Isso ocorre porque o estado é geralmente considerado o garantidor da ordem social nas sociedades modernas. O Estado substitui a ordem cultural autoperpetuada antes encontrada nas chamadas sociedades tradicionais [...] (AGNEW, 1998, p. 86)[12].

Esse terceiro pressuposto é como um corolário dos outros dois. Na medida em que o Estado se impõe territorialmente sobre blocos do espaço e a ideia de contrato social conduz ao seu reconhecimento como instituição política suprema no âmbito doméstico, a consequência imediata é pensar sua projeção externa como expressando a própria sociedade que o institui. A sociedade, assim como acontece em várias abordagens em Relações Internacionais, se subsume no Estado. Ainda que não o faça na mesma acepção organicista postulada por Ratzel (1988), mas da relação entre um ordenamento doméstico em que a violência generalizada é contida pela exclusividade do uso da força por uma autoridade central e um sistema de estados regido pelo poder do *mais forte*, a subsunção da sociedade pelo Estado anula a primeira diante do segundo. A sociedade é, assim, contida pelas fronteiras territoriais dos Estados e ela, do ponto de vista externo, não é definida em termos de suas características, mas do próprio Estado que afirma representá-la. Isso exclui das ações dos Estados em suas relações com outros Estados, qualquer interferência da

[12] Original: “Tercero, y último, el Estado territorial sirve de «contenedor» geográfico de la sociedad moderna. La organización política y social está definida desde el punto de vista de tal o cual Estado. Por ello, escribimos y hablamos desinhibidamente de sociedad «americana» o «italiana», como si los límites del Estado fueran también los límites de los procesos sociales o políticos que nos interesaran, quedando así excluidas otras escalas de pensamiento o análisis geográfico. Esto se debe a que se suele considerar que el Estado es el garante del orden social en las sociedades modernas. El Estado sustituye al orden cultural auto-perpetuado que podría encontrarse en las sociedades llamadas tradicionales [...]”

ordem doméstica mantendo a exclusividade e a independência de suas decisões reafirmando, dessa forma, as prerrogativas soberanas de declarar, dar continuidade ou suspender um conflito à revelia da vontade da população objeto de seu domínio.

> Esses três pressupostos conjuntos são os fundamentos de uma concepção de estado sem horizontes temporais, como se fosse a única fonte de poder no mundo moderno. O primeiro pressuposto data do período da história europeia em que a soberania passou da pessoa do monarca para o Estado e seus cidadãos. Na Europa, esse processo não aconteceu da noite para o dia, mas durou do século XV ao século XIX. O segundo pressuposto data dos últimos cem anos, embora o contraste dos assuntos internos com os assuntos externos tenha suas raízes nas doutrinas do mercantilismo econômico do século XVII. Juntos, eles servem para situar o Estado territorial moderno à margem da história em geral e da história de Estados específicos, em particular. Eles definem um mundo formado exclusivamente por atores territoriais similares que atingem seus objetivos controlando blocos de espaço (AGNEW, 1998, p. 86)[13].

O que o entendimento das interações internacionais como um campo de forças que emana da anarquia e do estado de natureza provoca é a obliteração das relações desiguais a partir das quais o sistema ou a sociedade internacional se constituiu. Buscar um padrão permanente para as relações internacionais que remeta à Tucídides e à Guerra do Peloponeso, como fazem algumas leituras convencionais realistas, é ignorar a sincronia e a diacronia dos fenômenos sociais e humanos, que eles variam histórica e espacialmente. Assim, pensar o Estado moderno e as suas relações é equivalente a pensar as cidades-estados e suas relações há mais de 2000 anos. O Estado, desta maneira, é uma instituição, uma espécie de divindade que existe para além do tempo e do espaço. Reifica-se, dessa maneira, o próprio Estado moderno, umas das várias formas de organização política que floresceram na Europa a partir do século IX (TILLY, 1996), já que esse é apresentado como atemporal, natural e permanente. Reificando-se o Estado na sua

[13] Original: “Estos tres supuestos unidos son los cimientos de una concepción de estatalidad sin horizontes temporales, como si fuera la única fuente de poder en el mundo moderno. El primero data del período de la historia europea en el que la soberanía pasó de la persona del monarca al Estado y sus ciudadanos. En Europa, este proceso no ocurrió de la noche a la mañana, sino que se prolongó desde el siglo XV hasta el XIX. El segundo data de los últimos cien años, aunque la contraposición de los asuntos interiores a los exteriores tiene sus raíces en las doctrinas del mercantilismo económico del siglo XVII. Juntos sirven para situar al Estado territorial moderno al margen de la historia en general y de la historia de Estados concretos, en particular. Definen un mundo formado exclusivamente por actores territoriales similares que logran sus fines mediante el control de bloques de espacio.”

forma moderna-ocidental, reifica-se, também, o próprio sistema de estados e o ordenamento desigual a que a sua expansão pela superfície terrestre também deu origem. Em outras palavras, consagra-se, do ponto de vista dos povos ao sul do Trópico de Câncer, o mesmo processo que os relegou, desde o início, à condição subordinada no sistema de estados.

6. Considerações Finais

O entendimento das relações internacionais como anárquicas constrói uma narrativa alternativa ao processo de construção do moderno sistema de estados. Pensado originalmente como um recurso heurístico para se entender a organização política que emerge com a Modernidade, o estado de natureza acaba se materializando no modo de vida das populações *descobertas* no chamado *Novo Mundo*. Termina, assim, por criar uma clivagem, por meio das linhas de amizade, entre duas ordens político-espaciais: aquela situada ao norte do Trópico de Câncer e aquela situada ao sul desse mesmo trópico. Ao Norte, sociedades assentadas hipoteticamente no contrato entre governantes e súditos (HOBBES, 1983) ou livremente entre governados para constituir a sociedade política (LOCKE, 1983); ao Sul, sociedades não contratuais vivendo anarquicamente no estado de natureza. Ao Norte, emanando do interior para o exterior relações assentadas no direito público europeu que regulam a guerra entre príncipes soberanos; ao Sul, a luta aberta entre estes príncipes soberanos pelo domínio das *terras descobertas* e apropriação de seus recursos. Vivendo em estado de natureza as populações do *Novo Mundo* sujeitas ao império da força e da expropriação pelo Norte.

Na medida em que a estatalidade se consolidou e se expandiu da Europa Ocidental para o mundo após o processo de descolonização, a percepção do *internacional* como um campo de forças anárquico e em condição de estado de natureza se estendeu ao conjunto do sistema internacional ou da sociedade internacional. Incorporada por grande parte das abordagens Geopolíticas e de Relações Internacionais, essa ideia se tornou central na consolidação desses dois campos de conhecimento no entendimento do *internacional*. Contudo, pelo que argumentamos no decorrer deste ensaio, trata-se de uma construção histórica

decorrente das interações entre unidades políticas soberanas europeias na tomada de terra do Novo Mundo, processo este que instaurou uma hierarquia político-espacial entre os povos ao Norte e ao Sul do Trópico de Câncer. A pergunta a se fazer é a seguinte: quais são as implicações da aceitação acrítica da ideia de anarquia e de estado de natureza para o nosso entendimento das relações internacionais – já que somos povos situados ao Sul do Trópico de Câncer. Devemos, simplesmente, descartar essas duas categorias analíticas na interpretação das relações internacionais?

Para responder a essa pergunta temos que pensar primeiramente qual é o lugar a partir do qual podemos pensar nossa condição no mundo e, por implicação, no sistema internacional ou na sociedade internacional. O ponto de partida, para a construção do *internacional* em sua acepção hodierna, é a ideia de que os chamados descobrimentos das Grandes Navegações descortinaram a superfície da terra e tornaram o mundo mais conectado como nunca havia sido até então. Mas essa é uma narrativa construída a partir da visão europeia do mundo.

A expansão ultramarina dos europeus expressa sua chegada tardia a rotas traçadas anteriormente pelos povos antigos. Rotas como aquelas trilhadas por Vasco da Gama e seus sucessores nada mais eram do que variantes das antigas relações entre o Oriente e o Ocidente estabelecidas por antigas civilizações (BOUCHERON, 2015). Visto na perspectiva dos povos *descobertos*, eram os europeus, sim, que estavam descobrindo um mundo que há muito, em diferentes épocas, já se encontrava descortinado. Em outras palavras, o mundo, ainda que em ritmo totalmente diferente do contemporâneo, já era de certa forma *mundializado* e interdependente, seja porque as civilizações expandiram-se via conquista e absorveram o conjunto de mundos, seja porque o fluxo migratório e de produtos ao circularem por rotas transcontinentais vinculou pontos dispersos da superfície terrestre.

O nosso desafio consiste, dessa maneira, não olhar o mundo a partir das caravelas espanholas e portuguesas que por aqui aportaram, mas de entendê-lo do ponto de vista daqueles que aqui estavam quando os europeus aqui chegaram. Foram os europeus que diante do desconhecimento que possuíam do mundo o categorizaram e o classificaram de acordo com o lugar que consideravam ocupar em relação aos outros povos. Não que outras civilizações e povos não tivessem,

também, feito uma leitura do outro a partir do seu próprio sistema de referência. A diferença reside no fato de que os grandes impérios anteriores demandavam dos povos conquistados tributos e a sua aquiescência ao domínio, enquanto os europeus, ao mesmo tempo em que os submetiam pela força, consideravam-se com a prerrogativa de convertê-los ao seu próprio sistema de referência. Foi assim com o projeto inicial da catequese civilizadora, com a clivagem sociedades contratuais e em estado de natureza, com a ideia de Estados desenvolvidos e subdesenvolvidos ou modernos e não modernos etc. É assim, também, com a ideia de Estados democráticos e não democráticos, de economia de livre-mercado e economias estatizantes e por aí vai. Mas persiste o problema: como pensar um mundo assim ordenado a partir do nosso lugar no mundo? Mas uma vez, os *Descobrimentos* nos oferecem uma pista.

> [...] o espetacular sucesso da colonização espanhola no seio das etnias indígenas foi alterado pelo uso que dela se fazia: mesmo subjugados, ou até consentindo, muitas vezes esses indígenas usavam as leis, as práticas ou as representações que lhes eram impostas pela força ou pela sedução, para outros fins que não os dos conquistadores. Faziam com elas outras coisas: subvertiam-nas a partir de dentro – não rejeitando-as ou transformando-as (isto acontecia também), mas por cem maneiras de empregá-las a serviço de regras, costumes ou convicções estranhas à colonização da qual não podiam fugir. Eles metaforizavam a ordem dominante: faziam-na funcionar com outro registro. Permaneciam outros, no interior do sistema que assimilavam e que os assimilava exteriormente. Modificavam-no sem deixá-lo. Procedimentos de consumo conservavam a sua diferença no próprio espaço organizado pelo ocupante (DE CERTAU, 1998, p. 94, 95).

Ainda que esse comportamento possa parecer uma situação limite ou argumentar que ela não impediu o extermínio de grande parte da população pelos *descobridores* europeus, o relato acima nos proporciona uma alternativa para a nossa indagação. Não se trata de abdicar da utilização de categorias como anarquia e estado de natureza, mas de lê-las a partir de outro registro. Trata-se de entendê-las como uma construção histórica do Norte para engendrar uma ordem político-espacial que situa os Estados e as sociedades do Sul, por meio qualquer de clivagens, como subordinadas no ordenamento internacional. Ler a anarquia e o estado de natureza sob o prisma das desigualdades estruturais, subverter seu sentido original de atemporalidade e de universalidade como convencionalmente nos

é apresentado pelas teorias de relações internacionais produzidas no Norte, especialmente aquelas de matriz anglo-estadunidense. Isso requer, por um lado, quebrar o princípio do Estado como *contendor* da sociedade e, por outro, romper a dicotomia ordem doméstica / ordem externa.

A narrativa convencional de construção do *internacional* a partir da anarquia e do estado de natureza é um relato ocidental de sua própria gênese, isto é, ao mesmo tempo em que *descreve* o que se encontra além do Trópico de Câncer, *demarca* um espaço. Isso porque como, argumenta De Certau (1998), a *descrição* é um *ato culturalmente criador* e de *fixação.*

> [A descrição] tem até poder distributivo e força performativa (ela realiza o que diz) quando se tem um certo conjunto de circunstâncias. Ela é então fundadora de espaços. Reciprocamente: onde os relatos desaparecem (ou se degradam em objetos museográficos), existe perda de espaço: privado de narrações (como se constata ora na cidade, ora na região rural), o grupo ou indivíduo regride para a experiência, inquietante, fatalista, de uma totalidade informe, indistinta, noturna. Considerando o papel do relato na delimitação, pode-se aí reconhecer logo de início a função primeira de autorizar o estabelecimento, o deslocamento e a superação de limites e, por via de consequência, funcionando no campo fechado do discurso, a oposição de dois movimentos que se cruzam (estabelecer e ultrapassar o limite) de maneira que se faça do relato uma espécie de quadrinho de "palavras cruzadas" (um mapeamento dinâmico do espaço) e do qual a fronteira e a ponte parecem as figuras narrativas essenciais (DE CERTAU, 1998, p. 209).

Contudo, ao demarcar o espaço, o relato constitui, também, um domínio ou uma região a partir do qual o outro é percebido e compreendido. *Fronteira*, "[...] nas línguas espanhola (*frontera*), francesa (*frontière*) e inglesa (*frontier*) *derivam* do antigo latim *fronteria* ou *frontaria*, que indicava a parte do território situado *in fronte*, ou seja, nas margens" (ZIENTARA, 1989, p. 306, 307). Para os romanos, a *fronteria* referia-se a uma área determinada em suas margens e não a uma linha divisória entre regiões, como se pensa atualmente. Entender a fronteira nesses termos significa pensá-la como margens de circulação e que permitem o contato entre o *nós* e o *outro*, aquele que está em frente, ao invés de isolado por uma linha que separa duas unidades políticas como requer a soberania vatteliana. Para a divisão de regiões, ou seja, *confim entre dois campos*, os romanos recorriam ao termo *limes* (limites) – pensado como delimitação de locais estratégicos para a proteção e a

defesa militar. Assim, do ponto de vista de seu significado anterior a Modernidade, a fronteira não é uma linha que estabelece um *muro* entre dois mundos como aparece nos mapas-políticos, mas um ponto de conexão entre limites que demarcam uma região.

> Problema teórico e prático da fronteira: a quem pertence a fronteira? O rio, a parede ou a árvore faz fronteira. Não tem o caráter de não-lugar que o traçado cartográfico supõe no limite. Tem um papel mediador. Também a narração o faz falar: "Pára!" – diz a floresta de onde sai o lobo. "Stop" – diz o rio mostrando o seu jacaré. Mas este ator, pelo simples fato de ser a palavra do limite, cria a comunicação assim como a separação: e muito mais, só põe uma margem dizendo aquilo que o atravessa, vindo da outra margem. Articula. É também uma passagem. No relato, a fronteira funciona como um terceiro. Ela é um "entre dois" – "um espaço entre dois", Zwischenraum", diz um maravilhoso e irônico poema de Morgenstern sobre a "clausura" ou "recinto cercado" (Zaun), que rima com "espaço" (Raum) e "ver através de" (hindurchzuschaun) (DE CERTAU, 1998, p. 213, ênfase no original).

A anarquia e o estado de natureza, por um lado, e por outro, o direito público europeu constituem narrativas do *internacional* que demarcam uma região para a qual as linhas de amizade estabelecem uma fronteira, ou seja, as margens de dois mundos distintos: a Europa e o *Novo Mundo*. Mas se as linhas de amizade dizem onde termina a Europa – domínio do contrato e do direito das gentes europeu –, elas dizem, também, onde começam os *confins* da Europa, ou seja, onde cessa esse mesmo direito e esse mesmo contrato. Pelas margens das linhas de amizade estabelece-se, assim, a separação, mas ao mesmo tempo em que dizem quem a atravessa e quem está no seu oposto, elas permitem que de ambas as margens dois mundos distintos se vejam e se interpretem. E é sob o signo deste olhar que é construída a leitura político-espacial do mundo e, por implicação, do *internacional*.

Entender as fronteiras como margens requer, também, repensar a anarquia e o estado de natureza em outros termos. Rousseau (1978), por exemplo, entende o estado de natureza nos termos de Locke (1983), mas, ao contrário deste e de Hobbes (1983), concebe a propriedade como fator que instaura a desigualdade entre os homens. Assim, a propriedade expressa na *tomada da terra*, projetaria do interior para o exterior a desigualdade doméstica produzindo uma outra clivagem político-espacial transversal à territorialização orientada por fronteiras impermeáveis como requerida pelo Estado. Pois, se a *tomada de terra* na acepção schmittiana e

da leitura hobbesiana / lockeana produziu incivilizados ao Sul e civilizados ao Norte, a leitura da *tomada de terra* na perspectiva rousseauniana produz injustiçados no Sul e no Norte. Desta forma, um novo registro por meio do qual poderíamos ressignificar o entendimento da anarquia e do estado de natureza nas relações internacionais teria que considerar, independentemente das diferentes clivagens produzidas pela espacialidade territorial estatal, aquela resultante da própria desigualdade que a estatalidade engendra no nível global de sua manifestação.

Não abdicar da anarquia e do estado de natureza ou interpretá-los a partir de novos registros na compreensão do *internacional* requer, antes de tudo, não apenas ler o mundo a partir *das docas da cidade indiana de Calicute* (BOUCHERON, 2015), mas um novo entendimento da ideia de fronteira. Na percepção dos Estados ela constitui *limites* que separam duas regiões sujeitas a domínios políticos diferentes, mas a plausibilidade de tal raciocínio depende da aceitação de a sociedade nele subsumir. Na medida em que a fronteira também é *um entre dois*, ela comunica e articula em suas margens mundos distintos e nos diz quem as atravessa oriundo de uma das margens. Assim, podemos *ver através* das margens e construir um novo relato acerca de nós mesmos e de nosso lugar no mundo.

Conferir um novo sentido à ideia de fronteira provoca, assim, um deslocamento semântico no entendimento da anarquia e do estado de natureza, já que provoca uma ruptura na percepção do *internacional* como territorializações fechadas, pressuposto sem o qual as próprias ideias de anarquia e de estado de natureza em suas acepções tradicionais perderiam sua capacidade interpretativa. Romper-se-ia, também, com a dicotomia ordem doméstica e ordem externa, o que conduziria, necessariamente, ao não entendimento do Estado como contendor da sociedade. A partir das margens em que vemos o outro que também nos olha, construir uma nova narrativa que demarcaria um novo lugar, uma nova espacialidade capaz de conferir novos significados às interações de injustiçados em nível global.

Proceder dessa maneira pode parecer, aos olhos daqueles que advogam uma produção teórica genuinamente do Sul, uma heresia. Mas, mesmo que possamos produzir teorias genuinamente do Sul, a Ciência moderna em que somos socializados na academia é um empreendimento historicamente demarcado: nasceu e se desenvolveu no Ocidente. Queiramos ou não, integramos um sistema de

pensamento que deve se abrir ao entendimento e reconhecimento de outros saberes, mas que não opera nos mesmos termos desses outros saberes. Nosso *lugar de discurso* é o da ciência ocidental e o que podemos fazer é subvertê-la no sentido de recorrer às suas categorias, mas lendo-as em um registro diferente daquele que convencionalmente é feito a partir do Norte. Em outras palavras, à maneira das etnias que aqui existiam quando dos *Descobrimentos*, *empregá-las a serviço de regras, costumes ou convicções estranhas* ao seu aparato interpretativo e às relações de poder que engendram e sustentam a estruturação desigual do sistema ou da sociedade internacional.

Referências

AGNEW, John. *Geopolítica*: una re-visión de la política mundial. Recife: Editor digital: Titivillus, 1998.

ARON, Raymond. *Paz e Guerra entre as Nações*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002.

BARRETO, Luís Felipe. *Os Descobrimentos e a ordem do saber*: uma análise sóciocultural. Lisboa: Gradiva, 1987.

BOUCHERON, Patrick. La época de los “grandes descubrimientos”. In: SASSEN, Saskia *et al*. *El Atlas de la globalización*: todas las claves del proceso que está cambiando el mundo. Buenos Aires: Capital Intelectual, 2015.

DE CERTAU, Michel. *Artes de Fazer*: a invenção do cotidiano. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 1998. Nova edição, estabelecida e apresentada por Luce Giard.

DURAND, Marie-Françoise, LÉVY, Jacques e RETAILLÉ, Denis. *Le Monde*: Espaces et Systèmes. 2ª ed. Paris: Fondation Nationale des Sciences Politiques; Dalloz, 1993.

HARTMANN-PETERSEN, P. e PIGFORD, J. N. *Dicionário de Ciência*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1991.

HÉBERT, John R. *The 1562 Map of America by Diego Gutiérrez*. Disponível em The Library of Congress: https://memory.loc.gov/intldl/eshtml/es-1/es-1-2-5-1.html. Acessado em Maio de 2012.

HOBBES, Thomas. *Leviatã* ou, Matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil. São Paulo: Nova Cultural, 1983. (Os Pensadores).

KRASNER, Stephen D. La Soberanía perdurable. In: *Colombia Internacional*, Nº 53, Septiembre - Diciembre 2001. Disponível em: http://colombiainternacional.uniandes.edu.co/. Acesso em 10 de setembro de 2019.

LOCKE, John. Segundo Tratado sobre o Governo. In: *Locke*. 3ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983. Coleção Os Pensadores.

MORAIS, Carlos Blanco de e COUTINHO, Luís Pereira. (Orgs.) *Carl Schmitt Revisitado*. Lisboa: Instituto de Ciências Jurídico-Políticas / Universidade de Lisboa, Março de 2014.

MORGENTHAU, Hans J. *A Política entre as Nações*: a luta pelo poder e pela paz. São Paulo: Imprensa Oficial do estado de São Paulo; Editora Universidade de Brasília; Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 2003.

RATZEL, Friedrich. *Géographie Politique*. Paris: Ed. Économica, 1988.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Rousseau*: Do contrato social; Ensaio sobre a origem das línguas; Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens; Discurso sobre as ciências e as artes. 2ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Os pensadores).

SANTOS Filho, Onofre. *Racionalidade científica em Minas Gerais no século XIX*. Dissertação de Mestrado em Sociologia, Universidade Federal de Minas Gerais, 1993.

SCHMITT, Carl. *O Conceito do Político / Teoria do Partisan*. Belo Horizonte: Del Rey, 2008.

SCHMITT, Carl. *O nomos da Terra*: no direito das gentes do *jus publicum europæum*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. Da PUC-Rio, 2014.

TILLY, Charles. *Coerção, Capital e Estados Europeus*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.

VATTEL, Emer de. *O Direito das Gentes*. Brasília: Editora da UnB; Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 2004.

VILLACAÑAS, José Luis. *Poder y Conflicto*: Ensayos sobre Carl Schmitt. Madrid: Editorial Biblioteca Nueva, 2008.

WALTZ, Kenneth. *Teoria das relações Internacionais*. Lisboa: Gradiva, 2002.

ZIENTARA, Benedikt. Fronteira. In: *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1989. Volume 14: Estado-Guerra.

MONÇÕES
Revista de Relações Internacionais da UFGD
ISSN 2316-8323

CONTESTANDO AS LÓGICAS COLONIAIS DO INTERNACIONAL: RUMO A UMA POLÍTICA RELACIONAL PARA O PLURIVERSO[1]

Cristina Rojas
Carleton University

Tradução de Paulo Chamon (PUC-Rio)[2]
Revisão Técnica de João Nackle Urt (UFGD)[3]

RESUMO: Neste artigo, proponho uma análise histórica crítica da modernidade, identificando tensões entre as lógicas da modernidade que pressupõem a modernidade colonial e capitalista como um projeto universalizante e aquelas baseadas em um projeto decolonial alternativo. Como parte deste último, eu delineio os contornos de um projeto político emergente baseado em ontologias relacionais profundas entre humanos e entre humanos e natureza. Esta análise é desenvolvida em três partes interrelacionadas. Eu começo reconstruindo criticamente as justificativas em prol do projeto universal da modernidade colonial e capitalista e o 'método de dominação [*rule*]' por meio do qual este se realizou. Em seguida, com base em exemplos primariamente da América Latina, identifico e discuto a abertura em direção a um projeto político alternativo de negociação entre mundos com o potencial de desafiar fundamentalmente as lógicas da modernidade universal. Na terceira parte, concluo com algumas reflexões críticas sobre as lógicas coloniais da modernidade, enfatizando como elas sempre foram contestadas. Eu argumento que, diante das desigualdades e crises da modernidade, há uma necessidade crescente de refletir criticamente sobre as possibilidades concretas abertas por um projeto político alternativo no centro do qual estão lutas por justiça social sem distinções entre natureza e cultura. Em última instância, este projeto fratura o internacional e, em seu lugar, aspira pelo pluriverso.

PALAVRAS-CHAVE: Pluriverso, Pós-colonial, Ontologia Política, Indigenidade, Cosmopolítica

Introdução

Os princípios ordenadores da modernidade colonial e capitalista fornecem um ponto de entrada para capturar aquilo que identifico como uma dimensão intrínseca da modernidade. Enquanto princípio ordenador, o projeto da modernidade capitalista e colonial outorga-se "o direito de ser 'o' mundo, sujeitando todos os outros mundos aos seus termos ou, pior, à não existência" (Escobar, 2015, p. 3).

[1] Uma versão modificada deste artigo foi publicada como Contesting the Colonial Logics of the International: Towards a Relational Politics for the Pluriverse, *International Political Sociology*, vol. 10, 2016, p. 369-382, doi: 10.1093/ips/olw020.
[2] Contato: paulochamon@gmail.com
[3] Contato: joaourt@gmail.com

Entretanto, conforme argumenta Robbie Shilliam, a despeito do projeto colonial, formas alternativas de "conhecer" e de "ser" persistiram como "tradições de conhecimento vivas [*living knowledge traditions*] dos povos colonizados" que "mantiveram um sopro persistente de vitalidade provendo a possibilidade de recuperar formas de pensamento e ação que enfrentam as injustiças globais de formas distintas à ciência colonial do olhar [*gaze*]" (Shilliam, 2015, p. 7).

Neste artigo, ofereço uma análise crítica das lógicas coloniais da modernidade capitalista por meio do exame de sua lógica universal — uma lógica que elimina por completo outros mundos da vida [*life-worlds*] ao declará-los alternativas sem credibilidade [*non-credible*]. O artigo examina também a interrupção desta lógica e a crescente visibilidade de mundos da vida [*life-worlds*] negados pela modernidade. Argumenta, ainda, que esta visibilidade inaugura uma política pluriversal que afirma uma coexistência de mundos mais justa e que excede aquilo que é possível sob a lógica colonial e capitalista. A seguir, busco explicitar os contornos desta política tanto conceitualmente quanto com referência a alguns exemplos. Contestar as lógicas colonial e capitalista do universal desafia o fundamento moderno do *internacional* entendido como uma pluralidade de unidades equivalentes e não relacionadas, ou "superfícies secas em um vasto oceano". Este artigo compartilha com a sociologia política internacional o chamado para analisar fronteiras e limites, tornando visível a arbitrariedade de separações e diferenciações (Bigo; Walker, 2007). O artigo sugere, ainda, um "impulso decolonial" que se afasta de um processo sequencial e linear de unidades ostensivamente distintas e move-se na direção de viver de formas outras e relacionais. De acordo com Helen Verran, "cultivar um impulso pós-colonial" (2012, p. 144) envolve aprender a reconhecer a diferença, a recusar o movimento que reduz a diferença a uma categoria compartilhada e a aceitar que não estamos metafisicamente comprometidos com um mundo em comum.

1. A modernidade colonial e capitalista como um projeto universal

Nesta seção, reconstruo argumentos críticos acerca das lógicas coloniais da modernidade/colonialidade em sua busca por um projeto universal—busca esta sustentada por três divisões: a primeira estabelece a distinção entre natureza e cultura; a segunda divide modernos de não-modernos[4]; e a terceira estabelece o progresso ao longo de uma concepção linear de tempo (Blaser, 2013; de la Cadena, 2010, 2015; Escobar, 2008; Latour, 1993)[5]. Estas divisões, baseadas em pressupostos epistêmicos e ontológicos, têm importantes consequências, incluindo o ordenamento hierárquico entre seres humanos e não-humanos, e a exclusão destes últimos da cena política.

Thomas Hobbes é uma figura central na criação do imaginário moderno. O conceito de "estado de natureza" de Hobbes coloca os povos selvagem da *América*[6] em proximidade à natureza, declarando seus mundos da vida [*life-worlds*] como a negação da modernidade

> Em tal situação [o estado de natureza] não há lugar para a indústria, pois seu fruto é incerto. Seguramente não há cultivo da terra (...) [n]ão há conhecimento da face da Terra, nem cômputo do tempo; nem artes, nem letras. Não há sociedade. E o que é pior do que tudo, há um constante temor e perigo de morte violenta. A vida do homem é solitária, pobre, sórdida, embrutecida e curta. (Hobbes, 1968, p. 186)

O "estado de natureza" sanciona a distinção ontológica entre natureza e cultura, localizando certos humanos como mais próximos à natureza, assim privando sua vida de valor. Por outro lado, os modernos adquirem o direito legítimo ao aprimoramento e a destruir aqueles que não exercem tal direito — o que é visto

[4] O termo "não-moderno" é problemático; entretanto, seu uso por pensadores latino-americanos distancia-se do conceito de "pré-moderno", que indica uma concepção linear e progressiva de tempo. Este uso do conceito de "não-moderno" reconhece a existência de mundos distintos da modernidade sem, no entanto, rotulá-los como tradicionais ou pré-modernos, evitando assim ver a modernidade como a única alternativa possível (Aparicio; Blaser, 2008, p. 63).

[5] N.T. Para a edição em português, ver LATOUR, Bruno. *Jamais Fomos Modernos*, tradução de Carlos Irineu da Costa São Paulo: Editora 34, 1994.

[6] Hobbes tem claramente em mente os selvagens da América ao pensar sobre o estado de natureza: "Os povos selvagens de muitos lugares da América, com exceção do governo de pequenas famílias, cuja concórdia depende da concupiscência natural, não possuem qualquer espécie de governo e vivem em nossos dias daquela maneira embrutecida que acima referi." (Hobbes, 1968, p. 187). N.T. Para a versão em português, ver HOBBES, Thomas. Leviatã: Ou A Matéria, Forma E Poder De Uma República Eclesiástica E Civil. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2019.

como equivalente ao seu fracasso como humanos. Nas palavras de Anthony Pagden sobre o entendimento de John Locke deste fracasso

> Como o direito à terra não reclamada era um direito natural, qualquer tentativa, por aborígenes vis, de impedi-lo de ser exercido, constituía uma violação do direito natural. Assim, eles podiam, na famosa denúncia de Locke, "ser destruídos como um Leão ou um Tigre, uma destas bestas selvagens, com quem o Homem não pode ter Sociedade nem Segurança" (...). Ademais, era ainda possível argumentar-se que, mesmo que os aborígenes não oferecessem oposição à tomada de suas terras, ao fracassarem no exercício do seu direito natural ao aprimoramento, eles também haviam fracassado como povo (...). Posto simplesmente, os argumentos resumiam-se à afirmação de que aqueles que não possuem culturas que se portam como nós assumimos que culturas deveriam se portar podem ser despossuídos por aqueles que se portam conforme o esperado (Pagden, 2003, p. 183).

A divisão entre cultura e natureza que acompanha o projeto da modernidade colonial e capitalista é um projeto universal, visto que afirma que as leis e formas de governo de uma cultura (europeia) aplicam-se a povos tão distantes quanto aqueles nativos da América (Pagden, 2003, p. 177-178). Explicitando a lógica universal da modernidade colonial e capitalista, Anthony Anghie (2006) argumenta que Francisco de Vitoria (1486-1546), preocupado com "as relações entre espanhóis e índios", queria criar "um sistema de leis que pudesse ser utilizado para dar conta das relações entre sociedades que ele entendia como pertencendo a duas ordens culturais diferentes, cada qual com suas próprias ideias de propriedade e governança" (Anghie, 1996, p. 321-322). Vitoria reconhecera que os índios eram "governados por seu próprio sistema político" e que "possuíam razão' (Anghie, 1996, p. 325)[7]. Mas até mesmo nestes contextos, defendia-se que povos indígenas podiam apenas atingir seu pleno potencial ao adotar práticas espanholas, tidas como o padrão de civilização e, portanto, como universais; por meio destas lógicas coloniais, a Espanha buscou justificar "um poderoso direito de intervenção" (Anghie, 1996, p. 327). O conceito de *jus gentium* pressupõe que todo ser humano possui

[7] O debate acerca dos direitos dos povos indígenas deu-se entre colonos e teólogos espanhóis e os civis da Escola de Salamanca durante a colonização da América sob Carlos V, o rei católico de Espanha que também reinou sobre os Países Baixos, o Franco-Condado, partes da Alemanha e da Itália e metade do continente americano (de Courcelles, 2005).

direitos baseados em sua humanidade e, ao mesmo tempo, afirma que a Espanha deve intervir para prevenir a violação destes direitos pelos povos indígenas da América. Conforme argumenta Pagden, este tipo de cosmopolitismo implica a universalização dos direitos europeus (Pagden, 2003, p. 177). Por exemplo, a noção de uma identidade humana comum deu origem ao 'direito de hospitalidade', que garantiu aos europeus o direito de visita e viagem às Américas, que sob o *jus gentium* é um direito natural; assim, indígenas eram obrigados a amar os espanhóis e quando impediam o exercício destes direitos, davam aos espanhóis o direito de tomar suas propriedades e bens como forma de compensação (Pagden, 2003, p. 185). Como mostra Anghie, "o '*jus gentium*' naturaliza e legitima o sistema de comércio e a penetração espanhola" e, com isso, "as práticas culturais específicas da Espanha ganham aspecto de universalidade por parecem derivar da esfera do direito natural" (Anghie, 1996, p. 326). Toda tentativa de desviar ou resistir aos seus direitos era declarada por Vitoria como um ato de guerra (Anghie, 1996, p. 326-329). Anghie conclui que o trabalho de Vitoria produziu "um conjunto de manobras por meio das quais as práticas europeias são postas como normas aplicáveis universalmente, com as quais os povos coloniais devem se conformar caso queiram evitar sanções e atingir o pleno pertencimento" (Anghie, 1996, p. 332).

Central à lógica colonial é a superioridade outorgada à razão moderna em relação ao conhecimento ocidental pré-moderno e ao conhecimento não-ocidentais (Seth, 2013, p. 139). Esse privilégio fundamenta-se na divisão entre cultura e natureza, que separa o sujeito conhecedor do objeto a ser conhecido. Nesta separação, a natureza aparece como o objeto a ser conhecido e a verdade é assentada na representação precisa de uma realidade que é externa ao sujeito que conhece. A existência de uma natureza "lá fora" torna possível posicionar o conhecimento representacional como universal, uma vez que observadores pertencentes a diferentes culturas compartilham uma natureza universal comum que garante a equivalência entre diferentes representações (Blaser, 2010, p. 150). Tal conhecimento representacional mina conhecimentos relacionais que não se atenham à divisão entre natureza e cultura; aquilo que é natureza pode ser sociedade, como nos casos em que a natureza, ou "seres-terra" [*earth-beings*], é trazida para a política (de la Cadena, 2015, p. 99). A interação com práticas não-

representacionais é então tida como equivalente à ausência de razão, especialmente de razão política (de la Cadena, 2010, p. 344). Devido à sua proximidade com a natureza, povos indígenas são objetos de estudo e não sujeitos do conhecimento. Como a antropóloga maori Linda Tuhiwai Smith afirma, "nós não podíamos usar nossas mentes ou nossos intelectos. Nós não podíamos inventar coisas (...) nós não sabíamos usar a terra e outros recursos do mundo natural (...). Por nos faltarem estas virtudes, nós nos desqualificávamos não apenas como parte da civilização, mas também da própria humanidade" (Smith, 1999, p. 25)[8]. A "hegemonia epistemológica" que a Europa clama para si elimina outras formas de produzir conhecimento e torna possível o controle de populações não-Ocidentais e de seus territórios (Castro-Gómez, 2007, p. 433; Escobar, 2015; Said, 1979[9]).

A universalidade da razão moderna também fundamentou o historicismo, ao afirmar uma história segundo a qual, no passado, as coisas estavam erradas e, na modernidade, elas acertaram-se; um ponto que é resumido por Sanjay Seth como a narrativa de "outrora era cego, mas agora consegue ver" (Seth, 2013, p. 142). Dipesh Chakrabarty ilustra este ponto a partir da fábula de Locke sobre o contrato fraternal, na qual a liberdade política é alcançada quando os irmãos se veem livres do domínio do passado, do "comando" do pai. O indivíduo lockeano começou sua vida "no ponto zero na história", uma vez que possibilidades históricas são criadas "apenas pela sua própria razão" (Chakrabarty, 2000, p. 245-6). Assim como Seth, Chakrabarty associa a negligência com o passado ao historicismo, uma vez que este vê a racionalidade, "o espírito da ciência", como a parte "progressiva" da modernidade e como uma arma contra crenças e superstições "pré-modernas"— relíquias de outro tempo que implicam atraso (Chakrabarty, 2000, p. 238-9). Ademais, declaram-se aqueles que pertencem a este passado como precisando de um período de preparação antes de adentrarem a política, confinando-os a uma "imaginária sala de espera da história" (Chakrabarty, 2000, p. 8-9).

[8] N.T. Para a edição em português, ver SMITH, Linda Tuhiwai. *Descolonizando Metodologias*: Pesquisa e Povos Indígenas, tradução de Roberto G. Barbosa. Curitiba: Editora UFPR, 2018.
[9] N.T. Para a edição em português, ver SAID, Edward. *Orientalismo*. O Oriente como invenção do Ocidente, tradução de Rosaura Eicherberg. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

2. Contestando a episteme colonial: lutas políticas contínuas pela descolonização

Na seção anterior, reconstruí criticamente as conexões entre o projeto colonial — incluindo suas lógicas historicista, dualista e antropocêntrica — e a afirmação de mundos não-modernos como alternativas inaceitáveis à modernidade. Nesta seção, eu inverto a análise e destaco pensamentos e práticas que fraturam a episteme e a ontologia modernas. Ademais, por meio de exemplos do contexto latino-americano, também considero as condições de possibilidade e as limitações enfrentadas por estas disputas.

Desafiar o projeto universal da modernidade colonial e capitalista tem sido uma aspiração antiga de intelectuais e ativistas e uma motivação constante para a luta cotidiana de muitos povos indígenas e afrodescendentes do mundo[10]. Na América Latina e no Caribe, a teoria da dependência elaborou desde cedo críticas às principais premissas da modernidade capitalista do século XX, incluindo notadamente os conceitos de espaço internacional vazio dividido em unidades separadas e de história linear progressiva movendo-se da tradição à modernidade. São estes conceitos que confinam os países não-Ocidentais à "sala de espera da história".

A teoria da dependência emergiu, por um lado, no contexto da Guerra Fria, dos movimentos de libertação nacional e da penetração de corporações e intervenções militares estadunidenses. Por outro lado, a Revolução Cubana contrariou este cenário e fortaleceu a esperança de que um governo independente poderia fazer face aos Estados Unidos (Slater, 2004, p. 128). Por sua vez, acadêmicos concentraram-se em tornar visíveis as relações entre um Norte poderoso e um Sul dependente. O conceito de dependência estrutural, desenvolvido por Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, é um exemplo de identificação destas relações entre "forças externas e internas que formam um todo complexo cujas conexões estruturais não são baseadas meramente em formas externas de

[10] As lutas contra o colonialismo e as lógicas coloniais não são lutas locais, mas globais. Para mais sobre isso, ver R.B.J. Walker (1988) e Janet Conway (2013).

exploração e coerção" (Cardoso; Faletto, 1971 [1979], p. xvi)[11]. A crítica ao dualismo modernidade/tradição foi substituída pelo retrato da América Latina como socialmente heterogênea, devido à coexistência de relações sociais (González Casanova, 1965) entre *mestiços* e comunidades indígenas (Stavenhagen, 1974) ou entre modos de produção (Frank, 1978[12]).

Sem dúvida, a teoria da dependência abre espaço para pensar diversidades e conexões que lançam luz sobre as relações de dominação entre nações centrais e periféricas. Ainda assim, sua ênfase em questões econômicas e relações de classe negligenciou estruturas coloniais de dominação; o colonialismo, quando levado em conta, foi reduzido a um legado do passado[13] ou interpretado nos termos estreitos da articulação entre modos de produção[14]. Além disso, análises dependentistas deixaram de interrogar se a modernidade era — ou mesmo poderia ser — a solução para os problemas criados pela própria modernidade e pelo capitalismo. O marxismo foi então posto em questão por sua capacidade limitada de entender mundos da vida [*life worlds*] de comunidades indígenas e afrodescendentes e economias de subsistência. Tal crítica estende-se para a falta de uma teorização adequada das condições de produção daquilo que não é produzido como mercadoria — tais como a natureza, a vida humana e as condições comunitárias de produção, e as relações de cuidado e reprodução (Escobar, 2008, p. 93). Silvia Federici ainda aponta que o conceito de acumulação primitiva de Marx ignora a transformação que o capitalismo introduziu na reprodução da força de trabalho e na posição social da mulher; segunda a autora, forçar as mulheres ao lugar do trabalho reprodutivo foi parte integral do processo de acumulação capitalista (Federici, 2004,

[11] N.T. Para a edição em português, ver CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*. Ensaio de Interpretação Sociológica. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969. A citação é do prefácio para a versão em inglês.

[12] N.T. Para versão em português, ver FRANK, Andre Gunder. *Acumulação Dependente e Subdesenvolvimento*: repensando a teoria da dependência. São Paulo: Editora Brasiliense, 1980.

[13] Esta abordagem ignora a colonialidade, que é a continuação da dominação colonial após a destruição do colonialismo (Quijano, 2007, p. 169), como será explicado abaixo. N.T. Uma versão em português deste texto está disponível como QUIJANO, Aníbal. Colonialidade e Modernidade/Racionalidade, tradução de Wanderson Flor do Nascimento. Disponível em: https://www.scribd.com/doc/36091067/Anibal-Quijano-Colonialidade-e-Modernidade-Racionalidade

[14] Para uma excelente análise do colonialismo interno, ver Cristóbal Kay (1989) e para uma perspectiva baseada no "colonialismo interno", ver a socióloga aymara Silvia Rivera Cusicanqui (1987).

p. 12[15]). O mesmo poderia ser dito da imposição da escravidão e do trabalho forçado às populações indígenas das Américas (Federici, 2004, p. 64) e da luta contra mulheres acusadas de bruxaria, uma guerra voltada especialmente à eliminação da sua concepção animista de natureza—que não separava matéria e espírito—e da sua visão de cosmos "onde cada elemento estava em relação 'favorável' com o resto" (Federici, 2004, p. 141-142[16]).

A falha em abordar a colonialidade da modernidade teve consequências políticas deletérias, como demonstrado por uma das mais importantes revoluções do século XX, a Revolução boliviana de 1952, de inspiração marxista. A reforma agrária e a universalização da cidadania transformaram populações indígenas em *campesinos* (fazendeiros camponeses) e *Ayllus* (mundos da vida indígenas [*indigenous life worlds*]) em sindicados camponeses ligados ao Estado. Como afirma a intelectual aymara Silvia Rivera Cusicanqui, os pensadores marxistas eram tão céticos quanto os liberais quanto à capacidade de povos indígenas liderarem um processo de transformação. *Ayllus* eram vistos como 'arcaicos', como formas de organização a serem "apagadas no caminho para o progresso" (1987, p. 93), sendo transformados em sindicatos e incumbidos de uma missão civilizadora colonial voltada à transição para uma concepção de cidadania fundada em princípios ocidentais (Rivera Cusicanqui, 1987, p. 19). Em resposta, líderes indígenas emitiram o manifesto Tiwanaku afirmando que, após 20 anos de reforma, eles ainda se sentiam "estrangeiros em nosso próprio país" (*apud* Rivera Cusicanqui 1987, p. 118).

Para fins analíticos, esta sessão distingue dois momentos distintos na contestação decolonial da modernidade: o "epistêmico" e o "ontológico". O primeiro visa a lógica epistêmica da modernidade colonial ao tornar visíveis os mecanismos por meio dos quais a racionalidade moderna administra o mundo e legitima a universalidade do conhecimento moderno. Acadêmicos do programa de pesquisa modernidade/colonialidade/decolonialidade (MCD)[17] voltam-se a "um outro modo de pensar" que enfrenta as principais narrativas da modernidade (cristianismo,

[15] N.T. Para a versão em português, ver FEDERICI, Silvia. Calibã e a Bruxa, tradução de Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017, p. 26.
[16] N.T. FEDERICI, 2017, p. 257
[17] Este programa de pesquisa é discutido em detalhes abaixo.

liberalismo e marxismo) (Escobar, 2007, p. 180). O momento "ontológico", por outro lado, busca interromper o compromisso moderno com a existência de apenas um mundo. Na América Latina, esta interrupção, ao contrário do momento epistêmico empreendido em círculos acadêmicos, é vocalizada, dentre outros, por homens e mulheres indígenas, incluindo zapatistas, que demandam "um mundo no qual caibam muitos mundos"; populações indígenas e afrodescendentes, que defendem o território como um espaço para a vida; e o Fórum Social Mundial, que afirma que "outro mundo é possível". A novidade aqui é a visibilidade dada a realidades proscritas pela modernidade por provocarem uma ruptura na divisão entre natureza e cultura, invocando assim uma conversa-outra [*otherwise-conversation*] entre mundos. Acadêmicos trabalhando com paradigmas de ontologia política participam desta conversa ao concentrarem seus esforços nas disputas e negociações entre mundos.

Fraturando a episteme moderna

Intelectuais comprometidos com a descolonização epistêmica dão continuidade à visão de mundo proposta pelas análises da dependência e do sistema-mundo. Entretanto, afastam-se destas perspectivas ao enfatizarem as consequências de um mundo que tem a Europa como seu centro geocultural e o conhecimento como seu principal mecanismo para a dominação de dois terços da população mundial. Uma crítica inicial à lógica colonial do sistema-mundo, formulada pelo filósofo argentino Enrique Dussel, voltou-se à categoria de "totalização" para pensar o mundo (Dussel, 1999, p. 148-9). Dussel aponta a "inadequação" do marxismo para a América Latina; conquanto contribua para a análise do funcionamento do sistema capitalista, o marxismo é menos adequado quando busca pensar a "exterioridade" deste sistema. Para Dussel, a teorização decolonial vem desta "exterioridade", definida por ele como "o lugar da realidade do outro" (Dussel, 2002, p. 240). Este lugar é ocupado pelo proletariado, o desempregado, o marginal, o pobre e o "trabalho vivo ainda não submetido ao capital" (Dussel, 2002, p. 240-1). Consequentemente, o pensamento crítico origina-

se na negatividade da vítima (trabalhador, indígena, escravizado) (Dussel, 1998, p. 309[18]).

Uma crítica similar àquela voltada à "totalização" é feita ao "eurocentrismo", que, segundo Dussel, funda o mito da modernidade. De acordo com este mito, a modernidade europeia originou-se internamente, em sua própria história. Com base neste mito, a Europa afirma ser a "consciência reflexiva" da história mundial. O mito da modernidade explica o desdém que pensadores como Hegel sentiam por não-europeus, um sentimento motivado pela ideia de que a Europa tem uma origem própria e, consequentemente, não tem nada a aprender com outras culturas. Dussel conclui que a "totalização" do pensamento ocidental torna a troca de conhecimentos impossível. Ademais, tal mito esconde o outro lado da história: a centralidade da Europa foi construída sobre um projeto colonial que dependeu da conquista das Américas (e, claro, da África e de partes da Ásia). Assim, não há modernidade sem colonialidade.

Dussel ainda argumenta que o mito da origem interna da modernidade como um projeto de emancipação encobre a violência que é intrínseca à expansão europeia (Dussel, 1993, p. 66). Para o autor, a modernidade inicia-se com a Conquista da América; o "eu conquisto" antecede o *ego cogito* e a emergência da burguesia. O "eu conquisto" naturaliza uma "não-ética da guerra" que, por sua vez, naturaliza a escravização, o uso do estupro para lidar com a sexualidade e a feminilidade, e a exploração da natureza (Lugones, 2007[19]; Maldonado-Torres, 2008, p. 216). O Iluminismo, enquanto projeto emancipatório, "autorizou a violência em nome da civilização" (Rojas, 2002, p. xiii). Mary Louise Pratt demonstrou como a consciência planetária que olhou para o mundo a partir da ciência não buscou descobrir novas rotas de comércio mas, ao contrário, visava tornar possível a vigilância territorial e facilitar a apropriação de recursos e a expansão do controle administrativo (Pratt, 1992, p. 39[20]). Segundo a autora, a "inocência do naturalista" revela o desejo de escapar da "culpa da conquista" (Pratt, 1992, p. 57). No contexto

[18] N.T. Para a versão em português, ver DUSSEL, Enrique. *Ética da libertação*: na idade da globalização e da exclusão. São Paulo: Vozes, 2002.
[19] N.T. Para a versão em português, ver LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. *Estudos Feministas*, 22(3), set-dez 2014, p. 935-952.
[20] N.T. Para a versão em português, ver PRATT, Mary Louise. *Os Olhos do Império. Relatos de Viagem e Transculturação*, tradução de Jézio Gutierre. Bauru: EDUSC, 1999.

contemporâneo, o eurocentrismo está conectado à "falácia do desenvolvimentismo", que afirma que a trajetória de desenvolvimento da Europa "deve ser seguida unilateralmente por todas as outras culturas" (Dussel, 1993, p. 68).

Dussel argumenta que as culturas localizadas na "exterioridade" da modernidade sobrevivem até os dias de hoje e dão origem a uma "trans-modernidade" que não emerge dentro da modernidade, mas inclui culturas de "outros" lugares que não a modernidade norte-americana ou europeia; isto é, elas emergem da exterioridade da modernidade, daquilo que "a modernidade exclui, nega, ignora" (Dussel, 2002, p. 234). Para Dussel, estas culturas não são recentes, mas estão retornando "ao seu status de atores na história do sistema mundo" (Dussel, 2002, p. 224). Ele compara a trans-modernidade com a variedade e riqueza das selvas tropicais; estas culturas teriam uma capacidade imensa de invenção que é "necessária para que a humanidade redefina sua relação com a natureza com base na ecologia e na solidariedade humana" (Dussel, 2002, p. 235). A tarefa é tanto filosófica quanto política e, importantemente, deve envolver um diálogo construtivo entre as filosofias de povos anteriormente colonizados assim como da modernidade europeia e norte-americana:

> É desta forma que a filosofia árabe, por exemplo, pôde incorporar a hermenêutica da filosofia europeia, desenvolvê-la e aplicá-la de modo a elaborar novas interpretações do Corão que tornariam possível uma nova e necessária filosofia política árabe, atualizada por meio do diálogo inter-filosófico (não apenas com a Europa, mas igualmente com a América Latina, a Índia, a China, etc) e orientada para uma *futura filosofia global pluriversal*. Tal projeto é necessariamente trans-moderno e, portanto, também, trans-capitalista (Dussel, 2009, p. 514, itálicos no original).

O sociólogo peruano Aníbal Quijano também acompanha a perspectiva dos sistemas-mundo em seu conceito de "colonialidade do poder", de modo a interpretar um sistema global de poder sustentado por meio da classificação racial e no qual a raça codifica as diferenças entre conquistadores e conquistados, e estrutura o

sistema de trabalho, subjetividades e conhecimento (Quijano, 2000, p. 533-34[21]). Este modelo global de poder envolve toda a população mundial:

> no controle do trabalho e de seus recursos e produtos, está a empresa capitalista; no controle do sexo e de seus recursos e produtos, a família burguesa; no controle da autoridade e de seus recursos e produtos, o Estado-nação; no controle da intersubjetividade, o eurocentrismo (Quijano, 2000, p. 545).

Para Quijano, a colonialidade é sentida no sistema de conhecimentos e na "colonização da imaginação" (Quijano, 2007, p. 169) dos dominados, conforme a europeização cultural foi transformada em aspiração para aquele colonizado que desejava alcançar os mesmos benefícios e poder que os europeus ao conquistar a natureza e atingir o "desenvolvimento". Quijano identifica como os mecanismos da colonialidade transformam-se historicamente, algo evidenciado pelo uso sistemático de repressão e pela expropriação de conhecimentos no caso da mineração e da agricultura. Isso foi seguido pela imposição das crenças e imagens do colonizador, assim como dos seus padrões de produção de conhecimento e significado. Assim, a cultura europeia fez-se sedutora e, com isso, tornou-se uma aspiração para o colonizado; consequentemente, para Quijano, a colonialidade continua a existir mesmo com a destruição do colonialismo como ordem política (Quijano, 2000, p. 170).

Walter Mignolo introduz o conceito de projetos globais para complementar a universalização que é central para a formação do mundo moderno/colonial (Mignolo, 2000, pp.21-22[22]). Estes projetos globais emergem de histórias locais e são projetos hegemônicos para comandar o planeta. Os três principais projetos globais são: a missão cristã no início da colonização, a missão civilizadora no século XIX e o desenvolvimento e a modernização após a 2ª Guerra Mundial. Mignolo propõe que sejam construídas narrativas a partir da perspectiva da colonialidade que almejem uma lógica diferente. Boaventura Santos, por sua vez, afirma que "aquilo que não existe é, na verdade, ativamente produzido como não-existente, isto é, como uma

[21] N.T. Para a versão em português, ver QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina". In: LANDER, Edgardo (ed). *A colonialidade do saber*: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005, p. 117-138.
[22] N.T. Para a versão em português, ver MIGNOLO, Walter. *Histórias Locais/Projetos Globais*: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

alternativa impensável àquilo que existe" (Santos, 2006, p. 15). Sua proposta é passagem da monocultura do conhecimento para uma ecologia de saberes; isto é, um movimento por justiça social que garanta "igualdade de oportunidade" para outros conhecimentos, criando disputas epistemológicas mais amplas e maximizando suas contribuições para criar "um outro mundo possível" (Santos, 2006, p. 21). Neste sentido, Rosalba Icaza e Rolando Vázquez (2013, p. 684-685) argumentam que lutas por justiça social enfrentam não apenas a opressão econômica ou política, mas também os conhecimentos que legitimam tal opressão.

Mignolo, Quijano, Dussel e Arturo Escobar[23] uniram-se para formular o programa de pesquisa modernidade/colonialidade/decolonialidade (MCD), que visa produzir "*mundos* e conhecimentos outros", mudando assim "os termos e não apenas o conteúdo da conversa" (Escobar, 2007, p. 181, itálico da autora). Este grupo voltou-se especificamente para este objetivo, trazendo a teoria crítica para "o lado negado da diferença colonial epistêmica" (Mignolo, 2007, p. 487). Neste sentido, acadêmicos como Mignolo distanciam-se da crítica interna da modernidade elaborada pelo pós-modernismo, demandando um engajamento com intelectuais do sul como Waman Puma de Ayala, Amílcar Cabral, Aimé Césaire, Frantz Fanon, Rigoberta Menchú ou Gloria Anzaldúa (Mignolo, 2007, p. 452). Igualmente importante é seu convite para "levar a sério a força epistêmica de histórias locais", histórias que incluem experiências de descolonização, como a rebelião de Tupac Amaru, a Revolução Haitiana, e os movimentos anticoloniais dos anos 1960 (Escobar, 2007, p. 184-185).

A despeito de seu sucesso em trazer à tona a importância da descolonização do conhecimento e da visibilização de formas alternativas de conhecer e pensar, o programa MCD atingiu um impasse—impasse este que foi reconhecido na descrição que Escobar faz do programa de pesquisa como um "discurso abstrato e desencarnado", o que teria afetado seu tratamento da questão de gênero, da natureza e do meio ambiente e restringido a produção de novo imaginários econômicos (Escobar, 2007, p. 192). Este impasse, a meu ver, é uma consequência direta da negligência desta linha de pesquisa da questão da divisão entre natureza e

[23] O grupo também inclui Catherine Walsh, Boaventura Santos, Freya Schiwiy, José Saldivar, Nelson Maldonado-Torres, Fernando Coronil, Javier Sanjines, Margarita Cervantes-Salazar, Libia Grueso, Marcelo Fernández Osco e Edgardo Lander.

cultura. Especificamente, o programa não questiona nem desafia substantivamente este binário. De fato, ele permanece do lado da cultura e, assim, não pode efetivamente explicar a relação entre a modernidade e seu "exterior", como proposto por Dussel. Escobar corretamente afirma que tal exterioridade não é um "puro exterior, intocado pelo moderno"; no entanto, ainda assim afirma que ela "não configura um exterior ontológico", mas é "constituída enquanto diferença por um discurso hegemônico" (Escobar, 2007 p. 186). Mais uma vez, percebe-se que, aqui, o conhecimento (humano) supera a ontologia. Essa dificuldade é agravada pelo desafio de explicar a existência e a agência de mundos alternativos em termos de "eu" e "outro" ou "dentro" e "fora", ambas distinções dicotômicas modernas fundamentadas na distinção entre natureza e cultura. Estes pensadores ainda pressupõem que tal distinção é representacional, um "eu" geralmente servindo de referência para aquilo que é diferente e que pode ser reconhecido como seu "outro". Em segundo lugar, considero que a ideia de limitar o engajamento entre Ocidente e não-Ocidente é problemática. Por exemplo, a iniciativa de Mignolo (2011[24]) de trazer os conceitos indígenas de *suma kawsay* e *suma kamaña*[25] para "leitores não-indígenas" toma como não-problemática a dificuldade de tradução entre mundos. Em particular, o movimento de tradução por meio da busca de similaridades e diferenças pressupõe que conceitos são culturais e parcialmente equivalentes. Assim, minha crítica aqui não convida a um abandono da tradução; ao contrário, meu objetivo é mover-me na direção de um tipo diferente de tradução, que a entenda como "uma atividade de abertura ao outro (um deslocamento de si), [já que] em tal transação identidade e alteridade estão inevitavelmente entrelaçadas, tornando o ato da tradução um processo de contínuo deslocamento" (Costa, 2013, p. 79[26]).

[24] N.T. Para a versão em português da Introdução, ver MIGNOLO, Walter; Oliveira Marco (tradutor). Colonialidade. O lado mais escuro da modernidade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 32, n° 94, junho 2017

[25] Há uma ampla controvérsia acerca da tradução deste conceito; a mais corrente é "bem viver", enquanto Mignolo sugere "viver em inteireza [*fullness*], viver em plenitude [*plenitude*]".

[26] N.T. Para a versão em português, ver LIMA COSTA, Claudia de. "Equivocação, tradução e interseccionalidade performativa: observações sobre ética e prática feministas descoloniais". In: BIDASECA, Karina; OTO, Alejandro de; OBARRIO, Juan; SIERRA, Marta (org.). *Legados, genealogias y memórias poscoloniales en América Latina: escritas fronterizas desde el Sur*. Buenos Aires: Godot, 2014. p. 273-306.

Um problema adicional é que, sem tomar parte em discussões ontológicas e, portanto, limitando a troca à dimensão das "ideias", criamos aquilo que Rivera Cusicanqui chama de uma "economia política do conhecimento" semelhante à troca global de mercadorias, onde "ideias que são exportadas como matéria prima retornam regurgitadas em uma mistura grandiosa como produto final" (Cusicanqui, 2010, p. 65). Para a autora, isso resulta na recolonização do conhecimento, povos indígenas vivendo no Sul tornando-se clientes de suas contrapartes no Norte. Na próxima e última sessão, aponto novos caminhos ao explicar como uma "virada ontológica" aborda as deficiências do programa de pesquisa MCD.

A virada ontológica[27] *e suas implicações políticas para o pluriverso*

A virada ontológica questiona o status da modernidade como a única alternativa possível. A modernidade é uma forma de produzir [*enacting*[28]] a realidade; ao lado dela, entretanto, encontram-se outras formas de produzir [*enacting*] múltiplas realidades: um pluriverso. Para Mario Blaser (2009, p. 877), "ontologias performam a si mesmas na forma de mundos". Isto significa que "aquilo que existe" é sempre o efeito de práticas ou performances. Bruno Latour resume como a modernidade é produzida [*enacted*] por meio de duas grandes divisões:

> [A] Grande Divisão Interna [entre Natureza e Cultura] responde pela Grande Divisão Externa [entre Nós e Eles]: nós [modernos] somos os únicos que diferenciam absolutamente entre Natureza e Cultura, entre Ciência e Sociedade, enquanto aos nossos olhos, todos os outros — sejam chinesas ou ameríndios, azande ou barouya — não podem separar aquilo que é conhecimento daquilo que é sociedade, aquilo que é um sinal daquilo que é uma coisa, aquilo que vem da Natureza tal como ela é daquilo de que suas culturas precisam (Latour, 1993, 99).

A indigenidade é uma das realidades constituídas nesta divisão—não como o "outro" do "eu" moderno, mas como a "diferença radical", a qual, segundo Marisol de la Cadena, é uma "relação" e não uma "crença", ou seja, é "uma condição que nos faz conscientes do nosso mútuo desentendimento, mas não nos informa

[27] Este conceito foi sugerido por Escobar (2007) no contexto de debates decoloniais acerca da política do desenvolvimento.
[28] N.T. A versão original em inglês utiliza o verbo "to enact". Por sugestão da autora, utiliza-se "produzir" (*to produce*) como tradução aproximada do texto original.

completamente “daquilo” que compõe tais desentendimentos” (de la Cadena, 2015, p. 6ª tr3). Por exemplo, a autora discute uma conversa que ocorreu entre ela — uma antropóloga peruana nascida em Cuzco (Peru) e professora de antropologia na Universidade da Califórnia — e o quechua Nazario Turpo. A conversa ocorreu quando participavam de um protesto contra operações de mineração que destruiriam uma montanha próxima ao lar de Nazario (de la Cadena, 2010, p. 339). Nazario expressa que Ausagante, conhecida[29] como “a montanha” por de la Cadena, não queria ser minerada: “Ausagante ficaria brava, poderia até mesmo matar pessoas”. Nesta conversa, a montanha, Ausagante, entra na cena política como um “ser-terra”, rejeitando a separação entre “natureza” e “humanidade” que fundamenta a modernidade e a teoria política (de la Cadena, 2010, p. 342). Neste caso, conceitos modernos não são suficientes para dar conta do desentendimento em questão. A história de Nazario excede o que pode ser pensado acerca da modernidade. O uso que Mariano faz da frase “não apenas” desafia os limites da modernidade e revela que uma modernidade “que vê a si mesma como ‘tudo’ é insuficiente” (de la Cadena, 2015, p. 15). A situação é similar àquela que Michel-Rolph Trouillot (1995[30]) narra acerca da Revolução Haitiana, feita por escravos. A Revolução era vista pelos intelectuais franceses da época como um não-evento, uma vez que estava além dos limites do “pensável”. O conceito de limite é emprestado de Ranajit Guha, que define “limite” como “a primeira coisa fora da qual não há *nada* a ser encontrado e a primeira coisa dentro da qual tudo pode ser encontrado” (*apud* de la Cadena 2010, p. 14). De la Cadena conclui que a “diferença radical” não é algo que pessoas possuem em função da cor da sua pele ou do seu gênero, e sim uma condição relacional que emerge devido à condição equívoca daquilo que está sendo produzido [*enacted*] (2015, p. 275).

Por meio de histórias como estas, de la Cadena transmite a mensagem de que os conceitos utilizados para traduzir outros conceitos importam e têm consequências. Que Ausagante ‘fica brava’ não é uma crença cultural; trata-se de uma “presença produzida [*enacted*] por meio de práticas cotidianas nas quais

[29] N.T.: A versão original do texto, em inglês, não atribui gênero a Ausagante. Diante da necessidade de fazê-lo em português, optou-se pelo feminino, ecoando a declinação de gênero do termo “a montanha”.
[30] N.T. Para a versão em português, ver TROUILLOT, Michel-Rolph. *Silenciando o passado*: poder e a produção da história. Curitiba: Huya, 2016.

runakuna[31] e seres-terra estão juntos" (de la Cadena, 2010, p. 339). A condição de "estar brava da ser-terra" não ser uma crença é uma "equivocação", definida pelo antropólogo brasileiro Eduardo Viveiros de Castro como um tipo de disjunção comunicativa que ocorre quando dois interlocutores que utilizam a mesma palavra não estão falando da mesma coisa, apesar de não saberem nem perceberem isso (Viveiros de Castro, 2004, p. 8[32]). Equivocações devem ser levadas a sério, uma vez que elas "evitam transformar aquilo que é dessemelhante naquilo que é igual" (de la Cadena, 2015, p. 27).

Uma virada ontológica também revela que o encontro entre mundos não se dá entre unidades constituídas discursivamente como "eu" e "outro", e sim por meio de "conexões parciais", um conceito utilizado por Marilyn Strathern (2004) para se referir a entidades não enquanto unidades independentes umas das outras, mas enquanto mantendo implícita e integralmente suas relações, rompendo assim com qualquer entendimento de unidade singular (de la Cadena, 2015, p. 32-33). Conforme explicado por de la Cadena, práticas de *runakuna* (quechuas) e *tirakuna* (seres-terra) são conectadas à modernidade sem, no entanto, estarem contidas pelos requisitos epistêmicos da representação (de la Cadena, 2015, p. 100).

Uma virada ontológica difere do programa MCD em sua conceitualização dos agentes políticos e da transformação. Enquanto mundos não estiverem "fora" da modernidade, mas forem produzidos [*enacted*] em relação à modernidade, toda agência advém do excesso ou do "não apenas" que permanece além dos limites de uma modernidade que vê a si mesma como "tudo que há" (de la Cadena, 2015, p. 14). É isto que ocorreu nas demandas territoriais na Bolívia, quando, em 1990, pessoas marcharam afirmando "Nós não queremos terra, nós queremos território". Lutas como esta interrompem o significado de território como terra mercantilizada; em seu lugar, o território torna-se um "lugar para a produção social da vida" (Rojas, 2016). Este entendimento relacional de terra também é predominante em comunidades indígenas como a Nação Dene no Canadá, onde "terra" envolve pessoas e animais, pedras e árvores, lagos e rios (Coulthard, 2014, p. 61). Um

[31] Runakuna são falantes monolíngues de quechua.
[32] N.T. Para a versão em português, ver VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. A Antropologia Perspectivista e o método da equivocação controlada, tradução de Marcelo Giacomazzi Camargo e Rodrigo Amaro. Aceno, *Revista de Antropologia do Centro-Oeste*, vol.5, n.10, ago-dez 2018, p. 247-264.

entendimento similar é descrito por Escobar para as comunidades afro-colombianas vivendo ao longo do rio Yurumanguí no Pacífico, onde "o manguezal é intimamente conhecido pelos habitantes, que percorrem com grande facilidade os estuários fractais que são criados junto com os rios e com o mar em constante movimento" (Escobar, 2015, p. 5). Escobar refere-se a "essa densa rede de interrelações" como uma "ontologia relacional", definida como aquela "na qual *nada antecede as relações pelas quais algo é constituído*. Dito de outra forma, coisas e seres são suas relações, eles não existem antes delas" (Escobar, 2015, p. 5, itálicos no texto original citado).

A perspectiva onto-epistemológica também engaja com o conhecimento colonial; entretanto, não busca uma desconexão [*delinking*][33] do conhecimento Ocidental. No lugar desta, a perspectiva onto-epistemológica vê neste engajamento uma oportunidade de desafiar os limites daquilo que a modernidade consegue conceber como estando dentro dos seus limites. De la Cadena pega emprestado de Isabelle Stengers (2005[34]) o convite para "desacelerar o pensamento" por meio da criação de uma consciência diferente dos problemas. Um convite similar foi formulado no chamado zapatista por "andar na velocidade do mais lento para dar passos seguros, que nos levam mais longe, com firmeza, para que cada passo seja um passo definitivo" (apud Ceceña, 2019, p. 87)[35].

Por fim, mas certamente não menos importante, a abordagem relacional onto-epistêmica oferecida por de la Cadena abre o mundo para desentendimentos ontológicos e, mais ainda, convida para uma política que seja contaminada por aqueles excessos que a Europa não poderia reconhecer como adequadamente políticos (de la Cadena, 2015, p. 282).

Conclusão: Perturbando a Política Internacional

[33] "Desconexão" [*Delinking*] é uma proposta de descolonização defendida por Mignolo (2007).
[34] N.T. Para a versão em português, ver STENGERS, Isabelle. A Proposição Cosmopolita. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 69, abr. 2018, p. 442-464.
[35] Em espanhol, "caminar caminar al paso del más lento para caminar firmes, para ir más lejos, con solidez, para que cada paso sea un paso definitivo."

Este artigo apontou para a colonialidade da política internacional moderna, convidando a substituição da narrativa moderna na forma do "outrora era cego, mas agora consegue ver" pela proposta de que o mundo moderno "existe ao lado de outros mundos" (Seth, 2013, p. 150). A "ecologia de saberes" de Santos (2006, p. 21) é uma forma de desafiar a violência dos conhecimentos universais. O "pensamento outro" de Escobar significa permitir ao pensamento "reengajar com a vida e atentamente andar lado a lado à incrível diversidade de formas de conhecimento possuídas por aqueles cujas experiências não são mais inteligíveis ao conhecimento acadêmico eurocêntrico, se é que um dia o foram" (Escobar, 2015, p. 1).

Perturbar o familiar exige um processo de "desaprendizado" que, de acordo com Chakrabarty, é um convite "para aprender a pensar o presente — o 'agora' que nós habitamos, por assim dizer — como irredutivelmente não-um [...]. No cerne deste exercício está uma preocupação em pensar o passado e o futuro de forma não-totalizante" (Chakrabarty, 2000, p. 994).

A proposta elaborada por de la Cadena refere-se à "diferença radical" como uma condição para perturbar o familiar e "desacelerar o pensamento" (de la Cadena, 2015, p. 275-277). A diferença radical não é, aqui, uma condição ligada a corpos marcados por gênero, raça ou etnicidade; ao contrário, trata-se de uma relação que coloca desentendimentos em diálogo e que torna visíveis os mecanismos que barram da cena política os seres-terra e a ontologia relacional (de la Cadena, 2010, p. 346; 2015, p. 275). Tal política não requer igualdade; ela é "fundamentada pela diferença" (de la Cadena, 2015, p. 286). Desta perspectiva, práticas de *runakuna*, como aquelas que Nazario descreve, apresentam um excesso que desafia a política moderna ao envolver seres não-humanos. Elas provocam rupturas no mundo das instituições modernas e revelam divergências entre mundos (de la Cadena, 2015, p. 282).

Participar de diálogos entre mundos fornece esperança para lidar com os problemas globais urgentes que a modernidade criou e não consegue resolver, como as mudanças climáticas, a monocultura, a acumulação perpétua e o desejo de 'progredir' a todo custo. Como Shilliam argumenta, modos alternativos de 'conhecer' e de 'ser' persistiram como "tradições de conhecimento vivas [*living knowledge*

traditions] dos povos colonizados" que "mantiveram um sopro persistente de vitalidade provendo a possibilidade de recuperar formas de pensamento e ação que enfrentam as injustiças globais de formas distintas à ciência colonial do olhar [*gaze*]" (Shilliam, 2015, p. 7). O projeto de Shilliam é voltado a traçar como povos colonizados continuaram a "cultivar conhecimentos 'lateralmente', podendo assim informar um projeto decolonial" (Shilliam, 2015, p. 3). Como eu argumentei em outro lugar, abordar o pluriverso é um projeto ético-político que convoca subjetividades capazes de se desidentificarem do capitalismo e, em seu lugar, desejarem e criarem mundos diversos. Essas subjetividades são fortalecidas por projetos coletivos de solidariedade, novas formas de sociabilidade, e visões alternativas de felicidade (Rojas, 2007, p. 585). Tais abordagens, voltando-se para alternativas às lógicas coloniais, constituem um projeto político distintamente diferente (em sua diversidade) e vieram a ser capturadas de forma ampla em termos de uma política da pluriversalidade. Como ilustrado, este não é um compromisso com uma forma de relativismo baseada na indiferença; pelo contrário, é um compromisso que deve ser pensado em termos de uma "emancipação-descolonização" (Rojas, 2013).

Nota da autora: Eu gostaria de agradecer a Heloise Weber por suas generosas e perspicazes contribuições desde o início deste artigo. Eu também me beneficiei de trocas muito frutíferas com Marisol de la Cadena, Mario Blaser, Arturo Escobar, Hans-Martin Jaeger e Ajay Parasram. Gostaria ainda de agradecer a ajuda editorial de Fazeela Jiwa, os comentários dos revisores anônimos e o apoio sempre construtivo dos editores deste número, João Pontes Nogueira e Jef Huysmans. Todos os erros permanecem meus. Este artigo contou com um financiamento do *Social Sciences and Research Council of Canada* (SSHRC).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANGHIE, ANTONY. 1996. "Francisco De Vitoria and the Colonial Origins of International Law." *Social and Legal Studies* 5 (3): 321-336.

APARICIO, JUAN RICARDO, and MARIO BLASER. 2008. "The 'Lettered City' and the Insurrection of Subjugated Knowledges in Latin America." *Anthropological Quarterly* 81 (1): 59 - 94.

BIGO, DIDIER, and R.B.J. WALKER. 2007. "Political Sociology and the Problem of the International." *Millennium: Journal of International Studies* 35 (3): 725-739.

BLASER, MARIO. 2009. "Political Ontology: Cultural Studies without 'Cultures'?" *Cultural Studies* 23 (5-6): 873-896.

BLASER, MARIO. 2010. *Storytelling Globalization from the Chaco and Beyond .* Durham: Duke University Press.

BLASER, MARIO. 2013. "Ontological Conflicts and the Stories of Peoples in Spite of Europe: Towards a Conversation in Political Ontology." *Current Anthropology* 54 (5): 547-568.

CASTRO-GÓMEZ, SANTIAGO. 2007. "The Missing Chapter of Empire: Postmodern Reorganization of Coloniality and Post-Fordist Capitalism." *Cultural Studies* 21 (2-3): 428-48.

CARDOSO, FERNANDO HENRIQUE, and ENZO FALETTO. 1971 [1979]. *Dependency and Development in Latin America.* Berkeley: University of California Press.

CECEÑA, ANA ESTHER. 2010. "Pensar la Vida y el Futuro de Otra Manera." In *Sumak Kawsay/ Buen Vivir y cambios civilizatorios*, edited by Irene León (Coord), 73-88. Quito: FEDAEPS.

CHAKRABARTY, DIPESH. 2000. *Provincializing Europe: Postcolonial Thought and Historical Difference*. Cambridge: Cambridge University Press.

CONWAY, JANET. 2013. *Edges of Global Justice. The World Social Forum and its 'Others.'* New York: Routledge.

COSTA, CLAUDIA DE LIMA. 2013."Equivocation, Translation, and Performative Intersectionality: Notes on Decolonial Feminist Practices and Ethics in Latin America." *Revista Anglo Saxonica* 3 (6): 75-98.

COULTHARD, GLEN SEAN. 2014. *Red Skins, White Masks.* Minneapolis: University of Minnesota Press.

DE COURCELLES, DOMINIQUE. 2005. "Managing the Word: The Development of Jus Gentium by Theologist of Salamanca in the Sixteenth Century." *Philosophy and Rhetoric* 38 (1): 1-15.

DE LA CADENA, MARISOL. 2010."Indigenous Cosmopolitics in the Andes: Conceptual Reflections beyond 'Politics'." *Cultural Anthropology* 25 (2): 334-370.

DE LA CADENA, MARISOL. 2015. *Earth Beings: Ecologies of Practice across Andean Worlds.* Durham: Duke University Press.

DUSSEL, ENRIQUE. 1993. "Eurocentrism and Modernity (Introduction to the Frankfurt Lectures)." In *The Postmodernism Debate in Latin America. A Special Issue of Boundary 2*, edited by John Beverly and José Oviedo, 65-76. Durham: Duke University Press.

DUSSEL, ENRIQUE. 1998. *Ética de la Liberación en la Edad de la Globalización y la Exclusión.* Madrid: Editorial Trotta.

DUSSEL, ENRIQUE. 1999. "Más Allá del Eurocentrismo: El Sistema-Mundo y los Límites de la Modernidad." In *Pensar (en) los Intersticios. Teoría y Práctica de la Modernidad*, edited by Santiago Castro-Gómez, Oscar Guardiola-Rivera, and Carmen Millan-de-Benavides, 148-156. Bogotá: CEJA.

DUSSEL, ENRIQUE. 2002. "World-System and 'Trans'-Modernity." *Nepantla: Views from the South* 3 (2): 221-244.

DUSSEL, ENRIQUE. 2009. "A New Age in the History of Philosophy: The World Dialogue between Philosophical Traditions." *Philosophy and Social Criticism* 35(5): 499-516.

ESCOBAR, ARTURO. 2007. "Worlds and Knowledges Otherwise: The Latin American Modernity/Coloniality Research Program." *Cultural Studies* 21 (2 - 3): 179 - 210.

ESCOBAR, ARTURO. 2008. *Territories of Difference. Place, Movements, Life, Redes.* Durham: Duke University Press.

ESCOBAR, ARTURO. 2015. "Thinking-Feeling with the Earth: Territorial Struggles and the Ontological Dimensions of the Epistemologies of the South." Unpublished paper.

FEDERICI, SILVIA. 2004. *Caliban and the Witch.* Brooklyn: Autonomedia.

FRANK, ANDRE G. 1978. *Dependent Accumulation and Underdevelopment.* London: Macmillan.

GONZÁLEZ CASANOVA, PABLO. 1965. "Internal Colonialism and National Development." *Studies in Comparative International Development* 1 (4): 27-37.

HANLON, DAVID. 2009. "The 'Sea of Little Lands': Examining Micronesia's Place in 'Our Sea of Islands.'" *The Contemporary Pacific* 21 (1): 91-110.

HOBBES, THOMAS. 1968. *Leviathan.* New York: Penguin Classics.

ICAZA, ROSALBA AND VÁZQUEZ, ROLANDO. 2013. "Social Struggles as Epistemic Struggles." *Development and Change* 44 (3): 683-704.

KAY, CRISTÓBAL. 1989. *Latin American Theories of Development and Underdevelopment*. London: Routledge.

LATOUR, BRUNO. 1993. *We Have Never Been Modern.* Cambridge: Harvard University Press.

LUGONES, MARIA. 2010. "Towards a Decolonial Feminism." *Hypatia* 25 (4): 742-759.

MALDONADO-TORRES, NELSON. 2008. *Against War: Views from the Underside of Modernity*. Durham, NC: Duke University Press.

MIGNOLO, WALTER D. 2000. *Local Histories/Global Designs: Coloniality, Subaltern Knowledges, and Border Thinking.* Princeton: Princeton University Press.

MIGNOLO, WALTER D. 2007. "Delinking: The Rhethoric of Modernity, the Logic of Coloniality and the Grammar of De-coloniality." *Cultural Studies* 21 (2): 449-514.

MIGNOLO, WALTER D. 2011. *The Darker Side of Western Modernity. Global Futures, Decolonial Options.* Durham: Duke University Press.

PAGDEN, ANTHONY. 2003. "Human Rights, Natural Rights and Europe's Imperial Legacy." *Political Theory* 31 (2): 171-199.

PRATT, MARY LOUSIE. 1992. *Imperial Eyes. Travel Writing and Transculturation*. London: Routeledge.

QUIJANO, ANIBAL. 2000. "Coloniality of Power, Eurocentrism and Latin America." *Nepantla: Views from the South* 1 (3): 533-580.

QUIJANO, ANIBAL. 2007. "Coloniality and Modernity/Rationality." *Cultural Studies* 21 (2-3): 168-178.

RIVERA CUSICANQUI, SILVIA. 1987. *Oppressed but not Defeated. Peasant Struggles among the Aymara and Qhechwa in Bolivia, 1900-1980.* Geneva, United Nations Research Institute for Social Development.

ROJAS, CRISTINA. 2002. *Civilization and Violence: Regimes of Representation in 19th Century Colombia.* Minneapolis: University of Minnesota Press.

ROJAS, CRISTINA. 2007. "International Political Economy/Development Otherwise." Globalizations 4 (4): 573-587.

ROJAS, CRISTINA. 2016. "Assessing the 'Process of Change' in Bolivia through Ontological Negotiations for the Pluriverse." Unpublished paper.

SAID, EDWARD. 1979. *Orientalism*. New York: Vintage Books, Random House.

SANTOS, BOAVENTURA DE SOUSA. 2006. *The Rise of the Global Left: The World Social Forum and Beyond.* New York: Zed Books.

SETH, SANJAY. 2013. "'Once Was Blind but Now I Can See': Modernity and the Social Sciences." *International Political Sociology* 7 (2): 136-151.

SHILLIAM, ROBBIE. 2015. *The Black Pacific: Anti-Colonial Struggles and Oceanic Connections*. London: Bloomsbury.

SLATER, DAVID. 2004. *Geopolitics and the Post-colonial. Rethinking North-South Relations.* Cornwall, UK: Blackwell.

SMITH, LINDA TUHIWAI. 1999. *Decolonizing Methodologies. Research and Indigenous Peoples.* London: Zed Books and University of Otago.

STAVENHAGEN, RUDOLPHO. 1974. "The Future of Latin America: Between Underdevelopment and Revolution." *Journal of Latin American Perspectives* 1 (1): 124-148.

STENGERS, ISABELLE. 2005. "The Cosmopolitan Proposal." In *Making Things Public: Atmospheres of Democracy*, edited by Bruno Latour and Peter Weibel, 994-1004. Cambridge Mass.: MIT University Press.

STRATHERN, MARILYN. 2004. *Partial Connections.* New York: Altamira.

TROULLIOT, MICHEL-RALPH. 1995. *Silencing the Past: Power and the Production of History*. Boston: Beacon Press.

VERRAN, HELEN. 2012. "Engagements Between Disparate Knowledge Traditions: Towards Doing Differences Generatively and in Good Faith." In *Contested Ecologies: Dialogues in the South on Nature and Knowledge,* edited by Leslie Green, 141-160. Cape Town: HSRC.

VIVEIROS DE CASRO, EDUARDO. 2004. "Perspectival Anthropology and the Method of Controlled Equivocation." *Tipití. Journal of the Society for the Anthropology of the Lowland South America* 2 (1): 3-22.

WALKER, R.B.J. 1988. *One World, Many Worlds: Struggles for a Just World Peace.* Boulder: Lynne Rienner Publishers.

MONÇÕES
Revista de Relações Internacionais da UFGD
ISSN 2316-8323

A AMBIVALÊNCIA DA POLÍTICA EXTERNA CHINESA E O PROGRAMA NUCLEAR DA COREIA DO NORTE

Bruna Miranda Dias
Graduada em Relações Internacionais pela Universidade Vila Velha (UVV).

Helvécio de Jesus Júnior
Doutor em História pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES); Mestre em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RIO) e Professor titular do curso de Relações Internacionais da Universidade Vila Velha (UVV).

RESUMO: O presente estudo busca analisar a relação China-Coreia do Norte e como a questão nuclear contribuiu para moldar a forma com que a política externa chinesa é implementada na região ao longo dos anos. Essa relação, que teve seu início marcado com a Guerra da Coreia, pode ser vista através de uma série de pensamentos convencionais e que ao longo do tempo serviram para explicar a maneira ambivalente como a China se portou para com a Coreia do Norte. Não obstante, após mais de uma década de testes com Armas de Destruição em Massa norte-coreanos, o modo pelo qual os assuntos de segurança internacional se desenvolveram fez com que esses pensamentos se tornassem insuficientes para explicar o comportamento de uma China, que agora ocupa uma posição de grande potência mundial, e possui maior responsabilidade para com a comunidade internacional, dada a ameaça que a República Democrática Popular da Coreia (RDPC) passou a representar.

PALAVRAS-CHAVE: China; Coreia do Norte; Questão Nuclear.

THE AMBIVALENT CHINESE FOREIGN POLICY AND THE NORTH KOREA'S NUCLEAR PROGRAM

ABSTRACT: The present essay aims to analyze the China-North Korea relationship and also how the nuclear issue has contributed to shape the way chinese foreign policy is implemented in the region throughout the years. This relationship, which had its beginning marked by the Korean War, can be seen through a series of conventional thoughts that for a long time served as an explanation to the ambivalent way China has been behaving towards North Korea. Nevertheless, after more than one decade of North-Korean Weapons of Mass Destruction (WMD) tests, the way how the international security issues have developed made these thoughts no longer sufficient to explain the behavior of a China that now occupies a place of a great global power, and has also a lot more responsibility to the international community given the threat Democratic People's Republic of Korea (DPRK) has become.

KEYWORDS: China; North Korea; Nuclear issue.

1. Introdução

Durante mais de meio século China e Coreia do Norte mantêm uma relação marcada por uma série de acontecimentos importantes na história mundial. Se o início dessa cooperação se deu em 1950, com a Guerra da Coreia, onde ao ver seu território ameaçado por uma invasão de tropas estadunidenses, a China enviou auxílio ao exército norte-coreano, hoje essa relação pode ser analisada por um outro ponto de vista.

Desta maneira, o artigo visa analisar através de fatos históricos e empíricos, a relação entre China e Coreia do Norte, de forma a pontuar como a política externa chinesa tem se mostrado ambivalente ao longo dos anos. Seja em sua atuação no Conselho de Segurança da ONU, nas Six Party Talks, ou nas diversas formas de comércio utilizadas entre *Beijing* e *Pyongyang*, há sempre na forma como a China trata a questão nuclear norte-coreana, uma dualidade questionada pela comunidade internacional em seu comportamento. Portanto, com a finalidade de abranger pontos importantes para o entendimento das ações de política externa chinesa para com a Coreia do Norte no que diz respeito à questão nuclear, bem como das possíveis consequências e cenários para os quais essas contribuem, foram designadas 4 seções específicas ao longo do artigo.

A primeira seção, intitulada: *A relação China-Coreia do Norte: entendendo o contexto histórico*, foi desenvolvida com o intuito de configurar uma perspectiva geral de como a cooperação entre os dois países se deu desde seu início em 1950 até dias mais atuais, de forma a situar os acontecimentos históricos que marcaram essa relação desde seu começo.

Já a segunda seção, nomeada: *As peculiaridades da política externa chinesa para a Coreia do Norte*, tem o intuito de mostrar como se dá a ambivalência da política externa chinesa em relação a Coreia do Norte, principalmente no que diz respeito ao posicionamento chinês sobre a questão nuclear, que tem se agravado no decorrer dos anos. Esta seção se aprofunda também no conceito de *pequeno poder*, explicando a razão pela qual a Coreia do Norte pode ser caracterizada como tal e o que isso significa, não só em seu modo de agir com a China, mas com todos os outros países de seu interesse.

A terceira seção, com o título: *Os benefícios e os prejuízos da relação dual e contraditória*, trata da cooperação entre os dois países e as vantagens e desvantagens que ela traz para cada um deles, seja no campo político-estratégico ou na área econômica. Essa seção se propõe a demonstrar, mais uma vez, através de análise de dados, o quão ambivalente tem sido a política externa chinesa em face dos prós e contras de sua relação com a Coreia do Norte. Por fim, em decorrência da ameaça que a República Democrática Popular da Coreia (RDPC) passou a representar perante a comunidade internacional, e devido a novos fatores de mudança no cenário internacional, como a recente transição do governo estadunidense em 2017, de Obama para Trump, a última seção busca analisar três possíveis cenários para a resolução do impasse nuclear, como resultado do aumento das tensões na península coreana.

2. A relação China-Coreia do Norte: entendendo o contexto histórico

Ao analisarmos a relação entre China e Coreia do Norte temos de levar em conta o fato histórico que marca o início do que mais tarde se tornaria uma política ambivalente por parte da China: a Guerra da Coreia (1950-1953). Quando ao ver *Pyongyang*, capital da Coreia do Norte, tomada pelas tropas do general MacArthur, que se aproximava do Rio Yalu, na fronteira sino-coreana, a China iniciou seus preparativos militares de modo a deixar claro que não toleraria uma Coreia do Norte devastada. Assim, a China entrou no conflito em novembro de 1950 fazendo com que as tropas da ONU recuassem (VIZENTINI e PEREIRA, 2014). O conflito terminou com a assinatura de um armistício, e deixou as duas Coreias arrasadas e separadas pelo paralelo 38, onde se encontra a Zona Desmilitarizada.

Com o Sul recebendo o apoio dos Estados Unidos, o Norte ficou dependente da União Soviética e da China, de modo que *Beijing* e *Pyongyang* passavam a estar conectados também pela ideologia comunista. Não apenas sua ideologia contribuiu para que os laços entre os dois países pudessem ser aprofundados, mas principalmente pelo fato de que a Coreia do Norte passava então a representar um Estado-tampão para a China, de maneira que manteria as tropas estadunidenses

estacionadas na vizinha Coreia do Sul, longe de uma parte sensível do território chinês (VIZENTINI e PEREIRA, 2014).

Em 1961 esta aliança estratégica seria ratificada com a assinatura do Tratado de Amizade, Cooperação e Assistência Mútua entre a República Popular da China (RPC) e a Coreia do Norte. Tratado esse que previa, no caso de uma das partes ser atingida por um ou mais Estados, e se encontrasse em estado de guerra, envio de total auxílio militar da outra parte[1].

Não obstante, a década seguinte trouxe consigo uma mudança nas relações político-diplomáticas entre *Beijing* e *Washington*. Ao se estabelecer a chamada "Diplomacia do Ping-Pong", a China começava a sua reaproximação com os Estados Unidos, além de passar a ocupar oficialmente um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU, antes ocupado por um representante de Taiwan, em uma demonstração contrária à URSS. Tal reaproximação fez com que *Pyongyang* visse sua relação com *Beijing* se deteriorar (VIZENTINI e PEREIRA, 2014). Essa mudança na política externa chinesa configurava o rascunho de como seria o tratamento para com a Coreia do Norte, uma vez que a China agora começava a trilhar o caminho que a firmaria como um *Global Player*, principalmente na área econômica, e não somente como um líder regional. Enquanto isso, a Coreia do Norte entendia a atitude chinesa como uma traição, o que forçou *Pyongyang* a buscar uma aproximação com *Seoul*. Essa atitude provocou a seguinte reação do governo chinês, conforme afirma Lee (1996, p. 67-68):

> Os chineses acolhiam o diálogo entre Pyongyang e Seoul (...). Ainda que reiterando seu comprometimento para com a defesa norte-coreana e expressando preocupação acerca da modernização militar sul-coreana, os chineses esperavam que o Comunicado Intercoreano serviria como quadro para a institucionalização da cooperação pacífica e da estabilidade militar na Península Coreana. Eles estavam receosos de que uma escalada das tensões na Coréia poderia perturbar o frágil novo relacionamento chinês com os EUA e com o Japão, ou que a URSS poderia tirar vantagem da situação instável para avançar com

[1]Um ataque iniciado pela Coreia do Norte à vizinha Coreia do Sul, ao Japão e/ou aos Estados Unidos, no entanto, não abrange os termos deste tratado. Se isso de fato acontecesse, *Beijing* estaria desobrigada de enviar auxílio a *Pyongyang*. Caso o cenário seja inverso, e qualquer outro país faça o primeiro ataque à Coreia do Norte, a China sim teria de enviar apoio à RDPC. Porém, segundo Shen Dingli (2006), Beijing demonstra cada vez menos interesse em cumprir o Artigo II do Tratado de Amizade, Cooperação e Assistência Mútua, feito com *Pyongyang*.

> seus interesses estratégicos de longa-data na Coréia. (apud. MELCHIONNA, 2011, p.24).

Mas *Pyongyang* nunca deixou de representar uma importante chave na estratégia geopolítica de *Beijing*, e Kim Il-Sung, o primeiro-ministro e depois presidente norte-coreano de 1949 a 1994, entendia isso de forma que procurava se beneficiar da rivalidade entre China e União Soviética (URSS), como expõe Lee (1996, p. 70):

> No início dos anos 1980, os chineses competiam vigorosamente com a URSS para cortejar Pyongyang por meio de garantias de segurança, patrocínio diplomático, e assistência econômica (...). Os chineses não podiam se dar ao luxo de perder a Coreia do Norte como aliada militar ou de vê-la apoiar a estratégia soviética na região do Pacifico: se a Coreia do Norte permitisse que a URSS aquartelasse divisões na península ou utilizasse Najin ou Nampo como bases navais, a segurança da China estaria ameaçada. Como havia sido durante a Guerra da Coreia, os chineses acreditavam que qualquer força militar estrangeira na Coreia do Norte ameaçaria seus interesses na região Nordeste e no Mar Amarelo. Dado a deterioração das relações da China com outros países socialistas, tais como Vietnã, Cuba, Mongólia e Albânia, a importância relativa da Coreia do Norte ampliou-se. (apud. MELCHIONNA, 2011, p. 27).

Após a ascensão ao poder na China de Deng Xiaoping e a consequente mudança na orientação da política externa chinesa, agora voltada para a promoção da estabilidade econômica do país assim como a paz regional, a China passou a buscar parceiros econômicos vizinhos como o Japão e a Coreia do Sul. Além disso, *Beijing* buscou também reestabelecer os laços com a URSS o que limitou o poder de barganha da Coreia do Norte que passou a buscar outros aliados em países do Terceiro Mundo (MELCHIONNA, 2011).

Já na década de 1990, após o colapso da União Soviética e, consequentemente, o fim da Guerra Fria, a Coreia do Norte sofreu com os impactos da perda de um dos seus maiores parceiros e ainda mais com as enchentes de 1995 e 1996 e a seca de 1997 que configuraram o período marcado como a Grande Fome, o que resultou na morte de aproximadamente 2 milhões de norte-coreanos. Além disso, em 1994 com o falecimento de Kim Il-Sung e decorrente instabilidade política, sobe ao poder Kim Jong-Il. É também durante a década de 1990 que a China estreita suas relações com a Coreia do Sul de modo a não vetar mais sua

entrada na Organização das Nações Unidas (ONU), adotando assim, não mais a política de "uma Coreia", mas sim a que assume atualmente, "duas Coreias" (MELCHIONNA, 2011).

A aproximação chinesa da Coreia do Sul sinalizava, portanto, uma mudança em sua política externa para o leste asiático. Conforme explica Melchionna (2011), *Beijing* passa, a partir dos anos 1990, a implementar uma nova política para a região que visava substituir a antiga tensão que a bipolaridade das décadas passadas imprimiu na península. Desta forma, a China começa a dar maior prioridade em sua política aos países vizinhos do leste asiático, especialmente às duas Coreias.

Por outro lado, enquanto *Beijing* se esforçava por se aproximar de *Seoul*, a Coreia do Norte, via na presença dos Estados Unidos com suas ogivas nucleares à postos na vizinha Coreia do Sul durante o período da Guerra Fria, uma razão mais do que suficiente para perseguir a capacidade nuclear, o que já na década de 1990 e no início do século que estava por vir, daria a *Pyongyang* novamente poder de barganha, desta vez, porém entre China e Estados Unidos.

Segundo Sivels (2013), a data estimada do início do programa nuclear norte-coreano é a década de 1950. Muitos de seus cientistas de primeira geração foram educados em universidades do Japão na década de 1930 e haviam retornado em 1940. Já a segunda geração teria se beneficiado tanto da expertise dos cientistas de primeira geração, quanto do aprimoramento do conhecimento fornecido pelo treinamento avançado na União Soviética, a qual em 1956 assinaria acordos de uso pacífico de energia atômica e colaboração em estudos de ciência nuclear. Com a ajuda da URSS, em 1962, seria implantado em *Yongbyon* na Coreia do Norte, o Centro de Pesquisas em Energia Atômica, bem como seriam fornecidos diversos equipamentos necessários à pesquisa e desenvolvimento nuclear.

Em abril de 1985 a RDPC passou a integrar o quadro de países membros do Acordo de Não Proliferação Nuclear, além de ter ingressado na Agência de Energia Atômica Internacional (AEAI), por pressão da União Soviética, e assinou acordos que permitiriam a AEAI inspecionar os sítios do programa nuclear norte-coreano (SIVELS, 2013). Contudo, quando a AEAI solicitou uma inspeção especial em *Yongbyon* sob suspeitas de maior reprocessamento de plutônio, a Coreia do Norte não somente impediu a inspeção, como também ameaçou se retirar do Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares (TNP) (MELCHIONNA, 2011).

Mediante a instabilidade da situação, conforme citado por Lee (apud MELCHIONNA, 2011, p.43), a China se viu diante de um grande dilema, de forma que:

> A China favorecia uma Coréia desnuclearizada e uma resolução negociada da questão nuclear norte-coreana, mas se opunha a quaisquer sanções econômicas patrocinadas pela ONU contra a Coréia do Norte ou a um ataque aéreo contra as instalações nucleares norte-coreanas porque ela percebia que qualquer uma destas ações poderia desencadear uma séria confrontação militar na península coreana.

Posteriormente, com o colapso do Acordo Quadro, assinado entre *Pyongyang* e *Washington*, e que demandava da Coreia do Norte a permanência no TNP, e com a interrupção das inspeções feitas pela AIEA em seu território, assim como a paralisação do envio de petróleo pesado por parte da Organização para o Desenvolvimento Energético da Península Coreana (*KEDO*)[2] à RDPC, em 2003 a Coreia do Norte se retira do Tratado de Não Proliferação, o que resulta em uma outra iniciativa, as *Six Party Talks* (SIVELS, 2013).

As *Six Party Talks* (*SPT*) tinham o objetivo de amenizar a crise e tentar convencer *Pyongyang* a abrir mão de seu programa nuclear através do diálogo. Integravam as rodadas das conversações a Coreia do Norte, a China, os Estados Unidos, a Coreia do Sul, o Japão e a Rússia. No entanto, ao apresentarem sua proposta, os Estados Unidos sofreram rejeição dos termos por parte de *Pyongyang*. Já China e Rússia demonstravam certo apoio a alguns termos da proposta *reward for freeze*[3]*,* apresentada pela Coreia do Norte, e passaram a demonstrar discordância em relação ao discurso adotado por Bush (MELCHIONNA, 2011). Assim, em fevereiro de 2005 a Coreia do Norte interrompeu as *Six Party Talks*, alegando a não produtividade das conversações e somente em julho de 2005, sob pressão chinesa, *Pyongyang* voltaria a integrar as rodadas, mas por um curto período de tempo. Desta vez, devido ao corte dos fundos norte-coreanos por parte

[2]A *KEDO*, sigla que significa no inglês *Korean Peninsula Energy Development Organization*, foi criada inicialmente pelos Estados Unidos, Japão e Coreia do Sul, e tinha o intuito de fornecer auxílio à Coreia do Norte na construção de dois reatores de água-leve e 500 mil toneladas de petróleo pesado, segundo os termos de compromisso do Acordo Quadro.

[3]*Reward for freeze* representa o termo usado para se referir à proposta inicial norte-coreana nas *Six Party Talks*, e que segundo Melchionna (2011) "incluía uma garantia formal de não agressão dos EUA; um congelamento de longo-prazo de seu programa nuclear de reprocessamento de plutônio; e a retenção pelo país de um programa nuclear com fins pacíficos".

dos Estados Unidos, em novembro de 2005, a Coreia do Norte interromperia novamente as *Six Party Talks,* o que resultou no primeiro teste nuclear norte-coreano em outubro de 2006 (SIVELS, 2013).

De acordo com Feng (2006), a atitude da China começou a mudar após os constantes relatos de iminentes testes de mísseis de longo alcance por parte da Coreia do Norte, em junho de 2006, o que fez com que, pela primeira vez, *Beijing* demandasse de *Pyongyang* o encerramento de suas atividades nesse campo. Porém, como uma demonstração de desprezo ao esforço chinês de trazer estabilidade à península coreana, *Pyongyang* prosseguiu com os testes, até seu primeiro teste nuclear em outubro de 2006. Assim, em uma mudança significativa com relação à política adotada anteriormente para a Coreia do Norte, que não concordava com a imposição de sanções, pensando ser uma forma de evitar o aumento das tensões, a China adotou a Resolução 1695 do Conselho de Segurança que condenava os testes com mísseis realizados e impunha sanções limitadas (FENG, 2006).

Após o primeiro teste nuclear norte-coreano, *Beijing* se viu forçada a adotar uma nova Resolução do Conselho de Segurança, a Resolução 1718, que impunha novas sanções à Coreia do Norte, fato que reafirmava a mudança no comportamento chinês. Contudo, mesmo essa Resolução só foi adotada depois de revisada, e da retirada de imposições mais duras contra a *Pyongyang* (FENG, 2006).

Não obstante, a retomada das *Six Party Talks* que parecia estar ainda mais distante em vista dos acontecimentos, voltou a ocorrer em dezembro de 2006. Demonstrando, ao contrário das expectativas, certa melhora em 2007, quando foi assinado um novo acordo entre os países membros e que concedia por parte dos Estados Unidos, alguns dos requerimentos feitos pela Coreia do Norte. Por sua vez, a RDPC se comprometia a desativar seu sítio nuclear em *Yongbyon* e permitir novamente a entrada da AEAI para inspeção. No entanto, novas divergências surgiram entre *Pyongyang* e *Washington* fazendo com que as rodadas não obtivessem nenhum progresso e, dessa forma, as conversações foram novamente interrompidas em 2008 (MELCHIONNA, 2011).

Um novo teste nuclear norte-coreano aconteceria em maio de 2009, o que segundo Glasser (2009), teria deixado *Beijing* furiosa com a RDPC. O segundo teste nuclear norte-coreano levou a China a adotar sanções mais duras do que o previsto

na Resolução 1718 e que dizia respeito ao primeiro teste nuclear norte-coreano. Mas apesar de desejar uma península coreana desnuclearizada, a China sabia do risco que corria caso pressionasse em demasia a Coreia do Norte (GLASSER, 2009).

A adoção da Resolução 1874 do Conselho de Segurança seguiu-se de um pronunciamento do porta-voz do Ministro das Relações Exteriores da China, que segundo Glasser (2009), reafirmava a oposição chinesa ao teste, mas enfatizava que as sanções adotadas pela China não tinham a intenção de punir a RDPC, e sim de persuadi-la a reconsiderar as suas ações e retomar as negociações. A resposta oficial do governo chinês ao teste seguia essa mesma lógica. Demandava o comprometimento norte-coreano com a desnuclearização e sua volta as *Six Party Talks*, dessa forma demonstrando mais uma vez sua oposição ao teste.

Contudo, a Coreia do Norte ainda realizaria mais testes nucleares, sendo o terceiro deles conduzido em fevereiro de 2013 e com o rendimento previsto pelo Ministério da Defesa da Coreia do Sul entre 6 e 7 kilotons, o que caracteriza um aumento significativo se comparado aos testes anteriores que alcançaram 1 Kt (2006) e 4 Kts (2009). Esse novo teste também contribuía para a percepção da potencial melhora da capacidade norte-coreana em produzir ogivas nucleares suficientemente pequenas para que coubessem em um míssil intercontinental balístico (SIVELS, 2013). O novo teste nuclear norte-coreano provocou na China uma reação parecida com as anteriores. *Beijing* adotou então a Resolução 2094 do Conselho de Segurança que autorizava a imposição de novas sanções a *Pyongyang* (WANG, 2014).

Em 2016, a Coreia do Norte faria mais dois novos testes nucleares, um em janeiro e outro, o quinto até então, em setembro deste mesmo ano. Ambos foram seguidos pela adoção unânime do Conselho de Segurança das Resoluções 2270 e 2321, respectivamente, e que condenavam as atividades nucleares de *Pyongyang* de maneira veemente, reafirmando a violação das Resoluções anteriores, bem como a violação do TNP.

Em resposta ao primeiro teste de 2016, a porta-voz do governo chinês, HuaChunying, disse que:

> A China está firme em sua posição de que a Península Coreana deveria ser desnuclearizada e a proliferação nuclear deveria ser

> evitada para que sejam mantidas a paz e a estabilidade no Nordeste Asiático. Incitamos fortemente a RDPC a honrar seu compromisso com a desnuclearização, e a cessar qualquer ação que venha a deteriorar a situação.(CHUNYING, 2016, tradução nossa).[4]

Na ONU, o representante chinês disse que a Resolução 2270 serviria como um ponto de partida para aliviar as tensões na península coreana, dando ênfase à retomada das negociações de paz e ao avanço da desnuclearização da região.

Em março de 2017, segundo dados divulgados no site do Ministério das Relações Exteriores chinês, representantes do Governo da China e dos Estados Unidos se reuniram com o propósito de discutir a situação da península coreana. Ambos os lados teriam então demonstrado a vontade de contribuir para a diminuição das tensões e a promoção da desnuclearização e estabilidade da região.

Todo o esforço diplomático chinês, contudo, não impediu que em julho de 2017 a RDPC realizasse novos lançamentos de mísseis balísticos de longo alcance, aumentando as tensões entre os Estados Unidos na Península Coreana, e assim resultando no sexto teste nuclear norte-coreano em 3 de setembro deste mesmo ano.

3 As peculiaridades da política externa chinesa para a Coreia do Norte

Ao longo das décadas o crescimento chinês e o lugar que a China passou a ocupar no cenário internacional moldou a sua política externa para seus vizinhos asiáticos, especialmente a Coreia do Norte. A política de “diplomacia periférica”, ou *周边外交, zhoubianwaijiao,* adotada pela China a partir dos anos 1990 para se relacionar com os países asiáticos, enfatiza a postura de um comportamento que vem a ser caracterizado por um viés muito mais diplomático que de confronto, uma vez que *Beijing* passa então a assumir um posicionamento alinhado ao de uma potência em ascensão, e que almeja solidificar seu lugar no cenário internacional

[4] China is steadfast in its position that the Korean Peninsula should be denuclearized and nuclear proliferation should be prevented to maintain peace and stability in Northeast Asia. We strongly urge DPRK to honor its commitment to denuclearization, and to cease any action that may deteriorate the situation.

(MENEGAZZI, 2017). Não obstante, a China ainda mantém uma política ambivalente perante a comunidade internacional, que ao observar o comportamento chinês em relação a península coreana, o faz com desconfiança.

Essa mudança no posicionamento chinês, que incluiu a retomada das relações com países como a Coreia do Sul, Japão e Estados Unidos, aliada ao comportamento dual com relação a questão nuclear norte-coreana, fez com que o que anteriormente, durante o período da Guerra Fria, era tido como afinidade e motivo de aproximação entre *Pyongyang* e *Beijing*, não mais fosse suficiente para manter essa conexão. A partir do momento em que a Coreia do Norte passou a realizar testes nucleares e com mísseis balísticos de longo alcance, demonstrando cada vez menos compromisso em cooperar na estabilização do cenário internacional, as relações entre China e RDPC sofreram certo esfriamento, porém não deixaram de existir (WANG, 2014).

Em discurso realizado em 2013, após o terceiro teste nuclear norte-coreano, o Ministro das Relações Exteriores Chinês, Yang Jiechi, ao se pronunciar sobre a adoção da Resolução 2094, reforçou que essa medida não deveria caracterizar uma mudança fundamental na direção da política entre China e Coreia do Norte (WANG, 2014).

Na visão de Wang (2014) o modo como a China implementa sua política externa com relação a *Pyongyang* pode ser explicado através de três motivos principais. O primeiro deles diz respeito ao comportamento da Coreia do Norte que, ao agir segundo os seus próprios interesses perante a comunidade internacional, faz disso uma vantagem para uso de barganha com a China. O que leva ao segundo motivo que assume que *Beijing* tem muito mais a perder em um conflito na região e por isso fica, de certo modo, refém das ações de *Pyongyang*. O terceiro e último ponto na visão de Wang, fala sobre a crescente presença militar dos Estados Unidos na região e principalmente na vizinha Coreia do Sul, fato que contribui para o aumento da desconfiança de *Beijing* em relação a Washington.

Para explicar a ambivalência da relação China-Coreia do Norte, Wang (2014) utiliza a teoria de “Pequeno Estado, Grande Influência” baseada no artigo de Robert Keohane “*The Big Influence of SmallAllies*”, onde o autor analisa a influência de pequenos Estados sobre grandes potências, usando como exemplo a relação dos Estados Unidos com países como Israel e *Taiwan*. Dessa forma, um *pequeno poder*

é um Estado que, como a RDPC, tem seu interesse individual como primordial, e independente das consequências em maior escala, está disposto a adotar medidas drásticas, no caso de *Pyongyang*, iniciar uma guerra nuclear, uma vez que os resultados de uma ação assim não seriam tidos pelo *pequeno poder* como um prejuízo tão grande quanto para uma grande potência, como a China que tem muito mais a perder que a Coreia do Norte.

Segundo Rothstein (apud WANG, 2014, p.17, tradução nossa):

> Um Pequeno Poder é um estado que tem o conhecimento de que não pode obter segurança primariamente apenas com o uso de suas capacidades, e que deve depender fundamentalmente da ajuda de outros estados, instituições, processos, ou desenvolvimentos para tanto; a crença do Pequeno Poder em sua inabilidade de dependência em seus próprios recursos deve também ser reconhecida pelos outros estados envolvidos na política internacional.[5]

Dessa forma, de acordo com o conceito de *pequeno poder*, a Coreia do Norte seria um Estado que entende sua dependência de outros Estados, principalmente da China, mas que a usa em seu próprio favor. No entanto, apesar de ser um *pequeno poder*, estritamente fechado e com um regime comunista rígido, *Pyongyang* conseguiu organizar um exército nacional, e aprimorar sua capacidade nuclear, ainda que essa não possa ser mensurada com exatidão, sendo percebida através da evolução dos testes realizados desde 2006. Deste modo, segundo Wang (2014), a RDPC constitui um *pequeno poder* instável e, que por não se julgar responsável, muito menos preocupado com as consequências para a comunidade internacional, pode estar disposto a levar suas provocações até o colapso com um conflito nuclear, uma vez que enxerga seu poderio nuclear como a melhor forma de sobrevivência para seu regime.

Já para a China que possui vantagens sobre a Coreia do Norte, utilizá-las se torna cada vez mais uma tarefa difícil. Com o arrefecimento das tensões na península no ano de 2017, a perda com um conflito na região representaria para Beijing um peso muito maior para a si do que para *Pyongyang*, justamente pelo fato de a China obter uma posição no cenário global de grande responsabilidade perante

[5] A Small Power is a state which recognizes that it cannot obtain security primarily by use of its own capabilities, and that it must rely fundamentally on the aid of other states, institutions, processes, or developments to do so; the Small Power's belief in its inability to rely on its own means must also be recognized by the other states involved in international politics.

a comunidade internacional, de maneira que busca consolidar-se como uma grande potência mundial e *global player*.

A China desde do início das *Six Party Talks*, e também desde o primeiro teste nuclear norte-coreano em 9 de outubro de 2006, busca a estabilidade e a desnuclearização da península, e enxerga no comportamento instável da Coreia do Norte um fator de impedimento à implementação integral de sua política na região e por isso mantém sua posição, vista como dual para com *Pyongyang*, de forma a tentar alcançar uma península unificada e completamente pacificada através do diálogo diplomático e da adoção de sanções abrandadas (KONG, 2017).

Outro fator que contribui para a descrição da política chinesa como ambivalente, é a forma com que governo chinês age com relação aos chamados desertores norte-coreanos, que em sua maioria usam o território chinês apenas como parte de sua rota de fuga em busca do refúgio na vizinha Coreia do Sul. Por ainda ser a política chinesa dual, os chamados desertores recebem o status de imigrantes econômicos ilegais, o que faz com que, quando pegos, sejam entregues ao governo norte-coreano e punidos severamente, fato caracteriza a violação de um princípio dos direitos humanos, o *non-refoulement*, descrito no artigo 33 da Convenção de 1951, e da qual a China é signatária.[6]

Um exemplo do condicionamento da decisão de dar continuidade a essa política dual por parte da China pode ser visto também na década de 1990, quando a *Beijing* oficialmente estabeleceu laços diplomáticos com *Seoul* e reduziu sua ajuda econômica à *Pyongyang*. Como resultado dessa mudança em seu *modus operandi*, ao ver a Coreia do Norte à beira de um colapso com a Grande Fome, a China se viu obrigada a retomar sua ajuda econômica e alimentícia (KONG, 2017).

Já em 2005, quando a China se juntou aos Estados Unidos congelando as contas norte-coreanas em Macau sob a alegação de lavagem de dinheiro por parte da Coreia do Norte, a resposta de *Pyongyang* veio com a paralisação das SPT em

[6] Segundo o artigo 33 da Convenção de 1951: “Nenhum dos Estados Contratantes expulsará ou rechaçará, de maneira alguma, um refugiado para as fronteiras dos territórios em que sua vida ou a sua liberdade seja ameaçada em virtude da sua raça, da sua religião, da sua nacionalidade, do grupo social a que pertence ou das suas opiniões políticas”. Mesmo que alguns dos desertores norte-coreanos possam caracterizados como imigrantes econômicos, estes se tornam refugiados *surplace,* que são aqueles refugiados que podem alegar o bem fundado temor de perseguição após a entrada em outro país, por medo de serem extraditados de volta ao seu país de origem e lá sofrerem maiores punições. Ciente disso, e sendo membro signatário tanto da convenção de 1951, quanto do Protocolo de 1967, a China, devido a condução de sua política externa para com a RDPC, continua a violar esses princípios.

novembro do mesmo ano e, posteriormente, em 2006 com a realização do primeiro teste nuclear norte-coreano (KONG, 2017)[7].

Assim, acontecimentos como estes na história da relação China-Coreia do Norte serviram para configurar a postura chinesa, onde *Beijing*, por sua vez, passou a entender que seus objetivos na península coreana não poderiam ser alcançados através de medidas duras para com *Pyongyang*. A China entende, portanto, que é melhor buscar uma resolução de modo mais brando e diplomático, o que pode parecer à comunidade internacional como uma postura ambivalente, ao invés de assumir uma postura rígida e enfrentar o colapso do regime norte-coreano com o peso de uma transição incerta na península (KONG, 2017).

Desta maneira, a China, como uma grande potência no cenário internacional possui interesses que envolvem assuntos mais complexos do que para um *pequeno poder* como a Coreia do Norte. Ao mesmo tempo em que grandes potências como a China possuem maior capacidade econômico e militar, se comparadas aos *pequenos poderes*, não significa que poderão utilizar de seu poder como vantagem efetiva sobre países como a Coreia do Norte (WANG, 2014).

4 Os benefícios e os prejuízos da relação dual e contraditória

Se por um lado Wang (2015), especialista em assuntos de política e segurança asiáticos, defende uma visão que assume as premissas convencionais para a forma como a China se comporta em relação a Coreia do Norte, como insuficientes, Shen (2006), professor do Instituto de Estudos Internacionais da Universidade de Fudan em *Shanghai*, vê a cooperação entre os dois países como mútua dada a utilidade do território norte-coreano como Estado Tampão à China. O raciocínio de Shen, em seu artigo *North Korea's Strategic Significance to China* (2006), aponta que apesar de contribuir anualmente com uma soma de alguns bilhões, a China seria o lado mais beneficiado nessa relação, uma vez que a Coreia

[7] No site do Departamento do Tesouro dos Estados Unidos consta uma nota oficial acusando o Banco Delta Asia, localizado em Macau, de colaborar com o governo norte-coreano para fins de atividade financeira ilícita, e listando uma série de fatores pelo quais, mas não se limitando a eles, as instituições financeiras estadunidenses passariam a estar proibidas de manter qualquer tipo de movimentação de conta para ou em favor do Banco Delta Asia, o que resultou no congelamento de $25 milhões de fundos norte-coreanos. O texto completo poder ser encontrado em: https://www.treasury.gov/press-center/press-releases/Pages/js2720.aspx.

do Norte, para Shen, estaria executando um papel fundamental para a segurança do território chinês, servindo de obstáculo entre a China e as tropas estadunidenses estacionadas na vizinha Coreia do Sul.

Dessa maneira, *Beijing* proporciona segurança para a RDPC, enquanto a Coreia do Norte representa em certa medida, um elemento importante para a segurança chinesa em uma parte de seu território que se mostra mais vulnerável. Por entender isso, a China se mostra pouco disposta a arriscar esse vínculo pressionando a Coreia do Norte, o que deixa os Estados Unidos com a tarefa de implementar medidas mais duras à RDPC (SHEN, 2006).

Outro ponto abordado por Shen (2006) é o interesse chinês em evitar a mudança de regime na Coreia do Norte que compartilha suas semelhanças com a China, e serve como um meio o qual *Beijing* utiliza para assegurar o comunismo ainda presente em seu próprio regime.

Para Wang (2014), a relação China-Coreia do Norte é altamente assimétrica e por isso resulta em benefícios tão diferentes para as partes. Enquanto *Pyongyang* é beneficiada em maior parte no aspecto econômico dessa troca, para *Beijing* esses benefícios se encontram muito mais na esfera político-estratégica de seus interesses como grande potência mundial, não podendo, portanto, levar em consideração apenas seus interesses nacionais, mas, principalmente as consequências que suas ações podem ter para a comunidade internacional, se tornando então, em certo nível, refém da Coreia do Norte.

Contudo, mesmo Shen, alguns anos depois em artigo à Foreign Policy, intitulado "*Lips and Teeth: It's time for China to get tough on North Korea*" (2013), admitiria uma mudança significativa na importância da RDPC como Estado Tampão para a China. Até mesmo o temor chinês de um fluxo incontrolável de migrantes norte-coreanos em seu território, e ainda a ligação existente por compartilharam do regime comunista, se tornaram, ao decorrer dos anos, premissas cada vez mais fracas e insustentáveis perante a comunidade internacional.

O pensamento convencional que admite a Coreia do Norte como sendo um Estado Tampão entre as tropas dos Estados Unidos na Coreia do Sul e a China, com quem partilha uma fronteira de mais de 1.400km, tem sido o mais recorrente quando o assunto é a política chinesa para a região. Essa perspectiva é tida como principal durante muito tempo devido a China, no início do século XX, ter sido

invadida pelo Japão através da península coreana. Anos mais tarde, na década de 1950, com a Guerra da Coreia, a China viu-se ameaçada por uma outra invasão, desta vez por tropas estadunidenses (WANG, 2014).

Apesar de ainda haver desconfiança entre China e Estados Unidos[8], segundo Wang (2014), o valor estratégico da Coreia do Norte como Estado Tampão, mesmo que ainda exista, diminuiu ao longo dos anos, principalmente após o restabelecimento das relações diplomáticas entre *Beijing* e *Washington* no final da década de 1970, bem como com o fim da União Soviética na década seguinte, e a aproximação oficial entre China e Coreia do Sul (WANG, 2014).

Não obstante, a postura provocativa que *Pyongyang* tem adotado desde seus primeiros testes com Armas de Destruição em Massa (ADM), contribui para o aumento das tensões na região, e em decorrência disso, para uma maior cooperação militar entre Estados Unidos, Japão e Coreia do Sul, fato que favorece a continuidade do pensamento convencional de Estado Tampão, uma vez que a China prossegue adotando uma postura ainda muito cautelosa e não tão incisiva em relação ao comportamento norte-coreano.

Outro pensamento convencional analisado por Wang (2014) é o de afinidade ideológica, onde a sobrevivência do regime comunista norte-coreano significaria para a China, não somente uma afinidade de sistemas, mas, principalmente a legitimação do regime político chinês, uma vez que com o colapso do sistema comunista fica cada vez mais difícil para a China sustentar esse tipo de regime político. Contudo, ao abrir seu mercado para o comércio internacional da maneira como fez a China ao buscar sua reforma e desenvolvimento econômico, acabou sendo vista como uma traidora da ideologia comunista pela Coreia do Norte. Portanto, cada vez mais o pensamento de afinidade ideológica entre *Beijing* e *Pyongyang* se mostra ultrapassado.

De acordo com David A. Welch (2016) em artigo à *Foreign Affairs*, a atitude do Primeiro Ministro Chinês, Xi Jinping, reforça a visão de que o comportamento

[8] Esse traço que ainda marca a relação China-Estados Unidos pode ser percebido com bastante clareza no discurso de GengShuang, porta-voz do Ministério das Relações Exteriores da China, em Conferência Regular de Imprensa, concedida em fevereiro de 2017. Ao ser perguntado sobre a movimentação militar dos Estados Unidos no mar do Sul da China, Shuang respondeu da seguinte forma: “China has not relevant reports. China always respects the freedom of navigation and overflight that countries enjoy in the South China Sea under international law. But we oppose relevant countries threatening and undermining the sovereignty and security of coastal states under the pretext of such freedom. We hope that relevant countries can do more for regional peace and stability”.

cauteloso chinês demonstra grande receio em outra área que caracteriza mais um pensamento convencional, a de fluxo de refugiados norte-coreanos para o território chinês.

Como explica Wang (2014), a China teme que um possível colapso da Coreia do Norte venha a implicar uma massa de refugiados norte-coreanos sem precedentes em seu território. A maior quantidade de migrantes norte-coreanos no território chinês foi registrada na década de 1990, período que marcou a história da RDPC com a Grande Fome. Desde então aproximadamente 200 ou 300 mil norte-coreanos deixaram seu país em função das dificuldades enfrentadas na Coreia do Norte, a maioria deles, porém, utilizam o território chinês apenas como meio mais viável de chegar à Coreia do Sul para só então, solicitar o refúgio.

Wang (2014), no entanto, diz que esse pensamento também se mostra insuficiente dada a ameaça que representa a Coreia do Norte atualmente. Em sua análise ela defende que mesmo com o colapso da RDPC gerando tamanho fluxo de refugiados, a China teria meios de conter e solucionar o problema, e prossegue explicando que para outros poderes como Estados Unidos, Rússia, Japão e Coreia do Sul, a desestabilização do nordeste asiático não é favorável, uma vez que China e Japão representam a segunda e quarta maiores economias mundiais, respectivamente. Uma crise humanitária então, afetaria a economia global. Por esses motivos, Wang (2014) defende que tanto os Estados Unidos, quanto os demais países estariam dispostos a cooperar com a China na resolução de um evento como esse, visão igualmente defendida por Welch (2016).

Por outro lado, o comércio entre os dois países tem se mantido mesmo após os testes nucleares da Coreia do Norte e das sanções adotadas pela China, essa última, porém, sendo a menos beneficiada nesse âmbito. Enquanto *Beijing* representa o maior parceiro comercial de *Pyongyang*, a China se beneficia muito mais do comércio com a vizinha, ainda vista como rival, Coreia do Sul, que já em 2010 somava $207 bilhões, que com a cooperação econômica entre Coreia do Norte, que no mesmo ano era de $3.47 bilhões (WANG, 2014). Segundo Shen (2013), o comércio entre China e Coreia do Norte era de $5.7 bilhões em 2011 e $3.1 bilhões em 2012. A RPC continuou a manter também ajuda nas áreas de energia e fertilizantes, bem como em outros setores.

A visão da manutenção de uma política ambivalente pode ser atenuada em

função de uma China que, mesmo não sendo a parte mais beneficiada no âmbito econômico dessa relação, se demonstra relutante em cessar o comércio com a Coreia do Norte. Segundo Victor Cha (2017), mesmo aprovando a Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas (RCSNU) 2321, que estipulava a redução do montante da importação de carvão da Coreia do Norte em dezembro de 2016, a China importou o dobro da quantidade determinada. Inicialmente, em função das sanções a China havia diminuído a quantidade de importação de carvão da RDPC, mas ainda assim continuou importando[9]. No entanto, a China ainda pode utilizar-se da exceção das Resoluções da ONU de "fins de subsistência".

Ainda segundo Cha (2017), a China teria concordado em importar 4000 toneladas métricas de gás liquefeito de petróleo (GLP) da Coreia do Norte pela primeira vez, o que pode funcionar tanto como fonte adicional de moeda estrangeira para a RDPC, quanto como um motivo adicional para que a China forneça petróleo bruto para processamento à *Pyongyang*.

De acordo com Eleanor Spencer (2017), em fevereiro de 2017 o Ministério do Comércio Chinês havia declarado a suspensão temporal das importações de carvão da Coreia do Norte. Em junho desse mesmo ano, a Corporação Nacional de Petróleo da China (CNPC), alegando incerteza no pagamento das transações por parte da Coreia do Norte, suspendeu as vendas de combustível à *Pyongyang*. Como um sinal de maior insatisfação com a RDPC, os principais bancos chineses começaram a dar sinais de que estavam trabalhando para paralisar as movimentações de contas norte-coreanas em suas agências.

De forma contraditória, no entanto, o comércio entre China e Coreia do Norte no primeiro semestre de 2017 já somava o montante de $2.6 bilhões, o que representa 10% a mais que no mesmo período do ano anterior. Segundo Spencer (2017), a China ainda é a maior fornecedora de alimentos e energia da RDPC, responsável por 90% da soma total do comércio norte-coreano. Outros países como Estados Unidos, Japão e Coreia do Sul representavam 75% do abastecimento de comida da Coreia do Norte desde 1995, contudo, após a paralização indefinida das SPT em 2009, essa ajuda diminuiu substancialmente, e apenas a China continuou a

[9] O limite imposto pela RCSNU 2321 restringia o volume de importação de carvão norte-coreano pela China, para 7.5 milhões de toneladas métricas, ou $400.9 milhões em 2017. Em comparação, no ano anterior, a China havia importado 22.5 milhões de toneladas métricas de carvão da Coreia do Norte, ou o equivalente a $1.2 bilhões, o que representa 14.5% a mais se comparado ao ano de 2015.

mantê-la de forma significativa.

Após o terceiro teste nuclear norte-coreano em 2009, conforme Kong (2017), e com a visita do ex-Primeiro Ministro Chinês, WenJiabao, à Coreia do Norte, o comércio entre os dois países intensificou-se, bem como a dependência da RDPC em relação a China. Já em 2013, depois da condução de novos testes norte-coreanos com ADM, e sob nova liderança chinesa, a RPC adotou sanções mais duras contra a Coreia do Norte. Não obstante, as empresas chinesas tanto privadas, quanto estatais, continuaram a manter suas transações econômicas com *Pyongyang*.

Em 2015, de acordo com Spencer (2017), China e Coreia do Norte cooperaram para a construção de rotas de transporte terrestre entre seus territórios, visando a facilitação, principalmente, da importação de carvão norte-coreano. Um outro projeto era a construção da Nova Ponte do Rio Yalu, conectando as cidades de *Dandong* e *Sinujiu* e que custaria $350 milhões. A ponte cujo o prazo de entrega datava outubro de 2014, no entanto, ainda está inacabada, o que pode ser um indicativo de certo esfriamento na relação China-Coreia do Norte.

De acordo com Stanton, Lee e Klingner (2017), a maneira com que a China conduz sua política para com a Coreia do Norte deixa claro a dualidade em seu comportamento. Exemplo disso podem ser analisados em fatos como a venda de caminhões transportadores de mísseis por parte de companhias governamentais chinesas à RDPC; a permissão de transporte de ADM para os programas de mísseis balísticos e nuclear norte-coreanos, bem como o transporte de bens de luxo através dos portos chineses, e com destino à Coreia do Norte; e ainda a liberação de companhias e hackers norte-coreanos (os mesmos que seriam responsáveis pelo ataque à Sony Pictures em 2014) para atuar em território chinês. Além disso os bancos chineses, segundo descrito no artigo, continuam a fazer operações ilícitas em conjunto com o governo norte-coreano[10].

Assim, apesar de reconhecer sua responsabilidade para com a comunidade internacional, a China continua cooperando com o regime de *Pyongyang*, uma vez que a estabilidade da península ainda representa um fator de interesse na sua

[10] Um exemplo recente do descumprimento das sanções pela China e citado no artigo por Stanton, Lee e Klingner (2017) pode ser visto no episódio em que os Estados Unidos, em setembro de 2016, acusaram a Companhia de Desenvolvimento Industrial de Dandong Hongxiang de ajudar um banco norte-coreano, previamente sancionado, no processo de lavagem de dinheiro.

política para a região. Desta maneira, os benefícios econômicos da relação China-RDPC se mostram mais favoráveis à Coreia do Norte, enquanto *Beijing* se beneficia mais de aspectos concernentes aos seus interesses político-estratégicos.

5 Análise de cenários para a relação entre China e Coreia do Norte

Mais de uma década se passou desde o primeiro teste nuclear norte-coreano em outubro de 2006, e em 2017 com a mudança de governo dos Estados Unidos o aumento das tensões na península coreana se tornou quase inevitável. Com Kim Jong-Un no poder, desde 2011, a Coreia do Norte acelerou o desenvolvimento de seu programa nuclear. Só no ano de 2016 foram realizados 24 lançamentos com mísseis balísticos, além de dois testes nucleares, um em janeiro e outro em setembro. Até outubro de 2017 o total de lançamentos de mísseis norte-coreanos alcançou o número de 22, segundo dados da CNN. Em 4 de julho de 2017, dia em que os Estados Unidos comemoram sua independência, a Coreia do Norte realizou seu primeiro teste com míssil balístico intercontinental, que anunciou ser capaz de atingir qualquer lugar do mundo. Já em 29 de agosto e 15 de setembro foram conduzidos testes com mísseis sobre o território japonês, e em 3 de setembro deste mesmo ano, *Pyongyang* realizou seu sexto teste nuclear.

Em uma de suas respostas relacionadas ao assunto, o Ministro das Relações Exteriores Chinês Wang Yi disse que “[...] sanções e pressão são apenas metade da chave de resolução da questão nuclear. A outra metade é feita de diálogo e negociação”. No entanto, ao mesmo tempo em que vemos a China insistir em adotar um viés mais diplomático para a resolução do conflito nuclear na região, também não podemos deixar de observar o fato de o governo chinês deixar transparecer sua insatisfação e crescente desconfiança com o aumento da presença militar estadunidense tanto no Mar do Sul da China, quanto na península coreana.

Segundo Wang (2014), o porta-voz do Ministério da Defesa Chinês já demonstrava, ainda na administração de Obama, a discordância da presença militar estadunidense no Pacífico chegando a dizer que qualquer aumento de cooperação militar na região demonstraria uma mentalidade da Guerra Fria, e que, portanto, não estaria contribuindo em nada para a construção da paz e manutenção da

estabilidade na região. Ainda para Wang (2014), as provocações norte-coreanas servem como uma forma de justificativa a qual os Estados Unidos utilizam para manter sua presença militar na região, aumentando as tensões na península e, portanto, fazendo com que a desconfiança chinesa cresça de maneira a permitir que a Coreia do Norte continue a utilizar seu desenvolvimento nuclear como vantagem em ameaças.

Analisando a ocorrência dos fatos, e devido ao arrefecimento das tensões na península coreana nos anos de 2016 e 2017, tanto o aumento da presença militar estadunidense, quanto o incremento da frequência dos testes com ADM norte-coreanos, caracterizam fatores que podem levar a um provável cenário futuro e que passa a ser analisado a partir de agora.

Nesse cenário, teríamos uma das possibilidades mais recorrentes como resultados dessas provocações, que seria um primeiro ataque dos Estados Unidos à Coreia do Norte, como prometido por Trump, em função das ameaças norte-coreanas. Sob a perspectiva de um cenário como esse, o envolvimento de outros países como China e Japão, seria uma questão de tempo e necessidade. O Japão, dada a sua história na península e como indicado nos testes com mísseis balísticos de agosto e setembro, poderia muito bem ser atingido em uma ofensiva norte-coreana, o que, portanto, faria com que o Japão não tivesse outra escolha, a não ser entrar no conflito, ao lado dos Estados Unidos. Já a China, reviveria a sensação da Guerra da Coreia, desta vez, no entanto, em uma escala perigosamente maior, o que a deixaria, obrigada não apenas pelo Artigo II do Tratado de Amizade, Cooperação e Assistência Mútua, como em defesa de seu território e seus interesses na região, a entrar no conflito, apesar de análises como a de Shen (2006), dizerem que a China demonstra cada vez menos interesse em cumprir com o Tratado Sino-Norte-Coreano.

A possibilidade de que um conflito como esse deixe ambas as Coreias novamente devastadas não é nem de longe pequena, não para pelo menos uma delas, a do Norte. Com a RDPC completamente destruída, e consequentemente uma Coreia unificada, haveria maior tendência de alinhamento com os Estados Unidos e, portanto, a implantação de um regime democrático na região, como explica Wang (2014).

A China que, segundo a análise dos pensamentos convencionais teme que com esse cenário haja um fluxo de refugiados norte-coreanos sem precedentes, veria seu território inundado por eles, especialmente nas cidades perto da fronteira com a então Coreia do Norte. Outro aspecto, seria o de que com uma vitória em um conflito como esse, os países do nordeste asiático aumentassem seu alinhamento com os Estados Unidos, o que representaria perda de poder para a China (SHEN, 2013).

Em um outro cenário, esse defendido por Stanton, Lee e Klingner (2017), podemos observar a alternativa de busca pela resolução do impasse entre Coreia do Norte e Estados Unidos com a adoção de uma postura mais assertiva na implementação das sanções e adoção das RCSNU, e não tão militar quanto no cenário anterior.

Nesse novo cenário, não só os Estados Unidos, mas também países como China, Coreia do Sul e Japão, teriam de adotar uma postura mais rígida para com a RDPC, cooperando uns com os outros na implementação integral de sanções de fato mais duras, o que levaria ao colapso do regime atuante em *Pyongyang*.

Para esses autores, o comportamento norte-coreano, e seu desenvolvimento nuclear sinalizam que já passou da hora de os Estados Unidos tomarem uma decisão final em relação a *Pyongyang* e pararem com a política dual de adotar sanções e ao mesmo tempo subsidiar a RDPC. Diversos acordos foram assinados entre *Pyongyang* e *Washington* durante as últimas três administrações dos Estados Unidos. No entanto, todos eles foram, um após o outro, quebrados pela RDPC ao continuar com seu desenvolvimento nuclear. A cada acordo *Washington* aliviava as sanções e proporcionava ajuda à *Pyongyang*, que posteriormente descumpria os tratados.

Por sua vez, *Seoul*, visando a abertura do mercado norte-coreano e a liberalização de sua economia, iniciou um programa de ajuda financeira e investimento na Coreia do Norte. A Coreia do Sul até mesmo tentou maior cooperação com a RDPC através da abertura de uma indústria intercoreana, o Complexo Industrial de *Kaesong*, que gerou emprego a mais de 54 mil norte-coreanos, e até 2016, $100 milhões em divisas, sem informação de como foram utilizados pela Coreia do Norte. No entanto, a Coreia Sul com suspeitas de que o governo norte-coreano estaria utilizando o dinheiro obtido através do trabalho no

Complexo em seu programa nuclear, deixou o projeto que mais tarde foi também sancionado pelas RCSNU aprovadas em 2016 em função dos testes nucleares norte-coreanos realizados naquele ano.

Assim, a Coreia do Norte, de acordo com Stanton, Lee e Klingner (2017), tem conseguido realizar operações financeiras ilícitas, e através da lavagem de dinheiro, financiar seu programa de desenvolvimento nuclear. Segundo relatórios das Nações Unidas e do Departamento de Justiça dos Estados Unidos, a maioria das transações norte-coreanas são feitas em dólares estadunidenses, o que dá ao Departamento do Tesouro dos Estados Unidos poder para cessar a fonte financeira da Coreia do Norte, uma vez que "quase todas as transações em dólares estadunidenses devem passar pelos bancos dos Estados Unidos" (STANTON; LEE; KLINGNER, 2017).

E de fato isso já aconteceu em 2005 quando Washington proibiu suas entidades tanto governamentais, quanto privadas de fazer qualquer operação com o Banco Delta Ásia em Macau, porém posteriormente, em 2007, o governo Bush na tentativa de resolver as disparidades com a Coreia do Norte, permitiu que suas transações voltassem ao normal. Depois do quinto teste nuclear norte-coreano, em 2016, o Departamento do Tesouro dos Estados Unidos "congelou os ativos de aproximadamente 200 entidades norte-coreanas" (STANTON; LEE; KLINGNER, 2017).

Stanton, Lee e Klingner (2017), defendem que essa medida tomada pelo Departamento do Tesouro dos Estados Unidos representa progresso na busca pela resolução do conflito na península. No entanto, é necessário que se faça mais do que isso. Na visão dos autores, o cenário que solucionará esse impasse, não está na volta das SPT, ou do diálogo diplomático como tão enfaticamente impele a China vez após outra, quando as tensões aumentam na península. Tampouco está na retirada ou encerramento das atividades militares estadunidenses na vizinha Coreia do Sul, uma vez que *Pyongyang* está resoluta em avançar com seu programa nuclear. Para eles, "a única esperança restante para a desnuclearização pacífica da Coreia do Norte está em convencê-la de que deve se desarmar e reformar, ou perecer".

Desta forma, através de coerção financeira, congelando totalmente os recursos de *Pyongyang*, e multando as entidades que continuarem a cooperar com o regime, os Estados Unidos em conjunto com as Nações Unidas e países como

China, Coreia do Sul e Japão, trabalhariam na implementação completa das sanções, fazendo com que a fonte que sustenta o programa nuclear norte-coreano fosse interrompida, e apenas a ajuda necessária à população fosse permitida. A China então, segundo Shen (2013), deveria adotar sanções mais duras contra a RDPC ao mesmo tempo em que diminui sua ajuda e comércio com *Pyongyang*, trabalhando em conjunto com os Estados Unidos, Coreia do Sul e Japão para a desnuclearização da península.

Não obstante, existem análises que demonstram o lado negativo da adoção das sanções e como o resultado esperado pelo agente sancionador não é obtido em casos como o da Coreia do Norte por ser um país autocrático. Como explica Zanella (2011), ao impor as sanções é esperado que através da pressão feita pela população o governo mude sua forma de agir. O resultado analisado na maioria dos casos de imposição de sanções, no entanto, é de que por serem governos autocráticos, pressupor que a população tem o poder de exercer qualquer tipo de influência sobre seus governos chega a ser quase impossível, o que gera o fracasso da maior parte das sanções a países com esse perfil.

O cenário que vê a cooperação e coerção como o meio mais plausível para a resolução do conflito na península coreana, pode até demandar mais tempo para apresentar resultados satisfatórios do que como com a solução do cenário anterior, que admite uma guerra na região, porém na visão de Stanton, Lee e Klingner(2017), ameaçar a sobrevivência do regime norte-coreano seria a melhor opção.

Não obstante, um terceiro possível cenário seria o de uma invasão chinesa à Coreia do Norte. Esse cenário assume que uma China ameaçada por uma invasão iminente dos Estados Unidos à Coreia do Norte, e analisando os riscos de ação para seus interesses, optaria por invadir a RDPC antes que as tropas estadunidenses pudessem iniciar qualquer operação.

No entanto, esse cenário, ainda que figure uma possibilidade, tem uma probabilidade muito menor de acontecer, dada a preocupação chinesa com a desestabilidade na península, uma vez que a China sempre enfatiza a estabilidade e desnuclearização da península coreana de forma pacífica e através de diálogo diplomático em seu posicionamento oficial.

Todavia, segundo Welch (2016), o Presidente chinês, Xi Jinping, não tem tomado uma postura tão assertiva na busca pela resolução do problema norte-coreano, o que não é característico dele.

Wang Yi, atual Ministro das Relações Exteriores Chinês, após o último teste nuclear norte-coreano declarou em conferência com o Ministro das Relações Exteriores Francês, Jean-Marc Ayrault que "uma vez iniciada uma nova guerra na Coréia, os resultados não seriam nada além de perdas múltiplas. Ninguém poderá se tornar um vencedor". Além disso, em seus discursos, Wang tem sempre enfatizado a posição chinesa como aquela que busca a paz e a estabilidade na região, impelindo os outros países a resolverem o assunto através do diálogo diplomático.

6. Conclusão

Quando tratamos de analisar possíveis cenários que envolvem a questão nuclear norte-coreana, e principalmente quando esses são acompanhados do fator guerra, as possibilidades se tornam um tanto turbulentas. Em função da imprevisibilidade do comportamento da Coreia do Norte em relação ao seu programa nuclear, podemos esperar inúmeras combinações de cenários. Apesar dos três possíveis cenários analisados, é coeso mencionar que, como exposto no próprio artigo, a forma com a qual a Coreia do Norte trata a questão nuclear, caracteriza um comportamento de difícil de previsibilidade, e que por vezes pode se demonstrar belicoso, e por vezes pode adotar um caráter amistoso e diplomático. Tudo depende de seus interesses naquele momento, e de como a aplicação do seu poder de barganha vai ser utilizada.

Ao mesmo tempo, percebemos uma China que ao ver seus interesses político-estratégicos em jogo, prefere manter uma posição contraditória e que pode ser vista em discursos como o do Ministro das Relações Exteriores Chinês, Wang Yi, e falas de porta-vozes do governo chinês como, HuaChunying. Enquanto o Ministro Wang Yi, após o sexto teste nuclear norte-coreano, demonstrou um sinal de insatisfação com o comportamento da Coreia do Norte, em HuaChunying encontramos o apelo por diálogo e diplomacia.

A China, que a partir de 2013 com o terceiro teste nuclear norte-coreano, passou a adotar sanções um pouco mais duras, mostra ao longo dos anos que apesar disso, não está disposta a esforços maiores e mais pragmáticos quanto a questão nuclear norte-coreana. Ao primar por uma península estável, e ao mesmo tempo temer as consequências de um possível conflito,a China, vez após vez, adota políticas contraditórias em sua relação com a Coreia do Norte. Como exemplo disso, o comércio entre China e Coreia do Norte atingiu seu nível mais alto em 2014, com $6.86 bilhões. A China ainda mantém sua ajuda à Coreia do Norte através de importações de carvão e exportação de combustível, além de cooperar em outras áreas como alimentação.

Pensamentos convencionais analisados ao longo do artigo e utilizados para explicar a forma como a China se porta mesmo diante de uma ameaça nuclear na península coreana, de fato não conseguem mais sustentar a ambivalência de seu comportamento. A visão de que a China deve então tomar uma postura que demonstre rigidez em relação a Coreia do Norte, bem como maior responsabilidade com a comunidade internacional, como demanda seu papel hoje no cenário global, é defendida pela maioria dos analistas desta relação.

Referências

ALBERT, Eleanor. The China-North Korea relationship. **Council on Foreign Relations**. 2017. New York. Disponível em: <https://www.cfr.org/backgrounder/china-north-korea-relationship>. Acesso em: 29 set. 2017.

ASSOCIATED PRESS NEWS. **China supports UN action on North Korea while urging talks**. 7 set. 2017. Beijing. Disponível em: <https://apnews.com/8a1eb6632bd744cd8cf33e75eb85f3a9/China-supports-UN-action-on-North-Korea-while-urging-talks>. Acesso em: 12 out. 2017.

BERLINGER, Joshua. **North Korea's missile tests**: By the numbers.20 out. 2017.

Disponível em: <http://edition.cnn.com/2017/05/29/asia/north-korea-missile-tests/index.html>. Acesso em: 22 out. 2017.

BOODEN, Christopher. Chinese foreign minister: No winners if Korea war breaks out. **Associated Press News**. 15 abr. 2017. Beijing. Disponível em:

<https://apnews.com/498e3a3112da4708b08b8c7088093c3c/Chinese-foreign-minister:-No-winners-if-Korea-war-breaks-out>. Acesso em: 12 out. 2017.

CHA, Victor. The meaning of China's coal ban on DPRK. **Center for Strategic and International Studies**. 20 fev. 2017. Washington, D.C. Disponível em: <https://www.csis.org/analysis/meaning-chinas-coal-ban-dprk>. Acesso em: 12 out. 2017.

CHINA. Ministry of foreign affairs. **Foreign ministry spokesperson GengShuang's regular press conference on february 21, 2017.** Beijing.Disponível em:<http://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/xwfw_665399/s2510_665401/2511_665403/t1440264.shtml>. Acesso em: 12 out. 2017.

FENG, Zhu. Shifting tides: China and North Korea. **China Security**, n. 4, 2006, pp. 35-51. Disponível em: <https://www.issuelab.org/resources/435/435.pdf>. Acesso em: 5 maio 2017.

GLASER, Bonnie S. China's Policy in the Wake of the Second DPRK Nuclear Test. **China Security**, v. 5, n. 2, 2009, p. 33-45. Disponível em: <https://asiafoundation.org/resources/pdfs/GlaserChinaSecurity2.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2017.

KEOHANE, Robert O. The big influence of small allies. **Foreign Policy**, n. 2, 1971, p. 161-182. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/1147864?seq=1#page_scan_tab_contents>. Acesso em: 14 dez 2017.

KHAN, Sulmaan. Unbalanced Alliances. **Foreign Affairs**. 18 fev. 2016. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/articles/china/2016-02-18/unbalanced-alliances>. Acesso em: 24 set. 2017.

KONG, Tat Yan. China's engagement-oriented strategy towards North Korea: achievements and limitations. **The Pacific Review.** 27 abr. 2017. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/316530623_China%27s_engagement-oriented_strategy_towards_North_Korea_achievements_and_limitations>. Acesso em: 5 set. 2017.

LEE, Hyeonseo. **The girl with seven names**. Great Britain: William Collins, 2015.

MELCHIONNA, Helena Hoppen. **A questão nuclear da Coreia do Norte sob as perspectivas da China e dos EUA**. 2011. 98 págs. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso de Relações Internacionais) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Disponível em:

<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/40259/000827654.pdf?sequence=1>. Acesso em: 7 abr. 2017.

MENEGAZZI, Silvia. China's foreign policy in northeast Asia: Implications for the Korean Peninsula. **IstitutoAffariInternazionali**. 2017. Roma. Disponível em: <http://www.iai.it/sites/default/files/iaiwp1703.pdf>. Acesso em: 17 set. 2017.

RCSNU. Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas 1874 (2009).**Security Council Report.** 12 jun. 2009. Disponível em: <http://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BFCF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/NKorea%20SRES%201874.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2017.

RCSNU. Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas 2094 (2013).**Security Council Report.** 7 mar. 2013. Disponível em: <http://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BFCF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/s_res_2094.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2017.

RCSNU. Resolução do Conselho de Segurança das Nações 2321 (2016). **Security Council Report.** 30 nov. 2016. Disponível em: <http://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BFCF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/s_res_2321.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2017.

SAVAGE, Timothy. Big brother is watching: China's Intentions in the DPRK. **China Security**, (local) v. 4, n. 4, p. 53-57, 2008. Disponível em: <http://nautilus.wpengine.netdna-cdn.com/wp-content/uploads/2011/12/copy_of_08096Savage.pdf>. Acesso em: 13 set. 2017.

SHEN, Dingli. Lips and Teeth: It's time for China to get tough with North Korea. **Foreign Policy.** 13 fev. 2013. Shanghai. Disponível em: <http://foreignpolicy.com/2013/02/13/lips-and-teeth/>. Acesso em: 19 out. 2017.

SHEN, Dingli. North Korea's Strategic Significance to China.**China Security**, n. 4, 2006, p. 19-34. Disponível em: <https://www.issuelab.org/resources/434/434.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2017.

SIVELS, Ciara. **An assessment of North Korea's nuclear weapons capabilities**. 2013. 34 págs. Trabalho Acadêmico (Trabalho de Conclusão de Curso – Ciência Nuclear e Engenharia) – Massachusetts Institute of Technologie, Cambridge, MA. Disponível em: <http://dspace.mit.edu/bitstream/handle/1721.1/82450/863051465-MIT.pdf?sequence=2>. Acesso em: 2 jun. 2017.

SNYDER, Scott A. North Korea's testing decade. **Council of Foreign Relations**. 07 out. 2016. New York. Disponível em: <https://www.cfr.org/expert-brief/north-koreas-testing-decade>. Acesso em: 15 jul. 2017.

STANTON, Joshua; LEE, Sung-Yoon; KLINGNER, Bruce. Getting tough on North Korea. **Foreign Affairs**. v. 96, n. 3, 2017. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/articles/north-korea/2017-04-17/getting-tough-north-korea>. Acesso: 21 set. 2017.

UNITED NATIONS.**Security Council imposes fresh sanctions on Democratic People's Republic of Korea, unanimously adopting Resolution 2270 (2016).** New York. 2016. Disponível em: <http://www.un.org/press/en/2016/sc12267.doc.htm>. Acesso em: 13 mar. 2017.

VIZENTINI, Paulo Fagundes; PEREIRA, Analúcia Danilevicz.A discreta transição da Coreia do Norte: diplomacia de risco e modernização sem reforma. **Rev. Bras. Polít. Int.** *v.* 57, n.2, p. 176-195, 2014. Disponível em:

<http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v57n2/0034-7329-rbpi-57-02-00176.pdf>. Acesso em: 5 set. 2017.

WANG, Tianyi. Small State, Big Influence: China's North Korea Policy Dilemma. **Georgetown Journal of Asian Affairs**, p. 5-27, Fall-Winter 2014. Disponível em: <https://repository.library.georgetown.edu/bitstream/handle/10822/712752/GJAA%201.1%20Wang.pdf;sequence=1>. Acesso em: 14 abr. 2017.

WELCH, David A. Paralyzed by Pyongyang. **Foreign Affairs**. 8 fev. 2016. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/articles/china/2016-02-08/paralyzed-pyongyang>. Acesso em: 21 set. 2017.

ZANELLA, Cristine Koehler. Pressões intransferíveis: uma análise do funcionamento interno das sanções econômicas. **Conjuntura Austral**. Vol. 2, n. 3-4, p. 79-91, 2011. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/ConjunturaAustral/article/view/18454>. Acesso em: 7 nov. 2017.

MONÇÕES
Revista de Relações Internacionais da UFGD
ISSN 2316-8323

DIREITOS HUMANOS, INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E PRIVACIDADE

JOÃO FRANCISCO CASSINO
Mestrando em Ciências Humanas e Sociais pela UFABC e Especialista em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília (UnB).

RODOLFO DA SILVA AVELINO
Doutorando em Ciências Humanas e Sociais pela UFABC e Mestre em TV Digital pela Universidade Estadual Paulista (UNESP); Professor do Insper.

SÉRGIO AMADEU DA SILVEIRA
Doutor e Mestre em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP); Professor Associado da Universidade Federal do ABC (UFABC).

RESUMO: Este texto trata dos riscos e implicações da inteligência artificial e dos algoritmos para os objetivos contidos na Declaração Universal dos Direitos Humanos. Nesse sentido, as perspectivas de James Der Derian, Frank Pasquale, David Chandler, Shoshana Zuboff, Philip N. Howard e Nick Srnicek foram mobilizadas para a compreensão da atual fase do capitalismo global, do mercado de captura e o processamento em massa de dados pessoais. Diversos casos descritos indicam que a privacidade é cada vez menos respeitada enquanto as empresas protegem seus segredos competitivos com patentes, códigos fechados e acordos de confidencialidade. Técnicas de Big Data e algoritmos em rede podem ser utilizados para melhorar e agilizar a administração pública, mas também resultam em novas práticas discriminatórias que violam o direito à privacidade, à liberdade de expressão e à justiça. Grupos étnicos e raciais, mulheres e comunidade LGBT já sofrem com decisões tomadas por sistemas computacionais autômatos que levam à segregação e ao preconceito.

PALAVRAS-CHAVE: Direitos Humanos; Algoritmos; Privacidade.

HUMAN RIGHTS, ARTIFICIAL INTELLIGENCE AND PRIVACY

ABSTRACT: This text presents risks and implications of artificial intelligence and algorithms for the goals contained in the Universal Declaration of Human Rights. In this sense, the perspectives of James Der Derian, Frank Pasquale, David Chandler, Shoshana Zuboff, Philip N. Howard and Nick Srnicek have been mobilized to understand the current phase of global capitalism, the market of capture and of mass processing of personal data. Several cases described indicate that privacy is less and less respected as companies protect their competitive secrets with patents, closed codes and confidentiality agreements. Big Data techniques and network algorithms can be used to improve and streamline public administration, but also result in new discriminatory practices that violate the right to privacy, freedom of expression and justice. Ethnic and racial groups, women and the LGBT community already suffer from decisions made by automated computer systems that lead to segregation and prejudice.

KEYWORDS: Human rights; Algorithms; Privacy.

1. Introdução

A Declaração Universal dos Direitos Humanos completou 70 anos em 2018. Foram enormes os avanços obtidos desde que foi adotada pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU). No entanto, novos desafios aos direitos humanos surgiram com a expansão da Inteligência Artificial, com a automação e com a mediação social dos algoritmos. As implicações dessas tecnologias no cenário político, econômico e social contemporâneo, seus tipos principais, a nova escala das violações de direitos praticados a partir das tecnologias de rastreamento, intrusão, interceptação e coleta de informações promovida por estados nacionais e por grandes corporações que atuam em âmbito planetário são os temas que serão tratados neste artigo. Os riscos à democracia, à liberdade de expressão, de perseguição de minorias, de grupos políticos e de violação de privacidade atingiram um novo patamar, sem precedentes na História. Se os Estados nacionais sempre lançaram mão de espionagem para controle de inimigos internos e externos e se as corporações sempre tentaram obter o máximo de informações sobre seus clientes para melhor direcionamento de negócios, com o atual estágio do desenvolvimento das Tecnologias de Comunicação e Informação, o indivíduo, que sempre foi muito frágil à ação desses poderes, agora tem pouca chance de defesa e de prevenção contra esses mecanismos, que funcionam em amplitude global.

O Conselho de Direitos Humanos da ONU já se manifestou quanto à promoção, à proteção e ao usufruto da Internet com a resolução de 27 de junho de 2016 (A/HRC/32/L.20), com a qual reconhece que: *"a privacidade online é importante para a realização do direito da liberdade de expressão e para assegurar opiniões sem interferência e para o direito à liberdade de pacífica reunião ou associação".* A resolução também se preocupa com a violação de diretos humanos e de liberdades fundamentais na Internet e com a impunidade para tais abusos, mas o texto não aprofunda sobre os perigos provenientes das tecnologias de Inteligência Artificial. Perigos, como por exemplo, o risco de limitação da presunção da autonomia do indivíduo a partir do uso direcionado de seus dados pessoais, mesmo que tenham sido fornecidos voluntariamente pelo cidadão ou pelo consumidor.

O espaço cibernético é um elemento novo e decisivo do contexto político mundial, como escreveu o teórico das Relações Internacionais Joseph Nye Jr. na

publicação *Cyberpower* (2010). Para ele, o ciberespaço reduz diferenciais de poder entre atores, o que seria um bom exemplo da difusão de poder que caracteriza a política global no Século XXI. Nye Jr. complementa ao afirmar que as assimetrias de vulnerabilidade a partir das redes implica que atores menores têm mais capacidade de exercer poder no ciberespaço do que em outros domínios da política mundial, como a força da guerra ou a influência econômica e cultural. Nye Jr. não cita claramente, mas torna-se evidente a necessidade de defesa de cada um desses atores contra os sistemas de vigilância permanentes viabilizados pela Internet, cuja intencionalidade das práticas fica óbvia como no caso Snowden, que será tratado adiante.

A "paranoia da espionagem", explicitada pelo pesquisador James Der Derian no texto *Antidiplomacy: Spies, Terror, Speed, and War (*1992), é reforçada pelas burocracias e pelos sistemas de inteligência militar, que, com as redes de coleta de informação ameaçam as fronteiras geopolíticas tradicionais, tornando-se mais difícil distinguir entre o "eu" e o "outro" (o inimigo), de separar o que é "interno" do que é "externo". Der Derian escreve que a espionagem contemporânea é compreendida como sinônimo do "poder da informação". Assim, inspirado em Paul Virilo, pensa a vigilância e a guerra como uma função da "velocidade". Especificamente, percebe a necessidade de captação das informações em tempo real que estão em todo o lugar. Para Der Derian, a espionagem é onipresente e o poder crescentemente vigilante. Destaque-se que essas afirmações não consideravam o enorme poder da Agência de Segurança Nacional[1] (NSA). Se o espião (fonte dos serviços de inteligência) precisa de indistinção e de sua não-identidade para ter garantida sua segurança, nada melhor que o anonimato da Internet e a captura de informações à distância, sem a presença física do agente secreto. Em outro artigo mais recente, *Critical Encounters in International Relations* (2009, p. 72-73), Der Derian chega a questionar se a "condição pós-moderna", cunhada por Lyotard e identificada pelo trabalho de Foucault, Deuleuze e outros, já não teria sido suplantada pela "condição virtual" da comunicação instantânea, da onipresença das imagens, dos fluxos de capitais e da velocidade videográfica da guerra, fazendo da soberania estatal uma transitoriedade, um fenômeno tecnologicamente transitório. Ressalte-se que o

[1]*National Security Agency – Departament of Defense – USA.*

pensamento de Der Derian é fortemente influenciado por Foucault, o que garante embasamento para questionar escolas tradicionais das Relações Internacionais nascidas da teoria realista (*ibid.*, p. 70).

A queda da União Soviética e do bloco socialista europeu, no início do anos 1990, fez com que os campos das Relações Internacionais e da Ciência Política passassem por uma ebulição teórica para que se explicasse a nova ordem mundial surgida no pós-Guerra Fria, que variou do otimismo do "Fim da História" (com a vitória definitiva das democracias de mercado) de Francis Fukuyama ao pessimismo do "Choque de Civilizações" (os novos conflitos culturais e religiosos) de Samuel P. Huntington. Da mesma forma, o conceito de *"segurança nacional"* passou por severa avaliação. Nesse contexto, os estudos *críticos de segurança* são um bom alicerce teórico para compreender como as tecnologias algorítmicas afetam os Estados Nacionais e os Direitos Humanos, pois, como explicam Keith Krause e Michel C. Williams (1997, p. 52), o coração dos estudos críticos de segurança é a orientação para a prática e para a superação de desafios com abordagens alternativas ao neorrealismo e ao neoliberalismo.

2. A nova escala das violações

Com a expansão das redes sociais *online* operadas por sistemas algorítmicos, uma série de tecnologias de modulação de comportamento passaram a interferir na condutas das pessoas a partir da coleta, processamento e análise, nem sempre autorizadas, de dados pessoais, em especial, dos comportamentos e atitudes que as pessoas realizam na Internet. Segundo o próprio Facebook sua plataforma envolve mais de 2 bilhões de usuários (2018). A pesquisa do Comitê Gestor da Internet no Brasil, com amostra de 25 mil entrevistados acima de 10 anos, em 2017, indica que 74% dos brasileiros com acesso à Internet acessam as redes sociais *online*. Diante dessa utilização intensa das redes de relacionamento, as teorias behavioristas alcançaram um novo patamar e estão sendo amplamente aplicadas pelas próprias plataformas, agências de *marketing* e de inteligência.

O texto *Psychological Targeting as an Effective Approach to Digital Mass Persuasion* sugere um tamanho de escala em que pesquisas psicométricas podem

ser realizadas. Antes da Internet e, principalmente, antes das redes sociais, a observação massiva de pessoas e o acompanhamento constante das suas ações era muito difícil. As pesquisas de laboratório mostram que esses apelos persuasivos são mais eficazes em influenciar o comportamento quando são adaptados às características psicológicas únicas dos indivíduos (Kosinski, 2016). Com a programação de algoritmos que seguem milhares de perfis de usuários das redes sociais *online* é possível definir os traços principais de personalidade de cada uma delas, como a pesquisa nos relata:

> Aproveitando a avaliação dos traços psicológicos das pegadas digitais, realizamos três experimentos do mundo real que alcançaram mais de 3,7 milhões de pessoas. Nossas experiências demonstram que o direcionamento de pessoas com apelos persuasivos adaptados a seus perfis psicológicos pode ser usado para influenciar seu comportamento conforme medido por cliques e conversões. [As taxas de cliques (CTRs) são uma métrica de marketing digital comumente usada que quantifica o número de cliques em relação ao número de vezes que o anúncio foi exibido. A taxa de conversão é uma métrica de marketing que reflete o número de conversões, como downloads de aplicativos ou compras em lojas on-line, em relação ao número de vezes que o anúncio foi exibido.] Os experimentos foram executados usando publicidade no Facebook, um comportamento típico plataforma de segmentação. (Matz, Kosinski, Nave, Stillwell, 2017, p.2, tradução livre[2])

O escândalo da empresa Cambridge Analytica (CA), agência de *marketing* que se vangloriava de ter sido responsável pela vitória de Donald Trump e pela aprovação da saída do Reino Unido da União Europeia (Brexit), ocorreu quando a imprensa internacional tomou conhecimento da violação massiva da privacidade dos usuários do Facebook promovida pela empresa (GUIMÓN, 2018, online). A CA aplicou técnicas psicométricas somadas ao cruzamento de dados geográficos sem

[2] Trecho original em inglês: *Capitalizing on the assessment of psychological traits from digital footprints, we conducted three real-world experiments that reached more than 3.7 million people. Our experiments demonstrate that targeting people with persuasive appeals tailored to their psychological profiles can be used to influence their behavior as measured by clicks and conversions. [Click-through rates (CTRs) are a commonly used digital marketing metric that quantifies the number of clicks relative to number of times the ad was shown. Conversion rate is a marketing metric that reflects number of conversions, such as app downloads or online store purchases, relative to the number of times the ad was shown.] The experiments were run using Facebook advertising, a typical behavioral targeting platform. (MATZ, S. C. et al. Psychological targeting as an effective approach to digital mass persuasion. Proceedings of the national academy of sciences, v. 114, n. 48, p. 12714-12719, 2017)*

autorização de milhões de usuários do Facebook para persuadi-los a votar de um determinado modo. A partir de um questionário respondido por alguns milhares de usuários do Facebook, a personalidade de cada um deles foi categorizado por uma das empresas ligadas a CA. Em seguida, passou a acompanhar a navegação no Facebook desses usuários. Utilizando algoritmos de aprendizagem de máquina (*machine learning*) estabeleceu um padrão de como cada tipo de personalidade clicava em determinados *links*, memes e postagens na rede social. A violação massiva de privacidade e do direito a não ser vigiado ocorre quando a CA ocorre quando os algoritmos de aprendizagem passam a acompanhar a navegação e a clicagem de mais de 70 milhões de norte-americanos com a finalidade de traçar o perfil psicométrico de cada um deles.

A gigantesca escala transnacional das violações de direitos humanos pela Internet também foi demonstrada pelo ex-analista de inteligência da *National Security Agency* (NSA), Edward Snowden, em 2013. O que ficou evidente é que as empresas de tecnologia com sede nos Estados Unidos possuem uma cumplicidade ambígua com a NSA que as utiliza para coletar dados de seus usuários em diversos países no mundo. O pesquisador David Lyon compreende que a vigilância se deslocou em direção ao *Big Data*. Nesse cenário, três questões são qualitativamente novas: primeiro, a vigilância consegue ser interconectada e quase permanente, ubíqua; segundo, a vigilância assume a perspectiva da descoberta de padrões, o que irá justificar o acesso sem precedentes aos dados de todos; terceiro, o uso do *Big Data* exige uma mudança ética e nas definições de privacidade para que possam retomar seu sentido diante dessas tecnologias (LYON, 2014, online).

3. Inteligência Artificial, *Big Data* e Algoritmos

Como tantas outras expressões comumente no mundo digital, o termo “Inteligência Artificial” não tem uma definição precisa, podendo variar para quem o utiliza. De acordo com Biddle (2018), trata-se de um conceito abrangente de subconjuntos, sendo um deles o “aprendizado de máquina” (*machine learning*). Como o nome sugere, seu objetivo principal é permitir que os computadores “aprendam sozinhos” e se tornem mais eficientes. Domingos (2017) informa que o

"aprendizado de máquina" abrange vários termos: reconhecimento de padrões, modelagem estatística, mineração de dados, descoberta de conhecimento, análise preditiva, ciência de dados, sistemas adaptativos e *deep learning*, dentre outros.

"*Big Data*" é outro conceito que permite várias interpretações, mas na maioria dos casos é o nome dado para o armazenamento, integração, processamento e tratamento destas gigantescas bases de dados geradas cotidianamente pela sociedade global conectada. Que bases são essas? Suas buscas no Google, sua atividade no Facebook e outras redes sociais, sua atividade bancária – extrato de conta-corrente e da fatura do cartão de crédito, os arquivos da câmera de segurança do seu condomínio, a declaração de Imposto de Renda, o registro dos medicamentos comprados em drogarias, o prontuário médico *online*, os filmes assistidos na Netflix ou outro serviço de *streaming*, seus e-mails, as músicas ouvidas no Spotify, os vídeos assistidos no YouTube. Enfim, toda e qualquer atividade na Internet que possa ser registrada e armazenada.

Como explica o professor de direito norte-americano Frank Pasquale, em seu livro *The Black Box Society*, o *Big Data* permite o funcionamento de um complexo padrão de técnicas de reconhecimento e análise de massivos volumes de dados que buscam racionalizar decisões e substituir intermediários. Neste contexto, as corporações que exploram o *Big Data* buscam capturar e integrar os dados de todas as pessoas físicas e jurídicas que estão na rede. Os dados são a matéria-prima valiosa, sem a qual não é possível realizar análises de tendências e predições. As cidadãs e os cidadãos podem pensar que ao ceder seus dados pessoais para as grandes plataformas e aos aplicativos tecnológicos terão no máximo o recebimento de propagandas indesejadas na Internet, conhecidas pelo nome de *spam*, mas, na verdade, tornam-se extremamente vulneráveis, uma vez que perdem a capacidade de controlar as informações sobre sua vida, história, interesses, percepções e desejos. Ao mesmo tempo que a privacidade é colocada em xeque pela captura massiva de dados, as corporações ocultam seus *softwares* e algoritmos por meio de códigos fechados, classificam trabalhos inovadores como confidenciais, registram patentes, assinam acordos de não-divulgação e aplicam regras de mordaça (PASQUALE, 2015, p. 03). O sigilo nos negócios é apresentado como indispensável para Wall Street e para o Vale do Silício, mas mulheres e homens que têm toda a sua atividade *online* gravada não conhecem as implicações sociais das práticas

invisíveis de como suas informações pessoais são classificadas e tratadas. As corporações alegam que a opacidade é a forma de se proteger diante de seus competidores. Pasquale escreve que *"o dinheiro está em busca do reconhecimento de padrões – quer juntar os pontos do comportamento passado para prever o futuro"* (*Ibid.,* p. 19). Os dados pessoais são a principal fonte de lucros para as corporações do *Big Data* que tomam decisões cruciais sobre como classificar e hierarquizar os indivíduos a partir de algoritmos fechados cuja a observação não permite saber o que fazem. Frank Pasquale alerta que essas corporações possuem técnicas de ofuscação para manter a opacidade de seus algoritmos e tecnologias.

Chandler (2015, p. 845) vê o *Big Data* como uma ferramenta de empoderamento, de capacidade de construir sociedades autogovernáveis e autorreproduzíveis. Funciona de uma forma diferente do que ocorreu com o modernismo pós-revolução industrial. Modelos de governança do tipo *Top-Down* ou o entendimento de causa-e-efeito para intervenções de políticas públicas são substituídos pela metodologia de gestão automatizada e centralizada da "autogovernança" do *Big Data*. Tal fenômeno é denominado por Chandler como a chegada de um mundo Pós-Humano, governado por uma realidade relacional e que elimina consequências indesejáveis. Se já vivemos ou não em um mundo "Pós-Humano" é um questionamento que exigirá estudos, pesquisas e reflexões aprofundadas no campo das Relações Internacionais.

Como argumenta a pesquisadora Shoshana Zuboff, *Big Data* não é uma tecnologia ou efeito tecnológico inevitável. Não é um processo autônomo, sua origem é plenamente social. Ela chama essa nova lógica de acumulação, que troca dados pessoais por dinheiro, de *Capitalismo de Vigilância*, do qual o *Big Data* é tanto uma condição como uma expressão (ZUBOFF, 2015, p. 77). Uma empresa como o Google não questiona se pode fotografar casas para sua base de dados. Simplesmente faz o que quer. Se processada, leva seus adversários à exaustão judicial ou eventualmente paga valores insignificantes se comparados ao retorno financeiro. Zuboff diz ainda que essa combinação de dados, extração e análise são a chave para a nova lógica de acumulação. As receitas dependem de ativos de dados apropriados por meio de operações automatizadas onipresentes. Esses ativos constituem uma nova classe: os *Ativos de Vigilância*, que é o que atrai os investimentos no *Capitalismo de Vigilância*. (*Ibid.,* p. 81) Trata-se de um regime

institucional em rede, ubíquo, que grava, modifica e torna mercadoria a experiência diária, de torradeiras a corpos, da comunicação ao pensamento, sempre com uma visão para estabelecer novos caminhos de "monetização" e lucros. Um poder soberano que aniquila a liberdade alcançada pelo mando da lei, que elimina a necessidade de contratos, de governança e o dinamismo da democracia de mercado. O Capitalismo de Vigilância estabelece uma nova forma de poder na qual os contratos e a força da lei são suplantados por recompensas e punições de um novo tipo de "mão invisível" (*Ibid.,* p. 82). O Capitalismo de Vigilância não elimina o direito de privacidade, mas o redistribui. Ao invés de ser um direito de todos, concentra-o nas empresas, que invoca tal direito como forma de legitimação para manter obscuras as operações de vigilância.

Em síntese, os subconjuntos *machine learning*, mineração de dados e *Big Data,* foram as técnicas que tornaram possível o que tem se chamado de Inteligência Artificial. De acordo com Sugomori (2016), esse novo método é uma ferramenta potente em comparação às abordagens anteriores que dependiam de informações fornecidas por seres humanos. Agora, as gigantescas bases de dados disponíveis são os insumos para classificação automatizada e criação de padrões. E com o reconhecimento de padrões, torna-se factível oferecer previsões para condutas semelhantes no futuro. Tais modelos preditivos são parametrizáveis e melhoram progressivamente de maneira automática.

O poder das empresas que controlam essas tecnologias fez com que o autor Philip N. Howard publicasse o livro *Pax Technica: How the Internet of Things May Set Us Free or Lock Us UP*, no qual explica conflitos políticos e de competição, domésticos ou globais, que ocorrem por meio das Tecnologias da Informação. Ele considera que já vivemos uma *Pax Technica*, um momento histórico em que arranjos políticos, econômicos e culturais de instituições sociais e de dispositivos conectados em rede unem firmemente governos e indústrias em pactos de defesa mútua, delineando colaborações, definindo padrões e explorando dados. A *Pax Technica* já teria substituído a *Pax Americana,* inaugurada no pós-Segunda Guerra Mundial, pois, de acordo com Howard, os EUA já perderam o controle da era digital. O país não seria mais a fonte primária de inovação em redes digitais e nem o mais importante construtor de infraestrutura de comunicação e informação. Se há 20 anos não haviam dúvidas de que os EUA eram o nó central na rede de desenvolvimento

tecnológico e do fluxo global de informações, este foi um estado temporário, superado. (HOWARD, 2015, p. 14)

Há um profundo debate no campo das Relações Internacionais de que se, no mundo pós-Guerra Fria, os Estados Unidos da América são o poder dominante ou se vivemos em um mundo multipolar, no qual convivem e disputam diferentes tipos de atores que projetam diferentes tipos de poder. Howard questiona quem tem esse poder e o que significa exercer esse poder. Para ele, nos dias atuais, quem projeta as novas tecnologias de informação, produz as mídias digitais e define os padrões da Internet tem grande influência e força para manipular a opinião pública. Os EUA seguem sendo um importante ator, seja pela tecnologia oriunda do *Silicon Alley*, pela capacidade de monitoração da Internet da Agência de Segurança Nacional (NSA) ou pela ascendência governamental sobre organizações como a *Internet Society* ou a *International Corporation for Assigned Names and Numbers* (ICANN). Mas há o crescimento tecnológico chinês, que tem o controle direto de seus usuários de sistemas, que exporta *hardware* para outros países e amplia sua rede de infraestrutura. E existem também os que Howard chama de "insurgentes tecnológicos", como o *Pirate Bay* e o *Wikileaks*, os *hackers* e os que denunciaram – e denunciam – segredos governamentais na rede (*Ibid.,* p. 13). Em muitos países do mundo, a política mudou radicalmente após a chegada da Internet – da profusão de *blogs* até o vazamento de vídeos de denúncias de violência policial, que se espalham de maneira viral. Talvez seja um exagero do autor falar em *Pax Technica*, mas, no mínimo, a proposição é sintomática dos problemas que os estados nacionais estão enfrentando com as inovações das tecnologias informacionais e que influenciam a política, a economia e a cultura.

Nick Srnicek, no livro *Platform Capitalism*, também aponta significativas mudanças da sociedade atual em comparação com a sociedade industrial do pós-Guerra. A capacidade de extrair dados para a inteligência dos negócios, da produção ao consumo, era bem limitada no capitalismo do mundo industrial. Já no cenário dominado pelas plataformas digitais e pelas tecnologias cibernéticas, a extração de dados está no DNA dos modelos de negócio. As plataformas, amplamente utilizadas e cada vez mais presentes em versões para celulares, coletam todos os dados possíveis dos seus usuários e dos dispositivos que utilizam com a finalidade de aprimorar as informações armazenadas e gerar receitas. O capitalismo do Século

XXI encontrou um novo material para se apropriar: os dados pessoais, afirma Srnicek. As plataformas digitais têm se tornado crescentemente o modo dominante de organizar os negócios e de monopolizar informações, analisá-las, usá-las e vendê-las.

4. Tipos de Violações de Direitos

As tecnologias mediadas por algoritmos têm a capacidade de infringir artigos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, o que permite identificar tipos das principais violações. São exemplos o Artigo 7º (contra qualquer discriminação), o Artigo 10º (julgamento por tribunal independente), o Artigo 12º (privacidade e direito a intimidade) e o Artigo 19º (que garante o direito de liberdade de expressão e de opinião).

Imagine um veículo voador não tripulado, um *drone*, armado de mísseis *hellfire*, sobrevoando uma área civil de um país islâmico. O autômato persegue das alturas um determinado sujeito, previamente escolhido. Não conhece seu nome, mas vem há tempos observando seu padrão de comportamento, seu padrão biológico, seu peso estimado, sua altura aproximada, os locais por onde circula, os tipos de pessoas com quem conversa, hábitos e horários. Um algoritmo analisa e um *software* armazena todas as informações capturadas pelo olho mecânico e compara com parâmetros do que seria o padrão comportamental de um militante terrorista. Um sistema de pontuação, um *ranking*. O *drone* também observa o terreno, o número de pessoas no entorno do perseguido, quais os equipamentos em volta – se há prédios, fábricas, escolas, hospitais, estabelecimentos comerciais, conjuntos residenciais. Se a pontuação do possível militante atinge um número pré-definido no *ranking* e dadas as condições ideais ambientais, como boa visibilidade e pouca gente próxima, o robô assassino libera automaticamente seu míssil de fogo infernal dos céus e explode a vítima. Uma decisão autônoma, sem interveniência humana. Sem culpas ou ressentimentos por vidas aniquiladas ou danos colaterais. O que parece cena de um filme de ficção científica é a nova fronteira da pesquisa militar tecnológica dos Estados Unidos da América, conforme demonstra Grégoire Chamayou em seu livro *Teoria do Drone*. O pesquisador e filósofo escreve que, por

enquanto, os *drones* são controlados a distância, por operadores humanos, por princípio de telecomando.

Os exércitos não contam ainda com robôs letais autônomos, mas existem vários projetos nesse sentido. Um exemplo é o robô russo FEDOR (*Final Experimental Demonstration Object Research*), um humanoide projetado para substituir seres humanos em locais de alto risco, como em operações de resgate e em missões espaciais, desenvolvido pela Fundação de Estudos Avançados (FPI) do governo russo. Dentre suas habilidades, o FEDOR pode disparar armas de fogo com as mãos esquerda e direita, o que fez com a mídia internacional comparasse o autômato com o ciborgue do filme o *Exterminador do Futuro*, estrelado por Arnold Schwarzenegger na década de 1980. Não é difícil de imaginar que, em poucos anos, projetos similares serão utilizados em palcos de guerras. *"Quem dominar a Inteligência Artificial, dominará o mundo"*, disse o presidente da Federação Russa, Vladimir Putin, em evento público em setembro de 2017, divulgado pelo *site* RT.com.

O Artigo 10° da Declaração Universal dos Direitos Humanos manifesta: *"Toda a pessoa tem direito, em plena igualdade, a que a sua causa seja equitativa e publicamente julgada por um tribunal independente e imparcial que decida dos seus direitos e obrigações ou das razões de qualquer acusação em matéria penal que contra ela seja deduzida".* Um *software* que decide executar alguém, seja de um *drone* assassino ou de um robô pistoleiro, viola o princípio inscrito no Artigo 10º, pois o sistema computacional decretou sua eliminação física sem que um tribunal humano lhe oferecesse qualquer chance de defesa.

A situação torna-se mais preocupante se observarmos a concertação de esforços entre estados nacionais e instituições privadas para adaptar os desafios globais às exigências e aos limites da soberania estatal, como escreveu James Der Derian, em seu livro *Virtuous War*. Nesse trabalho, o autor revelou com profundidade a emergência de uma nova aliança virtual entre a indústria militar e as redes de entretenimento e de mídia. Em março de 2018, foi divulgado, pela BBC, um acordo entre o Google e o Pentágono para a desenvolver soluções de inteligência artificial para os *drones* dos EUA, o que confirma a estreita ligação das empresas de tecnologia da informação com o aparato militar do Estado norte-americano, conforme já descrito por Der Derian. Na primeira fase do projeto, o Google colaborará com um processo de análise automatizada da imensa quantidade de

filmagens coletadas diariamente pelos objetos voadores. Uma quantidade tão vasta de dados que é praticamente impossível ser aproveitada com eficiência por olhos humanos.

O combate ao terrorismo também é preocupação da Comissão Europeia, que tem exigido dos grandes serviços de Internet para que atuem contra a propagação de conteúdos extremistas na Rede Mundial de Computadores, conforme noticiou o jornal *El País*, em março de 2017. Os primeiros minutos após a publicação são considerados vitais para barrar a difusão de vídeos, áudios, imagens e textos. A instituição quer que as principais plataformas apaguem este tipo de conteúdo em, no máximo, uma hora depois de notificadas pelas autoridades policiais. Extinguir esses materiais só é possível com algoritmos capazes de reconhecer, rastrear e eliminar os conteúdos dentre as milhares de contas de cada serviço. Se há quase uma unanimidade quanto a necessidade de bloquear a propagação de filmagens de decapitações e de torturas executadas por organizações como o Estado Islâmico, há que se reconhecer que a tecnologia utilizada para combater este tipo de mensagem pode ser também aplicada na censura de qualquer tipo de informação indesejada. Tal prática pode levar a violação do Artigo 19° da Declaração Universal dos Direitos Humanos: *"Todo o indivíduo tem direito à liberdade de opinião e de expressão, o que implica o direito de não ser inquietado pelas suas opiniões e o de procurar, receber e difundir, sem consideração de fronteiras, informações e ideias por qualquer meio de expressão".* Movimentos sociais, reivindicatórios, políticos, religiosos ou de qualquer outra natureza podem ser facilmente removidos por ferir interesses dos controladores dessas plataformas ou dos governos nacionais, que podem usar seu poder para pressionar as corporações para cercear o direito de expressão.

Um grupo de físicos da Universidade de Miami tenta criar um modelo matemático para filtrar o universo das mensagens *online* pró-terrorismo. O trabalho é feito via mineração de dados extraídos da rede social russa Vkontakte, buscando identificar simpatizantes de grupos radicais. O resultado da pesquisa foi publicado pela revista *Science*, em 2016. Da mesma forma, os algoritmos de redes sociais como o Facebook têm a capacidade de rotular seus usuários por preferência política: liberais, moderados ou conservadores, no caso da política interna dos Estados Unidos, publicou o jornal *NY Times*, em 2016. A dedução é baseada na atividade do usuário: as páginas que ele visita e as publicações que ele "curte". Se

alguém “curtir” a página de Donald Trump possivelmente será rotulado como conservador. Mesmo que a pessoa prefira são se vincular a conteúdos políticos de qualquer natureza, a rede social poderá classificá-la politicamente analisando os perfis de outras pessoas do seu círculo e que têm gostos e comportamentos similares.

O Centro de Investigações Sociológicas (CIS), em 2016, na Espanha, fez uma pesquisa com 2.500 pessoas, publicada no *El País*, quando perguntou peso e altura dos eleitores homens e mulheres. Com isso, criaram uma fórmula para estimar a preferência eleitoral de acordo com as características físicas dos votantes. Um exemplo: pessoas de esquerda teriam mais sobrepeso e altura média menor do que as de direita, mais magras e altas. Em democracias, essas rotulações políticas podem gerar pouco ou nenhum problema, mas em estados autoritários, totalitários, em situações de golpe de Estado ou de guerra civil, podem custar a vida ou a liberdade de alguém.

Análises algorítmicas já são usadas para justificar prisões. Em 2013, policiais de Wisconsin, EUA, prenderam um homem que dirigia um carro usado em uma troca de tiros. Na sentença que o levou a cadeia, o juiz responsável pelo caso citou que o criminoso era de alta probabilidade de reincidência conforme previsão de um programa de computador chamado COMPAS, utilizado para avaliação de riscos. O caso saiu em matéria do *NY Times*, em outubro de 2017. Por se tratar de um *software* proprietário não é possível saber como exatamente o programa funciona e o fabricante se recusou a divulgar seu código-fonte.

A cidade de Chicago, EUA, desde 2015, criou a Lista de Assuntos Estratégicos (do inglês: *Strategic Subject List*), que tem por objetivo classificar quais cidadãos têm mais probabilidade de envolvimento em atividades criminosas. A listagem é montada por um algoritmo não-publico, que pontua as chances de um indivíduo se envolver em um tiroteio como agressor ou mesmo como vítima. O sistema de pontos calcula e localiza em uma escala de 0 (risco extremamente baixo) até 500 (risco extremamente alto). A lista é publicada *online*, mas sem o nome das pessoas. Mesmo assim, pode-se questionar se a ferramenta não viola o direito de presunção de inocência. Não é possível ter certeza de que os dados completos dessa lista – ou de similares – não vazem. Se os nomes das pessoas com alta pontuação forem, por qualquer razão, acidentalmente ou não, divulgados ao público

é certo que elas serão punidas, ficando estigmatizadas, rotuladas, por crimes que não cometeram. O sistema de Chicago tem a preocupação de não incluir cor/raça ou sexo como um dos oito atributos que compõem o *ranking*. Porém, se essa lista for cruzada com outras bases de dados usando as técnicas de *Big Data* será muito simples complementar estes campos que podem ser usados como forma de reforçar preconceitos.

Preconceito contra mulheres, negros, LGBT ou qualquer outro grupo é uma violação do Artigo 7° da Declaração Universal dos Direitos Humanos: *"Todos são iguais perante a lei e, sem distinção, têm direito a igual protecção da lei. Todos têm direito a protecção igual contra qualquer discriminação que viole a presente Declaração e contra qualquer incitamento a tal discriminação"*. Mas podem as fórmulas, as equações matemáticas e os algoritmos serem preconceituosos? Laurie Penny, jornalista e ativista feminista de Londres, em artigo que publicou no jornal britânico *The Guardian,* afirma que robôs (Inteligência Artificial) são racistas e sexistas tanto quanto as pessoas que os criaram. São muitos os exemplos que podem ser usados para sustentar essa opinião. Os *softwares* de reconhecimento facial, cada vez mais utilizados para combater o crime e o terrorismo, funcionam melhor com rostos caucasianos, com pessoas brancas. Tal falha é chamada de "Biometria Imperfeita" pelo estudo "*O Alinhamento Perpétuo – Reconhecimento Facial Policial Não-Regulamentado na América*", produzido pelo Centro de Privacidade & Tecnologia da *Georgetown Law*. Algoritmos desenvolvidos majoritariamente por engenheiros homens e brancos e que fracassam ao discernir as faces de afrodescendentes podem levar à detenção e à culpabilização de inocentes.

A pesquisadora negra Joy Buolamwini, do *MIT Media Lab* e fundadora da organização Liga da Justiça Algorítmica[3], realizou um experimento ao trabalhar com robôs que usam visão computadorizada para detectar seres humanos. Após sucessivos problemas de reconhecimento facial, ela usou uma máscara branca, de plástico duro, não flexível, para interagir com as máquinas. Surpreendeu-se quando obteve melhores resultados do que com sua face verdadeira. Em entrevista ao *The Guardian*, Buolamwini explicou que a razão disso ocorrer é que os algoritmos são

[3] Algorithmic Justice League - https://www.ajlunited.org

sistemas projetados e treinados com rostos brancos, apesar do impacto do uso dessa tecnologia se dar em populações etnicamente diversas.

O aplicativo *Google Photos*, que organiza álbuns digitais *online*, foi alvo de um caso de grande repercussão na mídia, em 2015. Um usuário descobriu que o programa etiquetava automaticamente seus amigos negros como gorilas. A Inteligência Artificial do Google não era capaz de diferenciar humanos de pele escura de chimpanzés e outros tipos de macacos. O episódio fez com que a empresa se desculpasse publicamente. Em janeiro de 2018, três anos depois, a revista *Wired* testou o algoritmo, que estava "cego" para símios, apresentando "nenhum resultado" para buscas. Ou seja, para evitar o erro, a empresa passou a impedir a marcação automática para este tipo de animal.

Em 2016, nova polêmica ocorreu quando um jovem internauta divulgou um vídeo mostrando as diferenças ao procurar, utilizando o buscador do Google, as palavras-chave "três adolescentes negros" e depois "três adolescentes brancos". Na primeira busca apareciam fotos de fichas criminais, caras fechadas e ameaçadoras, de presidiários negros trajados de roupa laranja. Na segunda busca surgiam moços brancos e moças louras, felizes, sorridentes, abraçados uns aos outros, bem vestidos com roupas coloridas, festivas, segurando bolas de futebol e de basquete. A matéria foi publicada no *El País*, em junho de 2016.

Não são somente as minorias étnicas que podem ser vítimas de perseguição algorítmica. Em 2017, a comunidade LGBT acusou o YouTube de filtrar conteúdos de relacionamentos de pessoas de mesmo sexo, publicou o *The Guardian*. Esses vídeos seriam considerados "potencialmente inapropriados" e colocados em modo restrito, ficando escondidos na plataforma. Outro exemplo, mais grave, é de um *software* experimental da Universidade de Stanford, EUA, que seria supostamente capaz de diferenciar pessoas homossexuais e heterossexuais de acordo com suas características faciais. Para realização do estudo foram utilizadas 35 mil fotos de norte-americanos brancos, obtidas em um site de relacionamento. O nível de acerto seria de 81% para pessoas do gênero masculino e de 74% de gênero feminino. As características faciais adotadas incluíam características fixas (como o formato do nariz, por exemplo) e transitórias (como higiene pessoal). O estudo foi publicado pelo *Journal of Personality and Social Psychology*.

Relatório publicado pela Associação Internacional de *Gays*, Lésbicas, Bissexuais, Transexuais e Intersexuais (www.ilga.org), em 2017, informa que existem no mundo 72 países que criminalizam as relações homoafetivas e em oito deles a pena pode ser a morte. O que aconteceria se países como Irã, Arábia Saudita, Iêmen e Sudão resolvessem utilizar o *software* da Universidade de Stanford como forma de comprovar o "crime de homossexualismo"?

Países do Oriente Médio já utilizam esse tipo de tecnologia como forma de repressão. Em outubro de 2017, um palestino foi detido por causa de um erro de tradução do Facebook. Profissional de construção civil, ele publicou uma foto de si próprio junto a uma escavadeira e escreveu "bom dia", em árabe. O sistema de tradução da rede social reproduziu a expressão em hebraico "ataquem-nos" e em inglês "machuquem-nos" (*hurt them*). Foi o suficiente para que a polícia de Israel realizasse uma operação para prender o trabalhador, noticiou o *El País*.

Na mesma época, o site norte-americano ProPublica.org provou que o Facebook permitia habilitar propagandas para impulsionar conteúdos para grupos antissemitas. Ao pagar US$ 30,00, tiveram acesso aos tópicos "odiadores de judeus", "como queimar judeus" e "história de como os judeus arruinaram o mundo". A rede social aprovou os tópicos em 15 minutos. Depois de contactada pela equipe do ProPublica, a empresa eliminou a existência dessas categorias.

Algoritmos também pode atuar de forma sexista, estereotipando as mulheres. Pesquisadores da Universidade da Virgínia (ZHAO, WANG, YASKAR, ORDONEZ e CHENG), EUA, descobriram que objetos típicos de serviços de cozinha, como faca, garfo e colher, são associados por alguns *softwares* de I.A. ao sexo feminino, enquanto objetos de recreação como raquete de tênis, motocicleta e barco são vinculados aos homens.

Um artigo no jornal *NY Times*, de agosto de 2015, mostra que os *softwares* dos aparelhos de ar condicionado são baseados nas taxas metabólicas de homens adultos, a partir de uma fórmula criada nos anos 1960. O resultado é conforto ambiental para eles, mas uma temperatura fria demais para as mulheres, que acabam tendo que trabalhar agasalhadas.

O aplicativo de relacionamentos Tinder criou uma versão secreta de seu serviço, o TinderSelect, apenas para uso de pessoas de "boa aparência". Não se sabe os critérios da ferramenta para definir como são escolhidos os participantes,

como calcula quão desejável, quão atraente, é cada um. O conceito “atraente”, por si, é discriminatório, sexista, independente do que o sistema defina como padrão. A notícia foi publicada na Folha de S.Paulo, em março de 2017.

As corporações dizem que imperfeições biométricas, falhas de reconhecimento facial, categorizações equivocadas, erros de tradução, falhas e demais descalabros algorítmicos podem ser resolvidos com o avanço da tecnologia. E, para tanto, elas precisam captar cada vez mais dados, mais informações, da sociedade como um todo. Quanto menos privacidade melhor seria a experiência dos usuários nos serviços de *Big Data* ofertados, como se isso não fosse a base do Capitalismo de Vigilância.

A violação de privacidade ataca o Artigo 12° da Declaração Universal dos Direitos Humanos: *“Ninguém sofrerá intromissões arbitrárias na sua vida privada, na sua família, no seu domicílio ou na sua correspondência, nem ataques à sua honra e reputação. Contra tais intromissões ou ataques toda a pessoa tem direito a protecção da lei”*.

Todos os exemplos citados até agora podem ser considerados como violação de privacidade e como infrações ao Artigo 12º. Porém, é importante ressaltar um caso emblemático, ocorrido em 2010, que demonstra os riscos que a coleta massiva de dados promovida pelas corporações gera para os cidadãos. A autoridade de proteção de dados da Alemanha [4] exigiu uma auditoria sobre as informações coletadas pelo serviço de mapeamento de ruas chamado *Google Street View*. Lançado em 2007, o procedimento da coleta é feito por carros equipados com câmeras e outros dispositivos tecnológicos que percorrem as vias públicas das cidades fotografando-as detalhadamente para depois associá-las ao mapa de cada localidade. Os veículos utilizados pelo Google tinham antenas instaladas capazes de capturar dados de redes wi-fi, domésticas e corporativas, e utilizar esses dados em seus serviços de localização. A empresa publicou em seu *blog* oficial, em 27 de abril de 2010, que recolhia nomes de redes (SSIDs) e números de identificação (*Mac Addresses*) de aparelhos de rede como roteadores, mas não guardava os dados que passavam por essas redes. Porém, em 14 de maio, após confrontado pela autoridade alemã, o Google fez uma nova publicação, na qual admitiu que por

[4] Die Landesbeauftragte für den Datenschutz Nordrhein- Westfalen - www.ldi.nrw.de

engano havia incluído um código em seu *software* que coletava exemplos de dados que trafegavam pelas redes wi-fi, mas que nunca haviam utilizado essas informações nos produtos da empresa. Um pedaço de código, legado de um projeto experimental, havia sido reutilizado para programar os carros do *Street View*. Esta teria sido a origem do erro que levou à captura de dados pessoais. *"Tão logo fomos avisados do problema, nós alteramos nossos veículos do Street View e segregamos os dados de nossa rede, que desconectamos para fazê-la inacessível. Apagaremos os dados tão logo seja possível (...)"*, registrou o Google em seu *blog*. Em síntese, a empresa equipou seus veículos com antenas e com um *software* capaz de recolher e armazenar dados técnicos e pessoais de redes wi-fi de cada residência nas ruas por onde passou. O procedimento durou, pelo menos, de 2007 a 2010, quando a prática foi questionada pelo governo alemão. Em sua defesa, a corporação disse que se tratava de um erro, de um acidente.

De maneira mais explícita, o Governo da República Popular da China não tem constrangimentos em usar o *Big Data* para analisar as informações de seus cidadãos na Internet. Em seu *blog Copy From China*, o jornalista Felipe Zmoginski escreve que o país asiático pretende criar um "sistema de crédito social", com o qual irá pontuar cada indivíduo, premiando pessoas "bem-comportadas" e punindo "desordeiros". A empresa Sesame Credit, subsidiária do grupo Alibaba, conduz um projeto piloto, desde 2014, pelo qual analisa o comportamento *online* de voluntários que trocam seus dados pessoais por descontos em produtos diversos, como empréstimos bancários. Zmoginski diz que não há transparência no sistema, mas aparentemente quem gasta dinheiro com videogames costuma receber menos pontos de quem compra livros ou fraldas para bebê. A implantação plena do sistema está prevista para 2020 e a adesão será obrigatória para todos os chineses. Haverá cruzamento de dados de comércio eletrônico, da autoridade fiscal e de boletins de ocorrência. Fazer barulho após 22 horas, fumar em local proibido, atrasar o pagamento da conta de luz ou dirigir bêbado fará com que se perca pontos sociais. Se relacionar com quem tem pontuação baixa ou alta também poderá influenciar na posição de cada pessoa no *ranking*. Enquanto ainda funciona como um serviço privado, em sua página de Internet, www.creditsesame.com, a empresa vende seu serviço justificando que *"a diferença entre uma boa pontuação de crédito e uma má pode significar milhares de dólares e mesmo um impacto na capacidade de obter um*

empréstimo". Curiosamente, ao mesmo tempo em que classifica e categoriza seus clientes, a Credit Sesame afirma que a privacidade é de alta prioridade para a empresa. Que utiliza o método mais poderoso de criptografia disponível e que as informações do usuário são visíveis apenas para ele mesmo. Que os dados não são vendidos ou compartilhados com terceiros, com patrocinadores ou com empregados.

5. Conclusão

Os casos aqui relatados demonstram que as tecnologias cibernéticas, apropriadas ou desenvolvidas pelas corporações capitalistas, estão servindo à violação e ao enfraquecimento de importantes princípios da Declaração Universal de Direitos Humanos. A intensa competição entre empresas levou a estruturação de um mercado informacional baseado principalmente na coleta, armazenamento e venda de dados pessoais, processados e reunidos em amostras ou em estado bruto. A atual economia informacional pode ser compreendida como um Capitalismo de Plataforma (Srnicek) que é um Capitalismo de Vigilância (Zuboff).

Além disso, essas atividades são operadas por actantes, *softwares*, algoritmos e tecnologias de tratamento de grandes bases de dados que permitem realizar predições com a finalidade de influenciar decisões privadas e públicas. Confirmando a análise de Der Derian, poderosos estados nacionais, articulando suas corporações de tecnologia e entretenimento, passam a ampliar as ações de vigilância sobre cidadãos, adentrando em espaços privados altamente reveladores da personalidade, comportamento, interesse e desejo das pessoas.

Por fim, a inteligência artificial, em especial, os algoritmos de *machine learning,* que tantos benefícios pode trazer para a educação, saúde, gestão pública e de negócios, organização de cidades, simultaneamente está abrindo caminho para a proliferação de aparelhos de segurança e de ação militar autômatos, sem a necessidade da mediação humana. Essa nova fase da prática estatal da violência, seja para o controle social ou para a guerra, implica que a Declaração Universal dos Direitos Humanos seja +defendida e ampliada para que possamos conter as nefastas tendências de dominação opressiva e assimetrias inaceitáveis em nosso cotidiano.

Referências Bibliográficas

BELLUCKAUG, Pam. *Chilly at Work? Office Formula Was Devised for Men.* Site: NYTimes.com, em 3 de agosto de 2015. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2015/08/04/science/chilly-at-work-a-decades-old-formula-may-be-to-blame.html>. Acesso em 5 de abril de 2017.

CHAMAYOU, Grégoire. *Teoria do Drone.* SP, Cosac Naify, 2015.

CHANDLER, David. *A world without causation: Big data and the coming of age of posthumanism*. Millennium, v. 43, n. 3, p. 833-851, 2015.

CHICAGO DATA PORTAL. Site Oficial da Cidade de Chicago. *Strategic Subject List. Disponível em: <https://data.cityofchicago.org/Public-Safety/Strategic-Subject-List/4aki-r3np>. Acesso em: 5 de abril de 2018.*

Data collected by Google cars. Site: Google Europe Blog, em 27 de abril de 2010. Disponível em: <https://europe.googleblog.com/2010/04/data-collected-by-google-cars.html>. Acesso em 5 de abril de 2018.

DER DERIAN, James. *Antidiplomacy: spies, terror, speed, and war. Blackwell*, 1992.

DER DERIAN, James. *Critical encounters in international relations.* International Social Science Journal, v. 59, n. 191, p. 69-73, 2008.

DER DERIAN, James. *Virtuous War: Mapping the Military-Industrial-Media-Entertainment-Network.* 2nd ed. Taylor & Francis e-Library, 2009.

DOMINGOS, Pedro. *O algoritmo mestre.* São Paulo: Novatec. 2017.

FUNDAÇÃO DE ESTUDOS AVANÇADOS (FPI). Site Oficial do Governo da Federação Russa, em 13 de outubro de 2017. *Disponível em:* <http://fpi.gov.ru/press/media/razrabotchik_robota_fedora_rasskazal_o_pyati_svoih_slozhneyshih_zadacha h>. Acesso em: 2 de abril de 2018.

GARVIE, Clare; BEDOYA, Alvaro; FRANKIE, Jonathan. *The Perpetual Line-up*

Unregulated Police Face Recognition in America. Center on Privacy & Technology at Georgetown Law, em 18 de outubro de 2016. *Disponível em: <www.perpetuallineup.org>*. Acesso em: 5 de abril de 2018.

GUIMÓN, Pablo. Christopher Wylie: *"O 'Brexit' não teria acontecido sem a Cambridge Analytica".* Internacional. EL PAÍS Brasil. 18/04/2018. Disponível: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/03/26/internacional/1522058765_703094.html Acesso 05/10/2018.

HOWARD, Philip N. *Pax Technica: How the Internet of things may set us free or lock us up.* Yale University Press, 2015.

HUNT, Elle. *LGBT community anger over YouTube restrictions which make their videos invisible*. Site: TheGuardian.com, em 20 de março de 2017. Disponível em: <https://www.theguardian.com/technology/2017/mar/20/lgbt-community-anger-over-youtube-restrictions-which-make-their-videos-invisible>. Acesso em 5 de abril de 2018.

ISRANI, Ellora Thadaney. *When an Algorithm Helps Send You to Prison.* Site: NYTimes.com, em 26 de outubro de 2017. *Disponível em:* <https://www.nytimes.com/2017/10/26/opinion/algorithm-compas-sentencing-bias.html>. Acesso em: 2 de abril de 2018.

JOHNSON, N.F.; ZHENG, M.; VOROBYEVA, Y.; GABRIEL, A.; QI, H.; VELASQUEZ, N.; MANRIQUE, P.; JOHNSON, D.; RESTREPO, E.; SONG, C.; WUCHTY, S. *New online ecology of adversarial aggregates: ISIS and beyond .* Science (Magazine), Vol 352, Issue 6292 , em 17 de junho de 2016. *Disponível em:* <http://science.sciencemag.org/content/352/6292/1459>. Acesso em: 2 de abril de 2018.

KELION, Leo. *Google tech used by Pentagon 'to analyse drone videos'*. Site: BBC.com, em 7 de março de 2018. *Disponível em:* <http://www.bbc.com/news/technology-43316667> Acesso em: 2 de abril de 2018.

KOSINSKI, Michal et al. *Mining big data to extract patterns and predict real-life outcomes*. Psychological methods, v. 21, n. 4, p. 493, 2016.

KOSINSKI, Michal; WANG, Yilun. *Deep Neural Networks Are More Accurate Than Humans at Detecting Sexual Orientation From Facial Images.* Journal of Personality and Social Psychology. February 2018, Vol. 114, Issue 2, P. 246-257. Stanford Graduate School of Business. *Disponível em:* <https://www.gsb.stanford.edu/faculty-research/publications/deep-neural-networks-are-more-accurate-humans-detecting-sexual>. Acesso em: 5 de abril de 2018.

LLANERAS, Kiko. *Dime cuánto mides y te diré a quién votas.* Site: ElPais.com, em 23 de junho de 2017. Disponível em: <https://politica.elpais.com/politica/2017/06/23/ratio/1498207330_149656.html>. Acesso em: 2 de abril de 2018.

LYON, David. *Surveillance, Snowden, and big data: Capacities, consequences, critique*. Big Data & Society, v. 1, n. 2, 2014. Disponível: http://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/2053951714541861 Acesso em: 10/05/2018.

MATZ, S. C. et al. *Psychological targeting as an effective approach to digital mass persuasion.* Proceedings of the national academy of sciences, v. 114, n. 48, p. 12714-12719, 2017.

MERRILLAUG, Jeremy B. *Liberal, Moderate or Conservative? See How Facebook Labels You*. Site: NYTimes.com, em 23 de agosto de 2016. *Disponível em:* <https://www.nytimes.com/2016/08/24/us/politics/facebook-ads-politics.html>. Acesso em: 2 de abril de 2018.

NYE JR, Joseph S. *Cyberpower.* Harvard Univ Cambridge, MA, Belfer Center for Science and International Affairs, 2010.

PASQUALE, Frank. *The black box society: The secret algorithms that control money and information*. Harvard University Press, 2015.

PENNY, Laurie. *Robots are racist and sexist. Just like the people who created them.* Site: TheGuardian.com, em 20 de abril de 2017. *Disponível em: <https://www.theguardian.com/commentisfree/2017/apr/20/robots-racist-sexist-people-machines-ai-language>. Acesso em: 5 de abril de 2018.*

PEREDA, Cristina F. *¿Google es racista?: Un joven demuestra en un vídeo las diferencias al buscar "tres adolescentes negros" y "tres adolescentes blancos"*. Site: ElPais.com, em 10 de junho de 2016. Disponível em <https://elpais.com/internacional/2016/06/10/estados_unidos/1465577075_876238.html>. Acesso em 5 de abril de 2018.

SÁNCHEZ, Álvaro. *Los gigantes de Internet tendrán una hora para borrar contenidos terroristas. Site: ElPais.com, em 1º de março de 2017. Disponível em: <https://elpais.com/internacional/2018/03/01/actualidad/1519898000_774757.html>. Acesso em: 2 de abril de 2018.*

SANZ, Juan Carlos. *Un palestino detenido por un error de traducción de Facebook*. Site: ElPais.com, em 25 de outubro de 2017. Disponível em: <https://elpais.com/internacional/2017/10/24/mundo_global/1508864861_586037.html>. Acesso em 5 de abril de 2018.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. *Tudo sobre tod@s: Redes digitais, privacidade e venda de dados pessoais.* Ebook Kindle, 2017.

SIMONITE, Tom. *When It Comes to Gorillas, Google Photos Remains Blind.* Site: Wired.com, em 11 de janeiro de 2018. Disponível em: <https://www.wired.com/story/when-it-comes-to-gorillas-google-photos-remains-blind>. Acesso em 5 de abril de 2018.

SRNICEK, Nick; DE SUTTER, Laurent. *Platform Capitalism*. Cambridge, UK; Malden, MA: Polity, 2017.

Tinder tem versão secreta só para pessoas bonitas e celebridades, diz site. Site: Folha de S.Paulo, em 8 de março de 2017. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/tec/2017/03/1864670-tinder-tem-versao-secreta-so-para-pessoas-bonitas-e-celebridades.shtml>. Acesso em 5 de abril de 2018.

TOBIN, Ariana; ANGWIN, Julia; VARNER, Madeleine. *Facebook Enabled Advertisers to Reach 'Jew Haters'*. Site: ProPublica.org, em 14 de setembro de 2017. Disponível em: <https://www.propublica.org/article/facebook-enabled-advertisers-to-reach-jew-haters>. Acesso em 5 de abril de 2018.

TUCKER, Ian. *Interview: 'A white mask worked better': why algorithms are not colour blind.* Site: TheGuardian.com, em 28 de maio de 2017. *Disponível em:*

<https://www.theguardian.com/technology/2017/may/28/joy-buolamwini-when-algorithms-are-racist-facial-recognition-bias>. Acesso em: 5 de abril de 2018.

UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY. Human Rights Council. *A/HRC/32/L.20 – Draft Resolution/Decision: The Promotion, Protection And Enjoyment Of Human Rights On The Internet.*, 2016.

VIRILIO, Paul; PACIORNIK, Celso Mauro; DOS SANTOS, Laymert Garcia. *Velocidade e política*. Estação Liberdade, 1996.

WiFi data collection: An update. Site: Google Europe Blog, em 14 de maio de 2010. Disponível em: <https://europe.googleblog.com/2010/05/wifi-data-collection-update.html>. Acesso em 5 de abril de 2018.

'Whoever leads in AI will rule the world': Putin to Russian children on Knowledge Day. Site: RT.com, em 1º de setembro de 2017. *Disponível em:* <https://www.rt.com/news/401731-ai-rule-world-putin>. Acesso em: 2 de abril de 2018.

ZHAO, Jieyu; WANG, Tianlu; YATSKAR, Mark; ORDONEZ, Vicente; CHENG, Kai-Wei. *Men Also Like Shopping: Reducing Gender Bias Amplification using Corpus-level Constraints.* University of Virginia, 2017. Disponível em: <http://www.cs.virginia.edu/~kc2wc/publications/ZWYOC.html>. Acesso em 5 de abril de 2018.

ZMOGINSKI, Felipe. *Sistema de crédito social chinês revela uso autoritário da tecnologia.* Site: Blog Copy From China - Blogosfera UOL, em 28 de março de 2018. Disponível em: <https://copyfromchina.blogosfera.uol.com.br/2018/03/28/na-china-pontuacao-de-comportamento-beira-o-autoritarismo/>. Acesso em 5 de abril de 2018.

ZUBOFF, Shoshana, *Big Other: Surveillance Capitalism and the Prospects of an Information Civilization, em* 4 de abril de 2015. Journal of Information Technology (2015) 30, 75–89.

MONÇÕES
Revista de Relações Internacionais da UFGD
ISSN 2316-8323

O PALÁCIO É A CASA: DISTINÇÃO E BUROCRACIA

KARLA GOBO
Professora Doutora da Escola Superior de Propaganda e Marketing
e da Universidade Veiga de Almeida

RESUMO: Longe de ser um aspecto arbitrário, ou produto da incorporação de elementos, técnicas, tendências e escolas incorporadas por profissionais de arquitetura, paisagismo e decoração, a edificação de casas, prédios ou instituições públicas buscam também evidenciar o habitus de seus agentes. Tendo em vista esta premissa, o objetivo deste trabalho é apresentar a relação entre o habitus diplomático e as sedes do Ministério das Relações Exteriores. Para tanto buscou-se compreender primeiro o que é e como se organiza essas disposições e como elas estão expressas nas duas edificações da diplomacia brasileira.

PALAVRAS-CHAVES: Arquitetura; Palácio do Itamaraty; Burocracia.

THE PALACE IS HOME: DISTINCTION AND BUREAUCRACY

ABSTRACT: Far from being an arbitrary aspect or product of the incorporation of elements, techniques, trends and schools incorporated by professionals of architecture, landscaping and decoration, the construction of public houses, buildings or institutions also seek to highlight the habitus of its agents. In view of this premise, the objective of this work is to present the relationship between the diplomatic habitus and the headquarters of the Ministry of Foreign Affairs. In order to do so, we sought to understand first what is and how these provisions are organized and how they are expressed in the two buildings of Brazilian diplomacy.

KEYWORDS: Architecture; Itamaraty Palace; Bureaucracy.

1. Introdução

No último ano se comemorou meio século da primeira recepção oficial a autoridades estrangeiras na nova sede da diplomacia brasileira em Brasília. Observando a Esplanada do Ministério, vê-se ao fundo o Congresso Nacional, e ao seu lado duas edificações que diferem dos blocos arquitetônicos idênticos projetados por Oscar Niemeyer e Lúcio Costa para abrigar os ministérios na capital do país. O primeiro, o Palácio da Justiça, dada a nossa tradição bacharelesca e o espaço que o judiciário ocupa tanto no plano histórico, simbólico e econômico do país, não é difícil imaginar que seu espaço teria destaque especial. Entretanto, qual

seria a explicação para uma edificação moderna, mas com elementos que remetem à tradição e história do país, repletas de obras de arte e mobiliário de diferentes momentos e escolas que se têm no Ministério das Relações Exteriores? Lembrando que não se trata de um espaço politicamente disputado pelos partidos e que não recebe grande fatia do orçamento[1]. Praticamente metade da receita do ministério é destinada para pagamento de pessoal[2]. Com uma fatia tão pequena do orçamento, sem apelo político-eleitoral, então por que uma arquitetura tão distinta dos demais?

Para compreender e explicar essas perguntas, é preciso se debruçar não apenas sobre os aspectos históricos e simbólicos que cercam as edificações do Rio de Janeiro e de Brasília. Mas, considerando a correspondência entre arquitetura e àquele que ocupa este espaço, é também preciso compreender quais são as disposições e os capitais do grupo que desfruta dessas edificações, símbolo da arquitetura brasileira.

Em outras palavras, o Itamaraty não é apenas mais um ambiente de trabalho de uma burocracia. Ele carrega uma série de signos que são a própria representação materializada de seus agentes. Há vários elementos para análise, o primeiro deles é a denominação "palácio" que em si leva a duas interpretações possíveis. A primeira é dada à residência dos monarcas e chefes de Estado. A outra é o caráter suntuoso e distintivo que esta denominação carrega. Se não lhe cabe uma grande fatia do orçamento, o poder simbólico dessa burocracia está objetificado no seu *habitus*[3] e materializado no espaço, podendo ser compreendido a partir da gênese desse campo.

Ao longo da história, o corpo diplomático brasileiro se constituiu como distinto do restante da burocracia de Estado. Desde seus primórdios, no século XIX, tratou-se de um campo em que critérios de distinção - que consideravam fluência em línguas estrangeiras, conhecimentos estabelecidos de arte e cultura, naturalidade no

[1] É o caso do Ministério dos Transportes, Cidades e Integração Nacional, que controlam grande parte dos investimentos, sobretudo em obras públicas. Dentre os 23 ministérios, o Itamaraty ocupa a posição 20º receita destinada a esses espaços.

[2] De acordo com os dados do Ministério do Planejamento (2018), R$ 1.023.747.454 da receita de R$ 2.206.637.116 foram gastas com pessoal e encargos sociais.

[3] "Os condicionamentos associados a uma classe particular de condições de existência produzem habitus, sistemas de disposições duráveis e transponíveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, ou seja, como princípios geradores e organizadores de práticas e de representações que podem ser objetivamente adaptadas ao seu objetivo sem supor a intenção consciente de fins e o domínio expresso das operações necessárias para alcançá-los, objetivamente 'reguladas' e 'regulares' sem em nada ser o produto da obediência a algumas regras e, sendo tudo isso, coletivamente orquestradas sem ser o produto da ação organizadora de um maestro." (BOURDIEU, 2009, p. 87)

uso das etiquetas e nas formas de se vestir – foram postos como elementos fundamentais para o exercício da profissão. O trecho a seguir expressa muito bem esses imperativos culturais:

> Não eram os diplomatas brasileiros parecidos entre si, como éramos também parecidos com todos os diplomatas do mundo – mas um mundo que consistia em uns quarenta países, dentre os quais talvez uma dúzia ou pouco mais que de fato contassem. Integrávamos uma elite, uma comunidade global que compartilhava estilos e práticas. Essa crème de la crème internacional se entendia em francês, a língua diplomática par excellence. Compreende-se esse tribalismo elitista. Era prático que agissem todos sob um mesmo código e que, literal e metaforicamente, falassem a mesma língua [...] O Itamaraty era então – e sobretudo – a Casa da elite. Diria mais: era o lugar que reunia a elite da elite, e sua legitimação derivava de se perceber e de ser percebida como núcleo de qualidade e excelência. Com a criação do Instituto Rio Branco, deixou de ser uma Casa de elite por seleção aristocrática para ser também uma Casa de elite por seleção intelectual. O conceito de elite não só permaneceu como robusteceu... (AZAMBUJA. 2011, s/p)

Ao passo que a diplomacia brasileira era muito diferente dos seus representados, era também muito semelhante às demais existentes pelo mundo, constituindo uma unidade global que compartilhava estilos e práticas, como ressalta Azambuja (2011). Em outras palavras, independente das diferenças culturais ou de nacionalidade, cultivam-se traços distintivos capazes de unir os diplomatas do mundo, ou do mundo que importa: aqueles que dentre outras coisas, têm em comum o culto e a valorização dos signos mais consagrados nas sociedades ocidentais, sobretudo de origem europeia com acento francês. Essa cultura não é uma cultura nacional, mas uma cultura legítima internacional, atuante em qualquer país com uma elite que cultiva *la politesse*. *La politesse* é o que une essa elite da elite anteriormente citada, é a capacidade de seguir as regras de sofisticação, de etiqueta, de bom gosto francês.

A distinção no mundo social unifica e distancia. Através dela é possível estabelecer os capitais simbólicos que serão avaliados e disputados em cada campo (BOURDIEU, 1979). Sendo uma forma de poder simbólico, ela empodera e dá coesão aos agentes que dominam essas disposições naturalizadas. Assim como exerce a violência simbólica para os de fora ou para aqueles que não dominam esses signos com naturalidade. Neste sentido,

> ...a aparência física da casa no espaço é um símbolo da posição, da importância, do nível de sua 'casa' no tempo, ou seja, de sua estirpe no decorrer das gerações, com isso simbolizando também a posição e a importância que ele mesmo possui como representante vivo da casa. (ELIAS. 2001, p. 75)

A relação campo-*habitus* está simbolizada, em grande medida, na relação Palácio do Itamaraty-diplomatas brasileiros. Trata-se do campo pensado como espaço de estilização da vida diplomática e de seu mais reconhecido representante. É a casa da diplomacia brasileira, local em que a representação do Estado brasileiro se faz presente para os da casa e para os de fora. É a Casa de Rio Branco, seu patrono, que dada as condições do início do século, consegue estabelecer determinado *modus operandi* que é reproduzido ao longo do tempo.

Para a pesquisa julgou-se necessário buscar as informações, publicações e agentes institucionalizados, isso quer dizer, além de estudos publicados pela Fundação Alexandre de Gusmão, também foram utilizadas memórias, entrevistas e biografias de vários desses diplomatas brasileiros. Foi também apresentado alguns dados do *survey* realizado com este grupo em 2015 com 208 respostas e as observações do grupo realizada durante os anos de pesquisa.

Para melhor compreensão da especificidade deste espaço, o presente texto é composto de duas seções. A primeira busca expor a história da instituição e algumas peculiaridades de seu *habitus.* E a segunda como esses esquemas simbólicos se materializam na arquitetura e decoração desse espaço de estilização diplomática.

2. O espaço e *habitus* diplomático.

As regras institucionais são a forma mais objetiva de modelar o comportamento dos agentes. Como já foi dito na introdução, o Ministério das Relações Exteriores surge sob o nome de Negócios Estrangeiros e é uma das primeiras burocracias brasileiras, juntamente com o Exército, fundados logo após a Independência (1822) (LOUREIRO, ABRUCIO E PACHECO, 2010).

Até 1931 havia duas áreas distintas no Itamaraty: a consular e a diplomática (FARIA. 2008), cada qual com métodos de recrutamento diferentes, principalmente no que diz respeito à origem social e utilização do concurso público. A carreira consular era aquela capaz de gerar emolumentos. Como fica evidente na biografia do Barão do Rio Branco (VIANNA, 2008), ser Cônsul em Liverpool era um dos melhores postos para gerar os rendimentos necessários para sustentar a família. Na carreira diplomática, para o desempenho de papéis de representação do Brasil no exterior, era preciso ter fortuna pessoal. Em diversos casos eram as fortunas pessoais que financiavam as festas e bailes nas embaixadas, um caso bastante conhecido foi o de Barão de Penedo. Em resumo, fortuna e capital simbólico[4] – cultural ou social – eram aspectos importantes para se tornar diplomata. As funções de representação exigiam desses funcionários de Estado riqueza e aspectos legitimados e naturalizados de sofisticação para representar o Brasil, por isso o Embaixador Marcos Azambuja trata este grupo como sendo a elite da elite do país: aquela que dispunha de capital econômico e cultural, com disposição de colocá-los à serviço da representação do Brasil no exterior.

Além do capital econômico e cultural, o capital social também era um elemento importante para a inserção na carreira. Sua materialização se dava através das relações com as elites política e diplomática: “O usual, como ocorria na diplomacia europeia, eram políticos e diplomatas inserirem seus próprios filhos na carreira” (FARIA. 2008). O interesse na carreira advinha também do prestígio que ela ocupava. Durante os anos do II Reinado (1840-1889) o Itamaraty era considerado a pasta mais importante (SCHUWARCZ, 2012).

A racionalidade burocrática vai tomando espaço a partir de 1920, culminando na criação do Instituto Rio Branco em 1945 (FARIAS E CARMO, 2015). A partir desse momento, assiste-se a uma queda do capital social e a valorização do capital cultural na forma de recrutamento, que passaram atender regras claras e explícitas. Entretanto, dizer que o processo tenha se tornado meritocrático não implica que o acesso ao campo diplomático se tornou universal, já que mulheres, negros, minorias sexuais, homens brancos de baixa estatura, mais velhos ou com deficiência foram, de diferentes maneiras, excluídos desse espaço. A mudança no

[4] “O capital simbólico é uma propriedade qualquer (de qualquer tipo de capital; físico, econômico, cultural, social), percebida pelos agentes sociais cujas categorias de percepção são tais que eles podem entende-las (percebê-las) e reconhece-las, atribuindo-lhes valor)” (BOURDIEU, 2005, p. 107).

recrutamento não levou necessariamente à mudança no perfil dos atores recrutados, pois a avaliação visava selecionar justamente agentes muito semelhantes aos que já estavam lá (CHEIBUB, 1984, 1985).

Quanto ao *habitus,* o domínio das regras de etiqueta, por exemplo, são parte importante do *habitus diplomático* e constitutivas de seu campo. Trata-se de um tema bastante presente nas memórias desses agentes. No relato do ministro dos anos Figueiredo (1979-1985) as recepções têm lugar de destaque.

> Quando Claude Cheysson veio a Brasília, orientei o cerimonial para eu, no almoço que lhe seria oferecido, não servíssemos comida francesa. Uma pobre contração seria muito pior do que algum prato exótico, mas autêntico. Foi servido arroz de tropeiro, que o visitante repetiu com gosto. Ficou particularmente entusiasmado por um vegetal e me perguntou do que se tratava. Expliquei-lhe que era um chou, dito couve mineira, muito apreciado no Brasil, que existia na Europa onde era empregado somente como forragem para animais. Era da família das chicórias. Cheysson observou, então, que era melhor do que a chicória, vegetal muito azedo, ao passo que aquela couve tinha a medida exata de amargor para ter personalidade, sendo agradável. Não poderia concordar mais com o homenageado. Em minha opinião, trata-se de produto refinado. (GUERREIRO. 1992, p. 120)

Já nas afirmações do Embaixador Marcos Azambuja[5], nota-se claramente que o saber receber, oferecer um almoço ou jantar oficial[6], entender de vinho, colocar as pessoas corretamente sentadas, em suma, entender da arte do cerimonial, é entendido como algo que também é levado em consideração nas negociações e nas relações.

> A caricatura ganhava contornos mais nítidos quando se pensava no cerimonial e nas regras do protocolo. Como venho da Casa, tenho robusto respeito por essas atividades tão próximas do âmago do saber diplomático. Postas de lado as mesuras e as afetações extravagantes, cerimonial é, na essência, duas coisas de difícil execução: a administração e a conciliação das vaidades pessoais e nacionais; e a montagem de operações diplomáticas como viagens, congressos, conferências e solenidades de todo tipo. Dá mais trabalho do que

[5] Ex-embaixador na França e na Argentina e ex-secretário geral do Itamaraty no governo Collor de Mello (1990-1992).

[6] Christian Lequesne, ao analisar o caso francês do Quai d'Orsay, disserta sobre a importância das refeições neste espaço como parte obrigatória da prática profissional. Disponível em: http://www.lemonde.fr/idees/article/2016/08/28/les-ambassadeurs-vivent-les-repas-comme-une-pratique-professionnelle-obligatoire_4988899_3232.html.

> parece, e os riscos de um vexame à vista de todos são inúmeros. O erro é risco universal (AZAMBUJA. 2011).

O cerimonial e as regras do protocolo não são atividades paralelas ou acessórias. Por meio delas são confirmados o prestígio e a posição de poder de seus agentes perante os demais. Este jogo relacional presente nas aristocracias permanece aqui de forma bastante vívida. A honra e a glória de um indivíduo, estendidas aqui aos Estados, são questões que se solucionam no interior do próprio jogo institucional, ou seja, para alcançar e manter esses princípios é preciso se submeter política e simbolicamente ao soberano, como se assiste nas sociedades de corte especialmente após Luís XVI (ELIAS, 2001). A materialização desses aspectos simbólicos se dá principalmente por meio do exercício do cerimonial daquele que recebe. A ordem de precedência, por exemplo, tem de lidar com variáveis como a antiguidade dos agentes nos postos diplomáticos e a importância naquela relação entre aquele indivíduo/Estado que está recebendo e indivíduo/Estado convidado. Dessa forma, um erro na hora de estabelecer os lugares para um jantar oficial, neste contexto, fere a honra não só do indivíduo, mas sobretudo de seu Estado (TOMASS. 2001).

Quanto ao comportamento individual desses agentes, nota-se, sobretudo naqueles que estão há mais tempo neste espaço, o valor atribuído há alguns aspectos particulares. Na decoração da casa, por exemplo, há aspectos bastante peculiares, como elementos que remetem a várias partes do mundo: objetos de decoração, louças, tapetes, ou seja, aspectos materializados do capital simbólico que esses agentes carregam. Obras de arte de artistas renomados (Di Cavalcanti, Djanira, Tomie Otake, dentre outros), assim como móveis e retratos a óleo de parente ilustres, geralmente da nobreza brasileira, também fazem parte do mobiliário de alguns. Essa observação, feita sobretudo nas residências de diplomatas aposentados não é uma peculiaridade deste grupo, no survey, com 208 diplomatas ativos, percebe-se a importância que eles dão para eles elementos de representação de cultura e bom gosto.

TABELA 1 – Consumo de arte

Compra ou já comprou obras de arte			
Educação	**Sim**	**Não**	**N**
Capitais dos Estados	64,5%	35,5%	107

Demais Capitais	65,6%	34,4%	61
Interior	58,8%	41,5%	41
TOTAL	63,6%	36,4%	209

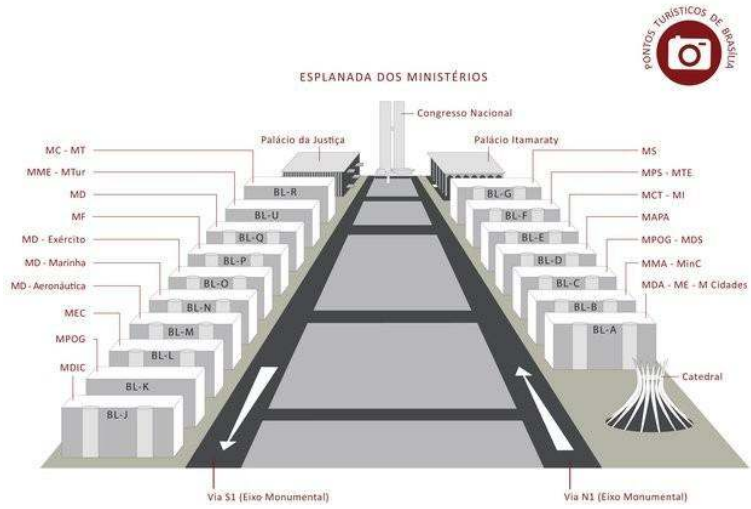
Fonte: Survey. Elaboração da autora

Esses aspectos apresentam elementos para a circunscrição de um *habitus diplomático*, que pode ser definido como um conjunto de disposições associado a um capital simbólico específico ao grupo[7], que é objetivado nas vestimentas, no domínio das regras de etiqueta e de vários idiomas, nos gostos por arte, literatura, política e, sobretudo, na capacidade de opinar e falar sobre diversos assuntos.

3. O Palácio, a casa ou "O Palácio é a casa"?

Este ambiente é dedicado à representação social do Estado brasileiro, local onde se recebe as delegações estrangeiras e se realiza inclusive a cerimônia de posse do Presidente da República. Neste espaço seus agentes incorporam, expõem e dão sentido aos seus princípios de visão e divisão do mundo.

FIGURA 1 – Esplanada dos Ministérios



Fonte: http://www.designup.pro.br/. (2015)

[7] "O capital simbólico é uma propriedade qualquer (de qualquer tipo de capital; físico, econômico, cultural, social), percebida pelos agentes sociais cujas categorias de percepção são tais que eles podem entendê-las (percebê-las) e reconhecê-las, atribuindo-lhes valor)" (BOURDIEU, 2005, p. 107).

Como se pode ver, ademais do Ministério das Relações Exteriores e o Ministério da Justiça, somente o Congresso Nacional tem uma arquitetura própria. E somente esses dois espaços carregam a denominação de Palácio. É importante salientar que no site do governo federal, ao contrário do que a imagem mostra, os dois Palácios e a catedral não constam como parte do complexo arquitetônico denominado Esplanada dos Ministérios[8], embora sejam igualmente órgãos do executivo federal.

A diferença entre as edificações reproduz a distinção deste espaço/agentes em relação aos demais ministérios/burocratas. Não se trata de riqueza ou do tamanho do orçamento. A arquitetura está inscrita no campo cultural, que lida com determinações reproduzidas e alimentadas por uma forma social e histórica de funcionamento (NASCIMENTO, 2017). Sendo assim, o ambiente ocupado reafirma o poder e a posição social histórica do ocupante e o dever de se diferenciar de seus pares. Os significados e sentidos que devem ser apreendidos não estão apenas nas regras e nos seus agentes, estão também materializados em seus lugares de representação.

> Itamaraty. Casa. Duas palavras que significam muito para nós. A sede da diplomacia brasileira é o palácio que deu o nome pelo qual nosso serviço exterior é conhecido no Brasil e no mundo: Itamaraty. Mas a nossa Casa, nossa sede espiritual, leva o nome de Rio Branco. A Casa de Rio Branco. Usamos a imagem do Palácio Itamaraty quando tratamos de formalidades, eventos, posturas ou linhas que seguimos. Utilizamos a expressão “a Casa” para nos referirmos a uma determinada cultura que nos singulariza; um certo modo de fazer o que nos compete; um certo jeito plural de encarar o Brasil, o mundo, o Brasil no mundo e o mundo no Brasil (CORRÊA, 2012, s/p.)

Como fica evidente na fala do Embaixador[9], a referência usada não é como Ministério, mas pela alcunha que este espaço ficou tradicionalmente conhecido. A

[8] No site a descrição é “A área da Esplanada é um vasto gramado com 17 prédios de construção uniforme, que abrigam os ministérios, que são os órgãos do Poder Executivo. Ao final da sua extensão, encontra-se o Congresso Nacional” (Disponível em: http://www.brasil.gov.br/governo/2010/03/esplanada-dos-ministerios)

[9] Luiz Felipe Seixas Corrêa foi Chefe de Missão no México, na Espanha, na Argentina, na Delegação do Brasil em Genebra (ONU e OMC), na Alemanha, na Santa Sé e no Consulado Geral em Nova York. No Brasil foi Assessor do Chefe do Gabinete Civil (1983/1985) e Conselheiro Internacional do Presidente da República (1987/1989). Alcançou o posto de Secretário Geral do Ministério das Relações Exteriores em duas ocasiões (1992 e 1999-2001).

outra referência dada a esta instituição, que tem íntima relação com a construção da indissociabilidade entre o profissional e o privado na construção do espírito de corpo, é a utilização oficial do termo Casa, que é inculcado já nas aulas de linguagem diplomática do Instituto Rio Branco. O objetivo é que o termo seja usado nos documentos oficiais dirigidos a outros diplomatas brasileiros. Considera-se que o termo não se deve apenas a um regramento burocrático do Itamaraty, mas indica também a indissociação do espaço de figuração entre a vida privada e a profissional. Trata-se também de um jogo em que se define quem é e quem não é da casa. Para estes, a Casa não é mera formalidade ou sinônimo de reverência ao local de trabalho, pois a diplomacia não é vista como profissão, mas como uma vocação[10], não devendo os indivíduos imbuídos dela dissociá-la de sua vida pessoal.

> Digamos que exista um modelo A, que é mono direcionado, que vai se dedicar exclusivamente àquela profissão, que tem todo um sistema de backup, quer dizer, ele tem a casa dele arrumada, ele tem as coisas arrumadas. Ele tem quem cuide dele. E tem o modelo B, que quer trabalhar, quer vir aqui trabalhar de 9h às 19h, executar tarefas e tem toda uma vida fora, com outros interesses. Acho que historicamente e socialmente os homens acabam se conformando no modelo A, e as mulheres acabam caindo no modelo B. Agora existem diferenças individuais, conheço muitos homens que têm relacionamento 9-19h com o Itamaraty. São pessoas que sofrem extremamente, têm dificuldades de conseguir remoção, de serem reconhecidos, têm dificuldade de aceitar a lógica da casa, isso aqui é uma corporação, não é a Petrobrás, não é o Banco do Brasil. (BALBINO, 2011, p. 115)

Se para os estabelecidos aquele espaço é a casa, para os *outsiders* ele é o Palácio, o domicílio de Chefes de Estados, reis ou nobres. A construção de Brasília não teria o nome de Itamaraty, mas continuaria com a denominação de Palácio, desta vez Palácio dos Arcos. No entanto, pela tradição, aspecto mais cultivado entre as sociedades de corte do que nas burguesas (ELIAS, 2001), acabou se mantendo a denominação da antiga capital, Palácio do Itamaraty.

> [...] o nome não vingou e renasceu no Planalto Central o nome Itamaraty que trazíamos do Rio e do velho casarão da rua Larga de

[10] Vocação é entendida aqui como “mera transfiguração ideológica da relação que se estabelece objetivamente entre uma categoria de agentes e um estado de demanda objetiva, ou melhor, do mercado de trabalho, e que se concretiza através de uma carreira por intermédio do sistema de disposições produzidas pela interiorização de um tipo determinado de condições objetivas envolvendo um tipo determinado de oportunidades objetivas” (BOURDIEU, 2007, p. 200).

> São Joaquim como a sugerir que não se alteravam, com a mudança de endereço, o estilo, as tradições e mesmo os valores da nossa maneira de nos relacionarmos com o mundo. (AZAMBUJA, 2011, s/p.)

O nome do Palácio carrega a história do primeiro Barão de Itamaraty, Francisco José da Rocha Leão. De origem portuguesa, Francisco veio ao Brasil e se instalou no Rio de Janeiro, fazendo fortuna e

> […] dentro de alguns anos de ininterrupta atividade, enriqueceu no comércio do café e das pedras preciosas, tornando-se uma das primeiras figuras da sociedade carioca, vindo a falecer, cercado do respeito geral, a 6 de junho de 1853, em pleno apogeu da época imperial, firmado na paz interna obtida pela conciliação dos partidos e no prestígio exterior iluminado pela vitória de Caseros. (BARROSO, 1968, p.14)

No Rio de Janeiro, o futuro endereço da diplomacia foi antes sede da recém-criada República, sendo cedida ao Ministério das Relações Exteriores em 1899. Em 1902, Rio Branco assume o Ministério e retoma muitas das práticas da monarquia[11], transformando este espaço em um dos mais concorridos para a estilização da vida da elite carioca no início da República. Em outras palavras, o Palácio do Itamaraty, no Rio de Janeiro, foi um ambiente de socialização e afirmação do processo civilizador brasileiro que se iniciou com a vinda da família real.

FIGURA 2 – Palácio do Itamaraty, Rio de Janeiro: vista externa

[11] "...os teatros eram uma das grandes atividades da corte, as maiores diversões consistiam sem dúvida nos bailes e serões. Wanderley Pinho define de maneira precisa as artes que se esmeram em um salão: "a de receber ou preparar um ambiente de cordialidade e espírito; a de entreter uma palestra ou cultivar o humor; a de dançar uma valsa ou cantar uma ária, declamar ou inspirar versos, criticar com graça e sem maledicência, realçar a beleza feminina nas invenções da moda (...)" (Schuwarcz, 2012, p. 113)



Fonte: www.panoramio.com. (2015)

FIGURA 3- Palácio do Itamaraty, Rio de Janeiro: vista interna



Fonte: www.flickr.com. (2015)

Este passou a ser um espaço de disputa da elite carioca[12]. A presença neste ambiente simbolizava status, riqueza, sofisticação, ou seja, distinção. O Palácio

[12] "Em 1906, Rio Branco encomendou, para decorar as paredes da escadaria da entrada principal do Palácio do Itamaraty, a execução pelo pintor Rodolfo Amoedo de uma série de painéis com alegorias greco-romanas abstratas, mas que registram, de modo algo críptico, doze datas em algarismos romanos (CONDURU, 2010). Cada um desses anos está relacionado com eventos da história brasileira. Com alguma imaginação, quase como em uma metáfora religiosa, o visitante pode percorrer doze 'estações' da história brasileira (e não as quatorze da via-crúcis), em eventos emblemáticos que não terão sido escolhidos ao acaso: a chegada da esquadra de Cabral (1500); a instalação da primeira capital da colônia (1549); a restauração portuguesa (1640); a chegada de D. João VI (1808); elevação do Brasil a Reino Unido (1815); a nomeação do D. Pedro como regente (1821); a declaração da Independência (1822); a vitória contra Rosas (1852); o Tratado da Tríplice Aliança (1865); a vitória contra Solano Lopéz (1870); a Lei do Ventre Livre e a Lei Áurea (1871 e 1888) e a proclamação da República (1889)" (SANTOS, 2012, p. 161)

torna-se um ambiente de sociabilidade num momento em que a remodelação da cidade “” [...] a valorização do chique europeu (*Art Nouveau*), o frenesi com que se vive a agitação dos novos tempos, o advento da eletricidade nas casas e nas ruas, são transformações vividas sob o signo do moderno” (ORTIZ, 2006, p. 186). Esse signo do moderno estava necessariamente atrelado aos produtos e gostos europeus.

> […] nesse tempo, encomendava na Europa tudo o que lhe parecia indispensável no Itamarati [sic], desde o papel timbrado às alfaias do palácio, do cordão de cores [sic], para costurar tratados e outros papéis diplomáticos, e tratados sôbre [sic] Direito Internacional, enquanto projetava obras para dar à sede de seu ministério certo palaciano aspecto de Chancelaria. (VASCONCELLOS, s/d, p. 109.)

A aproximação com essa Europa não lusitana é marcada por um parque francês e esculturas de inspiração greco-romana. A tradição é reafirmada com os salões cujos nomes homenageiam sujeitos ilustres que ajudaram a construir o país - como é o caso de Rui Barbosa - ou a delimitar nosso território – referência a Alexandre de Gusmão. Assim, tem-se: a Sala Alexandre de Gusmão, Rui Barbosa, Joaquim Nabuco, Esteves Brandão, Lauro Muller, Guerreiro de Castro, Rio Branco e Cabo Frio. O nacionalismo muito presente nos discursos dos diplomatas aparece nas salas Verde, Amarela e Sala dos Índios. É bom lembrar que, além de serem as cores nacionais, o verde e amarelo são também da dinastia Bragança e Habsburgo.

As composições dos elementos decorativos do Palácio no Rio de Janeiro remetem ao apego pelas artes, sofisticação, bom gosto e tradição que são legitimados como sendo de fruição não somente das classes altas, mas das que detinham além de recursos financeiros, alto capital cultural legitimado. A tapeçaria se resume a peças persas, turcas, francesas e espanholas, os móveis e objetos decorativos como relógios e candelabros foram trazidos de Paris. Sem contar ainda o quadro de D. João VI, pintado por Rodolfo Amoedo a partir de Jean Baptiste Debret e, por fim, o quadro de D. Pedro I, também por Rodolfo Amoedo, a partir de Henrique José da Silva. Na sala intitulada Sala Verde encontra-se mobiliário procedente de Minas Gerais, do século XVIII, mas com quadros da escola austríaca, francesa, flamenga e tapete Tabriz (Pérsia), do século XIX. A sala de espera do Ministro das Relações Exteriores, intitulada Sala Amarela, estão uma cômoda

papeleira luso-brasileira do final do século XVIII, estatuetas votivas de Tanagra, arte grega do período helenístico (323-30 a.C); quadro do embarque do príncipe regente e retrato de D. João VI; cadeira de transição entre João V e D. José; mesa em estilo D. José, entre outros. Essa composição reúne e evidencia a ideia de valorização da tradição nacional unida ao bom gosto na escolha dos objetos que refletem o conhecimento e incorporação de objetos de arte, mobiliário e tapeçaria legitimados.

É importante chamar a atenção ao culto à tradição, aos antepassados e aos valores compartilhados que são observados também em profissionais do Direito, que ainda hoje são em maior número no Itamaraty, eles procuram "[...] criar um ambiente de reverência e culto dos antepassados ou dos valores compartilhados pelo grupo ou pela instituição que ocupa aquele espaço físico" (ALMEIDA. 2010, p. 51). Na sede carioca, a entrada do Palácio é ladeada com o busto de notáveis: diplomatas e personalidades da política brasileira e mundial[13]. O culto à instituição e ao seu patrono é acompanhada também da memória dos líderes, dos vencedores.

FIGURA 4 – Palácio do Itamaraty, Rio de Janeiro: corredor de entrada



Fonte: www.pbase.com. (2015)

Uma das atribuições dada ao Itamaraty no começo do século XX era de ser um reduto de monarquistas (ALONSO, 2007; CARVALHO, 2012; FREYRE, 2010).

[13] Dentre os bustos estão o de Rui Barbosa, Alexandre de Gusmão e Joaquim Nabuco.

No final do século um candidato se referia à instituição como "último reduto da nobreza no Brasil." (MOURA, 2009, p. 53). Embora a arquitetura modernista seja avessa à ideia de monumento, essa noção é preservada quando se trata do espaço da diplomacia brasileira, em que valores ligados à nobreza e aristocracia permanecem presentes. Como fica evidenciado na apresentação do Palácio do Itamaraty, no site da instituição:

> O Palácio é uma espécie de cartão de visita do Brasil e traduz, em cada um dos seus detalhes, ideais e valores caros à diplomacia brasileira. Primeiro, a inspiração no passado, no esforço e no talento daqueles que tanto fizeram pelo Brasil. A força do Palácio nos envolve como um legado. Segundo, a vibração do presente, reflexo da dedicação cotidiana de todos nós na busca de um país melhor, de um mundo mais justo e solidário. E, terceiro, a utopia do futuro, para o qual o Palácio parece a todo tempo apontar, na dualidade de sua elegância e simplicidade, nas suas formas arejadas e amplas. Para estar à altura da sede da Chancelaria brasileira e expressar a ousadia pioneira da nova capital, o Palácio precisava traduzir o talento da arquitetura moderna brasileira. Devia ser ao mesmo tempo criativo e funcional, a ponto de conciliar o moderno com o monumental, a simplicidade com a elegância. É nesse ponto que a nudez do concreto armado, um dos traços característicos do Palácio, vai adquirir, nas palavras de Yves Bruand, 'uma nobreza e delicadeza sem igual.[...] Até então, ninguém tinha ousado empregá-lo como elemento sofisticado numa obra de essência aristocrática, como era um palácio que realmente merecesse esse nome; ora, foi esse o tour de force de Niemeyer e sua tentativa se revelou um golpe de mestre'. (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2009, p. 6)

Legado, elegância e simplicidade, nobreza, sofisticação e a essência aristocrática são os termos usados para descrever o ambiente e que também descrevem seus agentes. A descrição do espaço de estilização da vida diplomática é mesma encontrada nas memórias de seus agentes, tidos como elegantes, de traços nobres, sofisticados, com histórias que muitas vezes remetem ao Império ou o começo da República[14]. Horácio Lafer, ministro de Juscelino Kubitschek (1955-1960), na inauguração da pedra fundamental do edifício, discursou:

[14] Dentre as biografias estão: Viana, Spektor, Alonso, Santos, Araújo, Corrêa, Gouvêa, Lima, Scarabôtolo, Vieira, Vasconcellos. As memórias e depoimentos são: Luiz Felipe Lampreia, Vasco Leitão da Cunha, Marcos Azambuja, Luís Gurgel Amaral, André Amado, Mario Gibson Barbosa, Celso Amorim, Raul Bopp. Dentre os entrevistados estão: Luiz Felipe Lampreia, Alberto da Costa e Silva Álvaro Franco, Mário Gibson Barbosa, Sérgio Coury, Rubens Ricupero, Fernando Guimarães Reis, Luiz Felipe Seixas Correia e mais cinco diplomatas que se encontram no exercício da função, por isso não serão nomeados no presente trabalho.

> [...] se chamará Palácio do Itamaraty, nome que evoca a tradição que enobreceu e enobrece a diplomacia brasileira [...] o nome Itamaraty está indissoluvelmente ligado aos grandes nomes de nossa diplomacia. Cabe preservar a ambos, isto é, o espírito da tradição e da seriedade que tem caracterizado nossa política exterior e o nome, símbolo daquele espírito durante mais de meio século (MENDES, 1995, p. 30).

A manutenção da tradição materializada nos traços arquitetônicos está também no diálogo entre as duas sedes. As arcadas, referência à arquitetura clássica, não tem caráter estrutural, mas tem a função de carregar a carga simbólica do Palácio, além de novamente relacioná-lo com a antiga sede.

> Os arcos da fachada principal assobradada que se abriam em balcões para a cidade, transformaram-se num terraço-jardim, abrindo-se para a Esplanada dos Ministérios. A frontaria alinhada ao logradouro é transformada numa arcada sobre um espelho d'agua que contorna todo o edifício. Também é comum aos dois edifícios a existência de um átrio que valorize a escada, hierarquizando os ambientes que ela conecta: Salão nobre, Salão de bailes, Salão de banquetes e outros salões. Ao invés das palmeiras imperiais, em Brasília há um renque de buritis e plantas aquáticas nos jardins que foram projetados por Burle Marx. Também nos cuidados com os espaços internos se mantém a preocupação de articular móveis antigos e obras de arte, mas incluindo móveis modernos e obras contemporâneas. (ROSSETI, 2009. s/p)

Enquanto as embaixadas da Austrália e Itália já estavam terminadas e começando a funcionar, os diplomatas brasileiros insistiam em permanecer no Rio de Janeiro (Mendes. 1995). Mário Gibson Barbosa, ministro no governo Médici (1969-1974), disse ser a transferência de sede um dos aspectos mais difíceis da sua gestão à frente do Itamaraty: "A mudança do ministério para Brasília e o sequestro dos embaixadores foram dois assuntos que me tomaram muito tempo e que não tinha nada a ver com a política externa." (Entrevista de 15/09/2006).

O Palácio de Brasília foi inaugurado em 1967, sendo mencionado pela Revista Manchete como "o Cisne Branco do Planalto" (ROSSETTI, 2009). Ele é circundado por um espelho d'água com ilhas que abrigam mais de 80 variedades de plantas tropicais presentes no país, principalmente da Amazônia e do Cerrado. Neste projeto paisagístico, conduzido por Burle Marx, a leitura não é apenas enfatizar os aspectos da nossa flora, mas destacá-la como um forte símbolo de

nacionalidade. A escultura de Bruno Giorgi, Meteoro, fica à frente do Palácio, representando os cinco continentes do planeta. Dentre os elementos que não podem faltar em nenhum Palácio estão presentes no Salão de Honra, de Música e de Baile. Enfim, mesmo com a mudança de sede, o Itamaraty procura cumprir o papel que ele tinha sob os anos Rio Branco. “O Itamaraty era, para Rio Branco, o solar onde a Nação recebia seus mais ilustres hóspedes, acolhendo-os fidalgamente.” (VASCONCELLOS. s/d, p. 149)

FIGURA 5 – Palácio do Itamaraty, Brasília: vista externa



Fonte: www.flickr.com. (2015)

No ambiente interno, as salas e salões são relacionais, podendo ser utilizados de acordo com o evento proposto. Somando todo esse espaço, tem-se 3.300 metros quadrados dedicados à representação diplomática. O acesso aos grandes salões de festas é dado através de uma escada que parece pairar no ar e que obriga a observação de toda sua extensão:

FIGURA 6 – Palácio do Itamaraty: imagem interna



Fonte: www.alynemattos.com. (2015)

Embora a sede carioca tenha sido endereço da diplomacia brasileira já na República, a ancestralidade imperial brasileira é fortemente preservada, com uma sala dedicada ao Imperador. Nela há a tapeçaria francesa do século XIX, um quadro de D. Pedro II, a partir de Vitor Meirelles e de Rodolfo Amoedo, além de outro da Sessão do Senado onde ocorreu o Juramento da Princesa Isabel assumindo a regência em 25 de maio de 1875. O culto ao Império se mantém na sede de Brasília com as salas D. Pedro I, D. Pedro II. Como foi mencionado anteriormente, alguns autores apresentam o Itamaraty como um espaço de predileção daqueles que cultivavam valores monárquicos. Neste sentido, é interessante pontuar que tanto na sede do Rio de Janeiro, como na de Brasília, temos várias referências à monarquia na nomeação dos espaços, e nenhuma em que se celebre a nossa República.

O alto capital cultural inscrito na história e reproduzido pelos seus agentes está objetivado no acervo de arte brasileira que atrai grande número de visitantes. Este é o único Ministério que tem obras como: O Beijo (Rodin), maquete para Guerra e Paz (Portinari), tapeçaria de Madeleine Colaço. A valorização da história política e dos artistas brasileiros estão por conta do retratos de Duarte da Ponte Ribeiro, Hipólito José da Costa, Pedro II e Deodoro; obras de Di Cavalcanti, de Antonio Bandeira, escultura de Luisa Miller, de Pedro Américo (O grito do Ipiranga e Coroação de Pedro I), de Manabu Mabe, de Tomie Otake, de Aldo Bonadei, escultura de Maira Martins em bronze dourado, de Alfredo Ceschiatti e de Victor Brecheret em gesso polido “inacabado, cujo bronze se encontra no Largo do Arouche, em São Paulo.” (Palácio Itamaraty Brasília. 1993, p. 23). Na sala Dom Pedro I, em Brasília, o destaque é o quadro de Debret, Coroação de Pedro I. Como era de se esperar, o que se encontra nestes espaços são elementos que seus agentes reconhecem, valorizam e reproduzem em suas residências particulares.

Parte da mobília foi trazida do Palácio do Rio de Janeiro. Outra parte, além das obras da designer Anna Niemeyer, também são parte da história do Brasil, como a papeleira de Dona Maria I. Foram convidados designers para fazer móveis especialmente para o Itamaraty: Tenreiro, Jorge Hue, Bernardo Figueiredo, Bergmiller e Sérgio Rodrigues. Móveis do século XVIII também se encontram presentes. A mesa dos tratados, onde são assinados os documentos brasileiros, é francesa e data do século XIX. Três salas levam os nomes das três capitais

brasileiras: Brasília, Bahia e Rio de Janeiro. Numa das salas também abriga um tapete persa de 14X5, um dos maiores do mundo.

> [...] enfatiza-se uma lógica relacional em que tanto as obras de arte como as peças do mobiliário são consideradas mutuamente. Os quadros, as tapeçarias e as esculturas da coleção do Palácio convivem com arcazes, cadeiras, aparadores, canapés, marquesas, papeleiras, além das louças, da prataria e dos tapetes. Menos do que a finesse, vale a função imprescindível que os tapetes persas desempenham na configuração das salas, caracterizando ambiências em meio ao espaço contínuo, demarcando um lugar como o tapete preto de Mies van der Rohe no Pavilhão de Barcelona em 1929, ou como o próprio Niemeyer resolvera o Salão Verde do Congresso Nacional, com tapetes circulares sobrepostos ao carpete. (ROSSETTI, 2009, s/n)

Há também, na entrada da Sala Brasília (grande sala de jantar com capacidade para 180 lugares), um piano Steinway, de “mais de 75 anos (que) vem sendo usado nos concertos organizados no Itamaraty a partir da gestão do Ministro Fernando Henrique Cardoso” (Palácio do Itamaraty Brasília. 1993, p. 20).

A montagem e decoração da nova casa da diplomacia brasileira não foi realizada por um *design* de interiores, um decorador ou arquiteto, mas por alguém da Casa, o Embaixador Wladimir do Amaral Murtinho. O diplomata acompanhou também as obras do Palácio junto com Oscar Niemeyer e Lucio Costa. Murtinho teria até mesmo resguardado as plantas e projetos quando ocorreu o golpe militar de 1964, para que nada fosse destruído. Niemeyer concordava com Murtinho que o “O Ministério das Relações Exteriores é uma instituição extremamente diferente dos outros ministérios” (ROSSETTI. 2009, s/n). Olavo Redig de Campos, outro membro do Itamaraty, foi responsável pela construção e decoração da edificação. É qualificado pelos colegas como alguém diferenciado pela sua formação em Roma. Murtinho dizia que ele tinha “um conhecimento do que são salões, do que é espaço [...] do que é luxo” (ROSSETTI. 2009, s/n). Esta afirmação deixa evidente o peso do caráter distintivo que consiste no conhecimento de elementos que remetem à sofisticação e elegância de seus agentes e que está intimamente associada ao seu capital cultural formado através da vivência e socialização em grandes centros representantes da arte e cultura ocidentais legítimas, como Roma, Paris ou Londres. Considerando que a decoração, os edifícios e os espaços urbanos estão historicamente vinculados ao exercício de poder de quem os solicita

(NASCIMENTO. 2017) e às disposições de seus agentes, compreende-se porque diplomatas de carreira são destacados para acompanhar todo o processo. Só eles seriam capazes de conduzir os profissionais para construir algo que correspondesse ao alto capital cultural que esse grupo atribuído a este grupo.

Como é possível notar, ideias consagradas de como ilustração, sofisticação, tradição, arte, aristocracia monárquica são *habitus* da diplomacia brasileira materializados na arquitetura e organização. Estes elementos os distinguem, diferenciam e distanciam dos agentes exógenos, ao mesmo tempo em que os aproximam de seus pares estrangeiros. Constituem-se, assim, como distintivos da instituição e de seus atores diante do restante do aparelho de Estado e semelhantes aos diplomatas de qualquer nacionalidade. Dentre os órgãos do Estado, eles representam, para os de fora, a capacidade de apreciação e preservação da arte, da memória e das tradições brasileiras[15], além de aspectos consagrados e naturalizados como a sofisticação e o bom gosto hegemônicos. Por exemplo, os Ministérios da Cultura ou da Educação, que poderiam concorrer com o Itamaraty como guardiões da nacionalidade e da cultura hegemônica, ocupam edificações muito semelhantes às dos demais. Apesar de um orçamento maior, seus espaços não são de cultivo da fruição estética ou da história e memória nacionais.

4. Considerações Finais

Como se pretendeu demonstrar no texto acima, no Palácio do Itamaraty tem-se a materialização de todo um capital simbólico reproduzido pelos agentes do campo diplomático. Esses elementos arquitetônicos ou decorativos não são apenas

[15] As informações presentes no site do Ministério das Relações Exteriores ratificam essa noção “Além da arquitetura, e totalmente integrada a ela, merece destaque o importante acervo de obras de arte do Itamaraty, que valoriza o seu interior e combina, de forma harmônica, tradição e inovação. No imenso vão do andar térreo, encontra-se a escultura polivolume de Mary Vieira, “Ponto de Encontro”, formada por mais de 200 lâminas móveis de alumínio anodizado. Um pouco além, está a enigmática escultura “A Mulher e sua Sombra”, de Maria Martins. Na lateral, pode-se apreciar a parede de mármore em baixo-relevo de Athos Bulcão. Ao fundo, vemos os jardins aquáticos de Burle Marx. Tudo isso dá a exata medida do constante diálogo entre arquitetura e arte, que acompanha o visitante ao longo de todos os espaços do Palácio Itamaraty. Além dos quadros e esculturas, integram o acervo variado mobiliário, tapeçarias e peças artísticas, como os dois anjos de 1737, que pertenciam à Igreja de São Pedro dos Clérigos, demolida na abertura da Avenida Presidente Vargas, no Rio de Janeiro. Atualmente, os anjos estão suspensos em frente ao espelho negro da Sala Portinari, no terceiro andar” (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2009, p. 9-10)

fruto do capital cultural incorporado de seus profissionais, mas o são também. No caso analisado, há uma edificação diferente de todo o conjunto ministerial localizado em Brasília, que procura objetificar as disposições corporais e mentais desses agentes.

Primeiro, a construção e decoração deste prédio não pôde ser conduzida apenas por profissionais como arquitetos, decoradores, paisagistas. Ele foi acompanhado, supervisionado por agentes da Casa, a aqueles que são capazes de espelhar de forma fidedigna os elementos históricos e sociais que precisam ser reproduzidos como representativos daquele grupo.

Segundo, todos os aspectos das duas sedes remetem aos ideais aristocráticos da sociedade de corte, analisada por Elias. A forma mais evidente disso está na nomeação de suas salas. Não há uma única referência à República, em todas elas a menção é ao período imperial ou aos cidadãos mais ilustres.

Finalmente, o que se espera neste artigo é exercitar um olhar não arbitrário sobre algumas edificações. Neste caso, por exemplo, para além do caráter histórico e arquitetônico, eles também representam elementos claros sobre a gênese do campo e do *habitus* diplomáticos, já que suas edificações que são os espaços por excelência de apresentação, espetacularização e exercício da distinção, do poder e da violência simbólica exercida por este grupo.

Referências Bibliográficas:

ALMEIDA, Frederico Normanha Ribeiro de. (2010), *A nobreza togada: as elites jurídicas e a política da justiça no Brasil*. Tese do doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - USP. São Paulo, 329 p.

ALONSO, Angela. (2007), *Perfis brasileiros: Joaquim Nabuco.* São Paulo: Companhia das Letras. 354 p.

AMADO, André. (2013), *Por dentro do Itamaraty: impressões de um diplomata.* Brasília: Funag. 184 p.

AMARAL, Luis Gurgel. (1947), *O meu velho Itamarati: (de amanuense a secretario de legação) 1905-1913*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. 364 p.

AZAMBUJA, Marcos. (2011), *Casa bem-assombrada: O Itamaraty antes da sua ida para Goiás*. In: Revista Piauí. Edição 54.

BALBINO, Viviane Rios. (2011), *Diplomata, substantivo comum de dois gêneros: um retrato da presença feminina no Itamaraty no início do século XXI.* Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão. 212 p.

BARBOZA, Mário Gibson. (2002), *Na diplomacia o traço todo da vida.* Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora. 528 p.

BARROSO, Gustavo. (1968), *História do Palácio Itamaraty.* Museu Histórico Diplomático do Itamaraty: Rio de Janeiro.

BOPP, Raul. (1968), *Memórias de um Embaixador.* Rio de Janeiro: Gráfica Record Editora.

BOURDIEU, Pierre. (1979), *La distinction: critique sociale du jugement*. Paris: Les Éditions de Minuit. 672 p.

_____. (2005). *Razões Práticas*. Campinas: Papirus. 2005. p. 13 – 33._____. (2009). *O senso prático*. Rio de Janeiro: Vozes

Brasil. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Secretaria de Orçamento Federal. *Orçamentos da União exercício financeiro 2018: projeto de lei orçamentária*. - Brasília, 2017. Disponível em: file:///C:/Users/User/Downloads/Volume%20I.pdf

CARVALHO, José Murilo. (2012), *Os bestializados*. São Paulo: Companhia das Letras. 196 p.

CHEIBUB, Zairo Borges. *Diplomacia e Construção Institucional: O Itamaraty em Perspectiva Histórica.* Dados, Rio de Janeiro, n 28, p. 113-131. 1985.

_____. *Diplomacia, Diplomatas e Política externa: Aspectos do processo de institucionalização do Itamaraty*. Rio de Janeiro, Dissertação de Mestrado, Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro. 1984.

CORRÊA, Luiz Felipe de Seixas. (2012), *O barão do Rio Branco no centenário de sua morte: memória, inspiração, legado. Cadernos do CHDD.* Ano 11. Número especial.

CUNHA, Vasco Leitão. (1994), *Diplomacia em Alto mar: depoimento ao CPDOC*. Rio de Janeiro: Editora FGV.

ELIAS, Norbert. (2001), *A sociedade de corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores. 2001.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta De. *Opinião pública e política externa: insulamento, politização e reforma na produção da política exterior do Brasil.* Revista Brasileira de Política Internacional, São Paulo, vol 51, n 2, 2008. p. 80-97.

FREYRE, Gilberto. (2010) *Ordem e Progresso.* Rio de Janeiro: Nova Aguilar Editores.

GOUVÊA, Fernando da Cruz. (1976), *Oliveira Lima: Uma biografia.* Recife: Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano.

GUERREIRO, Ramiro Saraiva. (1992), *Lembranças de um empregado do Itamaraty.* São Paulo: Siciliano.

_____. (1985), *Depoimento.* Rio de Janeiro: CPDOC. 1985.

LAMPREIA, Luiz Felipe. (2010), *O Brasil e os ventos do mundo.* Rio de Janeiro: Objetiva.

LEQUESNE, Christian. (2017). *Etnographie du Quai d'Orsay.* Paris : CNRS Editions.

LIMA, Oliveira. (1937), *Memórias: estas minhas reminiscências.* Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora.

LOUREIRO, Maria Rita; ABRUCIO, Fernando Luiz; PACHECO, Regina Silvia (orgs.). *Burocracia e política no Brasil: desafios para a ordem democrática no século XXI.* Rio de Janeiro: Editora FGV. 2010.

MENDES, Manuel. (1995), *O Cerrado de Casaca*. Brasília: Editora Thesaurus.

MOURA, Cristina Patriota. (2009), *O Instituto Rio Branco e a Diplomacia Brasileira: um estudo de carreira e socialização.* Rio de Janeiro: FGV.

MUNDORAMA. Filhos da democracia: *A descolonização da diplomacia brasileira*. 2015, Disponível em: http://www.mundorama.net/2015/02/24/filhos-da-democracia-os-diplomatas-brasileiros-na-nova-republica-1985-2010-por-rogerio-de-souza-farias-e-gessica-carmo/.

ORTIZ, Renato. (2006), *A moderna tradição brasileira: Cultura Brasileira e Indústria Cultural.* São Paulo: Brasiliense.

PALÁCIO ITARAMATY BRASÍLIA: Brasília, Rio de Janeiro. São Paulo: Banco Safra. 1993.

PEREIRA, João Francisco. (2008), *Ramiro, empregado do Brasil.* Revista Juca, ano 2.

ROSSETTI, Eduardo Pierrotti. (2009), *Palácio do Itamaraty: questões de história, projeto e documentação (1959-70).* Revista Arquitextos. Ano 09, mar.

SANTOS, Luís Cláudio Villafañe G. (2012), *O Evangelho do Barão.* São Paulo: UNESP.

SCARABÔTOLO, Hélio A. (1990), O *Barão do Penedo: Diplomata do Império.*

SCHUWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos.* São Paulo: Companhia das Letras. 2012.

TOMASS, Lea Maria. *Diferença e igualdade entre os Estados: Uma etnografia da precedência nas relações diplomáticas.* Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília. Brasília. 2001.

VASCONCELLOS, Mario de Barros e. (s/d) *O Barão do Rio Branco. Biografia*. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores.

VIANA FILHO, Luís. (2008) *A vida do Barão do Rio Branco.* 8. Ed. – São Paulo: Editora UNESPE; Salvador, BA: EDUFBA.

VIEIRA, Marcos Vinicios de Araújo. (2011) *José Guilherme Merquior: um diplomata de 900 anos.* Revista Juca, ano 5.

Entrevistas:

ALMEIDA, Paulo Roberto. Paulo Roberto de Almeida: entrevista [ago. 2006]. Entrevistadora: K. Gobo. Curitiba, 2006. 1 cassete sonoro. Entrevista concedida para a dissertação de mestrado “Década de 1970: A política externa e o papel do Itamaraty.”

BARBOZA, Mário Gibson. Mário Gibson Barboza: entrevista [set. 2006]. Entrevistadora: K. Gobo. Rio de Janeiro, 2006. 1 cassete sonoro. Entrevista concedida para a dissertação de mestrado “Década de 1970: A política externa e o papel do Itamaraty.”

COSTA E SILVA, Alberto da. Alberto da Costa e Silva: entrevista [set. 2006]. Entrevistadora: K. Gobo. Rio de Janeiro, 2006. 1 cassete sonoro. Entrevista concedida para a dissertação de mestrado “Década de 1970: A política externa e o papel do Itamaraty.”

COURY, Sérgio. Sérgio Coury: entrevista [set. 2006]. Entrevistadora: K. Gobo. Curitiba, 2006. 1 cassete sonoro. Entrevista concedida para a dissertação de mestrado “Década de 1970: A política externa e o papel do Itamaraty.”

FRANCO, Álvaro. Álvaro Franco: entrevista [set. 2006]. Entrevistadora: K. Gobo. Rio de Janeiro, 2006. 1 cassete sonoro. Entrevista concedida para a dissertação de mestrado “Década de 1970: A política externa e o papel do Itamaraty.”

GUERREIRO, Ramiro Saraiva. Ramiro Saraiva Guerreiro: entrevista [set. 2006]. Entrevistadora: K. Gobo. Rio de Janeiro, 2006. 1 cassete sonoro. Entrevista concedida para a dissertação de mestrado “Década de 1970: A política externa e o papel do Itamaraty.”

LAMPREIA, Luiz Felipe. Luiz Felipe Lampreia [mai. 2007]. Entrevistadora: K. Gobo. Rio de Janeiro, 2006. 1 cassete sonoro. Entrevista concedida para a dissertação de mestrado “Década de 1970: A política externa e o papel do Itamaraty.”

MONÇÕES
Revista de Relações Internacionais da UFGD
ISSN 2316-8323

THE CONTEMPORARY HUMANITARIAN DOMAIN OF PEACE

MATHEUS AUGUSTO SOARES
Mestre em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília (UnB); Pesquisador Associado do Grupo de Estudos e Pesquisa em Segurança Internacional (GEPSI-UnB)

ABSTRACT: This article intends to shed light on how relations of power (the imbrication of discourses, political practices and subjects) are being configured and re-configured since the mid-20th century in relation to peace, humanitarianism, resilience and neoliberalism. The methodology applied here is the "ethnography of documents", developed by Annelise Riles, which considers the document as an analytical category and a methodological orientation. Therefore, the article is divided by the following subsections: i) relevant background literature on humanitarianism in order to situate the article with the current debate; ii) humanitarian peace discourses emerging in the mid 20th century, focusing on documents such as the Charter of the United Nations (1945), the Universal Declaration of Human Rights (1948), the Human Development Report (1994); iii) humanitarian peace subjects that emerge in the humanitarian domain of peace: the neoliberal, resilient and adaptive subject and the rights holder subject, still waiting. By presenting the power dynamics of a new domain of peace, linked to humanitarianism, resilience and neoliberalism, we also engage on exploring how violence, inequality and abandonment are (re)produced in this process, so that it can help improving a work-in-progress by reflecting on the current state of human rights.

KEYWORDS: humanitarianism; human rights, resilience.

O DOMÍNIO HUMANITÁRIO DE PAZ CONTEMPORÂNEO

RESUMO: Esse artigo tem como objetivo elucidar as relações de poder (imbricações discursivas, práticas políticas e subjetividades) que estão sendo configuradas e reconfiguradas desde a metade do século 20 no que concerne a paz, o humanitarismo, a resiliência e o neoliberalismo. A metodologia aplicada aqui é a "etnografia de documentos", desenvolvida por Annelise Riles, que considera documentos como categoria analítica e orientação metodológica. Dessa forma, o artigo se divide nas seguintes seções: i) revisão de literatura relevante sobre o humanitarismo para situar o artigo com o debate atual; ii) discursos de paz humanitarista que vem emergindo desde a metade do século 20; iii) sujeitos de paz humanitarista que emergem no domínio de paz humanitarista, tais quais o sujeito neoliberal, resiliente e adaptativo e o sujeito de direito, ainda a espera. Ao apresentar essa dinâmica de relações de poder desse novo domínio de paz humanitarista, vinculado ao humanitarismo, resiliência e neoliberalismo, nós buscamos explorar como a violência, a desigualdade e o abandono acabam sendo reproduzidos nesse processo, de modo que possamos ajudar a refletir a respeito do estado atual dos direitos humanos e como avançar nessa temática.

PALAVRAS-CHAVE: humanitarismo; direitos humanos, resiliência.

Introduction

This article intends to present a new domain of peace - the humanitarian domain - that emerges after 1945, still in a gradual way, gaining strength after 1990. The political architecture of the Westphalian peace still persists after 1945, which means the notions of public-private, collective goods, borders, population, order, political unity, sovereignty, *et cetera*, did not simply dismantle in the course of this historical discontinuity. To indicate a transition between two domains of peace does not mean that we are asserting the end of notions inside and outside, or even the end of the police dispositive and diplomatic-military dispositive[1]. What we can perceive is the shift towards a new understanding of peace, in the sense that it acquires its own political agenda, with its specific political technologies and subjects in the "fabrication of peace".

Therefore, we are able to capture a historical moment in which the notion of peace detaches from the Westphalian political scheme - even though there is still dialogue among them - guaranteeing new preoccupations, new discourses, practices and subjects. With a new understanding about what peace "is" or "must be", it becomes epistemologically independent from the principle of sovereignty, meaning that, if thinking about peace meant we had to think about "sovereignty", "political unity" and "inside-outside" in an indispensable way, now there are other pillars that sustain this new field of knowledge – new discourses on peace – like "universal human rights", "human security", "linkage between security and development", "global responsibility", *et cetera*.

With that in mind, what changes with the emergence of the humanitarian peace domain is that the ontological subject of peace used to revolve around the "State", and now it extends to the "Planet" or the "Humanity" as a whole. In a few words, it is defined by its direct mechanisms of intervention intended to manage resilient and vulnerable populations and introject democratic-liberal conducts in the subjects. By trying to understand "peace" historically and discursively, without essentializing it as a "thing-in-

[1] While the dispositive of police was responsible for ensuring the consolidation of a "state political unity" through the political technology of public administration and development of internal forces, the diplomatic-military dispositive was concurrently engaged on the pursuing of an equilibrium of power among nations and on fostering an architecture of a political-military matrix (FOUCAULT, 2008).

itself", our main objective is to shed light on how relations of power (the imbrication of discourses, political practices, subjects) are being configured and re-configured since the mid-20th century in relation to peace, humanitarianism, resilience and neoliberal practices. In other words, we will draw a "humanitarian peace" not in its essence, but according to its effects and subjects that are constituted and constitutes themselves in a historical process. By disentangling from the idea of a "peace *per se"* and, by accepting a peace as a discursive ontology, our effort here is to shed light on the complexity of relations among political discourses, micro political practices and subjectivation processes.

On the next section, we will first present the methodology to be used during the article, which is the "ethnography of documents", developed by Annelise Riles, which considers the document as an analytical category and a methodological orientation. In the second section, we will present recent and relevant literature on humanitarianism in order to situate our article with the current debate. Our third section refers specifically to the humanitarian peace discourses and how humanitarianism goes on to become central to an international politics of peace. Fourthly, we outline two subjectivities intertwined with these discourses: the "neoliberal, resilient and adaptive subject" and the "rights holder subject, still waiting". We try to highlight how these subjects, embedded in this power dynamics, no longer sees resistance as an action of structural transformation. As a conclusion, we not only aim at presenting the power dynamics of a new domain of peace, linked to humanitarianism, resilience and neoliberalism, but we also perceive how violence, inequality and abandonment are reproduced in this process.

1. METHODOLOGY

In order to highlight the specific connections that bring together the humanitarian discourses in the U.N. documents and their various effects on politics and on the subjects, we will follow the "ethnography of documents" approach developed by Annelise Riles. In accordance with the author, documents are "artifacts of modern

knowledge practices and, in particular, knowledge practices that define ethnography itself" (RILES, 2006, p.7). Therefore, accepting a document as an " ethnographic object, an analytical category, and a methodological orientation" (p. 7) can be a sharp strategy to shed light on the field of the ethnographer and to assist him in finding patterns, distortions, specificities, connections, processes of subjectivation, mentalities or emerging political practices.

Documents are representative of a specific historical context and, very often, they are constituted by webs of discourses already existent before them. In this sense, documents should be analyzed beyond their content and authors. What we mean is that the discourses inherent in these documents, concepts, preoccupations, values, *et cetera,* transcend their essence, or their work (artifact), representing, in reality, the extension of a political-historical context of the time (POCOCK, 1995). Moreover, these documents reflect practices and concepts already historically "normalized" or that are in the process to become "normal" and "natural". Documents, henceforth, should be treated as a cultural and political artifact that not only reproduces but also sustains numerous webs of power (RILES, 2006).

The author invites us to comprehend political connections through institutional and bureaucratic channels, which can highlight new problematics, discontinuities, transformations and perspectives. In a first moment, it is possible to epistemologically engage with the documents and its content, with the means to better understand the way in which a certain individual, group or people has though it and produced it, and how that knowledge stands in relation to other parallel sets of knowledge. In a second moment, there is a possibility of approaching the document through a strategic-political bias, in order to specifically comprehend the power relations that precede it, the textual techniques that are mobilized (key concepts, focus on specific populations, constructions of space-time notions, *et cetera*), the later effects generated by the document, its symbolic value in that specific context, its capacity for political influence, among others.

The following questions are some of which may assist the researcher when analyzing a document? i) Which documents are relevant for the purpose of your

research? ii) If your documents are formal reports, which were the background documents used to produce those reports? iii) Which are the limits and borders (conceptual, geographical, epistemological, methodological, moral, social, *et cetera*) implicitly or explicitly stipulated by the document? vi) How the narratives of "positive information" and "negative information" are constructed? v) What is the rationale behind privileging certain information, methodology, perspective or speeches/discourses? vi) how does the document define the political and social networks contextualized? vii) In addition to the background documents, which other way does the document interact with other artifacts? (SHANKAR; HAKKEN, 2014, p. 33).

Therefore, it is essential to analyze the relationship among discourses, political practices and subjects, not only identifying the discourses that are on the surface of a domain of knowledge considered as legitimate, but also understanding the mechanisms that codify these discourses and materialize specific realities and mentalities.

The main documents to be analyzed in this article will be the Charter of the United Nations (1945), the Universal Declaration of Human Rights (1948) and the Human Development Report (1994). Throughout the ethnography of documents approach, we chose those three documents for our analysis because they represent historically in a more meticulous way the ontological and epistemological borders, limits, divisions and ruptures that occurred in relation to peace and humanitarianism. These documents are historically important to such extent that they create the discursive possibilities for new reports and texts to come, most of the times in a clearer and more explicit way. Even though many other documents shed light on the new understandings of peace, their political mechanisms and new processes of subjectivation[2], we chose these three documents because they are building blocks for a historical, epistemological and ontological *discontinuity* in the realm of peace and humanitarian action.

[2] For instance, we could have explored also the following documents: An Agenda for Peace, the International Covenant on Economic, Social and Cultural Rights, the United Nations Peacekeeping Operations (The Capstone Doctrine) and the Yearbooks of the United Nations.

2. BACKGROUND LITERATURE ON HUMANITARIANISM

Different meanings were attributed to humanitarianism throughout time, with shifts in its discourses and practices. Humanitarian action as a "moral reason" (sustained by a vocabulary of compassion[3]) aligned to a political rationality of liberal society, for instance, can be traced back to the early Enlightenment, "inspired by the new belief that you could do something to intervene in what fate, or God, had in store for you or others" (REID-HENRY, 2013, p. 421). This moral reason, embedded historically in the discourses of humanitarianism, has been followed by the triad notions of neutrality, impartiality and independency[4] (CHRISTIE, 2015).

Anchored on these historical discourses, humanitarian action was undertaken throughout the last centuries, for instance in the abolish slavery movements of 1830 onwards (HASKELL 1985; SKINNER & LESTER, 2012), in the import of liberal national economic systems with marked-oriented policies to European colonies, or in war theaters accompanying troops. Where moral responsibility was underpinning humanitarian action in order to face problems of famine, tropical diseases, civil war violence or poverty, a political economy rationality was accompanying it by setting the most effective public policy market-based techniques and underlying the best laws to be framed in these localities (REID-HENRY, 2013). The works of Lester and Skinner (2012) and Lambert and Lester (2004) are very illustrative of the web of relations that played out during colonialism and anti-slavery discourses post-1830 between humanitarianism (with its moral reason) and the structures of the empire (with its liberal economic rationality). If humanitarian action, with its moral reason and liberal economic political role, used to be activated in the interstices of sovereignty – for instance accompanying soldiers abroad – nowadays, since the mid of the 21st century, it has gained centrality in the politics of peace and started to play the role of redefining the own concept of sovereignty, of war, interventionism and government (GUILHOT, 2012; BORNSTEIN &

[3] Some of these discourses comprise the ethos of helping others, the notion of shared humanity, the willing to sacrifice oneself for another and the moral duty to do so (CHRISTIE, 2015).

[4] Redfield (2013), by analyzing the history of *Medecins Sans Frontieres (MSF),* explores further how neutrality has been used as a strategic discourse (never materialized) in order to create spaces of possibility of humanitarian action.

REDFIELD, 2011; FASSIN, 2011). This discontinuity, which will be presented in the next sections, is reflected on how the realm of humanitarianism and peace changed in relation to new practices of international politics, to new understandings of sovereignty and to the constitution of new subjects (REID-HENRY, 2013).

Numerous critical perspectives on humanitarianism arose over time, questioning the games of truth that has been surrounding humanitarian action and its reproduced violence. For instance, the critical peace studies perspective aims at criticizing mainly the neoliberal practices and its production of violence and economic inequality generating, consequently, local resistance[5]. Richmond, for example, reiterates the need to resist neoliberal practices by valuing culture, tradition and local ontology and by accepting peacebuilding as an emancipatory process where the day-to-day practices, human security and social development are of utmost importance. By words of Richmond:

> Critical theory offers a normative view of the world in which an emancipatory peace should be the objective of IR, this means that nature of the system, social structures and human nature are not immutably rooted in dynamics and cycles of violence, enabling its transformative agenda to transcend that of disciplinary and regulative liberal agendas. The issues of marginalisation, exclusion, domination and inequality provide an important focus then, in the critical quest to reconstitute IR as a site of a search for an emancipatory peace rather than deterministic and rationalistic institutional governance, oppression or revolution. This ontology of peace is dispersed, multi-centred, indicative of agency, and anti-hegemonic, and requires a complex interrogation of sites of power, resistance and marginalisation, in order to achieve its ontological ambitions (RICHMOND, 2008, p. 125-126;147).

There is also a scholarship that draws on Foucault's concept of *governmentality*[6] in order to assess current transformations on humanitarian international practices and to capture how a contemporary humanitarian rationality is governing precarious conditions

[5] Worth mentioning theorists aligned to this critical perspective: Oliver Richmond, Roland Paris, Ken Booth, Kristoffer Lidèn, Roger Mac Ginty, Shahrbanou Tadjbakhsh, Timothy Donais, John Paul Lederach, John G. Cockell, Michael Pugh and others.

[6] Governmentality refers to the structures which indicate how individuals or groups should conduct themselves. "To govern, in this sense, is to control the possibility field of action of others" (FOUCAULT, 2002).

of life (FASSIN 2011; DUFFIELD, 2012; SELMECZI 2015; SOKHI-BULLEY 2011; NGUYEN 2010). Duffield (2012), more specifically, focuses on the link between humanitarianism and liberal development, shedding light on the notions of free market, democracy and intervention. Reid (2010), Edkins (2000) and Laqueur (1989) explore the shift from humanitarian disaster to humanitarian emergency type of intervention, where the objective is to preserve life (or a community), but not to the extent of empowering and restoring the means of livelihood. The ultimate goal is to produce means to make the precarious governable.

Alongside these works, scholars have been investigating resilience as a form of neoliberal governmentality that foments individual adaptability *vis-a-vis* externally imposed change in emergency or dangerous environments (JOSEPH, 2013; CHANDLER, 2014; EVANS & REID, 2013). Mark Duffield, for instance, engages on a critique of the digital humanitarianism that draws upon resilience and disaster management. Drawing on examples of cash-transfer programmes, Duffield comes to conclude that "resilience helps operationalize systems of experimental welfare abandonment under conditions of pervasive security surveillance. The aesthetic of smart is not to directly confront problems but, through immediate access to value-added information, to endlessly sidestep them" (DUFFIELD, 2016, p. 148). Suzan Ilcan and Kim Rygiel (2015), in a similar perspective, draw attention to the link among resilience, neoliberal government and the issue of humanitarian emergency governance of refugees through camps, in order to criticize a particular reason of care that ultimately responsabilizes the other.

Other literature contributions have been focusing more on the connectivity of humanitarian practices and capitalism, such as Haskell (1985), Butler (2011), Reid-Henry (2013) and Mitchell (2010), while other scholars have been given attention to the "innovation turn" in contemporary humanitarianism, where new technologies and markets become the tool to emergency relief and humanitarian action, promoting the notion of self-reliant subjects (SCOTT-SMITH, 2016, 2014; AGATHANGELOU, 2017; JACOBSEN, 2015).

Drawing on the aforementioned background and literature, our intention for the next sections is to shed light on the interconnectivity of the notions of humanitarianism, peace and intervention, by illustrating the knowledge-power-subjects nexus at work through an ethnography of documents approach. What is central here is the functioning of a new discursive ontology of peace alongside a redefined way of humanitarian practices through direct mechanisms of intervention intended to manage precarious lives[7]. In a few words, by presenting the power dynamics of a new domain of peace, linked to humanitarianism, resilience and neoliberalism, we engage on exploring how violence, inequality and abandonment are (re)produced in this process, so that it can help improving a work-in-progress by reflecting on the current state of human rights.

3. HUMANITARIAN PEACE DISCOURSES

The nuclear period that followed the end of World War II, distinguished by the narrative of the potential total destruction of the globe by nuclear weapons can, in fact, be considered a narrative in which the peace discourses fit a Westphalian domain, if we take into consideration those discourses on sovereignty, inside-outside, peace as something achieved by the avoidance of war among countries, *et cetera*. However, the knowledge on humanitarian peace starts to acquire notoriety – even though still gradual and timid – in relation to the domain that precedes it. The nuclear threat narrative should not be taken for granted as the *only history* in this period, and we will try to "excavate" humanitarian knowledge that is yet emerging in the mid 20th century. Hence, differently from affirming a drastic historical turn, we want to highlight the fight for political space between these two domains of peace, with an emphasis on the humanitarian one.

[7] The focus of the article will be on the discourses and subjects that are involved in these dynamics of humanitarianism and peace. Due to the size and focus of the article, the political mechanisms will be mentioned only briefly during a few examples.

The games of truth[8] that start to take shape after World War II, giving legitimacy to humanitarian peace discourses, can be divided in three great discursive strategies: i) the peace discourse about the individual (one) and about humanity (whole), to the detriment of a State-like peace discourse; ii) the security discourse as a "civilizing mission", "cosmopolitan project", "global responsibility", which goes beyond any principle about "sovereignty" or "inalienable national political autonomy" (JABRI, 2010) and iii) the discursive link between security and development (DUFFIELD, 2007). The sets of knowledge to be presented below are based on these three strategies.

The first knowledge we consider to be responsible for the shift from domains of peace is the transition from the *jus gentium* notion*,* established by authors such as Suaréz, de Vitória and Gentili, to the *jus inter gentes* notion. This transition meant a new understanding of peace (ontological turn), which before was based on the peaceful relationship among States, but now gives space to a humanitarian law that advocates in favor of the peaceful relationship among equal men (universally). States, however, continue to be discursively accepted as an important instrument to guarantee this humanitarian law. Differently from the classic law framework (*jus gentium),* the sets of knowledge that emerge with the *jus inter gentes* manifest themselves more explicitly through international multilateral documents, such as the Charter of the United Nations (1945), the Universal Declaration of Human Rights (1948), the Human Development Report (1994), among others. According to Emmanuelle Tourme-Jouannet (2013):

> After 1945, several new phenomena were developed, which affected incontestably the international law: the expansion and the subsequent collapse of the communist regimes, the development of international organizations, especially United Nations family, the abolition of the right to war, the decolonization and the acclaim for the right of peoples (the self-determination of peoples), the international recognition of human rights, the end of Cold War and the advent of the last neoliberal globalization wave. All of that enhanced the opening of classical categories about which of the

[8] The Foucauldian idea of "games of truth" is, first and foremost, a criticism to the logocentric science, based on a universal and rational truth. The games of truth refer to a constellation of rules of discourses that historically produce regimes of truth; in other words, to analyse the games of truth is to deny the search for a rational and transcendental truth, focusing instead on reality and on what is constituted historically as a truth. In sum, they are the rules that lead the subjects to distinguish the "true" from the "false" (REVEL, 2005).

> international rights were fortified: the distinction between public and private, inside and outside, hierarchical inner order and policentric outer order, State as subject and individual as object, the principle of the equivalence of norms, the distinction between internal needs and international interests (TOURME-JOUANNET, 2013, p. 15, Translated by Us).

With that in mind, the Charter of the United Nations of 1945 already display its first discourses embedded in the logic of a law based on the ontology of the individual and of humanity, by affirming in its article 1 of "purposes and principles":

> To achieve international cooperation in order to solve international problems of an economic, social, cultural or **humanitarian** nature, and in order promote and stimulate the respect for **human rights** and for the **fundamental freedoms of all**, without distinction of race, sex, language or religion (UN CHARTER 1945, 5, Highlighted by Us).

Discourses present in the legal framework of the Charter go beyond the *jus gentium* paradigm, reaching out to the *jus inter gentes,* when they highlight political preoccupation with human rights and rights of the peoples. In addition to article 1, it is possible to identify similar discourses on the preamble, on article 11(3b), article 26, article 61(2), article 68 and article 76(c) (UN CHARTER 1945).

Another notion that conforms the humanitarian domain of peace can be perceived in the transition from the *jus ad bellum* to the *jus contra bellum.* Meanwhile the *jus ad bellum* refers to the "just wars" theories and to the right of the State to engage on war (as theorized by Pufendorf and Gentili), *jus contra bellum* is defined as a legal mechanism *against* war and the use of force. Article 2(4) from the Charter of the United Nations, for example, affirms that "all members should avoid the threat or use of force against the territorial integrity or the political dependency from any State" (UN CHARTER 1945, 6).

In the wake of these discourses in favor of *jus contra bellum,* there is imbued the concept of "collective security", where war is not anymore recognized as an instrument of legitimate action. What is legitimate now is a collective international action aimed at guaranteeing world peace and preventing "acts of aggression" from dissident States.

The maintenance of peace, in this collective logic, do not depend anymore on each State *per se,* nor on the balance of power that foments equilibrium among States; it depends on a collectivity that must act through a logic of intervention, with surgical and punctual actions, and with the mentality to seek to correct anomalies from a established international order. With that in mind, the order continues to be international, and the State continues to have its central role in this disposition, but now having to work alongside humanitarian actors, such as NGO's, UN Agencies, civil societies, *et cetera,* not anymore in the interstices of politics. A new domain of peace emerges with new political practices to serve as surgical actions - and the individual/humanity becomes the new objectified target of these practices.

Responsibility for security now belongs to everyone – at least in the Charter's discourse – and the Westphalian peace categories start to be confronted. On article 1(1), for example, it is mentioned the need to "take, collectively, measure to avoid threats to peace and repress acts of aggression or any other type of disruption to peace"; equally, this argument is reproduced on article 42 of chapter VII.

Hence, it is evident how the Charter of 1945 reflects, although timidly, discourses from the humanitarian domain of peace that opposes the Westphalian domain of peace and fortify two great discursive emergent strategies: i) the ontological turn of the individual/humanity and ii) security as a global responsibility. On the other hand, there is a direct dialogue between humanitarian discourses and modern Westphalian categories, since States are the ones that mobilize the Charter in order to call upon human rights and fundamental freedoms.

Another important international document to be analyzed is the Universal Declaration of Human Rights of 1948, which underlines the idea of "individual with equal and inalienable rights" and of "human security". Although visible the acknowledgement of the State as an ontological reality, the Declaration is still strong here because it regards the individual as a global actor with rights and duties. The discourses here consider individuals as agents that exist in an universal humanitarian space above any government or territorial delimitation. As mentioned by Jabri (2010, p.46), the "whole 'human' is then perceived in relation to the cosmopolitan right, which in turn positions

itself in opposition to the sovereignty right". On articles 1 and 2 of the Declaration, for instance, it affirms:

> All human beings are born free and equal in dignity and rights (UNIVERSAL DECLARATION... 1948, Art. 1).
> All human beings have the capacity to enjoy rights and freedoms established in this Declaration (…). No distinction shall be made on the basis of the political, jurisdictional or international status of the country or territory to which a person belongs, whether it be independent, trust, non-self-governing or under any other limitation of sovereignty. (UNIVERSAL DECLARATION... 1948, Art. 2).

The need to think security beyond States also is present in the discursive strategy of the Declaration, as on article 3, which affirms that "all human beings have the right to life, freedom and personal security", argument that repeats itself on article 22 stating that "Everyone, as a member of society, has the right to social security and is entitled to realization(…) of the economic, social and cultural rights indispensable for his dignity and the free development of his personality".

In the post-Cold War scenario, it is worth mentioning the UN Human Development Report of 1994, which directly challenges the ontology of the State as a central entity to promote security, development and peace. In other words, the individual becomes the object of security and the subject of peace. For instance, security is not related solely in the lens of "nuclear holocaust", but rather it relates to threats linked to "global poverty traveling across international borders in the form of drugs, HN/AIDS, climate change, illegal migration and terrorism" (HDR, 1994, p.24), meaning that threats to human security are of economic, food, environmental, individual and communitarian concern. Henceforth, this report reifies the individual as ontologically unique and, at the same time, as part of Humanity, concomitantly with the discourse of a diffuse security that can no longer limit itself to national terrains. Moreover, it is explicitly in this document the emphasis on the nexus security-development.[9]

[9] The link between security and development started being consolidated since the beginning of 1960, mainly with theorizations related to "sustainable development" (DUFFIELD, 2007).

Another set of knowledge that constitutes the humanitarian peace and complements *jus inter gentes* and *jus contra bellum* is the *peace studies*, specifically its contributions to *positive peace.* Peace studies, having its own epistemological delimitation, arose in the beginning of 1950, acquiring more academic strength in the mid-1960s. Important to shed light on Johan Galtung's contributions on "positive peace", since it is through this concept that peace studies gained strength to consolidate itself as an autonomous field, detaching from notions of a Westphalian peace taught under the fields of Political Science or International Relations. By opposing positive peace, which values interpersonal relations and culture, to a negative peace, which values a peace based on a temporary state of non-violence among States, Galtung reinforces the idea of thinking peace through a new ontological perspective, not based anymore on relation among States, but rather among individuals (GALTUNG, 1964, 1969). Such knowledge had direct influence in the development of peacekeeping operations. In accordance to Galtung, positive peace offers individuals conditions to emancipation from a series of dependencies that they face daily (GALTUNG, 1969).

Therefore, Galtung explicitly tries to disrupt the traditional paradigm of peace, both epistemologically and ontologically, showing the limitations of negative peace and giving emphasis on the need to rethink peace as a positive one, oriented by the promotion of a social system underpinned by the individual, by non-violence culture, human security, universal needs, solidarity and collective administration of potential conflicts. In this context, new perspectives and debates gained ground, such as bottom-up, transnational networks, civil diplomacy, local resistance, human emancipation, NGO global roles, peacebuilding, statebuilding and hybridism. In other words, with the contributions of Galtung, in order to think about peace and international relations one cannot limit its analysis considering only relations among States, but also individuals and its importance to constitute systemic peace, humanity, security and development. Ontology of the individual/humanity, cosmopolitan project, link between security and development, is the triad that will cross a majority of peace perspectives, forging this historical domain of peace that we are speaking of, and necessarily bringing to the front the need for interventionist humanitarianism.

Furthermore, Scott-Smith well illustrates these neoliberal practices embedded in the humanitarian action and vocabulary. Even though the private sector has followed western humanitarian agents since its very early days, there has been a relatively recent discursive shift on the public-private collaborations for humanitarian action. The author tracks down this emerging "business vocabulary": for the traditionally recognized "beneficiaries" of aid, they are now referred to as "consumers of aid". For the "aid agencies", they are often considered as "suppliers of humanitarian goods". The "donors" of the humanitarian programmes come to be recognized as "buyers" (SCOTT-SMITH, 2016). As a consequence, other concepts arise in the day-to-day discourses, such as "consumer protection", "data protection", "effectiveness", "market-integrated relief", "humanitarian market" (SANDVIK, 2017). In this perspective, humanitarianism becomes a market-oriented phenomenon, transforming it into an economic transaction and removing the human relationship among actors. Since aid has become a commodity, its "efficiency" is based on technical market strategies and on an impersonal relationship among independent parties.

An example of this is given by Sandvik (2017), who analyses the partnership between the World Food Programme (WFP) and MasterCard during a humanitarian action aimed at financially capacitating the "aid recipients" or, in their case, the "clients". By providing digital innovation in order to tackle poverty and hunger, this programme wants to incorporate these people living under precarious conditions into a market economy through finances, with the rationality that they now have the tools to exercise their resilience amidst precarity. However, as Scott-smith argues, the "efficiency" and "market gains" is more directed towards aid workers and companies than to the beneficiaries, since it is often a limited change that does not have fundamental or structural impact in the community. With an attempt to transfer responsibility to the "recipient aid" with the argument that they need to be resilient and help themselves other than relying on the state, these humanitarian practices of population management become "oriented around the production of neoliberal citizens: disaster-affected people

who are linked to global markets and trained to see risk as an opportunity for enterprise and reinvention" (SCOTT-SMITH, 2016, p. 9-10).[10]

In summary, *jus inter gentes, jus contra bellum* and *peace studies* represent a few of the many political discourses that form a new web responsible to activate new political technologies. Moreover, to borrow the concept of Sokhi-Bulley, it constitutes a rationality that allows one to *govern through rights,* where rights are used as "truth weapons" in order to produce governable subjects, foreseeable conducts and normalized categories. We observe the emergence of a narrative of the individual as the central object in the game of international politics of peace, followed by the discourse on human security – focused on development – that goes beyond the Westphalian territorial delimitations and advocates in favor of a global, civilized humanitarian project. Conceptually, the fabrication of peace as a global politics comes to be deeply imbricated with humanitarianism. It is this new political idiom that reifies categories such as "individual", "global governance", "emancipation", "development as freedom", "responsibility to protect", "cosmopolitan society", "sustainable development", "humanitarian intervention", "bottom-up politics", "peacebuilding" *et cetera.* Through these imperatives, we watch the activation of a domain of peace with a preoccupation towards the globe (or the planet), focused on global management and with cross-border conducts, rules and police mechanisms.

4. HUMANITARIAN PEACE SUBJECTS

The knowledge-power humanitarian link, which when activated creates these dynamics of global management of vulnerable populations, do not sustain itself without the new subjects of peace, that emerge through processes of subjectivation[11].

[10] For case studies illustrating the link between the management of precariousness and neoliberal mechanisms of market expansion, see PANDOLFI (2003); COLEMAN (2015) and NGUYEN (2010).

[11] "subjectivation modes" or "processes of subjectivation" correspond, in reality, to two types of analysis: on the one hand, processes of subjectivation transform human beings in subjects, meaning that there are only objectified subjects and, therefore, processes of subjectivation are practices of objectivation; on the

Humanitarian new historical subjects that we will point out should not be seen in an absolutist, omnipresent and universal perspective, but rather as part of plural, dynamic, intertwined productions of subjectivity that configure and reconfigure every second in relation to knowledge and power.

In this section, we will bring to the surface subjects considered "vulnerable" and who live in target places being affected by these humanitarian micro powers and discourses. The question to be asked is: who is the subject that is sought when promoting a peacebuilding operation, when implementing an international police training or when helping precarious populations economically? Our preoccupation here is aimed at understanding the fabrication of the subjectivity of the "vulnerable" ones, and not the "emancipated willing to emancipate the other". Amidst this web of knowledge and power, we identify the emergence of two specific subjects, divided in the economic and political-juridical realms, such as: *homo oeconomicus* (neoliberal, resilient and adaptive subject) and *homo juridicus* (rights holder subject, still waiting).

Homo oeconomicus or neoliberal, resilient and adaptive subject

Humanitarian peace drawn here is crossed by a neoliberal rationality, manifested for instance by peace operations with propositions of agriculture marketization, micro-financialization and rights to property. As highlighted by Foucault (2008), population management made under neoliberal politics – both internally to each country and internationally – is only possible if there exist subjected subjects that feedbacks these dynamics, such as *homo oeconomicus. Homo oeconomicus* is important for it is the subject that accepts, agrees upon, claims and abide to interventionist practices of governmental management, as long as these practices are dedicated to *produce conditions of freedom.* This environment, with possibilities for one to exert its freedom, is produced through political practices such as micro-finance, delivery of food for therapeutic feeding, *et cetera*. Hence, *homo oeconomicus* is captured as a subject of *self-government,* with eager to freedom, and awaits his governors to limit their action as

other hand, it is the relationship one has with oneself, through certain techniques, allowing for oneself to be constituted as a subject of its own existence (REVEL, 2005, p. 82).

to create an environment where this freedom can be exercised, by either consumption, lifestyle, mobility or economic opportunities.

Homo oeconomicus, who perceives itself as free and having sovereignty over itself, is a self-interested, rational being – always maximizing his utility and cost-benefit – and must respond in a fast and flexible way to the changes it may face in its environment. In addition, *homo oeconomicus* becomes the "entrepreneur of itself" (FOUCAULT 2008, 225, Translated by Us), having to invest capital in itself, unstoppably. This self-investment, called human capital, is what sustains the dynamics of competition among subjects amidst the game of power. Considered sovereign of itself, entrepreneur of itself, and free to exercise his own freedom, this subject also becomes responsible for its own failure or glory. To reinforce the point: political practices must not have as their objectives the guarantee of success, well-being or prosperity of the vulnerable governed ones; instead, politics becomes a tool for the production of spaces of possibilities for individuals to overcome precarity (ODYSSEOS, 2010).

Homo oeconomicus is the one that does, acts, has autonomy of decision, directs itself and do not depend on others to *adapt,* nor to face threats. In accordance to Julian Reid & Brad Evans (2013), neoliberal subject causes the *valorization of resilience,* where life can only thrive, grow and develop if exposed to the various threats, surpassing them afterwards. It is, therefore, a *resilient subject.* In sum, it is a matter of accepting the inevitability of the dangers of the world and not trying to dodge them, but to supplant them. As mentioned by Reid (2012, 148), "resilience is the human art of living (and loving) dangerously". By understanding resilience as a constituent part of neoliberalism – at least historically – Evans & Reid affirm that "resilience is a form of neoliberal interventionism" that awakes in the subject a "self-propelling tendency and emancipatory orientation" (EVANS & REID 2013, p. 94).

For example, Duffield (2016) makes reference to the cash-transfer programmes ran through a digital smart technology and managed by humanitarian agencies from far distance. Resilience, in this case, is repositioned and aligned to a technoscience logics, which works alongside neoliberalism. The Hunger Safety Net Programme, acting upon half a million of chronically poor in northern Kenya, and providing them with around 40

cents per day through cash-transfer, is a good example of that. The Programme uses biometric registration technology based on fingerprinting of recipients of aid, which is monitored by local shopkeepers that are hired to work in precarious conditions as banking agents. International humanitarian agents work remotely. This digital security surveillance, promising welfare and peace, in fact do not solve structural problems, but lean on what they believe to be "resilient subjects" that should overcome precariousness by themselves with 40 cents a day. By connecting resilient subjects to the financial logics of capital, rather than fomenting progress and development, this programme ends up fabricating abandonment and legitimizing a logic of survivalism sustained by constant adaptation. Duffield calls it "resilience of abandonment" or "the resilience of the ruins", which "betokens people that have no alternative but radical self-reliance" (DUFFIELD, 2016, p. 154).

The resilient subject, which manifests more explicitly in populations that are recipient of humanitarian practices, no longer sees resistance as an action of transformation of the external, the structural. Now, resilience – understood as a form of resistance – lies in the field of acceptability, of absorbing, overcoming and keep moving forward[12]. The subject sees a structure that is placed, without possibilities for questioning it, unless the questioning regards how to overcome its present effects (REID 2012). By words of Evans & Reid:

> Resilience is premised upon the ability of the vulnerable subject to continually re-emerge from the conditions of its ongoing emergency. Life quite literally becomes a series of dangerous events. Its biography becomes a story of non-linear reactions to dangers that continually defy any attempt on its behalf to impress time with purpose and meaning. As the resilient subject navigates its ways across the complex, unknowable and forever dangerous landscapes that define the topos of contemporary politics, so the dangerousness of life becomes its condition of possibility rather than its threat (EVANS & REID, 2013, p. 87).

[12] In order to further understand the theoretical basis that allowed the advent of resilience strategies in the field of emergency planning and response, we strongly suggest the reading of the articles: "The Nature of Resilience" (ZEBROWSKI, 2013), "Resilience as embedded neoliberalism" (JOSEPH, 2013) and Beyond Neoliberalism: resilience and the art of governing complexity" (CHANDLER, 2014).

Consequently, this is an adaptive subject that, for having the responsibility of its failure or glory in its own hands, and for being in an environment of constant dangers but that can offer it gradual emancipation and prosperity, sees itself in charge of making use of its "freedom" so to reinvent itself every second. The (re)inventing of the neoliberal, resilient and adaptive *homo oeconomicus* that is found on precarious situations, such as post-conflict or post-disaster localities, is always in relation to momentary dangers, never questioning, in reality, the political practices or discourses that reproduce global poverty or social inequality, for example.

Furthermore, this subject not only is responsible for its future prosperity – like the only thing stopping it is itself – but also must accept humanitarian interventions that can offer it an environment with new possibilities to exercise its freedoms, for instance through peacebuilding operations. As analyzed by Alt, "*homo oeconomicus* is the subject that accepts his reality and adjusts to changes in his environment. Poverty, therefore, implies new responsibilities for the poor to subject itself to certain types of conducts, such as modifying his agricultural practices or investing in activities that better connects it to the global market" (ALT, 2011, p. 9). The field of possibilities of "freedom" that is opened, in a way for the *homo oeconomicus* to seek for emancipation, limits itself in the field of neoliberal humanitarian peace practices. This subject will try his best to become the "self-sufficient consumer citizen", with the freedom to decide over which products and services to consume, which transportation or economic opportunities (ODYSSEOUS, 2010). Once again quoting the example of Duffield (2016), the resilient subject that is targeted by the Hunger Safety Net Programme and receives 40 cents a day enters in the dynamics of *homo oeconomicus*, in so far as it has to adapt against the risky environment and exercise its freedom through market-oriented options.

To cite another example, it is work mentioning the case study conducted by Tom Scott-Smith regarding the Plumpy'nut humanitarian product, a peanut paste for therapeutic feeding that has the objetive of tackling malnutrition. This type of humanitarian intervention focuses only on "micro-worlds" and rely on individuals to adapt and strive by themselves after the Plumpy'nut is consumed and momentary starvation is halted. Borrowing the words from Scott-Smith, Plumpy'nut "suppresses structural

change, distort local markets" and "medicalizes hunger (…) at the expense of structural injustice", for instance by replacing feeding clinics (SCOTT-SMITH, 2017, p. 14). Once again, this type of humanitarian technology ends up legitimizing a logics of survivalism sustained by constant adaptation, where starvation is tackled, but in return Plumpy'nut transfers all the responsibility to thrive, grow and develop to these individuals regardless of the other threats to be faced by them, "never attempting to address the underlying situation that made people hungry" (p. 15).

This process of subjectivation is crossed constantly by pastoral power, where sets of knowledge and humanitarian political practices have the function to introject in the fragile flocks the emancipatory and freedom spirit of the *homo oeconomicus.* At the same time security discourses existent in the humanitarian domain of peace bring forward political categories claiming for non-violence and minimum risk (or management of threats), there is also political discourses that claim for the acceptability of risks, of resisting (as a resilient subject), of adaptability, anticipation, absorption, empowerment, gradual emancipation and exercise of freedom. This political idiom that is shaped intertwines with humanitarian dispositives of power and with humanitarian subjects such as *homo oeconomicus.* It is this pastor-flock, superior-inferior, strong-fragile relationship that sustains the fabrication of neoliberal subjectivity.

We notice, however, that this *homo oeconomicus* is not present in all peace operations or in all target-populations of humanitarian interventions. In reality, it is a historical persona that can or not vivify itself in moments or specific contexts. Independently if this subjectivity is accepted, resisted, activated or simply denounced, what matter is that now it is part of the humanitarian domain of peace.

Homo Juridicus or rights holder subject, still waiting

By analyzing the sets of knowledge that orbit the humanitarian domain of peace (specially the Universal Declaration of Human Rights), it is clear how human rights start to be considered as "moral rights" inherent to "all and each individual on the planet", independently of the political or legal strategy of the sovereignty power of each State. A double dialogue in relation to sovereignty emerges. On the one hand, the political

discourses claim from the State the recognition (in positive law) of an agenda based on democratic values, on social justice and on universal human rights. On the other hand, however, these same discourses oppose to the inalienable sovereign power, since this humanitarian agenda comprises issues of individual/universal matter – such as human freedom, planetary conservation or inherent human right to each and all – which must not be limited, constrained, moderated, relativized or questioned by the sovereign power. Important to notice in this political idiom that "human rights exist (as moral/natural rights), even when they do not exist (as legal rights)" (ODYSSEOUS, 2010, p. 758), and it is the crusade to guarantee these legal and political rights the basis for the process of subjectivation to occur, forming the *homo juridicus* rights holder subject, still waiting.

Sets of knowledge and power introject in the subjects the conviction that they must recognize themselves as individuals with inherent moral values and, subsequently, individuals that deserve to hold human rights. *Homo juridicus* perceives itself as a rights holder and is constantly claiming for them in the legal and political realms. *Homo juridicus* is, as well, self-governed, with eager to emancipate and sees itself as agent of social transformation. As pointed out by Selmeczi, "subjects of government are fabricated through 'technologies of citizenship', such as the ethos of active citizenship or the notion of empowerment" (SELMECZI, 2015, p. 1078). The type of transformation *homo juridicus* exerts, however, is oriented by humanitarian discourses, which means that the leverage to act is limited to matters of "cultural self-determination", "individual freedom" or "development as freedom", whereas its possibility to engage in more radical actions of social transformation is suppressed – like redistribution of wealth and land or agricultural reform. Its fight, or possibility of resistance, is limited to claim for [more] rights, on the condition that they fit on the liberal democratic legal framework, that is, humanitarian sets of knowledge. Odysseos (2010, p. 763) offers us an example of the Mexicans indigenous 'peasants' that previously used to identify themselves as agricultural workers engaged in the "material revolution", and now are limited to claim for their recognition as "indigenous rights holder", fighting for "cultural self-determination rights".

As can be verified in the *homo oeconomicus, homo juridicus* must accept to be governed – managed – at least until it can guarantee the minimum possibilities to empower itself and to exert its own freedom. When "empowered", *homo juridicus* becomes a rights holder (not only morally, but also legally and politically) and, at the same time, it continues to seek out for more rights. Hence, just as *homo oeconomicus* is captured and constrained by the subjectivity of resilience, hampering its will to take radical transformative actions, this also happens to *homo juridicus,* which resists only in the realm of humanitarian framework, restricting itself to the action of claiming for more democratic rights.

Subjects immersed in these processes are led to an "*aesthetics of existence",* where the main focus on the day-to-day practices are to enhance autonomy and reduce government (SOKHI-BULLEY, 2013). What is promoted is a link between the subject and humanitarian practices of power fomenting sentiments of free choice, self-government and resilience against vulnerability. Not only the definition of a "rights holder subject, still waiting" concomitantly compels the "vulnerable in need for freedom" to act individually, it also creates an environment with reduced State participation on the social amelioration and fewer costly programmes focused on structural change (SELMECZI, 2015)[13].

Humanitarian practices and the knowledge linked to it have the eager to produce this subjectivity as *homo juridicus* in these target populations. In humanitarian action, it is expected from the subjects to recognize themselves as "rights holder subjects, still waiting", since, even though they are morally equal among others in the globe, they did not receive the possibility to exert their freedoms and nor were they empowered with the rights they deserve since birth. To quote Odysseos:

> Where rhetorical, epistemic and performative practices have sought to engender homo juridicus, but the management of the conditions has failed to create and regulate 'freedom', the subject of human rights is not

[13] As mentioned before, we do not deny the possibilities of counter conduct as resistance (ethical reconfigurations of power). For an example on how the South-african shack-dwellers movement Abahlali baseMjondolo resists this rationality of "governing through freedom" or "governing through rights", see Anna Selmeczi (2015).

> 'empowered' (in Foucault's sense of being 'free to be free'). Rather, this subject becomes manifested as a 'helpless victim' 'subjected to inhuman repression and inhuman conditions of existence'; here human rights 'become the rights of those who have no rights… they become humanitarian rights, the rights of those who cannot enact them, the victims of the absolute denial of right' (ODYSSEOS, 2010, p. 765).

Odysseos helps us to confront the understanding that to solve the problems of rightlessness subjects[14], it must be invoked discourses and practices of human rights with its will to tackle oppression, suffering, injustice and abandonment. On the contrary, human (itarian) rights can be understood as

> processes through which the law, the social order, state power and modern governmental rationalities entrench rightlessness as disposability. Rather than assuring a transitional part away from rightlessness, rights as an optics of rightlenessness illuminate, and potentially disrupt, the practices of state, society and capital that treat humans as potential waste after use, transforming their availability into disposability (ODYSSEOS, 2015, p. 1053).

Production of subjectivity of the rights holder, still waiting, therefore, is indispensable for humanitarian interventions to be codified, legitimized and operationalized. With that in mind, vulnerable populations across the globe must accept interventions that can create new spaces of freedom – guaranteeing a "human security" – and that offers more human rights for these subjects to become "free to be free". However, at the same time, the rights holder subject, still waiting, must perceive itself as a being willing to be empowered, to self-govern, to exert his energy on freedom and resistance –within what the humanitarian domain of peace allows, concedes and recognizes as resistance, that is, a resistance shaped on democratic legalism.

Hence, we have outlined two subjectivities intertwined that emerge in the humanitarian domain of peace: the neoliberal, resilient and adaptive subject and the

[14] According to Louiza Odysseos, rightlessness subjects are those embedded in a process of abandonment and disposability, meaning that "rather than assuring a transitional path away from rightlessness, rights as an optics of rightlessness illuminate, and potentially disrupt, the practices of state, society and capital that treat humans as potential waste after use, transforming their availability into disposability" (ODYSSEOS 2015, 1053).

rights holder subject, still waiting. Both subjects relate to the political discourses that recognize themselves as individuals with freedom and agency (one) and constituent part of humanity (whole).

Discursive human security as a “global responsibility” also becomes part of the fabrication of subjects, since it is the duty of the ones involved in the implementation of humanitarian interventions as much as it is the duty of those vulnerable subjects that must incorporate to themselves the eager to resilience, adaptation, freedom and achievement of human rights. The discursive link between security and development is key for these subjects to accept abiding to neoliberal power dispositives, which offer opportunities for consumption of goods and services and global market insertion, with the argument that development does not occur without human freedom – as thought by Amartya Sen.

CONCLUSION

Humanitarian domain of peace is strictly linked to the discursive shift that took place in the realm of international politics of peace. If, previously, peace was thought as an extension of the Westphalian political architecture, what can be perceived now is a detachment from this notion of peace. Peace begins to acquire its own political idiom and its own political practices. In this new narrative of peace, the central preoccupation becomes the “fabrication of positive peace”, and not anymore the reaching for an “international non-violent environment through a balance of power”.

Notwithstanding the political, epistemological and ontological differences, the humanitarian domain of peace still dialogues/competes with the Westphalian domain of peace. The humanitarian agenda (human rights, human security, global responsibility, humanitarian intervention), for instance, at the same time that keeps a dialogue with the notions of “sovereignty” and “political unity”, claiming “Nation-States” for the recognition of these democratic values, also plays a conflictive role, with the argument that Westphalian practices must not manage omnipotently matters regarding individuals and

their respective “freedoms” and “conditions to individual emancipation”. Therefore, even though humanitarian peace becomes an autonomous realm, it is still linked to the sets of power relations existent in the Westphalian domain of peace, through dynamics of co-sustentation, withdrawal, competition or restriction.

It was possible to identify, as well, the several centers of power that corroborate the humanitarian domain of peace keeping it activated, mainly through daily capillary practices exerted by the subjects. Political discourses such as “resilience”, “emancipation”, “development as freedom”, “fabrication of peace”, “positive peace”, “humanity”, “planet”, “cosmopolitan responsibility” *et cetera,* are daily summoned, either by international institutions, NGOs, national and international police forces or by local populations.

It is through the capillarity of the political practices illustrated on the examples (such as cash-transfer, food for tackling malnutrition, *et cetera*) that becomes evident the historical process that fabricates this contemporary domain of peace. These materialized micro powers are responsible for the *politization of humanitarism,* through a rationality of responsibility of individuals and planetary conservation, with the intent to protect and promote a life of manageable populations and construct pacific and governable spaces.

In a nutshell, it was possible to analyze how the humanitarian domain of peace gained shape since the mid-20th century in regard to peace, humanitarianism, resilience and neoliberal practices. We drew a “humanitarian peace” not in its essence, but according to its effects and subjects that are constituted and constitutes themselves in all this process (such as *homo oeconomicus* and *homo juridicus).* By disentangling from the idea of a “peace *per se”* and, by accepting a peace as a discursive ontology, it was feasible for us to shed light on the complexity of relations among political discourses, micro political practices and subjectivation processes. Through these three axes in constant feedback, the humanitarian domain of peace cannot be seen solely as a “possibility to construct a peaceful and secured planet”, but as well as a domain that produces and reproduces distinct modes of violence, inequality and abandonment.

REFERENCES

AGATHANGELOU, Anna M. *Humanitarian Innovations and Material Return:* valuation, bio-financialisation and radical politics. Social Technology and Society, Vol. 22 (2), mar. 2017.

ALT, Suvi. *Beyond Bricks and Mortar: rights, Utility and Adaptive Capacity in Peacebuilding.* IPSA-ECPR Joint Conference, University of São Paulo, Brazil, 2011.

BUTLER, K. *A critical humanitarian intervention approach.* Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2011.

CHANDLER, David. *Beyond Neoliberalism:* resilience, the new art of governing complexity. Resilience, Vol. 2 (1), 2014, pp. 47-63.

CHRISTIE, Ryerson. *Critical readings of humanitarianism.* In: GINTY, Roger; PETERSON, Jenny H. The Routledge Companion to Humanitarian Action. London: Routledge, 2015.

DUFFIELD, Mark. *Development, Security and Unending War: Governing the World of Peoples*. Cambridge: Polity Press, 2007.

DUFFIELD, Mark. *The Liberal Way of Development and the Development-Security Impasse*. Security Dialogue, vol. 41, no. 1, 2010.

DUFFIELD, Mark. *The resilience of the ruins:* towards a critique of digital humanitarianism. Resilience, Vol. 4, No. 3, 2016, pp. 147-165.

EDKINS, J. *Whose hunger? Concepts of famine, practices of aid.* Minneapolis: University of Minneapolis Press, 2000.

EVANS, Brad, and Julian Reid. *Dangerously Exposed: the life and death of the resilient*. Resilience, 1:2, 2013, pp. 83-98.

FASSIN, Didier. *Humanitarian Reason: A moral history of the present*. Los Angeles: University of California Press, 2011.

FOUCAULT, Michel. The Subject and Power. In: Power: essencial works of Foucault 1954-1984. London: Penguin, 2002.

FOUCAULT, Michel. *Segurança, Território e População*. Translated by Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GALTUNG, Johan. *An Editorial*. Journal of Peace Research, 1964.

GALTUNG, Johan. *Violence, Peace, and Peace Research*. Oslo: International Peace Research Institute, 1969.

GUILHOT, Nicolas. *The Anthropologist as Witness:* humanitarianism between ethnography and critique. Humanity, Vol. 3 (1), 2012, pp. 81-101.

HASKELL, Thomas L. *Capitalism and the origins of the humanitarian sensibility.* The American Historical Review, Vol. 90, No. 2, 1985, pp. 339-361.

HUMAN DEVELOPMENT REPORT (HDR). *UNDP Human Development Report of 1994*. Oxford: Oxford University Press, 1994.

ILCAN, Suzan; RYGIEL, Kim. *Resilience Humanitarianism:* responsabilizing refugees through humanitarian emergency governance in the camp. International Political Sociology, Vol. 9 (4), 2015, pp. 333-351.

JABRI, Vivienne. *War, Government and Politics: a critical response to the hegemony of the liberal peace.* In: RICHMOND, Oliver P. Palgrave Advances in Peacebuilding: critical developments and approaches. New York: Palgrave Macmillan, 2010.

JACOBSEN, Katja Lindskov. *Experimentation in humanitarian locations:* UNHRC and biometric registration of Afghan refugees. Security Dialogue 46 (2), apr. 2015, pp. 144-164.

JOSEPH, Jonathan. *Resilience as embedded neoliberalism:* a governmentality approach. Resilience, Vol. 1 (1), 2013, pp. 38-52.

LAMBERT, D.; LESTER, A. *Geographies of colonial philanthropy.* Progress in Human Geography, Vol. 28, 2004, pp. 320-241.

LAQUEUR, T. *Bodies, Details and Humanitarian Narrative.* In: HUNT, L. The New Cultural History. Berkeley: University of California Press, 1989.

MITCHELL, K. *Ungoverned Space:* global security and the geopolitics of broken windows. Political Geography, Vol. 29, 2010, pp. 289-297.

NGUYEN, V. K. *The republic of Therapy:* triage and sovereignty in West Africa's Time of Aids. Durham: Duke University Press, 2010.

ODYSSEOS, Louiza. *Human Rights, Liberal Ontogenesis and Freedom: producing a subject for neoliberalism?* Millennium Journal of International Studies, Vol. 38, No. 3, 2010, pp. 747-772.

ODYSSEOS, Louiza. *The question concerning human rights and human rightlessness:* disposability and struggle in the Bhopal gas disaster. Third World Quarterly, Vol. 36 (6), 2015, pp. 1041-1059.

PANDOLFI, M. *Contract of Mutual (in)diference:* government and the humanitarian apparatus in contemporary Albania and Kosovo. Indiana Journal of Global Legal Studies, Vol. 10 (1), 2003, pp. 369-381.

REDFIELD, Peter; BORNSTEIN, Erica. *Forces of Compassion:* Humanitarianism between Ethics and Politics. Santa Fe: SAR Press, 2011.

REID, Julian. *The biopoliticization of Humanitarism: from saving bare life to securing the biohuman in post-interventionary societies*. Journal of Intervention and Statebuilding, 4:4, 2010, pp. 391-411.

REID, Julian. *The neoliberal subject:* resilience and the art of living dangerously. Revista Pleyade 10, 2012, pp. 143-165.

REID-HENRY, S. *Humanitarianism as liberal diagnostic:* humanitarian reason and the political rationalities of the liberal will-to-care. Transactions, Vol. 39, 2014, pp. 418-431.

REVEL, Judith. *Michel Foucault: Conceitos Essenciais.* Translated by Maria do Rosário Gregolin, Nilton Milanez, Carlos Piovanesi. São Carlos: Claraluz, 2005.

SCOTT-SMITH, Tom. *How projects rise and fall:* the life-cycle of a dietary modernization scheme. Development in Practice, Vol. 24, 2014, pp. 785-796.

SCOTT-SMITH, Tom. *Humanitarian neophilia*: the 'innovation turn' and its implications. Third World Quarterly, Vol. 37 (12), 2016, pp. 2229-2251.

SELMECZI, Anna. *Who is the subject of neoliberal rights? Governmentality, subjectification and the letter of the law.* Third World Quarterly, Vol 36, No. 6, 2015, pp. 1076-1091.

SKINNER, Rob; LESTER, Alan. *Humanitarianism and Empire:* new research agendas. The Journal of Imperial and Commonwealth History, Vol 40 (5), 2012, pp. 729-747.

SOKHI-BULLEY, Bal. *Human Rights as technologies of the self:* creating the European governmental subject of rights. In: Re-reading Foucault: on law, power and rights. Abingdon: Routledge, 2013.

TOURME-JOUANNET, Emmanuelle. 2016. *O Direito Internacional*. Translated by Paulo Borba Casella. Paris: PUF, 2013. Available at: < https://etourmejouannet.files.wordpress.com/2014/10/e-tourme-jouannet-o-direito-internacional.pdf>. Accessed on: 10 mar. 2018.

UN CHARTER. *Carta das Nações Unidas e Estatuto da Corte Internacional de Justiça.* UNIC-RIO (Org). 1945. Available at: <http://unicrio.org.br/img/CartadaONU_VersoInternet.pdf>. Accessed on: 10 mar. 2018.

UNIVERSAL DECLARATION OF HUMAN RIGHTS. *Declaração Universal dos Direitos Humanos.* 1948. Available at: < http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001394/139423por.pdf>. Accessed on: 20 mar. 2018.

MONÇÕES
Revista de Relações Internacionais da UFGD
ISSN 2316-8323

RESENHA: Engaging with the politics of water governance

ZWARTEVEEN, Margreet; KEMERINK-SEYOUM, Jeltsje S; ...; WESSELINK, Anna. Engaging with the politics of water governance. *Wiley Interdisciplinary Reviews: Water*, v. 4(6), p. 1-9, 2017.

IARA BUENO GIACOMINI
Mestre em Limnologia pela FURG; Especialista Ambiental da Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos do Estado de São Paulo.

ISABEL PORTO DA SILVEIRA
Doutora em Meteorologia pelo INPE; Pesquisadora na RSMAS, Universidade de Miami.

O artigo *Engaging with the politics of water governance*, que pode ser traduzido em “Engajando-se com a política de governança da água”, visa aprimorar o entendimento do termo “governança da água” e consequentemente sua utilização na elaboração de políticas públicas da água - o mais básico dos direitos universais. Os autores, membros do grupo “*Water Governance*” do *IHE Delft Institute for Water Education*, acreditam que a governança da água é uma questão central para a tomada de decisões políticas. As quais deveriam levar em consideração a capacitação e a qualificação dos tomadores de decisões, além de serem baseadas no tipo de futuro social que tais escolhas implicam. Os autores contextualizam que a política hídrica prevalecente e sua governança são normalmente pautadas em análises quantitativas e valores de mercado, onde os critérios de equidade e justiça são secundarizados, favorecendo alguns usos e usuários em detrimento de outros. Não obstante, a água é relacionada ao seu custo, rendimentos e riscos por instituições dominantes e estruturas político-econômicas que não raramente, são representadas por classe, religião, gênero e etnia específicos. Neste trabalho foram identificadas três vertentes cujas análises auxiliam no polimento do significado da governança de água: (1) a distribuição física da água, (2) a distribuição de voz e a autoridade e (3) a distribuição de conhecimento e

perícia. Essas vertentes não só colocam em primeiro plano questões de equidade, como evidenciam os autores, mas também tangenciam o conceito do acesso à água potável como um direito humano e universal, essencial à vida, finito e dinâmico, sobre o qual estamos interessadas em abordar nesta resenha.

Segundo os autores, a análise da distribuição da água deve ir além da sua presença física. Deve incluir o mapeamento das conexões entre distribuição da água, seus riscos e consequências, revelando assim os arranjos formais e informais que permitem essa configuração. Questionar como o uso de comportamentos, tecnologias, leis, financiamentos e interdependência institucional influenciam a distribuição de água e qual histórico de progresso e desenvolvimento a promoveu são bons pontos de partida para uma análise adequada da governança. Mas a análise vai além, pois na sequência surgem outras questões centrais: quem tem voz e autoridade para determinar a distribuição da água, seus riscos e consequências? Que tipo de conhecimento e evidência científicos influenciam a decisão da distribuição da água? O mapeamento da distribuição de voz e autoridade na sociedade em relação à água revela como identidades, novas e herdadas, e seus extratos sociais (re)produzem hierarquias de poder e tendem a manter o *status quo* da distribuição. Enquanto que a identificação dos considerados peritos, cujo conhecimento, opinião e posicionamento tem poder de influenciar a decisão, revela como as relações sociais desiguais podem ser consideradas adequadas quando são categorizadas e vistas através de determinado ângulo. Dessa forma, a distribuição desigual de conhecimento e perícia são partes de uma estrutura de dominância social e econômica, que elege algumas áreas de conhecimento e interesse para justificarem a tomada de decisão. Assim sendo, um modo particular de governar configura a direção, o volume, a natureza dos fluxos de água e o seu significado direcionado para um determinado grupo.

Ao transferir os conceitos expostos neste artigo para a realidade brasileira pretende-se traçar um paralelo da situação nacional, pontuando como a água, o mais básico dos direitos humanos universais, vem sendo tratada em relação a sua distribuição, de voz e autoridade e de conhecimento e perícia após 70 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos pela ONU.

A maior parte da água no Brasil flui para a agropecuária 77,6%. Enquanto a indústria, serviços de água e esgoto, uso doméstico/outros, mineração, produção de eletricidade consomem 11,3%, 7,4%, 2,4%, 0,9% e 0,3% respectivamente (ANA, 2018). Em relação ao saneamento básico, apenas 83% da população tem acesso à água potável, 51% tem acesso à coleta de esgoto e apenas 44% deste esgoto é tratado (SNIS, 2018). Uma das consequências dessa distribuição foi observada recentemente durante a crise hídrica no Estado de São Paulo (2014-2016). Embora a Política Nacional de Recursos Hídricos estabeleça que em situações de escassez, o uso prioritário dos recursos hídricos seja o consumo humano, cerca de 500 instituições com alto consumo diário de água mantiveram, não apenas seus níveis de abastecimento, mas também seus descontos de até 40% pelo alto consumo (MARTÍN, 2015), enquanto a população sofria racionamento severo.

Assim como na crise hídrica, a voz e autoridade no Brasil tem protegido os interesses de grandes corporações ao invés do interesse coletivo. Como o caso da Samarco, responsável pelo maior desastre ambiental da história do Brasil, que destruiu o ecossistema do Rio Doce. Ou da gigante norueguesa Hydro, responsável pelo vazamento de dejetos tóxicos de mineração e de efluentes não tratados nas nascentes do Rio Muripi. Ambas empresas seguem impunes e as consequências de suas ações, irremediáveis. Não obstante, o Brasil é o país que mais mata ambientalistas no mundo: no ano de 2017, foram 46 assassinatos (WATTS, 2018). De acordo com a *Global Witness*, as principais causas de morte dos ativistas ambientais são o envolvimento das vítimas em conflitos contra as atividades de mineração, agronegócio, exploração madeireira e projetos de energia hidrelétrica. Estima-se que apenas parte das mortes tenham sido documentadas, e crimes como perseguição, espancamento e coação não entram nas estatísticas. Os assassinos, geralmente, permanecem impunes enquanto outras vozes da sociedade seguem sendo silenciadas.

No quesito conhecimento e perícia existe um crescente descolamento entre políticas públicas e evidências científicas, como observado nos acalorados debates da transposição do Rio São Francisco e da alteração do Código Florestal em 2012. Aprofundando a trincheira que separa a gestão dos recursos naturais no Brasil e a

pesquisa, o Governo anunciou um corte de 44% no orçamento destinado à Ciência, Tecnologia e Inovação, o menor valor atribuído para esses fins nos últimos 12 anos (ANGELO, 2017). Essas medidas sucateiam o desenvolvimento científico, única maneira de obter a perícia necessária para nortear decisões efetivas e sustentáveis de envergaduras nacional e global. Além de fortalecer as hierarquias de poder que as grandes corporações exercem e, consequentemente, manter o *status quo* da distribuição desigual da água.

Esse conjunto de exemplos demonstra a centralização da gestão de recursos hídricos, reduzindo a Governança da água a um instrumento despolitizado, utilizado em prol de ambições individuais ao invés de coletivas. Dessa forma, mesmo após 70 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, o acesso ao direito mais básico que é a água, não é uma realidade para todos os brasileiros. Em prol de uma distribuição baseada no critério da equidade dos direitos humanos, as políticas públicas deveriam considerar a governança como processo, o qual envolve, desde a análise até a tomada de decisão, todos usuários da água, incluindo a população e os ecossistemas. Assim como os diversos campos de conhecimento, oriundos das ciências naturais, sociais e tradicionais. Esse aumento do panorama para análise dos problemas acarreta em soluções mais inteligentes, eficientes e sustentáveis. Afinal, ciência sem política continua sendo ciência. Mas política sem ciência é jogo de azar (THOMPSON et al, 2004).

Referências bibliográficas

Agência Nacional de Águas (ANA). *Contas econômicas ambientais da água no Brasil 2013–2015* / Agência Nacional de Águas, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Secretaria de Recursos Hídricos e Qualidade Ambiental. -- Brasília: ANA, 2018 79 p. il. ISBN 978-85-8210-055-4

ANGELO, Claudio. Scientists plead with Brazilian government to restore funding. *Nature,* v. 550**,** p. 166-167, 2017.

MARTÍN, María; *Em plena crise, Sabesp ainda premia grandes consumidores.* 2015. El País. Disponível em:

<https://brasil.elpais.com/brasil/2015/02/12/politica/1423765554_696443.html> Acessado em 5 de abril de 2018.

Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS*); Diagnóstico dos Serviços de Água e Esgotos - 2016.* 2018. Disponível em: < http://www.snis.gov.br/diagnostico-agua-e-esgotos/diagnostico-ae-2016> Acessado em 5 de abril de 2018.

THOMPSON, W.; LUTRIN, C.; FRIEDBERG, A. Political culture and gambling policy: A cross-national study. UNLV Gaming Research & Review Journal, v. 8(1), p. 1., 2004.

WATTS, Jonathan. *Almost four environmental defenders a week killed in 2017.* 2018. The Guardian. Disponível em: <https://www.theguardian.com/environment/2018/feb/02/almost-four-environmental-defenders-a-week-killed-in-2017?CMP=share_btn_tw > Acessado em 6 de abril de 2018.